



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA.
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

LÁZARO CARDOSO DE MORAES

**ANTAGONISMO POLÍTICO NA ARENA MIDIÁTICA: ESCÂNDALOS NA
ELEIÇÃO AO GOVERNO DO PARÁ EM 2014**

Belém, PA
2017

LÁZARO CARDOSO DE MORAES

**ANTAGONISMO POLÍTICO NA ARENA MIDIÁTICA: ESCÂNDALOS NA
ELEIÇÃO AO GOVERNO DO PARÁ EM 2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em Ciências da Comunicação, para o exame de Defesa de Dissertação.

Orientador(a): Luciana Miranda Costa

Belém, PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do ILC/UFPA-Belém-PA

Moraes, Lázaro Cardoso de, 1964-

Antagonismo político na arena midiática: escândalos na eleição ao Governo do Pará em 2014 /Lázaro Cardoso de Moraes; Orientadora, Luciana Miranda Costa. – 2017.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Belém, 2017.

1 Comunicação de massa – Aspectos políticos – Pará. 2. Campanha eleitoral – Pará. 3. Propaganda política - Pará. 4. Imprensa – Pará. 5. Escândalos na comunicação de massa. I. Título.

CDD-22. ed.324.73098115

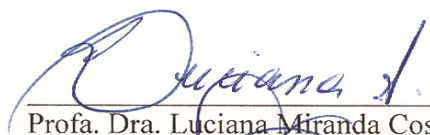
LÁZARO CARDOSO DE MORAES

**ANTAGONISMO POLÍTICO NA ARENA MIDIÁTICA: ESCÂNDALOS NA
ELEIÇÃO AO GOVERNO DO PARÁ EM 2014**

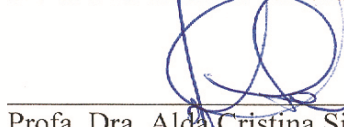
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Mestrado em Ciências da Comunicação, para o exame de Defesa de Dissertação.

Aprovado em: 20/março/2017

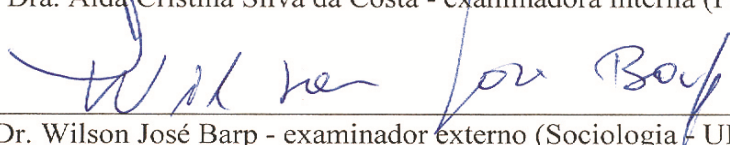
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Luciana Miranda Costa - orientadora (PPGCom-UFPA)



Prof. Dra. Alda Cristina Silva da Costa - examinadora interna (PPGCom-UFPA)



Prof. Dr. Wilson José Barp - examinador externo (Sociologia - UFPA)

Belém, PA
2017

Agradeço aos meus professores e colegas de trabalho, especialmente ao jornalista Walmir Botelho (*in memoriam*), grande amigo e mestre do Jornalismo, que muito contribuiu para o meu exercício profissional. A minha mãe Maria Helena; meu pai, Lázaro, e irmãos Carlos Alberto, Sérgio Moraes, Edson e Silvio Cesar, que constituem a base da minha formação e me incentivaram nesta empreitada. A minha companheira Edwana Nauar de Almeida, sem a qual não teria chegado a este ponto na minha vida. E, finalmente, ao meu filho Lucas, que lhe sirva de inspiração para acreditar que caminhar rumo a um objetivo é possível quando há força e determinação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação, especialmente a minha orientadora, Luciana Miranda Costa, uma profissional hipercompetente, que me guiou com maestria pelas lides acadêmicas; ao professores Fábio Castro e Alda Cristina Costa, que sempre nos deram total apoio; aos meus colegas de classe, pelo indispensável companheirismo; aos meus colegas de trabalho Thiago Barros, Leandro Lage e Cary John Oliveira, pela prestatividade e compreensão nas horas mais difíceis; à direção da empresa em que trabalho, que muito me apoiou; aos professores que contribuíram com sugestões para o enriquecimento deste trabalho, ao amigo e companheiro João Ulisses Silva, pelas horas dedicadas à tabulação de dados ao meu lado, e a Rosângela Mourão, pelo auxílio indispensável.

Aos meus companheiros e amigos Napoleão Alencar, Amaury Dantas, Antonio Freitas e Carlos Amorim, que direta ou indiretamente estão presentes neste trabalho pela paciência e compreensão que exige a vida acadêmica diante dos compromissos assumidos no dia a dia.

Não poderia, mais uma vez, esquecer da minha esposa e companheira de todas as horas, Edwana Nauar de Almeida, que me apoiou nesta trajetória em todos os momentos, com paciência e dedicação, aliando amor - um ingrediente fundamental para sedimentar qualquer construção -, a um projeto que hoje se torna realidade, e seus pais, Francisco Almeida (*in memoriam*) e Iracema Nauar, que direta ou indiretamente também fazem parte deste projeto, juntamente com nosso filhos, Luciana e Davi, mais uma vez, como inspiração de um futuro promissor no mundo da pesquisa.

E, por fim, gostaria de agradecer ao professor e amigo Edmundo Oliveira, pelo incentivo para que este projeto de estudo tenha continuidade.

RESUMO

Esta pesquisa analisou as matérias jornalísticas publicadas durante o período eleitoral de 2014 para governador do Pará, nos jornais locais O Liberal e Diário do Pará, com vistas a identificar frases, palavras-chave e outros recursos editoriais – como manchetes, legendas, fotografias, infográficos e fac-símiles – com o intuito de verificar se os dois jornais participaram da construção de escândalos políticos midiáticos com o objetivo de prejudicar o capital simbólico dos adversários visando influenciar a opinião do eleitorado. Considerando-se que O Liberal declarou apoio à reeleição do governador Simão Jatene e o Diário do Pará, à eleição de Helder Barbalho, filho do senador Jader Barbalho e ex-prefeito do município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém. Foram coletadas 100 reportagens publicadas pelos dois jornais, analisadas com base em dois formulários sobre cada uma dessas matérias: um relativo a questões sobre dados quantitativos – se a matéria foi manchete do jornal, abertura de página, se teve chamada na capa, se foi publicada em página par ou ímpar ou se apresentava elementos gráficos; e outro, relativo aos dados qualitativos: se os dois lados envolvidos na matéria foram ouvidos; se a reportagem atingia o governo dos candidatos, parente seu ou aliado político; se a matéria se enquadrava na categoria de escândalo político ou, ainda, se houve omissão de agentes públicos diante de denúncias apresentadas. Entre os autores que forneceram o referencial teórico que sustentou a pesquisa citamos Thompson (2002), Bourdieu (1998), Bakhtin (2006) e Mainguenau (2013), sobre os quais se baseou a análise de discurso das matérias publicadas nos dois jornais. A partir da leitura dos dados, não somente quantitativos, mas também qualitativos, partimos para a análise sobre *como* fazem os jornais para dizerem o que dizem, analisando-se as estratégias discursivas de cada um deles na construção de escândalos políticos midiáticos com vistas a conquistar o poder político. Ao final, concluímos que os dois jornais não somente trabalharam na tentativa de influenciar o eleitorado, como também adotaram estratégias discursivas semelhantes, caracterizando uma forma *sui generis* de antagonismo político entre os veículos de comunicação que deram sustentação às respectivas candidaturas ao governo do Estado.

Palavras-chave: Eleição. Governo do Pará. Escândalo político. Escândalo midiático. Discurso

ABSTRACT

This research analyzed newspaper articles published during the political campaign in 2014 for governor of Pará State in the local newspapers O Liberal and Diário do Pará aiming to identify phrases, key-words and other editorial resources – such as headlines, photo captions, photographs, infographs and facsimiles – in order to check if both papers took part in the construction of media political scandals so as to damage the opponents' symbolic capital and influence the electors' opinion. Considering that O Liberal declared support for the re-election of governor Simão Jatene and Diário do Pará for Helder Barbalho – who is son of senator Jader Barbalho and former mayor of Ananindeua municipality, in Belém Metropolitan region, we collected 100 articles published in both papers. Each of them was analysed based on two forms referring to quantity and quality data – such as if the article was the main headline of the newspaper; internal page headline; if it was published on even or odd pages or if it showed graphical resources; and another for the quality information: if the two sides involved were interviewed; if the article was against the candidates' administration, their relatives or political allies; if the article was framed as political scandal, or even if there was omission of any public agent accused. Among the authors who provided theory reference to embase our research are Thompson (2002), Bourdieu (1998), Bakhtin (2006) and Mainguenuau (2013), references for discourse analysis of the articles published in both newspapers. Based on the quantitative as well as qualitative data collected, we analysed *how* the newspapers do to say what they say, going through the discourse strategies each of them used on the construction of media political scandals aiming to conquer political power. In the end, we concluded that both newspapers not only worked on the attempt to influence the electors' votes, as well as adopted similar discourse strategies, characterizing a *sui generis* form of political antagonism between the two communication groups which supported their respective candidates for governor of the State.

Key-words: Election. Government of Pará. Political scandal. Media scandal. Discourse.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Matérias contendo palavras-chave contra a Prefeitura de Belém.....	72
Quadro 2 –	Matérias contendo palavras-chave contra a Prefeitura de Ananindeua.....	72
Quadro 3 –	Pesquisas eleitorais publicadas no Diário do Pará.....	105
Quadro 4 –	Pesquisas eleitorais publicadas em O Liberal.....	105
Quadro 5 –	Total de pesquisas eleitorais publicadas em O Liberal e no Diário do Pará.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Total de matérias publicadas.....	73
Gráfico 2 –	Matérias que tiveram Helder Barbalho e Simão Jatene como personagem.....	73
Gráfico 3 –	Matérias que foram manchete de página.....	74
Gráfico 4 –	Assuntos que tiveram chamada de capa.....	74
Gráfico 5 –	Matérias publicadas em página par e ímpar.....	75
Gráfico 6 –	Assunto foi manchete do jornal?.....	76
Gráfico 7 –	Gráfico 7 - Matérias que apresentam elementos visuais (fotos).....	77
Gráfico 8 –	Matéria apresenta infográficos?.....	77
Gráfico 9 –	Matéria apresenta elementos visuais comprobatórios de denúncias (fac-símiles ou fotos de flagrantes)?	78
Gráfico 10 –	Matéria saiu em capa de caderno?.....	79
Gráfico 11–	Matérias apontam escândalo político? (nos dois jornais).....	81
Gráfico 12 –	Matérias apontam escândalo político? (por jornal).....	82
Gráfico 13 –	Matéria aponta descaso ou omissão de agente público?.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a Simão Jatene.....	82
Tabela 2 -	Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a Helder Barbalho.....	82
Tabela 3 -	Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a parentes de Jatene....	83
Tabela 4 -	Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a parentes de Helder Barbalho.....	83
Tabela 5 -	Matérias quanto ao conteúdo latente em relação ao governo de Helder...	83
Tabela 6 –	Frases e palavras-chave mencionando Jatene e Helder nos dois jornais....	86
Tabela 7 –	Frases e palavras-chave mencionando Jatene e Helder por jornal.....	86
Tabela 8 –	Matéria apresenta frases e palavras-chave no sentido de que o governo vai apurar, responsabilizar, punir com rigor ou afastar eventuais culpados por escândalos políticos? (nos dois jornais).....	88
Tabela 9 –	Matéria apresenta frases e palavras-chave no sentido de que o governo vai apurar, responsabilizar, punir com rigor ou afastar eventuais culpados por escândalos políticos? (por jornal).....	88
Tabela 10 –	Matéria apresenta frases ou palavras-chave no sentido de que entidades da sociedade civil organizada ou outras vão denunciar ou denunciaram um caso de escândalo político ou vão cobrar providências? (nos dois jornais).....	89
Tabela 11 –	Matéria apresenta frases ou palavras-chave no sentido de que entidades da sociedade civil organizada ou outras vão denunciar ou denunciaram um caso de escândalo político ou vão cobrar providências? (por cada jornal).....	89
Tabela 12 –	O outro lado acusado (Simão Jatene) foi ouvido?.....	90
Tabela 13 –	O outro lado acusado (Helder Barbalho) foi ouvido?.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BMP	Bureau de Marketing e Pesquisa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DAS	Direção e Assessoramento Superior
FAMEP	Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará
FHC	Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente da República)
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
JUCEPA	Junta Comercial do Estado
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ORM	Organizações Romulo Maiorana
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Libertador
PMA	Prefeitura Municipal de Ananindeua
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSM	Pronto Socorro Municipal
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B -	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
QR Code	Quick Response Code (Código de Resposta Rápida)
SD	Solidariedade
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	CAPÍTULO I - 1 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
2	CAPÍTULO II – 2 OS CONTEXTOS POLÍTICOS LOCAL E NACIONAL.....	26
2.1	O resultado das urnas.....	32
3	CAPÍTULO III - APORTES TEÓRICOS.....	34
3.1	O poder midiático.....	43
3.2	O poder político.....	44
3.3	O texto, o discurso, a polifonia.....	50
3.4	O teatro político e o escândalo midiático.....	53
3.5	Mídia, mediatização e espetacularização.....	55
3.6	As imagens e o real no mundo da notícia.....	59
3.7	Agenda <i>setting</i>, opinião pública e pesquisas eleitorais.....	63
4	CAPÍTULO IV – PANORAMA GERAL DA PESQUISA.....	69
4.1	Análise quantitativa.....	71
4.2	Análise qualitativa.....	81
4.3	Análise discursiva.....	91
4.4	Linhas gerais da campanha eleitoral e outras análises de discurso.....	102
4.5	Pesquisas eleitorais – panorama geral.....	104
4.6	Pesquisas eleitorais – panorama geral.....	111
5	CONCLUSÃO.....	113
	REFERÊNCIAS.....	117
	ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

A Amazônia paraense, uma região marcada por desigualdades de ordem social, econômica e política, ainda caracterizada pelas dificuldades de acesso, também é o cenário político onde são travadas lutas entre grupos políticos locais na disputa pelo poder durante as eleições. As distâncias territoriais e as diferenças culturais, acentuadas pelas condições naturais, dificultam também o acesso à informação ou à educação formal, portanto, à formação de cidadãos livres e conscientes dos seus direitos políticos, o que hoje ainda se configura um desafio para os órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas, uma vez que a transmissão de conhecimento e informações torna-se fundamental para que os candidatos às eleições possam influenciar, convencer e conquistar os votos dos eleitores.

Ainda hoje, nos rincões da Amazônia, por exemplo, observa-se que a transmissão de conhecimento em determinadas áreas se dá através da oralidade, já que muitos dos eleitores apresentam baixo nível de escolaridade¹. É nesse universo que a informação adquire um papel ainda mais fundamental como instrumento de acesso aos eleitores. Daí a importância, nesse contexto, dos meios de comunicação na decisão do voto.

É a partir desse cenário que iremos investigar como os meios de comunicação – no caso aqui, os jornais O Liberal e Diário do Pará - participaram na divulgação e alimentação de escândalos² políticos em benefício de grupos que lutam pelo poder político no Pará, um dos maiores estados da Amazônia. Nesse percurso, temos como objeto geral de estudo as eleições de 2014 para governador do Estado, quando o jornal O Liberal³ apoiou a reeleição do então governador Simão Jatene⁴, e o jornal Diário do Pará, a candidatura de Helder Barbalho

¹ De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relativo a outubro de 2014, 7,35% dos eleitores paraenses eram analfabetos e 35,2% tinham o Ensino Fundamental incompleto. Apenas 5,9% haviam concluído o Fundamental. Mais informações no link <http://www.tse.jus.br/>

² Para Thompson (2002, p.40), escândalo “se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública [...] ou contradizem determinados valores, normas ou códigos morais”. No terceiro capítulo desta Dissertação, o leitor encontrará de modo mais aprofundado a apresentação de conceitos como escândalo, escândalo midiático, escândalo político, escândalo político midiático e de espetacularização do campo político na mídia.

³ O Jornal O Liberal, fundado em 1946 por Joaquim de Magalhães Barata, é hoje administrado pela família Maiorana, comandado por Romulo Maiorana Jr., filho mais velho do empresário Romulo Maiorana, falecido em 1986, que faz oposição política ao jornal Diário do Pará, pertencente à família Barbalho, tendo à frente o senador Jader Barbalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e seus dois filhos, Helder Barbalho e Jader Barbalho Filho.

⁴ Simão Robson Oliveira Jatene nasceu em 1º de abril de 1949, em Belém. Formado em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988. Nos anos 90, foi secretário do governo do Pará durante os governos de Jader Barbalho e Almir Gabriel. Exerceu os cargos de secretário-geral do Ministério da Previdência Social e da Reforma Agrária. Em 2002, derrotou a candidata petista Ana Júlia Carepa e se tornou governador do Pará pela primeira vez.

(PMDB)⁵, ex-prefeito do município de Ananindeua (2005-2008), na Região Metropolitana de Belém. Os dois jornais pertencem aos maiores grupos de comunicação do Estado e, durante a campanha eleitoral, apoiaram a disputa de grupos políticos pelo poder, com matérias publicadas em seus respectivos veículos de comunicação. Nesta pesquisa, portanto, investigamos a caracterização desses escândalos durante a campanha eleitoral para o governo do Estado, atrelados à luta pelo poder político, tendo os meios de comunicação como caixa de ressonância de escândalos e produtores de sentido, considerando que os jornais O Liberal e Diário do Pará ocupam hoje lugar de destaque entre os demais da região⁶, constituindo-se um fórum midiático que detém influência junto à população.

É importante ressaltar que já venho trabalhando esse tipo de análise sobre escândalos políticos que ganham repercussão na mídia desde a minha graduação, no curso de Comunicação Social, na Universidade da Amazônia (UNAMA), quando abordei como tema de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “Escândalo Político: a luta pelo poder simbólico na arena midiática – o caso da Menina de Abaetetuba” (2009), analisando matérias publicadas nos jornais O Liberal, Diário do Pará e Folha de S.Paulo sobre a prisão de uma menina de 15 anos de idade, em uma Delegacia de Polícia, no município de Abaetetuba-PA, onde foi estuprada numa cela com 20 homens, escândalo que teve repercussão internacional, diante da possível omissão do Poder Público no caso, na gestão da ex-governadora do Pará Ana Júlia Carepa⁷.

Outro fato relevante diz respeito a minha experiência de cerca de 30 anos no jornalismo convivendo com o tema, o que suscitou a possibilidade de pesquisar sobre

Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/simao-jatene/53ed0513a5fea40938000097.html>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

⁵ Filho do senador Jader Barbalho e da deputada federal Elcione Barbalho, ambos do PMDB, Helder Barbalho iniciou a vida política aos 21 anos como vereador no município de Ananindeua (PA), em 2000, sendo o candidato mais votado do município. Dois anos mais tarde foi eleito o deputado estadual com maior número de votos para o cargo no Estado do Pará, com mais de 68 mil votos. Assumiu em 2005 a Prefeitura de Ananindeua, tornando-se o prefeito mais jovem da história do Pará. Em 2008, foi reeleito com quase 95 mil votos. Helder Barbalho também foi presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (FAMEP) e hoje ocupa o cargo de Ministro da Integração Regional do governo do presidente Michel Temer. Mais informações em: <http://www.mpa.gov.br/ultimas-noticias/2019-helder-barbalho-assume-ministerio-da-pesca-e-aquicultura-e-fala-sobre-o-novo-desafio>. Acesso em: 12 fev. 2016.

⁶ Do total de sete Estados da Região Norte, apenas cinco jornais aparecem no relatório de março de 2016 do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), com as seguintes tiragens médias de segunda a domingo: Diário do Pará (22.373); Dez Minutos, do Amazonas (45.716); Diário do Amazonas (2.557); “Aqui”, do Maranhão (15.783); e O Estado do Maranhão (10.060). O Liberal, com tiragem média de 26.799, não é filiado ao IVC, mas aparece no ranking da região, junto com o Diário do Pará, em segundo e terceiro lugares, respectivamente, perdendo em tiragem apenas para o jornal Dez Minutos, do Amazonas.

⁷ Formada em Arquitetura, Ana Júlia Carepa (PT) é funcionária de carreira do Banco do Brasil, foi vereadora de Belém por duas vezes (1993-95 e 2001-2003), deputada federal (1995-96) e vice-prefeita de Belém (1997-2000), na gestão de Edmilson Rodrigues. Ana Júlia governou o Pará de 2007 a 2010, ao derrotar no segundo turno da eleição o ex-governador Amir Gabriel e foi ainda senadora da República (2003-2006). Maiores informações em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-julia-de-vasconcelos-carepa>. Acesso em: 21 Mar. 2016.

escândalo político – pauta hoje dominante na práxis jornalística – para uma análise de cunho científico, à luz de teóricos que trabalham essa questão, como J. B. Thompson, que desenvolveu uma Teoria Social do Escândalo, e Pierre Bourdieu, cujas análises referentes à luta pelo poder simbólico muito contribuíram para sedimentar este trabalho, entre outros autores.

O tema desta pesquisa se situa na linha “Processos Comunicacionais e Mídiação na Amazônia”, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), ao analisar as estratégias comunicativas adotadas por veículos de comunicação visando contribuir para a análise do processo de construção de discursos na arena midiática, influenciando a opinião dos eleitores, no campo político⁸, no Estado do Pará.

Focaremos, dessa forma, na construção do nosso objeto de pesquisa por meio de uma análise que nos permita identificar as relações que atravessam o campo político, mas dentro de uma perspectiva comunicacional, ou seja, midiática. Assim, analisaremos as relações que atravessam as práticas discursivas utilizadas na formulação de enunciados nas matérias jornalísticas levando em conta o contexto político local, qual seja: o antagonismo existente entre os dois maiores grupos de comunicação do Pará, procurando caracterizar o perfil desse antagonismo político que se revela nas matérias por eles publicadas durante as eleições, a partir do conceito de escândalo político midiático.

É a partir dessa percepção que podemos relacionar a análise que nos propomos a fazer sobre as eleições no Pará, como uma pesquisa que visa identificar a produção de sentidos e a construção de discursos, apontando que a textualidade produzida por esses respectivos jornais, durante a campanha eleitoral, guarda relação direta com notícias que visam influenciar a opinião e, em última instância, o voto dos eleitores. Teremos, dessa forma, uma leitura que também irá demonstrar como, tradicionalmente, grupos políticos são atrelados a veículos de comunicação considerando-se a história política local.

Nos levantamentos realizados no Google Acadêmico e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), identificamos diversas produções científicas sobre a temática, porém, todas de âmbito nacional. Com esse intuito, o trabalho que nos dispomos a fazer tem como **objetivo geral**: *analisar os textos jornalísticos*

⁸ Campo é aqui entendido nos termos de Bourdieu (1998, p.134) como um “campo de forças”, “um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo [...]”, isto é, os agentes pertencentes a um determinado campo – seja ele político, econômico, social ou comunicacional, entre outros – têm interesses comuns e lutam pelo poder simbólico dentro e fora do próprio campo. Dessa forma, o campo pode ser definido como “um sistema específico de relações objetivas que podem ser aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam”.

publicados nos jornais O Liberal e Diário do Pará, no período de 15 de agosto a 27 novembro de 2014, com vistas a investigar como os jornais participaram da construção de escândalos políticos midiáticos.

Temos como **objetivos específicos**:

- a) Identificar nas matérias publicadas os recursos editoriais (texto, manchetes, gráficos, recursos, legendas e espaços) utilizados pelos dois jornais no tratamento dos escândalos políticos;
- b) Verificar se as matérias publicadas levam em conta critérios que norteiam a prática do jornalismo, como ouvir todos os lados⁹ envolvidos, ou utilizam-se meramente de um valor-notícia¹⁰, como um escândalo, por exemplo, que visa atingir o capital simbólico¹¹ do grupo adversário, visando macular a sua imagem perante os eleitores;
- c) Analisar, por meio das matérias jornalísticas publicadas nos dois jornais, de que forma os grupos atingidos por escândalos políticos dão ressonância ou minimizam os seus efeitos na “arena midiática”, consequentemente, aumentando ou reduzindo os seus efeitos junto ao eleitorado.

a) A Divisão do Trabalho

No primeiro capítulo desta pesquisa, apresentaremos o percurso teórico-metodológico que será utilizado para a análise das matérias jornalísticas por meio das análises de discurso e de conteúdo, e dos enquadramentos dados a essas reportagens, mostrando como elas serão codificadas, quais os atributos que serão utilizados para a sua seleção, e como serão tabulados os dados coletados, tanto em termos quantitativo como qualitativos, de forma que se possa ter um panorama do sentido geral e do conteúdo latente de cada uma das matérias analisadas.

⁹ Traquina (2005, p. 139) destaca alguns procedimentos elencados pelo sociólogo Michael Schudson como sinônimo de objetividade na profissão jornalística, que dão credibilidade à profissão, como apresentar “os dois lados da questão”; a apresentação de provas auxiliares, que consistem na localização e citação de “fatos” que são geralmente aceitos como verdadeiros; e a citação entre aspas de declarações e opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar.

¹⁰ Wolf (2001, p. 195) define a noticiabilidade como um conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimento, dentre os quais há que se selecionar as notícias. A partir daí, diz o autor, podemos definir os valores/notícia (*news values*) como um componente da noticiabilidade. Segundo ele, esses valores constituem a resposta à seguinte pergunta: “quais os acontecimentos que serão considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?”

¹¹ Capital simbólico, entendido como prestígio, reputação ou fama, ou seja, a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 1998, p. 134).

O suporte teórico para os procedimentos metodológicos que serão adotados tem como referência autores como Lago; Benetti (2007), Brandão (2012) e Porto (2002). Ao final da análise, será possível construir alguns dados estatísticos apresentados em forma de gráficos e tabelas com informações quantitativas: número de matérias que foram manchete do jornal; que tiveram chamada na capa; que apresentavam elementos gráficos (fotos, infográficos, fac-símiles) como suporte para dar veracidade ao texto publicado; e matérias em página par/ímpar. Também serão construídos gráficos com estatísticas do conteúdo qualitativo dessas matérias, com informações sobre: percentual de matérias a favor ou contra os governos de Simão Jatene/Helder Barbalho; matérias que denotam escândalo político visando atingir adversários por omissão; e ainda matérias que vinculam os respectivos candidatos a supostos casos de corrupção ou má administração de recursos públicos.

No segundo capítulo, apresentaremos o cenário do atual contexto político nacional e como, historicamente, grupos políticos têm estado atrelados aos conglomerados de mídia no Estado do Pará durante as eleições nos últimos anos, tendo os candidatos ao governo do Estado obtido apoio tanto do jornal O Liberal quanto do Diário do Pará, marcando um antagonismo na disputa.

No terceiro capítulo, vamos analisar a caracterização de conceitos como escândalo, escândalo midiático, escândalo político, escândalo político midiático e de espetacularização do campo político na mídia (neste caso, representada pelos dois jornais), tomando esta última como o agente que seleciona as notícias e temas que serão consumidos pelos seus leitores. Utilizaremos nessas análises teóricos como Gomes (2014), Bourdieu (1998), Albuquerque (1994), Thompson (2002), Rubim (2004), Subirats (1989); Sodré (1984), Duarte (1994), Mc Combs e Shaw (1993), Traquina (2005), Wolf (2001) e Champagne (1996).

E, finalmente, no quarto capítulo desta pesquisa, partiremos para as análises quantitativa e qualitativa de matérias jornalísticas, fechando com as principais conclusões a partir dos dados tabulados à luz dos teóricos que nos servem de referência para este trabalho.

CAPÍTULO I

1 O PERCURSO METODOLÓGICO

Foram analisadas 100 matérias jornalísticas publicadas desde o início da campanha, em agosto de 2014, até o segundo turno das eleições, realizado em 26 de outubro, dentre as quais verificamos aquelas caracterizadas como escândalo político dentro da perspectiva de Thompson (2002). Como método de pesquisa, utilizamos as análises de conteúdo e de discurso visando demonstrar as ocorrências de cunho quantitativo, bem como atributos de ordem qualitativa com vistas à produção de gráficos estatísticos.

Na análise discursiva, procuramos evidenciar o sentido que se pretende dar aos valores-notícia publicados. Para Lago e Benetti (2007), o jornalismo é um modo de conhecimento, que tanto produz um conhecimento particular sobre os fatos do mundo, quanto reproduz os conhecimentos gerados por outros atores. Cabe, dessa forma, analisar não somente a relação entre palavras e imagens empregadas, o sentido geral, mas também o conteúdo latente que dá origem a um conjunto de valores-notícia. Portanto, para que sejam alcançados os objetivos deste trabalho, as análises de discurso e de conteúdo mostram-se um método adequado no que diz respeito aos sentidos dos discursos jornalísticos.

É preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que esta estrutura vem “de fora”: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior; o texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. A conjugação de forças que compõem o texto nem sempre é aparente – diríamos mesmo que raramente é visível por si mesma, e só o método arqueológico do analista de discurso pode evidenciar esta origem. [...] (LAGO; BENETTI, 2007, p. 111).

É importante observar a interação verbal que existe entre os aspectos linguísticos e sociais, ou seja, a palavra como signo ideológico por excelência, produto da interação social. É no contexto da Sociolinguística, portanto, que o homem retrata as diferentes formas de significar a realidade, numa relação dialógica, isto é, em que múltiplos discursos se entrelaçam. Foram os pensadores russos, como Bakhtin (1979), que abriram caminho para os estudos linguísticos que deram origem à análise do discurso nos moldes atuais. Para ele, essa teia histórico-discursiva em que o homem está enredado é dialógica por natureza, pois a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. A linguagem, portanto, não constitui um mero sistema de signos apenas como instrumento de comunicação, mas se caracteriza por ser um modo de produção

social. A linguagem, dessa forma, é lugar de conflito e confronto ideológico, não podendo ser desvinculada das condições de sua produção.

Foi essa noção que embasou a análise de discurso francesa, que tem Mainguenu (1976), Pêcheux (1988) e Benveniste (1974) entre seus representantes. Para Benveniste (1974), “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e anuncia sua posição de locutor; ele levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo [...]” (BRANDÃO, 2012, p. 14). Dessa forma, Mainguenu (1987) aponta outras dimensões que devem ser levadas em conta na análise do discurso: o quadro das instituições em que o discurso é produzido, que delimitam a enunciação; os embates históricos e sociais que se cristalizam no discurso e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso¹². A análise deve, portanto, ir além do aspecto meramente linguístico formal, ou seja, do seu sistema interno, passando a ser estudada como fenômeno ideológico.

Para Pêcheux (1974), a formação discursiva¹³ está intrinsecamente ligada à formação ideológica¹⁴, sendo o discurso uma das instâncias dessa materialidade, ligada ao modo de produção econômica dominante na formação social, portanto, produto da luta de classes dentro do campo político, onde se confrontam diversos posicionamentos. Bahktin (1979) destaca justamente essa lógica de campo, onde se confrontam os interesses de classe.

Os campos discursivos, nos quais os posicionamentos se inscrevem, cada um a sua maneira, gêneros de discurso, não são estruturas estáticas, já que são constantemente submetidos a uma lógica de concorrência em que cada um visa modificar as relações de força em seu benefício. Não são nunca espaços homogêneos: em um dado momento, há de fato um centro, uma periferia e uma fronteira. Entre os posicionamentos centrais, alguns são dominantes, outros, dominados. No que diz respeito aos posicionamentos periféricos, pode-se tratar de posicionamentos que, em um estado anterior, se encontravam no centro do campo e foram marginalizados; e novos participantes que esperam chegar ao centro; de posicionamentos que pretendem constituir um subcampo relativamente independente em relação ao centro. (MAINGUENAU, 2015, p. 68).

¹² Mainguenu (1984, p. 11) afirma que “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos. Ou seja, “o interdiscurso passa a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Esses discursos teriam a sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação (BRANDÃO, 2012, p. 89).

¹³ “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2009, p. 43).

¹⁴ Para Pêcheux (1975, p. 144), “o sentido de uma palavra, expressão, proposição, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Isto é, as palavras tomam sentido em referência às posições ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (BRANDÃO, 2012, p. 77).

Da mesma forma que o contexto sócio-histórico é importante na análise de discurso, a subjetividade também adquire um papel fundamental. Para Benveniste (1974), no processo de enunciação, ao instituir-se um “eu”, institui-se necessariamente um “tu”, ou seja, o outro com o qual interage. É sob essa perspectiva que também iremos analisar as matérias jornalísticas no âmbito da política, não somente do ponto de vista do sujeito que produz um discurso, mas também para quem esse discurso é produzido. Essa alteridade é justamente o que Bakhtin (2006) chama de dialogismo, uma relação que leva em conta a interação verbal e dá origem ao que ele chama de polifonia, ou seja, o discurso é resultante de outros discursos historicamente construídos, de várias vozes que se entrelaçam numa teia discursiva. É daí que surge o terceiro elemento que deve ser levado em conta na análise do discurso, pois o centro das preocupações não será somente a construção da identidade na interação com o outro, mas o espaço em que ocorre essa interação, ou seja, o texto, uma vez que palavras, expressões e proposições mudam de sentido de acordo com interesses de grupos, o que dá origem a uma intertextualidade, isto é, a relação de um discurso com outros textos. E esse é o desafio da análise de discurso: conseguir, através da linguagem, “captar as relações de antagonismo, de aliança, de dissimulação, de absorção que se processam entre diferentes formações discursivas” (BRANDÃO, 2012, p. 103).

A análise das matérias jornalísticas a que nos propomos objetiva verificar o conteúdo do que é publicado de forma objetiva, daí não podermos prescindir da análise de conteúdo, método que nos permitirá aferir não somente quantitativamente as ocorrências de determinadas categorias que serão criadas, mas também o conteúdo latente do que é publicado, mediante a codificação por unidades temáticas, portanto, o seu conteúdo qualitativo. Este método consiste em detectar, por meio de unidades de registro (palavras, expressões, marcas textuais, modelos de textos publicados) tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos.

Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. (LAGO BENETTI, 2007, p.123).

Partindo do princípio de que o estudo dos objetos tem por finalidade fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos, foram criadas categorias para que as matérias pudessem ser classificadas de acordo com a sua abordagem, recorrendo-se à análise de textos, símbolos e imagens impressas para a análise quantitativa (contagem de frequências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (“avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos

textos, do contexto onde aparecem, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destinam” (LAGO; BENETTI, 2007, p. 127). Essa opção é justificada devido à necessidade de integração dos campos quantitativo e qualitativo para verificar o que esses textos jornalísticos transmitem, mediante a codificação dos recursos editoriais adotados pelos dois jornais a partir de categorias que serão especificadas.

Os indicadores têm por objetivo marcar a presença ou ausência de características que identifiquem as categorias contidas nos textos ou títulos das matérias, fotografias ou outros recursos gráficos de edição, reveladoras de determinadas tendências. A análise quanto às dimensões se ateve à proporção ou extensão dessas características editoriais, como manchetes de página, manchete de página interna, espaço e localização das matérias (se em página ímpar, par, capa, com ou sem chamada de capa ou abertura de página, entre outras). Já os atributos observados dizem respeito ao caráter de certas categorias, com o objetivo de verificar se a matéria em questão é favorável, ou não, ao governo do Estado ou a determinado grupo, culminando com a análise final, através da identificação de frases e palavras utilizadas com o objetivo de atingir adversários, por meio de escândalos políticos, ou com o intuito de defender aliados.

O processo de codificação, descrito acima, foi feito considerando a ocorrência de palavras ou frases que possam significar referências positivas ou negativas, em relação aos atores sociais envolvidos no escândalo, indicadores da postura do veículo de comunicação sobre o caso. Essas unidades de registro foram quantificadas por meio de um formulário contendo questões sobre as características de cada uma das 100 reportagens pesquisadas, que em seguida foram tabuladas na Plataforma Google e no Programa Excel para a geração de tabelas estatísticas sobre suas ocorrências. A análise incluiu também os elementos visuais (fotografias, infográficos, fac-símiles) de que se valem os jornais com o intuito de convencer seus leitores da veracidade das notícias que publicam.

A pesquisa buscou, ainda, o conteúdo latente das matérias a partir do sentido geral dos textos (análise qualitativa), por meio das dimensões e atributos descritos através das unidades de registro (palavras, expressões, frases). Dessa forma, palavras e frases foram analisadas sob o ponto de vista do que significam em seu sentido literal ou metafórico, empregadas com o objetivo de demonstrar como o texto descreve e faz para dizer o que diz e significar o que pretende. Os resultados se traduziram no número de ocorrências com base nas matérias tabuladas relativas aos vários quesitos pesquisados. Para isso, foram criadas categorias nominais resultantes da utilização dessas características editoriais para significar se a matéria publicada é “contra” ou “a favor” de um determinado candidato ou seu oponente.

Esse processo de codificação baseado em palavras, expressões e frases nos textos foi utilizado para tentar capturar o conteúdo latente das matérias, ou seja, o que os jornais tentaram transmitir nas entrelinhas para os leitores, fruto da análise de discurso.

Para isso, utilizamos um formulário de codificação para cada uma das 100 matérias analisadas sobre variados aspectos editoriais, com o registro dessas “ocorrências”, que assim puderam ser mensuradas numericamente por meio de gráficos (análise quantitativa), mas com o cuidado de assinalar também os atributos qualitativos de cada uma dessas reportagens, ou seja, o que de fato elas pretendem dizer, o seu conteúdo latente. A análise qualitativa, com base nas categorias e atributos criados para cada reportagem, anotados em um formulário indicativo, também foi mensurada em tabelas estatísticas do Excel, o que permitiu a construção de gráficos com dados estatísticos sobre os mais variados aspectos de ocorrências e ainda gráficos expondo o conteúdo do que foi analisado qualitativamente.

Com o objetivo de facilitar a leitura da análise e o processo de codificação das matérias jornalísticas, assinalamos com marcação em amarelo ou grifos, as frases e palavras-chave no fac-símile das páginas de cada uma das 100 reportagens analisadas, reproduzidas no Anexo B desta pesquisa, com o objetivo de proporcionar uma visualização dos recursos editoriais utilizados, facilitando a leitura do sentido geral e conteúdo latente dos textos.

Isso quer dizer que uma matéria como um direito de resposta, por exemplo, pode apresentar-se inicialmente favorável ao governo do Estado, em seu sentido geral (pois é repleta de expressões e palavras-chave favoráveis ao governo), mas deve ser classificada, no formulário indicativo, considerando-se o seu conteúdo latente; ou seja, levando-se em conta, na classificação, o seu conteúdo real, isto é, o que de fato representa. Dessa forma, ela será codificada como um texto contra o governo justamente por se tratar de um direito de resposta, o que pressupõe uma obrigação de o governo de dar uma satisfação pública à sociedade, o que denota um caráter negativo para este próprio governo, que por algum motivo se vê obrigado a prestar esclarecimentos ao leitor.

A análise das matérias jornalísticas valeu-se também de enquadramentos, com base nas palavras-chave utilizadas para enquadrá-las nas diversas categorias que foram criadas. O enquadramento, enquanto técnica de análise de conteúdo, no campo dos estudos de comunicação, foi primeiramente aplicado como conceito pela socióloga Gaye Tuchman (1978). Baseada no enfoque desenvolvido por Goffman (1986), Tuchman (1978, p. 215) argumenta que as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade. Ao ressaltar como o poder político pode ser reforçado pela forma através da qual o conhecimento é enquadrado, a autora sugere que notícias são "um recurso social cuja construção limita um

entendimento analítico da vida contemporânea. Porto (2002) destaca que foi Gitlin (1980) um dos teóricos que abriram caminho para os estudos sobre enquadramentos, quando defendeu que estes enquadramentos determinam a produção de notícias.

Os enquadramentos da mídia organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7).

Os enquadramentos consistem em recursos, como seleção, ênfase ou exclusão, de informações para organizar o discurso, construindo uma determinada interpretação dos fatos. Gitlin (1980) trabalha na perspectiva de que os temas políticos são caracterizados por uma disputa simbólica sobre a interpretação que irá prevalecer em uma determinada notícia. Dessa forma, podemos entender os enquadramentos da seguinte forma, na conceituação de Entman (1994, p. 294):

Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.

Porto (2002, p. 15) destaca que, no jargão dos jornalistas, o enquadramento poderia ser denominado de "ângulo da notícia". Estas interpretações, segundo o autor, são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos ou associações profissionais. “Apesar do fato que jornalistas também contribuem com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalista”.

No caso das matérias jornalísticas que analisamos, identificamos, por exemplo, fontes que visam influenciar os processos de enquadramento da mídia, como fontes oficiais do governo, que numa campanha de reeleição, como a do governador Simão Jatene, tendem a predominar no processo de produção de notícias, mas também identificar quem são os atores e vozes contrários ao discurso oficial e qual o seu capital político para trabalhar determinados enquadramentos, tanto de um lado quanto de outro. Porto (2002, p. 60) chama atenção, no entanto, que os enquadramentos não se referem apenas a processos de manipulação, mas são parte de qualquer processo comunicativo, uma forma inevitável através da qual atores fazem sentido de suas experiências.

Agentes sociais que desafiam o governo e outros grupos políticos poderosos possuem seus próprios enquadramentos e buscam, muitas vezes com sucesso, influenciar a produção de sentido e significados pela mídia. Estes agentes podem facilitar o trabalho dos jornalistas ao organizar eventos que se encaixam nas suas rotinas e normas profissionais ou ao produzir materiais especialmente desenhados para subsidiar reportagens (RYAN, 1991; WOLFSFELD, 1997; PAN; KOSICKI, 2001, p. 46, apud PORTO, 2002, p. 17).

A análise das matérias também explicitou as razões que levaram ao predomínio de determinados enquadramentos em detrimento de outros, muitos dos quais, inclusive, fazem parte da linha editorial do veículo de comunicação. Esses enquadramentos vieram à tona nos formulários indicativos das matérias analisadas, através de categorias de classificação para a codificação do conteúdo de mídia. Porto (2002, p. 19) ressalta que, para alguns autores, é fundamental incluir medidas quantitativas, já que consideram importante a quantidade de tempo ou espaço dedicados a certos enquadramentos, enquanto outros argumentam que o enquadramento mais importante pode não ser o mais frequente, deixando de lado a análise de conteúdo quantitativa. Para Porto (2002, p.19), no entanto, “a melhor solução é adotar um enfoque integrado que inclua tanto uma análise de conteúdo quantitativa, como uma análise textual de cunho mais qualitativo”.

A posição defendida pelo autor, portanto, vem ao encontro do que nos propusemos a fazer, qual seja um método que trabalha tanto a análise quantitativa das matérias, frequência, espaço ocupado ou chamada de capa, quanto o seu conteúdo latente dentro de uma abordagem qualitativa que permita identificar os enquadramentos adotados pelos respectivos veículos de mídia.

No capítulo seguinte, falaremos sobre a questão do escândalo político em nível nacional e como se construiu historicamente a disputa pelo poder simbólico¹⁵ na política paraense ao longo dos anos.

¹⁵ O poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física (física e econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”. (BOURDIEU, 1998, p.14-15). Voltaremos ao conceito e sua definição nos capítulos seguintes desta Dissertação.

CAPÍTULO II

2 OS CONTEXTOS POLÍTICOS LOCAL E NACIONAL

Hoje, de um modo geral, o Brasil vem sendo notícia inclusive na mídia internacional por conta de escândalos políticos, como o da Petrobras, conhecido como Petrolão¹⁶, que culminou na abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff¹⁷. O escândalo, amplamente noticiado pela mídia nacional e internacional, consistia no pagamento de propina sobre contratos da Petrobras para partidos políticos e parlamentares, que influenciavam na manutenção de cargos no alto escalão da estatal do petróleo em troca de percentual sobre contratos bilionários.

Os escândalos políticos, no entanto, não são uma exclusividade do noticiário nacional, também têm coloração local na medida em que os atores da cena política paraense também são alvo de denúncias que culminaram em escândalos políticos nas páginas dos dois jornais pesquisados. As matérias coletadas demonstram que tanto o governador Simão Jatene quanto o candidato de oposição Helder Barbalho se “digladiaram” na arena midiática, principalmente após a derrota de Jatene no primeiro turno das eleições.

A disputa pelo poder político nas eleições para o governo do Estado do Pará tem sido marcada historicamente pelo antagonismo entre grupos e partidos políticos que se aliam a conglomerados de mídia na busca pelo poder. A própria história política do Estado é caracterizada por esses antagonismos, alguns inclusive se tornaram clássicos – como as

¹⁶ Notícias sobre o escândalo político conhecido como “Petrolão” ganharam espaço em todos os meios de comunicação, principalmente depois que o juiz Sérgio Moro, da 1ª Instância da Justiça Federal de Curitiba, responsável pela Operação Lava Jato, autorizou a divulgação de grampos de conversas telefônicas, inclusive da presidente Dilma Rousseff com o ex-presidente Lula, sobre a sua nomeação para ministro da Casa Civil, o que provocou escândalo e uma onda de protestos que levou milhares de pessoas às ruas, tanto em defesa do *impeachment* da presidente, como a favor da sua manutenção no cargo. Nas últimas semanas do mês de março/2016, o tema foi capa das revistas Veja, Época e IstoÉ e, no dia 3 de abril de 2016, ocupou grande espaço na capa do jornal New York Times. Matérias disponíveis em:

1) <http://veja.abril.com.br/>

2) <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>

3) <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,capa-do-new-york-times-destaca-a-crise-politica-no-brasil,10000024707>. Acesso em: 10 jan.2016.

¹⁷ A presidente foi acusada da prática de “pedaladas fiscais”, por ter deixado de repassar recursos a bancos públicos para o custeio de programas sociais visando atingir a meta de superávit primário do País. A suposta irregularidade, detectada pelo Tribunal de Contas da União, que reprovou suas contas relativas a 2015, rendeu abertura de processo de *impeachment* contra a presidente. Na Câmara Federal, a votação pela abertura de processo de *impeachment* apresentou o seguinte resultado: 367 votos a favor; 137 contra, duas abstenções e uma ausência, em votação realizada no dia 17 de abril de 2016. No Senado, o processo foi ratificado por 55 votos a 22. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770139-senado-afasta-dilma-da-presidencia-e-michel-temer-assume-nesta-quinta.shtml>. Acesso em: 13 abr.2016.

disputas políticas que colocavam de um lado o ex-governador Joaquim de Magalhães Barata¹⁸ e o seu opositor, Zacarias de Assunção¹⁹; os ex-governadores Jarbas Passarinho²⁰ e Alacid

¹⁸ Joaquim de Magalhães Cardoso Barata nasceu no distrito de Val-de-Cans, em Belém, no dia 2 de junho de 1888. Com a vitória da revolução de 1930, deixou a prisão e rumou para Belém, onde assumiu o cargo de interventor federal no Pará no dia 12 de novembro de 1930. Devido a seu hábito de percorrer sistematicamente o interior do Estado, o interventor consolidou a capacidade eleitoral de seu partido, conquistando no interior um apoio maciço, que no futuro iria compensar seu pouco prestígio na capital. Deste modo, o Partido Liberal elegeu em 1933 todos os deputados paraenses à Assembleia Nacional Constituinte. Ainda em 1935, o ex-interventor rearticulou o Partido Liberal, fazendo eleger um novo diretório. No dia 8 de fevereiro de 1943, foi novamente nomeado interventor no Pará, tomando posse dez dias depois. Desde o início de 1945, participou das gestões para a fundação do Partido Social Democráticas (PSD) em plano nacional. No dia 19 de maio de 1945, fundou o PSD no Pará, atraindo para ele seus correligionários e assumindo a presidência do diretório regional do partido. As eleições para o governo do Estado realizaram-se em 19 de janeiro de 1947. O senador Magalhães Barata apoiou o major Moura Carvalho, que venceu o pleito, derrotando o general Alexandre Zacarias de Assunção, ex-comandante da 8ª RM. Candidato pelo PSD ao governo do Estado nas eleições de 3 de outubro de 1950, o senador Barata foi derrotado por 555 votos pelo mesmo general Zacarias de Assunção, candidato da Coligação Democrática Paraense (formada pela UDN, o PSP, o PST e o PL). Reeleito senador em 1954, candidatou-se ao governo do Estado em 1955 e foi eleito, com o apoio de Juscelino Kubitschek, derrotando Epílogo de Campos. Magalhães Barata morreu em pleno exercício do mandato, no dia 29 de maio de 1959. Considerado um dos maiores líderes da história republicana do Pará, dividiu a opinião política do Estado em duas correntes: o baratismo e o antibaratismo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-de-magalhaes-cardoso-barata>. Acesso em: 12 jul.2016.

¹⁹ Alexandre Zacarias de Assunção nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 19 de dezembro de 1895. Com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo (1937-1945) em 29 de outubro de 1945, Zacarias de Assunção, na qualidade de comandante da 8ª RM, foi designado no dia seguinte interventor federal no Pará em substituição a José Lameira Bittencourt. Indicado pelo Partido Social Progressista (PSP) em aliança com a União Democrática Nacional (UDN), concorreu em janeiro de 1947 ao governo do Pará, sendo, porém derrotado por Luís Geolas de Moura Carvalho, do Partido Social Democrático (PSD). No pleito de outubro de 1950 voltou a concorrer ao governo do Pará, dessa vez na legenda oposicionista da Coligação Democrática Paraense, integrada pela UDN, PSP, o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Libertador (PL). Venceu o pleito, derrotando por pequena margem de votos o candidato do PSD, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Em outubro de 1965 concorreu novamente ao governo do Pará, apoiado pela aliança do PSD, mas foi derrotado por Alacid Nunes, candidato da coligação formada pela UDN, o PTB, o PDC o PR e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Concluiu o mandato de senador em janeiro de 1967, abandonando então a vida política. Morreu no Rio de Janeiro no dia 11 de agosto de 1981. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/assuncao-alexandre-zacarias-de>>. Acesso: em 12 jul.2016.

²⁰ Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri (AC), no dia 11 de janeiro de 1920. Indicado por Castelo Branco, Jarbas Passarinho assumiu em junho de 1964 o governo do Pará, eleito por via indireta pela Assembleia Legislativa do Estado após o *impeachment* do governador Aurélio Correia do Carmo, acusado de corrupção pelas novas autoridades. Para a prefeitura da capital do Estado, nomeou o major Alacid Nunes, de quem era amigo desde o final da década de 1940 e padrinho de casamento. Por solicitação sua, Alacid foi indicado pelo general Jurandir de Bizarria Mamede, militar que participou decisivamente do movimento político-militar de 1964. Nas eleições de outubro de 1965 para o governo estadual, Passarinho apoiou a candidatura do prefeito Alacid Nunes, apresentado por uma coligação encabeçada pela União Democrática Nacional (UDN). Alacid venceu o pleito, derrotando Alexandre Zacarias de Assunção, candidato lançado pelo Partido Social Democrático (PSD). Em janeiro de 1966, Passarinho transmitiu o governo do Pará a Alacid Nunes e dois meses depois filiou-se à recém-criada Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime de exceção, tornando-se presidente da seção paraense e membro do diretório nacional e de sua comissão executiva. Em oposição ao regime surgiu o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ocupou ainda os cargos de ministro do Trabalho, da Previdência, da Educação, da Justiça, entre outros de relevância, como de presidente do Senado. A crise do PDS no Pará, dividido entre duas grandes correntes, lideradas por Jarbas Passarinho e pelo governador Alacid Nunes, acabou por levar o partido do governo à derrota nas eleições de 1982. Participou ainda da Constituinte de 1988, voltando ao Senado em abril de 1992, depois de ser afastado da pasta da Justiça pela reforma ministerial feita pelo presidente Collor. Morreu no dia 5 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=Jarbas+Passarinho&TipoUD=0&MacroTipoUD=0&nItens=30>>. Acesso em: 12 jul.2016.

Nunes²¹; ou, mais recentemente, o grupo capitaneado pelo ex-governador Jader Barbalho, do PMDB, e pelo grupo liderado pelo PSDB, no Pará, que teve Almir Gabriel²² e agora Simão Jatene como governadores.

Esse antagonismo, uma das características que vem marcando a política local nos últimos anos, é verificado pela própria cobertura jornalística de *O Liberal* e *Diário do Pará* durante as eleições nos últimos anos e pelo contexto sócio-histórico que mobiliza os grupos políticos locais. É importante, antes de tudo, observarmos que tem sido nesse contexto que os dois jornais se lançaram a um embate discursivo nas eleições de 2014 para o governo do Estado, objeto de estudo desta pesquisa.

Na Amazônia, como em outras regiões brasileiras, ainda reinam, em certos aspectos, as oligarquias que comandam durante anos a cena política. Não raro, esses grupos políticos são atrelados a conglomerados de mídia que detêm o poder da comunicação, havendo uma relação umbilical entre ambos na proporção dos seus interesses.

O jornal *O Liberal* foi fundado em 1946 por Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, quando foi nomeado pela segunda vez interventor federal no Pará, durante o governo de Getúlio Vargas. Surgiu como jornal político do Partido Social Democrata (PSD), tendo sido

²¹ Alacid da Silva Nunes nasceu em Belém no dia 25 de novembro de 1924, filho de Francisco da Silva Nunes e de Maria da Silva Nunes. Após cursar a Escola Preparatória de Fortaleza, sentou praça em março de 1943, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Eleito prefeito de Belém pela Câmara Municipal em junho de 1964, em virtude da cassação do mandato de seu antecessor, Luís Geolás de Moura Carvalho, encerrou sua gestão em julho de 1965. Em outubro candidatou-se ao governo do Estado do Pará, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Trabalhista Nacional (PTN), do Partido Democrata Cristão (PDC), do Partido Republicano (PR) e da União Democrática Nacional (UDN), tendo derrotado Alexandre Zacarias de Assunção, da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT). Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior implantação do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. Passou para a reserva como tenente-coronel, sendo empossado governador em janeiro de 1966 em substituição ao coronel Jarbas Passarinho. Em março de 1981, após longo período de desentendimento com o senador paraense Jarbas Passarinho, declarou-se rompido com este e passou a estimular a transferência de seus correligionários para a sigla do novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora se afirmando desligado de qualquer partido. Em agosto de 1981 o mesmo grupo vinculou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Morreu em 5 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alacid-da-silva-nunes> Acesso em: 12jul.2016.

²² Almir José de Oliveira Gabriel nasceu em Belém, no dia 18 de agosto de 1932. Iniciou o curso de medicina na Universidade Federal do Pará em 1951, formando-se em 1956. Recrutado pelo governador Alacid Nunes, ocupou o cargo de secretário de Saúde do Pará, de março de 1979 a setembro de 1983, já no governo de Jader Barbalho, tendo sido em seguida nomeado prefeito de Belém. Em 1984 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), deixando a prefeitura da capital paraense em janeiro de 1986. Participou da Constituinte de 1988. Em meados de 1989 filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em novembro, foi candidato a vice-presidente na chapa de Mário Covas, do PSDB, que ficou em quarto lugar, atrás de Fernando Collor de Melo. Em 1994, elegeu-se governador do Estado, ao vencer Jarbas Passarinho. Em outubro de 1998, reelegeu-se governador, derrotando Jader Barbalho, candidato do PMDB. No ano de 2006, disputou novamente as eleições pelo governo do Estado, mas não conseguiu superar a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Ana Júlia Carepa. Almir Gabriel morreu em 19 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almir-jose-de-oliveira-gabriel>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

comprado pelo empresário Romulo Maiorana em 1966, quando sua sede era na rua Santo Antônio, no bairro do Comércio. Logo depois, o empresário comprou a antiga sede da Folha do Norte, localizada à rua Gaspar Vianna, para onde mudou-se o jornal. Em 1995, já sob a administração dos filhos, liderados por Romulo Maiorana Jr., mudou-se para a sede atual, na avenida Romulo Maiorana, antiga 25 de Setembro.

O Diário do Pará, por sua vez, foi fundado em 1982 por Laércio Barbalho, pai do atual senador Jader Barbalho (PMDB), quando este concorreu ao governo do Estado, em 1982, na primeira eleição direta para governador de Estado, ainda no período de transição democrática, no final da ditadura militar. Na ocasião, Jader elegeu-se o primeiro governador do Pará pelo voto direto após o regime de exceção, ao vencer o empresário Oziel Carneiro. Desde então, o Diário tem dado suporte a candidaturas de membros da família Barbalho e seus correligionários. A história dos dois grupos de comunicação confunde-se, portanto, com a própria história política do Estado, uma vez que os dois jornais têm sistematicamente adotado posições antagônicas nas sucessivas eleições.

Nas eleições de 1990, O Liberal apoiou o empresário Sahid Xerfan para governador, mas o candidato eleito foi Jader Barbalho, com apoio do Diário do Pará. Nas eleições de 1998, O Liberal apoiou o médico Almir Gabriel, já falecido, para governador, que venceu Jarbas Passarinho. Na eleição seguinte, Almir derrotou Jader Barbalho e se reelegeu para o governo do Estado.

Em 2002, com o apoio de Almir, que concluíu seu segundo mandato, Simão Jatene, ex-secretário de Estado de Almir, foi eleito governador, ao vencer a candidata petista Ana Júlia Carepa, com apoio do jornal O Liberal. Na eleição de 2006, Jatene desistiu de concorrer à reeleição e cedeu o lugar ao seu tutor político, Almir Gabriel, que voltou à cena novamente com o apoio de O Liberal, mas perdeu a eleição para Ana Júlia, do PT. Na eleição seguinte, em 2010, Ana Júlia concorreu à reeleição com o ex-governador Simão Jatene – curiosamente com o apoio de Almir Gabriel, que havia rompido com o ex-aliado político - mas perdeu a eleição para Jatene. Na eleição de 2014, o jornal Liberal voltou a apoiar o ex-governador Simão Jatene, enquanto o Diário do Pará apoiou a candidatura de Helder Barbalho, filho do senador Jader Barbalho. Jatene perdeu a eleição no primeiro turno, mas virou no segundo, tornando-se o primeiro governador do Pará eleito para um terceiro mandato.

O apoio do jornal O Liberal à reeleição de Simão Jatene, como será detalhado nas análises das matérias jornalísticas publicadas, se deve a uma série de evidências, entre elas: editorial (que reflete a opinião do jornal) publicado em 31 de agosto de 2014, na página 3 do Caderno Atualidades, com o título “Barbalhos, os Mentirosos”, onde o jornal ataca o senador

Jader Barbalho (pai do candidato Helder Barbalho), o Diário do Pará, jornal da família (“jornaleco”), e o irmão de Helder, Jader Barbalho Filho, diretor do jornal, estampando as fotos dos três. O editorial arremata, num subtítulo: “como dar crédito a espécimes que se acostumaram a chafurdar na lama da corrupção?”.

O jornaleco (Diário do Pará) veio à tona na esteira de variadas mafeitorias que transformaram Jader Barbalho em sinônimo de corrupção. Citem-se, como exemplos, o caso Aurá e o assalto aos cofres da antiga Superintendência da Amazônia (Sudam). Este último, aliás, rendeu a Jader, o galardão, de ser mencionado na denúncia do Ministério Público como o “líder da organização criminosa”, assim entendida a quadrilha que saqueou o órgão. (BARBALHOS, os mentirosos. O Liberal, Belém, 31ago. 2014. Atualidades, p. 3).

Outra comprovação de que O Liberal declarou apoio a Jatene foi uma série de quatro artigos publicados no jornal, assinado por um de seus proprietários, Ronaldo Maiorana, em que justifica as razões pelas quais o eleitor, e leitor do jornal, deveria votar na reeleição do governador Simão Jatene “[...] em mãos certas, quatro anos é tempo suficiente [...]”.

Em mãos erradas, oito anos é tempo de nada. Em mãos certas, quatro anos é tempo suficiente para construir um bom legado. Tempo suficiente para resgatar a função pública e a imagem de um hospital. Tempo bastante para construir hospitais equipados para cidadãos que precisam de cuidados maiores. Ver um homem público aproveitar bem o seu tempo faz lembrar de novo Eclesiastes. Afinal, “não há coisa melhor do que se alegrar o homem nas suas obras, porque esta é a sua porção”. A Jatene, portanto, faltam motivos para se envergonhar ou se entristecer. (POR QUE votar no Jatene – I. O Liberal, Belém, 31 ago. 2014. Atualidades, p. 2).

Observa-se, ainda, uma disputa entre os dois grupos de comunicação pelos mercados jornalístico e publicitário, considerando-se que a verba publicitária²³ dos governos representa quantia substancial para manter suas estruturas e logística. De acordo com reportagem publicada pelo Diário do Pará, no dia 24 de janeiro de 2016²⁴, o governo do Estado gastou um total de R\$ 216 milhões em propaganda, entre janeiro de 2011 – quando Simão Jatene assumiu o comando do Estado - e dezembro de 2015. Os dados se baseiam nos Balanços Gerais do Estado e no portal Transparência Pará. A previsão do Orçamento Geral do Estado para gastos com publicidade em 2016 era de R\$ 38 milhões, o que elevaria os gastos do governo em publicidade para R\$ 253,7 milhões ao longo dos últimos seis anos. É importante ressaltar que o jornal Diário do Pará vem fazendo oposição sistemática ao governador Simão Jatene e não tem sido beneficiado com essa verba publicitária, canalizada para outros

²³ De acordo com notícia publicada na imprensa com dados atribuídos ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sobre gastos do governo do Estado com propaganda, o governo teria gasto R\$ 25,6 milhões em 2011; R\$ 38,3 milhões, em 2012; e R\$ 36,9 milhões, em 2013, totalizando cerca de R\$ 110,1 milhões em três anos. Mais informações em: <http://pipontes.blogspot.com.br/2014/06/simao-jatene-gasta-r-1101-milhoes-com.html>

²⁴ Disponível em: < [http://mobi.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-357144-jatene-ja-gastou-r\\$-216-milhoes-em-propaganda.html](http://mobi.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-357144-jatene-ja-gastou-r$-216-milhoes-em-propaganda.html)>. Acesso em: 29 jan.2016.

veículos, entre os quais o jornal O Liberal, pertencente às Organizações Romulo Maiorana (ORM).

A disputa pelo poder político no Estado do Pará tem sido marcada por denúncias veiculadas na mídia sobre malversação de recursos públicos. Verifica-se, por exemplo, a ocorrência de uma série de irregularidades praticadas por gestores e ordenadores de despesas, seja nas prefeituras, câmaras municipais ou associações ligadas à sociedade civil organizada, conforme comprovam análises das prestações de contas²⁵ apresentadas por esses gestores aos Tribunais de Contas dos Municípios (TCM) e do Estado (TCE), em que muitos agentes públicos são condenados a ressarcir o erário por conta de recursos desviados. Observa-se, portanto, que a transparência e devida aplicação de recursos financeiros constitui-se um dos entraves para que a máquina pública desenvolva o seu papel e atenda à demanda de obras e serviços a contento, visando ao bem-estar da população que elegeu seus representantes pelo voto direto.

No que tange aos políticos, as irregularidades são ainda maiores quando se considera as prestações de contas dos gastos de campanha eleitoral, muitas não declaradas ou que apresentam irregularidades. De acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)²⁶ divulgados no dia 10 de julho de 2016, 56% das prestações de contas dos candidatos nas últimas eleições de 2014 foram reprovadas pela Justiça Eleitoral.

²⁵ O Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) emitiu recentemente parecer prévio que considera irregulares as contas de 163 ordenadores de despesas, sujeitas a julgamento pelas respectivas câmaras municipais, relativo a prestações de contas desde o ano de 1998 até 2011. Em outro levantamento, o TCM lista um total de 653 ordenadores de despesas que terão que fazer retificações nas prestações de contas apresentadas ao Tribunal. Em apenas uma prefeitura – do município de Magalhães Barata –, por exemplo, o prefeito Raimundo Braga teve reprovada a sua tomada de conta anual referente a 2012 e teria que devolver aos cofres públicos pelo menos R\$ 10 milhões. O julgamento ocorreu no dia 15 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.tcm.pa.gov.br/index.php?start=16>>. Acesso em: 19 set.2016.

²⁶ Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) foram divulgados em matéria jornalística publicada no jornal O Liberal. Disponível em: <<http://oliberaldebelemrdp.digitalpages.com.br/html/reader/97/55429>>. Acesso em: 10 jul.2016.

2.1 O resultado das urnas

Ao final do primeiro turno da eleição para governador, realizado no dia 5 de outubro, o pleito apontou o seguinte resultado, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)²⁷: 49,02% dos votos válidos (1.795.992) para Helder Barbalho (PMDB) contra 47,64% (1.745.442) para Simão Jatene (PMDB), o que nominalmente representou uma diferença de 1,4%, ou 3.491.434 votos. O candidato Zé Carlos (PV) obteve 1,21% (44.247) dos votos válidos; Elton Braga (PRTB), 0,40% (14.712), e Marco Antonio Carrera (PSOL), 1,72% (63.078).

Já no segundo turno da eleição, realizado no dia 26 de outubro de 2014, o resultado final apontou a vitória de Simão Jatene, com 51,92% (1.858.869) dos votos válidos contra 48,08% (1.721.479) de Helder Barbalho (PMDB). A eleição apontou ainda 57.204 votos brancos (1,48%); 240.437 nulos (6,20%) e um total de 1.308.042 (25,22%) de abstenções. O resultado oficial, com a totalização do segundo turno, foi divulgado pelo TSE em seu *site* no dia 27 de outubro de 2014, às 14h17. A coligação vencedora, “Juntos com o Povo”, reuniu 15 partidos em torno da candidatura de Simão Jatene: PSDB / PSD / PSB / PP / SD / PRB / PSC / PTB / PPS / PEN / PMN / PTC / PSDC / PT do B / PRP. O candidato a vice na chapa foi o advogado tributarista Helenilson Pontes (PSD).²⁸

Helder Barbalho, por sua vez, concorreu pela coligação “Todos pelo Pará” – PMDB, PT, DEM, PR, PDT, PROS, PHS, PC do B, PSL, PPL, PTN, tendo como candidato a vice o ex-deputado e ex-prefeito de Santarém Joaquim de Lira Maia (DEM)²⁹.

Simão Jatene obteve 476.408 votos na capital, enquanto Helder Barbalho teve 272.859 votos, uma diferença de 203.550 votos. Em Ananindeua, onde Helder já foi prefeito por duas vezes, Jatene obteve 134.958 votos, enquanto o candidato do PMDB teve somente 81.404 votos, uma diferença de 53.554 votos a favor de Jatene.

Ao todo, o colégio eleitoral paraense conta com um total de 5.188.450 eleitores, o que corresponde a 3,63% do eleitorado do País, um aumento de 419.993 eleitores se comparado ao pleito anterior, realizado em 2010. O eleitorado paraense é constituído, na sua maioria, por mulheres, com um total de 2.605.283 (50,213%) mulheres e 2.580.922 homens

²⁷ Os dados relativos a partidos políticos, coligações e o resultado oficial das eleições estão disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral Disponível em: <(http://www.tre-pa.jus.br/)>.

²⁸ Nascido em Santarém, em 11 de março de 1972, Helenilson Cunha Pontes é advogado tributarista; foi eleito vice-governador na chapa encabeçada por Simão Jatene, na eleição de 2014. Ainda no governo Jatene, desincompatibilizou-se para concorrer ao Senado, mas não se elegeu. De volta ao governo, ocupou o cargo de secretário estadual de Educação.

²⁹ Nascido em 1 de setembro de 1952, foi prefeito de Santarém no período de 1997 a 2005. Também exerceu os cargos de deputado estadual e federal.

(49,74%). Ao todo, o governador Simão Jatene obteve sete minutos e 22 segundos durante o horário eleitoral gratuito, contra sete minutos e 49 segundos de Barbalho.

Apresentados os dados que permitem perceber o contexto das eleições paraenses para o governo do Estado em 2014, podemos passar para nosso instrumental teórico de análise.

CAPÍTULO III

3 APORTES TEÓRICOS

Um dos pontos centrais desta pesquisa diz respeito ao conceito de escândalo, trabalhado por Thompson (2002, p. 40), entendido como luta pelo poder simbólico, relacionando escândalo, reputação e confiança. O autor diz que o escândalo “se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública [...] ou contradizem determinados valores, normas ou códigos morais”, que, segundo ele, estão sempre inseridos em relações de poder.

O autor faz um apanhado sobre o que vem a ser “escândalo”, desde suas origens etimológicas, na raiz indugermânica *skand*, que significa “pular” ou saltar”, até o grego, *skandalon*, que designava “armadilha”, relacionada a um “deslize moral”, enquanto que no latim *skandalum* referia-se tanto à acepção atual de escândalo quanto para designar calúnia ou difamação.

Os escândalos envolvendo agentes públicos constroem negativamente sua imagem pública. Porém, para que um fato social possa ser classificado como “escândalo”, Thompson (2002) enumera algumas exigências, além de implicar a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais, cuja ocorrência envolve um elemento de segredo ou ocultação, embora seja conhecida ou dada como certa por outros indivíduos não-participantes do escândalo. Além disso, alguns não-participantes podem se sentir ofendidos e desaprovam tais ações ou acontecimentos; esses não-participantes, diz o autor, denunciam publicamente o fato, expressando a sua desaprovação; e, por último, ele destaca que a revelação e condenação pública dessas ações ou acontecimentos podem prejudicar a reputação dos indivíduos.

É nesse contexto que surge o que Thompson (2002, p. 50) define de discurso infamante, um discurso que censura e reprova tais acontecimentos, que provoca descrédito no indivíduo e atinge a sua imagem, muitas vezes chegando aos meios de comunicação, transformando-se em atos de fala midiáticos que ferem a sua reputação. É nesse cenário que se dá a luta para preservar o que o autor chama de poder simbólico, “com o que quero significar a capacidade de empregar formas simbólicas para intervir e influenciar o curso das ações e acontecimentos”.

Com as transformações tecnológicas proporcionadas pelos meios de comunicação, criaram-se novos tipos de visibilidade da vida pública e privada, dentro de um novo conceito

espaço-temporal dessa visibilidade, dando origem ao escândalo midiático. Para Thompson (2002, p. 92), os escândalos midiáticos são.

Acontecimentos que se desenrolam, ao menos em parte, através de formas midiáticas de comunicação e adquirem, conseqüentemente, uma publicidade que é independente de sua capacidade de ser vista ou ouvida diretamente por uma pluralidade de outros co-presentes. Em virtude de sua publicidade midiática, as ações ou acontecimentos que estão no centro dos escândalos midiáticos se tornam visíveis aos outros que não estão presentes no tempo e local de sua ocorrência, podendo estar localizados em locais espacialmente distantes.

É o que se veem nas manchetes de jornais, quando pessoas alvo de escândalos midiáticos são objeto de desaprovação pública. No entanto, o autor observa que esta desaprovação não corresponde necessariamente “às opiniões e atitudes dos indivíduos que leem os jornais ou assistem a programas de televisão” (THOMPSON, 2002, p. 97) e faz uma ressalva, ao salientar que escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela, sendo, e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação.

[...] para a maioria das pessoas, os escândalos midiáticos são acontecimentos que eles experimentam intermitentemente e com diferentes, mas em geral modestos, níveis de interesse e atenção. É provável que eles os acompanhem vaga e episodicamente (se é que os acompanham), prestando mais atenção às manchetes e aos amplos contornos do que a detalhes específicos. (THOMPSON, 2002, p. 59 - 122).

Para Thompson, (2002, p. 59-60), os jornais e outras organizações da mídia têm interesse financeiro em manter ou aumentar a venda de seus produtos através de escândalos, que “fornecem histórias vivas, picantes, que podem ajudar esplendidamente a conseguir esse objetivo [...]. A revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiães do interesse público”. A mídia se apoia, portanto, no vazamento de informações, o que caracteriza o escândalo midiático, pressupondo a desaprovação pública de uma determinada conduta de um agente, destacando que os “escândalos midiáticos podem se transformar, rapidamente, em acontecimentos nacionais, na verdade acontecimentos globais, produzindo um misto de sobressalto e espanto entre indivíduos situados em contextos amplamente dispersos”. (p. 101).

São as manchetes dos jornais, a presença de avaliações negativas na imprensa, as críticas e, por vezes, as humilhantes caricaturas das pessoas cujas ações (reais ou supostas) são objeto de reprovação: é a apresentação repetida desses atos midiáticos de comunicação que gera o clima de desaprovação característico dos escândalos midiáticos [...] (THOMPSON, 2000, p. 97).

Devemos considerar, também, que o que determina a característica do escândalo é a sua natureza e, principalmente, a ampla repercussão que ganha e o transforma essencialmente num “escândalo midiático”, de acordo com o contexto cultural em que está inserido.

Embora o escândalo implique alguma forma de transgressão, fica evidente a qualquer observador que existe grande diversidade e variabilidade cultural nos tipos de valores, normas e códigos morais que são importantes aqui: o que seria uma atividade escandalosa em um contexto – digamos aventuras extraconjugais entre membros da elite política - pode ser visto como bastante aceitável (até normal) em outro contexto (THOMPSON, 2002, p. 41).

Já o escândalo político, por sua vez, é todo aquele que envolve um líder ou uma figura política, mas não somente centrado na figura do político. Sua natureza leva em conta também as relações e instituições sociais em virtude das quais se atribui poder político a alguém. A sua característica essencial, diz o autor, implica a violação de um processo devido (regras e procedimentos legalmente obrigatórios que governam o exercício do poder político”. (THOMPSON, 2002, p. 124). Portanto, é o campo político que caracteriza o escândalo político. E o poder político, por sua vez, é garantido por meio da instauração de formas simbólicas que dão legitimidade a esse poder simbólico, que é a “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas (THOMPSON, 2002, p. 131). O escândalo político, por sua vez, prejudica o capital cultural dos agentes públicos, ou o seu capital simbólico.

É nesse contexto que se dá a aproximação entre jornalistas e políticos, entre os campos político e midiático, dando origem aos escândalos políticos midiáticos. É nesse ponto que a opinião pública passa a ter importância primordial. Thompson (2002) observa que indivíduos não-participantes de escândalos políticos tornam-se público espectador e também podem formar uma opinião. “Tanto os políticos como o pessoal da mídia procuram monitorar a mudança de opinião do público em matérias de interesse dentro do subcampo político” (THOMPSON, 2002, p. 41). A consequência do escândalo político midiático, portanto, é esvaziar o capital simbólico do qual o exercício do poder político depende (THOMPSON, 2002, p. 137).

É justamente aí que nossa pesquisa foca: nos escândalos políticos midiáticos que podem minar o poder dos políticos, que podem ou ameaçam destruir a sua reputação, prejudicando a sua credibilidade “e, com isso, enfraquecer ou frustrar, sua capacidade de persuadir e influenciar outros [...]” (THOMPSON, 2002, p. 137). Diante da ameaça de destruir seus recursos simbólicos e seu poder, completa o autor, “a mídia se torna a arena central onde essa luta por poder simbólico é travada” (THOMPSON, 2002, p.139).

Líderes trabalhadores podem usar a mídia para passar por cima de seus companheiros políticos, dirigindo-se aos cidadãos comuns no campo político mais amplo na esperança de trazer a opinião pública a seu favor. O fato é que o escândalo político pode se transformar em uma luta para conquistar a opinião pública [...] (THOMPSON, 2002, p. 140).

A luta pelo poder político na sociedade representa a disputa pelas decisões na condução do Estado, ou seja, tudo o que diz respeito à administração pública dentro do sistema político de representação, com a participação de todos os cidadãos através do voto, ou, como diz Gomes (2014, p. 70), o processo de produção da decisão política mediante a “autorização, revisável de tempos em tempos, daqueles que realizam a decisão” (eleições). O que significa dizer historicamente que “a esfera dos mandantes mais nobres em termos ideológicos (os eleitores) tornou-se politicamente a mais passiva, enquanto a dos políticos, que seria secundária, torna-se mais ativa e mais efetiva”.

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados do lugar da produção (BOURDIEU, 1998, p. 162).

Se, por um lado, os políticos disputam o controle do Estado, o eleitor fica praticamente à mercê das decisões políticas de seus representantes, que, muitas vezes, não atendem aos seus anseios. O que se vê, em muitos casos, é que o próprio eleitorado é excluído das decisões políticas no Brasil, uma vez que os gestores da coisa pública se apropriam da esfera política, gozando para si dos poderes específicos de cada instância de governo. O Poder Executivo, por exemplo, dispõe de recursos financeiros, aparelho administrativo e força repressiva para controlar o Estado, bem como de poderes que lhe outorgam autoridade e credibilidade perante seus comandados - ou seja, poder simbólico – que, para Bourdieu (1998, p. 15), é o “poder subordinado, uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”.

O poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física (física e econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 1998, p. 14-15).

No Brasil, a disputa pelo poder político, como veremos à frente, se dá em função de negociações entre os diversos partidos por cargos nas empresas estatais, secretarias de governo, autarquias e cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e toda sorte de benesses que a máquina pública pode proporcionar, além do poder de administrar um Orçamento anual que chega a R\$ 3 trilhões, no Brasil. No Pará, a Assembleia Legislativa aprovou, no dia 22 de junho de 2016, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, com a previsão de receita de R\$ 24 bilhões. Considerando-se que a maioria dos cargos de gestão é ocupada mediante indicações políticas dos partidos da base aliada do governo, observa-se que uma quantidade de recursos públicos acaba nas mãos de um determinado grupo político, que passa a deter o poder sobre sua destinação.

Os limites entre a esfera pública e a esfera privada, no que concerne à administração de recursos do governo, é muito tênue, fazendo com que, muitas vezes, a coisa pública se transforme em coisa particular. O sistema político, com a divisão e independência dos Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário -, protegido por cláusula pétrea da Constituição Federal³⁰, acaba permitindo que, no fundo, cada Poder ampare suas próprias decisões nessa independência e passe a “legislar” em causa própria. É importante ressaltar, no entanto, que cabe primordialmente ao Poder Executivo o núcleo de poder sobre o Estado e, ao Legislativo, a tarefa de fiscalizar as ações do Executivo e propor programas e leis em benefício da população. O que se verifica, no entanto, é que, amparados no ordenamento jurídico, os Poderes muitas vezes extrapolam seus raios de ação e encontram brechas na legislação para ampliar seus poderes, com a criação de instrumentos que, muitas vezes, permitem interceder no âmbito dos demais poderes constituídos³¹.

Há que se considerar também que a gestão pública do Estado exige a participação conjunta dos Poderes. O Poder Executivo, portanto, precisa ter projetos de lei e matérias de seu interesse aprovados pelas respectivas casas legislativas, do contrário fica impedido de governar. Isso significa dizer que o Poder Executivo precisa negociar e barganhar com o Legislativo para poder governar. Sem apoio político, fica impedido de adotar medidas que precisam do referendo legislativo.

³⁰ O artigo 2º da Constituição Federal estabelece que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

³¹ Veja-se, por exemplo, a disputa sobre o rito instituído pela Câmara Federal para abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, estabelecido pelo então presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB—RJ), posteriormente afastado do cargo, que acabou sendo alvo de julgamento do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) devido a contestação de aliados da presidente. Nesse caso, a decisão sobre o rito do próprio Legislativo, quando em conflito, inclusive sobre questões regimentais, acabou nas lides do Poder Judiciário. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/16/maioria-dos-ministros-do-stf-vota-contra-as-contestacoes-de-cunha.htm>>. Acesso em: 16 maio, 2016.

Segundo Gomes (2014, p. 85), as “barganhas políticas” são as formas e negociação em que o concorrente mais forte, geralmente o governo, concede ou estabelece vantagens, quando pode, vinculadas ao Poder Executivo, em troca de apoio parlamentar”. O autor destaca que o parceiro da negociação é um partido ou grupo que realiza política apenas para o favorecimento daqueles que integram o próprio projeto de poder. Isso ocorre quando existe um sistema político em que o partido político, como sujeito institucional, tem pouca relevância eleitoral. É o que se observa no Brasil, principalmente, quando consideramos a existência das chamadas “siglas de aluguel”, partidos políticos pequenos – também chamados de “nanicos” – que negociam seu apoio eleitoral, geralmente no segundo turno das eleições, em troca de cargos no governo. Outro instrumento de barganha política, no Brasil, são emendas parlamentares, instituto que confere aos congressistas o direito de incluir no Orçamento Geral da União um determinado limite de recursos para obras nos seus respectivos redutos eleitorais.

No dia 30 de julho de 2015, quando ainda se esboçava a abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, O Liberal publicou matéria sob o título “Presidente libera R\$ 1 bi em emendas antes de reunião com governadores”. O objetivo, depreende-se, seria angariar apoio político dos governadores e de suas respectivas bases parlamentares com o intuito de barrar o processo de *impeachment* no Congresso Nacional. A liberação foi autorizada às vésperas do fim do recesso parlamentar, referente a restos a pagar de emendas parlamentares de 2014 e anos anteriores. Diz o próprio texto da reportagem que “a primeira liberação de recursos a parlamentares neste ano é uma tentativa do governo de acalmar deputados e senadores em meio às crises política e econômica, que devem ser acentuadas neste segundo semestre”.

Há, no sistema político brasileiro, partidos especializados nessa forma de escambo. Para tanto, evitam as alianças pragmáticas e as adesões sistemáticas, preferindo atuar sozinhas e barganhar o seu apoio, com a oposição ou com o governo, em cada disputa parlamentar. Mas há também partidos que, embora se engajem em alianças, desde que estas comportem participação no mando e nas redes de mando do Executivo, nem por isso deixam os seus membros de solicitar a negociação no varejo, presumivelmente desfrutando, assim, do melhor dos dois mundos (GOMES, 2014, p. 87).

O poder político, portanto, opera, principalmente, no âmbito da representação partidária, dos interesses comuns, em detrimento, muitas vezes, dos interesses dos representados. É nesse aspecto que Bourdieu (1998, p. 169) chama atenção para o fato de que a participação no campo político, ou seja, a concentração dos meios de produção propriamente políticos, têm sido concentrada nas mãos de profissionais, “que só com a

condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político”, havendo uma espécie de domínio prático da lógica imanente do campo político, diante da submissão às hierarquias e controles partidários, visando à tomada de posição nesse campo.

Os que dominam o partido, portanto, e têm interesses ligados à existência e permanência dessa instituição e os ganhos que ela pode assegurar aos políticos, encontram no monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes. Bourdieu (1998, p. 168) acrescenta que o “político avisado”³² é aquele que consegue dominar praticamente o sentido objetivo e o efeito social das suas tomadas de posição graças ao domínio que ele possui do espaço das tomadas de posição atuais e, sobretudo, potenciais, ou melhor, do princípio dessas tomadas de posição, ou seja, espaço das posições objetivas no campo e das atitudes dos seus componentes.

Este sentido prático das tomadas de posição possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis para os diferentes ocupantes das diferentes posições é o que lhe permite “escolher” as tomadas de posição convenientes e convencionadas, e evitar as tomadas de posição “comprometedoras” que fariam com que se encontrasse com os ocupantes de posições opostas no espaço do campo político. Este sentido do jogo político que permite que os políticos prevejam as tomadas de posição dos outros políticos é também o que os torna previsíveis para os outros políticos [...]. Não há nada que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo. (BOURDIEU, 1998, p. 172).

As negociações e interesses partidários que caracterizam o embate político e midiático entre os dois jornais têm um personagem central: o senador Jader Barbalho (PMDB), pai de Helder Barbalho, que no governo da presidente Dilma Rousseff foi ministro da Pesca e, depois, dos Transportes. Os ataques do jornal O Liberal têm como alvo, inúmeras vezes, Jader Barbalho, como forma de macular a imagem do filho. Mesmo tendo o PMDB abandonado o apoio ao governo federal, rompendo a aliança com Dilma Rousseff, Helder posicionou-se contra a decisão partidária e permaneceu no governo até o Senado Federal afastar a presidente do cargo por 180 dias, com a abertura de processo de *impeachment* contra ela, acusada de ter praticado as já referidas “pedaladas fiscais”. Com a assunção do vice-

³² As palavras de Bourdieu podem representar o que vem ocorrendo no jogo político brasileiro na atualidade, podendo-se considerar, dentro desses parâmetros elencados pelo autor, o ex-presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que teve o mandato cassado, como, de fato, um “político avisado”, que conhece o jogo político e sabe prever com maestria os lances seguintes dos adversários. Mesmo diante da iminente cassação - quando respondia a processo no Conselho de Ética da Casa por quebra de decoro parlamentar pelo fato de ter omitido contas secretas em bancos na Suíça, com valores em torno de US\$ 5 milhões -, ainda assim resistia. Um dos lances para evitar a cassação do seu mandato e a perda dos direitos políticos por oito anos, foi renunciar ao cargo de presidente da Câmara, na tentativa de ainda conseguir salvar o mandato parlamentar.

presidente Michel Temer como presidente interino, no lugar de Dilma (afastada definitivamente pelo Senado em 31 de agosto de 2016) ao término de todo o processo, Helder foi nomeado ministro da Integração Nacional do então governo interino. Para que pudesse se manter no poder, à frente da Presidência da República, o presidente Michel Temer, ainda interino no cargo, precisaria do voto do senador Jader Barbalho para afastar definitivamente Dilma Rousseff da presidência da República. O que se verifica, portanto, é que não faltam “políticos avisados”, como define Bourdieu (1998), dentro do jogo político esquadrinhado pelo autor, visando à manutenção do poder simbólico por meio de cargos no governo, especialmente os que envolvem a gestão de recursos públicos.

Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, política, finanças públicas etc.). Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir. Para garantirem essa mobilização duradoura, os partidos devem, por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários (BOURDIEU, 1998, p. 174).

Não se pode, portanto, deixar de considerar que o capital político pessoal dos agentes públicos tem poder de influência junto aos cidadãos, na condição de porta-vozes do fazer-crer em promessas, muitas das quais às vésperas das eleições. É nesse contexto que o eleitor irá decidir se vota no candidato A ou B, dependendo do seu poder de convencimento e do seu capital simbólico. No entanto, mais uma vez, considerando-se que nos rincões da Amazônia o acesso a informações é precário, muitas vezes esse crédito dado pelo eleitor se concentra única e exclusivamente no capital pessoal do porta-voz de promessas, como sendo capaz de aglutinar em torno de si a realização de propostas e expectativas, daí a importância de representantes de classe, de associações comunitárias e representantes da sociedade civil organizada nas campanhas eleitorais com o intuito de conquistar votos junto ao seu público.

Como observa Bourdieu (1998, p. 185), “em política, dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social”. Nesse caso, o autor se reporta a esses agentes como porta-vozes, que se apropriam não somente da fala do grupo, ou do seu silêncio, “mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político”.

Com o objetivo de conseguir seu intento, os grupos políticos que se utilizam da mídia trabalham sistemas simbólicos produtores de ideologias³³ no campo da luta de classes³⁴ na sociedade, função que cumprem por obra de especialistas na concorrência pelo monopólio da competência política de que dispõem. O alvo não são somente os interesses dominantes de classes, mas também os interesses específicos desses grupos políticos, ou de mídia, a eles atrelados, como no caso da disputa particular pelo poder simbólico que travam O Liberal e Diário do Pará no dia a dia, independentemente de campanhas eleitorais, como se trabalhassem – conforme as palavras de Gomes (2014) - para “uma eleição interminável”, obedecendo à lógica específica do campo de produção.

Ter presente que as ideologias são sempre duplamente determinadas é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem (efeito de “curto-circuito”, frequente na crítica marxista) sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades autossuficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia) (BOURDIEU, 1998, p.13).

O que se conclui é que não podemos, de forma alguma, analisar matérias jornalísticas, portanto discursos de cunho político, que disputam o poder e, conseqüentemente, o controle social, sem levar em conta os aspectos ideológicos que esses discursos carregam no seu bojo, numa estrutura social de luta de classes. Há que se considerar, portanto, a importância da composição desses discursos com o intuito de desconstruí-los, através da enunciação e linguagem utilizadas nessas matérias. É importante observar que os sistemas ideológicos visam à manutenção da ordem vigente, no sentido estrutural, muitas vezes sem mudanças sequer na esfera pública política para os demandados, ou seja, os cidadãos e eleitores, fazendo-se apenas a troca, ou mudança de grupos políticos que ocupam o poder, mas dentro do mesmo sistema de benesses. Como assinala Bourdieu (1998, p.12), os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima, como instrumentos de dominação estruturantes, reproduzem sob forma irreconhecível a estrutura do campo das classes sociais.

As páginas de jornais, principalmente durante a campanha eleitoral, estão marcadas por discursos ideológicos com vistas à consecução dos objetivos dos assessores do marketing

³³ Ideologia pode ser definida, de acordo com Karl Marx, como o sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas ideias (CHAUÍ, 1980).

³⁴ No sistema capitalista, tem-se uma sociedade de classes: a dos proprietários e a dos não-proprietários dos meios de produção. Pode-se dizer, portanto, que a origem da sociedade de classes, ou da desigualdade social, está na propriedade privada dos meios de produção. (MARX, 1984, p. 164).

político, que trabalham a política como produto a ser consumido, uma espécie de mercadoria para ser comprada pelo eleitor. É nesse sentido que a análise do discurso das matérias publicadas durante a campanha eleitoral levou em conta que os jornais funcionam como aparelhos ideológicos na luta de classes com vistas à conquista do poder político.

3.1 O poder midiático

A dominação política necessita de uma legitimação pública. Lima (2008) chama atenção para o fato de que hoje um evento, para ser “público”, não se limita à partilha de um lugar comum, podendo estar distante no espaço e no tempo. Daí, conclui que a política é uma atividade eminentemente pública e visível em regimes democráticos, havendo estreita relação entre política e mídia no mundo moderno, em que as ações dos governantes só “existem”, de fato, a partir do momento que ganham publicidade, ou seja, quando todos têm conhecimento sobre ela. Na sociedade midiaticizada, atividades ou ações ocultadas e moralmente danosas dentro de um determinado contexto cultural, deslocam-se (vazam) do campo eminentemente político para o midiático, por isso sua revelação pode desencadear uma série de constrangimentos para os agentes públicos, dando ao fato uma dinâmica própria, fora de controle, caracterizando-se, portanto, como um escândalo político midiático.

A mídia, dessa forma, não só suplementa a forma tradicional de constituição do “público”, mas também a estende, transforma e substitui. O “público” agora é midiaticizado. Esta é uma das diferenças entre um “escândalo localizado” e um “escândalo midiaticizado”. (LIMA, 2008, p. 529).

Considerando-se que o campo político é o local onde se travam as lutas pelo poder e que o poder político depende das relações entre os indivíduos e do poder simbólico por eles exercido (com o intuito de cultivar e sustentar a crença na legitimidade), a mesma luta é travada na mídia. Esta, segundo Bourdieu (1998), desempenha o papel de fábrica de formas simbólicas dentro de um determinado contexto cultural em que os signos por ela trabalhados são reconhecidos e assimilados por todos. Assim, os escândalos políticos que eclodem colocam em xeque a credibilidade e confiança depositadas pelos eleitores nos governos. Portanto, para o autor, o que está em jogo, na arena política midiática, diante de um escândalo político, é a reputação de um indivíduo ou instituição, o seu capital simbólico. Para Bourdieu (1998, p. 173-174), a luta que opõe os profissionais de imprensa é, sem dúvida, “a forma por excelência da luta pelo poder simbólico, resultado da manutenção ou transformação das divisões

estabelecidas entre as classes”, por ele denominadas de sistemas de classificação, cabendo à mídia o papel de instrumento de dominação e poder.

Ela (a mídia) encontra as suas condições sociais de possibilidade na lógica específica segundo a qual se organiza, em cada formação social, o jogo propriamente político em que se jogam, por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio da di-visão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objetivados (capital político objetivado) /ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer conhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos - as administrações do Estado (BOURDIEU, 1998, p.174).

O mesmo pensamento é corroborado por Lima (2008, p. 529), para o qual “a mídia se tornou a arena decisiva onde as relações do campo político se realizam e as reputações são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas”. O escândalo midiático, portanto, vende e gera receita através da comercialização de bens simbólicos.

3.2 O poder político

No Brasil, assim como na maioria dos países onde a liberdade de imprensa é um dos pilares da democracia, o poder político está atrelado ao poder midiático, sem o qual grupos que aspiram à dominação política não conseguiriam a visibilidade necessária para influenciar a opinião pública, inclusive mediante sondagens³⁵. É nesse contexto que vêm ocorrendo transformações políticas no Brasil, desde o fim da ditadura militar, com a retomada da redemocratização do país (1985), e o estabelecimento de eleições diretas em todas as esferas de governo. Dentro desse processo, verifica-se cada vez mais a importância dos meios de comunicação, a ponto de influenciarem diretamente no afastamento da presidente da República Dilma Rousseff, em 11 de maio de 2016, a exemplo do que ocorreu com o ex-presidente Fernando Collor de Melo, em 29 de setembro de 1992³⁶, que também enfrentou um

³⁵ Em seu estado atual, a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política; sua função mais importante consiste talvez em impor a ilusão de que existe uma opinião pública, que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a ideia de que existe algo que seria uma coisa assim como a média das opiniões ou a opinião média. A "opinião pública" que se manifesta nas primeiras páginas dos jornais sob a forma de percentagens (60% dos franceses são favoráveis a ...), esta opinião pública é um artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma percentagem (BOURDIEU, 1973). Disponível em: < http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf >. Acesso em: 12 jan.2016.

³⁶ Após denúncias publicadas na revista IstoÉ, no dia 28 de julho de 1992, em que o motorista Eriberto França revela um esquema de corrupção no governo integrado por Paulo César Farias (PC Farias) e a secretária do ex-presidente Fernando Collor, Ana Acióli, eclodiu no país um movimento com passeatas e manifestações exigindo o *impeachment* do presidente, acusado de enriquecimento ilícito, o que culminou na abertura de uma CPI no

processo de *impeachment* e teve cassados os seus direitos políticos por oito anos. Dilma ficou cinco anos, quatro meses e doze dias à frente do governo, afastada do cargo, como já mencionado, depois de enfrentar um período de crise na economia e de dificuldades na relação com o Congresso Nacional.

A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT)³⁷ ao poder, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, um torneiro mecânico, para a Presidência da República, constituiu-se um marco histórico, pois pela primeira vez tinha-se um trabalhador na chefia do Poder Executivo no Brasil. A perspectiva de mudanças na esfera pública, com maior distribuição de renda e justiça social, ganhava assim um contorno real diante da possibilidade de mudanças que até então eram apenas um sonho antigo de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁸, que viveu na clandestinidade durante os governos militares, mas que com a redemocratização do país passou para a legalidade.

Essa mudança na esfera pública no País, dentro do processo de redemocratização pós-ditadura militar, nos revela o surgimento de um novo contexto político no Brasil. Em seus estudos, Habermas (2003, p.40) salienta que a produção capitalista³⁹, no início da modernidade, assume o lugar do velho modo de produzir e a sociedade civil burguesa passa a ser constituída. A economia doméstica dá lugar à esfera pública num contexto de mudança em que a reestruturação faz com que se desenvolva a força da imprensa, aliada ao comércio que se desenvolve, passando a ter um caráter mais público, onde intelectuais passam a ser designados a escrever ao público descobertas que pudessem ser aplicadas.

Congresso. O *impeachment* foi aprovado pela Câmara Federal por 441 votos a favor e 38 contra no dia 29 de setembro de 1992. Dois meses depois, em 29 de dezembro daquele ano, Collor renunciou ao cargo. O Senado prosseguiu o julgamento e cassou ainda os direitos políticos do presidente por oito anos. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

³⁷ O Partido dos Trabalhadores (PT), partido que surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas, foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Defensor do socialismo democrático, o PT teve importância na mobilização pelas Diretas Já, movimento que reivindicou eleições presidenciais diretas no Brasil. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro presidente representante da classe operária eleito presidente, em 27 de outubro de 2002, e reeleito em 29 de outubro de 2006, foi um dos fundadores do partido. Disponível em: <www.pt.org.br/institucional/>. Acesso em: 17 fev.2016.

³⁸ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 25 de março de 1922, passando mais da metade da sua existência na clandestinidade. A criação do partido assinala o esforço de criar no País uma cultura socialista e um modo proletário de fazer política, inspirada na revolução russa. O partido conquistou a legalidade em 1945, atingindo 200 mil filiados em 1947. A partir de então, com o início da guerra fria, o partido é reconduzido à ilegalidade e perseguido pelo governo do Marechal Dutra, sofrendo grande repressão durante a Ditadura Militar de 1964. Hoje, com a redemocratização do Brasil, o partido encontra-se na plena legalidade. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 13 mar.2016.

³⁹ - O capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção são de propriedade privada ou particular e no qual os seus proprietários se apropriam do trabalho dos não proprietários; as relações sociais predominantes são de conflito e antagonismo. Nesse sistema, ocorre a transformação da mercadoria em dinheiro e a transformação do dinheiro novamente em mercadoria. O dinheiro que circula nesta última forma é, por conseguinte, transformado em capital, torna-se capital, e já é potencialmente capital. (MARX, 1984, p. 164).

A mudança na esfera pública brasileira possibilitou dois mandatos ao ex-presidente Lula (2002-2006/2006-2009). Mas ele não deve somente ao PT o seu capital político, adquirido durante os oito anos de governo. O governo Lula deu continuidade a um processo de estabilidade econômica da moeda brasileira (o Real), iniciado com a adoção do Plano Real⁴⁰, projeto econômico de cunho neoliberal⁴¹ implementado no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso⁴² (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB). Graças ao Plano Real, foi possível ao País estancar a inflação alta até então registrada no início do processo da redemocratização. A concepção política que norteia os dois sistemas de governo – do PT, em contraposição ao neoliberalismo do PSDB⁴³, dado o seu antagonismo -, haveria de novamente dividir o País em duas eleições, ambas vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva, que ganhou de candidato Fernando Henrique (2000) e, depois, de José Serra⁴⁴ (2006).

O cenário político em nível nacional seria reproduzido em vários estados – inclusive no Pará - onde o antagonismo entre petistas e tucanos cada vez mais se acirrava, vinculando grupos políticos a conglomerados midiáticos na luta pelo poder simbólico em várias instâncias de governo, em função do capital simbólico angariado por esses grupos e os indivíduos ligados a eles. A eleição para o governo do Estado de 2014, tendo de um lado o então governador Simão Jatene (PSDB), e do outro o candidato do PMDB, Helder Barbalho, traz no seu bojo esse contexto político nacional, presente nos discursos de palanque durante a campanha eleitoral no Pará, uma vez que Helder Barbalho contava com o apoio do ex-presidente Lula e do próprio PT, enquanto Jatene era apoiado pelo ex-presidente Fernando

⁴⁰ O Real tornou-se a moeda brasileira no dia 1º de julho de 1994. Mas o Plano Real começou a ser arquitetado em 1993, especialmente a partir do segundo semestre, pela equipe econômica criada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Faziam parte do grupo: Edmar Bacha, Persio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco e Pedro Malan. O Plano Real entrou para a história como o episódio que acabou com a megainflação e inaugurou um novo ciclo de desenvolvimento econômico no país. Disponível em: <20anosdoreal.epocanegocios.globo.com/>. Acesso em: 18 fev. 2016.

⁴¹ O Neoliberalismo denota um sistema econômico pautado numa subordinação incondicional ao mercado, abominando todo e qualquer tipo de intervenção estatal na economia e na sociedade, designando a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, especialmente financeira, com a redução do tamanho e papel do Estado. Disponível em: <www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2016.

⁴² Fernando Henrique Cardoso (1931) é sociólogo, professor universitário e escritor brasileiro. Foi presidente do Brasil por dois mandatos, de 1995 a 2002. É considerado um dos maiores intelectuais na área de ciência política e sociologia da América Latina. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/fernando_henrique_cardoso/>. Acesso em: 14 fev. 2016.

⁴³ O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado em 25 de junho de 1988 pelo ex-governador Mario Covas, que na época ocupava o cargo de senador. O símbolo da legenda é um tucano nas cores azul e amarela. Por esse motivo, seus membros são eventualmente chamados de "tucanos".

⁴⁴ José Serra José Serra, nascido em São Paulo, no dia 19 de março de 1942, foi ministro do Planejamento e da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso. Depois de sair derrotado da disputa presidencial de 2002, foi prefeito e governador. Concorreu novamente ao Palácio do Planalto em 2010, perdendo a eleição para a petista Dilma Rousseff. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/jose-serra/4f8897b2a076935111000191.html>. Acesso em: 13 mar. 2016.

Henrique Cardoso, um dos responsáveis pela estabilidade do Real. Os discursos ressaltando os prós e contras de ambos os governos – de Lula e FHC -, principalmente no aspecto econômico, formaram o pano de fundo da campanha eleitoral no Pará. Daí a importância de serem aqui contextualizados para que se possa ter um entendimento do cenário político do País quando da publicação das matérias que serão alvo de análise.

Outro aspecto de relevância foi a luta na arena midiática envolvendo supostos casos de corrupção que se transformaram em escândalos políticos, o que não é exclusividade das eleições no Pará, mas um fenômeno que vem ocorrendo nas últimas décadas, diante da mudança por que vem passando a própria política, em virtude das inovações de base tecnológica. Hoje, ressaltava Gomes (2014), a política já não se assenta mais nos discursos verbais e argumentativos, características que vêm cessando nas sociedades democráticas, que hoje adotam uma nova gramática e lógica de enunciação na comunicação de massa, com o predomínio da imagem sobre o verbal e do texto curto e direto sobre o discurso argumentativo clássico. Essas características da política nos dias atuais também nos levam a valorizar novas peculiaridades do próprio público, o que fez com que o sistema político fosse obrigado a se reconfigurar.

Hoje, as pessoas estão mais interessadas em entretenimento, curiosidades e espetáculos do que propriamente em longos discursos, “de tal modo que à disputa política interessa a percepção das predileções do público e a conquista da sua preferência, não interessando à opinião pública senão naquilo que nela é suficiente para produzir o voto”. (GOMES, 2014, p. 17), ao que o autor chama de “transfiguração dos valores públicos democráticos”. A partir dessa reconfiguração, os públicos – entendidos pelo autor como “reuniões de indivíduos privados para a discussão das coisas de interesse político e para a consequente formação discursiva da opinião” -, teriam se tornado dispensáveis. É nesse contexto que ele assinala que essa opinião pública “ver-se-ia substituída por uma opinião produzida profissionalmente, através de fluxos de comunicação, destinada à audiência, portanto, formada longe dos públicos”.

Essa ideia de política com a participação cada vez mais reduzida do eleitor também ganha contorno em Habermas (2003, p. 251), que reconhece fraqueza na participação dos eleitores e enfatiza uma orientação segundo metas programáticas, em função das imagens construídas e apresentadas pelos candidatos. “Feita periodicamente com as eleições, a nova encenação de uma esfera pública política submete-se à configuração em que se encontra enquanto forma decadente da esfera pública burguesa”.

A desintegração do eleitorado enquanto público torna-se nítida no fato de que o rádio e o jornalismo, mantidos da maneira habitual, praticamente ficam sem consequências. No âmbito da esfera pública estabelecida, os meios de comunicação de massa surgem apenas como transmissores de propagandas. (HABERMAS, 2003, p. 253)

O campo político, dessa forma, adquire um status de profissionalismo, no sentido técnico e científico, o que denota planejamento, previsão e controle, daí o surgimento do marketing político que proporciona assessoramento aos candidatos, com *script* profissionalmente estabelecido e orientado por cálculos de eficiência. Isto é, na nova política, não há lugar para amadorismos.

Outra mudança observada é que a própria participação dos cidadãos no jogo político vem se reduzindo, na medida em que são os especialistas em marketing e os próprios meios de comunicação que exercem o papel de formadores da opinião pública, o que denotaria uma espécie de passividade do eleitor, uma vez que o público não seria visto como agente do produto político, mas como consumidor dos interesses e necessidades a que esses produtos políticos se destinam satisfazer.

Como a arena política se apoia nos processos, mensagens e linguagens da comunicação de massa, os cidadãos seriam aí implicados nos mesmos termos que os públicos são supostos na indústria da comunicação, isto é, como espectadores (GOMES, 2014, p. 18).

Além disso, verifica-se também a gradual perda de representação dos partidos políticos, uma vez que nos dias atuais a política se dirige diretamente à massa pelos meios de comunicação, colocando os políticos à mercê da aprovação ou desaprovação do público, fazendo com que muitos tenham a sua imagem pública maculada por escândalos políticos, prejudicando ainda a imagem de algumas instituições abaladas por visibilidade negativa na mídia, principalmente os partidos políticos. “Com isso, perderiam importância e efetividade as instituições e estruturas que se apresentam historicamente como a representação do interesse e da vontade dos cidadãos no interior do mundo político, os partidos”. (GOMES, 2014, p. 17).

Em função dessas transformações por que vem passando a política contemporânea, no âmbito da comunicação, revela-se um interesse cada vez mais crescente pelo estudo das campanhas políticas e dos mecanismos da democracia, diante das mudanças ocorridas na política em função da nova base tecnológica de comunicação, dando origem a uma espécie de comunicação política, uma nova interface que revela uma relação estreita entre esses dois campos, desde a disputa eleitoral até o exercício do governo, uma vez que hoje os agentes políticos procuram ganhar espaço na esfera da visibilidade pública proporcionada pelos meios

de comunicação. Em consequência disso, as estratégias eleitorais em particular e as estratégias políticas em geral supõem uma cultura política centrada no consumo de imagens públicas. Isso ocorre hoje no âmbito do marketing político, encarregado de adaptar as estratégias eleitorais à nova gramática e lógica dos meios de comunicação.

Decorre desse pressuposto a evidência da centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de afetos e de emoções, para a conversão de eventos e ideias em narrativas e para o destaque daquilo que é espetacular, incomum ou escandaloso” (GOMES, 2014, p. 14).

É nesse ponto que se verifica uma convergência entre os campos da política e da mídia. Nessa arena da visibilidade política, em que se trava a disputa pelo poder simbólico, as relações sociais, como relações de força, são relações de comunicação, fazendo-se ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente, transformando essas relações em poder simbólico, “capazes de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 1998, p.15). Ou seja, pela incorporação automática, inconsciente, das leis que regem as diferentes espécies de capital em capital simbólico.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc., que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (BOURDIEU, 1998, p. 134-135).

O capital político caracteriza-se, portanto, segundo Bourdieu (1998), como uma forma de capital simbólico, um *crédito*, firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. Portanto, os agentes envolvidos na luta pelo poder simbólico no campo político travam uma batalha em defesa dos seus interesses para angariar cada vez mais capital simbólico junto ao eleitorado, aos seus pares e à mídia. Nesse contexto, como já mencionado, os governos precisam dar visibilidade às suas ações por intermédio dos veículos de comunicação. A luta pelo poder simbólico, travada dentro do campo político, pode constituir-se também uma luta de informações no campo midiático. É o que se verifica no embate travado entre os candidatos ao governo do Estado na arena midiática, havendo a necessidade de publicar, “de tornar público, objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual” (BOURDIEU, 1998, p. 142).

Dessa forma, os agentes que atuam no campo político visam angariar o capital valorizado no campo, ou seja, prestígio e reputação, transfigurados em forma de posições de decisão anunciados nas matérias jornalísticas publicadas. As nuances e limites entre os campos político e midiático, no entanto, se delineiam à medida que percebemos sua origem e seus efeitos, sejam originados de ações políticas que reverberam na mídia, sejam notícias da mídia que afetam as estruturas de poder e levam os governantes à tomada de ações políticas em função do conteúdo das notícias - muitas das quais se configuram denúncias de corrupção contra agentes públicos pertencentes a grupos políticos rivais, ao apontarem supostos desvios de recursos ou omissão do Poder Público, caracterizadas como escândalo político.

Para Thompson (2002), *escândalo político* e questões relacionadas à luta pelo poder simbólico devem considerar, portanto, que os personagens envolvidos são ou foram autoridades públicas, dentro de uma estrutura social, político-partidária, que remete a interesses eleitorais visando à manutenção do poder político. Por isso, a partir da caracterização do que vem a ser escândalo político, podemos analisar matérias jornalísticas publicadas durante a eleição ao governo do Estado do Pará para verificar se, de fato, se enquadram na perspectiva conceituada por Thompson (2002).

3.3 O texto, o discurso, a polifonia

No jornalismo impresso, dada as suas características, a informação é ampliada, contextualizando-a e aprofundando-a, com ênfase no enfoque social, econômico ou político, de acordo com os interesses de grupos, sejam eles políticos ou dos próprios órgãos de comunicação a eles vinculados. Os recursos utilizados para que os jornais consigam o efeito desejado junto à audiência se estendem aos elementos que permitem a compreensão e interpretação de um determinado texto, bem como elementos que ficam ocultos, ou seja, o não-dito, cuja lacuna é capaz de produzir um determinado sentido.

A primeira parte de um texto (ou mesmo, apenas os seus primeiros elementos lexicais) ativam uma cena esquemática em que há muitos elementos que são ainda deixados, por assim dizer, em branco; as partes seguintes vão preencher esses espaços em branco (ou, pelo menos, alguns deles), introduzindo novas cenas, trocando-as por outras ou sobrepondo-lhes outras de várias formas, segundo relações causais, temporais etc. Quem interpreta, constrói, a pouco e pouco, um mundo mental possível, onde insere os novos detalhes que o texto lhe vai fornecendo, modificando, sempre que necessário, as cenas anteriores que tinha construído. Um texto coerente é aquele cujas diferentes partes contribuem para a criação de uma única cena, em geral muito complexa. É importante notar que o caráter final desse mundo textual depende, muitas vezes, de aspectos das cenas que já não se encontram explicitamente mencionados no texto, o que remete para o papel e para a importância que os conhecimentos extralinguísticos têm na interpretação textual e para a necessidade de

um modelo teórico que permita explicar as razões do sistema dedutivo exigido para a compreensão do texto (VIOLI, 1982, p. 93 apud WOLF, 2001, p. 167).

Os jornais modernos veiculam notícias que trazem no seu bojo uma complexa tecitura de representações sociais que exigem uma interpretação cada vez mais acurada para a compreensão do mundo, a partir dos processos de comunicação e produção de sentidos sociais, considerando que a interpretação desses sentidos se torna, em si, uma nova realidade. Através da interpretação desses sentidos, pode-se desconstruir os discursos produzidos pelos meios de comunicação, que são, por sua vez, construtores da realidade social.

No nosso entendimento, dessa forma, a comunicação não é um processo linear de transmissão de informações entre emissor e receptor, mas processo intersubjetivo de interpretação da realidade, que leva em conta não somente o que é dito, mas como se diz o que é dito, e, principalmente, o que se deixa de dizer, posto que o próprio não-dito também faz parte desse processo comunicativo, neste caso, extralinguístico. Para Bakhtin (2006), a linguagem é um dos pilares de todo o pensamento dentro de uma perspectiva sócio-histórica que nos permite analisar os enunciados produzidos a partir dos contextos sociais em que estão culturalmente inseridos. A emergência do pensamento bakhtiniano nos traz à luz, portanto, a possibilidade de uma análise dos discursos baseada numa abordagem dialógica e, conseqüentemente, *polifônica*, onde vários discursos são historicamente atravessados por outros discursos, dando origem a uma ideologia dominante formadora do sujeito. Com base nisso, será possível analisarmos os processos comunicacionais, o embate de discursos contidos nas matérias jornalísticas, textos que constituem uma arena midiática, onde se travam disputas discursivas por meio de enunciados⁴⁵. É nesta arena midiática, portanto, que iremos tentar elucidar o que dizem os sujeitos, ao enunciar e materializar pensamentos dentro de determinada estrutura social, ou seja, analisaremos a forma como “entoam” as palavras, reveladoras de formas discursivas de poder; e ainda o que dizem ao ocultarem-se sob o manto do silêncio – ou seja, do não-dito, quando este silêncio é estrategicamente adotado em relação a tematizações que não são de seu interesse.

O homem é um ser essencialmente social e histórico na relação com o outro, que se constitui e se desenvolve como sujeito através da *linguagem*, mediadora da consciência, repleta de conteúdos ideológicos, social e historicamente construídos, que se materializa no discurso, no contexto dialógico com outros sujeitos. Carregada de conteúdos ideológicos, a

⁴⁵ Enunciado, no sentido bakhtiniano, extrapola ao sentido meramente linguístico, penetrando o campo do não-verbal. “O enunciado é definido como compreendendo três fatores: (a) o horizonte espacial comum dos interlocutores (a unidade do visível); b) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores; e (c) a sua avaliação comum dessa situação (BRAIT, 2014, p. 67).

linguagem é uma arena de disputas em que podemos identificar diversas “entonações sociais”. Ou seja, a linguagem, como fenômeno histórico, fruto da interação verbal, adquire diferentes significados, de acordo com os conteúdos da consciência ideologicamente construídos e desenvolvidos dentro do ambiente social. É nesse contexto dialógico que emergem múltiplas vozes que se entrecruzam – a polifonia. Neste sentido, todo discurso, para Bakhtin (2006), se tece polifonicamente, num jogo de vozes entrecruzadas, atravessado por outros discursos que partem de enunciados construídos em um determinado ambiente histórico-social.

Se todo discurso é polifônico e se constitui através do jogo de vozes entrecruzadas, cada sujeito, ao ouvir e assimilar as narrativas dos outros, também constitui uma arena de conflitos discursivos, ou seja, uma parte do que é seu é adquirida apropriando-se daquilo que é do outro. Dessa forma, o enunciado do sujeito é constituído de uma multiplicidade de vozes, de diversos textos-discursos, que se relacionam por fios dialógicos de vozes que se completam ou divergem umas das outras. Nesta direção, a partir dos estudos bakhtinianos, podemos compreender que as palavras que constituem os discursos são, basicamente, as palavras dos outros, não somente as do presente, mas as palavras construídas historicamente, significadas no tempo e no espaço, cada uma permeada de um sentido cultural que lhe significa. A palavra não é, portanto, somente minha, mas de todos os meus antepassados; não é exclusividade minha, mas o contexto em que se insere aqui e agora no mundo é quem lhe referencia.

Esse é o referencial que ancora o entendimento de que as palavras não possuem apenas um sistema de formas, mas, ao viajarem no cotidiano do mundo, nos sistemas ideológicos estruturados, vão produzindo e se reproduzindo de uma cultura para outra, portadoras de sentidos múltiplos, não somente individuais, mas essencialmente coletivos, ideológicos, carregadas de significações de poder. Mesmo formada na consciência de cada sujeito, a partir do conteúdo ideológico no qual está social e historicamente inserida, a palavra encontra seus sentidos nas formações discursivas. Nesta direção, levamos em conta nas matérias jornalísticas analisadas aspectos relacionados a esse embate discursivo entre grupos com o intuito de demonstrar, nos discursos ideológicos publicados nos dois jornais, o que é dito, como é dito, por quem e para quem e, em última instância, o que deixa de ser dito, mas considerando-se a audiência para a qual a notícia é veiculada, dentro desse processo, numa linguagem por todos culturalmente reconhecida.

O sujeito da compreensão enfoca a obra com sua visão de mundo já formada, de seu ponto de vista, de suas posições [...] O sujeito da compreensão não pode excluir a possibilidade de mudança e até de renúncia aos seus pontos de vista e posições já

prontos. No ato da compreensão, desenvolve-se uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento. (BAKHTIN, 2011, p. 378).

3.4 O teatro político e o escândalo midiático

O palco que a mídia representa para o campo político, aliado à competência dos assessores de marketing, exige cuidado, ou seja, a seleção do que deve ir a público e do que deve permanecer nos bastidores para evitar “vazamentos”. A cena política midiática, portanto, passa a ser controlada por agentes externos à política, isto é, por jornalistas e outros profissionais ligados ao marketing. “Aparentemente, o segredo da arte consiste em produzir visibilidade sobre o que é vantajoso, que seja visível, e recobrir com reserva aquilo que é conveniente manter sobre discrição” (GOMES, 2014, p. 88).

Essa condição de segredo, que perigosamente pode vir à tona e prejudicar reputações, é bastante explorada pelo jornalismo investigativo, que logra ele próprio representar a esfera civil, mantendo-se vigilante à esfera política, na defesa do interesse público, visando trazer à tona acertos e compromissos da composição de forças do campo político com o fito de atingir, em alguns casos, o capital simbólico de grupos rivais. “Aqueles que querem usar o escândalo como uma arma política irão provavelmente encontrar algum fórum midiático onde as revelações e alegações podem ser apresentadas à arena pública. (THOMPSON, 2000, p. 107).

É importante ressaltar, nesta pesquisa, o que Thompson chama de “política da confiança”, ou seja, “o caráter e a credibilidade e confiabilidade dos atores políticos”. O autor conclui que “poder e reputação andam de mãos dadas”. É por esse motivo, segundo ele, que a luta na arena midiática recorre à formação de um poder simbólico de acordo com os interesses das partes envolvidas. Ou seja, a partir da “veracidade” construída, os jornais contribuem para a formação de uma opinião dos eleitores que reflita esse poder simbólico, do qual estão imbuídos, visando atingir seus interesses. “A produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de facto à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número (de pessoas)” (THOMPSON, 2000, p.175). É por isso que essas ideias, segundo o autor, são de imediato submetidas à aprovação de um grupo, mediante a veiculação dos interesses desse grupo nos meios de comunicação, visando atingir o maior número de pessoas.

(Tais ideias) só podem, pois, ser impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, de produzir ideias capazes de produzir grupos manipulando estas ideias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo [...] através

da retórica do meeting ou do domínio de todo um conjunto de técnicas da palavra, da redação[...].” (BOURDIEU, 1998, p. 175).

A repercussão dos escândalos políticos na mídia ganha mais força quando estão diretamente ligados a casos de corrupção envolvendo agentes públicos. Albuquerque (2014) destaca que, no universo da comunicação política, o tema corrupção aparece de três formas: A primeira se refere aos estudos da atuação da imprensa no combate à corrupção (BRUNETTI; WEDER, 2003; LAWSON, 2002 apud ALBUQUERQUE, 2014), como se a imprensa fosse uma instância relativamente autônoma em relação à sociedade, ou, como uma espécie de fiscal dos atos governamentais. O autor acrescenta ainda que um segundo enfoque considera a imprensa, ela própria, como uma instituição da sociedade. E o terceiro trata dos estudos que fazem uma reflexão sobre como a corrupção afeta o jornalismo e o agir dessas organizações de imprensa dentro deste e de outros contextos.

Verifica-se, no entanto, que o liame entre o escândalo político e o midiático é muito mais tênue do que se imagina, na medida em que ações políticas tornam-se concomitantemente fatos midiáticos, dependendo do foco e abordagem que os veículos de comunicação dão a essas ações, de acordo com seus interesses editoriais/políticos, econômicos ou sociais. É nesse terreno que operam os agentes do campo político, na tentativa de legitimar seus interesses por meio de pontos de vistas amplamente difundidos, especificamente, por veículos alinhados com esses mesmos interesses. Os *media* agem como produtores de bens simbólicos. Bourdieu (1998) observa que, nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (p.ex.: o seu voto, as suas quotizações) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos.

A visibilidade na esfera pública torna-se, portanto, fundamental para o jogo político. A política que hoje chega ao grande público pelos meios de comunicação é trabalhada por indivíduos com competência em gerir fluxos comunicativos “para descobrir o que pensa e sente o público e para produzir discursos e fatos conforme a opinião que se quer que o público tenha” (GOMES, 2014, p. 84). Como necessitam de visibilidade, precisando estar sempre em evidência na mídia, esses políticos agem como se estivessem permanentemente em campanha. A eleição, diz novamente Gomes (2014), “é interminável”. É a cena política, que agora passa a habitar os corações e a memória do público, em busca de uma popularidade cada vez maior que confira visibilidade política e capital eleitoral. É nesse novo contexto que o campo político trabalha a sua imagem voltado para o espetáculo.

Deve-se considerar, portanto, a mídia como um palco e o campo político como os atores desse enredo, trabalhando-se a imagem, a visualidade, que está na ordem do espetáculo.

Ou seja, cria-se uma representação do que se precisa parecer, uma imagem, signo, um sentido simbólico perante a audiência pública, na nova gramática da narrativa midiática, proporcionando um espetáculo que compõe a narrativa midiática como forma de enquadramento estético, isto é, a transformação de um acontecimento ou evento político para um formato possível de ser conduzido pela narrativa midiática, em sua linguagem, como princípio regulador desse processo de visibilidade, de uma forma interativa e colaborativa com o público, na ordem do espaço midiaticizado. Dentro dessa nova perspectiva, a imagem se sobrepõe à palavra, como um fazer ver. Essa nova estética do espaço político público, que, na visão de alguns autores, coloca o público numa condição de passividade; confere ao eleitor, por outro lado, uma autonomia no plano estético diante da nova linguagem de fazer política e formar opinião. Dessa forma, o eleitor não seria um mero e passivo espectador do processo político, mas, analogamente, uma espécie de “espectador emancipado”, aos moldes do que reivindica Rancière (2012).

A emancipação (do espectador) começa quando se questiona a oposição entre olhar e agir, quando se compreende que as evidências que assim estruturam as relações do dizer, do ver e do fazer pertencem à estrutura da dominação e da sujeição. Começa quando se compreende que olhar é também uma ação que confirma ou transforma essa distribuição das posições. O espectador também age, tal como o aluno ou intelectual. Ele observa, seleciona, compara, interpreta. Relaciona o que vê com muitas outras coisas que viu em outras cenas, em outros tipos de lugares. Compõe seu próprio poema com os elementos do poema que tem diante de si. Participa da performance refazendo-a à sua maneira, furtando-se, por exemplo, à energia vital que esta supostamente deve transmitir para transformá-la em pura imagem a uma história que leu ou sonhou, viveu ou inventou. Assim, são ao mesmo tempo espectadores e intérpretes ativos do espetáculo que lhes é proposto (RANCIÈRE, 2000, p. 17).

3. 5 Mídia, mediatização e espetacularização

No caso do processo político-eleitoral, não há como deixarmos de fazer analogia com a espetacularização que tomou conta das campanhas políticas no Brasil, marcadas por espetáculos midiáticos. Rubim (2004) afirma que não se pode pensar a representação como se esta não fosse uma parte indissociável e construtora da realidade. Ele reitera que não se pode conceber a representação como tendo um estatuto de realidade inferior ao (restante do) real, “posto que este seria fundado na contiguidade presencial, tomada como modalidade privilegiada de relacionamento para a construção incisiva da realidade”. Para o autor, a representação não só faz parte da realidade, como aparece como dispositivo imprescindível de sua construção social. O estatuto de realidade da representação, segundo ele, nada fica a dever

àquele atribuído ao restante da realidade, que, enfatiza, só é possibilitada através do recurso às mediações.⁴⁶

Rubim (2004, p. 189) destaca que, diante da emergência da política, o espetáculo tornou-se expediente legítimo de como proceder para a conquista e a manutenção do poder político. “Nessa nova situação, o espetáculo, antes afirmação suntuosa do poder, ganha uma nova dimensão; ele passa a ser produzido também como modo de sensibilização, visando à disputa do poder, e como construtor de legitimidade política”. Essa visibilidade, portanto, obriga a política a possuir uma nova dimensão estética, dentro de um processo de espetacularização em uma contemporaneidade estruturada em rede e, como enfatiza o autor, “ambientada pela mídia”, dando origem ao que se denomina de ‘mediapolítica’⁴⁷. É nesse contexto midiático que o espetáculo toma lugar, com o intuito de chamar atenção e prender o olhar do espectador, ou seja, o leitor-eleitor.

O espetáculo remete também à esfera do sensacional, do surpreendente, do excepcional, do extraordinário. Daquilo que se contrapõe e supera o ordinário, o dia-a-dia, o naturalizado. A instalação no âmbito do extraordinário potencializa a atenção e o caráter público do ato ou evento espetacular. A ruptura com a vida ordinária, condição de existência do espetáculo, pode ser produzida pelo acionamento de inúmeros expedientes, em geral, de modo intencional, mas, em alguns horizontes, até mesmo de maneira não prevista. (RUBIM, 2004, p. 193).

A cena política, assemelhada ao teatro, recorre a elementos como plasticidade visual, sonoridade, movimentos, expressões corporais, vestuários, cenários, um conjunto de elementos que produzem simbologias e sentidos pretendidos pelo espetáculo. “Recorrer a este conjunto de dispositivos plástico-estéticos em movimento potencializa a dramaticidade, a teatralidade e a encenação contidas no evento espetacular”. Não é à toa que até pouco tempo os comícios, agora proibidos pela legislação eleitoral⁴⁸, recorriam a espetáculos musicais, com shows de bandas famosas, com o intuito de atrair o público. As carreatas, os trios elétricos, com toda uma parafernália, incluindo vestimentas e bandeirolas coloridas com o número do candidato, compõem um cenário espetacular capaz de chamar a atenção do eleitor. Esses recursos também são canalizados para os programas de rádio e televisão, contando com todo o aparato tecnológico e recursos cinematográficos disponibilizados pelas produtoras

⁴⁶ Rubim (2005, p. 186) destaca “que, teoricamente, não existe a possibilidade de uma relação direta, não mediada, com a realidade; que a representação não só faz parte da realidade, como aparece como dispositivo imprescindível de sua construção social”.

⁴⁷ O conceito é desenvolvido por Roger-Gérard Schwartzberg para referir-se ao estado de espetáculo que hoje a mídia se transformou.

⁴⁸ Antes da edição da Lei nº 11.300/2006, os candidatos podiam promover shows de cantores e outros artistas durante a realização de comícios, transformando-os em verdadeiros “showmícios”. Mas esta prática foi abolida a partir da eleição de 2006.

profissionais contratadas pelos candidatos para fazer a campanha eleitoral. O material produzido abastece as rádios e TVs com *spots* e inserções no horário eleitoral gratuito. As respectivas assessorias de imprensa também distribuem material jornalístico de divulgação para os veículos de mídia, ampliando o leque do espetáculo político que tem o eleitor como espectador. A partir daí verifica-se que a espetacularização da política está estritamente vinculada aos campos cultural e midiático. Essa conexão entre mídia e espetáculo, aponta o autor, nos leva a concluir que as mídias, assumidamente na contemporaneidade, são o lugar primordial de fabricação do espetacular, dando origem à sociedade do espetáculo.

Pode-se então redefinir os termos da formulação da contemporaneidade como “sociedade do espetáculo”. Ela está em sintonia com a atual fase do capitalismo, na qual a informação e a comunicação tornam-se mercadorias privilegiadas e a economia do espetáculo aparece como cada vez mais relevante. Mas ela também pode ser caracterizada como a sociedade em que, diferente do que acontecia nas anteriores, quando o espetacular era algo da esfera do extraordinário e da efemeridade, agora o espetáculo potencialmente está (oni) presente, no espaço e no tempo, e afeta radicalmente, toda a vida societária. O espetáculo, depois de se tornar autônomo em relação ao religioso e ao político e ser acolhido na esfera cultural, como cerimônia artística ou festa popular, ocupando locais e ocasiões privilegiadas, transforma-se em algo com pretensões a colonizar todo o mundo da vida. (RUBIM, 2004, p. 201-202).

É importante ressaltar, no entanto, que a mídia em si não deve ser identificada ao espetáculo, pois não confere a todos os seus produtos o caráter de espetáculo, devendo tão-somente ser compreendida como o campo que dá visibilidade e publicização aos atores sociais. E se a mídia representa os meios e veículos que proporcionam a exibição à audiência, a midiatização, como conceito, é a veiculação de algo na mídia (RUBIM, 2004). Já a espetacularização, diferencia o autor, refere-se ao processamento, enquadramento e reconfiguração de um evento, forjada pela mídia ou não, através de inúmeros expedientes. “Assim, a mídia pode ser associada a processos de midiatização e espetacularização”. A midiatização da política seria, por conseguinte, uma mera adequação da política à linguagem midiática, dentro da sua estética cultural, mesmo quando ela não ocorre em uma perspectiva espetacular.

Tão somente a política que transita na contemporânea dimensão pública de sociabilidade, buscando adequar-se a este espaço e às linguagens próprias da mídia, sem com isso importar uma tal lógica produtiva que impeça a política de se realizar e buscar suas pretensões (RUBIM, 2004, p. 208).

Já a política midiatizada espetacular assume o caráter de “escândalo”, considerando-se que ocorre não somente no território público da política, mas na própria mídia. A questão que se coloca, no entanto, é se um fato político vira escândalo dentro dos padrões que se

considera escândalo na sociedade - como a exposição da vida privada de políticos, por exemplo - porque é espetacularizado pela mídia ou pelo próprio campo político, ou se é a própria política quem promove a espetacularização, fazendo com que este fato político ganhe ou não eco na mídia, de acordo com interesses de grupos.

Rubim (2004) enumera quatro possibilidades para a investigação: 1) eventos não espetacularizados, nem pelos políticos, nem pela mídia; 2) eventos espetacularizados pelo próprio campo político e apenas midiaticizados, isto é, somente divulgados pela mídia; 3) eventos não espetacularizados pelos políticos, mas transformados em espetáculo pelo campo midiático; 4) e, por fim, eventos espetacularizados tanto pelo campo político quanto pelo campo midiático. O autor observa, no entanto, que o “duplo procedimento de espetacularização, tanto no campo político quanto midiático, configura, em toda sua potência, os espetáculos do contemporâneo por excelência”. (RUBIM, 2004, p. 212)

Outra questão apontada pelo autor é como pode ser compreendido o procedimento de adequação necessária da política aos espaços e linguagens midiaticizadas para que seu trânsito, nessa contemporânea dimensão pública, possa se realizar satisfatoriamente. Rubim (2005) analisa duas correntes que defendem posições opostas: uma, de que a política é quem impactaria sobre a mídia, silenciando-a, deixando-a numa posição de dominação ao outro campo, sem poder de influência; e outra, que fala da submissão da política aos ditames da mídia, enquanto há quem defenda que existe, de fato, uma interdependência, o confronto e a complementaridade entre esses dois campos. Para o autor, preocupa tanto a tentativa política da mídia de restringir e até silenciar a temática política, “como a superexposição que, realizada sob o controle da mídia, dá visibilidade a alguns temas e silencia outros, considerados impertinentes”. (RUBIM, 2005, p. 43)

Uma das respostas possíveis para esse imbróglio, segundo este autor, seria que a adequação entre os dois campos “significa absorção da lógica produtiva da mídia, imediatamente identificada com a lógica produtiva do espetacular, em detrimento de uma outra política. Portanto, a midiaticização das eleições, as conjunturas e os campos de força político-eleitorais no país

têm propiciado uma variedade de interações entre o campo midiático e o político, com modalidades diferenciadas de cobertura, com estratégias distintas de campanhas eleitorais etc. [...]. As diferentes configurações de relação mídia e eleições nos diversos experimentos de escolha presidencial reforçam o procedimento e a opção metodológica de pensar a comunicação e a política independentes, como campo de forças em permanente disputa”. (RUBIM, 2005, p. 43).

Na condução dessa pesquisa, acreditamos que esta última tendência, do imbricamento, de uma interdependência entre política e mídia, faça mais sentido, uma vez que fatos políticos, em muitos casos, são geradores de fatos midiáticos, ao mesmo tempo em que se observa que fatos noticiados pela mídia provocam ações políticas como resposta. Esse movimento parece ser dinâmico, numa espécie de dialética que move o que denomino de *círculo polimidiático*, precisando que seus atores estejam sempre de prontidão para que essa dialética mantenha seu ritmo. Muitas vezes, basta apenas a eclosão de um escândalo político para que todo um novelo de fatos, através de novas revelações, venha à tona e abasteça o noticiário político por semanas, ou até meses, como no caso do escândalo da Petrobras.

Em alguns momentos, percebe-se um arrefecimento desse círculo, diante da falta de fatos novos. Como a mídia trabalha a informação como produto comercial, há interesse dos grupos de comunicação, principalmente as revistas semanais e os grandes jornais, em investir em matérias investigativas com o intuito de manter o noticiário em alta sobre determinados temas. O arrefecimento, quando ocorre, não significa necessariamente que a política silencia a mídia, mas que, muitas vezes, esta silencia sobre um determinado tema quanto encontra outro mais atraente, ao mesmo tempo em que o campo político, dadas as suas características contemporâneas baseadas na visibilidade midiática, mantém até certo ponto uma submissão aos ditames da mídia, sem, no entanto, depender dela para produzir fatos políticos. Muito pelo contrário, a política abastece a mídia na mesma proporção em que esta responde com notícias ao campo político, uma espécie de *feedback* que retroalimenta o círculo, expondo publicamente seus agentes. Como enfatiza Thompson (2002), o grau de segredo envolvendo esses fatos políticos é que dão a medida do seu sucesso. Por esse motivo, os jornalistas investigativos são frequentadores assíduos dos diários oficiais e dos portais de transparência.

3.6 As imagens e o real no mundo da notícia

O contexto da economia política do mundo atual, de cunho essencialmente capitalista, nos remete a análises que levam em conta essa realidade, em que a notícia se converte em mercadoria⁴⁹ na disputa pelo poder político numa sociedade marcada pela luta de classes. Dessa forma, não se pode deixar de levar em conta que a sociedade capitalista vende notícias num mercado midiático e, portanto, tenta atrair consumidores das informações que

⁴⁹ A mercadoria é, segundo Marx, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenha do estômago ou da fantasia (MARX, 1982, p. 41).

veicula. Nesse contexto, em que a notícia é a reprodução midiática do mundo mercantil, o mundo se reduz a sua representação, a um simulacro, analogamente a uma espécie de fetichismo⁵⁰ mercantil, sendo a notícia mercadoria, provida da imagem que o consumidor tem dela no seu imaginário, trabalhada por profissionais do marketing político, que criam estratégias para estimular o seu consumo, tornando o fetiche ainda mais sedutor.

Subirats (1989) salienta que o problema do fetichismo mercantil está intimamente relacionado ao da alienação humana, precisamente num processo de “resrealização” da existência individual e do ser concreto dos objetos, subsequente à sua determinação abstrata quanto a seu valor de troca.

Existe, contudo, um momento na definição marxista da alienação mercantil, apenas ressaltado, ao menos indiretamente, nas análises da coisificação humana devidas a Simmel e seu discípulo Lukács, que merece uma atenção especial no âmbito da teoria do espetáculo: a relação do sujeito humano consigo mesmo e com as coisas, a qual, sob o signo da sua transubstanciação, se converte de interior em exterior, de ativa em passiva, e de identificatória em contemplativa. A realidade de si mesmo e do mundo adquire necessariamente a objetividade de algo externo, independente e opaco, de algo alheio ao mundo individualizado do homem e dos objetos, como se se tratasse de sua duplicação espetacular num teatro, no entanto, real. (SUBIRATS, 1989, p. 82).

É nesse universo, portanto, que a representação, ou simulacro, se torna real. Ou seja, o simulacro passa a ser uma “representação ideológica que se tornou realidade, isto é, pressupõe a superação da ideologia como reino independente da representação” (SUBIRATS, 1989, p. 84). Essa mudança de paradigma modificou a conduta e proporcionou a criação de novos sistemas de socialização, a partir do simulacro cultural dos meios de comunicação. O autor destaca que hoje não é mais preciso enclausurar o homem em sua casa nem integrá-lo socialmente agregando-o em desfiles de milhões de outras pessoas sob o espetacular entusiasmo de mitos e ideologias⁵¹ para convencer e atrair adeptos.

Na silenciosa solidão que as telas proporcionam, a existência individual não é menos dona de si mesma, nem seu tempo e seu espaço estão pior programados pela unidade compositiva que define o meio, nem sua integração social e histórica é menos espetacular do que nos rituais primitivos das concentrações das massas tradicionais. Como espectador, o homem contemporâneo continua sendo a mesma criatura do espetáculo da história e de seus valores simbólicos, já que foi em sua qualidade de existente minimalizado pelas condições racionalizadas da habitação industrial, ou

⁵⁰ Fetichismo, segundo Feitoza (1996), pode assim ser definido: “No dizer de Marx, o produto do trabalho humano, ao se tornar mercadoria, tem o poder de estabelecer relações de valor entre si com os homens, assumindo uma forma “fantasmagórica”. O único meio que este filósofo alemão encontrou para definir, para achar um “símile” desta relação, foi recorrer ao campo da crença, da religiosidade, definindo este mistério como fetiche.

⁵¹ Ou seja, o que chega a nossos lares diariamente é apenas a reprodução da realidade. Ou, como enfatiza Marcondes Filho (1988, p. 37)), “é óbvio que o aparelho de televisão não é por si só fascinante. Fascinante é o mundo do lado de lá que ele nos permite ver, o canal que dá passagem a outro lugar, ao mundo, aos sonhos, às nossas fantasias.

como sujeito heróico das hordas e falanges que o nacional socialismo mobilizava como vanguarda da reorganização ao mesmo tempo estética e indústria da cultura (SUBIRATS, 1989, p. 97).

A partir dessas reflexões, podemos inferir que o que ocorre no mundo midiático, permeado por imagens e sequências espetaculares que visam atrair a atenção do consumidor, é que os jornais, as redes de televisão e a própria internet, nos dias atuais, recorrem a recursos imagéticos para construir uma aura de espetacularização da realidade, ao ressaltar e destacar determinados aspectos das notícias que publicam utilizando-se de recursos imagéticos com base na nova plataforma digital de que dispõem.

O simulacro, se não é a realidade em si, passa a substituí-la e a incorporar em si uma nova realidade, posto que é a partir da sua existência como elemento multiplicador que novas representações sociais serão construídas pela audiência. Surge, assim, a *telerrealidade*, um conceito de Sodré (1984), que significa a produção de um novo espaço/tempo social eletronicamente acelerado no sentido da globalidade, instantaneidade e simultaneidade, onde as coisas se justificam pela sua própria circulação, pelo mero trânsito num meio. “Enquanto simulação do mundo, este espaço/tempo   narcis stico por si mesmo, pois é capaz de fascinar os nossos olhos, porque nos mata ou exclui enquanto identidades originais” (SODRÉ, 1984, p. 40-41).

As notícias publicadas pelos meios de comunicação, carregadas de imagens (fotos, infográficos, reproduções de imagens de TV e hoje até QR-Codes⁵² que remetem a vídeos) denotam um papel imagético da média que, em muitos casos, vale mais como prova do que se pretende noticiar do que o texto em si. Exemplo disso são as fotografias feitas por repórteres em 1945 nos campos de concentração nazistas, na Alemanha. Há que se ressaltar, no entanto, que a imagem fala por si somente quando esta é reconhecida dentro do ambiente cultural em que foi produzida, carregando, portanto, no seu bojo, uma representação cultural, um contexto. Do contrário, não faria sentido para o leitor que não reconhecesse suas formas simbólicas. Rodrigues (1994) assinala que, para além do caráter denotado, a fotografia jornalística veicula também cargas valorativas específicas, uma “circularidade” entre quem fotografa e quem se deixa fotografar e as expectativas em relação à imagem.

  esta circularidade, feita de cumplicidade dos olhares, que confere à fotografia conotações culturais, definindo-a como testemunho, não só de uma determinada

⁵² O QR-Code é um código de barras em 2D que pode ser escaneado pela maioria dos aparelhos celulares que têm câmera fotográfica. Esse código, após a decodificação, passa a ser um trecho de texto, um link e/ou um link que irá redirecionar o acesso ao conteúdo publicado em algum site. Esse tipo de codificação permite que possa ser armazenada uma quantidade significativa de caracteres. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/05/entenda-o-que-sao-os-qr-codes-codigos-lidos-pelos-celulares.html>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

realidade singular representada, mas dos valores, das preferências, dos hábitos, dos desejos e dos ódios que circulam num determinado momento, numa determinada sociedade (RODRIGUES, 1994, p. 125).

Isso não significa, no entanto, que a fotografia possa ser reconhecida apenas com base nos contextos culturais. As imagens publicadas pela mídia necessitam, muitas vezes, de um texto jornalístico para situar o leitor sobre sua facticidade. Rodrigues (1994) cita um exemplo que bem ilustra esse tipo de situação. Um amontoado de destroços em uma fotografia, diz ele, tanto pode ser a representação de um cemitério de automóveis como representar um acidente rodoviário, por isso precisa de um suporte linguístico; do contrário, uma fotografia jornalística se tornaria quase sempre enigmática. “Daí a necessidade de um enquadramento verbal, que tanto pode ser dado pela legenda como pelo título e pelo texto do artigo que enquadra e lhe reduz substancialmente as significações potenciais”.

Por outro lado, a pretensão de que a imagem é a representação da realidade e de que esta serve de prova ou testemunho dos fatos também pode ser colocada em xeque diante de recursos de trucagem muito utilizados no jornalismo, através de processos de conotação que produzem uma modificação do real ou da mensagem denotada ou o sentido de sua percepção. “Um dos processos de trucagem mais corrente consiste na montagem de imagens independentes para construir uma nova imagem e denotar assim a existência de uma nova realidade” (RODRIGUES, 1994, p. 126), como ocorre hoje com a utilização do programa Photoshop. O autor ressalta, ainda, que a trucagem não consiste apenas na colagem ou sobreposição de imagens, mas também no apagamento da realidade. Um outro artifício para alterar os sentidos de percepção de uma fotografia consiste na pose do personagem escolhida pelo editor, com o intuito de “fazer crer que determinado personagem possui determinadas qualidades e sentimentos”, bem como a disposição dos objetos. “Colocar uma estante de livros por detrás de um entrevistado ou aproveitar a existência de uma estante preexistente constitui um processo destinado a afirmar a qualidade intelectual ou as pretensões culturais da personagem” (RODRIGUES, 1994, p. 127). Duarte (1994) salienta que os recursos que podem ser utilizados são os mais variados, no que tange ao ângulo, iluminação ou definição de cortes, “para incutir na imagem uma carga emocional e incentivar os processos, quer de identificação, quer de repulsa da realidade representada”.

3.7 Agenda *setting*, opinião pública e pesquisas eleitorais

É importante ressaltar que é a mídia quem decide e repercute os fatos considerados relevantes para a sociedade. É através da teoria da agenda que McCombs (2009) ilustra a causalidade existente entre a mídia, responsável pelas pautas, e a opinião pública, tendo a mídia como principal formadora dessa opinião, em função da necessidade de orientação que tem o público diante dos mais variados temas que se apresentam ao debate na atualidade. O motivo propulsor da adoção da agenda da mídia, diz o autor, é a ausência factual e objetiva que temos acerca de diversas questões pertinentes aos mais amplos e variados cenários. A necessidade de orientação tende a variar proporcionalmente com a adoção midiática dos indivíduos. Quanto menos conhecimento acerca de determinados temas, maior é a tendência de adotar as opiniões estabelecidas pelas mídias. “Enquanto a mídia não pode nos dizer o que pensar, ela é surpreendentemente bem-sucedida em nos dizer sobre o que pensar” (MCCOMBS, 2009, p. 115).

Mas o que se verifica, no entanto, é que a mídia hoje não somente nos diz o que, mas também *como* pensar sobre determinados temas. McCombs e Shaw (1993, p. 65) destacam que a mídia também sugere às pessoas “como pensar” acerca dos assuntos a partir do conceito de “enquadramento” de Goffman (1975), reformatado por autores como Gitlin (1980). Dessa forma, os meios de comunicação são capazes de contribuir para agendar não apenas assuntos, mas também interpretações para esses assuntos, chegando-se, portanto, à teoria dos enquadramentos, uma espécie de segundo nível do agendamento. No caso das notícias sobre política, alguns autores reforçam a importância da mídia como fonte de informação e formação do público, como bem ressaltam McCombs e Shaw (1972). A mídia é, portanto, a principal fonte primária de informação sobre a política nacional. Para a maioria da população, os meios de comunicação de massa fornecem a melhor – e única – aproximação facilmente disponível da realidade política, que está sempre em transformação. (MCCOMBS; SHAW, p.11).

Na pesquisa que conduzimos, levaremos em conta como os valores-notícias utilizados na divulgação de supostos escândalos políticos são construídos, utilizando, quando procedentes, alguns conceitos das teorias do jornalismo, como o *agenda setting* (WOLF, 2001) (TRAQUINA, 2005). Dessa forma, o *agenda setting* consiste em apresentar ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir, ou seja, que a compreensão de grande parte da realidade social é fornecida ao público pelos meios de comunicação, que, portanto, selecionam aquilo que deve constar da pauta de discussões.

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de comunicação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendências para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos conhecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW, 1979, p. 96).

O que se questiona, no entanto, é que os meios de comunicação, ao pautarem determinados assuntos, podem distorcer as interpretações oferecidas ao público, uma vez que nem todos os destinatários estão aptos a controlar a precisão da representação social. Muitas vezes, portanto, a imagem que esse leitor forma dessa representação pode ser distorcida da realidade, estereotipada ou manipulada (WOLF, 2001, p. 145). Com efeito, observa um fato interessante para a análise das notícias de jornais. Diz ele que, diferentemente do texto televisivo, o impresso tem uma eficácia maior junto ao público, em virtude da própria linguagem dos dois meios de comunicação. O primeiro, com uma dimensão temporal limitada, numa linguagem fragmentária, apresenta uma eficácia cognitiva não-duradoura, daí muitas vezes enfatizar apenas um ou outro aspecto da notícia, especialmente no que tange a temas relativos a confrontos políticos, “enquanto a informação escrita fornece aos leitores uma indicação de importância sólida, constante e visível”.

É por esse motivo que, nas campanhas eleitorais, muitas matérias televisivas ganham repercussão nos veículos impressos pertencentes ao mesmo grupo de comunicação, onde se pode explorá-la com mais detalhes e elementos gráficos (fotos, infográficos) com o intuito de demonstrar a veracidade do fato noticiado pela TV, o que comprova, segundo a análise do autor, a importância do papel desempenhado pelos jornais e revistas impressos nas campanhas eleitorais.

A capacidade de redação da agenda das eleições é a capacidade para estabelecer o contexto em que os candidatos são avaliados. Insistindo, dia após dia, no tema do desemprego, enquanto omitem o da integração racial, os mass media colocam o desemprego no vértice da agenda da campanha e relegam para último lugar a integração racial. O efeito pode ser decisivo: uma eleição disputada com base no tema do desemprego será muito diferente de uma disputada com base no tema da integração [...]. (WOLF, 2001, p. 150).

É importante ressaltar que a *agenda setting* representa muito mais do que simples e mera seleção do que deve, ou não, ser noticiado, pois age como construtor de imagens da realidade que podem dirimir questões polêmicas e formar pensamentos, ou seja, influenciar na formação da opinião pública, portanto, muito mais complexo do que a simples seleção e estruturação de uma ordem do dia sobre temas e problemas sociais. “A presença simultânea de

conhecimentos contraditórios entre si e dissonantes produz discordância cognitiva, o que provoca no próprio indivíduo uma motivação para eliminar essa discordância, de forma a criar um estado de equilíbrio” (FESTINGER, 1957 apud WOLF, 2001, p. 153). Ou seja, diante da falta de informações e da necessidade de se posicionar socialmente sobre determinados temas, o leitor procura nessas matérias elementos que possam subsidiar e fundamentar um ponto de vista que, mostrando-se convincente, será por ele adotado.

Shaw (1979) afirma também que os atributos psicológicos dos eleitores determinam a utilização política que eles fazem dos *mass media*. Essa imagem criada pelos *mass media* – que é simplesmente uma metáfora que representa a totalidade da informação sobre o mundo que cada indivíduo tratou, organizou e acumulou – “pode ser pensada como um *standard* (padrão) em relação ao qual a nova informação é confrontada para lhe conferir o seu significado” (WOLF, 2001, p. 152). A questão envolvendo os meios de comunicação – televisão e jornal – é abordada por McCombs (1976), ao destacar que os jornais são os principais promotores da agenda do público, mas que o noticiário televisivo não é totalmente desprovido de influência, apresentando, porém, um impacto a curto prazo. Para o autor, o melhor modo de descrever e distinguir essa influência será, talvez, chamar de *agenda setting* a função dos jornais, e de *spot-lighting* (ou *spot-lighting*), à da televisão. O caráter fundamental da agenda parece, frequentemente, ser estruturado pelos jornais, ao passo que a televisão reordena ou ressystematiza os temas principais da agenda (MCCOMBS, 1976, p. 6).

O autor enfatiza que os jornais desempenham papel mais destacado durante a campanha eleitoral do que as redes de televisão, que ganham visibilidade às vésperas e no dia da eleição e ainda na cobertura de debates e notícias factuais sobre o pleito. Aos jornais cabe, por sua vez, a tematização da agenda visando à tomada de decisões, seja do Poder Público, seja do próprio eleitor em relação a uma questão social, onde, no caso das matérias jornalísticas que analisamos, há uma suposta omissão do Poder Público caracterizada sob a forma de escândalo político, ou seja, assim tematizadas. Essa tematização visa a uma centralidade, fazendo convergirem os acontecimentos para a denúncia de um suposto problema, dentro de uma estratégia comunicativa.

O que se depreende, portanto, diante do sistema de representatividade política na esfera pública atual, é que a “opinião pública”, muito mais do que legitimada dentro do próprio sistema político, se representada ou não, tanto no sistema de aclamação como de representação no Parlamento, se cristaliza à medida que penetra os meios de comunicação legitimando interesses de grupos, colocando muitas vezes em lados antagônicos esse público, alvo de manipulação política, e grupos políticos de deliberação que lutam pelo seu espaço visando à

garantia de direitos; mas essa opinião pública passa, necessariamente, pelos meios de comunicação.

Habermas (2003, p. 278) questiona a legitimidade dessa “opinião pública”, já que muitas vezes o público, sujeito dessa opinião, é excluído das decisões políticas no sistema de representatividade, portanto sua opinião não é levada em conta. Apesar disso, argumenta autor, a ficção constitucional dita “opinião pública” não pode mais ser identificada no comportamento real do próprio público; “mas computá-la em determinadas instituições políticas também não lhe tira o caráter fictício, caso se faça abstração do nível de comportamento do público de um modo geral”. É nesse contexto que o autor defende que uma opinião rigorosamente pública só poderia ser estabelecida por meio de uma publicidade crítica, com a participação de pessoas privadas num processo de comunicação formal, conduzido através das esferas públicas internas às organizações. Para tornar mais claro, o autor argumenta que o grau de caráter público de uma opinião pode ser medido pela seguinte questão: até que ponto esta opinião provém da esfera pública interna à organização de um público constituído por associados e até que ponto a esfera pública interna à organização se comunica com uma esfera pública externa que se constitui, no intercâmbio jornalístico-publicitário, através da mídia e entre organizações sociais e instituições estatais? (HABERMAS, 2003, p. 278-288)

Habermas (2003, p. 288) observa que “num público, como nós podemos entender o termo, virtualmente tantas pessoas expressam opiniões quantos as recebem”. Ele argumenta que as comunicações são organizadas de tal modo que há uma chance imediata e efetiva de responder a qualquer opinião expressa pelo público e que opiniões formadas através de tal discussão rapidamente encontram uma saída na ação efetiva, mesmo contra – caso necessário – o sistema dominante de autoridade.

E instituições autoritárias não penetram o público, que nisso é mais ou menos autônomo em sua operação. Numa massa, muito menos gente expressa opiniões do que as recebe, pois, a comunidade do público torna-se uma coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões dos meios de comunicação de massa. As comunicações que prevalecem são organizadas de tal modo que é difícil ou impossível para o indivíduo responder de modo imediato ou com qualquer eficácia. A efetivação da opinião em ação é controlada por autoridades que organizam e controlam os canais de tal ação. A massa não tem autonomia frente às instituições; pelo contrário, agentes de instituições autorizadas penetram essa massa, reduzindo qualquer autonomia que ela possa ter na formação de opinião através de discussão”. (HABERMAS, 2003, p. 289).

A estreita relação da mídia com a opinião pública ganhou novos contornos diante da possibilidade de angariar credibilidade ao pretender aferir cientificamente essa opinião pública, através dos institutos de pesquisa, como se os resultados obtidos correspondessem a uma espécie de verdade absoluta, dentro da margem de erros. O que se verifica, no Brasil, é que, se

não acertam os prognósticos, os institutos de pesquisa pelo menos têm grande poder de influência junto ao eleitorado durante a campanha política, já que os dados divulgados são tratados como uma espécie de verdade, servindo para abastecer o material de divulgação durante o horário eleitoral.

O conteúdo concreto (das pesquisas) tende a depender, atualmente, da amplitude com que os cientistas políticos e profissionais das pesquisas de opinião conseguem socialmente impor suas próprias definições aos agentes do campo político e midiático (CHAMPAGNE, 1996, p. 117).

Esse suposto “valor de verdade” atribuído às sondagens tem sido, em muitos casos, o fiel da balança do jogo político, diante da crença que incutem no eleitorado, considerando-se, inclusive, que muitos eleitores, com o intuito de não “desperdiçar” seu voto, acabam votando nos candidatos que lideram as pesquisas eleitorais. “A crença nas sondagens é, antes de tudo, uma crença coletiva no valor dessa razão estatística que ressalta das pesquisas de opinião e no interesse desse jogo que se organiza e se estrutura em torno das sondagens” (p. 120). O autor acrescenta que as pesquisas tornaram-se “verdadeiros referendos” sobre questões da atualidade. E para os agentes do campo político, ganharam uma importância ainda maior.

A imprensa contribui dessa forma para abrir um novo campo de luta no interior do jogo político: à maneira dos índices da alta dos preços no campo econômico, os agentes do campo político devem obter, como eles afirmam, “bons resultados nas sondagens”, isto é, uma “opinião pública” que, aparentemente, os aprova ou defende (CHAMPAGNE, 1996, p. 128).

As pesquisas eleitorais, portanto, adquirem status de armas simbólicas no jogo político. Da mesma forma que beneficiam, as pesquisas também podem servir a propósitos que visam macular o capital simbólico de agentes públicos, dando ao jornalismo a credibilidade “científica” necessária, baseada em números, para contrapor as informações dadas pelo campo político, antes praticamente sacralizadas, propiciando aos jornalistas o poder de desestabilizar os agentes políticos.

A força dos jornalistas deve-se ao fato de invocarem, contra os políticos, a própria lógica do campo político. Ao multiplicarem as sondagens, que são como tantos outros referendos, os jornalistas levaram os políticos a entrarem em um jogo que não foi necessariamente escolhido por eles. Em todo caso, não podem ignorar essas porcentagens que são comentadas abundantemente pela imprensa e que, supostamente, representam a “vontade popular” (CHAMPAGNE, 1996, p. 138).

As pesquisas eleitorais possibilitaram, dessa forma, a “midiatização da política”, ao inserirem diretamente na luta política jornalistas e cientistas políticos, que, mesmo limitando-se a comentar os resultados, alimentam os debates e influenciam a interpretação dos números. Diz Champagne (1996) que o peso e legitimidade das sondagens tornaram-se tais que,

atualmente, poucas são as questões de jornalistas que não se fundamentam, direta ou indiretamente, nos resultados de sondagens [...] Champagne (1996, p. 144). A mídia, dessa forma, modifica o conteúdo da atividade política e muda os pré-requisitos para se obter sucesso no campo político, que agora também passa a exigir uma boa imagem pública – esta, obviamente, construída pela própria mídia na leitura que faz dos dados das sondagens eleitorais.

Existe aí uma lógica perfeitamente circular que se ignora como tal porque esse círculo – instalado, em particular, pelos especialistas da comunicação política – se apoia na crença, compartilhada amplamente em nossos dias no meio político, segundo a qual “fazer política” é, principalmente, graças a uma “boa comunicação”, situar-se no ponto mais elevado possível das cotas de popularidade. Na medida em que os agentes do campo político acreditam que as percentagens tiradas de sondagens de opinião podem ser modificadas por “exibições midiáticas”, uma parte da luta política acabou sendo deslocada, pelo menos em relação aos líderes políticos, para o terreno da imprensa e dos meios modernos de comunicação (CHAMPAGNE, 1996, p. 146).

A partir da divulgação de pesquisas eleitorais – que praticamente se tornaram referencial que baliza as estratégias de campanha – o entrelaçamento entre mídia e política ficou ainda mais forte, uma vez que a mídia dispõe dos instrumentos capazes de formar a opinião pública e influenciar no resultado das eleições. Se os jornalistas ganharam um novo status ao penetrar no campo político, este teve que se adaptar a uma nova linguagem e forma de fazer política, investindo na comunicação social, possibilitando a abertura de um terreno comum onde mídia e política se entrecruzam, coabitam, confrontam-se e complementam-se, uma dialética que deu origem a uma região que mantém sua dinâmica interna alimentada na luta pelo poder simbólico.

No capítulo seguinte, passaremos às análises quantitativa, qualitativa e discursiva das matérias jornalísticas pesquisadas.

CAPÍTULO IV

4 PANORAMA GERAL DA PESQUISA

A análise dos dados que iremos proceder, como explicitado no capítulo I, leva em conta duas vertentes: a primeira, a análise quantitativa dos dados colhidos em 100 matérias publicadas nos jornais O Liberal e Diário do Pará, e a segunda, a análise qualitativa dos dados, ou seja, a análise do discurso utilizado pelos dois veículos de comunicação, ou seja, da linguagem e dos elementos que utilizam para dizer o que dizem simbolicamente e dar sentido ao que pretendem transmitir para os seus respectivos leitores, analisando-se não somente os textos e o conteúdo semântico das palavras e frases, expressas no texto, em legendas e manchetes (que apresentam maior destaque), mas também os elementos gráficos, fotos, infográficos e fac-símiles que, em geral, têm o poder de convencimento que a imagem proporciona junto aos leitores no conjunto dos fatos noticiados.

O primeiro passo foi a coleta das matérias utilizadas nesta pesquisa. Com o fito de alcançar o máximo do que foi publicado pelos dois jornais, decidimos começar a análise a partir da segunda quinzena de agosto de 2014, uma vez que, àquela altura, os jornais já publicavam matérias de cunho eleitoral, mesmo antes de a campanha oficial ser autorizada pela Justiça Eleitoral, o que ocorreu somente a partir do dia 19 de agosto. Com o intuito de procedermos a análise, escolhemos um universo de 100 matérias.

Em seguida, fizemos a coleta de matérias publicadas nos dois jornais visando obter uma ideia global sobre os rumos que cada veículo tomava dentro do jogo eleitoral. Vale ressaltar que até o segundo turno da eleição, realizado no dia 26 de outubro, foram publicadas nos dois periódicos 22 pesquisas eleitorais. Ao todo, foram analisadas 55 reportagens do Diário do Pará, 9 das quais publicadas no mês de agosto; 18, no mês de setembro; e 28 matérias, em outubro. Quanto ao material coletado em O Liberal, foram analisadas 45 matérias, das quais 8 no mês de agosto, 16 em setembro e 28 em outubro. O critério utilizado para a escolha dessas 100 matérias dentro do universo de reportagens publicadas no período foi o destaque editorial que tiveram, geralmente manchetes dos respectivos jornais e por representarem pelo menos 25% do total de matérias publicadas nos dois jornais durante a campanha eleitoral, a título de amostragem, dentro do universo de matérias de cunho eleitoral publicadas nos dois jornais. Os fac-símiles das 100 matérias constam do Anexo B, onde também foram incluídas (matérias de nº 101 a nº 110) mais dez reportagens citadas ao longo das análises.

É importante ressaltar que o PMDB, partido de Helder Barbalho, ainda era na ocasião da eleição aliado da ex-presidente Dilma Rousseff, que venceu o candidato do PSDB, Aécio Neves (aliado de Jatene), e se reelegeu, mas foi afastada do cargo ao final de um processo de *impeachment* por crime de improbidade, tendo sido posteriormente substituída pelo seu vice, o atual presidente da República Michel Temer, também integrante do partido de Barbalho. Com a vitória apertada de Helder Barbalho, candidato do partido de Michel Temer, por uma margem de apenas 50 mil votos sobre o seu rival, Simão Jatene, do PSDB, a decisão ficou para o segundo turno. Na análise dos dados, diante de toda essa conjuntura, mostramos as tendências e rumos tomados pelos dois jornais.

Com isso, a tabulação dos dados na Plataforma Google e no Excel nos ofereceu um retrato fiel do quantitativo de matérias a favor e contra os dois candidatos e seus respectivos governos, considerando-se que Helder Barbalho já havia sido prefeito do município de Ananindeua, mas não ocupava mais nenhum cargo eletivo. A partir daí, procedemos ao preenchimento de dois formulários para cada matéria publicada, intitulados “Formulário verificador de matérias (um para os dados quantitativos e outro para os qualitativos), com questões e opções de respostas para serem marcadas de acordo com o seu conteúdo.

O formulário preenchido sobre cada uma das 100 matérias nos permitiu o cruzamento dos dados e a aferição estatística em termos percentuais das ocorrências, o que nos forneceu um panorama do cenário eleitoral baseado numa auditoria de mídia, utilizando a análise de conteúdo. Os formulários nos permitiram atingir o objetivo específico desta pesquisa, ou seja, identificar nas matérias jornalísticas publicadas os recursos editoriais utilizados (textos, manchetes, recursos gráficos, legendas e espaços utilizados) visando verificar se os dois jornais levaram em conta os critérios que norteiam a prática jornalística, ou seja, se todos os lados foram ouvidos, se as denúncias/acusações se baseiam em fatos comprovados ou se utilizam-se apenas de valores-notícia meramente para atingir os adversários por meio de escândalos políticos visando macular o capital simbólico do grupo adversário. Procuramos, com isso, identificar certas características ou elementos, palavras-chave, nos textos ou títulos das matérias e fotografias que fossem indicativos de determinadas tendências, além de aferir as dimensões dessas matérias (características editoriais, como manchete de página, espaço e localização, se em páginas par, ímpar, capa ou contracapa de caderno, com ou sem chamada de capa).

Esses atributos serviram para balizar as respostas às categorias que criamos nos formulários referentes a essas características, como, por exemplo, se o conteúdo latente da matéria analisada é contra ou a favor do governo do Estado/Prefeitura de Belém/Ananindeua

ou determinado candidato (Simão Jatene/Helder Barbalho). A ocorrência desses elementos nos textos nos serviu de base para uma leitura discursiva das reportagens que possibilitou identificar “construções” editoriais visando à produção de formas simbólicas junto à opinião pública, a partir de informações presentes nas matérias e daquelas que, propositalmente, ou não, foram omitidas, ou seja, o não-dito.

4.1 Análise quantitativa

Ao cruzarmos os dados, verificamos que no mês de agosto, ainda longe das eleições, os jornais Diário do Pará e O Liberal já vinham publicando matérias direcionadas a atingir o capital simbólico de seus adversários. O Diário do Pará, com maior frequência que O Liberal, seguiu três frentes de ataque: a primeira, com reportagens que visavam denegrir a imagem pessoal do governador Simão Jatene, através de escândalos políticos, dentro dos conceitos aqui adotados, e do próprio governo do Estado, através dos seus respectivos órgãos administrativos; a segunda, com reportagens que visavam macular a imagem da Prefeitura de Belém e do prefeito Zenaldo Coutinho, também do PSDB, partido do governador. E a terceira frente adotada foi a publicação de matérias que visavam atingir o capital simbólico do prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, também do PSDB, sucessor de Helder na prefeitura.

Com o intuito de registrar as ocorrências (*apenas e tão somente em termos de quantidade de publicações*) das matérias do Diário do Pará contra as prefeituras de Belém e de Ananindeua, tomamos como referência um universo maior de matérias, uma vez que as 100 reportagens escolhidas para tabulação de palavras-chave nos forneceria um percentual que não refletiria a realidade diante da totalidade das matérias. Por esse motivo, nesse caso específico e com o objetivo de se ter um retrato mais fiel, consultamos um total de 272 matérias publicadas no Diário do Pará, no período de 15 de agosto a 27 de outubro de 2014, que cobre praticamente toda a campanha eleitoral. Nesse intervalo, registramos 59 matérias contra as prefeituras de Belém e de Ananindeua, o que corresponde a 21,69% do total. Se dividirmos por prefeitura, foram contabilizadas 42 matérias contra a Prefeitura de Belém (15,44%) e 17 contra a Prefeitura de Ananindeua (6,25%).

Quadro 1 – Matérias contendo palavras-chave contra a Prefeitura de Belém

Mês	Nº total de matérias contra o governo do Estado	Nº de matérias contra PMB	% em relação ao total
Agosto	59	15	25,42%
Setembro	75	11	14,67%
Outubro	138	16	11,59%
Ago. / Set. / Out.	272	42	15,44%

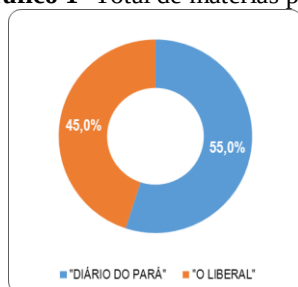
Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Quadro 2 – Matérias contendo palavras-chave contra a Prefeitura de Ananindeua

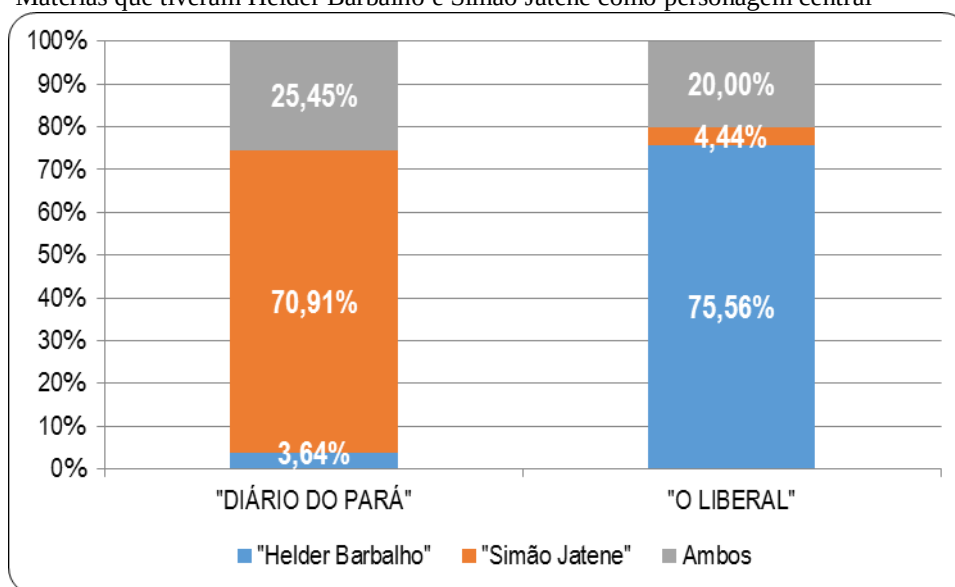
Mês	Nº total de matérias contra o governo do Estado	Nº de matérias contra PMB	% em relação ao total
Agosto	59	5	8,47%
Setembro	75	5	6,67%
Outubro	138	7	5,07%
Ago. / Set. / Out.	272	17	6,25%

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Do total das 100 matérias tabuladas na pesquisa, 55% foram publicadas no Diário do Pará e 45%, em O Liberal, sendo 41% do total de matérias dos dois jornais tendo como personagem central o governador Simão Jatene e 36% focadas em Helder Barbalho. Em O Liberal, Jatene foi o personagem central em apenas 4,4% das matérias pesquisadas durante o período eleitoral, enquanto Helder Barbalho foi o alvo de 75,5% das matérias. Do outro lado, o Diário centrou o foco em Jatene em 70,91% das reportagens, enquanto Helder Barbalho foi o personagem central de apenas 3,6% das matérias publicadas. Isso comprova que o alvo dos dois jornais eram os candidatos adversários. Curiosamente, ao invés de produzir matérias ressaltando as qualidades do governo Helder Barbalho e seus feitos, obras e investimentos à frente da Prefeitura de Ananindeua, a opção do Diário foi direcionar as matérias para o oponente, dado o elevado percentual (70,91%) de matérias contra Jatene. Da mesma forma, O Liberal centrou a maioria das suas matérias contra Helder Barbalho, em vez de destacar as obras e benefícios proporcionados pelo governo Simão Jatene. Infere-se, portanto, a partir desses números, que os dois jornais utilizaram a mesma estratégia política para atingir seus objetivos, inclusive com percentuais parecidos, ou seja, atacar o adversário em vez de enfatizar as obras e serviços de seus candidatos.

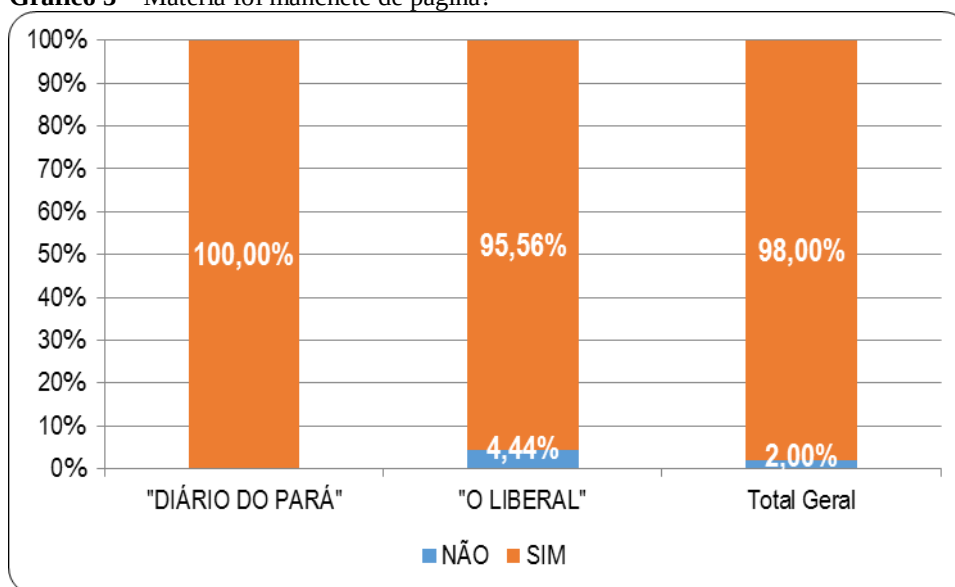
Gráfico 1- Total de matérias publicadas

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

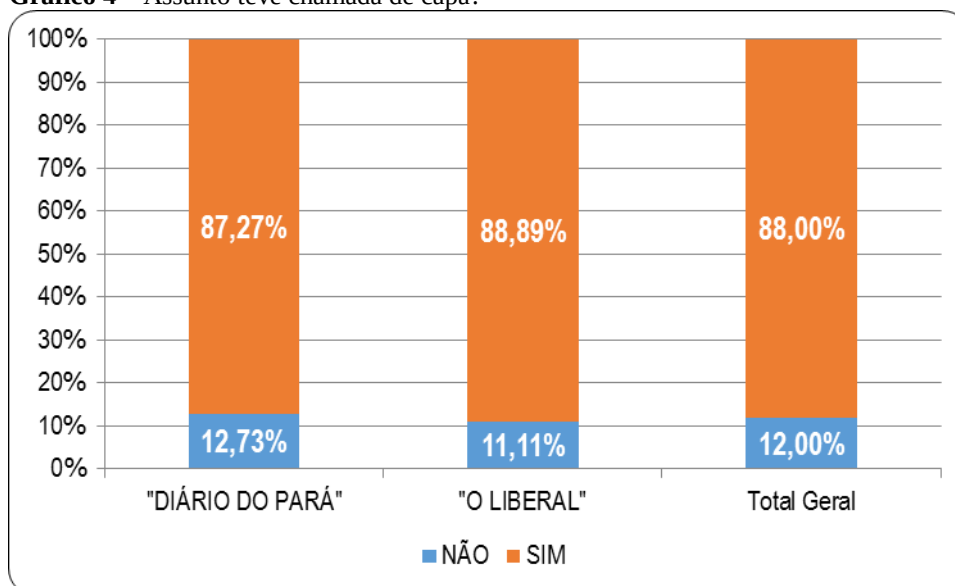
Gráfico 2 – Matérias que tiveram Helder Barbalho e Simão Jatene como personagem central

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Do universo pesquisado, 98% das matérias foram manchetes de página interna, sendo que no Diário do Pará 100% das reportagens pesquisadas foram abertura de página. O alto percentual se justifica por uma regra básica da prática jornalística - de que matérias que têm chamada na primeira página, ou são temas da manchete da capa, devem abrir páginas internas, ou seja, são localizadas no alto, a matéria principal do noticiário da página. Vale ressaltar que 88% das matérias produzidas pelos dois periódicos tiveram chamada na primeira página e apenas 12% não, ou seja, a edição cuidou para que tais notícias tivessem destaque e chamassem a atenção do leitor/eleitor. É também importante observar que, em alguns casos, os jornais publicaram em uma só edição várias matérias tendo como alvo o candidato adversário e, na maioria das vezes, faziam referência a cada uma delas na primeira página, daí o alto percentual. Na análise por jornal, os dois veículos praticamente empataram no quesito chamada de capa, com 87,27% para o Diário do Pará e 88,89% para O Liberal.

Gráfico 3 – Matéria foi manchete de página?

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

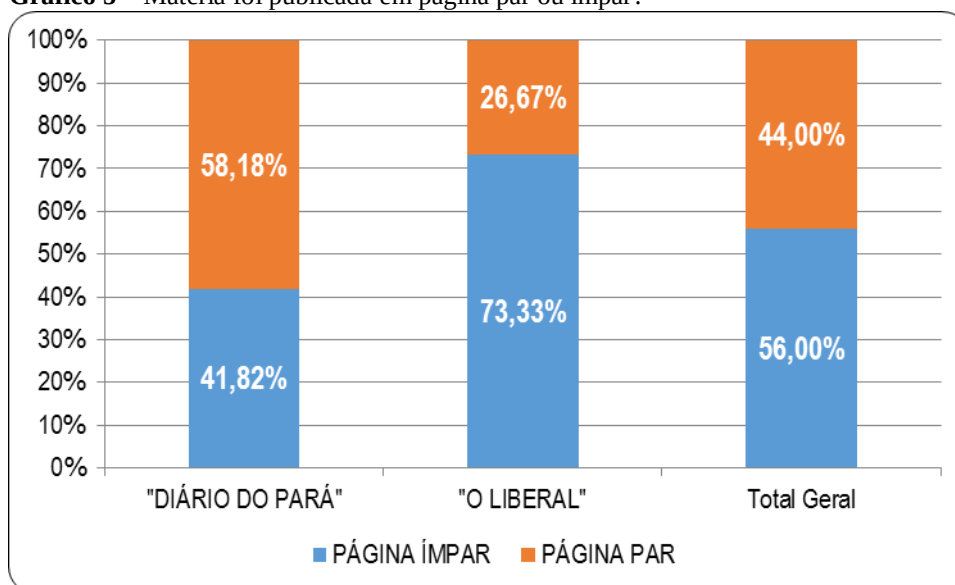
Gráfico 4 – Assunto teve chamada de capa?

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Outro critério para verificação do destaque obtido pelas matérias nas edições pesquisadas foi a sua localização. Do total apurado, 56% das reportagens foram publicadas em página ímpar (destaque maior) e 44% em página par (menor destaque). Na análise por jornal, verifica-se que O Liberal seguiu à risca outra prática jornalística de que matérias mais importantes e às quais se pretende dar destaque devem ser publicadas necessariamente em página ímpar. Na análise desse quesito, verificamos que 73,3% das reportagens de O Liberal foram publicadas em página ímpar e apenas 26,67% em página par. O Diário do Pará, por

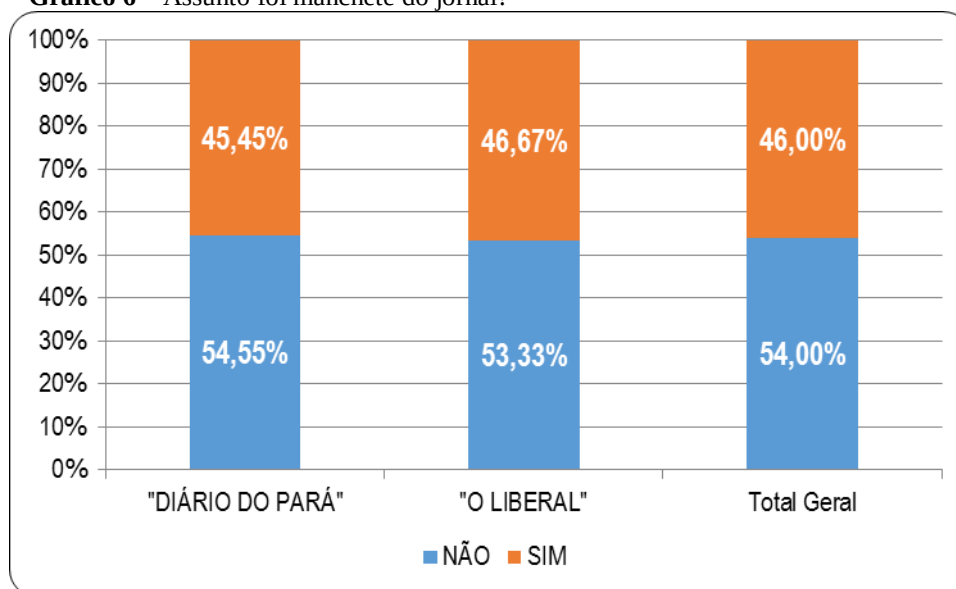
outro lado, fez justamente o contrário: publicou a maioria das suas matérias em página par - 58,18% - e apenas 41,82% nas ímpares.

Gráfico 5 – Matéria foi publicada em página par ou ímpar?



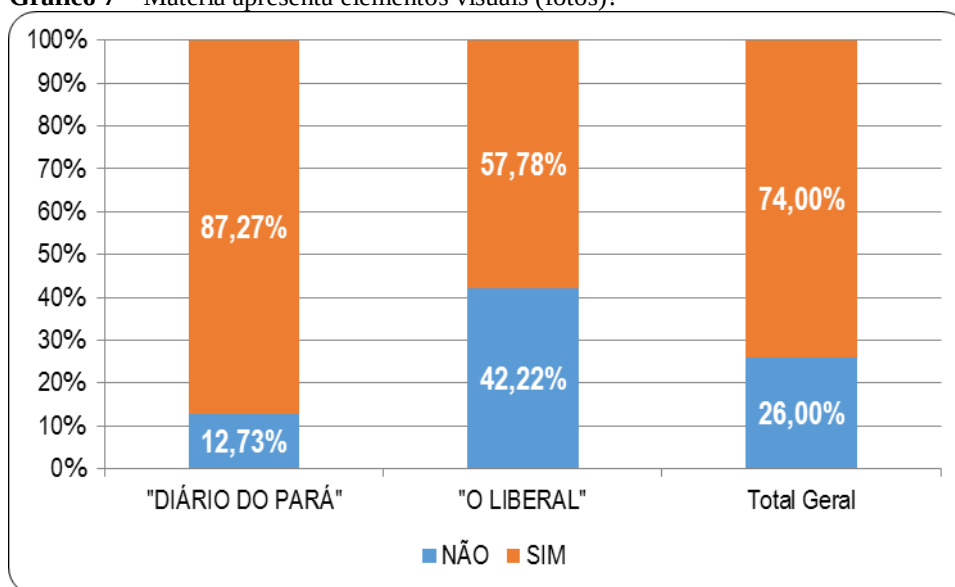
Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

A contenda entre os dois jornais se reflete também no quantitativo de manchetes de capa durante o período eleitoral. Os temas abordados por ambos ocuparam as manchetes de primeira página em 46% dos casos, quase a metade do total de matérias publicadas nos dois veículos, o que comprova a importância que davam ao noticiário, enquanto as demais matérias menos importantes, que não foram manchete de capa, totalizam 54%. Na análise por veículo, os números são bem semelhantes, revelando praticamente empate entre Diário e O Liberal no quesito manchetes de primeira página: 45,45% para o Diário e 46,67% para O Liberal.

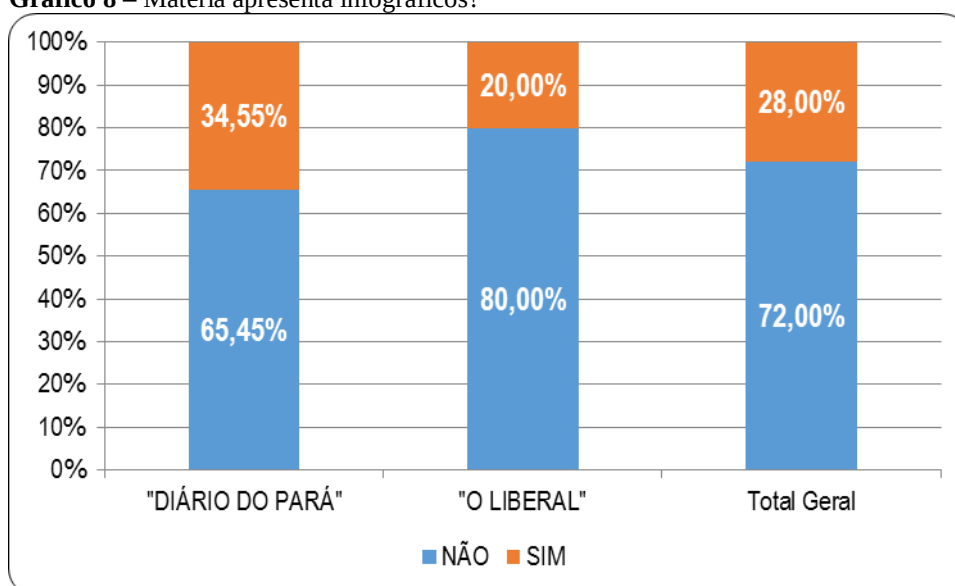
Gráfico 6 – Assunto foi manchete do jornal?

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Quanto ao uso de imagens, verifica-se que os dois jornais recorreram a fotografias, fac-símiles e infográficos para apresentar ao leitor dados que supostamente comprovam a notícia que estão veiculando. Os dois jornais publicaram 74% das matérias pesquisadas com fotografias em geral, mas no comparativo entre O Liberal e Diário verifica-se que este último publicou muito mais fotos do que o primeiro: foram 87,27% de matérias ilustradas com fotografias no Diário contra 57,78% em O Liberal. Já no quesito infográficos, a maioria das matérias não traz esse recurso, utilizado em apenas 28% do total publicado nos dois jornais, o que revela tratar-se de um recurso especial, usado somente em matérias que exigem comprovação maior de dados, de forma didática, para o entendimento do leitor. No comparativo entre os dois jornais, o Diário do Pará foi quem mais publicou infográficos, estratégia adotada em 34,55% das matérias, contra apenas 20% em O Liberal.

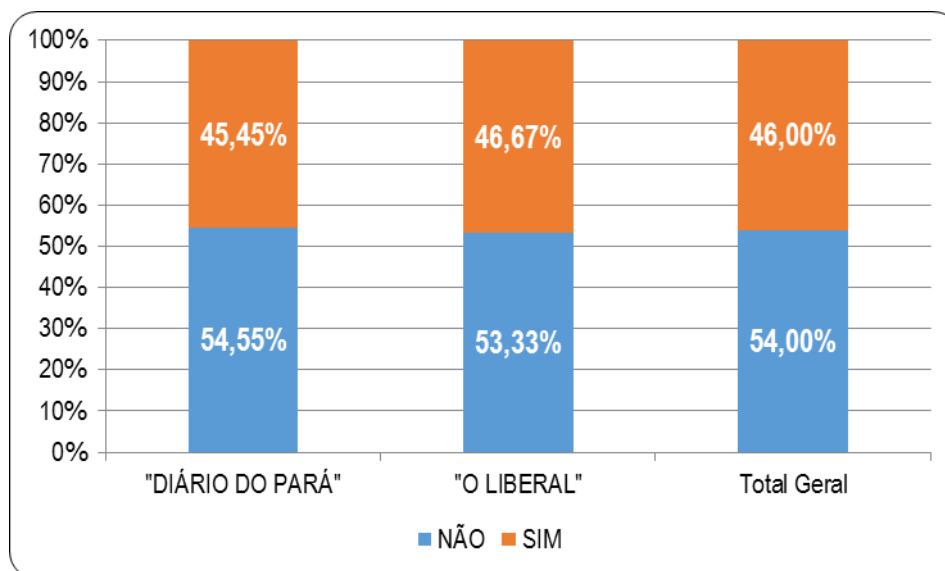
Gráfico 7 – Matéria apresenta elementos visuais (fotos)?

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Gráfico 8 – Matéria apresenta infográficos?

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Gráfico 9 – Matéria apresenta elementos visuais comprobatórios de denúncias (fac-símiles ou fotos de flagrantes)?



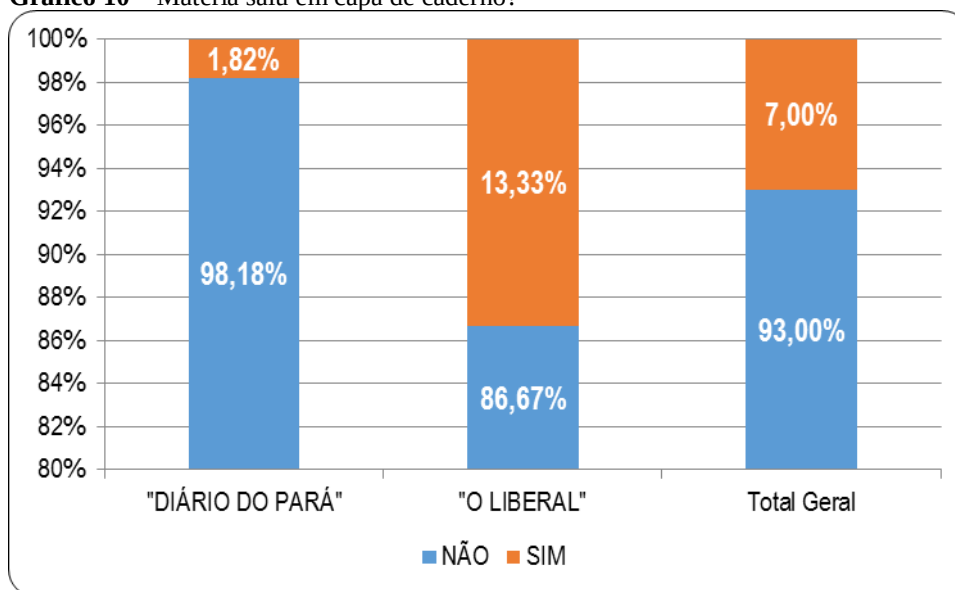
Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Da mesma forma, quando se pesquisa a ocorrência de elementos comprobatórios de denúncias (fac-símiles de documentos e fotografias de supostos flagrantes ao lado do texto, ou seja, imagens que não têm caráter meramente ilustrativo), os dois jornais novamente praticamente empatam: O Liberal utilizou esse recurso em 46,67% das suas matérias e o Diário, em 45,45%. Nesse caso, percebe-se que as ocorrências de fotografias de supostos flagrantes de irregularidades ou fac-símiles de documentos comprovando denúncias foram maiores do que de infográficos, o que revela uma preocupação maior dos editores de ambos os jornais em convencer o leitor da veracidade das notícias que publicam com elementos comprobatórios. A utilização desse recurso nos revela a importância que a imagem tem no jornal quando se trata de dar um caráter de verdade ao que se está noticiando.

Outro fator de destaque, quanto a sua localização, refere-se às matérias que são publicadas em capas de caderno (Polícia, Esportes, Política, entre outros), pois são lidas mais facilmente sem a necessidade de manuseio para abrir páginas, uma vez que a matéria já está posta diante dos olhos do leitor, espécie de capas secundárias do jornal. Como um caderno é composto por várias páginas internas (onde se localiza a maior parte do material coletado na pesquisa feita nos dois jornais) e apenas uma capa, já era de se esperar um número reduzido de matérias nesta categoria (matérias publicadas em capa de caderno). Por esse motivo, ao analisarmos os dados referentes a esse quesito, verificamos que somente 7% do total de reportagens pesquisadas nos dois jornais ocuparam as capas de cadernos. Na análise por

jornal, O Liberal foi quem mais utilizou esse recurso, com 13,33%, contra apenas 1,82% do Diário do Pará.

Gráfico 10 – Matéria saiu em capa de caderno?



Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

A partir dos dados analisados, verificamos que a auditoria de mídia nos revela aspectos importantes das eleições, como o antagonismo entre os dois veículos de comunicação, verificado nas análises de primeira página dos dois jornais.

Na matéria de capa do Diário do Pará do dia 29 de agosto de 2014, a manchete diz “Jatene gasta R\$ 100 milhões com grupo Liberal” (Matéria nº 94, no Anexo B). Em outra reportagem, publicada no dia 17 de agosto (Matéria nº 97, no Anexo B), o jornal traz como manchete “Assassinatos crescem no Pará”, título que diretamente prejudica a imagem do Estado, tachado de terra sem lei. Outra reportagem do Diário que também foi manchete, publicada no dia 24 de agosto, atinge a Prefeitura de Belém, atacando o serviço de saúde municipal. A manchete “GUAMÁ – PSM é cenário de drama e desespero” (Matéria nº 101, no Anexo B) apresenta “imagens exclusivas” que comprovariam o “abandono” do Pronto Socorro Municipal do bairro do Guamá. A Prefeitura de Ananindeua, também do PSDB, é tema da manchete de capa “Pioneiro abandona obras por motivos eleitoreiros” (Matéria nº 102, no Anexo B), publicada em 18 de setembro de 2014. Esse conjunto de capas do “Diário do Pará” serve para evidenciar a estratégia adotada pelo jornal no sentido de estabelecer como alvo de suas matérias as administrações do governo do Estado, de Belém e de Ananindeua. O jornal O Liberal, por seu turno, só começou a intensificar a publicação de reportagens com o

objetivo de atingir Helder Barbalho a partir de setembro e, principalmente, durante o mês de outubro, já com vistas ao segundo turno das eleições, uma vez que precisava sair em defesa do seu candidato, que havia perdido o primeiro turno para Barbalho.

A quantidade de matérias dedicadas à questão eleitoral, no Diário, é superior ao volume publicado em O Liberal, que muitas vezes ficava dias sem tocar no assunto, enquanto o Diário publicava quase todos os dias matérias em praticamente todas as páginas do seu caderno de Cidades, com pautas sobre o “abandono” - palavra-chave bastante utilizada em títulos e manchetes do jornal – a que ficou relegado o Estado do Pará e sua capital durante os governos do PSDB. A análise dos números também nos revela uma grande quantidade de manchetes na capa do jornal que denotam um quadro que coloca o Pará à beira de uma calamidade, considerando-se manchetes que enfatizam a questão do aumento da violência urbana. Nessa mesma linha, o jornal publicou matérias destacando o suposto descaso tanto do Estado quanto da Prefeitura de Belém no que se refere ao atendimento de saúde pública, más condições de trafegabilidade das estradas e de habitação da população, apontando uma suposta omissão dos agentes responsáveis pela prestação desses serviços públicos.

Enquanto o Diário iniciava a campanha eleitoral pautado em questões voltadas para os sistemas de saúde, habitação, violência urbana e descaso com o dinheiro público, o jornal O Liberal focava na imagem pública de Helder Barbalho como gestor municipal, publicando matérias que visavam denegrir a imagem de Helder como gestor e ainda ligando-o a casos de nepotismo e corrupção, quando prefeito de Ananindeua.

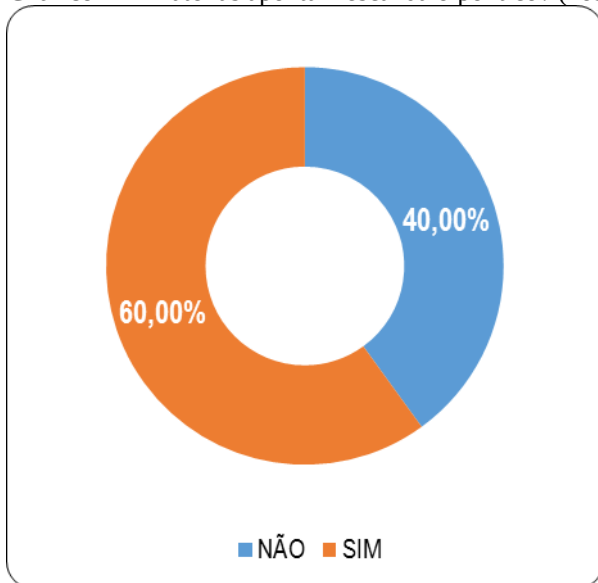
A análise qualitativa das matérias é assim chamada por se ater à produção de sentidos e análise de discurso que utilizam - apesar de também se ancorarem em dados estatísticos para registrar suas ocorrências, levando em conta palavras-chave que denotam o teor do texto de cada matéria no seu conjunto, palavras, fotografias, infográficos, legendas, submanchetes, enfim – para veicular um conteúdo latente muitas vezes independente do sentido geral da matéria. Assim, por exemplo, uma reportagem que denuncia uma suposta omissão de um agente público (filas na porta de um hospital estadual para atendimento, onde muitas vezes pacientes são recusados) pode parecer, à primeira vista, apenas uma matéria sobre um caso isolado que nada tem a ver com eleições, muda de sentido quando apresenta palavras-chave como “abandono”, por exemplo, o que nos remete a um conteúdo latente que visa prejudicar a imagem do adversário, mesmo que este em nenhum momento tenha sido citado na matéria. Dessa forma, apresentaremos primeiramente as ocorrências registradas nos formulários sobre o conteúdo latente e outros quesitos abordados na análise qualitativa para,

em seguida, passarmos à análise específica do discurso relatado pelos agentes com base em analistas da escola francesa (AD).

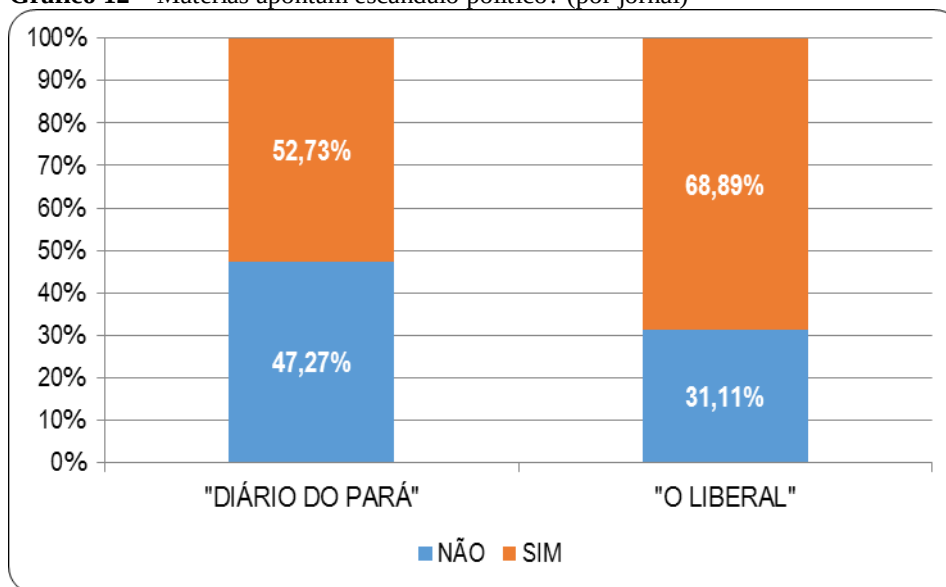
4.2 Análise qualitativa

De acordo com os dados coletados, 60% das matérias pesquisadas apontam escândalo político, contra 40% do restante, que não se enquadram nessa categoria. No Diário, apesar do número maior de matérias contra o governador Simão Jatene (98% do total das matérias publicadas), apenas 52,73% se enquadram na categoria escândalo político, o que demonstra que o jornal publicava todo e qualquer tipo de matérias contra o governo, mesmo as que não caracterizavam escândalo. Já O Liberal, por sua vez, publicou 88,89% das suas reportagens contra Helder Barbalho, no sentido latente, e registrou 68,89% de matérias caracterizadas como escândalo político contra o candidato do PMDB. O que se pode inferir, a partir desses números, é que O Liberal explorou mais o quesito “escândalo político”, apesar do volume ligeiramente menor de matérias com esse ter contra Helder Barbalho, enquanto o Diário, por seu turno, procurava atingir o governador Simão Jatene e o governo do Estado com tipos variados de matérias, nem sempre centrados em escândalos políticos.

Gráfico 11– Matérias apontam escândalo político? (nos dois jornais)



Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Gráfico 12 – Matérias apontam escândalo político? (por jornal)

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Tabela 1- Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a Simão Jatene

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
A favor	0	0,00%	35	77,78%	35	35,00%
Contra	54	98,18%	2	4,44%	56	56,00%
Não se aplica	1	1,82%	8	17,78%	9	9,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Tabela 2 - Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a Helder Barbalho

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
A favor	55	100,00%	2	4,44%	57	57,00%
Contra	0	0,00%	40	88,89%	40	40,00%
Não se aplica	0	0,00%	3	6,67%	3	3,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

A pesquisa também levou em conta duas outras categorias de matérias que serviram para nos dar uma noção mais exata sobre os tipos de reportagens publicadas contra Simão Jatene e Helder Barbalho: aquelas que atingem parentes dos dois candidatos e as que atingem seus respectivos governos (do Estado, de Jatene; e a gestão de Helder Barbalho, quando prefeito de Ananindeua - 2005 a 2008). Essas matérias, muitas vezes, mesmo sem citar os

dois candidatos, foram classificadas em seu sentido latente como contrárias a eles, por atingirem sua imagem pessoal, contribuindo para denegrir seu capital político durante a campanha eleitoral. Dessa forma, pudemos identificar os seguintes resultados:

Tabela 3 - Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a parentes de Jatene

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
A favor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Contra	3	5,45%	1	2,22%	4	4,00%
Não se aplica	52	94,55%	44	97,78%	96	96,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Tabela 4 - Matérias quanto ao conteúdo latente em relação a parentes de Helder Barbalho

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
A favor	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Contra	0	0,00%	5	11,11%	5	5,00%
Não se aplica	55	100,00%	40	88,89%	95	95,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Tabela 5 - Matérias quanto ao conteúdo latente em relação ao governo de Helder

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
A favor	2	3,64%	0	0,00%	2	2,00%
Contra	0	0,00%	20	44,44%	20	20,00%
Não se aplica	53	96,36%	25	55,56%	78	78,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Ao compararmos os dados, verificamos que o número de matérias contra parentes de Simão Jatene foi nominalmente pequeno em relação ao universo pesquisado – apenas 11,11% -, enquanto O Liberal se ocupava de construir negativamente a imagem da mulher, da cunhada e da sogra de Helder Barbalho, acusando-as de terem sido alvo de nepotismo na Prefeitura de Ananindeua. Esse percentual, por outro lado, pode ser considerado expressivo se considerarmos que os três parentes de Helder foram tema de várias reportagens. O Diário do Pará, por sua vez, publicou bem menos – 5,45% - das reportagens contra parentes de Simão Jatene, tendo como alvo principalmente Fernando Alberto Lima Jatene, o Beto Jatene; e Isabella Jatene, ambos filhos do governador.

No que tange às matérias que atingiram especificamente os *governos* de Simão Jatene e Helder, apuramos os seguintes resultados: O Liberal publicou 44,44% das suas matérias contra o governo do candidato peemedebista na Prefeitura de Ananindeua e nenhuma a favor, enquanto o Diário publicou 60% do total de matérias contra órgãos administrativos do governo Jatene, mas nenhuma a favor. Esses números demonstram que os governos de ambos foram vitrines durante a campanha, servindo analogamente de exemplos de “má gestão” para os leitores e do que poderiam fazer à frente de uma nova administração. Na análise dessas matérias constatamos a frequente ocorrência de palavras-chave como “terra arrasada”, “abandono”, “desvios”, “investigação”, “fraude”, “obra inacabada”, entre outras, comumente registradas para demonstrar e - juntamente com outros recursos editoriais - “comprovar” a veracidade do que se pretende informar ao público leitor.

As palavras-chave nos ajudaram a identificar matérias favoráveis ou contra os respectivos governos de Simão Jatene e de Helder Barbalho, possibilitando tabular estatisticamente essas matérias. Na pesquisa em O Liberal, identificamos 84,62% de matérias com palavras-chave contra Helder Barbalho e 73,33% a favor de Simão Jatene, o que sinaliza o posicionamento político do veículo de comunicação. Já no Diário constatou-se que 97,87% das matérias contêm palavras-chave contra Simão Jatene e 92,31% a favor de Helder Barbalho. Ou seja, os números contra Simão Jatene superam as estatísticas a favor de Helder Barbalho, o que nos leva a inferir que a quantidade de matérias com palavras-chave ou frases contra Jatene demonstram uma campanha mais incisiva por parte do Diário do que de O Liberal contra Helder, no que tange a palavras-chave e frases distribuídas ao longo das edições durante a campanha eleitoral. Ressalte-se, no entanto, que a ocorrência de palavras-chave não significa necessariamente que essas matérias sejam favoráveis a um ou outro candidato, pois apenas o contexto e as características editoriais de cada matéria é que poderão definir o seu conteúdo latente.

Identificamos também uma curiosidade: a ocorrência de palavras-chave em O Liberal contra o governador Simão Jatene, candidato apoiado pelo jornal, com 6,67% de frequência, enquanto no Diário não se registrou nenhuma palavra-chave contra Helder Barbalho (tabela 7), o que se justifica devido à natureza de determinadas matérias, como por exemplo: debates entre os dois candidatos em que o jornal cita o discurso relatado de Helder sobre o governo Jatene; pesquisas eleitorais contendo palavras-chave desfavoráveis ao governo (foram divulgadas nove pesquisas eleitorais no jornal O Liberal durante a campanha eleitoral - ver quadro nas págs. 105-106); matérias sobre o caso em que policiais do próprio

Estado estariam envolvidos na compra de votos em favor de Helder Barbalho, ou ainda reportagens que apontam decisões da Justiça Eleitoral contrárias ao governo.

Também foram aferidas as ocorrências de frases e palavras-chave, na mesma matéria, tanto a favor quanto contra determinado candidato. Essas ocorrências foram registradas em menor número na sua totalidade. No Diário, foram registrados 7,69% de matérias com palavras-chave *a favor e contra* Helder Barbalho; e a favor e contra Simão Jatene em 2,13%. Em O Liberal, o número de palavras-chave a favor e contra Helder chega a 15,38% e a favor e contra Jatene, a 20%. Esses números, bem mais elevados do que os registrados no Diário, denotam o tratamento editorial dado por O Liberal, que, neste caso particular, abriu mais espaço para o candidato adversário. Mas é importante ressaltar que os registros de palavras-chave a favor e contra ambos os candidatos ocorreram geralmente num tipo de matéria específico, como na divulgação de pesquisas eleitorais, quando os editores não podem deixar de citar o resultado positivo numérico em favor do adversário, mesmo que o tratamento editorial acabe ao final produzindo um conteúdo latente desfavorável a esse mesmo candidato. Dessa forma, as palavras-chaves favoráveis a ele - que poderiam ensejar um sentido geral positivo para o candidato - não conseguem reverter o seu conteúdo latente negativo.

Já as matérias que envolvem escândalos políticos, geralmente contra os candidatos, acusados de algum malfeito, seja de ordem pessoal ou investidos de cargo público, geralmente trazem no seu conteúdo omissão de agentes públicos, acusados de uma série de irregularidades, o que – presume-se -, visa prejudicar a imagem de um determinado candidato. Esse tipo de abordagem ocupou 66% do total de matérias dos dois jornais, uma estratégia muito parecida adotada por ambos, conforme revelam os dados estatísticos. No Diário, esse tipo de reportagem totalizou 65,45% dos textos contra 66,67% de O Liberal, praticamente empatados neste quesito. É importante observar também que determinadas categorias se cruzam, havendo interseção de algumas ou, ainda, situações em que uma categoria fica contida em outra. É justamente o caso, por exemplo, de matérias com palavras-chave que denotam *omissão de agente público*, geralmente contida na categoria *escândalo político*, o que faz com que os dados aferidos nas duas se cruzem e sejam também contabilizados na categoria matéria de *conteúdo latente negativo* ao governo em questão.

Tabela 6 – Frases e palavras-chave mencionando Jatene e Helder nos dois jornais

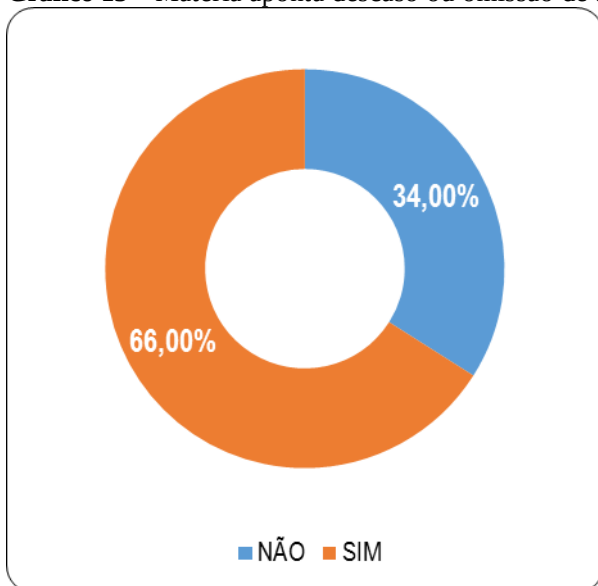
	Jatene (%)	Helder (%)
A favor.	17,74%	23,08%
Contra.	75,81%	63,46%
A favor e contra.	6,45%	13,46%
Total Geral	100,00%	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Tabela 7 – Frases e palavras-chave mencionando Jatene e Helder por jornal

	JATENE		HELDER	
	"DIÁRIO DO PARÁ"	"O LIBERAL"	"DIÁRIO DO PARÁ"	"O LIBERAL"
A favor.	0,00%	73,33%	92,31%	0,00%
Contra.	97,87%	26,67%	0,00%	84,62%
A favor e contra.	2,13%	20,00%	7,69%	15,38%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Gráfico 13 – Matéria aponta descaso ou omissão de agente público?

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará (2014).

Quando se trata de analisar matérias que tenham palavras-chave indicando que o governo, seja de Simão Jatene ou Helder Barbalho, vai apurar denúncias, responsabilizar ou punir com rigor e afastar das funções eventuais culpados por situações que geraram escândalo político, temos muito poucas respostas positivas nesse sentido. Do total de matérias analisadas nos dois jornais, apenas o governo Jatene sinalizou em 4% das matérias pesquisadas que seu governo iria apurar tais situações, enquanto a mesma questão relativa a Helder Barbalho teve

apenas 1% de palavras-chave no sentido de que seu governo iria apurar eventuais denúncias ou tomar providências.

Na análise por cada um dos veículos, somente 2,22% das matérias de O Liberal que têm Helder Barbalho como foco informam que ele irá *apurar denúncias ou tomar providências*. O mesmo percentual de 2,22% também é registrado no caso de matérias em que o governo de Helder *deveria* se manifestar em face da gravidade das denúncias, mas não se posiciona sobre a tomada de qualquer providência (por isso a opção marcada no formulário é “não vai apurar”), pelo menos no que se refere a informar ao público leitor de O Liberal sobre ações nesse sentido, seja porque sua assessoria de imprensa não foi localizada ou porque ele simplesmente não se manifestou. No Diário, esse quesito teve o seguinte percentual: em 3,64% das matérias o governo Jatene afirma que irá apurar denúncias e em 1,82% - quando deveria se posicionar – não se manifesta.

Mas nesse quesito a maioria das respostas diz respeito a matérias que, pelas suas próprias características, não exigem das partes citadas direta ou indiretamente nenhuma menção ao fato de precisarem apurar ou tomar qualquer providência (portanto, a questão foi marcada no questionário como “não se aplica”). Essas ocorrências foram registradas em 95,56% das matérias publicadas em O Liberal e 94,55% no Diário. Essas ocorrências foram registradas geralmente em reportagens em que os candidatos não são citados – abordam aspectos desfavoráveis a eles, sem, no entanto, acusá-los pessoalmente de malfeitos - mas o conteúdo latente da publicação os atinge negativamente. Nesses casos, no formulário elaborado para essa matéria, marcou-se a opção “não se aplica” nas respostas, que totalizaram 98% do total de matérias dos dois jornais, o que significa que a quase totalidade das reportagens submetidas a essa questão no formulário não exigia uma resposta pública dos candidatos, mesmo que o conteúdo latente fosse desfavorável a eles.

Exemplo deste tipo de ocorrência é a reportagem intitulada “Tribunal rejeita censura a O Liberal”, publicada no dia 17 de agosto de 2014, informando que O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) manteve decisão de negar o pedido de tutela inibitória ajuizada pela coligação “Todos pelo Pará”, de Helder Barbalho, que objetivava proibir O Liberal de publicar notícias relacionadas à imagem direta e indireta do candidato. Nesse caso, o candidato não precisava se manifestar pessoalmente diante de uma decisão da Justiça Eleitoral, mas tão somente cumpri-la.

Tabela 8 – Matéria apresenta frases e palavras-chave no sentido de que o governo vai apurar, responsabilizar, punir com rigor ou afastar eventuais culpados por escândalos políticos? (nos dois jornais)

	Jatene (%)	Helder (%)
Sim vai apurar.	4,00%	1,00%
Não vai apurar.	1,00%	1,00%
Não se manifestaram	95,00%	98,00%
Total Geral	100,00%	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Tabela 9 – Matéria apresenta frases e palavras-chave no sentido de que o governo vai apurar, responsabilizar, punir com rigor ou afastar eventuais culpados por escândalos políticos? (por jornal)

	JATENE		HELDER	
	"DIÁRIO DO PARÁ"	"O LIBERAL"	"DIÁRIO DO PARÁ"	"O LIBERAL"
Sim vai apurar.	3,64%	4,44%	0,00%	2,22%
Não vai apurar.	1,82%	0,00%	0,00%	2,22%
Não se manifestaram	94,55%	95,56%	100,00%	95,56%
Total Geral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Na questão onde se registram frases ou palavras-chave no sentido de que entidades da sociedade civil organizada ou outras vão denunciar ou denunciaram um caso de escândalo político ou vão cobrar providências, verifica-se que, na maior parte das matérias (70%), não há menção sobre esse tipo de cobrança da sociedade civil organizada. A entidade que comumente se manifesta nesse tipo de reportagem prometendo investigar denúncias é o Ministério Público. No comparativo por jornais, tanto Diário quanto O Liberal ficam praticamente empatados quanto à ocorrência de frases e palavras-chave sobre esse tipo de cobrança. Nas matérias de O Liberal, foram registradas 28,89% de ocorrências sobre cobranças ao governo de Helder Barbalho contra 30,91% ao governo Simão Jatene, no Diário do Pará. No total, juntando-se as matérias dos dois jornais, verifica-se que a maior cobrança recai sobre Simão Jatene, alvo de 17% das ocorrências, contra 13% de cobranças ao governo Helder Barbalho. No restante das matérias pesquisadas, não há sequer menção quanto a essas cobranças, o que significa que os jornais fizeram denúncias, mas não ouviram representantes de entidades da sociedade civil organizada.

Tabela 10 – Matéria apresenta frases ou palavras-chave no sentido de que entidades da sociedade civil organizada ou outras vão denunciar ou denunciaram um caso de escândalo político ou vão cobrar providências? (nos dois jornais)

	Nº de Matérias	%
Denúncia/providência contra o governo Simão Jatene	17	17,00%
Denúncia/providência contra o governo Helder Barbalho	13	13,00%
Não menciona	70	70,00%
Total Geral	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Tabela 11 – Matéria apresenta frases ou palavras-chave no sentido de que entidades da sociedade civil organizada ou outras vão denunciar ou denunciaram um caso de escândalo político ou vão cobrar providências? (por cada jornal)

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
Denúncia / providência contra o governo Simão Jatene	17	30,91%	0	0,00%	17	17,00%
Denúncia / providência contra o governo Helder Barbalho	0	0,00%	13	28,89%	13	13,00%
Não menciona	38	69,09%	32	71,11%	70	70,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Para finalizar o panorama geral das análises baseadas em números estatísticos quanto ao aspecto qualitativo das matérias pesquisadas, verificamos o percentual de reportagens que *ouviram o outro lado* acusado de supostas irregularidades, omissão ou alvo de escândalos políticos. Nesse quesito, apenas 5% das matérias publicadas nos dois jornais ouviram o governador Simão Jatene, enquanto 15% deixaram de ouvi-lo em situações em que tal procedimento jornalístico era exigido. Há que se observar aqui que em 80% das ocorrências, no entanto, as matérias jornalísticas – pelas suas características – não exigiam que o governador fosse ouvido. Isso pode ser entendido quando se considera que o sentido latente da matéria poderia atingi-lo sem que ele fosse necessariamente citado e precisasse vir a público se manifestar, ou ainda em matérias que sequer fazem menção ao governador no sentido de ocorrências de escândalo político ou suposta omissão de agentes ligados ao seu governo.

No caso de pesquisas eleitorais, os candidatos geralmente não se manifestam ou tomam posição no próprio jornal que veicula a pesquisa. A prática adotada tanto por Jatene quanto por Helder que se verificou, nesses casos, foi a publicação de uma outra matéria, no periódico que apoia o candidato, contestando a pesquisa veiculada pelo jornal adversário. Mas nesse caso específico não há necessidade de se ouvir o outro lado.

Tabela 12 – O outro lado acusado (Simão Jatene) foi ouvido?

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
Sim, foi ouvido	4	7,27%	1	2,22%	5	5,00%
Não, não foi ouvido	15	27,27%	0	0,00%	15	15,00%
Não considerou necessário	36	65,45%	44	97,78%	80	80,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Tabela 13 – O outro lado acusado (Helder Barbalho) foi ouvido?

	"DIÁRIO DO PARÁ"		"O LIBERAL"		Total Geral	
	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%	Nº de Matérias	%
Sim, foi ouvido	0	0,00%	4	8,89%	4	4,00%
Não, não foi ouvido	0	0,00%	24	53,33%	24	24,00%
Não considerou necessário	55	100,00%	17	37,78%	72	72,00%
Total	55	100,00%	45	100,00%	100	100,00%

Fonte: Formulário de Verificação de Matérias

Na análise por veículo de comunicação, o governador Simão Jatene, que tem o apoio de O Liberal, não foi ouvido nenhuma vez pelo jornal, o que se depreende que se trata de matérias que não exigiam a sua manifestação porque nenhuma era contra ele, parente dele ou seu governo, da mesma forma que Helder Barbalho também não foi ouvido nenhuma vez no Diário do Pará, porque também simplesmente não havia nenhuma matéria contra ele.

Quanto às matérias sobre qualquer um dos dois candidatos no jornal do adversário, consideramos no formulário que só deveria ser marcada a opção “não, não foi ouvido” em matérias em que houvesse a real necessidade de manifestação daquele que teve a sua imagem atingida, mas que na condição de acusado não teve direito à voz, em que, portanto, o acusado deveria, mas não foi ouvido. E a primeira opção – “sim, foi ouvido” -, deveria ser marcada quando a regra jornalística de ouvir o outro lado tenha sido efetivamente cumprida. Dessa forma, se considerarmos as matérias sobre o candidato Helder Barbalho, em O Liberal, ele foi

ouvido em 8,89% do total e deixou de ser ouvido pelo jornal – quando deveria – em 53,33% das reportagens publicadas.

Por outro lado, no Diário do Pará, o governador Simão Jatene deixou de ser ouvido em 27,27% das matérias, onde deveria ter sido, em função do seu conteúdo - aqui não somente no sentido latente, mas onde se verificaram palavras-chave em que foi acusado mas não teve direito a voz. O governador foi ouvido somente em 7,27% das reportagens. Também pesquisamos as situações em que não havia a necessidade de se ouvir o outro lado devido ao tipo de matéria publicada: No Diário, em 100% das matérias não houve necessidade da manifestação de Helder, enquanto que em O Liberal não houve necessidade de o candidato do PMDB se manifestar em 37,78% das matérias. Em O Liberal, também não houve necessidade de Jatene se manifestar em 97,78% das reportagens, enquanto que no Diário do Pará não era necessário que o governador se manifestasse em 65,45% do total de matérias pesquisadas.

4. 3 Análise discursiva

É importante ressaltar que nem todas as 100 matérias utilizadas para a tabulação quantitativa de ocorrências e registros foram alvo da análise qualitativa quanto ao aspecto discursivo. Apenas dez reportagens foram analisadas quanto à ocorrência de frases, palavras-chave com relação à produção de sentidos, quanto ao aspecto discursivo, por revelarem maior importância pelo conteúdo latente apresentado. Além disso - e por reunirem características semelhantes às de outras matérias coletadas, os elementos textuais e recursos editoriais se repetem nas reportagens coletadas no que tange ao discurso utilizado.

A partir de agora faremos a análise de discurso de algumas das matérias publicadas visando ir ao encontro dos sentidos que produzem. Apesar de nossa análise também se ancorar em dados estatísticos sobre as ocorrências de palavras-chave, iremos focar nas enunciações utilizadas, a partir da subjetividade e da relação que o sujeito que fala estabelece com o seu interlocutor. Ou seja, como diz Benveniste (1966, p. 288), “é na instância de discurso na qual o ‘eu’ designa o locutor que este se enuncia como sujeito”. Portanto, é na relação *eu-tu* que se estabelece o protagonismo da enunciação. É, pois, identificando essas enunciações que iremos procurar as marcas do texto. Ao abordarmos essa concepção, não podemos esquecer de citar Bakhtin (2006), quando percebemos que o discurso do sujeito se situa em relação aos discursos do outro, formando, portanto, um dialogismo, uma heterogeneidade discursiva, como no caso do discurso relatado – linguagem muito utilizada no jornalismo – quando o sujeito que fala no texto se refere ao discurso do entrevistado

através do discurso indireto. “Colocando-se enquanto tradutor, usa de suas próprias palavras para remeter a uma outra fonte de sentido” (BRANDÃO, 1990, p. 60).

É nessa relação – nas matérias que passamos a analisar – que se estabelece o dialogismo, a interação verbal, através das enunciações. Essa interação é própria do ser humano, pois, para Bakhtin (2006), o ser humano só toma consciência de si senão através dos outros, o que faz com que forme imagens de si, revelando-se para o outro, por isso, a palavra é essencialmente dialógica. É nessa relação que iremos identificar nos textos jornalísticos outro conceito de Bakhtin, o de polifonia, já aqui abordado, quando identificaremos as várias vozes que falam simultaneamente, os vários discursos presentes em um mesmo discurso, a interdiscursividade. Para o autor, o sentido da relação que se estabelece entre o eu-tu ocorre no espaço discursivo criado entre locutor e interlocutor, sendo o texto o espaço dessa interação verbal. O sentido, observa Pêcheux (1975, p.119), não é dado *a priori*, mas justamente nesta relação, é construído.

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1975, p. 144).

Essa concepção de sentido leva em conta o fato de que os sujeitos fazem parte de uma conjuntura histórica determinada, partilham desse mesmo contexto em que ocorre a formação discursiva e nele se reconhecem. É importante também observar que o discurso é interativo mesmo sem a presença do outro para o qual se destina. Essa situação se aplica à imprensa escrita, onde o destinatário nem mesmo está presente. Como diz Maingueneau,

Toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma interatividade constitutiva (fala-se também de dialogismo, é uma troca, explícita ou implícita com outros enunciadoreis, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação a qual constrói seu próprio discurso. (2013, p. 60)

No dia 17 de agosto, O Liberal publicou uma reportagem com o título “Estádio fantasma é a maior herança maldita de Helder” (Matéria nº 91, no Anexo B), referindo-se a um estádio de futebol cuja construção foi interrompida durante a gestão do ex-prefeito de Ananindeua. Logo no *lead*⁵³ da matéria, lê-se:

⁵³ O *lead* é a abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato. Precisa sempre responder às questões fundamentais do jornalismo: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Uma ou outra dessas perguntas pode

Quem conhece o que seria o Estádio Municipal de Ananindeua, no bairro Guajará, um dos mais abandonados, se depara com um monumento ao desperdício do dinheiro público, símbolo da inepta administração do ex-prefeito peemedebista Helder Barbalho (2005-2012) à frente do segundo maior município do Pará, na Região Metropolitana de Belém. (ESTÁDIO fantasma é a maior herança maldita de Helder. O Liberal, Belém, 17 ago. 2014. Poder, p.4. (grifo nosso).

Abandonado num gigantesco terreno baldio, tomado pelo mato, cheio de poças d'água e de caminhões e tratores depenados por vândalos, abandonados ao sol, sujeitos às intempéries do clima, o que seria um moderno estádio – que, inteiramente concluído, teria capacidade para abrigar 25 mil torcedores –, virou ponto de encontro para mendigos, desocupados e drogados. (ESTÁDIO fantasma é a maior herança maldita de Helder. O Liberal, Belém, 17 ago. 2014. Poder, p.4, grifo nosso).

Verifica-se, no atos de fala da matéria, que a reportagem faz uso de um conceito tratado por Mainguenu (2013, p. 170)– a pressuposição - , “quando um conteúdo implícito é veiculado por um enunciado de modo indiscutível. Nesse caso, em termos de polifonia, diz o autor, o conteúdo pressuposto (de que o o estádio está abandonado e virou ponto de encontro de desocupados) é assumido por uma pessoa anônima e coletiva com o qual o locutor se mostra de acordo. Isso pressupõe que a enunciação parte de uma premissa geral e pretensamente verdadeira, porém, sem autor definido, uma vez que a matéria não diz quem faz tal afirmação (de que o terreno está abandonado). Uma das características da pressuposição, diz Mainguenu (2013, p.171), é que os conteúdos são apresentados como evidentes, validados, não sujeitos a qualquer contestação.

Quando se trata de prática jornalística, quando não há fonte definida de enunciados no texto, a afirmação recai sobre o veículo que a publica, que, nesse caso, assume a responsabilidade jurídica pelo juízo de valor. Porém, quando a notícia chega ao público leitor, poucos fariam esse questionamento, tomando como verdadeiro o enunciado no *lead* da matéria, sem preocupar-se em checar a veracidade da notícia publicada. Essa noção é corroborada pelo autor, quanto à responsabilidade de quem faz enunciações como pressuposto de verdade.

Um artigo no interior de um jornal é igualmente dominado por uma instância autoral superior, o jornal, “a redação”. Acerca de um mesmo artigo pode-se então dizer tanto que ele é de tal jornalista quanto de tal jornal, segundo a perspectiva que se adote [...] Em um jornal, certos textos não são assinados, outros são assinados por iniciais, outros por um nome completo. Tal gradação baseia-se no fato de que de todo o modo o texto faz parte dessa instância autoral superior, o jornal”. (MAINGUENAU, 2013, p. 174).

ser esclarecida no *sublead*, se as demais exigirem praticamente todo o espaço da abertura. Graficamente, recomenda-se que o lead tenha no máximo 4 a 5 linhas de 70 toques. (MARTINS FILHO, 1939, p.154).

Verifica-se, ainda, na matéria analisada que esta utiliza palavras-chave que prejudicam a imagem do ex-prefeito de Ananindeua, tal qual “abandonado” e “desperdício de dinheiro público”. Em outros trechos, não reproduzidos aqui, tem-se “*paralisada* há mais de dois anos”, “fantasma”, “elefante branco”, “herança maldita” e a frase “que nunca saiu do papel”, todas estas produzindo o mesmo sentido.

Outra reportagem, publicada no dia 20 de agosto de 2014, em O Liberal (nº 89, no Anexo B), tendo como alvo Helder Barbalho, traz o título “Patrimônio de Helder mais que duplica”, apresentando detalhes sobre os supostos rendimentos e patrimônio de Helder, com fotografia aérea de uma mansão supostamente pertencente ao candidato.

Na reportagem em questão, o jornal O Liberal apresenta supostas provas de que os rendimentos do candidato rival duplicaram, - no período de 2008-2014, logo depois que Helder Barbalho deixou a Prefeitura de Ananindeua - apoiado em dados baseados na Declaração de Renda do candidato. Mas o que chama atenção nessa matéria não é a estratégia comum encontrada nas análises de discurso, como o dialogismo, a polifonia, a interação de discursos, mas sim a ausência dessas marcas no texto. Verifica-se, no texto da reportagem, do início ao fim, que o jornalista não ouve uma fonte sequer, baseando-se apenas na sua subjetividade e em pressuposições, conforme atesta o trecho abaixo:

Como prefeito de Ananindeua, entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012, Helder Barbalho fez jus a um salário de aproximadamente R\$ 12 mil mensais, brutos (este continua sendo o salário do atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro). Se tivesse economizado todos os 48 salários mensais – em seus quatro anos como prefeito –, mais 13º salários, férias e diárias, sem gastar um real sequer com água, luz, alimentação, transporte, saúde, educação, combustível, vestuário e etc., Helder Barbalho não teria acumulado no período nem R\$ 800 mil. Então, como explicar que tenha comprado após sair da prefeitura de Ananindeua uma luxuosa mansão por mais de R\$ 1,3 milhão? Com a resposta, como dever, o candidato Helder Zuhluth Barbalho. (PATRIMÔNIO de Helder mais que duplica. O Liberal, Belém, 20 ago. 2014. Poder, p. 9).

Segundo Traquina (2005, p. 191), a autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística, fator de respeitabilidade. Mas o que se constata é que o jornalista assume uma responsabilidade enunciativa a partir do texto elaborado, ao patrocinar o que Mainguenu (2013, p. 154) chama de “apagamento das pessoas”, quando no texto não há indício do enunciador, estabelecendo-se uma ruptura com a situação de enunciação. No texto em questão, o jornalista utiliza-se de uma estratégia discursiva chamada de “aforização”⁵⁴. Tal conceito, trabalhado por Mainguenu (2013), implica a figura de um

⁵⁴Na aforização, o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, aquém de qualquer jogo de linguagem; nem respostas, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, dito, tese, proposição, afirmação soberana (MAINGUENAU, 2010, p. 14).

enunciado “que não somente *diz*, mas que *mostra que diz aquilo que ele diz* [...] Ele apresenta a força de uma enunciação que engaja a responsabilidade do locutor, uma tomada de posição exemplar diante do mundo” . O curioso, nesse caso, é que a aforização implica uma “descontextualização do enunciado aforizado”, ou seja, “só tem sentido no novo contexto onde ele é colocado”, como no caso da seguinte aforização: “*Se tivesse economizado todos os 48 salários mensais [...] não teria acumulado nem R\$ 800 mil. Como explicar que tenha comprado uma mansão?* Isso quer dizer que a aforização assume um caráter sentencioso que se desloca de qualquer contexto em que ele pudesse razoavelmente adquirir tal bem. O aforizador assume o papel do locutor que está no alto, “do indivíduo autorizado, em contato com uma fonte Transcendente. Elé é considerado como aquele que enuncia a *sua* verdade, que prescinde da negociação, que exprime uma totalidade vivida [...]”. (MAINGUENAU, 2010, p. 14).

Outro aspecto a ser considerado nesta reportagem diz respeito à afirmação de que “especialistas” do ramo imobiliário paraense, porém, estimam que uma mansão como a de Helder Barbalho no Lago Azul vale no mínimo R\$ 4 milhões. O texto sugere que o ex-prefeito de Ananindeua subavaliou sua mansão na declaração de bens entregue à Justiça. Nesse caso em particular, o enunciador recorre a uma fonte anônima, uma vez que nenhum sujeito é identificado como autor da estimativa. Essa forma de apresentar o referente, sem identificá-lo, não condiz com a prática recomendável no jornalismo⁵⁵. Mainaguenau (2013, p. 275) chama atenção para o emprego genérico do plural, quando evoca o conjunto de membros de uma classe, sem necessariamente incluir todos e sem a citação de nomes. Tal qual ocorre com os produtos diversos, os nomes das categorias são palavras, “cujas virtualidades de sentido agem à sombra – virtualidades que o discurso deve filtrar segundo suas conveniências [...]”. (p. 275).

Esse tipo de estratégia jornalística é comum em várias reportagens que colocam a disputa simbólica entre os dois jornais no mesmo nível, ao utilizarem as mesmas estratégias discursivas, apesar de se considerar que o leque de pautas negativas contra o governador Simão Jatene teve potencial maior em função do cargo de governador que ele ocupava. Helder Barbalho, por sua vez, já havia deixado a Prefeitura de Ananindeua, o que dificultava pautas

⁵⁵Uma das regras do jornalismo é a objetividade, minimizando-se o papel do jornalista a de um mero mediador de vozes que se entrecruzam. Assim, diz Traquina (2005, p.139), “a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho [...] As citações entre aspas, portanto, atribuídas a um sujeito, funcionam como uma prova suplementar. “Os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘fatos’ falarem”. (TRAQUINA, 2005, p. 140).

negativas por parte de O Liberal, obrigado a garimpar possíveis casos de omissão ou supostos escândalos que teriam ocorrido na sua gestão como prefeito. Portanto, pelo que se constata das matérias apresentadas, os dois jornais trabalhavam na mesma linha de construção de escândalos políticos com base em estratégias discursivas que permitiam chegar a supostas conclusões verdadeiras, muitas vezes com base em premissas que não sustentavam a argumentação.

Publicado pelo jornal O Liberal em 5 de outubro (Matéria nº 104, no Anexo B), dia do primeiro turno da eleição, o suplemento intitulado “Dossiê Helder”, impresso em formato tabloide, reúne uma série de matérias sobre a trajetória política do candidato rival de Simão Jatene. Com enunciações destacadas⁵⁶ no olho⁵⁷ da matéria de capa lê-se: *“O clã Barbalho, que há 50 anos se instalou na política do Pará, deixando um rastro de corrupção e desmandos, e enriqueceu no poder, busca com Helder voltar a um passado de triste memória”*

Como elemento gráfico-ilustrativo, o jornal utiliza-se de uma caricatura de Helder Barbalho e do pai dele, o senador Jader Barbalho, ambos apresentados como vampiros, com grossas sobrelhas e capas semelhantes à utilizada pelo conde Drácula, junto com a caricatura da deputada federal Elcione Barbalho, mãe de Helder e ex-mulher de Jader, seguida de fotos de outros membros da família Barbalho ou de pessoas ligadas a eles. No texto, logo na abertura, o jornal utiliza frases e palavras-chave que remetem a poder e desmandos, como “oligarquia” e “velho modo de se fazer política, como se o Pará fosse uma Capitania Hereditária dos tempos do Brasil colônia”. A tônica da matéria é de que a tentativa de eleição de Helder seria uma forma de tentar livrar Jader Barbalho de uma eventual condenação no Supremo Tribunal Federal (STF), onde deverá ser julgado acusado de desvios de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) à época em que era ministro. A reportagem também menciona que Jader seria o protagonista de um dos maiores “escândalos” financeiros do País.

Entre outubro e dezembro de 1984, Jader teria desviado – segundo denunciou auditoria do Banco Central do Brasil – algo em torno de R\$ 10 milhões dos cofres do Banpará para uma conta aberta na agência do Jardim Botânico do Banco Itaú, no Rio de Janeiro[...] chegou a ser preso e algemado pela Polícia Federal, por ordem da

⁵⁶Enunciação destacada, segundo Mainguenu (2013, p. 226), são citações que funcionam como enunciados, que se pode dizer destacados: enunciados curtos (“citações célebres”, “formulas”, “sentenças”, etc. constituídos o mais frequentemente de uma só frase, que são autônomos, no sentido de que não são inseridos no fio de um texto).

⁵⁷ Olho é um pequeno espaço, dentro de um texto destacado, sob o título ou no conjunto da página, preâmbulo da manchete, com informações adicionais com o objetivo de situar o leitor sobre o assunto de que trata a matéria. (RIBEIRO, 2005, p.14).

Justiça Federal do Tocantins[....]”. (FAMÍLIA tenta voltar ao poder com Helder. O Liberal, Belém, 5 out. 2014. Caderno Especial, p.1- matéria nº 104, Anexo B).

No texto da matéria analisada, apesar do conteúdo latente contrário ao candidato Helder Barbalho, o jornal utiliza enunciações como “teria desviado”, “segundo denunciou auditoria...”, o que representa um comedimento diante de um processo ainda não tramitado em julgado pela Justiça, ou seja, onde ainda cabe recurso por não ter chegado à última instância. Jader Barbalho ainda não foi condenado e, portanto, considerado culpado por um eventual crime que tenha cometido. O jornal, dessa forma, emprega o verbo no tempo condicional. Mainguenu (2013, p.167) observa que “quando um locutor evoca um ponto de vista em sua enunciação, ele não é obrigado a aderir a esse ponto de vista. Por exemplo, no célebre ‘condicional jornalístico’.

O locutor se coloca em posição de não responsável por esse ponto de vista e permanece neutro em relação à verdade do que é dito. Porém, ele também pode se colocar como não sendo a fonte de um ponto de vista, mostrando ao mesmo tempo que ele está de acordo com esse ponto de vista. Ele pode ainda refutar o ponto de vista[...]. (MAINGUENAU, 2013, p. 167)

Outras reportagens, nas demais páginas do dossiê, utilizam palavras como “fábrica de mentiras”, referindo-se ao Diário do Pará, republicando matérias, com novo texto, de escândalos envolvendo a família Barbalho, como a fotografia do senador Jader Barbalho algemado sendo conduzido por agentes da Polícia Federal, e fotos da suposta mansão pertencente a Helder Barbalho, que também já haviam sido publicadas. Ou seja, a estratégia utilizada, nesse caso, é repetir a publicação para que o leitor não esqueça.

O efeito de atualidade produzido por este domínio é resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória: memória que faz irromper um acontecimento passado em uma conjuntura presente, reatualizando-o. (BRANDÃO, 2012, p. 100).

A estratégia da repetição é semelhante às técnicas utilizadas na propaganda de produtos no grande mercado consumidor do chamado marketing político. Para Adriano Duarte Rodrigues (2006):

A campanha produz imagens de candidatos e de produtos utilizando para isso processos idênticos aos que são utilizados para a promoção de qualquer produto. Os processos de camuflagem do processo de produção, do seu custo, em favor do processo sedutor da gratuidade. É, de fato, as mesmas empresas publicitárias e de marketing, aos profissionais obscuros da indústria promocional, que se encomenda a promoção tanto dos pós para lavar a roupa como dos candidatos políticos; são os mesmos processos retóricos que vendem margarinas e programas eleitorais (RODRIGUES, 2006 p. 116 apud Medina, 2006).

É importante observar que aqui cabe uma reflexão sobre o *newsmaking* e o *agenda setting*, sobre a seleção do fato e os critérios de noticiabilidade com base nos acontecimentos. No caso em particular, as notícias são apenas *requentadas*, mas a nova publicação soa como um acontecimento novo, ou seja, a mídia produz um novo acontecimento em cima de um fato já acontecido, ou o que Rodrigues (2001, p.102) chama de “meta-acontecimento”, “que são regidos pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação, articulando as instâncias enunciativas do sujeito - repórter, objeto - fato, agentes e atores”.

O meta-acontecimento não é, por isso, regido pelas regras do mundo natural, os acidentes da natureza que atingem os corpos físicos cósmicos, como os cataclismos ou as inundações, nem os corpos individuais, como o nascimento e a morte, nem os corpos institucionais, das religiões, dos exércitos, das famílias, da produção, dos Estados. É regido pelas regras do mundo simbólico, o mundo da enunciação" (RODRIGUES, 2001, p. 102).

Essa técnica não foi utilizada somente pelo jornal O Liberal. A mesma estratégia foi adotada pelo Diário do Pará, numa sucessão de matérias sobre os supostos malfeitos do governo do Estado, como se fosse pauta permanente nos últimos anos, o que também evidencia esse caráter de repetição e de meta-acontecimentos que denotam as estratégias editoriais adotadas pelos dois jornais para tentar convencer seus leitores de seus argumentos de verdade. E para exemplificar o que foi dito, vamos verificar uma outra reportagem que também revela o clima eleitoral, na disputa entre o governador Simão Jatene e Helder Barbalho, publicada desta vez pelo Diário do Pará, no dia 31 de agosto, trazendo como manchete “Governo Jatene foi o pior nos últimos 17 anos. (Matéria nº 105, no Anexo B)

A reportagem baseia-se em estudo, cuja fonte não é citada na chamada de capa, que supostamente demonstra o baixo grau de investimento do governo no Estado. O jornal também aproveita a chamada para comparar o volume de investimentos de Jatene com os que foram feitos pelo ex-prefeito de Ananindeua Helder Barbalho, que percentualmente teria feito quase três vezes mais que Jatene. A reportagem foi publicada no dia da edição especial comemorativa pelos 32 anos de aniversário do Diário sob o título “Compromisso com a boa informação”. Na mesma edição, na capa, leem-se duas chamadas em uma coluna com os seguintes títulos “Quase 14 mil pessoas foram assassinadas no Pará” e “Empresários de Ananindeua reagem contra a violência”, reforçando o binômio de matérias-pauta do jornal contra o governo do Estado e a Prefeitura de Ananindeua. Essa reportagem (nº 105, no Anexo B) apresenta duas palavras-chave marcantes – flexões do verbo perder e o superlativo pior, que se repetem em vários trechos da matéria. Vejamos alguns:

Em 2011, o governo Jatene destinou a investimentos apenas 4,51% de tudo o que gastou – o pior percentual o Pará desde 1996 (pelo menos). E em 2012, os investimentos ficaram em apenas 6,19% da despesa – o segundo pior resultado em quase 20 anos. (HELDER investiu muito mais que Jatene. Diário do Pará, Belém, 31 ago. 2014. Cidades, pág. A8 - Grifo nosso)

2013 foi o terceiro ano consecutivo em que o Pará levou lanterna da Região Norte (foi o estado que menos gastou com investimentos, em relação à despesa total). Além disso, também pela terceira vez consecutiva o Pará perdeu a até para o Piauí e o Maranhão (HELDER investiu muito mais que Jatene. Diário do Pará, Belém, 31 ago. 2014. Cidades, pág. A8 - Grifo nosso).

A incidência dessas palavras e a falta de uma fonte entrevistada deixa um vazio semântico, mas nem por isso a matéria deixa de atingir seu alvo discursivamente. Ao longo do texto, não se verifica a ocorrência de discursos diretos, tão somente enunciações do próprio repórter, que não cita os balanços financeiros como a origem das informações que embasaram a matéria na matéria principal, somente numa outra matéria coordenada⁵⁸ na mesma página. O que se verifica, no entanto, é que o repórter usa uma fala do governador Simão Jatene, utilizada em outra oportunidade, noutro contexto, para corroborar seus enunciados. O discurso citado⁵⁹, ou seja, o discurso dentro de um outro discurso, é utilizado com o fito de confirmar a notícia veiculada.

É um resultado desconcertante, até porque o próprio Jatene, que é mestre em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), já reconheceu publicamente a importância de manter os investimentos em níveis, ao menos, aceitáveis: “O governo que não se dispuser a usar pelo menos 10% do que tem nos cofres em investimentos não terá feito absolutamente nada!”, disse ele, em abril de 2011, ao lançar a sua Agenda Mínima, segundo reportagem da Agência Pará, a central de notícias do governo. (HELDER investiu muito mais que Jatene. Diário do Pará, Belém, 31 ago. 2014. Cidades, p. A8, grifo nosso).

No mesmo dia em que o Diário comemorava seu aniversário, O Liberal publicou artigo intitulado “Por que votar no Jatene – I” (Matéria nº 106, no Anexo B), assinado por Ronaldo Maiorana, um de seus sócios proprietários, defendendo abertamente a reeleição de Simão Jatene ao governo do Estado, o que é permitido pela legislação eleitoral. No artigo, publicado na página 2 do Caderno Atualidades, Ronaldo Maiorana faz alusão à administração Helder Barbalho em Ananindeua recorrendo a passagens bíblicas, citando Eclesiastes:

Tudo tem o seu tempo determinado e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. Há tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de derrubar e tempo de edificar; o justo e o ímpio serão julgados, porque há um tempo para todo o propósito e para toda a obra”. (Eclesiastes, 3). (POR QUE votar no Jatene – I. O Liberal, Belém, 31. Ago.2014, Atualidades, p. 2)

⁵⁸ Matéria coordenada, também chamada de “Sub” – é uma matéria coordenada com a principal da página (RIBEIRO, 2005, p.18).

⁵⁹ Segundo Bakhtin (2006 p. 144), o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação.

A mensagem é logo revelada bem como seu destinatário, quando o texto afirma que:

É com a inércia e má vontade dos maus administradores que danos se proliferam. Para estes, é sempre tempo de arrancar o que os outros plantaram, é sempre tempo de destruir, jamais tempo de curar. As condições precárias de saúde em Ananindeua são exemplo disso[...] Durante oito anos, nenhum hospital foi construído. Como um engodo, pequenas reformas em unidades básicas de atendimento, mas nada que efetivamente assistisse à população. (POR QUE votar no Jatene – I. O Liberal, Belém, 31. Ago. 2014, Atualidades, p. 2)

Esse é um exemplo de aforização que mantém relação direta com a memória, generalização, os gêneros sentenciosos (provérbios, adágios, ditados), estratégia utilizada pelos jornais como técnica de retórica, ao incluir no texto passagens bíblicas, citações de grandes nomes da História e personalidades de saber notório com o intuito de validar seus argumentos. Como diz (Gomes, 2013, p. 202), “a retórica é ineliminável em ambiente de competição discursiva”.

Deve-se partir, portanto, do pressuposto, de que a retórica não pode ser eliminada, porque a política é necessariamente competitiva, a competição envolve sempre uma dose considerável de estratégia e ainda não foi inventada uma arte mais perfeita de manejar estratégias argumentativas do que a retórica. (GOMES, 2013, p. 203).

Ao final do artigo, o jornal faz a defesa da reeleição do governador, recorrendo novamente a Eclesiastes. Afinal, “não há coisa melhor do que se alegrar o homem nas suas obras, porque esta é a sua porção”. A Jatene, portanto, diz o articulista, “faltam motivos para se envergonhar ou se entristecer”. Outros três artigos, com o mesmo teor, intitulados “Por que votar no Jatene – II, III e IV”, foram publicados respectivamente nos dias 7, 14 e 21 de setembro de 2014.

Em outra reportagem publicada em O Liberal, no dia 14 de setembro (nº 107, no Anexo B), o jornal destaca na capa que “Nepotismo e luxo é com Helder Barbalho”. Diz a chamada que

quando foi prefeito de Ananindeua, o candidato do PMDB ao governo do Estado fez da mulher, Daniela, secretária de Assistência ao Trabalho e favoreceu com dinheiro público a sogra e duas cunhadas. O Helder Barbalho que se aconchega em mansão de R\$ 6 milhões é o mesmo que deixou obras ‘fantasmas’ em Ananindeua. (NEPOTISMO e luxo é com Helder Barbalho, O Liberal, Belém, 14 set. 2014. p. 1.)

A vinheta utilizada na cabeça da página traz a palavra “NEPOTISMO” (matéria nº 62, no Anexo B) na cor vermelha e ainda caricaturas da mulher de Helder, Daniela Barbalho; da sogra, Maria José, e da cunhada, Renata Lima, desenhadas em vagões de um trem da

alegria conduzido por Helder Barbalho, com dinheiro pairando sobre suas cabeças, nas cores verde e amarela, de autoria do chargista J. Bosco. A ilustração da matéria, independentemente do texto que lhe dá suporte, traz no seu bojo aspectos interessantes que veiculam informações cuja leitura se pode fazer a partir da imagem utilizada para ilustrar a reportagem. Se levarmos em conta os aspectos fotocromáticos, por exemplo, a cor vermelha nos remete ao sinal de perigo, enquanto as cédulas pintadas em verde e amarelo acrescentam ao dinheiro um valor simbólico representativo das cores da bandeira brasileira, portanto, da Pátria, ou seja, dinheiro que pertence ao país, dinheiro público. E a inscrição (Prefeitura Municipal de Ananindeua (PMA) no trem remete à ideia de que o trem que produz a alegria de seus passageiros é a própria prefeitura. Para que não haja dúvidas, além das caricaturas estampadas na página, a edição fixou as fotografias de cada um deles, para que possam assim serem reconhecidos e identificados um a um na comparação com suas respectivas caricaturas.

Há que se considerar também o fato de a edição lançar mão de caricaturas, quando se verifica que já dispunha de fotos dos personagens. Então, por que repeti-los tanto em fotos quanto em caricaturas? É certo que a caricatura traz no seu bojo uma relação analógica com o humor, em que os artistas exibem traços físicos protuberantes dos personagens retratados. Nesse caso, a decisão de repetir a imagem dos envolvidos nos dá indícios de que o jornal optou por utilizar um recurso que os ligue, analogamente, à falta de seriedade com a coisa pública.

As imagens plásticas ou visuais podem ser, portanto, tanto gráficas quanto mentais. Em ambos os casos, a visualidade é decisiva. Para complicar a história pelo menos no caso das imagens gráficas, mas não raramente no caso das imagens mentais, podemos ter fenômenos de natureza social, pior ainda, de natureza pública, pois para que linhas e cores dispostas sobre uma superfície sejam consideradas imagem de algo são necessárias convenções sociais, simbolizações de algum modo contratadas socialmente [...] (GOMES, 2013, p. 213).

No dia 23 de outubro (nº 10, no Anexo B), o jornal O Liberal publicou matérias com o título “PSDB pede cassação do registro de Helder por compra de votos”, na capa do Caderno Poder, contendo fotografias de supostos flagrantes de compra de votos em favor de Helder Barbalho dentro de um quartel da Polícia Militar do Estado. A reportagem tenta provar que o comitê de campanha eleitoral do candidato do PMDB teria praticado crime eleitoral, mediante denúncia anônima “comprovada” por uma gravação de vídeo, também anônima. As palavras-chave encontradas na matéria dão essa tônica – “gravações de vídeo”, “compra de votos”, “denúncia anônima” e “crime eleitoral”. E as frases captadas na análise não deixam dúvida sobre a intenção do jornal O Liberal de atingir o capital simbólico do adversário. “O vídeo levado à Justiça mostra, com nitidez, pessoas ligadas à campanha de Helder Barbalho saindo e

entrando da unidade da Polícia Militar[...]”. Ou: “Prova disso é que a todo momento pessoas recebem dinheiro como pagamento e retiram materiais de campanha[...]”. Ou ainda: “Helder Barbalho e sua coligação atacam o governador Simão Jatene com inverdades e com denúncias sem quaisquer provas”. Do ponto de vista dos recursos editoriais utilizados para dar veracidade à matéria, apontamos as imagens do vídeo como principal prova do suposto crime eleitoral.

A imagem pública do candidato, apesar de nada ter a ver com a imagem no sentido físico, acaba sendo prejudicada pelas imagens do flagrante publicadas no jornal. Assim como a imagem, em seu sentido comum, visual, representa ou apresenta algo para alguém, o mesmo acontece com a imagem em seu sentido figurado, a imagem como percepção pública (GOMES, 2013, p. 214).

O Diário do Pará, por sua vez, também publicou matéria denunciando suposta compra de votos tendo como elemento comprobatório também um vídeo com imagens em flagrante da prática desses crimes. A matéria foi publicada no dia seguinte à publicação de O Liberal, no dia 24 de outubro, tendo como manchete do jornal “Vídeo com compra de votos pode levar Jatene à cassação”, com uma sequência de três fotografias do suposto flagrante de crime eleitoral. Na página A4 (nº 30, no Anexo B), as fotografias são apresentadas da mesma forma que o jornal rival o fez no dia anterior. O curioso é que o jornal não entrevistou ninguém, não havendo, portanto, nenhuma fonte. A enunciação ficou por conta do próprio jornalista. Já na matéria publicada em O Liberal, os advogados da coligação de Jatene deram declarações, utilizando-se para isso aspas, em discurso direto, com o intuito de se dar maior credibilidade à denúncia apresentada.

O jornalista cita entre aspas expressões utilizadas pelo locutor citado; não apenas o ponto de vista, mas também as palavras citadas dão mais autenticidade ao discurso relatado [...] o discurso direto não se contenta em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade mas ainda simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado (MAINGUENAU, 2013, p. 180-181)

4.4 Linhas gerais da campanha eleitoral e outras análises de discurso

Um tópico bastante explorado durante a campanha eleitoral, pela coordenação de campanha do candidato Helder Barbalho, foi o uso indevido do programa Cheque Moradia, do governo do Estado, que teria sido distribuído para os eleitores. O jornal publicou várias matérias sobre o tema. A que foi publicada no dia 26 de outubro, dia do segundo turno da eleição, traz como manchete de página “MP investiga uso do Cheque Moradia nas eleições”.

Ao longo do texto publicado, verifica-se a ocorrência de frases e palavras-chave como “descaradamente” e “ação de investigação judicial” contra o governador Simão Jatene.

Outro mote da campanha de Helder Barbalho, como já mencionado, foi o ataque ao filho do governador Simão Jatene, Alberto Lima da Silva Jatene, mais conhecido como Beto Jatene, dono de postos de combustíveis. O Diário do Pará publicou várias matérias sobre um suposto favorecimento aos estabelecimentos pertencentes a Beto Jatene em contratos com a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para abastecimento de viaturas. No dia do segundo turno da eleição, em 26 de outubro de 2014 (nº 24, Anexo B), o Diário do Pará publicou matéria com o título de página “MP apura contratos de Beto Jatene com o Estado”. A reportagem de uma página traz fotografias dos postos de combustível de Beto Jatene, e do interior do apartamento da filha de Simão Jatene, Izabela Jatene, com o intuito de demonstrar (comprovar) o luxo com que vivem familiares do governador do Estado.

Um infográfico também ilustra a matéria, mostrando a evolução patrimonial de Eduardo Salles, sobrinho do governador, e ainda fac-símiles de documentos da Junta Comercial do Estado (JUCEPA) comprovariam que Beto Jatene é, de fato, o proprietário dos postos de combustível. Para completar o ataque à família Jatene, reproduz, mais uma vez, a suposta gravação telefônica entre o subsecretário de Governo, Nilo Peçanha, e Isabela Jatene, em que esta supostamente teria sugerido tomar dinheiro (“esse dinheirinho deles) das 300 maiores empresas do Estado.

Nesse caso, percebe-se que o *modus operandi*, a estratégia de mídia adotada pelo Diário, assemelha-se àquela também utilizada por O Liberal, ao denunciarem o luxo em que vivem agentes públicos e supostos casos de corrupção em que estariam envolvidos, tanto Helder Barbalho quanto Simão Jatene e seus respectivos parentes. Essa estratégia é utilizada pelos dois jornais, ao publicarem fotografias da mansão de Helder Barbalho (nº 89, Anexo B), no Lago Azul, e do apartamento de Isabela Jatene.

O Diário do Pará também parte para o ataque ao seu concorrente ao publicar reportagem com a foto de Romulo Maiorana Jr., presidente executivo das ORM, conglomerado de mídia a que pertence O Liberal, ao lado do governador Simão Jatene, com a manchete de página “Jatene gasta R\$ 100 milhões com propaganda”. A matéria, publicada no dia 29 de agosto (nº 94, no Anexo B), apresenta um fac-símile de um documento que comprovaria os gastos do governo com propaganda no jornal O Liberal.

Como parte da estratégia de mostrar que o governo do Estado relegou o Pará ao abandono, o Diário publica uma série de matérias que comprovariam o péssimo estado dos setores de saúde, transporte e habitação. Numa delas, publicada no dia do segundo turno da

eleição (26/10), traz a manchete da página A14 “Jatene deixa o Pará nos piores rankings” (nº 26, no Anexo B), seguida de um olho com o seguinte texto: “Belém é uma das piores capitais em abastecimento de água. Seja em educação, saneamento, segurança pública e saúde, o Estado só tem apresentado números lastimáveis em pesquisa feitas em todo o país”.

Já O Liberal acusa Helder Barbalho de omissão no que diz respeito à questão da divisão do Estado do Pará. O vice de Helder na chapa que concorreu ao governo, Joaquim de Lira Maia, é ex-prefeito de Santarém, um dos municípios que pleiteia o separatismo. Nessas regiões – de Santarém e sul do Pará – onde o governo é acusado de não se fazer presente, Helder teve expressiva votação, uma vez que a rejeição ao governo Jatene era acentuada nessas áreas. Apesar disso, há outras regiões do Estado que são contrárias à divisão do Estado – a maioria, diga-se -, votou no plebiscito pelo não desmembramento do Estado. Nos debates de que participou, Helder Barbalho foi cobrado sobre sua posição com relação ao tema, mas, segundo as matérias publicadas em O Liberal, sempre se esquivava para não desagradar nem quem era contra nem a favor da divisão do Pará.

É importante lembrar que a votação do governador nessas regiões foi bem inferior à de Helder Barbalho. Em Santarém, Jatene teve 50.157 votos (35,50%) contra 91.122 votos (64,50%), num colégio eleitoral de 201.843 eleitores. Foram registrados 2.113 (1,40%) votos brancos; 7.336 (4,87%) nulos e 141.279 (93,73%) de votos válidos.

Já em Marabá, importante município da região Sul/Sudeste do Pará, a votação foi a seguinte: Simão Jatene teve 33.668 votos (33,54%) e Helder Barbalho, 66.722 votos (66,46%). O total de votos brancos foi de 2.624 (2,32%), nulos (9.893 (8,76%) e válidos (100.390 (88,91%).

Na edição dos dias 27/28 de setembro, O Liberal publicou três páginas na sequência, no Caderno Poder, com vinhetas com o título “Herança Maldita” e “Candidatos Milionários” (nº 51, 52 e 53, no Anexo B), denunciando uma série de irregularidades que teriam ocorrido durante o governo de Helder Barbalho enquanto prefeito de Ananindeua.

4.5 Pesquisas eleitorais – panorama geral

Durante a campanha eleitoral, foram publicadas ao todo 22 pesquisas eleitorais, das quais 13 no Diário do Pará e 9, em O Liberal. Em agosto, quando começou a campanha eleitoral, ambos os jornais publicaram duas pesquisas cada. Em setembro, o Diário publicou quatro e O Liberal, três pesquisas. E em outubro, o mês das eleições, o Diário publicou sete pesquisas e O Liberal, quatro. Esse número tão elevado em relação ao concorrente talvez se

explique pelo fato de que o candidato apoiado pelo Diário venceu o primeiro turno com uma margem muito pequena de votos e precisaria consolidar sua liderança para conter o crescimento de Jatene. É importante observar que a TV Liberal, afiliada da Rede Globo, tem contrato com o Ibope para divulgar pesquisas durante a campanha eleitoral e que, conforme manda a legislação eleitoral, todas devem ser registradas no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Quadro 3 – Pesquisas eleitorais publicadas no Diário do Pará

MÊS	DATA	PÁGINA	QUANTIDADE
AGOSTO	18/ago	A3	2
	27/ago	A3	
SETEMBRO	02/set	A3	4
	07/set	A10	
	14/set	A4 / A3	
	28/set	A4	
OUTUBRO	07/out	A9	7
	10/out	A9	
	17/out	A9	
	19/out	A4	
	21/out	A7	
	22/out	A6	
	26/out	A10	
TOTAL (AGO / SET / OUT)			13

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará

Quadro 4 – Pesquisas eleitorais publicadas em O Liberal

MÊS	DATA	PÁGINA	QUANTIDADE
AGOSTO	17/ago	Atualidades / 05	2
	31/ago	Atualidades / 09	
SETEMBRO	14/set	Atualidades 08 / 09	3
	27-28/set	Atualidades / 05	
	29/set	Poder / 01	
OUTUBRO	01/out	Poder / 06 / 07	4
	05/out	?	
	19/out	Atualidades / 05	
	26/out	Atualidades / 09	
TOTAL (AGO / SET / OUT)			9

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará

Quadro 5 – Total de pesquisas eleitorais publicadas em O Liberal e no Diário do Pará

MÊS	Nº DE MATÉRIAS		TOTAL
	DIÁRIO DO PARÁ	O LIBERAL	
AGOSTO	2	2	4
SETEMBRO	4	3	7
OUTUBRO	7	4	11
TOTAL (AGO / SET / OUT)	13	9	22

Fonte: Jornais O Liberal e Diário do Pará

A pesquisa eleitoral do Ibope publicada em O Liberal no dia 4 de outubro (nº 12, no Anexo B), mas com edição datada de 5 de outubro (Atualidades, pág.5), dia do primeiro turno da eleição, provocou polêmica. Os adversários apontam o que seria uma “manobra” do jornal, uma vez que uma decisão liminar do juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco proibia a TV Liberal, afiliada da Rede Globo pertencente às Organizações Romulo Maiorana (ORM), grupo ao qual pertence O Liberal – de veicular a pesquisa alegando que o instituto teria omitido informações no pedido de registro ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), como o arquivo com detalhamento de bairros e municípios em que foi feito o levantamento. Como a decisão judicial se restringia à TV Liberal, o jornal publicou a pesquisa, antecipando a edição de domingo, 5 de outubro, para sábado, dia 4. A manchete do jornal dizia “Pesquisa aponta a vitória de Jatene sobre Helder Barbalho”. Os números na capa do jornal indicam 44,7% para Jatene 37,8% para Helder.

Na edição do dia 5 de outubro, o Diário do Pará reagiu, com uma manchete na página A3 dizendo “Manipulações do Ibope se repetiram nesta eleição” (nº 45, no Anexo B). O jornal republica os argumentos da Justiça para embargar a pesquisa do Ibope, com fixação de multa de R\$ 10 milhões para cada vez que a pesquisa fosse publicada nos veículos do grupo. Na matéria publicada, O Diário utiliza palavras-chave como “números fraudados”, “panfleto de campanha”, “omitiu dados” e “manobra ilegal” para produzir o sentido de que a pesquisa, além de ter sido publicada ilegalmente, conteria números fraudados com o intuito de beneficiar a candidatura de Simão Jatene. Diz o jornal que o “Liberal antecipou o fechamento da edição de domingo para noite de sexta-feira, alegando “manutenção no parque gráfico e levou os números fraudados para as ruas”.

Na edição do dia seguinte ao primeiro turno da eleição, o Diário do Pará saiu com a manchete: “Helder vence Jatene no 1º turno com 50 mil votos de vantagem”. E no texto da manchete, diz que “faltou pouco: por causa de 0,12%, Helder não foi eleito governador ainda no primeiro turno, com a maioria dos votos válidos e superando o uso da máquina do Estado...”. Ao contrário das demais matérias publicadas antes do resultado final da eleição, o

texto se atém apenas às informações técnicas sobre o pleito, praticamente sem nenhuma palavra-chave de ataque ao candidato eleito. Ressalta, apenas, que “por muito pouco, o candidato do PMDB não termina a eleição com a maioria dos votos válidos”. Ou seja, ressalta, “Helder beirava a vitória em primeiro turno”, destacando no sutia que “faltou só 0,1% dos votos válidos”.

Ainda na edição seguinte à vitória de Helder Barbalho no primeiro turno, o Diário publicou matéria com o título “Urnas desmentem pesquisas do Liberal”. Objetivo era mostrar que as pesquisas publicadas pelo jornal erraram. No dia da eleição, O Liberal publicou pesquisa do Instituto Perspectiva em que apontava 44,7% das intenções de voto para Simão Jatene e 37,8% para Helder Barbalho, uma diferença de praticamente 7 pontos percentuais, se considerarmos os votos válidos. Na matéria do Diário, que desdenha da pesquisa do concorrente, encontram-se palavras-chave como “manipulações”, “tentar enganar o eleitorado paraense”, “caíram por terra”, “(Helder) nunca teve a sua liderança ameaçada”, “desmoralização” e “vantagem irreal”, entre outras.

No dia 14 de outubro, pesquisa do Instituto iVeiga apontava Helder Barbalho com 47,1% das intenções de voto contra 42,20% de Simão Jatene, na pesquisa estimulada, o que dava uma vantagem de 5,1 pontos percentuais para Helder (nº 40, no Anexo B). No olho da matéria, o jornal publica que os “números mostram que a liderança de Helder está consolidada”.

No dia 19 de outubro, O Liberal (nº 12, no Anexo B) publicou pesquisa eleitoral dos Instituto Doxa e BMP, com a seguinte manchete de página: “Pesquisas apontam vantagem de Jatene”. A matéria é ilustrada com infográfico contendo os números sobre as intenções de voto dos candidatos. No que se refere às palavras-chave apresentadas na matéria, mostram que a edição utilizou termos favoráveis a Jatene, como “ele tem a *preferência*”, ‘aparece com *vantagem* nas pesquisas estimuladas”. A pesquisa foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sob o nº PA-00048/2014. Os números da pesquisa Doxa apontam o seguinte resultado: 49% para Simão Jatene e 42,3% para Helder Barbalho. Já no instituto BMP, Jatene aparece à frente com 45,08% contra 41,44% de Helder.

No dia seguinte, em 20 de outubro, o Diário do Pará publicou uma pesquisa do Ibope (que tinha contrato com o Grupo Liberal) cujo resultado apontava empate técnico entre Helder Barbalho e Simão Jatene (52% a 48% dos votos válidos, respectivamente). O que chama atenção é o “sutiã”⁶⁰ em cima da manchete: “Pesquisa que o Liberal não publicou” (nº 37, no

⁶⁰ Logo abaixo do título, antes do parágrafo introdutório da matéria, há outro parágrafo com o objetivo de ambientar o leitor ao assunto tratado. A esse parágrafo, damos o nome de sutiã (visto que ele “sustenta” o título,

Anexo B). O jornal diz no *lead* da matéria que a pesquisa foi divulgada pela TV Liberal (afiliada da Rede Globo), mas foi “omitida” por O Liberal na sua edição dominical. O objetivo, nesse caso, seria omitir do público leitor a liderança de Helder na pesquisa contratada pelo próprio Grupo Liberal, que no domingo em questão preferiu publicar pesquisas dos institutos Doxa e BMP, deixando de publicar a pesquisa do Ibope por ele mesmo contratada.

No dia 26 de outubro de 2014, dia do segundo turno das eleições, o jornal O Liberal publicou duas pesquisas eleitorais (dos institutos Doxa e Ibope), com duas manchetes principais na primeira página. A primeira: Jatene está 7,4 pontos à frente” e a segunda, Ibope: Jatene vira e Helder cai. A pesquisa foi publicada na página 9 do Caderno Atualidades (nº 108, no Anexo B), onde o jornal publica a informação de que a “pesquisa Doxa aponta a vitória do governador com 53,7% dos votos válidos, contra 46,3% de Helder, uma diferença de 7,4 pontos percentuais. Diz o texto da manchete de capa: “De acordo com o levantamento, o governador Simão Jatene (PSDB) tem 53,7% dos votos válidos (sem considerar brancos e nulos), enquanto candidato do PMDB aparece com 46,3%. A margem de erro da pesquisa é de 2,2 pontos para mais ou para menos.

A partir desses dados, infere-se que a opção por publicar o resultado baseado nos votos válidos, e não nos votos totais, da pesquisa estimulada Doxa - em que se oferece ao eleitor os nomes dos candidatos -, acontece porque a diferença de Jatene para Helder fica maior, uma vez que na pesquisa estimulada aparecem os seguintes números: 49% das intenções de voto para Simão Jatene contra 42,3% de Helder Barbalho, uma diferença de 6,7 pontos percentuais, portanto menor do que a dos votos válidos, que chega a 7,4 pontos. O número de brancos e nulos foi de 5,3% e o de indeciso, 3,4%.

No caso da pesquisa Ibope, o jornal revela empate técnico de 50% a 50% entre os dois candidatos, apontando 52% para Helder e 48% para Jatene na pesquisa estimulada, destacando o crescimento de dois pontos percentuais do candidato tucano em relação ao levantamento anterior. Ou seja, Jatene subiu de 48% para 50%, enquanto Helder caiu de 52% para 50%.

Detalhe importante nesta pesquisa: o número sob o qual a pesquisa foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) é PA-00048/2014, mesmo número da pesquisa do Instituto Doxa publicada pelo próprio jornal no domingo anterior, 19 de outubro de 2014 (nº 12, no Anexo B). Ou seja, o eleitor não percebeu que a mesma pesquisa que apontava a vitória de

Simão Jatene, na semana anterior, foi republicada no dia 26, dia do segundo turno da eleição, talvez por isso os números da pesquisa estimulada não tenham sido divulgados nesta segunda publicação. Originalmente, o Instituto Doxa apontava 49% das intenções de voto para Simão Jatene e 42,3% para Helder Barbalho, uma diferença de 6,97 pontos percentuais na pesquisa estimulada. Considerando-se apenas os votos válidos, a diferença sobe para 7,4 pontos percentuais (53,7% para Jatene e 46,35 para Helder), com uma margem de erro de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Já na pesquisa do Ibope do dia 26, os votos totais apontavam empate técnico em 47% para cada um dos candidatos, na pesquisa estimulada, e 50% para cada considerando-se apenas os votos válidos. A margem de erro da pesquisa era de 3 pontos percentuais. É curioso observar também que a edição não fez nenhuma remissão à republicação da pesquisa. O leitor desatento (quem prestaria atenção ao número de registro de uma pesquisa no Tribunal Regional Eleitoral?) jamais saberia que os números estavam repetidos. É importante também considerar que, pelo Ibope, Jatene aparece empatado tecnicamente com Helder, portanto em condições de igualdade com o adversário nas duas pesquisas divulgadas. O Liberal não teria, portanto, números novos que servissem de convencimento ao eleitor para votar na reeleição do governador, uma vez que muitos preferem votar no candidato que está na frente nas pesquisas.

No que se refere às palavras-chave utilizadas na reportagem, a maioria é favorável ao governador e contra Helder Barbalho, como se poder verificar:

Na comparação com a primeira pesquisa realizada no Estado, divulgada no último dia 18, Jatene oscilou positivamente dois pontos percentuais, e Barbalho caiu um. [...] O resultado mostra uma evolução positiva de dois pontos percentuais para o candidato tucano à reeleição e queda de dois pontos para o candidato do PMDB, no comparativo com a última sondagem”. (JATENE está 7,4 pontos à frente de Helder. (O Liberal, Belém, 26 out. 2014, Atualidades, p. 5).

Na pesquisa divulgada no dia do segundo turno da eleição, o Diário do Pará, por sua vez, publica a seguinte manchete: “Pesquisa aponta vitória de Helder com folga”, mostrando a caricatura de Helder sobre um foguete subindo, e a de Jatene em outro foguete, caindo, com os números: 56,2 para Helder Barbalho e 43,7 para Jatene (Matéria nº 109, no Anexo B). Na mesma capa, outras três chamadas de uma coluna⁶¹ atacam o governador: “Cheque moradia foi usado para comprar votos”, “Jatene gasta R\$ 170 milhões em propaganda”. É importante

⁶¹ Os jornais de Belém – O Liberal e Diário do Pará – têm suas páginas divididas em seis colunas de textos de largura, separadas por um espaço em branco entre elas, e 53cm de altura. Antigamente, os jornais tinham páginas maiores, divididas em oito colunas de texto, mas o tamanho standard diminuiu.

observar que as edições que têm como tema pesquisas eleitorais dos dois jornais utilizam como recurso enunciados sobreasseverados⁶², ou seja, utilizam recursos editoriais para destacar do texto elementos considerados importantes para a leitura da matéria como um todo. Vejamos esta matéria do Diário do Pará:

Na página publicada no dia 5 de outubro (nº 45, no Anexo B), observamos que o editor destacou no sutiã da matéria as palavras “SEM CONFIANÇA”, no alto, logo acima da manchete, e no olho “Manobra ilegal do instituto junto ao Grupo Liberal para favorecer Simão Jatene foi considerada ‘bisonha’ por juiz eleitoral”. Outra caixa de texto, em fundo vermelho, destaca a fala do juiz eleitoral. “Temos um dos capítulos mais bisonhos e tristes da Justiça Eleitoral no Estado do Pará”. Este recurso, de sobreasseveração, em que elementos do texto são destacados, é utilizado em todas as matérias publicadas pelos dois jornais. O projeto gráfico dos jornais, hoje em dia, prevê o realce de elementos do texto fora dele para chamar atenção do leitor; são, portanto, enunciados destacados (MAINGUENAU, 2010, p. 226).

No Diário do Pará, destacamos a pesquisa eleitoral publicada na página A3, no dia 26 de outubro, com o título “Helder Barbalho deve ser eleito o novo governador do Pará” e infográfico sobre as intenções de voto para Jatene e Helder na pesquisa do Instituto iVeiga. Na manchete de capa, o jornal estampou: “Pesquisa aponta vitória de Helder com folga”. E na matéria interna, a edição optou por chamar pelos números dos votos válidos, e não da pesquisa estimulada, provavelmente porque a diferença para Jatene era maior nessa categoria. Nos votos totais, o levantamento apontava 49,8% para Helder e 38,7 para Jatene, uma diferença de 11,1 votos, mas quando se considera os votos válidos, que excluem brancos e nulos, a diferença sobe para 12,5 pontos percentuais, uma vez que a pesquisa dava 56,2% das intenções de voto para Helder e 43,7% para Simão Jatene. Nesse mesmo dia, O Liberal, também publicou pesquisa eleitoral afirmando que Jatene é quem deveria ser eleito governador do Estado.

No primeiro turno da eleição no Estado do Pará, o governador Simão Jatene (PSDB) obteve 1.745.442 votos (47,64%) contra 1.795.992 (49,02%), uma diferença de apenas 50.550 votos (1,38%) para o candidato Helder Barbalho (PMDB). Foram registrados 169.445 (4,14%) votos brancos e 223.645 (5,47%) votos nulos. O resultado final da eleição no Estado apontou que Simão Jatene foi reeleito com 1.858.869 votos (51,92%) contra 1.721.479 votos

⁶² A sobreasseveração refere-se a uma operação que destaca um trecho que é operado em relação ao restante dos enunciados, por meio de marcadores diversos, de ordem aspectual (generecidade), tipográfica (posição de destaque dentro de uma unidade textual), prosódica (insistência), sintática (construção de uma forma pregnante), semântica (recurso aos tropos), lexical (utilização de conectores de reformulação). (MAINGUENAU, 2010, p. 11).

(48,08%) de Helder Barbalho, num colégio eleitoral de 5.186.031 eleitores. Foram registrados 57.204 (1,48%) votos brancos e 240.437 (6,20%) votos nulos. A diferença foi de 137.390 votos (3,84%).

Na capital, Belém, segundo maior colégio eleitoral do Estado, com 1.022.168 eleitores, Jatene venceu com 476.408 votos (63,58%) contra 272.839 votos (36,42%) de Helder Barbalho, com um total de 15.702 (1,92%) votos brancos e 50.969 (6,25%) votos nulos. Em Ananindeua, segundo maior colégio eleitoral do Estado, Simão Jatene teve 134.968 (62,38%) votos contra 81.404 (37,62%) votos de Helder Barbalho. Votos brancos somaram 4.264 (1,82%) e nulos, 13.081 (5,60%).

4. 6 Rotinas e prática jornalística na redação

As práticas jornalísticas na redação apontam regras que, na maioria das vezes, não seguem à risca os manuais acadêmicos de jornalismo. Os jornalistas, em geral, incorporam práticas, procedimentos de fazer e dizer, utilizam enunciados previamente definidos pela linha editorial de cada veículo. Isso quer dizer que na hora da tomada de decisão, seja da pauta ou da edição, essas regras não oficiais, mas que norteiam toda a sua prática, se traduzem na maioria das vezes inconscientemente nas páginas dos jornais e revistas. É como diz Bakhtin (2006,), quando observa que o sujeito não é detentor de um só discurso, mas incorpora discursos e vozes do contexto onde está inserido, reproduzindo esses discursos e formas de fazer e ser. Questões postas por Bakhtin aí encontram a sua resposta. “Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida? Questiona Bakhtin, para afirmar em seguida que encontramos justamente nas formas do discurso citado⁶³ um documento objetivo que esclarece esse problema.

Esse documento (discurso citado), quando sabemos lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na “alma” do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua. O mecanismo desse processo não se situa na alma individual, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza – isto é, associa às estruturas gramaticais da língua – apenas

⁶³ Discurso citado são esquemas linguísticos que servem para a transmissão das enunciações de outrem e para a integração dessas enunciações, enquanto enunciações de outrem, num contexto monológico coerente (BAKHTIN, 2006, p. 143).

os elementos da apreensão ativa, apreciativa da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada. (BAKHTIN, 2006, p. 146).

A partir das observações sobre esse processo, segundo o autor, exige-se uma terceira pessoa, àquela a qual são transmitidas as enunciações citadas, portanto uma orientação a essa terceira pessoa que “reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso (BAKHTIN, 2006, p. 146). E necessário que a incorporação de valores-notícia, ou de um determinado modo de fazer jornalístico, seja compreendida como produto desse processo, e não como causa, como se todas as notícias produzidas voltadas a uma terceira pessoa com a qual se dialoga fossem pensadas milimetricamente para atingir maquiavelicamente determinado fim. Os próprios jornalistas internalizam os discursos historicamente construídos, incorporando em seus discursos outros discursos. Como diz Bakhtin, “toda a essência da apreensão apreciativa da enunciação de outrem, tudo o que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior [...]

[...] aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o “fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso apreendido do exterior. A palavra vai à palavra. É no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreensão, isto é, a orientação ativa do falante. (BAKHTIN, 2006, p. 147).

O que se depreende é que os jornalistas absorvem as práticas jornalísticas e as reproduzem. É como diz Martino (2003, p.108), “os anos de redação deixam evidente aos olhos de todos o que é e o que não é notícia, em uma espécie de acordo tácito de percepções do que deve ou não ser tratado pelos meios. O processo de rotinização dessas práticas inclui, por exemplo, “ouvir os dois lados”, as duas versões de um mesmo fato. “Ao apresentar tanto a versão da fonte A, como a da fonte B, o jornalista pode, então, reivindicar que foi “objetivo” porque apresentou “os dois lados da questão”, sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político (TRAQUINA, 2005, p. 140).

Apresentadas as análises quantitativa e qualitativa do corpus selecionado para esta pesquisa, passaremos para as considerações finais.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa sobre as eleições para governador do Estado do Pará, no ano de 2014, a partir dos dados qualitativos e quantitativos, nos dá não somente uma visão geral sobre o embate entre grupos políticos e de comunicação na luta simbólica pelo poder, mas também nos revela aspectos *sui generis* desse embate discursivo através das páginas dos jornais. A partir da análise discursiva dos recursos editoriais - textos, manchetes, gráficos, legendas e espaços utilizados pelos dois jornais no tratamento dos *escândalos políticos* noticiados pelos dois jornais durante a campanha eleitoral - verificamos em muitos casos que as matérias publicadas não levaram em conta critérios que norteiam a boa prática do jornalismo, como ouvir todos os lados envolvidos. É o que podem atestar as estatísticas com base nos levantamentos feitos, que contabilizaram 27,27% de matérias no Diário do Pará em que o governador Simão Jatene não foi ouvido e 53,33% em que Helder Barbalho deixou de ser ouvido em O Liberal. Os valores-notícia utilizados, que deram origem aos escândalos políticos, atingiram o capital simbólico de grupos adversários, considerando-se que 60% das matérias publicadas nos dois jornais foram caracterizadas como escândalo político, dentro do conceito abordado nesta pesquisa, com o intuito de macular a imagem do candidato adversário junto aos leitores.

Do ponto de vista da análise de discurso, podemos afirmar que as matérias jornalísticas pesquisadas utilizam-se de estratégias como aforização, pressuposição, sobreasseveração, com enunciados destacados, memorabilidade, discurso direto, citado e indireto, por meio da polifonia (mistura de vozes) que imprimem marcas nos textos jornalísticos, produzindo sentidos que geram um conteúdo latente favorável a um determinado candidato ou desfavorável a outro, independentemente do sentido geral que, à primeira vista, a matéria possa parecer ter. Verificamos também a ocorrência de outras técnicas de produção de sentidos, como a omissão de enunciadores – em reportagens onde a fonte principal não é apresentada – ou em outras onde o jornalista produz aforizações em que seu discurso assume um caráter de verdade na ordem do texto, tal qual em provérbios e adágios, baseando-se também em argumentos de autoridades e recorrendo até mesmo a citações bíblicas para defender sua posição favorável a este ou aquele candidato (uma forma de autenticar uma posição diante do público leitor). Isso pode ser comprovado nas palavras-chaves identificadas em cada uma das 100 matérias analisadas (*ver todas as matérias com as palavras-chave assinaladas em amarelo no Anexo B*).

Os dados coletados são abrangentes e proporcionam as mais variadas leituras de aspectos relacionados à eleição governamental, mas é importante ressaltar, principalmente, que 66% delas apontam suposto descaso de agentes públicos. Ou seja, os dois jornais adotaram a estratégia de prejudicar a imagem do candidato adversário mediante a produção de matérias relacionadas a supostas falhas na administração, seja do governador Simão Jatene, seja de Helder Barbalho, quando prefeito de Ananindeua. Traquina (2005) resalta que a “falha é mais um registro de notabilidade, procede por defeito, por insuficiência normal e regular” (p. 84). A maioria das matérias publicadas, conforme atestam os números (Em O Liberal, foram 77% a favor de Simão Jatene e 88,89% contra Helder Barbalho, enquanto no Diário do Pará foram 100% das matérias a favor de Helder Barbalho e 98,18%% contra Jatene), demonstra as estratégias dos dois jornais, ou seja, proteger e blindar seus candidatos e atacar os oponentes.

A análise também revelou que os dois jornais agem como produtores, “fábricas” de formas simbólicas, utilizando nos textos publicados não somente a palavra, mas também recursos imagéticos os mais diversos, como fotografias de supostos flagrantes de compra de votos, por exemplo, e a reprodução de documentos que comprovariam desvios, malversação de recursos públicos ou negligência e omissão de ambos os governos, de Jatene e Helder Barbalho. Dessa forma, podemos concluir que no Estado do Pará os dois maiores jornais adotam estratégia eleitoral semelhante para atrair eleitores. Prova disso são os percentuais assemelhados em alguns tópicos do formulário elaborado para cada matéria. No quesito que procurou saber se as matérias pesquisadas foram “Manchete de capa” dos jornais, tivemos 45,45% para o Diário do Pará e 46,67% para O Liberal; no quesito “Chamada de capa”, 87,27% para o Diário e 88,89% para O Liberal; “Manchete de página interna”, 100% para o Diário e 95,56% para O Liberal. No quesito “– Matéria apresenta elementos visuais comprobatórios de denúncias, fac-símiles ou fotos de flagrantes, os resultados são os seguintes: 45,45% para o Diário e 46,67% para O Liberal. Outra semelhança: O Liberal também concentra suas reportagens na figura de Helder e seu pai, o senador Jader Barbalho, e seus familiares, da mesma forma que o Diário concentra seu foco no governo do Estado, no próprio governador Simão Jatene e também em seus familiares.

Os números revelam, portanto, que os dois jornais adotam técnicas muito parecidas, um modo de fazer jornal característico da região, com valores-notícia semelhantes (fotos de flagrantes, fac-símiles de documentos) na tentativa de convencer o leitor da veracidade dos fatos veiculados, o que nos leva a perceber uma certa homogeneidade de técnicas discursivas. Porém, ao fazermos uma reflexão sobre a identidade do discurso, não somente nas marcas

encontradas nos textos, mas principalmente na forma como esses discursos são construídos, encontramos nos dados e, primordialmente, na análise discursiva, uma identidade heterogênea dos discursos adotados pelos dois jornais.

Verificamos que em O Liberal o percentual de matérias contendo escândalos políticos é de 68,89%, maior do que no Diário, com 52,73%, apesar de o número de matérias contra Jatene (98,18%) ser maior no Diário do que o de reportagens contra Helder Barbalho (88,89%), em O Liberal. A leitura dos números demonstra que O Liberal focou mais no conceito de escândalo político do que o Diário, enquanto este último, apesar de ter publicado um número maior de matérias contra Jatene e seu governo, muitas vezes não produziu matérias com a caracterização de escândalo político. A maior heterogeneidade percebida no campo discursivo, no entanto, diz respeito à linguagem utilizada pelo Diário, com palavras-chave mais populares, tais quais “descaradamente”, “no desespero”, “o Pará levou lanterna na região Norte”, um tratamento discursivo adequado à linha editorial do jornal, mais voltado para as classes populares do que o Liberal, tido como um jornal de cunho mais elitista.

A pesquisa desenvolvida não focou somente nas ocorrências de registros de unidades lexicais (palavras-chave) nos dois jornais, mas também no discurso utilizado por ambos, preocupando-nos também com a heterogeneidade. Dessa forma, a constituição de palavras-chave homogêneas serviu-nos tanto para compreender o discurso nos textos onde foram registradas ocorrências dessas unidades lexicais, como também para fazer aflorar suas contradições, na medida em que se confrontam com outras categorias de unidades lexicais. Quando o Diário do Pará dá a seguinte manchete “Jatene gasta R\$ 100 milhões com Grupo Liberal” (com propaganda), publicada no dia 29 de agosto de 2014 (Matéria nº 101, no anexo B) não nos interessa somente o fato de ser uma notícia negativa para o adversário, do ponto de vista das palavras-chave *gasta* e *com o Grupo Liberal*, mas principalmente por adotar um discurso aberto, sem escamoteação, uma aforização centrada no locutor que propaga esta ideia, o que desvela a linha de ataque adotada pelo jornal. Ou quando O Liberal diz em sua manchete “Jader é *vinculado* a lobista do caso de propina na Petrobras” (matéria nº 104, no Anexo B), no dia 9 de setembro de 2014, nos revela, por sua vez, que a matéria não apresenta nenhuma palavra-chave contra Helder Barbalho, mas resvala em sua candidatura ao atingir-lhe o pai, caracterizando-se aí em seu sentido latente como negativa ao candidato do PMDB.

Portanto, conclui-se que os dois jornais utilizaram técnicas discursivas visando atingir o capital simbólico do adversário por meio de manchetes e construção de escândalos políticos de maneira clara e aberta, numa luta discursiva que colocou de um lado o eleitor e de outro aparatos de produção de sentidos ideologicamente construídos para que este seja

chamado a dialogar com a notícia; não propriamente para que adote o mesmo discurso do jornal, mas para que abra campo para a interdiscursividade, num estado de trocas, dialógico, que dará lugar a um novo discurso, diferente do jornal, mas certamente por ele influenciado, construindo um novo discurso dentro do discurso. É a partir daí que o eleitor poderá formar a sua “consciência”, a partir do outro – no caso o jornal – da mesma forma que o próprio jornalista já terá formado a sua consciência, mesmo sem se considerar sujeito da sua subjetividade produtora de sentidos, muitas vezes apenas reprodutora de uma ordem vigente ideologicamente construída.

O que se pretendeu aqui, portanto, foi apenas demonstrar aspectos que, no dia a dia, passam despercebidos pelos leitores de jornais em geral, como a disposição dos elementos gráficos, a seleção da pauta e das palavras utilizadas no texto e seus recursos gráficos. Estas são, na verdade, construções que visam à conquista ou manutenção do poder simbólico na arena política e midiática, ou como prefiro aqui chamar, *polimidiática*, em que há um imbricamento entre esses dois campos no sentido trabalhado por Bourdieu (1998). E podemos afirmar, acima de tudo, que os jornalistas - muitas vezes vistos como alquimistas da palavra – nem sempre são dotados do poder e da magia dessa produção por livre e espontânea vontade, mas porque integram fluxos de comunicação, incorporam procedimentos e ideologicamente absorvem os conceitos com os quais devem trabalhar dentro do contexto sócio-histórico em que estão inseridos, não sendo mais do que meros reprodutores de formas simbólicas.

Desta forma, esperamos que esta pesquisa tenha contribuído com análises para quem logra entender o que se passa por “trás das câmeras” da produção jornalística, numa campanha eleitoral, principalmente para os novos jornalistas, que precisam, antes de mais nada, situar-se no contexto sócio-histórico amazônico e no seu modo tanto de fazer política quanto de fazer jornal e campanha eleitoral. Nosso objetivo, portanto, foi suscitar questionamentos e oferecer ferramentas de análise que possam aprofundar as pesquisas nesse campo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. O inferno são os outros: mídia, clientelismo e corrupção. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 541-562, maio-agosto 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16424/11801>> . Acesso em: 03 jul.2016> . Acesso em: 10 jun. 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2011.
- BENETTI, Márcia. In: **Metodologia de pesquisa em jornalismo** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BENVENISTE, E. “L”appareil formel de l’enonciation”. In: **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974. p. 79-88.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 322p.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Unicamp, 2012.
- BRUNETTI, Aymo; WEDER, Beatrice. A free press is bad news for corruption. **Journal of Public Economics**, v. 87, n. 7-8, p. 1801-1824, 2003.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião. O novo jogo político**. Petrópolis: Vozes, 1996, 279p.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980,
- ENTMAN, Robert. **Framing**: Toward clarification of a fractured paradigm, in M. Levy e M. Gurevitch, eds., *Defining Media Studies*. New York: Oxford University Press, 1994. p. 293-300.
- FEITOZA, Mirna. **Imagem do real: a espetacularização da realidade através do telejornalismo**. Manaus, AM: UFAM, 1996.
- FESTINGER, L. **A theory of cognitive dissonance**. Ellinois: Row Peterson, Evaston, 1957.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- GITLIN, Todd. **The whole world is watching**, Berkeley: University of California Press, 1980.
- GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**, Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2013.

HABERMAS, Jurgen, **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

HERCOVITZ, Heloisa Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. (Org.). LAGO, Cláudia. BENETTI, Márcia. In: Metodologia de pesquisa em Jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Coleção fazer Jornalismo). p. 123-142.

LAWSON, Chappell H. **Building the fourth estate**: democratization and the rise of a free press in Mexico. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 2002.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.365p.

_____. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 176 p.

_____. Mídia (Org.). In: AVRITZER, L. et al. **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 527-533.

MAINGUENAU, D. **Initiation aux méthodes de l'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1976.

_____. **Nouvelles tendances em analyse du discours** . Paris: Hachette, 1987.

_____.**Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____.**Análise de textos de comunicação**. Trad. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6.º ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. (Org.). POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de. Trad. Adail Sobral... [et al.]. São Paulo; Parábola Editorial, 2010.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MARX, Karl. A mercadoria. In:_____. **O capital**. São Paulo: Difel. 1982. v.1.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, t. 2 (Coleção Economistas).

MAXWELL; MC COMBS; DONALD. L. SHAW. **The public opinion quarterly**, v. 36, n. 2 (Summer, 1972). p. 176-187. Disponível em: <https://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972.pdf>. Acesso em: 20 abr.2006.

MEDINA, Daniel do Rosário. **Comunicação política**: mídia, política e comunicação – a negociação do poder. 2006. Tese (Doutoramento)- Faculdade de Sociologia, Ciência Política e Administração, Universidade de Santiago de Compostela, Lisboa, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PEID2oG-KD0C&hl=ptBR&source=gbs_slider_cls_metadata_9_mylibrary>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PAN, Zhongdang ; KOSICKI, Gerald. Framing analysis: an approach to news discourse, **Political Communication**, v. 10, p. 55-75, 1992.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1975.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 26., 2002, Caxambu, MG. **Encontro...** Caxambu, MG. 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2012.

RIBEIRO, Maria Rosane. **Glossário de jornalismo**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/64578719/Glossario-de-Jornalismo>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Veja, 1993.

_____. **Linguística e comunicação. A partitura invisível**: para uma abordagem interactiva da linguagem. [S.l.]: Edições Colibri, 1942. (Cadernos Universitários; 13).

_____. **Estratégias da comunicação. questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Lisboa: Presença, 2001.

RUBIM, A. A. C. **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: UNESP Editora, 2004.

_____. Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo. In: CORREA, João Carlos (Org.). **Comunicação e política**. Portugal, Covilhã: Univesidade da Beira do Rio, 2005.

RYAN, Charlotte. **Prime time activism**. Boston: South End Press, 1991.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Nasciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.427p.

_____. **O escândalo político:** poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.325 p.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. v.1.

TUCHMAN, Gaye. **Making news. A study in the construction of reality.** New York: The Free Press, 1978.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** 6. ed. Lisboa: Presença, 2001.

WOLFSFELD, Gadi, **Media and political conflict.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ANEXOS

ANEXO A- Formulário Verificador de Matérias (quantitativo)

Nº da Matéria: *

Data da Matéria: *DD MM AAAA

1. Matéria foi publicada em que jornal?

☐ O Liberal

☐ "Diário do Pará

2. Matéria tem como personagem central o governador Simão Jatene ou Helder Barbalho?

☐ "Simão Jatene"

☐ "Helder Barbalho"

☐ Ambos

3. Matéria é manchete de página?

☐ Sim

☐ Não

4. Apresenta elementos visuais (fotos)?

☐ Sim

☐ Não

5. Apresenta infográficos?

☐ Sim

☐ Não

6. Apresenta elementos visuais comprobatórios de denúncias? (fac-símile ou foto de flagrantes)

☐ Sim

☐ Não

7. Assunto teve chamada de capa?

☐ Sim

☐ Não

8. Assunto foi manchete do jornal?

☐ Sim

☐ Não

9. Matéria foi publicada em página par ou ímpar?

☐ Página par

O página ímpar

10. Matéria saiu em capa de caderno?

O Sim

O Não

3.2 FORMULÁRIO VERIFICADOR DE MATÉRIAS (qualitativo)

Nº da Matéria: *

Data da Matéria: * DD MM AAAA

1. Matéria foi publicada em que jornal?

O O Liberal

O Diário do Pará

2. Matéria aponta escândalo político?

O Sim

O Não

3. Matéria aponta descaso ou omissão de agente público?

O Sim

O Não

4. Matéria quanto a frases e palavras-chave?

	1. A favor.	2. Contra.	3. A favor e contra.	4. Não se aplica.
Jatene	☐	☐	☐	☐
Helder	☐	☐	☐	☐

5.1. Matéria quanto ao conteúdo latente em relação à gestão de SIMÃO JATENE:

	1. A favor	2. Contra	3. Não se aplica
Pessoa de Simão Jatene	☐	☐	☐
Parente de Simão Jatene	☐	☐	☐
Governo do Estado (órgãos do governo)	☐	☐	☐

5.2. Matéria quanto ao conteúdo latente em relação à gestão de HELDER BARBALHO:

	1. A favor	2. Contra	3. Não se aplica
Pessoa de Helder Barbalho	☐	☐	☐
Parente de Helder Barbalho	☐	☐	☐

Governo de Helder Barbalho
em Ananindeua

O

O

O

6. Matéria apresenta frases ou palavras-chave no sentido de que o governo vai apurar, responsabilizar, punir com rigor eventuais culpados por escândalos políticos, afastar responsáveis ou outras neste sentido?

1. Sim vai apurar. 2. Não vai apurar. 3. Não se aplica

Simão Jatene

O

O

O

Helder Barbalho

O

O

O

7. Matéria apresenta frases ou palavras-chave no sentido de que entidades da sociedade civil organizada ou outras vão denunciar ou denunciaram um caso de escândalo político ou vão cobrar providências?

- a. Denúncia/providência contra o governo Simão Jatene
- b. Denúncia/providência contra o governo Helder Barbalho
- c. Não se aplica

8. O outro lado acusado foi ouvido na matéria?

1. Sim, foi ouvido 2. Não, não foi ouvido 3. Não se aplica

Simão Jatene

O

O

O

Helder Barbalho

O

O

O

ANEXO B

Matéria nº 1



O LIBERAL

BELÉM • PARÁ • BRASIL

PRESIDENTE: LUCIDEA MAIORANA

www.oliberal.com.br

PRESIDENTE EXECUTIVO: ROMULO MAIORANA JR.



FALTAM 444 DIAS

ANO LXVIII • Nº 34.455

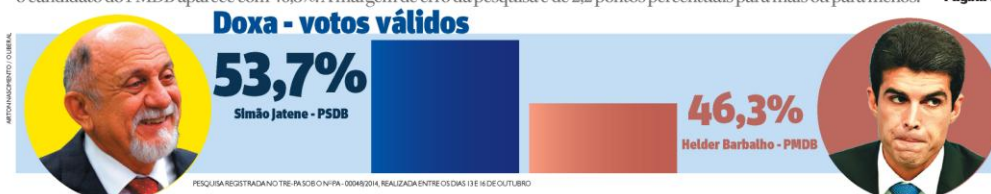
BELÉM, DOMINGO, 26 DE OUTUBRO DE 2014

DOMINGOS: R\$ 4,00 • DIAS ÚTEIS: R\$ 2,00

Jatene está 7,4 pontos à frente

Pesquisa Doxa aponta vitória do governador sobre Helder Barbalho na eleição de hoje

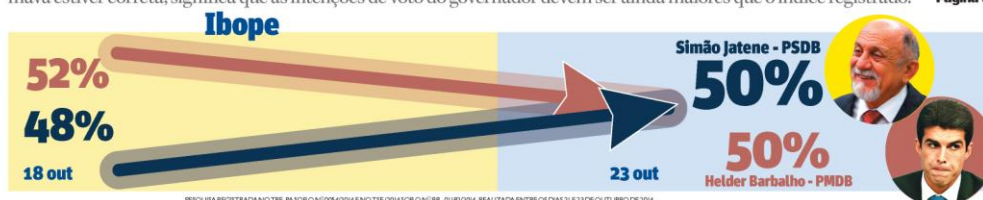
De acordo com o levantamento, o governador Simão Jatene (PSDB) tem 53,7% dos votos válidos (sem considerar brancos e nulos), enquanto o candidato do PMDB aparece com 46,3%. A margem de erro da pesquisa é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. **Página 9.**



Ibope: Jatene vira e Helder cai

Governador cresceu na preferência do eleitor em relação ao último levantamento

Pesquisa revela que Simão Jatene subiu 2 pontos percentuais em relação à última pesquisa, enquanto Helder Barbalho caiu 2. Se a estimativa estiver correta, significa que as intenções de voto do governador devem ser ainda maiores que o índice registrado. **Página 9.**



Barbalho ficou cinco meses e meio viajando a passeio

Helder Barbalho fez 14 viagens ao exterior. Na declaração de bens ao TRE, omitiu R\$ 433,9 mil. **Poder, 3 e 5.**

À ESPERA DA HORA CERTA
Nem mãos dadas, nem beijos. Apenas orações e conversas. Até o amor, finalmente, chegar.

MAIS BELEZA, MENOS MITOS
A médica Marciane Bertoli explica sobre os benefícios do botox no tratamento da aparência.

REENCONTRO DE ESTRELAS
Amigos e parceiros de longa data, Francisco Cuoco e Betty Faria estão de volta.

FOFURAS EM SUPERFOTOS
A técnica do "newborn" torna bebês ainda mais lindos do que já são. E o caso de Yasmin.



Investimento - A ponte do Curuá, em Alenquer: R\$ 11 milhões

SEGUNDO TURNO NO ESTADO

Cinco milhões votam. Em 57 municípios, a segurança é reforçada.

EXPECTATIVA DO TRE É DE que a votação, neste domingo, seja bem mais rápida do que no primeiro turno. Em 57 dos 144 municípios do Estado, a segurança do processo eleitoral ficará a cargo de 5,5 mil homens das Forças Armadas. **Poder, 1 e 2.**

Obras mudam paisagem de municípios no interior

UMA DELAS É A PONTE SOBRE o rio Curuá, de 360 metros de estrutura, que será entregue até dezembro. **Página 11.**

Bancos vão abrir amanhã a partir do meio-dia

APESAR DO "MEIO FERIA do" pelo Dia do Comércio, toda a rede bancária vai funcionar das 12h às 16h. **Página 14.**

Pará é o 10º em número de telefones celulares

ATÉ O FINAL DO MÊS DE A gosto, foram ativadas 49.443 novas linhas. Em todo o Estado, são 9.282.914. **Poder, 7.**

Comércio prepara a admissão de temporários

CONTRATAÇÕES DEVEM começar em novembro, quando aumentam as vendas para o Natal e Ano-Novo. **Poder, 9.**

NESTA EDIÇÃO

220
PÁGINAS
EM 11 CADERNOS
E 4 REVISTAS

Atualidades	16	Tropico	48
Poder	12	Mulher	24
Esporte	12	Revista da TV	12
Magazine	12	Liberalzinho	8
Mercado	8		

ORM NEWS



CLASSIFICADOS

68 PÁGINAS
7.060
OPORTUNIDADES



SIGA-NOS

ORM News
ormnews.com.br
@OLiberal
www.facebook.com/jornaloliberal
jornaloliberal



Por Dentro: Eleição no Pará será decidida em ritmo de plebiscito. Página 4.

POLÍTICA

Helder esconde R\$ 434 mil da Justiça

PATRIMÔNIO
Filho de Jader Barbalho omitiu as cotas reais das empresas da família

BELÉM
Agência Estado

O candidato a governador do Pará Helder Barbalho (PMDB), filho do senador Jader Barbalho (PMDB), declarou à Justiça Eleitoral ter uma participação nas empresas de sua família menor do que o valor real. A omissão é de R\$ 433,9 mil e corresponde ao que o candidato subtraiu das cotas que possui da TV RBA, do jornal Diário do Pará e do portal Diário Online.



Por baixo dos panos

Empresa	DOL Ltda.	Diário do Pará	TV RBA
Valor declarado à Justiça Eleitoral	R\$ 25 mil	R\$ 150 mil	R\$ 306 mil
Valor real da participação	R\$ 300 mil	R\$ 240 mil	R\$ 375 mil
Valor omitido	R\$ 275 mil	R\$ 90 mil	R\$ 69 mil

Capital total das empresas da família Barbalho: R\$ 2,7 milhões
Valor é dividido entre o patriarca Jader Barbalho, o filho e candidato Helder Barbalho, o filho Jader Barbalho Filho, o irmão de Jader, Leônir Wilson Barbalho, e a ex-mulher de Jader Barbalho, Elcione Barbalho.

do Pará, que mostram dados atualizados sobre as empresas sediadas no Estado. A declaração é exigida de todos que desejam disputar as eleições e se torna pública a partir de sua entrega.

A maior diferença, de R\$ 275 mil, está no valor atribuído por Helder à participação na DOL Ltda., correspondente ao site Diário Online. O capital da empresa, de R\$ 600 mil, é dividido entre Helder (R\$ 300 mil) e seu irmão Jader Barbalho Filho (R\$ 300 mil). Mas, na declaração, ele colocou um valor 12 vezes menor: apenas R\$ 25 mil.

No Diário do Pará, jornal impresso da família Barbalho, Helder disse ter cota de R\$ 150 mil. Mas sua parte vale R\$ 240 mil. O capital da empresa é de R\$ 1,2 milhão. O senador Jader tem R\$ 408 mil. A mãe de Helder, deputada Elcione Barbalho, e Jader Filho têm R\$ 240 mil cada. E Leônir Wilson Barbalho tem R\$ 12 mil.

Na TV RBA, o político afirmou possuir cota de R\$ 306 mil. Mas o valor é de R\$ 375 mil. O capital da empresa, de R\$ 1,5 milhão, está dividido em quatro cotas iguais. Os sócios são Helder, seu pai, sua mãe e seu irmão. A reportagem consultou especialistas em direito eleitoral,

sem dizer a eles a qual candidato se referia. O juiz Marlon Reis, integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, disse que a apresentação de informações falsas constitui crime de falsidade ideológica, mas que os candidatos não têm sido punidos. "É possível interpretar a lei mais rigorosamente. Mas não é assim que entende a Justiça Eleitoral. A omissão de bens ou a apresentação de bens de forma diversa da realidade

"Omissão deveria acarretar o indeferimento do registro do candidato", diz juiz

deveria acarretar o indeferimento do registro do candidato", disse o magistrado.

O advogado e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral José Eduardo Rangel de Alckmin afirmou que o erro pode ser corrigido com a retificação da declaração. "Ao cometer esse equívoco, ele fica sujeito a prestar esclarecimentos. Mas, a princípio, não é uma falta grave precedente e ele, a rigor, não enriqueceu na campanha. Isso sim seria grave. Porque estaria, certamente, desviando dinheiro da campanha".

Helder Barbalho, por meio de sua assessoria, informou que os valores corretos são os da Junta Comercial e que vai retificar sua declaração de bens. Ele não quis mostrar sua declaração de Imposto de Renda à reportagem, mas disse que ela não apresenta o mesmo erro da declaração entregue à Justiça Eleitoral.

Até mansão de luxo foi subavaliada

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

Helder Barbalho declarou à Receita Federal e à Justiça Eleitoral que seu patrimônio quase triplicou entre 2008 e 2014, passando de pouco mais de R\$ 800 mil para R\$ 2,2 milhões. Mas, na verdade, Helder subavaliou seu patrimônio. Sua mansão no condomínio de luxo Lago Azul, em Ananindeua, que ele declarou valer R\$ 1,33 milhão, na realidade vale no mínimo R\$ 6 milhões. A mansão hollywoodiana tem 3.200 metros quadrados de área construída - o que equivale a 80 residências do Programa Minha Casa/Minha Vida -, suíte com 100 metros quadrados, quatro piscinas e tapetes persas. A mansão foi adquirida quando Helder Barbalho era prefeito de Ananindeua e ganhava R\$ 12 mil por mês.

Ainda como prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho deixou de recolher aos cofres da Receita Federal as contribuições previdenciárias de 82 servidores contratados de forma temporária pela Prefeitura de Ananindeua para atuar no Pró-Jovem, programa do Ministério do Desenvolvimento Social, do governo Dilma Rousseff.

A irresponsabilidade de Helder Barbalho como prefeito - denunciado ao Ministério Público Federal e à Controladoria Geral da União - gerou uma herança maldita de quase R\$ 2 milhões para o atual prefeito do município, Manoel Pioeiro (PSDB), pagar.

Outro caso escabroso na gestão de Helder foi o cobrado do Ministério do Desenvolvimento Social, do governo aliado de Dilma Rousseff, repasses mensais para um Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) que nunca existiu, no Distrito Industrial de Ananindeua.

A prefeitura de Ananindeua mandava ao MDS relatórios de atendimentos de um CRAS "fantasma" - o do bairro Distrito Industrial, que somente agora, na administração do atual prefeito Manoel Pioeiro, foi efetivamente implantado.

ELETRO OFERTAS

MAGAZINE NAZARÉ

ATÉ 10x SEM JUROS

TV SAMSUNG LED HDTV 32"
Ref.: 108105
Ref.: UN32F4200AGXZD
Ref.: 1014007
• 3 entradas HDMI
• Dolby Digital Plus
• Conversor Digital Integrado
10x 104,99
À vista R\$ 1.049,90

KIT ALL IN ONE
LG 22" 2x TV
DIGITAL
• Controle MIO
• Mouse 5 em 1 BCD
• Teclado BCD
Ref.: V320MBC31P1
Ref.: V320MBC32P1
Ref.: V320MBC32P1
10x 279,99
À vista R\$ 2.799,90

Intel Core i5
2500GB
+ Assista, Navegue
e Jogue
10x 279,99
À vista R\$ 2.799,90

DVD PLAYER LENOXX USB/GAMES
Ref.: DV443
• Entrada USB
com função Ripping
• Karaoke
6x 18,15
À vista R\$ 108,90

FOGÃO ELECTROLUX BY
755B 6B BCD
Ref.: 63061CBA006
• Sistema desliza-fácil
• Quatro zonas de aquecimento
10x 139,59
À vista R\$ 1.395,90

RÁDIO LENOXX
Ref.: BD109
• Entradas USB e SD
• Rádio AM/FM Estéreo
• 3,5W RMS
6x 16,65
À vista R\$ 99,90

GPS LENOXX TELA
TOUCH TV DIGI ENT AV 5"
Ref.: GP500
• TV Digital
• Entrada para Micro SD
10x 35,89
À vista R\$ 358,90

MULTIFUNCIONAL LS PRO
M1132 CE847A
Ref.: 1005490
• Cópias instantâneas
• Reduza seu impacto
• Economize energia
10x 69,89
À vista R\$ 698,90

DEPURADOR
ELECTROLUX
DEORX 400
Ref.: 28042DBA189
• Alta capacidade
de filtração
• Motor mais potente
e silencioso
10x 44,99
À vista R\$ 449,90

REFRIG. CONSUL B
ESTAR BCD
Ref.: CRM25ABANA
• Mais espaço
• Filtro de ar que tira o
cheiro ruim
• Economia de energia
10x 249,99
À vista R\$ 2.499,90

PAGUE EM ATÉ 48 MESES
COM O CARTÃO
MINHA CASA MELHOR

PURIFICADOR ÁGUA ESMALTEC
PUR ACQUA7 12TV
Ref.: 118000001
• 7 etapas de purificação
• Filtro Refil Troca Fácil
• Tastes Easy Touch
10x 58,99
À vista R\$ 589,90

LAVADORA CONSUL
SEM-AUTOM. VIOLETA
7 KG
Ref.: CWN07ABANA
• Nível Fácil, água e
sabão na medida certa
• Centrifuga mais as roupas
10x 51,99
À vista R\$ 519,90

SPLIT CONSUL BEM-ESTAR
COND/EPAP 9.000 BTU
Ref.: CBV09CBENA
• Aviso Limpa Filtro
• Timer on/off
10x 108,99
À vista R\$ 1.089,90

Duque, São Francisco e Augusto Montenegro

Aceitamos:

Ofertas válidas de 25/10/2014 até 01/11/2014 ou enquanto durar o estoque. Parcelamento de 10x nos cartões eletrônicos, com parcelas mínimas de R\$10,00 para cartões de crédito. Parcelamento em 48 meses válido exclusivamente para compra de eletrodomésticos com o cartão Minha Casa Melhor, respeitando as condições estabelecidas pelo Caixa Econômica Federal. Cartões de crédito: Flashpay, Dólar, Visa Electron e Cheque Eletrônico. Títulos: Alimentação, AmazonCard, Sodexo, PréCard, GoCard, Viasa, BrasilCard, MaxCard e BancoCard. Conveniência BASA, VISA, ASMP e CMBESA. Imagens meramente ilustrativas.

POLÍTICA

Jucepa avança no atendimento ao interior do Estado. Página 6.

Helder viajou mais de 5 meses

"VOADOR"
Maioria das ausências durante mandato foi por "motivo particular"

Helder Barbalho, o ex-prefeito de Ananindeua, gosta de viajar. Durante os dois mandatos de prefeito, entre os anos de 2005 e 2012, a Câmara Municipal de Ananindeua autorizou 14 viagens do peemedebista, todas para o exterior. Dessas, **apenas duas foram a trabalho**, conforme justificam os decretos municipais publicados.

Ao todo, Barbalho ficou 164 dias percorrendo outros países, quase todos a passeio. Isto é, o prefeito gastou cinco meses e meio viajando em vez de trabalhar em Ananindeua. O recorde foi em 2011, quando fez quatro viagens internacionais e passou o total de 45 dias viajando, mais do que o período de 30 dias de férias a que tem direito o trabalhador brasileiro comum.

Não há levantamento das viagens realizadas por Helder em território nacional. Mas, para viajar ao exterior, o chefe do Poder Executivo depende da autorização do Poder Legislativo. **Em 10 dos 14 casos, foram poucos os dias**, em que os vereadores de Ananindeua apreciaram e votaram os pedidos de autorização de Helder para ir ao exterior.

A maioria dos projetos de decreto legislativo remetidos por ele à Câmara não informam o destino das viagens e descrevem a motivação apenas como "em razão de assuntos particulares".

A trabalho, ele viajou somente duas vezes para fora do Brasil: entre os dias 20 e 30 de abril do ano de 2005, para Caracas, na Venezuela, onde participou da reunião promovida pelo Centro Andino de Fomento (CAF); e entre os dias 5 e 14 de novembro, em missão oficial à China. As duas viagens foram autorizadas por meio dos Decretos Municipais 001/2005 e 048/2008.

Em relação ao compromisso em Caracas, Helder justificou no Ofício 140/2005, enviado ao então presidente da Câmara, Eliel Faustino, na data de 12 de abril de 2005, que, durante a viagem, iria apresentar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um projeto e consulta prévia para obter financiamento de obras de saneamento e infraestrutura na municipalidade. E em relação à viagem à China, a missão especial iria durar do dia 5 a 14 de novembro, mas, no mesmo decreto, a Câmara autorizou também que a viagem perdurasse, para fim particular, do dia 14 ao 24. Ananindeua não obteve nenhum acordo, doação, contrato ou benefício resultante dessas viagens.

As outras 12 viagens internacionais realizadas por Helder foram para atender assuntos particulares. A média anual foi de duas viagens internacionais por ano, durante a gestão de prefeito. Apenas nos anos de 2005 a 2009, foram registrados somente uma viagem ao exterior do então prefeito de Ananindeua em cada ano. Em 2008, foram três viagens, perfazendo o total de 23 dias de passeios por outros países. Em nenhum dos anos em que desempenhou os mandatos de prefeito, Helder ficou os 365 dias do ano com os pés no Brasil.

Viagens internacionais de Helder Barbalho

Decreto nº	Data do Decreto	Período da viagem	Dias	Motivo	Local
→ 001/2005	18/04/2005	20 a 30/04/2005	10 dias	Reunião Centro Andino de Fomento	Caracas
→ 004/2005	15/12/2005	04 a 20/01/2006	16 dias	Particulares	Indefinido
→ 021/2006	29/06/2006	10 a 22/07/2006	12 dias	Particulares	Indefinido
→ 046/2008	18/03/2008	19 a 23/03/2008	4 dias	Particulares	Indefinido
→ 048/2008	04/11/2008	05 a 14/11/2008	9 dias	Missão Oficial	China
→ 048/2008	04/11/2008	14 a 24/11/2008	10 dias	Particulares	Indefinido
→ 101/2009	15/12/2009	18/12/2009 a 01/01/2010	14 dias	Particulares	Indefinido
→ 101/2009	15/12/2009	07 a 15/01/2010	8 dias	Particulares	Indefinido
→ 059/2010	16/11/2010	18/11/2010 a 02/12/2010	15 dias	Particulares	Indefinido
→ 056/2011	19/04/2011	15 a 24/05/2011	10 dias	Particulares	Indefinido
→ 057/2011	29/07/2011	15 a 31/07/2011	17 dias	Particulares	Indefinido
→ 111/2011	20/10/2011	28/10/2011 a 07/11/2011	11 dias	Particulares	Indefinido
→ 112/2011	20/10/2011	23 a 27/11/2011	7 dias	Particulares	Indefinido
→ 001/2012	21/01/2012	14 a 22/02/2012	9 dias	Particulares	Indefinido
→ 002/2012	21/06/2012	02 a 14/07/2012	12 dias	Particulares	Indefinido
Total de dias 164					

O melhor das NOTÍCIAS e o melhor dos FAMOSOS, servido em grande ESTILO!



OLIBERAL DIGITAL

+

CARAS

+

COLEÇÃO CARAS SONHO ORIENTAL

Informação, notícias, entretenimento e muita classe, todos os dias na sua casa por um preço mais que especial!

Agora você pode ter em casa as melhores notícias sobre atualidades, política, esportes, artes e ainda saber tudo que acontece no mundo das celebridades.

Todos os dias, você receberá um Liberal na sua casa, além de ter acesso ao Liberal Digital, a qualquer momento, de onde você estiver. Toda semana você receberá uma Revista Caras, com as novidades do mundo das celebridades, dicas de moda e tudo que está rolando no red carpet. Curtiu tudo isso? Ainda tem mais...

Você vai ganhar, de uma só vez, a coleção Sonho Oriental: um conjunto em cerâmica com 28 peças assinada pelo estilista japonês Kenzo Takada.

Apenas 12x R\$ **59,67**



Assine ou renove sua assinatura e garanta sua coleção exclusiva

Para assinar

3204-6000

Para anunciar

3216-1163

3216-1176

OLIBERAL

O maior. O melhor

Oferta válida até 31/12/2014.
Os kits são exclusivos para assinantes de O Liberal.
O frete será enviado à residência do assinante após a confirmação do pagamento e em até 15 dias.



Matéria nº 4

BELÉM, SÁBADO, 25 DE OUTUBRO DE 2014

OLIBERAL

PODER ■ 3

Ananindeua HERANÇA MALDITA

Helder deixa rastros de abandono

SANEAMENTO
Comunidades sofrem porque ex-prefeito não cumpriu prazos e desperdiçou verbas

O retrato do abandono foi o que o ex-prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho, deixou nas comunidades da Bacia das Toras e da ocupação Carlos Marighela. Essas áreas, que reúnem 30 mil habitantes, foram contempladas com recursos do governo federal para obras de saneamento, no total de R\$ 47 milhões. Mas as melhorias, prometidas em período eleitoral, não foram cumpridas. O peemedebista **perdeu prazo** para fazer os serviços, o dinheiro teve que ser devolvido ao Ministério das Cidades e a população ficou a ver navios — uma situação constante na administração do filho do senador Jader Barbalho no município (veja detalhes em tabela nesta página).

O primeiro convênio, no valor de R\$ 40 milhões, visava a urbanização e regularização de assentamentos precários na área da Bacia das Toras, com a construção do canal, serviços de macrodrenagem, remanejamento das famílias que residem em palafitas e em áreas aterradas do igarapé e implantação da rede de abastecimento de água e de esgoto, via o programa federal Pró-Moradia e o projeto municipal Sanear Ananindeua (Convênio CR 229.023-07/2008). Desse valor, R\$ 38 milhões eram oriundos do governo federal e o restante, contrapartida da prefeitura. O contrato foi assinado em

24 de junho de 2008, mas, como a obra não foi realizada após dois anos, Helder assinou a rescisão em 2010. Apenas R\$ 537 mil chegou a ser liberado pela União e teve que ser devolvido.

Dez mil habitantes residem ao longo da extensão do igarapé, que nasce na rua São Luis, no bairro de Águas Lindas, atravessa os conjuntos Júlia Sefer e Carlos Marighela e desemboca no rio Uruboca, no bairro do mesmo nome. "Aqui quando chove forte, alaga tudo. São ratos, cobras e muitos mosquitos. A água traz muito lixo", contou a moradora Maria José. "Não temos acesso à água potável. A água que tiramos do poço artesiano fede", disse o morador Sidley Coelho Moraes. "O igarapé está bastante assoreado e poluído. Há 20 anos, a população se banhava aqui. As casas sem esgotamento sanitário despejam os dejetos no igarapé. Mas ainda há tamuatás, tartarugas, muitas cobras e até jacarés. O lixo do freio também está contaminado, segundo pesquisadores da Ucpa (Universidade do Estado do Pará). O gestor passado prometeu remanejar as famílias que residem às margens do Toras, pelo Minha Casa, Minha Vida. Fizemos até recadastramento das famílias. Deixaram muita esperança e pouca realidade", lamentou o líder comunitário Paulo César Silva.

O então prefeito Helder Barbalho não foi capaz nem de cumprir a Lei Municipal 2.237/2006, de 6 de outubro de 2006, de iniciativa dele, que instituiu o Plano Diretor do Município, estabelecendo, no artigo 20 da Seção V,



Moradores do Carlos Marighela sofrem com lama porque prefeito desperdiçou verba



Águas do Igarapé das Toras invadem casas a cada chuva

a obrigatoriedade de criação de unidades de conservação nas nascentes dos igarapés de Ananindeua, entre eles o das Toras, bem como a implantação da faixa marginal protetora. Nem uma coisa e nem outra foi feita. Hoje, grande parte do igarapé está aterrada, tomada de lixo e plantas e consolidou-se como destino de dejetos humanos, numa grande fossa a céu aberto.

No conjunto Carlos Marighela, no bairro do Aurá, a decepção foi enterrada junto com a tubulação de outro convênio com o governo federal, no valor de R\$ 12,3 milhões — sendo R\$ 9,7 milhões da União e R\$ 2,5 milhões de contrapartida do município (Convênio CR 198.521-60/2006).

Ex-prefeito acumulou série de obras inacabadas durante 8 anos

O contrato que visava o apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários foi assinado em 29 de setembro de 2006. Mas, novamente, Helder Barbalho **perdeu o prazo** de execução das obras e, em 31 de março de 2008, portanto, um ano e meio após, o convênio foi cancelado pelo Ministério das Cidades. Antes disso, chegaram a ser liberados R\$ 4,6 milhões. As residências de 20 mil habitantes deveriam receber ligações de água e esgoto, mas, sem as ligações, sem a caixa d'água e sem o poço artesiano, a tubulação colocada nas ruas não serviu para nada. Ainda, Helder deixou R\$ 202 mil em caixa para abater da dívida de R\$ 1.062 milhão relativa a essa obra.

"Fizemos uma tubulação que traz para cá o esgoto de um condomínio construído lá em cima. Alaga tudo aqui. Fede", denunciou o morador Jesse Barros. "Disseram que iam botar água nas casas. Continuamos sem água e sem esgoto. Só tem poço artesiano e fossa aqui", acrescentou. "O Helder disse que ia fazer a macrodrenagem, botou os tubos aí na rua, mas a água escorre toda por cima, pela rua mesmo. A obra não melhorou nada. A rua vive alagada. No inverno, não tem por onde passar. Fica tudo alagado", declarou a moradora Izabel Alves Lima.

Matéria nº 5

Mansão de R\$ 6 milhões é a grande obra de Barbalho no município

Se engana quem pensa que Helder Barbalho não conseguiu finalizar uma obra à frente da prefeitura de Ananindeua durante oito anos. **Ele deixou ruas sem asfalto, bairros sem sistema de esgoto, derrubou e não reergueu mercados públicos, transformou projeto de estádio em elefante branco, criou um "bairro integrado" fantasma, mas construiu no condomínio de luxo Lago Azul o seu palácio: uma mansão de 3,2 mil metros quadrados avaliada por especialistas do ramo imobiliário em aproximadamente R\$ 6 milhões.** Uma residência com requinte cinematográfico que contrasta com a falta de infraestrutura que assola o município.

Helder Barbalho, no entanto, não explica convincentemente como conseguiu dinheiro para construir a mansão. Aos 35 anos, depois de ser vereador, deputado estadual e prefeito de

Ananindeua por dois mandatos, o filho do senador Jader Barbalho quase triplicou seu patrimônio em apenas seis anos — de 2008 a 2014 —, quando foi prefeito e exerceu a função de radiologista na Rádio Clube do Pará, de propriedade de sua família.

Em 2008, quando apresentou declaração de bens à Justiça eleitoral para concorrer à reeleição a prefeito, Helder Barbalho tinha um patrimônio de exatos R\$ 825.842,00. Em junho de 2014, quando apresentou nova declaração de bens à Justiça eleitoral para concorrer ao governo do Estado, o patrimônio do candidato saltou para estratosféricos R\$ 2.337.676,77.

A principal alteração no patrimônio de Helder Barbalho entre as eleições de 2008 e 2014 foi a aquisição da **luxe mansão** no condomínio Lago Azul, que declarou valer irrisórios R\$ 1.332.361,00. A man-



Mansão cinematográfica no Lago Azul é a obra-prima de Helder Barbalho, em Ananindeua

são, com quatro piscinas, tem 3.200 metros quadrados de área construída, o equivalente

a 80 residências do Programa Minha Casa, Minha Vida. Especialistas do ramo imo-

biário paraense, porém, estimam que uma mansão como a de Helder Barbalho no Lago

Azul vale no mínimo R\$ 6 milhões. Em resumo o ex-prefeito de Ananindeua **subvalorou sua mansão** na declaração de bens entregue à Justiça.

Como prefeito de Ananindeua, entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012, Helder Barbalho fez jus a um salário de aproximadamente R\$ 12 mil mensais, brutos (este continua sendo o salário do atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro).

Se tivesse economizado todos os 48 salários mensais — em seus quatro anos como prefeito —, mais 13º salários, férias e diárias, sem gastar um real sequer com água, luz, alimentação, transporte, saúde, educação, combustível, vestuário etc., Helder Barbalho não teria acumulado no período nem R\$ 800 mil.

Como comprou, então, uma mansão de R\$ 6 milhões no Lago Azul?



Obras inacabadas de Helder

O embuste dos novos mercados

No final de 2011, Helder Barbalho apresentou um projeto de novo mercado municipal, com estrutura de primeiro mundo, mas que não saiu do papel. Os feirantes até hoje sofrem com as medidas tomadas pelo então prefeito de Ananindeua. Para demolir a antiga feirinha, ainda em 2011, Helder removeu centenas de trabalhadores do mercado do Distrito Industrial. Os feirantes foram alojados em um galpão improvisado, afastado de seus clientes. A atual prefeitura também acusa Helder de ter demolido o Mercado Central e o mercado do Ato Horas. Durante a administração do filho do senador Jader Barbalho (PMDB), a população não conseguiu ver a aplicação de verba de R\$ 4.875.000,00 repassada através de convênio com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Prefeito "coleta zero de esgoto"

Helder Barbalho teve 8 anos para criar uma estação de tratamento de esgoto, porém, o máximo que conseguiu foi quebrar as ruas dos conjuntos Guajará I e II para que fosse feita a canalização das fossas biológicas existentes. A obra foi motivo de muito tormento para milhares de moradores. O problema ganhou repercussão nacional em 2011, quando Ananindeua ganhou o título de "Pior município do Brasil em saneamento".

Estádio vira "elefante branco"

No lugar do Estádio Municipal está um canteiro de obras abandonado. Localizado no bairro Guajará, o estádio foi idealizado para receber 25 mil pessoas. O empreendimento serviria como complexo esportivo para receber alunos da rede municipal. Helder Barbalho não concluiu o projeto de R\$ 23,4 milhões, mesmo tendo firmado contrato com a Delta Construção. Levantamentos atuais feitos pela Prefeitura de Ananindeua apontam o desvio de R\$ 11 milhões, quase metade dos recursos liberados pelo Ministério dos Esportes e pela Caixa Econômica Federal.



"Bairro Integrado" fracassado

Localizado no Residencial Icu-Guajará, o "Bairro Integrado" de Helder em Ananindeua abrigaria 470 famílias, mas parece uma cidade fantasma. O empreendimento, que deveria ter escolas, postos de saúde, delegacia de polícia, creches e transporte público, teve suas obras paralisadas em 2011, um ano antes do final do mandato do ex-prefeito. O projeto foi orçado em R\$ 44.828.891,47, sendo R\$ 38 milhões de financiamento da CEF. Muito pouco do que estava planejado foi executado. Em habitação, por exemplo, foi investido apenas R\$ 1,3 milhão, o equivalente a apenas 16,52% do total previsto. Inconclusas, minúsculas casas de alvenaria, com apenas dois cômodos, ficaram abandonadas.



Ananindeua

HERANÇA MALDITA

Helder deixa rastros de abandono

SANEAMENTO
Comunidades sofrem porque ex-prefeito não cumpriu prazos e desperdiçou verbas

O retrato do abandono foi o que o ex-prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho, deixou nas comunidades da Bacia das Toras e da ocupação Carlos Marighela. Essas áreas, que reúnem 30 mil habitantes, foram contempladas com recursos do governo federal para obras de saneamento, no total de R\$ 47 milhões. Mas as melhorias, prometidas em período eleitoral, não foram cumpridas. O premeirista **perdeu prazo** para fazer os serviços, o dinheiro teve que ser devolvido ao Ministério das Cidades e a população ficou a ver navios — uma situação constante na administração do filho do senador Jader Barbalho no município **veja detalhes em tabela nesta página**.

O primeiro convênio, no valor de R\$ 40 milhões, visava a urbanização e regularização de assentamentos precários na área da Bacia das Toras, com a construção do canal, serviços de macrodrenagem, remanejamento das famílias que residem em palafitas e em áreas aterradas do igarapé e implantação da rede de abastecimento de água e de esgoto, via o programa federal Pró-Moradia e o projeto municipal Sanear Ananindeua (Convênio CR 225/023-07/2008). Desse valor, R\$ 38 milhões eram oriundos do governo federal e o restante, contrapartida da prefeitura. O contrato foi assinado em

24 de junho de 2008, mas, como a obra não foi realizada após dois anos, Helder assinou a rescisão em 2010. Apenas R\$ 537 mil chegou a ser liberado pela União e teve que ser devolvido.

Dez mil habitantes residem ao longo da extensão do igarapé, que nasce na rua São Luís, no bairro de Águas Lindas, atravessa os conjuntos Jula Sefer e Carlos Marighela e desemboca no rio Uruboca, no bairro do mesmo nome. "Aqui quando chove forte, alaga tudo. São ratos, cobras e muitos mosquitos. A água traz muito lixo", contou a moradora Maria José. "Não temos acesso à água potável. A água que tiramos do poço artesiano fede", disse o morador Sidclay Coelho Moraes. "O igarapé está bastante assoreado e poluído. Há 20 anos, a população se banhava aqui. As casas sem esgotamento sanitário despejam os dejetos no igarapé. Mas ainda há tamuatás, tartarugas, muitas cobras e até jacarés. O lençol freático também está contaminado, segundo pesquisadores da Uepa (Universidade do Estado do Pará). O gestor passado prometeu remanejar as famílias que residem às margens do Toras, pelo Minha Casa, Minha Vida. Fizaram até recadastramento das famílias. Deixaram muita esperança e pouca realidade", lamentou o líder comunitário Paulo César Silva.

O então prefeito Helder Barbalho não foi capaz nem de cumprir a Lei Municipal 2.237/2006, de 6 de outubro de 2006, de iniciativa dele próprio, que institui o Plano Diretor do Município, estabelecendo, no artigo 20 da Seção V,



Moradores do Carlos Marighela sofrem com lama porque prefeito desperdiçou verba



Águas do igarapé das Toras invadem casas a cada chuva

a obrigatoriedade de criação de unidades de conservação nas nascentes dos igarapés de Ananindeua, entre eles o das Toras, bem como a implantação da faixa marginal protetora. Nem uma ou outra nem outra foi feita. Hoje, grande parte do igarapé está aterrada, tomada de lixo e plantas e consolidou-se como destino de dejetos humanos, numa grande fossa a céu aberto.

No conjunto Carlos Marighela, no bairro do Aurá, a decepção foi enterrada junto com a tubulação de outro convênio com o governo federal, no valor de R\$ 12,3 milhões — sendo R\$ 9,7 milhões da União e R\$ 2,5 milhões de contrapartida do município (Convênio CR 198.521-60/2006).

Ex-prefeito acumulou série de obras inacabadas durante 8 anos

O contrato que visava o apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários foi assinado em 29 de setembro de 2006. Mas, novamente, Helder Barbalho **perdeu o prazo** de execução das obras e, em 31 de março de 2008, portanto, um ano e meio após, o convênio foi cancelado pelo Ministério das Cidades. Antes disso, chegaram a ser liberados R\$ 4,6 milhões. As residências de 20 mil habitantes deveriam receber ligações de água e esgoto, mas, sem as ligações, sem a caixa d'água e sem o poço artesiano, a tubulação colocada nas ruas não serviu para nada. Ainda, Helder deixou R\$ 302 mil em caixa para abater da dívida de R\$ 1.002 milhão relativa a essa obra.

"Fizaram uma tubulação que traz para cá o esgoto de um condomínio construído lá em cima. Alaga tudo aqui. Fede", denuncia o morador Jesse Barros. "Disseram que iam botar água nas casas. Continuamos sem água e sem esgoto. Só tem poço artesiano e fossa aqui", acrescenta. "O Helder disse que ia fazer a macrodrenagem, botou os tubos ali na rua, mas a água escorre toda por cima, pela rua mesmo. A obra não melhorou nada. A rua vive alagada. No inverno, não tem por onde passar. Fica tudo alagado", declarou a moradora Izabel Alves Lima.

Matéria nº 5

Mansão de R\$ 6 milhões é a grande obra de Barbalho no município

Se engana quem pensa que Helder Barbalho não conseguiu finalizar uma obra à frente da prefeitura de Ananindeua durante oito anos. **Ele deixou ruas sem asfalto, bairros sem sistema de esgoto, derrubou e não reergueu mercados públicos, transformou projeto de estádio em elefante branco, criou um "bairro integrado" fantasma, mas construiu no condomínio de luxo Lago Azul o seu palácio** — uma mansão de 3,2 mil metros quadrados avaliada por especialistas do ramo imobiliário em aproximadamente R\$ 6 milhões. Uma residência com requinte cinematográfico que contrasta com a falta de infraestrutura que assolou o município.

Helder Barbalho, no entanto, não explica convincentemente como conseguiu dinheiro para construir a mansão. Aos 35 anos, depois de ser vereador, deputado estadual e prefeito de

Ananindeua por dois mandatos, o filho do senador Jader Barbalho quase triplicou seu patrimônio em apenas seis anos — de 2008 a 2014 —, quando foi prefeito e exerceu a função de radiologista na Rádio Clube do Pará, de propriedade de sua família.

Em 2008, quando apresentou declaração de bens à Justiça eleitoral para concorrer à reeleição a prefeito, Helder Barbalho tinha um patrimônio de exatos R\$ 825.842,00. Em junho de 2014, quando apresentou nova declaração de bens à Justiça eleitoral para concorrer ao governo do Estado, o patrimônio do candidato saltou para estratosféricos R\$ 2.337.676,77.

A principal alteração no patrimônio de Helder Barbalho entre as eleições de 2008 e 2014 foi a aquisição da **luxuosa mansão** no condomínio Lago Azul, que declarou valer irrisórios R\$ 1.332.361,00. A mansão, com quatro piscinas, tem 3.200 metros quadrados de área construída, o equivalente



Mansão cinematográfica no Lago Azul é a obra-prima de Helder Barbalho, em Ananindeua

a 80 residências do Programa Minha Casa, Minha Vida. Especialistas do ramo imobiliário paraense, porém, estimam que uma mansão como a de Helder Barbalho no Lago

Azul vale no mínimo R\$ 6 milhões. Em resumo: o ex-prefeito de Ananindeua **subvalorou sua mansão** na declaração de bens entregue à Justiça.

Como prefeito de Ananindeua, entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012, Helder Barbalho fez jus a um salário de aproximadamente R\$ 12 mil mensais, brutos (este continua sendo o salário do atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro).

Se tivesse economizado todos os 48 salários mensais — em seus quatro anos como prefeito —, mais 13º salários, férias e diárias, sem gastar um real sequer com água, luz, alimentação, transporte, saúde, educação, combustível, vestuário etc., Helder Barbalho não teria acumulado no período nem R\$ 800 mil.

Como comprou, então, uma mansão de R\$ 6 milhões no Lago Azul?



Obras inacabadas de Helder

O embuste dos novos mercados

No final de 2011, Helder Barbalho apresentou um projeto de novo mercado municipal, com estrutura de primeiro mundo, mas que não saiu do papel. Os feirantes até hoje sofrem com as medidas tomadas pelo então prefeito de Ananindeua. Para demolir a antiga feira, ainda em 2011, Helder removeu centenas de trabalhadores do mercado do Distrito Industrial. Os feirantes foram alojados em um galpão improvisado, afastado de seus clientes. A atual prefeitura também acusa Helder de ter derrubado o Mercado Central e o mercado do 40 Horas. Durante a administração do filho do senador Jader Barbalho (PMDB), a população não conseguiu ver a aplicação de verba de R\$ 4.875.000,00 repassada através de convênio com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Prefeito "coleta zero de esgoto"

Helder Barbalho teve 8 anos para criar uma estação de tratamento de esgoto, porém, o máximo que conseguiu foi quebrar as ruas dos conjuntos Guajará I e II para que fosse feita a canalização das fossas biológicas existentes. A obra foi motivo de muito tormento para milhares de moradores. O problema ganhou repercussão nacional em 2011, quando Ananindeua ganhou o título de "Pior município do Brasil em saneamento".

Estádio vira "elefante branco"

No lugar do Estádio Municipal está um canteiro de obras abandonado. Localizado no bairro Guajará, o estádio foi idealizado para receber 25 mil pessoas. O empreendimento serviria como complexo esportivo para receber alunos da rede municipal. Helder Barbalho não concluiu o projeto de R\$ 23,4 milhões, mesmo tendo firmado contrato com a Delta Construção. Levantamentos atuais feitos pela Prefeitura de Ananindeua apontam o desvio de R\$ 11 milhões, quase metade dos recursos liberados pelo Ministério dos Esportes e pela Caixa Econômica Federal.



"Bairro Integrado" fracassado

Localizado no Residencial Icuí-Guará, o "Bairro Integrado" de Helder em Ananindeua abrigaria 470 famílias, mas parece uma cidade fantasma. O empreendimento, que deveria ter escolas, postos de saúde, delegacia de polícia, creches e transporte público, teve suas obras paralisadas em 2011, um ano antes do final do mandato do ex-prefeito. O projeto foi orçado em R\$ 44.828.891,47, sendo R\$ 38 milhões de financiamento da CEF. Muito pouco do que estava planejado foi executado. Em habitação, por exemplo, foi investido apenas R\$ 1,3 milhão, o equivalente a apenas 16,52% do total previsto. Inconclusas, minúsculas casas de alvenaria, com apenas dois cômodos, ficaram abandonadas.



Matéria nº 6

BELÉM, SEXTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2014

poder@oliberal.com.br ■ Tel. 3216-1072

PODER

■ POLÍTICA

■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

Pedido de prisão domiciliar

Depois de 26 Dirco, agora é a vez de Valdemar da Costa Neto fazer solicitação ao STF. Página 9.

**Jatene encurrala Helder**

No debate da TV Liberal, governador desmonta argumentos do candidato do PMDB. Páginas 6 e 7.

OLIBERAL

Trav. Aristides Lobo, 867 • Reduto
Fone/Fax: (91) 3201-1300
www.fabelnet.com.br

PMs suspeitos são afastados

CRIME ELEITORAL Militares acusados de negociar votos para Helder Barbalho serão investigados

Os policiais flagrados no esquema de compra de votos para o candidato ao governo do Estado, Helder Barbalho (PMDB), que funcionava dentro unidade da Polícia Militar, na avenida José Bonifácio, esquina com a rua Barão de Igarapé-Miri, no bairro do Guamá, foram identificados e afastados de suas funções. Eles responderão Inquérito Policial Militar, conforme informou a própria corporação. A conduta ilícita dos militares está sendo investigada pela Corregedoria Geral da Polícia Militar. O caso está sob a responsabilidade do coronel Piedade.

O Ministério Público Eleitoral (MPJE), por meio do procurador Alan Mansur, requisiu à Polícia Federal instauração de inquérito para apurar as denúncias. "É um caso que precisa de uma investigação mais e mais rigorosa por parte da Polícia. Por isso, enviamos um ofício à

Polícia, com base no vídeo que apresenta indícios de prática de crime eleitoral", explicou o procurador. Mansur também se mostrou surpreso com a gravidade dos fatos, uma vez que as negociações de compra de voto ocorreram na porta da

unidade policial, com base no vídeo que apresenta indícios de prática de crime eleitoral", explicou o procurador.

Na filmagem, com data do último sábado, 18, é possível visualizar claramente que a unidade está sendo utilizada para a comercialização de compra de votos em favor do candidato peemedebista, assim como, para o armazenamento de materiais de campanha e, mais grave ainda, com a cobertura e proteção de policiais militares, que aparecem na filmagem inicialmente para dar segurança aos infratores. O vídeo possui duração de 8 minutos e 22 segundos e foi feito por uma testemunha anônima, que está tendo sua identidade preservada pela justiça, por segurança. "A testemunha, inclusive, já havia denunciado a compra de votos às autoridades policiais, mas nenhuma atitude foi tomada", afirmou o advogado Fábio Sabino Rodrigues, da coligação "Juntos com o Povo".

A filmagem levada à Justiça mostra, com nitidez, pessoas ligadas à campanha de Helder Barbalho e entrando da unidade

Filho de Jader Barbalho pode ter candidatura ao governo impugnada

da Polícia Militar, no Guamá, a todo instante, sem qualquer impedimento. No vídeo, pessoas recebem dinheiro como pagamento de compra de votos e retiram materiais de campanha que são armazenados no local, como bandeiras. Além disso, a maioria dos envolvidos aparece usando camisa na cor azul do Democratas, partido ligado à coligação "Todos pelo Pará", de Helder Barbalho.

Um dos homens percebe que está sendo filmado e, para disfarçar, retira a bandeira, com o logotipo de campanha de Helder, das mãos de uma mulher, que havia acabado de retirar a bandeira de dentro do posto de atendimento da PM. O abuso e o crime eleitoral ficam ainda mais evidentes quando o mesmo homem aparece retirando nota de R\$ 100 do bolso para pagar a mesma mulher. "Os cabos eleitorais também aparecem nas filmagens com uma planilha, na qual possivelmente



te constam os nomes dos eleitores", ressaltou o advogado. É possível ver ainda outra mulher guardando o dinheiro do pagamento dentro do sutiã.



As urnas são transportadas para Belém e interior

Urnas seguem para as zonas eleitorais

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA) fez, ontem, o primeiro embarque das urnas a serem usadas na capital e em Ananindeua, durante o segundo turno do pleito. Após a preparação, o primeiro lote de urnas foi embarcado em caminhões e vans dos Correios, empresa responsável pelo transporte das máquinas. A partir das 6h30 de hoje, as primeiras 1.800 urnas serão distribuídas para as zonas eleitorais dos dois municípios.

A tarde, a partir das 14 horas, o Tribunal inicia a segunda etapa do embarque das urnas, as quais estão armazenadas no depósito do TRE, na Cidade Nova, em Ananindeua. A região metropolitana conta com cerca de quatro mil urnas, sendo 2.300 destinadas à capital. "Aproximadamente 15 caminhões e 15 vans estão sendo usados no transporte", disse Ricardo Lima Vieira, técnico jurídico do TRE. As urnas a serem usadas pelos eleitores da região das ilhas também começam a ser levadas para os locais de votação a partir de hoje.

Ao todo, 20 mil urnas serão usadas novamente no Estado, sendo 15 mil urnas de seções eleitorais e as demais

de contingência (reserva), as quais serão utilizadas caso haja algum problema ao longo da votação. Na terça-feira, 21, o tribunal encerrou a cerimônia de preparação das urnas eletrônicas, que durou uma semana. Durante a cerimônia, as urnas receberam as mídias do segundo turno. Também foram realizados testes e habilitação dos candidatos que disputam o segundo turno. "Quando algum problema é detectado, a substituição é feita imediatamente. Mas tudo já foi solucionado. As urnas foram encalxadas e preparadas para o embarque", afirmou Ricardo Vieira. As outras urnas a serem usadas no pleito já estão nos demais municípios do Estado desde setembro.

No primeiro turno das eleições foram substituídas 84 urnas no Estado. O problema mais recorrente foi falha de impressão e travamento nas máquinas. Ao todo, 208 ocorrências envolvendo problemas com urnas foram registradas. Apenas uma urna eletrônica foi substituída por urna de lona (cedula). Isso ocorreu no município de Itupiranga, onde tanto a urna normal como a de contingência (reserva) apresentaram problemas.

O Complexo Portuário Industrial de Vila do Conde merece um abraço tão grande quanto o seu nome.



24 de Outubro.

Um grande dia para CDP e para o desenvolvimento do Pará.

Secretaria de Portos - SEP
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

Hoje a CDP tem um grande motivo para comemorar: o aniversário de 29 anos do Porto de Vila do Conde. O maior porto da Região Norte com movimento de 15 milhões de toneladas de cargas/ano. Grande em capacidade, também tem uma grande localização estratégica, atingindo os principais mercados consumidores do mundo como Estados Unidos, Europa, China, Japão, América Central e Oriente Médio.

POLÍTICA

Jatene revela: Helder não

DEBATE NA TV
Simão Jatene se mostrou mais preparado diante de oponente inseguro

Os eleitores paraenses tiveram ontem a última oportunidade de conhecer melhor os candidatos que concorrem ao governo do Estado. No debate, promovido pela TV Liberal, afiliada da Rede Globo, entre Simão Jatene (PSDB) e Helder Barbalho (PMDB), mais do que as propostas, tiveram destaque a história de vida pública dos candidatos e o que cada um fez quando teve a oportunidade de estar no poder. Temas como corrupção, gestão pública e obras pontuaram o confronto.

Visivelmente nervoso, o candidato Helder Barbalho (PMDB) fugiu da maior parte das perguntas diretas feitas pelo candidato à reeleição. Foi assim, por exemplo, quando Simão Jatene, em sua primeira pergunta, questionou o adversário sobre uma avaliação de recuperação do Banpará, que recentemente foi apontado como o número 1 em rentabilidade entre os bancos de médio e pequeno porte do país. O banco durante muitos anos ficou no vermelho e teve seu nome envolvido em escândalos durante a gestão do pai de Helder Barbalho, o senador Jader Barbalho, à frente do Governo. Até hoje, Jader responde a um processo na Justiça por apropriação indevida de mais de R\$ 10 milhões do Banco do Estado do Pará (Bancor) na época em que era governador do Estado.

O mesmo ocorreu quando foi questionado sobre o fato de Helder ter o nome incluído em listas elaboradas por movimentos de combate à corrupção como um dos candidatos que respondem a processos



Jornalista Heraldo Pereira mediu o debate entre os candidatos Simão Jatene e Helder Barbalho, o último antes da decisão sobre quem irá governar o Estado



na Justiça. Trami-ta contra ele uma ação por improbidade administrativa pela compra irregular de medicamento e empresas fantasmas na época em que foi prefeito de Ananindeua. Sem responder às perguntas, Helder Barbalho preferiu investir nos discursos que vem repetindo exaustivamente durante a campanha: a de que percorreu o Estado para ouvir a população e de que Jatene não cumpriu os itens previstos na Agenda Mínima de campanha, usando números de um relatório do Tribunal de Contas sobre o primeiro ano de gestão tuca como se fossem do mandato inteiro. Mas mesmo estas acusações foram desconstruídas por Jatene, que se manteve seguro

durante o debate, justificando que o mandato será encerrado com mais de R\$ 4 milhões em investimentos e que alguns ajustes tiveram que ser feitos para corrigir falhas deixadas no governo da ex-governadora Ana Júlia Carepa, com o apoio do PMDB. "Passamos dois anos ajustando contas. O senhor sabe muito bem disso, porque o seu grupo foi muito importante, muito presente no governo que nos antecedeu, da governadora Ana Júlia (...) O que é fato: nós não tínhamos previsto a implantação do (hospital) Jean Bittar. Precisamos fazê-lo porque os pacientes do Ophir Loyola estavam sendo mandados para o Helder. O que é fato: o (hospital) Galileu não estava previsto na agenda mínima. Precisamos substituir determinados projetos porque o nosso impor-

tante Hospital Metropolitano estava sendo sucateado por uma pressão enorme. Até porque o senhor não construiu leitos em Ananindeua, a pressão lá para lá. Foram ajustes necessários", afirmou. Ao falar sobre as jornadas de junho, em que muitos brasileiros foram às ruas para cobrar compromisso dos políticos, Helder mais uma vez se atrapalhou e acabou se incluindo no rol de políticos alvo das manifestações. "Eu tenho percorrido esse Estado e, muitas das vezes, eu escuto as pessoas dizerem: Helder, nós não acreditamos mais em política porque vocês prometem e não cumprem". O que rendeu mais uma resposta de Jatene. "Quanto à questão do descrédito nos políticos, o senhor deve realmente sentir muito isso na carne. Graças a Deus,

isso não é um problema com o qual eu tenho me defrontado (...) As pessoas distinguem muito bem. Não acreditam nos políticos que não têm o compromisso de utilizar o recurso público", afirmou Jatene. Em um dos momentos mais tensos do debate, Helder acusou Jatene de ter pegado "propina" para anistiar tributos da Corpesa, o que acabou rendendo ao candidato tuca uma direita de resposta. "A acusação de que eu peguei propina é a reprodução de uma história que vem sendo repetida na campanha, da utilização de baúxia, pela falta de proposta do candidato adversário. Basta entrar no site Transparência Brasil para conferir isso. Eu não respondo a nenhum processo. Diferente do senhor. Lá, aparece explicitamente o seu nome", afirmou.

Com domínio dos números do Estado, Jatene, em diversos momentos, também mostrou que Helder Barbalho não entende de gestão pública ou estava sendo mal assessorado em suas acusações porque utilizava números equivocados e apontava problemas que, na verdade, ocorreram durante a gestão do Governo PT-PMDB. Irritado, Helder chegou a dizer que não queria que Jatene fosse seu "professor". O que rendeu novas tiradas irônicas do tuca. "Até porque se tivesse sido seu professor, o senhor entenderia mais de gestão pública. O candidato pega sempre informações de falsas, que é muito complicado (...). Mas o importante é que o povo do Pará sabe quem estavam as estradas e como ficou hoje, o que fizemos com o Propaz", afirmou.

Helder Barbalho tenta fugir de questionamentos

No debate de ontem à noite, o candidato Helder Barbalho fugiu de muitas respostas nos questionamentos feitos pelo candidato Simão Jatene. A primeira pergunta foi sobre o Banpará. Na hora de responder, Helder Barbalho agradeceu pelo convite e disse que conhece as dificuldades da população e sabe que "a saúde não funciona" e que "as pessoas vivem em situação precária", disse que faria um governo de "mudanças", mas não falou nada sobre o Banpará.

Helder Barbalho perguntou sobre promessas de campanha do Simão Jatene. O candidato respondeu que passou dois anos ajustando as contas do antigo governo que era aliado do partido de Helder

Barbalho. Na réplica, Helder Barbalho disse que percorreu o Estado e ouviu das pessoas que não acreditam nos políticos, porque eles prometem, mas não cumprem.

Em outro momento do debate, Jatene questionou Helder em relação à lista do jornal espanhol "El País" que não acreditam nos políticos, como os nomes dos candidatos que estão respondendo a processos na Justiça. O candidato Helder Barbalho fugiu da pergunta mais uma vez e disse que a população deve analisar a trajetória de cada candidato e que se orgulha da sua carreira política.

Na réplica, Jatene lembrou que Helder mais uma vez fugiu da pergunta e lembrou que o candidato da oposição

responde a processo. Na réplica, Helder disse ter orgulho de ser "ficha limpa" e que aceitou participar do debate para discutir propostas.

Em outro momento, Helder perguntou sobre a gestão pública para Jatene, que devolveu com questionamento sobre a "janela" no Orçamento que o candidato deixou na Prefeitura de Ananindeua. Helder respondeu que o governo prometeu muito e não cumpriu, e disse ainda que não queria Jatene como seu professor.

Na hora de falar sobre saneamento, Helder disse que vai elevar a cobertura de água e esgoto na Região Metropolitana de Belém, afirmando que vai fortalecer a Cosama e que precisou devolver o dinheiro

para fazer determinada obra porque não queria endividar a cidade, uma vez que não realizou obras.

Na hora de fazer pergunta sobre educação, Helder se emborrou e demorou 10 segundos para achar a pergunta, na qual questionava Simão Jatene sobre a situação da educação.

No tema cultura, Helder foi questionado se achava que "ser artista é ser malandro", como afirmou certa vez o senador Jader Barbalho, pai de Helder. Na hora de responder, Helder disse que valoriza a cultura e citou várias vezes o pai. Nas considerações finais, Helder agradeceu a todos os paraenses e disse que "vai ouvir aqueles que moram em todos os locais do Pará".

TELEVISÃO

Horário político chega ao fim

Os candidatos ao governo do Estado Simão Jatene e Helder Barbalho usaram o último horário político, ontem, para apresentar seus planos de governo e defender seus candidatos à Presidência, bem como, para divulgar dados de pesquisas favoráveis a eles. Ambos os programas também apresentaram críticas aos adversários. O tuca Simão Jatene fortaleceu as acusações sobre a pressão administração de Helder Barbalho por oito anos em Ananindeua, com obras para as quais recebeu dinheiro e não executou, assim como convênios cujas verbas sumiram ou foram devolvidas por falta de execução dos projetos. Em

depoimento, o atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, disse ter herdado de Helder dívida de R\$ 2,8 milhões do estádio municipal. Por fim, foram mostrados os discursos de Afécio Neves defendendo a eleição de Simão Jatene como "o melhor candidato a governador do Brasil". Helder Barbalho usou imagens do bairro do Curú Utinã, para mostrar as condições em que vivem os moradores, e exibiu depoimentos de pessoas que disseram que iriam votar nele para o governo. Barbalho prometeu reforçar a segurança, criando a ronda dos bairros, bem como contratar mais policiais.

IPAMB
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2014 - IPAMB/PMB

O Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL/IPAMB/PMB, torna público que fará realizar o seguinte licitatório em referência no dia 06/11/2014 às 9h (Horário de Brasília/DF) - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL, NATURAL, POTÁVEL, SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS DE 20 (VINTE) LITROS, RETORNÁVEIS, DEVIDAMENTE LACRADOS, destinados a atender a demanda do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB, conforme especificações, quantidades e condições indicadas no Edital e seus Anexos. LOCAL: A abertura da sessão será efetuada no site: www.comprasnet.gov.br ou pelo site da Prefeitura Municipal de Belém: www.belem.pa.gov.br/licitacao. Belém/PA, 24 de outubro de 2014. Cesar de Barros Coelho Sacramento Pregoeiro/CPL/IPAMB/PMB. Portaria nº 0573/2013 - GP/IPAMB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 66/2014

O Hospital Universitário João de Barros Barreto - UFPA, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 166, de 17 de julho de 2013, do Senhor Diretor do Hospital Universitário João de Barros Barreto, situado na Rua dos Mundurucos, 4487, torna público aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, SRP, do tipo menor preço por item, conforme descrito abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 066 / 2014 - OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Insumos para o Serviço de Endoscopia Digestiva.

DATA DA ABERTURA: 06/11/2014 - Horário: 9h (Horário de Brasília).

OBS: Os Editais encontram-se disponíveis no Site: www.comprasnet.gov.br

Belém (Pa), 24 de outubro de 2014
ANTONIO MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 054/2014-SEGUP

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, através de seu Pregoeiro, anuncia que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço por LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme abaixo:

OBJETO: Registro de Preços para Prestação de Serviço de Teletendimento e Supervisão (CALL CENTER), através de mão-de-obra terceirizada, para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Governo do Estado do Pará - SEGUPPA, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes no Termo de Referência do Edital (Anexo I).

DATA DA ABERTURA: 07/11/2014.

HORA DA ABERTURA: 10h00 (Horário de Brasília/DF).

ÍNDICE DE PREÇOS: <http://www.comprasnet.gov.br>

OBS: O presente Edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br> ou no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>

Belém/PA, 23 de outubro de 2014.
Italo Juliano Garcia Vaz
Pregoeiro SEGUPPA

Irmã de Lula declara voto em Aécio Neves. Página 8.

POLÍTICA

ão entende de governo



do Pará pelos próximos quatro anos, no próximo domingo

Sobre a questão do descrédito nos políticos, o senhor deve realmente sentir isso na carne. Isso não é um problema com o qual eu tenho me defrontado (...) As pessoas distinguem muito bem.

Simão Jatene, PSDB



O escândalo do Banpará é coisa do passado, graças a Deus (...) Hoje o dinheiro do Banpará fica no Banpará (...) Estamos muito menos endividados. É essa diferença no trato da coisa pública, essa diferença no trato do dinheiro público.

Simão Jatene, PSDB

A história de vida de cada um é que diz como é que o recurso público será aplicado (...) O senhor, com uma vida tão curta na vida pública, já tem mais de um processo. E eu, graças a Deus, com mais de 45 anos, não tenho nenhum.

Simão Jatene, PSDB

Eu tenho percorrido esse Estado e, muitas das vezes, eu escuto as pessoas dizerem: Helder, nós não acreditamos mais em política porque vocês prometem e não cumprem.

Helder Barbalho, PMDB

Eu me orgulho da minha história (referindo-se a sua trajetória como político). Eu me orgulho da minha família.

Helder Barbalho, PMDB



O senador Jader não é candidato nestas eleições, mas como há uma antipatia pessoal do atual governador por ele, mas este assunto, para mim, está encerrado.

Helder Barbalho, PMDB



Torcida do tucano Simão Jatene acompanha atenta ao debate entre os candidatos



Jornalista Heraldo Pereira nos bastidores do debate entre os candidatos na TV Liberal

Torcidas acompanham debate em telões em ambiente de tranquilidade

Manifestações de confiança na vitória marcam a postura dos candidatos a governador do Pará nos estúdios da TV Liberal, e das torcidas nas imediações da sede da emissora, no debate entre Simão Jatene (PSDB) e Helder Barbalho (PMDB), ontem à noite. Jatene e Helder foram festejados por correligionários tanto ao chegar, quando ao deixar os estúdios da TV Liberal. As colocações fortes entre os candidatos durante uma hora de debate despertaram com a tranquilidade do lado de fora da TV. Animados pelo som de aparelhagens em ambos os lados, em alto volume, os

simpatizantes de Jatene e Helder evitaram qualquer tipo de confronto e assistiram às participações de seus candidatos em telões instalados na esquina da avenida Nazaré com Rui Barbosa, onde ficaram os correligionários do PSDB, e na esquina da Nazaré com Dr. Moraes, onde estavam os simpatizantes do PMDB.

Por volta das 20h, o candidato Helder Barbalho chegou à TV Liberal e foi recepcionado pela chefe de Redação da emissora, jornalista Simone Amaro. Acompanhado pelos advogados André Bassalo e Rubens Leão e pelo coordenador de campanha Diogo Peres,

Helder Barbalho afirmou ser o debate da TV Liberal uma oportunidade importante para que apresentasse suas propostas aos eleitores e que essa iniciativa da emissora fortalece a democracia.

Já o candidato Simão Jatene chegou à TV Liberal por volta das 21 horas e também foi recebido por Simone Amaro. Na entrada do prédio, Jatene destacou que comparia ao debate para discutir propostas e não para tentar enganar, iludir, referindo-se ao adversário político. Jatene afirmou ser o debate de ontem um momento decisivo no processo eleitoral. O candidato

estava acompanhado da esposa Ana Jatene, do coordenador de campanha, Ory Bezerra, e assessores. O mediador do debate, jornalista Heraldo Pereira, da Rede Globo, ao lado do diretor de Jornalismo da TV Liberal, Alvaro Borges, afirmou que o segundo turno é sempre parelho e o debate na semana das eleições é um momento para consolidar votos e contribuir com os eleitores indecisos.

Noventa homens da Polícia Militar, coordenados pelo comandante do 2º BPM, coronel Marinho, 15 fiscais da Secretaria Municipal de Economia (Secom), orientados pela coor-

denadora operacional Celina Oliveira, e mais homens do Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal e Semob, num efetivo de 200 pessoas, atuaram na segurança da área-sede do debate. Os simpatizantes das duas candidaturas ao Governo do Estado promoveram batucadas e usaram aparelhagens sonoras.

"Aqui em casa assistimos a todos os debates na TV Liberal com uma média de 30 familiares e amigos", declarou o comerciante José Feliz, 46 anos, ao lado da mãe dele, Marilda Feliz, 62 anos. Eles moram em frente ao prédio da TV Liberal.

Antes de ser ovacionado e caminhar pela avenida Nazaré até o comitê na esquina com a Quintino Bocaiuva, Simão Jatene destacou que os eleitores do Pará sabem como a atual gestão estadual recebeu o Governo do Pará, que tinha apoio do atual candidato do PMDB. Ele disse que buscou sempre na campanha mostrar propostas e não "um discurso único", em alusão ao seu adversário político. Helder Barbalho avaliou como positiva a realização do debate e externou sua confiança na reeleição da candidata Dilma Rousseff em Brasília e na sua eleição ao Governo do Estado.

Secretaria de Estado de Educação **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 048/2014-LIC/SE/EDUC

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de portaria, a serem executados nos diversos postos localizados nas dependências das unidades da SEDUC no Estado do Pará.

Processo nº: 783.005/2014-SIG

UASG: 92375

Entrega do Edital: 24/10/2014

Observação: Os interessados poderão obter o edital a partir do dia 24/10/2014, através dos sites: www.comprasnet.gov.br, www.oredp.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br. Meiores informações no Núcleo de Licitação - NULIC através fone-fax: 0xx-91-3201-5195 / 3201-5096 ou pelo e-mail: ione.moraes@educ.pa.gov.br

Responsável pelo certame: Ione Maria de Oliveira Moura

Nome: Ione Maria de Oliveira Moura

Local: www.comprasnet.gov.br

Data: 07/10/2014

Nora: 16800ms (HNV)

Programa de Trabalho: 164534 / 164963 / 164964

Fonte e Origem do Recurso: 0102-Estadual

Fonte e Origem do Recurso: 0104-Estadual

Fonte e Origem do Recurso: 0143-Estadual

Natureza de Despesa: 339037

Ordenador de Despesas: Waldecir Oliveira da Costa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO

ABERTURA DOS PREGÕES Nº. 61/2014 E 62/2014

O Hospital Universitário João de Barros Barreto - UFPA, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 166, de 17 de julho de 2014, do Senhor Diretor do Hospital Universitário João de Barros Barreto, situado na Rua dos Mundurucús, 4487, torna público aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico-SRP do tipo menor preço por item, conforme descrito abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 661 / 2014 - OBJETO: Constituição de Ata de Registro de Preços para aquisição de Material de consumo químico / laboratorial

DATA DA ABERTURA: 06/11/2014 - Horário: 13:00h (horário de Brasília)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 062 / 2014 - OBJETO: Constituição de Ata de Registro de Preços para aquisição de Material de consumo químico.

DATA DA ABERTURA: 07/11/2014 - Horário: 11:00h (horário de Brasília)

OBS: Os Editais encontram-se disponíveis no Site: www.comprasnet.gov.br

Belém (Pa), 24 de outubro de 2014

ANTONIO MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

CAIXA **Ministério da Fazenda**

AVISO DE VENDA

Edital 2.º Leilão Público nº 1016/2014/CPA/BE

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, por meio da Gerência de Fiel Ajuar Bens Móveis e Imóveis - GUE/BE, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo I deste Edital, no estado físico e de conservação em que se encontrarem, imóveis (ou resultado ali em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, discriminados no Anexo II do Edital) O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 17/10/2014 até 20/10/2014 em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas no estado do PARÁ, na Gerência de Fiel Ajuar Bens Móveis e Imóveis - GUE/BE, Avenida Governador José Machete, 2723, 1.º andar, no centro da cidade de BELÉM, no bairro de OLIVEIRA, sito na Rodovia BR-216, KM 18 N.º 20 - Marabá/PA - CEP: 67.200-000, telefones: (011) 3533-9005 e 3145-8372. O Edital estará disponível também, a partir do dia 17/10/2014, no endereço eletrônico: www.caixa.gov.br -> página: Licitação -> Editais -> Imóveis -> Leilões. Os interessados que desejarem participar do leilão, ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA em tempo hábil para interesse em dar as inscrições gerais e habilitar-se ao crédito, se for o caso, antes do prazo estipulado para realização do leilão. O Leilão ocorrerá em 8 de novembro de 2014, às 11:00, no 6.º Andar, Governador José Machete, 2723, 1.º andar - na GERÊNCIA DE FIEL AJUAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS - GUE/BE, na presença dos interessados ou seus procuradores que comparecerem no ato.

Matéria nº 10

BELEM, QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2014

poder@oliberal.com.br ■ Tel.: 3216-1072

PODER
■ POLÍTICA ■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

Debate decisivo na TV Liberal
Heraldo Pereira, da Globo, vai mediar embate de hoje à noite entre candidatos ao governo. **Página 3.**

Doleira condenada a 18 anos
Nelma Kodama é acusada de atuar em parceria com Alberto Youssef em esquema de lavagem. **Página 9.**

OLIBERAL

FABEL
FACULDADE DE BELEM

Transformando o ensino.

Trav. Aristides Lobo, 867 • Reduto
Fone/Fax: (91) 3201-1300
www.fabelnet.com.br



Negociação - Vídeo gravado por denunciante anônimo mostra a circulação de pessoas no posto da PM, recebendo dinheiro e retirando material de campanha da coligação de Helder

PSDB pede cassação do registro de Helder por compra de votos

VÍDEO
Unidade da PM é usada como posto de compra de votos, no bairro do Guamá

O peemedebista Helder Barbalho pode ter sua candidatura ao governo do Estado cassada, além de se tornar inelegível por oito anos. **Denúncias** feitas ontem à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup), ao Ministério Público Eleitoral (MPE) e ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) mostram claramente, através de

gravações de vídeo, policiais militares negociando **compra de votos** para o candidato do PMDB, na unidade da Polícia Militar localizada na avenida José Bonifácio, esquina com a rua Barão de Igaraapé Miri, no bairro do Guamá. Segundo **denúncia anônima**, a unidade estaria sendo usada para ostensiva compra de votos para Helder Barbalho.

Na gravação de vídeo, com data do último sábado, 18, é possível visualizar a utilização da unidade como base para **compra de votos** e armazenamento de materiais de campanha de Helder Barbalho e, mais grave ainda, com a cobertura e proteção de policiais militares, que aparecem nitidamente para dar segurança

ao local. A gravação possui duração de 8 minutos e 22 segundos e foi feita por uma testemunha anônima, que tem sua identidade preservada pela justiça, por segurança. "A testemunha, inclusive, já havia denunciado a compra de votos às autoridades policiais, mas nenhuma atitude foi tomada", afirmou o advogado Fábio Sabino Rodrigues, da coligação "Juntos com o Povo".

A testemunha, então, gravou o vídeo que mostra a conduta dos policiais na unidade e levou as imagens à sede da coligação "Juntos com o Povo", de Simão Jatene, no final da manhã de ontem. No mesmo dia, o advogado Fábio Rodrigues denunciou o crime eleitoral à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup), requerendo a instauração de processo administrativo para apurar a conduta dos policiais que aparecem no vídeo. "Segundo informações da secretaria, nesta quinta-feira (hoje) mesmo, a Segup se manifestará a favor ou não do afastamento dos PMs de suas funções e quais providências cabíveis serão tomadas", disse.

A denúncia também foi encaminhada ao Ministério Público Eleitoral, com base no artigo 41 da Lei 9.504/97, para apurar eventual captação ilícita de sufrágio. "Além disso,



Advogados da "Juntos com o Povo" pediram ao TRE a impugnação da candidatura

so, solicitamos para que seja feita a retenção do material de campanha que está no local pela Polícia Federal", afirmou o advogado.

Por fim, os advogados da coligação "Juntos com o Povo" pediram ao Tribunal Regional Eleitoral a cassação do registro de Helder Barbalho, caso a decisão judicial seja proferida antes do segundo turno do pleito, assim como a cassação do diploma do candidato do PMDB, caso seja eleito. "Ademais, também faz parte do pedido a declaração de inelegibilidade de Helder e dos demais investigados, conforme prevê a Lei da Fi-

cha Limpia", destacou Fábio Rodrigues.

IMAGENS

O vídeo levado à justiça mostra, com nitidez, pessoas ligadas à campanha de Helder Barbalho saindo e entrando da unidade da Polícia Militar, no Guamá, a todo instante, sem qualquer impedimento. O local, que deveria ser usado em favor da segurança pública, é utilizado como comitê eleitoral à luz do dia. **Prova disso, é que a todo momento pessoas recebem dinheiro como pagamento e retiram materiais de campanha** que são armazenados no local,

como bandeiras. Além disso, a maioria dos envolvidos aparece usando camisa na cor azul do Democratas, partido ligado à coligação "Todos pelo Pará", de Helder Barbalho.

Um dos homens percebe que está sendo filmado e, para disfarçar, retira a bandeira (com o logotipo de campanha de Helder Barbalho) das mãos de uma mulher, que havia acabado de retirar o material de campanha de dentro do posto de atendimento da Polícia Militar.

O crime eleitoral fica ainda mais evidente quando o mesmo homem aparece retirando mais de R\$ 100 do bolso para pagar a mesma mulher, aponta

o advogado. "Os cabos eleitorais também aparecem nas filmagens com uma planilha, na qual possivelmente constam os nomes dos eleitores", ressaltou. É possível ver ainda outra mulher guardando o dinheiro do pagamento dentro do suít.

"A todo instante, Helder Barbalho e sua coligação atacam o governador Simão Jatene com inverdades e com denúncias sem quaisquer provas. Pela primeira vez, nestas eleições, no entanto, nós temos um crime eleitoral com provas claras. Trata-se de compra de votos dentro da capital. O mais grave de tudo isso é que o crime ocorre dentro de uma unidade de polícia e, próximo ao local, há um batalhão da PM. Ou seja, essa postura de transgressão eleitoral está posta aos olhos da própria polícia, que não faz nada. Se a situação está nesse patamar, imagina o que acontece fora do alcance dos olhos da polícia", questionou o Fábio Rodrigues.

Ministério Público já recebeu 252 denúncias de crime eleitoral no Pará

Mais de 20 denúncias de crimes eleitorais já foram encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral em relação ao segundo turno. Somados aos casos registrados até o dia 5, quando ocorreu o primeiro turno, o número de infrações nestas eleições chega a 252 casos concretos só no Pará. A informação é da coordenadora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCE) no Estado, irmã Henriqueta Ca-

valcante, que chama atenção para a importância de anexar às denúncias provas sobre a materialização dos crimes nesta reta final de campanha.

"A população precisa ter consciência de que não basta denunciar, é preciso encaminhar provas sobre o que está sendo denunciado, seja uma foto, um vídeo, um documento. Se não tiver um mínimo de prova dificilmente conseguiremos encaminhar a de-

núncia ao Ministério Público", afirmou irmã Henriqueta.

Ela explica que está ausência de materialização dos crimes tem feito com que muitas denúncias não sigam adiante. "O número de ligações que a gente recebe é bem maior. Só ontem tivemos cerca de 50 ligações. Muitas com denúncias sobre compra de votos mesmo, mas sem nenhuma prova", explicou.

Dentre as acusações mais

comuns estão a compra de votos nos municípios e a propaganda irregular, como a utilização de cavaletes em locais proibidos ou uso indevido de trios elétricos para campanha.

Irma Henriqueta explica que estas denúncias são recebidas pelo Comitê de Combate à Corrupção (MCE) e as que têm pelo menos indicio mínimo de provas seguem para investigação do Minis-

terio Público Eleitoral, que pode transformá-las em ações judiciais junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Este ano, foram formalizadas 252 denúncias. Destas, 20 no segundo turno.

A tendência, na avaliação da religiosa, é de que o número de denúncias aumente com a proximidade do dia da eleição. Por isso, irmã Henriqueta chama atenção também para os prazos previstos no calendá-

rio eleitoral. "Muitas vezes os candidatos insistem em fazer propaganda quando não pode mais", afirmou.

Hoje, por exemplo, é o último dia que os candidatos têm para realizar reuniões públicas ou comícios. Já a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral do segundo turno, só pode ser veiculada até amanhã, quando termina também o prazo para debates entre os candidatos.

Coligação de Barbalho pagará multa de R\$ 1 mi se citar Izabela Jatene

A coligação "Todos pelo Pará", de Helder Barbalho (PMDB), foi proibida, mais uma vez, de mencionar ou fazer qualquer referência ao nome de Izabela Jatene, coordenadora do Pro Paz e filha do governador e candidato à reeleição Simão Jatene. A decisão liminar foi proferida pelo juiz federal Antonio Carlos de Almeida Campelo. Caso descumpra a ordem judicial, o candidato terá que pagar multa cominatória de

R\$ 1 milhão para cada ato em desacordo com a decisão do magistrado.

O juiz proibiu Helder Barbalho e seu partido de usar o nome de Izabela Jatene após comprar irregularidades em propaganda veiculada pela coligação do candidato peemedebista na televisão, nos dias 11 e 13 deste mês, sendo a primeira no turno da noite e a segunda no período da tarde. O magistrado acatou a tese da defesa,

de que a coligação de Barbalho exibiu gravação na propaganda em questão com o nítido intuito de ridicularizar a imagem e a honra de Simão Jatene e do então subsecretário de governo Nilo Pecanha. Além disso, a coligação de Helder excluiu e omitiu a parte final da gravação em que Izabela conversa com o subsecretário.

Trecho da propaganda em questão foi omitido e excluído, de forma maliciosa, fazendo,

assim, com que os eleitores deixassem de ouvir a parte final da conversa. Segundo Orlando Barata Mileo Júnior, advogado da coligação "Juntos com o Povo", a omissão de parte da gravação teve a clara intenção de fazer com que a população tivesse uma interpretação distorcida e caluniosa do diálogo entre Izabela Jatene e o então subsecretário de governo Nilo Pecanha.

Antonio Carlos Campelo

também destacou, em sua decisão, que a propaganda irregular foi veiculada durante o horário eleitoral, o qual deveria ser usado para apresentar propostas de governo. O candidato peemedebista, no entanto, utilizou o tempo de três programas em rede para apenas e tão somente ofender e atribuir o cometimento de crimes ao governador e a Izabela Jatene.

"Na realidade, o contexto inteiro das propagandas é

fortemente jocoso e ridicularizante, primeiro porque veicula na televisão uma foto relativa a uma conversa telefônica - entre a filha do governador e um agente público estadual - de pessoas absolutamente estranhas à campanha eleitoral", proferiu o magistrado, na decisão. Outra decisão similar, proibindo a veiculação de qualquer trecho da gravação, já havia sido proferida por Campelo no último dia 13 deste mês.

Pará é o Estado com maior reforço de tropas para a eleição. Página 4.

POLÍTICA



Depósito de urnas do TRE: equipamentos preparados

Urnas estão prontas para o segundo turno

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará encerrou, ontem, o trabalho de preparação das urnas eletrônicas que serão usadas no segundo turno das eleições deste ano. A preparação durou uma semana. Ao todo, 20 mil urnas serão usadas novamente no Estado, sendo 5 mil de contingência (reserva). As sessões eleitorais vão receber 15 mil urnas para a votação do próximo domingo (26). As demais serão utilizadas caso haja algum problema ao longo da votação. As urnas serão levadas aos locais de votação na quinta-feira (23) e na sexta-feira (24). A conclusão do trabalho de preparação das urnas foi marcada por uma cerimônia realizada no depósito de urnas do TRE, localizado no bairro da Cidade Nova, em Ananindeua, onde estão guardadas as urnas que serão usadas no município e em Belém.

As urnas receberam as mídias do segundo turno, que são as informações pertinentes à votação. Também foram realizados testes e a habilitação dos candidatos que disputam o segundo turno. "Quando algum problema é detectado, a substituição é feita imediatamente. Mas tudo já foi solucionado. As urnas foram encobertas e preparadas para o embarque", afirmou Ricardo Lima Vieira, técnico judiciário do TRE. A Região Metropolitana de Belém conta com cerca de 4 mil urnas, sendo 2,3 mil destinadas à capital.



As demais urnas a serem usadas no pleito já estão nos demais municípios do Estado desde setembro. Apenas as urnas a serem usadas pelos eleitores da região das ilhas ainda não foram entregues aos locais votantes. "Isso ficará a critério de cada zona eleitoral, mas será feito nos próximos dois dias", disse Ricardo Vieira.

No primeiro turno foram substituídas 84 urnas. O problema mais recorrente foi falta de impressão e travamento nas máquinas. Ao todo, 208 ocorrências em oitenta e dois problemas com urnas foram registradas. Apenas uma urna eletrônica foi substituída por urna de papel (reserva). Isso ocorreu no município de Itupiranga, onde tanto a urna normal como a de contingência (reserva) apresentaram problemas.

TSE muda prazos para direito de resposta

BRASILIA Agência Estado

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou mudanças nos prazos para julgar pedidos de direito de resposta relativos às propagandas eleitorais da quinta e sexta-feira, dias 23 e 24, quando serão veiculadas as últimas inserções antes do segundo turno. Os ministros vão analisar todas as representações sobre as propagandas destes dois dias em sessão extraordinária no sábado às 12h e a Corte poderá convocar rede de rádio e televisão para transmitir eventual direito de resposta no mesmo dia.

A intenção é assegurar que as campanhas "observem os novos parâmetros" fixados pelo TSE, afirmou Toffoli. Na última quinta-feira, os ministros decidiram deixar de lado o "minimalismo" adotado no primeiro turno e decidiram por adotar postura mais interventora, para barrar "ataques pessoais" nas propagandas eleitorais. "Ficou estabelecido que no horário eleitoral gratuito somente seriam permitidas propagandas de cunho propositivo, vedando-se veiculação de críticas e comparações de caráter pessoal mesmo que amparadas em matéria jornalística ou qualquer outro elemento que lhes de suporte", lembrou Toffoli. Diante da nova postura do TSE, o presidente da Corte

considerou necessário apresentar resolução com a redução dos prazos para proposição dos pedidos de direito de resposta. A proposta de Toffoli foi aprovada por unanimidade pelos ministros.

As campanhas terão 12 horas para levar ao TSE questionamentos a respeito da propaganda veiculada na quinta-feira (23) e 4 horas para questionar horário eleitoral da sexta-feira (24). O prazo normal, antes da resolução aprovada, é de 24 horas. Os pedidos de direito de resposta serão julgados na sessão do dia 25, sábado, quando os ministros irão analisar as propagandas questionadas.

"Julgado procedente o pedido de direito de resposta", o Tribunal Superior Eleitoral determinará horário e forma para que a transmissão da resposta se dê no mesmo dia, dia da resolução. As emissoras transmissoras de propaganda eleitoral gratuita deverão permanecer em regime de sobrevoo no sábado, para providenciar a transmissão do direito de resposta. Até agora, os ministros têm decidido em liminar suspender as propagandas eleitorais questionadas pelas campanhas. O ministro Admar Gonzaga chegou a cassar tempo de propaganda na TV tanto da candidata do PT, Dilma Rousseff, como do tucano Aécio Neves, mas o tribunal ainda não analisou a propaganda partidária do PMDB no dia 26 de maio

No desespero, jornal ataca até o governo do aliado PT

TIRO NO PÉ
AGE já investiga compra suspeita de livros durante gestão do PT-PMDB

O jornal *Diário do Pará*, de propriedade da família Barbalho, no intuito de atacar a gestão do governador Simão Jatene, acabou na edição desta terça-feira (21) atirando contra seus próprios aliados. A matéria que trata de um indicio de irregularidades na aquisição de livros didáticos pela Secretaria de Educação (Seduc) acaba confirmando uma informação fundamental. Todo o processo de compra, com inexigibilidade de licitação e pagamento adiantado foi realizado em 2010.

Segundo a auditoria, o governo Ana Júlia pagou por 365 mil livros, mas recebeu apenas 98.997, o que equivale a 27,40% do objeto contratado e pago. Deixou de receber, portanto, 266.003 livros, representando um dano ao erário de R\$978.610,70, uma vez que o pagamento ao fornecedor foi integral ao objeto pactuado, a um preço unitário de R\$36,90.

De acordo com a investigação em curso, os 365 mil livros didáticos seriam para atendimento de alunos das escolas estaduais de ensino médio do Estado (capital e interior) na área do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. O



Governo de Ana Júlia fez a aquisição de livros didáticos

processo de inexigibilidade de licitação e o pagamento do valor total da contratação foi realizado no ano de 2010, no final da gestão da então governadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores.

ressalta-se que o valor da contratação, no total de 13 milhões de reais, foi pago em três parcelas, todas no mês de dezembro de 2010, no apagar das luzes da gestão do PT, entre os dias 9, 28 e 29 de dezembro, sendo este o penúltimo dia útil

do ano e cujo pagamento ocorreu depois das 20 horas, fora do horário de expediente.

De acordo com nota da Seduc, "a atual gestão da Seduc consultou o relatório da Auditoria Geral do Estado (AGE), determinando a adoção das providências cabíveis, sendo o fato objeto de apuração, através de Sindicância Investigatória (Portaria nº 125/2014-GAB/SINDI), que tramita regularmente no Núcleo de Disciplina e Ética desta Secretaria, para que

Operação pode ter causado ao Estado prejuízo de quase R\$ 10 milhões

produza seus efeitos legais, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa". Segundo o auditor geral do Estado, Roberto Amoras, "o que mais chamou a atenção foi a celeridade com a realização dos pagamentos no último mês de gestão do governo anterior, sendo o último pagamento ocorrido até fora do horário de expediente, na última semana da gestão do governo anterior, sem que houvesse a efetiva entrega do acervo. A partir daí, o principal problema, é que foram verificadas as demais irregularidades. Até a própria discussão se deveria ou não ser lícito e por último, também, a questão do direcionamento do objeto", afirma.

Ainda de acordo com a AGE, a auditoria iniciou em 2011 e terminou no início de 2014, em decorrência de diligências que ocorreram e a observação de todo esse material, inclusive, com alguns acionamentos que foram feitos pelo Ministério Público. "Portanto, vão ser apuradas as responsabilidades dos gestores que atuaram nessa condução, no exercício de 2010, último mês de gestão do governo anterior", aponta Amoras.

Transparência cresce e dispensa de licitação cai

Do contrário do que ocorreu na gestão anterior, de Ana Júlia Carepa, do PMDB, quando o total de participação das despesas com dispensa e inexigibilidade de licitação beirava, em 2008, os 20%, em 2013 esse percentual caiu para menos de 3%. Nos últimos três anos, sob a atual gestão, o Governo do Estado registrou média de 6,2%, enquanto a anterior, entre 2008 e 2010 estava em 16,1%, o que representa uma redução significativa de 61,2%.

O levantamento é resultado do monitoramento permanente feito pela Auditoria Geral do Estado (AGE), que desde 2011 implantou uma série de medidas para garantir maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. Uma das medidas foi a implantação do Siconp (Sistema de Controle Preventivo), um software que permite à AGE monitorar todas as despesas eletronicamente, via internet, com objetivo de diminuir as contratações diretas, sem licitação.

Com o acompanhamento, cada órgão da administração direta ou indireta deve preencher questionário e são analisados os itens, confrontando com a legislação vigente. Essas informações geram estatísticas para subsidiar a tomada de decisão quanto à



Roberto Amoras cita avanços da transparência no Estado

conformidade do processo.

"A vantagem é que se pode, ao analisar o processo com a orientação tutorial do Siconp, proceder preventivamente na solução de impropriedades ou, quando não for possível saná-las, interromper o processo até que se recupere a sua regularidade ou mesmo determinar sua suspensão. Tudo faz parte de uma gestão que tem como grande objetivo proteger a sociedade para que os recursos públicos sejam aplicados de forma mais transparente e que respondam aos desafios de redução da pobreza e desigualdades, onde um dos caminhos

para isso é garantir a melhor utilização dos recursos públicos e a transparência", explica o Auditor Geral do Estado, Roberto Amoras.

Este ano, a ferramenta paraense Siconp foi reconhecida como caso de sucesso em Seminário do Banco Mundial em parceria com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que reúne todos os Secretários de Controle e Transparência do País, realizado no primeiro semestre deste ano.

Também neste ano a ONG Contas Abertas, que publica o Índice de Transparência, con-

siderou o Pará como o primeiro da região Norte em transparência nas contas públicas, em contrando-se entre os quatro Estados que mais conseguiram evoluir no período 2012-2014 e mais avançaram na posição no ranking de 2014, subindo dez posições.

"Felizmente cumprimos mais um compromisso de Governo, que tem como uma das diretrizes Fortalecer Gestão e Governança com Transparência. O resultado seria ainda mais expressivo se as melhorias que realizamos no mês de maio fossem consideradas, já que o Contas Abertas estabeleceu o prazo limite de abril de 2014", destaca o Auditor Geral do Estado, Roberto Amoras. "Sendo a regra licitar e havendo casos públicos em lei em que é permitido comprar diretamente, o ideal para os Governos é que essas exceções sejam reduzidas, limitadas exclusivamente ao extremamente necessário. E foi o que o Governo do Pará determinou aos seus Gestores, obtendo resultados que confirmam maior transparência de seus gastos desde o ano 2011 e cujos resultados são ainda mais expressivos quando comparados com a gestão anterior", analisa Roberto Amoras, auditor geral do Estado.

TRE nega pedido de multa do PMDB à TV Liberal

AÇÃO
Partido alegava que emissora havia deixado de veicular inserções do partido

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Pará decidiu ontem, a unanimidade, favorável à defesa da TV Liberal contra a ação movida pelo PMDB, sob a alegação de que a emissora não teria veiculado em sua programação inserções da propaganda partidária do PMDB no dia 26 de maio

deste ano. Por esse motivo, o PMDB pleiteou a aplicação de multa à TV Liberal. A defesa da TV Liberal foi patrocinada pelo advogado Roberto D'Ottavio. O pedido de liminar do PMDB já havia sido negado pela desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

Durante o processo na Justiça Eleitoral, a defesa da emissora argumentou que as propagandas partidárias só podem ser veiculadas no primeiro semestre do ano em que é realizada eleição. "Entretanto, o autor (PMDB) ajuizou a presente ação na data de

02/07/2014, ou seja, momento em que já havia terminado o primeiro semestre do ano eleitoral e já havia transcorrido o lapso temporal em que a pretensão poderia ter sido satisfeita".

Em sua decisão, a desembargadora Célia Pinheiro havia considerado que a reclamação do partido foi protocolada após o começo do prazo que proíbe a veiculação de propaganda partidária no segundo semestre do ano da eleição.

A defesa argumentou que a cópia da decisão que autoriza a veiculação das

inserções partidárias, juntamente com o plano de mídia, não foi encaminhada à emissora no prazo previsto pela legislação vigente - antecedência mínima de 15 dias do início da veiculação. O próprio Tribunal Superior Eleitoral, como assinalou a defesa, já tinha se manifestado contra reclamações nesse sentido, ou seja, em que a parte reclamante não tenha cumprido com o prazo legal para a comunicação da veiculação das inserções com a entrega da fita magnética e do plano de mídia.

Novos pilares da ponte do Moju serão instalados a partir de amanhã. Página 6.

CIDADES

Pesquisas apontam **vantagem** de Jatene

ELEIÇÕES

Candidato tem 53,7% dos votos válidos na Doxa, e 52,11% na consulta do BMP

Simão Jatene (PSDB) está na frente na disputa pelo governo do Pará segundo os institutos de pesquisa Doxa e BMP (Bureau de Marketing e Pesquisa). Conforme a pesquisa de intenção de votos feita pelo Doxa nas seis mesorregiões do Estado (Metropolitana, Nordeste, Marajó, Baixo Amazonas, Sudoeste e Sudeste), Jatene tem a preferência de 53,7% do eleitorado, contra 46,3% do seu adversário, Helder Barbalho (PMDB), em relação aos votos válidos - como a Justiça Eleitoral calcula os votos dos candidatos -, abrindo vantagem de 7,4 pontos percentuais. Segundo o levantamento do BMP, também considerando os votos válidos, Jatene aparece 52,11% das intenções de votos, com 4,22 pontos percentuais a frente de Helder (com 47,89%).

Candidato a reeleição, Simão Jatene também aparece com **vantagem** nas pesquisas

Doxa - Estimulada

Simão Jatene (PSDB)

49%

Helder Barbalho (PMDB)

42,3%

NS / NR 3,4% Branco / Nulo 5,3%

PMDB na pesquisa estimulada do BMP, com o percentual de 45,08% ante 41,44% - com vantagem de 3,64 pontos percentuais. Neste levantamento, abstenções, indecisos e votos brancos ou nulos somam 13,48%.

Na modalidade espontânea, quando não há a apresentação do nome dos candidatos, Simão Jatene

ficou à frente nas duas pesquisas. Pela apuração do Doxa, o atual governador tem 47,3% da preferência do eleitorado, enquanto o ex-prefeito de Ananindeua aparece com seis pontos percentuais a menos: 41,3%. A proporção que respondeu votar em branco ou anular o voto é de 4,5% e os que ainda não sabem em quem votar

é de 6,9%. Na pergunta espontânea da pesquisa BMP, os percentuais foram de 44,26% para Jatene e de 40,40% para Helder Barbalho - com o candidato tucano abrindo **vantagem** de 3,86 pontos percentuais. Os indecisos somam 10,20%, os que disseram votar branco ou nulo chegam a 4,10% e os que se abstiveram de declarar sua intenção de voto totalizam 1,03%.

PRESIDÊNCIA

Na corrida presidencial, o candidato Aécio Neves (PSDB) supera a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) na pesquisa Doxa. O tucano está com 47,3% e a presidente com 46,2% das intenções de voto. Brancos, nulos e indecisos somam 6,5%. Em relação aos votos válidos, Aécio está com 50,6% e Dilma 49,4%. Na con-

Candidato tucano aparece com 7,4 pontos à frente do rival, segundo a Doxa

sulta estimulada do instituto BMP, as posições se invertem. A petista aparece com 50,19% e Aécio Neves com 40,88%. O percentual de quem ainda não decidiu o voto é de 5,37%, o de votos brancos e nulos é de 2,52%, e o de quem não quis responder é 1,03%. Na análise dos votos válidos, Dilma está com 55,11% e Aécio com 44,89%.

A pesquisa pelo BMP ainda questionou os eleitores sobre como eles avaliam o desempenho do governo Simão Jatene até o momento. Para 36,88% a resposta foi positiva (ótima/bom), outros 32,85% consideram regular, 28,73% disseram ruim/pessima, e 1,51% não souberam avaliar. Já na pergunta se eles aprovam ou não a forma como o governador administra o Estado, a maioria (55,63%) disse concordar, contra 37,46% que desaprovam.

A pesquisa Doxa foi registrada no TRE-PA sob o número PA-00048/2014. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. O levantamento ocorreu entre 13 e 16 de outubro, com 2.000 eleitores. Já a consulta da BMP ouviu 2.500 eleitores em 46 municípios das seis Mesorregiões entre 13 e 17 de outubro. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa está protocolizada sob o nº PA00051/2014.

RESPONSABILIDADE SOCIAL É AJUDAR A TRANSFORMAR A HISTÓRIA DE MILHARES DE PESSOAS

A Nassau e o Instituto Ser Educacional, juntos, desenvolvem ações sociais internas e externas, contribuindo para que todos, mesmo com necessidades diferentes, tenham direitos e oportunidades iguais.



CONHEÇA ALGUMAS DE NOSSAS AÇÕES E PARTICIPE.

- Projeto Praia sem Barreiras (Recife e Olinda).
- Calçada Itinerante. Simulação de calçada acidentada, onde as pessoas usam cadeiras de rodas, bengalas e vendas para os olhos, a fim de sentirem as dificuldades de locomoção.
- Inclusão de pessoas com deficiência no quadro de funcionários da Instituição.
- Programa Vencer, exibido pelo portal LeiaJá. Produzido e apresentado por jovens com deficiência.
- Fiscalização das vagas prioritárias nos estacionamento (idosos, gestantes e deficientes).



UNINASSAU
FAZENDO PARTE DA SUA HISTÓRIA

FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU
FAZENDO PARTE DA SUA HISTÓRIA

ser
educacional

RANKING DA FOLHA DE SÃO PAULO

Faculdades do Pará - Área da saúde.

- ✓ **BIOMEDICINA** --- 1º Lugar - FIBRA
- ✓ **ENFERMAGEM** --- 1º Lugar - FIBRA
- ✓ **FARMÁCIA** --- 1º Lugar - FIBRA

É INCONTESTÁVEL!

FIBRA

FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZÔNIA
Uma Questão de Qualidade



A Melhor Faculdade do Pará.
Liderança confirmada.

BIOMEDICINA ADMINISTRAÇÃO GEOGRAFIA
ENFERMAGEM DIREITO HISTÓRIA
FARMÁCIA GESTÃO DE RH LETRAS
NUTRIÇÃO SERVIÇO SOCIAL PEDAGOGIA
TRADUTOR E INTÉRPRETE (PORTUGUÊS E INGLÊS)

VESTIBULAR 2015. Inscrições até 27/10, prova 02/11.

www.fibrapara.edu.br • Gentil, 1144 • 3266-3110

CIDADES

Estado **melhora** sistema de **rodovias**

PESQUISA
Estudo da CNT
aponta evolução
nas estradas nos
últimos quatro anos

BRÁSILIA
RAFAEL QUERRER
Do Sescorial

A Pesquisa CNT de Rodovias 2014, divulgada ontem pela Confederação Nacional dos Transportes, apontou evolução na condição das estradas do Estado do Pará nos últimos quatro anos. De acordo com a publicação, em três anos a parcela do sistema rodoviário do Pará avaliada como **boa ou ótima**, sendo portanto **segura** para o tráfego de motoristas, passageiros e pedestres, aumentou em mais de 20 vezes, ao passo que a fatia avaliada como **péssima** ou **ruim** caiu em quase 20 pontos percentuais (pp). O estudo traz uma **avaliação criteriosa** sobre o estado de conservação e sobre as condições de trafegabilidade, indicando os problemas no pavimento, na sinalização e na geometria das vias.

Segundo os dados coletados, entre 2007 e 2011, os índices que apontam condições gerais de tráfego como "bom e ótimo" caíram de 6,4% para 0,4% nas estradas analisadas no Estado. Enquanto isso, entre 2011 e 2014, o percentual nesse quesito subiu de 0,4% para 10,4% (26 vezes). Na ou-



Melhora nas condições do sistema de rodovias do Pará é notável, segundo a CNT

tra ponta de análise, o conceito de "ruim e péssimo", que estava em 61,7% em 2007, subiu para 78,3% em 2011 e nos últimos três anos, chegando em 2014 a 50,9%.

A comparação dos dois períodos (2007-2011) e (2011-2014) comprova que, ainda que precisem ser feitos mais investimentos e as condições estejam longe do ideal, ocorre uma significativa melhoria das rodovias no estado, tanto em relação à gestão federal como estadual.

A comparação da última edição da pesquisa e a atual **mostra também um cenário de melhorias**. Considerando as estradas federais e estadu-

ais, o conceito de "bom e ótimo" subiu de 5,2% em 2013 para 10,4% em 2014. Já o item "regular" também aumentou o percentual, passando de 23% para 29,7% e a análise como "ruim e péssimo" caiu de 71,8% para 59,9% em apenas um ano.

A pesquisa de 2014 foi realizada entre maio e junho e analisou uma parte dos 5.539 quilômetros de estradas no Estado, entre as rodovias federais (2.139 quilômetros - km) e Estaduais (3.287 km). O estudo considerou este ano 1.957 km de vias federais e outros 657 km de rodovias Estaduais. Praticamente os mesmos trechos são consi-

derados na avaliação da CNT, que está em sua 18ª edição.

ÍNDICE POSITIVO

A partir de 2013 a pesquisa da CNT começou a fazer um recorte entre gestão estadual e a gestão federal das estradas. Antes, o número total era considerado como rodovias sob "gestão pública". Pelos números, **as melhorias** nas rodovias estaduais foram maiores que as verificadas nas estradas federais.

Segundo a pesquisa da CNT, em 2013, cerca de 76% das estradas sob responsabilidade do Estado eram consideradas "boas ou ótimas".

Conceitos de bom e ótimo subiram de 0,4% em 2011 para 10,4% em 2014

Este ano, o índice praticamente dobrou, chegando a 15,6%. O conceito de "ruim e péssimo" caiu bruscamente, saindo de 67,3% em 2013 para os atuais 48,8%.

"Esses resultados mostram que estamos fazendo um esforço para recuperar as estradas do Estado, cuja quase totalidade estava intransitável quando assumimos o governo do Estado em 2011. Já foram **pavimentados e recuperados** cerca de mil quilômetros e muitas das estradas que estão novas não entraram na pesquisa realizada pela CNT. Mesmo assim **estamos melhorando** os índices e **queremos avançar mais**, ao contrário do que lamentavelmente ocorreu na última gestão do Estado, conforme apontam os indicadores do estudo", destaca Eduardo Carneiro, secretário de Transportes do Governo do Estado.

As rodovias sob a gestão federal, as BRs, também tiveram um desempenho melhor na avaliação entre 2013 e 2014. De acordo com o estudo da CNT, as rodovias federais estavam com índice de 4,4% como "boas e ótimas", subindo este ano para "8,7%". O item "ruim e péssimo" decresceu pouco, saindo

de 67,3% em 2013 para os atuais 63,5%.

BEM AVALIADAS

Segundo a pesquisa de 2014, 1.052 km das rodovias parenses são avaliadas como regulares, boas ou ruins, ao mesmo tempo que 1.395 km são considerados ruins ou péssimos. A pavimentação é regular, boa ou ótima em 1.603 km e péssimas ou ruins em 1.018 km. A sinalização é adequada em 1.177 km, enquanto a geometria da via é bem avaliada em 483 km. As estradas do Pará tem 2.547 km de pistas simples de mão dupla, 2.327 km de pavimentos com superfícies perfeitas, desgastes ou remendos, 1.823 km de pistas com pintura da faixa central visível, 1.631 km de rodovias com pintura das faixas laterais visíveis, 1.009 km de pistas com placas de indicação presentes e quase 2 mil km com placas sem nenhuma vegetação impedindo a visibilidade e ainda 1.004 km com placas totalmente visíveis.

O documento da CNT também trouxe avaliações específicas sobre as rodovias do Estado. Entre elas está a BR-010, a Belém-Brasília, que nos seus 462 km de extensão tem pelo menos 28 borçacharias, abrangendo 264 km, 16 concessionárias e oficinas mecânicas, em 144 km, 25 postos de abastecimento, que cobrem 234 km, e 15 restaurantes e lanchonetes, em 134 km da estrada.

Gastos com acidentes no Brasil alcançam a cifra de R\$ 17,7 bilhões

No ano passado, os gastos do país com acidentes rodoviários ficaram em R\$ 17,7 bilhões. Em termos ambientais, se todas as rodovias fossem boas ou ótimas, o país teria economizado 737 milhões de litros de óleo diesel, o que equivale a R\$ 1,79 bilhão. Teria também reduzido em 1,96 milhão de toneladas a emissão de gás carbônico para a atmosfera. Todo esse prejuízo financeiro ambiental é fortemente influenciado pela qualidade das rodovias brasileiras, segundo a CNT. "O modal rodoviário é o indutor do desenvolvimento e da integração nacional. Mais de 60% dos produtos brasilei-

ros escoam por esse modal. No entanto há, nele, história de baixos investimentos e dificuldades no planejamento", disse o diretor executivo da CNT, Bruno Batista. De acordo com o levantamento da CNT, dos quase 1,7 milhão de quilômetros da malha rodoviária, apenas 25 mil são pavimentados, o equivalente a 203,5 mil quilômetros, sendo 65,9 mil nas estaduais e 110,8 mil nas estaduais; e 26,8 mil nas municipais.

"Em termos gerais, na comparação com o ano passado, houve uma discreta melhoria de 1,7% [na extensão de rodovias consideradas boas ou

ótimas]", disse Batista. "Mesmo assim, ainda se verifica número grande de pontos críticos e de desgastes, que resultaram na morte de mais de 8 mil pessoas no ano passado", acrescentou. Segundo ele, os níveis de investimentos têm se mostrado baixos. "Preocupa o fato de o governo não conseguir investir todos os valores autorizados para as rodovias. Isso se deve a dificuldades administrativas e de gerenciamento." Em parte, isso é explicado pelo aumento da frota de veículos, que gerou aumento de demanda e pressão por uma maior expansão da malha, acrescentou.

A pesquisa da CNT avaliou principalmente o estado geral, a pavimentação, a sinalização e a geometria das vias. Segundo o estudo, 37,9% das rodovias estão em ótimo ou bom estado; 38,2% estão em estado regular; 17% foram consideradas ruins e 6,9%, péssimas. "Para o cidadão, o item mais perceptível é o pavimento. Levando em consideração todas as variáveis relativas à pavimentação, a CNT constatou que 30,1% das estradas brasileiras estão em ótimo ou bom estado e 36,7% têm pavimentação regular", afirmou Batista. Foram considerados ruins ou péssimos 13,2% dos

pavimentos. A sinalização também foi avaliada pela CNT. Segundo o levantamento, em 42,6% das rodovias, a sinalização apresenta estado ótimo ou bom e, 32,2%, é regular. Em 25,2% das rodovias, a sinalização foi considerada ruim ou péssima. Em 82,3% das rodovias, a visibilidade das placas não estava prejudicada pelo crescimento do mato. Em 8,7% das estradas, o mato cobria totalmente as placas e, em 3,4%, cobria parcialmente. No que se refere à geometria da via - item que avalia tipo de rodovia, existência e/ou condição da faixa adicional de subida e

de curvas perigosas, além de pontes e viadutos - 22,1% tiveram avaliação boa ou ótima; 29,3%, regular; e 48,6%, ruim ou péssima.

As rodovias concedidas à iniciativa privada apresentaram resultados bem mais satisfatórios do que as sob gestão pública. Enquanto apenas 29,3% das rodovias sob gestão pública tiveram estado geral avaliado como bom ou ótimo, no caso das concedidas, o índice sobe para 74,1%. Enquanto 43,1% do pavimento das vias públicas é tido como bom ou ótimo, no caso das concedidas, o percentual sobe para 79,5%.

Programa Asfalto na Cidade muda para melhor a paisagem no interior

Pequenas ruas, na periferia dos centros ou em vicinas de distritos de mais de cem municípios do interior do Estado já receberam obras de urbanização, gerando mais qualidade de vida e melhorias na saúde, especialmente em relação às doenças respiratórias causadas pela poeira. O programa Asfalto na Cidade, executado em parceria entre o Governo do Estado com as prefeituras municipais já chegou a 111 municípios, em todas as regiões do Estado.

No total, estão em pleno andamento obras de pavimentação que, somadas, chegam a

mais de 650 quilômetros, além dos 316 já entregues para a população. Somados aos cerca de 50 quilômetros já autorizados, o programa, sozinho, já passa dos mil quilômetros em todo o Estado.

Para José Bernardo Pinho, secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Obras Públicas do Estado (Seop), o programa Asfalto na Cidade vai além da infraestrutura urbana. "Esse programa representa melhorias na qualidade de vida da população, principalmente das cidades do interior, cuja prefeituras não têm condições de asfaltarem suas ru-

as. Por isso, a importância da parceria Estado e município", explica.

Um exemplo do quanto o programa já garantiu melhorias na paisagem local é o município de Xingú, no sul do Pará, onde a parceria está garantindo investimento da ordem de R\$ 5 milhões em mais de vinte quilômetros de asfalto, tanto no centro da cidade como em áreas rurais. Na cidade, foram cerca de 30 ruas pavimentadas, incluindo o Setor Itamarati, o mais populoso do município. O morador Ribamar Pereira comemora a valorização do terreno onde

mora. "Esta obra foi uma benção, acabaram os alagamentos, passei 10 anos da minha vida tendo a casa invadida pela enchente. Além disso, nossos imóveis estão mais valorizados", comenta Pereira.

A transformação também é observada por quem visita a cidade. A Avenida Hermes Dantas se destaca na nova paisagem urbana, porta de entrada do município. A avenida ganhou pavimentação, meio-fio e jardinagem. "Venho a Xingú para pelo menos uma vez por mês a trabalho e admito que nunca tinha visto tanto desenvolvimento. Agora a mobilidade

de urbana melhorou bastante", avalia Eduardo Gomes, engenheiro agrônomo.

Um pouco mais abaixo no mapa do Estado, em Redenção, sudeste do Pará, a obra da Avenida Brasil e da Avenida Araguaia, duas importantes vias no centro da cidade, estão bem avançadas e eram reivindicações antigas da população. O prolongamento da Avenida Brasil inclusive vai facilitar o acesso ao Hospital Regional de Redenção, que atende a população dos municípios próximos. A obra inclui, além da terraplanagem e pavimentação das duas pistas, um can-

teiro central e quatro pontes, duas de cada lado.

O motociclista Eroni dos Santos comemora a facilidade que o prolongamento irá garantir para a população. "Muitas vezes alagava ali por perto e ficava difícil contornar as ruas para chegar ao hospital. Este é um sonho antigo da gente e quanto mais obras assim, melhor é para quem quer montar seu comércio e precisa de condições melhores na rua", comentou, lembrando que a urbanização na área irá ajudar a atrair mais comércio e ajudar a movimentar a economia do município.

Agricultura recebe reforço para escoar produção

O Asfalto na Cidade também beneficia os pequenos produtores rurais, já que os distritos de dezenas de municípios também receberam asfalto para ajudar a escoar a produção. Em Xingú, os Distritos Rio Vermelho, São José e São Francisco estão sendo pavimentados.

No município de Moju, no nordeste do Estado, o sentimento de melhoria para a produção agrícola e o mesmo. No município, a Secretaria de Estado de

Obras Públicas (Seop) e a prefeitura local já pavimentaram cerca de dez quilômetros de ruas no centro do município e nas comunidades rurais de Nova Vida e Ramal do Levi.

"Antes dessa pavimentação a gente vivia isolado. Era só dar uma chuva um pouco forte que a estrada virava um lamaçal e ninguém podia sair de casa e nem levar a produção para vender na cidade. Na época do verão, era só passar um carro na estrada que tudo desaparecia. A poeira subia e durante um bom tempo,

ninguém conseguia enxergar nada. Graças a essa obra, esse sofrimento, por conta da estrada, já é algo do passado", afirma o agricultor Ventura Ferreira, 74 anos, morador de um sítio localizado às margens da estrada recentemente pavimentada.

Nas regiões, além de Moju, o programa de asfaltamento de vias municipais também se estende por diversas cidades do Baixo Tocantins. Ao todo são mais de 60 quilômetros de asfalto na região, beneficiando municípios como Mocajuba,

Cametá, Igarapé-Miri, Tailândia e Oeiras do Pará. Morador da travessa Cônego Miguel Inácio, em Cametá, a aposentada Taiza Pinto, 75, é uma das beneficiadas com o programa de asfaltamento. "Antes nem moto passava nessa rua. O asfalto que tinha sido instalado aqui foi destruído com o tempo e só restava buraco e lama. Por isso, toda a comunidade aqui ficou muito feliz quando soube desse projeto. Isso melhorou não só o nosso bairro, mas a cara da cidade", relata a aposentada.

Fim da poeira diminui problemas respiratórios

O pneumologista Carlos Albeiro, do Hospital Barros Barreto, garante que vias sem asfaltamento podem ocasionar doenças respiratórias. "Uma rua não asfaltada pode causar o agravamento de doenças respiratórias como asma, doença obstrutiva crônica (bronquite crônica/enfisema pulmonar), e rinite alérgica, principalmente nos períodos de pouca chuva", explica. Segundo ele, a situação também pode atingir pessoas que não possuem do-

enças respiratórias. O aposentado Melquíades Silva, morador de Xingú, lembra que no verão enfrentava a poeira e as doenças causadas por ela. E no inverno não tinha condições de sair de casa por causa da lama. "Hoje parece que estou em uma nova cidade". Segundo a secretária de saúde de Xingú, Janaina Pereira, o asfalto garante também a redução da procura nos postos de saúde das áreas que já receberam a pavimentação.

Amotinados libertam agentes e encerram rebelião. Página 4.

CIDADES

Eleitores surrados em comício

EM ANANINDEUA

Seguranças de Helder Barbalho também são acusados de roubo

Dezenas de pessoas foram agredidas por seguranças do candidato ao governo do Estado Helder Barbalho (PMDB) durante o comício realizado ontem à noite, na avenida Arterial 18, em Ananindeua, município da Região Metropolitana de Belém (RMB). As vítimas foram atingidas por socos e pontapés, principalmente. Pelo menos 30 pessoas compareceram à Seccional Urbana da Cidade Nova para registrar ocorrência.

Ninguém soube informar exatamente como começou a sessão de espancamento protagonizada por vários seguranças, que ainda não foram identificados, mas fotografias feitas durante o tumulto mostram a presença de Benedito Carlos Monteiro Magalhães, segurança da família Barbalho que responde a vários processos, incluindo um acidente com vítima fatal.

De acordo com algumas testemunhas, que registraram queixa, houve uma confusão no meio do público por motivos desconhecidos e, a partir daí, os seguranças de Helder Barbalho passaram a desferir socos, pontapés, arrastaram alguns eleitores no asfalto e chegaram a quebrar pedaços de madeira no corpo de outros. Nem mulheres grávidas,



Benezinho (de paletó) enfrentou participantes do comício. Tumulto no local deixou participantes em choque.

deficientes ou crianças foram poupados, relataram. Além das agressões, algumas pessoas afirmaram que tiveram seus celulares roubados por alguns dos agressores.

Gravida de cinco meses, Maria Farias, de 32 anos, estava em choque. "Eu só vi quando eles (seguranças) já estavam em cima da gente ba-

tendo em todo mundo. Passei mal e quase desmaei", contou a vítima, que havia levado a filha para ver o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Adailton Nascimento Gaspar, de 31 anos, foi atingido por um soco no olho e vários pancadas nas costas. Segundo ele, os seguranças saíram "distribuindo socos" em todos que estavam

no caminho. "Foram para cima de qualquer um, jogaram pessoas no chão e arrastaram. Foi um terror", afirmou.

Outra testemunha relatou que viu seu filho adolescente sendo espancado. "Machucaram muito meu filho, que tem 16 anos. Ele foi atingido no estômago e no olho por socos", pontuou Lucilene Dias. Outra

vítima de socos no estômago e que também ficou com o olho roxo foi Carlos Fernandes, de 18 anos. "Vieram dois para cima de mim, me agrediram e me derrubaram no chão", relatou.

As vítimas contaram ainda que os seguranças tentaram tomar os celulares de várias pessoas. "Tentaram puxar meu celular e eu escondi no short.

Vi eles pegando celular de algumas pessoas, com a desculpa de que não podia fotografar ou filmar nada. Saímos de casa para ver o Lula e acabamos apunhando algumas pessoas ainda foram roubadas", disse uma moça, que não se identificou, temendo represálias. Wanderson Garcia, morador do bairro do Guajará, também precisou esconder o celular: "Tentaram levar meu telefone mas não conseguiram".

Morada de Ananindeua, uma moça que se identificou apenas como Geovana disse que até pretendia votar no candidato Helder, mas mudou de ideia. "Agora não vou jogar meu voto fora. Prefiro votar no latente (candidato do PSDB) do que votar em uma pessoa que coloca seguranças despreparados e agressores para trabalhar em um comício que tem uma multidão de pessoas do bem", desabafou.

Um adolescente de 15 anos mostrou uma marca roxa nas costas. "Quebraram um cabo de vassoura em mim", contou.

O clima de tensão do comício teve início antes mesmo de começar a programação, quando seguranças entraram em choque com um grupo de pessoas e acabaram retirando, à força, um cidadão vestido com uma camiseta verde do local. Populares recuaram para dar passagem. Pouco tempo depois, ocorreu a confusão generalizada que teve como resultado várias pessoas feridas e diversos registros de agressão na unidade policial da Cidade Nova.



Vítimas fizeram queixas de agressão e roubo de celulares na Seccional da Cidade Nova. Muitas estavam machucadas. Benezinho (à dir), um dos seguranças, responde a processos.



Presas quadrilha interestadual que somente atacava caixas eletrônicos

Seis pessoas foram presas dentro de uma residência localizada no Conjunto Panorama XXI, no Mangueirão, em Belém, por volta das 10h30 de ontem, acusadas de integrar uma quadrilha especializada em roubar caixas eletrônicas. Outro suspeito de participar da associação criminosa foi preso no Conjunto Guajará II, rua 5, em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém. De acordo com a polícia, o bando é especializado em roubar caixas eletrônicas com brocas do tipo serra copo e estaria planejando novos ataques.

Murilo Tarnowski, Paulo Cezar Pires, Paulo Roberto Ponath, Rafael Ribeiro, Maurício Daniel Gomes, Juliana Luz Dias e Yago Luã Pinheiro Oeiras foram presos pela guarnição comandada pelo major Mariúba, do 6º Batalhão da Polícia Militar (BPM), com o apoio da guarnição comandada pelo capitão Roberto, do 24º BPM, após denúncia



Bandidos confessaram que agiram em vários estados, principalmente do Sul

anônima feita à Seccional Urbana da Cidade Nova dando conta que um grupo de pessoas que estavam reu-

nidas em uma residência na rua principal do Conjunto Panorama XXI, nos altos de um pet shop, estavam se pre-

parando para assaltar um caixa eletrônico.

Ná casa também foram encontrados sete brocas, um pé de cabra, duas chaves de fenda e quatro celulares. Depois de preso, Maurício Gomes delatou aos policiais onde estaria Yago Oeiras. "Ele foi localizado em Ananindeua. Até agora, não sabemos se outras pessoas estão envolvidas nessa quadrilha. Só a investigação pode apontar isso", pondera o major Mariúba.

Todos as pessoas detidas foram levadas primeiramente à Seccional Urbana da Cidade Nova, onde uma equipe da Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO) já os aguardavam.

De acordo com o delegado Evandro Martins, da Delegacia de Repressão a Roubos a Bancos (DRRB), vinculada à DRCO, de todos os presos,

apenas Juliana e Yago são paraenses. "Os outros são de Santa Catarina e do Paraná. Eles têm passagem pela polícia e já praticaram esse tipo de crime em Santa Catarina, no Paraná, em Rondônia também. A especialidade deles não é em explodir caixas eletrônicas e sim o uso de broca serra copo. Com essa técnica, em menos de 30 minutos eles conseguem pegar o dinheiro dos caixas eletrônicos. Eles assumem ter cometido esse tipo de crime em outros estados", falou o delegado.

A polícia deve investigar se esse é o mesmo bando que tentou furtar o dinheiro de uma caixa eletrônica de um banco 24h no interior de uma farmácia localizada no canteiro central do conjunto Paar, esquina com a rua Rio Negro, em Ananindeua. O crime aconteceu há duas semanas.

De acordo com o delegado Evandro Martins, da Delegacia de Repressão a Roubos a Bancos (DRRB), vinculada à DRCO, de todos os presos,

apenas Juliana e Yago são paraenses. "Os outros são de Santa Catarina e do Paraná. Eles têm passagem pela polícia e já praticaram esse tipo de crime em Santa Catarina, no Paraná, em Rondônia também. A especialidade deles não é em explodir caixas eletrônicas e sim o uso de broca serra copo. Com essa técnica, em menos de 30 minutos eles conseguem pegar o dinheiro dos caixas eletrônicos. Eles assumem ter cometido esse tipo de crime em outros estados", falou o delegado.

A polícia deve investigar se esse é o mesmo bando que tentou furtar o dinheiro de uma caixa eletrônica de um banco 24h no interior de uma farmácia localizada no canteiro central do conjunto Paar, esquina com a rua Rio Negro, em Ananindeua. O crime aconteceu há duas semanas.

"Homem Aranha" cai nas mãos da polícia após uma série de roubos

Depois de duas semanas de intenso trabalho de buscas realizados pela Polícia Civil da Seccional Urbana do Comércio, foi preso na tarde de ontem o homem de 25 anos conhecido pelos apelidos "Cara de Catita" e "Homem Aranha", cuja ficha criminal reúne nove casos de furto qualificado praticado

em residências. Ele foi encontrado na travessa 1ª de Março com a travessa Riachuelo, no bairro do Comércio, em Belém, no momento em que fazia uso de entorpecentes.

A prisão foi realizada pelo chefe de operações Paulo Esteves e sua equipe de investigadores, por determinação da delegada Maria do Socorro

Bezerra, para o cumprimento do mandado de prisão expedido pelo juiz da 2ª Vara de Execução do Estado, João Augusto de Oliveira Junior.

A polícia, e ainda sob efeito de drogas, o acusado usou três nomes para se identificar. "Ele usa três nomes: Emídio Soares Ferreira, Ferreira Silva e Rafael Soa-

res Pereira. Nos três nomes encontramos mandados de prisão expedidos. Ele é especialista em escalar, arrombar e furtar residências, por isso o apelido de "Homem Aranha". Ele tem a destreza se escalar as casas sem ser notado, preferindo agir pela noite nos bairros da Cidade Velha e Comércio", afirmou o

investigador Paulo Esteves.

Uma moradora do bairro da Cidade Velha, que não quis se identificar, já procurou a seccional para reconhecer o acusado como o autor do furto do seu notebook e aparelho celular que estava no interior da casa onde ela mora. A expectativa da polícia é que novas vítimas pro-

curam a seccional para reconhecer o "Homem Aranha" pelos próximos dias.

Por ser usuário de drogas, os policiais acreditam o "Homem Aranha" praticava os crimes para manter o vício. O acusado deve ser transferido para o Centro de Triagem da Cremona, onde ficará à disposição da Justiça.

Presidência participam de debate. Página 6.

Juiz barra uso de gravação telefônica em campanha

CASO IZABELA
Para o magistrado, a intenção é degradar a honra do candidato Simão Jatene

O juiz federal Antônio Carlos de Almeida Camelo proibiu, em decisão liminar, a coligação "Todos pelo Pará", do candidato Helder Barbalho, de veicular novamente, no horário eleitoral gratuito do rádio e da televisão, todos os trechos de gravação telefônica com a voz de Izabela Jatene. A coligação do candidato peemedebista também está proibida de exibir qualquer propaganda no horário eleitoral que mencione ou faça alusão à conversa telefônica de Izabela com o subsecretário de governo, Nilo Pecanha, sob pena, nos termos do artigo 461 parágrafo 4º do Código de Processo Civil, de multa cominatória de R\$ 1 milhão para cada veiculação que descumpra a ordem judicial.

O magistrado entendeu que a veiculação das propagandas com as gravações telefônicas possuiu o nítido intuito de degradar e ridicularizar a imagem e a honra do governador e candidato à reeleição Simão Jatene, ao disseminar, no horário elei-

toral gratuito, matéria divorciada da realidade dos fatos. Isso porque trecho da gravação em questão, Izabela Jatene, coordenadora do Pro Paz, conversa com o subsecretário de governo, Nilo Pecanha, sob pena, nos termos do artigo 461 parágrafo 4º do Código de Processo Civil, de multa cominatória de R\$ 1 milhão para cada veiculação que descumpra a ordem judicial.

O magistrado entendeu que a veiculação das propagandas com as gravações telefônicas possuiu o nítido intuito de degradar e ridicularizar a imagem e a honra do governador e candidato à reeleição Simão Jatene, ao disseminar, no horário elei-

gem: "Ouçam o que uma escuta telefônica legal da polícia civil flagrou entre a filha do governador Izabela Jatene e o Secretário da Fazenda: Izabela: Pra gente começar a buscar esse dinheirinho deles, certo. - Locutor: onde está a honestidade do governo Jatene?". O trecho original da gravação apresenta, no entanto, claramente o seguinte diálogo: "Pra gente começar a buscar esse dinheirinho deles, pra financiar o Pro Paz", diz Izabela.

Campo acusou os argumentos de defesa da coligação "Juntos com o Povo" de que "o contexto inteiro da propaganda é fortemente jocoso, mentiroso e criminoso, primeiro porque veicula na televisão um fato relativo a uma conversa telefônica entre a filha do governador e um agente público estadual de duas pessoas absolutamente estranhas à campanha eleitoral, depois o locutor dirige uma pergunta aos eleitores: "Onde está a honestidade do governo Jatene?". O próprio juiz já havia proibido anteriormente, ainda no primeiro turno

Informação usada pela oposição está "divorciada da realidade"

das eleições, a veiculação de parte da gravação telefônica. Mesmo assim, Helder Barbalho descumpriu a decisão liminar e veiculou por duas vezes, de forma arbitrária, trecho da gravação. Por isso, o magistrado multou a coligação do candidato peemedebista em R\$ 600 mil, sendo R\$ 300 mil por cada exibição. "A coligação tenta, a todo instante, burlar a legislação eleitoral. Ao invés de retirar a propaganda do ar, eles mudam uma ou duas palavras ou transferem a exibição do VT para uma coligação minoritária", denunciou o advogado. Helder, no entanto, tentou burlar novamente a legislação eleitoral ao veicular a gravação não mais durante o horário eleitoral gratuito, mas na programação normal da Rede Brasil Amazônia de Televisão (RBA), emissora a qual é detentor de cotas de capital. "Por isso, entramos com nova representação, pedindo aplicação de multa e a proibição da gravação em qualquer modalidade que seja", afirmou Orlando Barata.

Helder perde ação contra a Delta Publicidade

DE NOVO
Campanha de Helder Barbalho tentava reverter decisão anterior

A Coligação "Todos pelo Pará" (PMDB-PT-DEM-PR-PDT-PROS-PPS-PCdoB-PSL-PPL-PTN), do candidato Helder Barbalho, perdeu mais um processo ajuizado contra a empresa Delta Publicidade S/A, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Na manhã de ontem, durante a sessão do Pleno, foi julgado e, a unanimidade, negado provimento ao recurso ajuizado pela coligação com o objetivo de reverter a decisão que havia considerado improcedente a representação contra a empresa. A Delta Publicidade foi processada pela suposta prática de propaganda eleitoral irregular, nos termos do art.

43 da Lei nº 9.504/97, uma vez que, conforme a denúncia apresentada, teria veiculado uma série de matérias jornalísticas ofensivas à imagem do exercício do mandato nas edições dos dias 8, 9, 10 e 11 de setembro de 2014, do jornal O Liberal. O advogado Jorge Borba, porém, ressaltou que O Liberal é um órgão de imprensa e tem o dever de esclarecer o público sobre tudo que se passa no Estado. "O que o recorrido publica nada mais é do que a realidade dos fatos", afirmou.

Em decisão monocrática, o juiz federal Antônio Carlos de Almeida Camelo já havia julgado pela improcedência da Representação. "Entendo que o artigo jornalístico objeto do presente processo representa tão somente pensamento crítico, integrante da informação plena, com conteúdo socialmente útil e cujos eventuais

excessos de estilo e da vertente do autor não transmitem a natureza jurídica da veiculação, de jornalística para propaganda eleitoral, mesmo porque o exercício concreto da liberdade de imprensa assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero ou contundente, especialmente contra as autoridades e os agentes do Estado", dizia um dos trechos da sentença.

Durante o julgamento de ontem, Campo manteve sua decisão. O voto dele foi acompanhado pelos demais membros da Corte presentes à sessão.

Essa não foi a única derrota que a Coligação "Todos pelo Pará" sofreu ontem na Justiça Eleitoral. O pleno do TRE, por maioria de votos, também manteve sentença que julgou improcedente outras duas Representações

ajuizadas pela Coligação contra a Rádio Marajoara, acusada de fazer propaganda irregular, com supostos ataques à candidatura de Helder Barbalho e de Simão Jatene. Além da aplicação de multa, os recorrentes também pediam que a programação da rádio fosse suspensa pelo prazo de 24h. Porém, o juiz Antônio Carlos de Almeida Camelo julgou pelo desprovinimento do recurso e manutenção da sentença. No julgamento de um dos recursos, o voto dele foi acompanhado pelo desembargador Raimundo Holanda e pelos juizes Mancipor Lopes e Eva do Amaral. Apenas Marco Antônio Castelo Branco e João Batista dos Anjos divergiram. No segundo julgamento, João Batista também acompanhou o relator, ficando como voto divergente apenas o de Marco Antônio.

Prefeito cassado de Santa Maria tem nova derrota

TRIBUNAL
Ações pediam revisão da perda de mandato por compra de votos

Prefeito eleito de Santa Maria no ano de 2012, que teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral, sob a acusação de compra de votos, Lucivandro Melo sofreu mais uma derrota ontem no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Durante a sessão do Pleno, a Corte negou provimento a dois recursos ajuizados por Lucivandro contra decisões que julgaram procedente a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo e Ação de Investigação Judicial Eleitoral apresentada contra ele, por suposta prática de captação ilícita de sufrágio (compra de votos). A defesa irá recorrer da sentença.

Os dois processos julga-

dos ontem envolviam a suposta doação, em período eleitoral, de área para a construção de uma igreja no município. Além da cassação, ele foi condenado a multa de 10 mil UFIRS (Unidade Fiscal de Referência) e inelegibilidade pelo período de oito anos. Um dos recursos foi julgado parcialmente procedente apenas em favor de Paulo Augusto Batista Alencar, vice na chapa de Lucivandro em 2012, para que fosse afastada a pena de inelegibilidade.

Advogado do prefeito cassado, Rubens Leão argumentou, durante a sessão, que o homem que fez a gravação apresentada como prova não era eleitor de Santa Maria e procurou alguns candidatos para pedir a doação da área. Ele teria gravado apenas a conversa com Lucivandro. "Se nota que foi uma visita irregular e preparada", declarou, afirmando ainda

que as provas apresentadas não possuem robustez, pois não comprovam a doação ilegal. "Além de ser uma prova claudicante, obtida de maneira ilegal".

Relator da matéria, Mancipor Lopes negou provimento ao recurso e o voto dele foi acompanhado por Rui Dias e Eva do Amaral. O desembargador Raimundo Holanda e o juiz Marco Antônio Castelo Branco divergiram do relator, mas, por maioria, o recurso foi desprovinimento. Existem sete processos contra Lucivandro, em quatro deles o político é acusado de captação ilícita de sufrágio através da distribuição de senhas para consultas médicas. Ele teria encaminhado diversos eleitores ao Hospital da Ordem Terceira, localizado naquela cidade, através da entrega de senhas numeradas, para serem atendidas pelo médico William Fernandes.

Os outros três processos envolvem a suposta doação de área. Dos sete processos que ele responde, cinco estão no Tribunal Superior Eleitoral esperando julgamento de recursos especiais. Por causa da cassação de Lucivandro, Santa Maria teve eleições suplementar para escolha de prefeito em fevereiro desse ano. Porém, a esposa de Lucivandro, Diana Melo (PR) foi eleita com mais de 50% dos votos, apesar de estar com o registro indeferido por não ter se desincompatibilizado do cargo que ocupava na prefeitura a tempo de se candidatar. Por esse motivo, os votos dela foram considerados válidos e Santa Maria terá uma nova eleição, já marcada para o dia 18 de janeiro do próximo ano. Enquanto isso, assume internamente a Prefeitura o presidente da Câmara Municipal, Alcir Costa

coisas da política
DORA KRAMER



politica@estado.com.br

Na bacia das almas

Segredo de Justiça não inclui os depoimentos que estão sendo divulgados

O PT se ressentia da atitude de crítica da imprensa na campanha eleitoral. Mas o partido não se ajuda na medida em que à autocrítica prefere a persistência no erro e não cria situação alguma em que seja permitido lhe atribuir algum acerto.

Não há racionalidade, maturidade, transparência nem respeito pelo discernimento alheio no trato das questões que mereciam uma abordagem mais cuidadosa. Tudo é reduzido a uma simplificação infantilizada, embrulhada em invólucro de propaganda enganosa recheada de contradições que não resistem à luz da realidade.

Com todo respeito que a presidente Dilma Rousseff não demonstra pelo público a quem se dirige, se alguém está pretendendo dar um golpe nesse caso das denúncias da Petrobras é o PT quando recorre ao velho truque do João sem braço. Aquele que se faz de desentendido diante de uma situação difícil à espera de tirar alguma vantagem da adversidade.

O partido já se fez de sônico uma vez, no mensalão. Do ponto de vista eleitoral, colou. Mas ficou o resquício que virou passivo quando os dirigentes resolveram não dar ouvidos ao grupo que acusava a "refundação" (leia-se, enfrentamento real do problema e mudança de conduta) e optaram por dobrar a aposta na defesa dos condenados e na condenação dos juizes.

Agora os depoimentos de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef alcançam Helder Barbalho e o PT em plena campanha do segundo turno. O partido alega uso eleitoral, acusa manipulação e aponta vazamento parcial de informações.

Em primeiro lugar, quem se antecipou a informar que autorizara a compra da refinaria de Pasadena com base de relatório "falho" foi a presidente Dilma no início do ano porque tinha informações de que detalhes sobre os negócios da estatal viriam a público durante a campanha. A ideia era se precaver. Foi ela quem levou o assunto ao Planalto e consequentemente ao campo político.

Em segundo lugar, é de se observar a independência entre os poderes. O Legislativo não preza o princípio e, por isso, rendeu-se às exigências do

Executivo contra as CPs da Petrobras. Mas o Judiciário não atrela seu calendário às conveniências desse ou daquele governo. Se o juiz Sérgio Moro e os procuradores responsáveis pelas investigações da Operação Lava Jato resolvessem esconder depoimentos que pela lei são públicos, ai sim deveriam ser acusados de manipulação eleitoral.

Já está devidamente esclarecido que o segredo de Justiça não inclui os depoimentos de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef que estão sendo divulgados. Estes dizem respeito a uma ação penal cujo conteúdo pode ser requisitado por qualquer pessoa e foi enviado à CPI da Petrobras e à Corregedoria Geral da União. O governo, portanto, tem acesso. Não faz sentido falar em "vazamentos seletivos".

Menos sentido ainda faz o PT processar o ex-diretor da estatal por difamação e a presidente da República cogitar da demissão do presidente da Transpetro, Sérgio Machado, citado no depoimento alegadamente mentiroso. A demissão foi barrada pelo PMDB, responsável pela indicação de Machado, lembrando que o tesoureiro do PT, João Vaccari, também havia sido citado. Ou seja, combate-se a corrupção "do a quem dóer" desde que do vizinho. E de se perguntar qual a parte da ineficácia do truque de se fazer de desentendido o PT ainda não entendeu. O partido surpreende-se por ter sido impregnado com a pecha de corrupto, quando foi ele mesmo que por longo tempo menosprezou o tema.

Desqualificava os partidos da ética chamando-os de "udenistas", alimentando a tese de que as "mãos sujas" são inerentes ao exercício da política, a fim de amenizar o efeito do escândalo do mensalão. Argumentou que fazia o que "todo mundo faz", posicionou-se na contramão da opinião pública na defesa dos réus e no ataque ao Supremo Tribunal Federal, enfim, caiu na própria armadilha. E paga o preço do excesso de esperteza.

MAIS

Condenado por propaganda ilegal

O pleno do TRE manteve ontem, a unanimidade, a sentença que julgou procedente a representação proposta pelo Ministério Público Eleitoral contra o candidato ao governo do Estado Helder Barbalho e Igor Normando, que concorreu a deputado estadual, por propaganda eleitoral irregular pela utilização de pintura em muro com efeito visual de outdoor e tamanho superior a 4 m². Cada um havia sido condenado ao pagamento de multa de R\$ 8 mil, o valor máximo previsto no § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504/97. Foram encontradas nove pinturas irregulares com propaganda dos candidatos justapostas na Rua Augusto Montenegro, entre a Passagem das Flores e a Passagem Oscarina D'Arc, em

Belém. Helder recorreu da sentença, mas teve o recurso desprovido, na manhã de ontem. Antônio Campo manteve sua decisão e foi acompanhado pelos demais membros da Corte. O TRE também manteve decisão do juiz Marco Antônio Castelo Branco que julgou procedente outra representação contra Helder, ajuizada pela União Pelo Pará. Nesse caso, também foram denunciados José Priante, Coligação Todos pelo Pará e Todos pelo Pará II. Na decisão monocrática, os recorrentes haviam sido condenados a multa máxima por causa da utilização de pintura irregular com efeito de outdoor em muro particular. Ontem, os membros da corte decidiram, a unanimidade, manter a sentença.

Matéria nº 16

BELEM, SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2014

poder@oliberal.com.br ■ Tel.: 3216-1072

PODER

■ POLÍTICA

■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

Aécio não recua em programa

Presidência disse que redução da maioria penal será apenas em casos específicos. Página 4.



Pesquisa mostra empate

Aécio está à frente de Dilma em número de votos válidos, mas dentro da margem de erro. Página 5.

OLIBERAL

FABEL
FACULDADE DE BELEM

Transformando o ensino.

Trav. Aristides Lobo, 867 • Reduto
Fone/Fax: (91) 3201-1300
www.fabelnet.com.br

PT e PMDB dividiam propina

PETROBRAS
Ex-diretor diz que, de cada contrato, eram cobrados 3% para os partidos

SAO PAULO
Agência G1 e Redação

Em depoimento à Justiça, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, disse que o esquema de corrupção na diretoria de Serviço da estatal era operado pelo PT. Segundo ele, dos 3% de cada contrato cobrado como propina, 2% eram "para atender o PT", enquanto 1% atendia ao PMDB. Outra diretoria, a Internacional, abastecia o PMDB com a propina cobrada de seus contratos. Os recursos desviados foram usados na campanha eleitoral de 2010.

O Portal G1 obteve o áudio no qual Costa diz ao juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo processo da Lava Jato na primeira instância, que as diretorias comandadas pelos três partidos recolhiam propinas de 3% de todos os contratos. O ex-diretor explicou como funcionava a divisão da propina entre as legendas partidárias. "Olha, em relação à Diretoria de Serviços comandada por Renato Duque, todos sabiam que 2% dos 3% [cobrados de propina] eram para atender ao PT, através da Diretoria de Serviços. Outras diretorias, como Gás e Energia e Exploração e Produção, também eram PT. [...] O comentário é que, neste caso, os 3% ficavam diretamente para o PT porque eram diretorias indicadas pelo PT com PT", declarou Costa à Justiça Federal.

Costa também afirmou ao juiz federal que o PMDB, que costumava indicar o diretor da área internacional da Petrobras, também obtinha uma parte do rateio da propina. Ele, no entanto, não detalhou qual o percentual que ficava com os peemedebistas. "A diretoria internacional tinha indicação do PMDB. Então, tinha recursos que eram repassados para o PMDB, na Diretoria Internacional", afirmou.

Atinda de acordo com o depoimento, o esquema da Diretoria de Serviços era operado pelo tesoureiro petista, João Vaccari. Além do

depoimento do ex-diretor da estatal, também foram divulgadas ontem as revelações do doleiro Alberto Youssef. Em vídeo gravado pela Justiça, obtido pelo "Globo", ele afirma que Lula cedeu à pressão de aliados para nomear Costa diretor da Petrobras.

"Em relação à Diretoria de Serviços, todos sabiam, tinha percentual desses contratos da área de Abastecimento dos 3%, 2% era para atender ao PT. Outras diretorias como Gás e

Energia, Exploração e Produção, também eram do PT. Tinha PT na diretoria de Exploração e Produção, PT na diretoria de Gás e Energia e PT na área de Serviço. Nesse caso, os 3% ficavam diretamente para o PT e não tinha participação do PT. O PT era só na área de Abastecimento", declarou Costa.

Paulo Roberto também disse em depoimento que os 3% de propina foram usados em campanhas eleitorais de 2010. "Nos [diretores da Petrobras e

os políticos que comandavam o recebimento das propinas de cada contrato] tínhamos reuniões com certa periodicidade. E nessas reuniões, se comentava: recebi isto, recebi aquilo, etc. Na minha agenda apreendida em minha residência, tem uma tabela que foi detalhada no MPF, que revela os políticos que receberam recursos relativos a campanha de 2010. Eu copiei os dados no escritório do Youssef (o doleiro Alberto Youssef)."



Paulo Roberto Costa: PMDB tinha a diretoria internacional

importadora

PROMOÇÃO DAS AMÉRICAS CHEVROLET

30 COMPRE UM CHEVROLET E EXPERIMENTE POR ATÉ 30 DIAS.

SE VOCÊ NÃO GOSTAR, DEVOLVA E RECEBA SEU DINHEIRO DE VOLTA.

SE GOSTAR, VOCÊ SÓ COMEÇA A PAGAR EM 2015.

VOCÊ VAI SAIR GANHANDO DE QUALQUER JEITO. APROVEITE, É SÓ ATÉ DOMINGO. PASSE HOJE NA IMPORTADORA.

ACESSE: 30DIAS.CHEVROLET.COM.BR

GMAC Respeite os limites de velocidade.

importadora

www.importadora.com.br

WANDERKOLK COM DIOGO MÓIA. 3221-6550. CONSELHEIRO COM ROBERTO CAMELIER. 4006-9100/9110.

Preços pagos em contratos da estatal eram superfaturados

SAO PAULO
Agência G1 e Globo

O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, contou ainda que as obras da estatal eram escolhidas por um cartel de dez empresas, que superfaturavam os preços de obras por algo em torno de 20% de dinheiro que depois era dividido para políticos do PT, PP e PMDB e diretores da empresa. Das propinas, 3% ia para os partidos políticos e diretores da estatal. A propina era paga em dinheiro vivo e repassada em encontros em residências ou até em shopping centers. Pelo PP, quem comandava a distribuição era o deputado José Janene (PP-PR) até 2010, quando morreu, passando a ser comandado pelo doleiro Alberto Youssef. Pelo PT, segundo Costa, quem comandava o esquema era o tesoureiro do partido, João Vaccari, enquanto que pelo PMDB,

responsável pela diretoria internacional da companhia, quem encabeçava as propinas era Fernando Soares, conhecido por Fernando Baiano. O juiz Sérgio Moro quis saber como eram feitas as indicações de pessoas com foro privilegiado, pois quem trata disso é o STF. Portanto, eu vou pedir ao senhor que não decline nomes de políticos ou autoridades."

Costa disse que o dinheiro da corrupção na Petrobras vem da cartelização das empresas que trabalham para a companhia e para outros ministérios do governo. "Há um processo de cartelização nas obras da Petrobras e também fora da empresa, pois poucas empresas que tem como fazer refinarias, plataformas, navios de processo, que podem fazer obras de políticas ou autoridades."

pelo PP", disse o depoente.

O juiz Moro advertiu Costa porque esses seriam investigados pelo Supremo Tribunal Federal: "Não estamos tratando de pessoas com foro privilegiado, pois quem trata disso é o STF. Portanto, eu vou pedir ao senhor que não decline nomes de políticos ou autoridades."

Ele explicou que obras na área de Abastecimento da Petrobras praticamente começaram em 2006: "Uma delas vai ficar pronta em novembro deste ano, a Abreu e Lima (PE), porque quase não tinha projetos. Abreu e Lima começou praticamente em 2007. Quando começou obra ficou claro para mim que havia esse 'acordo prévio' entre as companhias em relação as obras. Existia de forma clara que havia escolha de obras. Algumas empresas, presidentes me disseram, que havia escolha de obras dentro da Petrobras e fora da Petrobras", contou, acrescentando: "Essa cartelização resulta num delta de preço excedente. Na área Petróleo e Gás essas empresas, normalmente, entre custos indiretos e seu lucro, o chamado BDI, colocam algo de 10 a 20% (de superfaturamento), dependendo da obra, do risco da obra, para esse BDI. Nas obras da Petrobras, o BDI era 15%. Nesse

preço se colocava, em média 3% a mais, que era alocado para agentes políticos.

"As empresas embutiam o preço que elas queriam", perguntou Moro. "No BDI a média era de 15% de excedente e já se colocava em média 3% para os políticos. Na Petrobras, em paralelo às áreas de serviços, se pegava o cadastro e se faz a licitação. Faz o orçamento básico. O orçamento básico da Petrobras considera valores razoáveis. Como exemplo, obra de R\$ 1 bilhão se coloca sobrepreço de até 20%. São valores que a Petrobras considera razoáveis. Se apresentou preço de 25% a mais, normalmente esse contrato não seria executado com esse valor, e se chama a empresa para se dar em torno 20%. Abre-se o preço para todas as empresas e ali define-se o primeiro colocado, o segundo, o terceiro colocado. Não quer dizer que se defina o ganhador nesse primeiro momento. Quem tem preço muito abaixo não vai ganhar."

Youssef afirmou que num contrato de R\$ 3,4 bilhões, por exemplo, R\$ 34 milhões iam para o PP. A cada licitação da Petrobras, detalhou, as empresas entregavam a Costa uma lista das empresas que participariam do certame e quem seria a vencedora. O então diretor entregava ao doleiro.

CÍRIO 2014
FALTAM 02 DIAS

BANCO DA AMAZÔNIA

PT e PMDB pegaram propina da Petrobras. Página 6.

POLÍTICA

Jader liderava "organização criminosa"

DESVIOS

É o que diz denúncia acatada esta semana pelo STF contra o senador paraense

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, rejeitar todas as preliminares apresentadas pelos advogados de defesa e recebeu a denúncia contra o senador paraense Jader Barbalho (PMDB) - pai do candidato do PMDB ao governo do Pará, Helder Barbalho. Jader foi denunciado por crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro público e formação de quadrilha ou bando. O relator do processo, ministro Gilmar Mendes, acatou as ponderações do representante do Ministério Público Federal (MPF), procurador Edson Oliveira de Almeida, inclusive sobre a

participação de Jader Barbalho como "líder da organização criminosa" que saqueou os cofres da Sudam.

"Jader Fontenelle Barbalho, líder da organização criminosa, estabeleceu um sistema de controle da direção da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) com a finalidade de deixar fluir os recursos do Finam para seus comparsas de forma fraudulenta, depois tornar estes recursos 'limpos' dando-lhes circulação econômica regular meramente aparente e inexistente, consoante demonstrado nas provas anexadas, as quais algumas referidas exemplificativamente no corpo desta denúncia, isto com o objetivo de beneficiar a si e a terceiros. Para tanto, se valeu da sua condição de homem público ocupante de diversos cargos importantes na República", acusam os procuradores da República que trabalharam nos inquéritos.

Ao receber, na terça-feira,



Gilmar Mendes relatou processo na Segunda Turma

a denúncia contra Jader Barbalho por crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro público e formação de quadrilha, o STF - instância máxima do Poder Judiciário no Brasil - trouxe à tona, finalmente, para o Brasil inteiro, um dos maiores escândalos financeiros do país nos últimos anos, que estava

engavetado há anos: o saque aos cofres da Sudam.

Na ação penal contra Jader Barbalho, que corre em segredo de justiça, tramita no STF desde 2008 e teve origem no Ministério Público Federal de Tocantins, órgão que investigou dezenas de fraudes na Sudam. No ano passado, Jader Barbalho já havia sido conde-

nado pela Justiça Federal no Tocantins a devolver R\$ 2,2 milhões à União por desvio de verbas na Sudam, na liberação de recursos para um projeto fraudulento. Sua defesa recorreu da decisão. Jader também responde a outros quatro processos no STF.

As primeiras denúncias contra Jader Barbalho na Escândalo da Sudam foram apresentadas pelo Ministério Público Federal, assinada pelos procuradores da República Mario Lucio Avelar, Pedro Taques (que acaba de ser eleito governador do Mato Grosso do Sul) e Ubiratan Gazzeta.

Por seu envolvimento no Escândalo da Sudam, Jader Barbalho (PMDB) e mais nove pessoas - entre elas o ex-superintendente da Sudam, Artur Tourinho, foram presas, algemadas e levadas ao Tocantins pela Polícia Federal, envolvidas num esquema de corrupção que surrupiou mais de R\$ 1 bilhão dos cofres da Sudam. Nas investigações, o MPF e a

Polícia Federal concluíram que muitos projetos apresentados e aprovados pela Sudam nunca foram implantados, apesar de liberações milionárias de recursos. A contadora Maria Auxiliadora Barra, que elaborava projetos para a quadrilha de Jader Barbalho, chegou a comprar dois aviões para facilitar seus deslocamentos para os municípios onde prestava consultoria para a aprovação de projetos na autarquia.

Foi Maria Auxiliadora Barra quem elaborou o projeto do rancho "Touro Gigante", da segunda mulher de Jader Barbalho, Márcia Contente, também beneficiada com a liberação, à época, de R\$ 96 milhões de investimentos fiscais do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam).

Procurador diz, em entrevista à TV Liberal, que Jader era mentor de desvios

Em entrevista à TV Liberal, o procurador federal Rodrigo Bernardo Santos reiterou que o senador Jader Barbalho (PMDB) é acusado de ser o mentor intelectual da quadrilha que se instalou no Pará, Amazonas, Tocantins e Mato Grosso para desviar recursos federais por meio da Sudam. Através do esquema, disse Santos, ao Jornal Liberal 2ª Edição, foram desviados dos cofres públicos federais mais de

R\$ 200 milhões. O procurador informou que quando estava no Tocantins, avaliou mais de 20 processos relativos ao esquema de desvios de verba instalado na Sudam, onde Jader tinha grande influência sobre a diretoria, na época em que era parlamentar.

"Ele foi processado por ser o autor intelectual das fraudes, tinha ascendência sobre a cúpula da Sudam, foi apurado que tinha influência na própria diretoria da

Sudam. Isso fez com que ele pudesse angariar para projetos que ele tinha interesse verbas consideráveis, depois se comprovou que houve grandes desvios", disse o procurador, por telefone, à repórter Jallia Messias, da TV Liberal.

Para escapar de um processo de cassação, Jader Barbalho renunciou ao cargo em outubro de 2001. Quatro meses depois, o então ex-senador teve a prisão preventiva decretada pela Justiça Federal e foi detido em Belém. Na época, acabou algemado e levado para Palmas, onde ficou preso por cerca de 13 horas.

Em sentença do ano passado, a Justiça Federal no Tocantins concluiu que Barbalho recebia 20% de comissão sobre os valores repassados pela Sudam para uma empresa de grãos de Cristalândia, naquele Estado. A empresa havia tido um projeto aprovado em 1998

com aval do senador paraense, fruto de acordo envolvendo empresários que justificavam os investimentos do projeto com notas e cheques falsificados. A empresa de Cristalândia recebeu cerca de R\$ 11 milhões e, para comprovar o andamento do projeto, apresentou contas com notas fiscais e cheques fraudados. Barbalho também recebeu sua porcentagem de comissão.

Ainda de acordo com o procurador, em outro escândalo, foi beneficiada a Agroindustrial de Cereais Dona Carolina S/A, também do Tocantins. A Sudam repassou os valores do projeto em nove parcelas e o senador, novamente, recebeu comissão sobre cada valor passado para o projeto da Agro Dona Carolina. Barbalho pode ter que devolver aos cofres públicos R\$ 73 milhões, e responde a outras cinco ações no STF.

Prevenção.
Deixe essa ideia
tocar fundo
em seu peito.

O câncer de mama tem cura se for descoberto cedo. Por isso, o Hapvida oferece serviços de Medicina Preventiva para ajudar no diagnóstico precoce. Faça a sua parte e previna-se. Um gesto simples como esse vale por toda a sua vida.



AUS-17-88-025-3

Hapvida
+odont

Hapvida
Saúde.
Saúde ao seu alcance.

Instagram: @hapvidasaude Facebook: /hapvida.saude www.hapvida.com.br

Juizes e promotores vão ganhar auxílio-moradia. Página 6.

POLÍTICA

STF aceita denúncia contra Jader

INVESTIGAÇÃO
Senador do PMDB é
acusado de formação
de quadrilha e
lavagem de dinheiro

Da Folha de S. Paulo
e Da Redação

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) recebeu ontem denúncia contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), em um processo de formação de quadrilha, crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem de dinheiro.

O processo corre em segredo de Justiça e, por isso, não há detalhes sobre as acusações. Ele tramita no STF desde 2008. A ação tem origem no Ministério Público Federal de Tocantins, órgão que investigou possíveis fraudes na Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia).

No ano passado, Jader foi condenado pela Justiça Federal no Tocantins a devolver R\$ 2,2 milhões à União por desvio de verbas na Sudam, na liberação de recursos para um projeto fraudulento. Sua defesa recorreu da decisão. Jader também responde a outros processos no STF.

A defesa de Jader não retornou ao contato da Folha e do jornal O LIBERAL na noite de ontem até a publicação desta matéria.

Em outras ocasiões, sua defesa afirmou que as ações contra ele se baseiam em "conjecturas" e que não há provas que o liguem a crimes

dos quais é acusado.

CONDENADO

Há um ano, a Justiça Federal no Tocantins já havia condenado Jader Barbalho, pai do candidato ao governo do Estado, Helder Barbalho, a devolver R\$ 2,2 milhões aos cofres da União por envolvimento em um esquema de desvios de recursos da Sudam, em 1998. Com a atualização monetária, Barbalho terá que devolver aos cofres públicos algo em torno de R\$ 10 milhões.

Na sua sentença, o juiz de primeira instância Waldemar Claudio de Carvalho, da 2ª Vara da Seção Judiciária do Tocantins, condenou Jader Barbalho por "ter se locupletado" com verbas federais. O magistrado entendeu que o senador aumentou sua fortuna ao receber 20% de propina de um contrato de R\$ 18,1 milhões firmado entre a Sudam e a empresa Imperador Agroindustrial de Cereais S/A. O juiz concluiu que Jader Barbalho "de fato solicitou e recebeu" a propina de R\$ 2,2 milhões de reais por ter intermediado o financiamento com servidores e apadrinhados políticos instalados na Sudam.

"Ele [Jader]

dava a entender que queria dinheiro para proporcionar agilidade nos processos de concessão do Finam", escreveu Waldemar de Carvalho no relatório de condenação.

Os recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) seriam recebidos pa-



ra cobrir os investimentos da Imperador Agroindustrial em um projeto de produção e beneficiamento de grãos e sementes de arroz e cultivo de milho para produção de ração em Cristalândia, no interior do Tocantins. Do total, só R\$ 5,8 milhões foram aplicados.

Segundo a decisão do juiz, a operação fraudulenta desviou R\$ 11,1 milhões com uso de notas frias, cheques, contratos e recibos falsos emitidos por empresas inativas.

Além de Barbalho, o juiz condenou mais dez réus das empresas envolvidas no esquema. Eles deverão pagar os R\$ 11,1 milhões, além de multa de 10% sobre o valor. Todos os réus estão com os bens bloqueados para pagamento das multas.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou a ação civil pública de improbidade administrativa por dano ao erário em 2007.

FRAUDE

O Ministério Público Federal (MPF) de Tocantins também está cobrando mais de R\$ 103 milhões em ressarcimento de fraudadores da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), através de três ações civis públicas.

Foi pedida a quebra dos sigilos bancário e fiscal de todos os envolvidos nas fraudes que envolveram três projetos, além da indisponibilidade de seus bens. Vinte e três pessoas e seis empresas foram acionadas, segundo o MPF.

Em todos os casos, as fraudes mais comuns eram a aprovação do projeto com base em documentos falsos, especialmente os que demonstravam a capacidade da empresa de investir a contrapartida exigida, o uso sistemático de notas fiscais falsas, as quais tinham por finalidade fraudar o controle da Sudam comprovando gastos fictícios no projeto e o uso de laudos de fiscalização falsos, em que os fiscais da Sudam atestavam serviços

**Barbalho terá
que devolver
R\$ 10 milhões
em valores
corrigidos**

inexistentes.

Além da devolução dos recursos efetivamente repassados pela União, os procuradores da República cobram indenização a título de dano moral coletivo, em razão das graves consequências sociais causadas pelos desvios, os quais impediram que empresas de porte fossem efetivamente instaladas na região Norte do País. Também foi pedido que a União se abstenha de aprovar novos projetos em favor dos envolvidos.

Com relação aos réus, foi pedida a indisponibilidade dos bens, a fim de se garantir o futuro ressarcimento ao erário. Além disso, foi solicitada a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos acusados, a fim de se descobrir mais benefícios do esquema.

Centro de Perícias Científicas Renato Chaves

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

CADÁVERES NÃO RECLAMADOS

O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves torna público que encontram-se não reclamados, no Instituto Médico Legal (IML), os seguintes cadáveres:

Código 5006914: cadáver do sexo masculino de cor negra, cabelos crespos e grisalhos. Possui um resíduo lateral da orelha esquerda com o comprimento 15cm. Estatura aproximada de 1m77cm, com idade provável entre 50 a 60 anos. Proveniente do Hospital Municipal de São Carlos de Orlândia.

Código 5008914: cadáver do sexo masculino de cor parda, cabelos negros, lisos e curtos. Com uma deficiência na mão direita. Estatura aproximada de 1m70cm, com idade provável entre 35 a 45 anos. Oremdo do município de Capatzena.

Código 5118014: cadáver do sexo masculino de cor parda, cabelos pretos e lisos, apresentando calvície. Estatura aproximada de 1m63cm, com idade provável entre 28 a 38 anos.

Código 5993414: cadáver do sexo masculino de cor parda, cabelos brancos e calvos. Estatura aproximada de 1m60cm, com idade provável entre 65 a 75. Oremdo do município de Benevides, Comunidade Missão Belém.

O Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves" solicita a presença dos possíveis familiares para o devido reconhecimento dos cadáveres, que serão enterrados como ignorados no cemitério de Igarapé, em Belém/PA.

Um bom design
sempre chama a atenção
de todo mundo.
Assim como a ORM Cabo.

Mais uma vez a ORM Cabo marca presença na maior
evento do bom gosto e funcionalidade das Américas: a
Casa Cor Pará. Você vai poder visitar ambientes cheios de
estilo e conhecer os serviços de TV, internet e telefonia fixa
da ORM Cabo. Ligue e assine: 3213-1212.

ORM Cabo na Casa Cor Pará 2014.
De 08/out a 30/nov.

Plano
ORM Cabo Light
R\$ 54,90
84 canais

ORM CABO
A nossa TV a cabo

TSE libera candidatura de Paulo Rocha ao Senado. Página 6.

POLÍTICA

Jatene desmascara mentira de Helder

PROVA
Convênio mostra liberação de R\$ 10 mi pelo governo para asfaltamento em Ananindeua

Uma das maiores mentiras do candidato do PMDB ao governo, Helder Barbalho, durante o debate da TV Liberal, foi registrada quando o candidato, filho do notório senador Jader Barbalho, anunciou, em alto e bom som, que "o governo Jatene não asfaltou um palmo de rua em Ananindeua".

Na ocasião, coube ao próprio governador Simão Jatene (PSDB), candidato à reeleição, desmentir de bate-pronto o candidato peemedebista, lembrando que um convênio garantindo asfaltamento em Ananindeua foi firmado entre o governo do Pará, na gestão do próprio Jatene, e a Prefeitura de Ananindeua, na



época em que era governado por Helder Barbalho.

A informação dada pelo governador está fundamentada no convênio 47/12, que foi assinado no dia 3 de julho de 2012, com vigência até 31 de dezembro de 2013, prevendo investimentos de R\$ 9.995.142,66, ou seja, quase R\$ 10 milhões, na "ocupação, manutenção e pavimentação de

vias urbanas", tendo como ordenador de despesas Sérgio Roberto Bacury de Lira, então secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Sepol). Ainda durante o debate, Simão Jatene refrescou a memória de seu opositor Helder Barbalho, alertando que os recursos para a pavimentação de vias em Ananindeua foram

Na gestão de Helder, dinheiro desapareceu da conta e asfalto não saiu

efetivamente liberados pelo governo do Estado. Ou seja, a população de Ananindeua não viu a cor do asfalto e nem a cor do dinheiro, que sumiu da prefeitura como num passe de mágica.

Cabe agora, portanto, ao Ministério Público investigar o paradeiro dos recursos, que provavelmente devem ter sido desviados da sua finalidade de origem. Não é à toa que o atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, queixa-se de verdadeiros "elefantes brancos" (obras inacabadas) deixados pelo filho de, entre eles, o famoso estádio de futebol.



MEC reprovou contas de ex-prefeito de Ananindeua: R\$ 64,4 mil sumiram

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

O Ministério da Educação (MEC), do governo do presidente Dilma Rousseff, reprovou a prestação de contas do ex-prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho (2005-2012), referentes às transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua aplicar no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

No ofício 723/2014, encaminhado pela Coordenação de Acompanhamento de Prestação de Contas de Programa Educacionais do FNDE, o MEC aponta a existência de irregularidades nas contas

do PDDE referentes aos anos de 2008 e 2009: em 2008, dos R\$ 404.798,91 repassados, a Prefeitura de Ananindeua deixou de prestar contas de R\$ 10.859,03. Já em 2009, dos R\$ 473.233,90 repassados, misteriosamente. O total de recursos "evaporados" chega a R\$ 64.463,26. O MEC, em ofício assinado pela coordenadora-geral Orvalina Ornelas Santos, deu um prazo de 30 dias, a partir do recebimento do ofício do FNDE, para a adoção de providências ou devolução dos recursos sob pena de responsabilização.

A Procuradoria Geral do Município de Ananindeua já encaminhou representação ao Ministério Público Federal (MPF) comunicando as irregu-

laridades, que podem trazer graves prejuízos ao município de Ananindeua, entre os quais a sua inscrição no Cadastro de Inadimplentes do Governo Federal, o que impediria o município de realizar convênios com a União enquanto as irregularidades detectadas na administração do ex-prefeito Helder Barbalho não forem sanadas.

CALOTE NO INSS

O prefeito Manoel Pioneiro (PSDB) agora tenta sanar as irregularidades deixadas na administração pelo ex-prefeito para evitar que o município entre na lista negra dos inadimplentes do governo federal. Ananindeua já foi fichada no Caduc porque Helder Bar-

balho deixou de recolher aos cofres da Receita Federal as contribuições previdenciárias de 82 servidores contratados de forma temporária para atuar no Pro Jovem, programa do Ministério do Desenvolvimento Social, do governo Dilma Rousseff.

Em 2013, Pioneiro foi surpreendido pelo Ministério da Fazenda que, através da Delegacia da Receita Federal com sede em Belém do Pará, realizou procedimento fiscal junto a Secretaria Municipal de Educação com o propósito de verificar as contribuições previdenciárias resultante de remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados pela Secretaria de Educação entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010, na

administração do ex-prefeito Helder Barbalho, portanto.

Na operação, os auditores da Receita Federal apuraram que as contribuições devidas pela Secretaria de Educação de Ananindeua não foram recolhidas ao Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS), inclusive a contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais de trabalho.

A Receita Federal requisiu da Prefeitura de Ananindeua os documentos que comprovariam o recolhimento das contribuições dos servidores, mas os mesmos não foram entregues ao auditor-fiscal encarregado da fiscalização.

Pesquisando junto ao Tri-

bunal de Contas dos Municípios do Pará, os auditores do Ministério da Fazenda concluíram que não houve o recolhimento das contribuições previdenciárias de servidores contratados pela Prefeitura de Ananindeua, para trabalhar em projetos como a manutenção do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem - e no Programa de Valorização e Manutenção do Ensino Fundamental, no ano de 2009.

Também constataron os auditores da Receita Federal que Helder Barbalho não recolheu, em 2010, as contribuições previdenciárias de servidores contratados para trabalhar no Projeto Ações para elevação da escolaridade e qualificação profissional (Projovem).

Barbalho não paga aluguel e entidade corre o risco de ser despejada

Uma ação de despejo contra a Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep) tramita da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital, desde 2012, quando o presidente da entidade era o atual candidato ao governo do Estado, Helder Barbalho. Segundo informações do Tribunal de Justiça do Estado (TJE-PA), os documentos da ação se encontram na mesa do juiz Claudio Hernanes Silva Lima.

O processo nº 0054955-67/2012, de 14.0301 é de autoria do Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Ialpepa), que detém a propriedade do prédio onde a Famep está instalada, na travessa São Francisco, bairro da Campina, em Belém.

A falta de pagamento do aluguel, que começou durante a gestão de Barbalho, resultou em uma dívida que totaliza R\$ 240.240,00. Helder responde como representante na ação, já que o calote foi dado no período em que ele esteve à frente da Federação. De acordo com a diretoria da Ialpepa, a expectativa é que até o final do ano o prédio esteja desocupado.

A ação de despejo por falta de pagamento inicialmente tramitou na 12ª Vara da Fazenda Pública, tendo sido distribuído ao juiz de Direito Titular Marco Antônio Caste-

lio Branco. Entretanto, após a reestruturação de 25% dos processos da 12ª Vara para a 7ª Vara, a ação foi distribuída ao juiz Claudio Lima. No último despacho, a documentação foi remetida ao Ministério Público Estadual (MPPE) para apresentação de parecer final.

O processo foi abortado em 21 de novembro de 2012, no final do mandato de Helder à frente da Famep, porém, é relativo ao período de dois anos de endividamento. Barbalho se aproveitou do fato de o PMDB ser o partido com maior número de prefeituras no Estado em 2009, com 27% de domínio, e se eleger presidente da entidade.

Após o mandato de dois anos, Helder se reelegeu presidente da Famep em 2011, passando a utilizar o cargo na entidade como pretexto para fazer campanha antecipada em todo o Estado. Com esta estratégia, Barbalho se aproximou do interior, que concentra 80,3% do eleitorado paraense.

MANOBRAS

Curiosamente, dois meses antes do processo eleitoral a diretoria da Famep tentou negociar a dívida que se arastava por quase dois anos. Pelo menos é o que afirma o assessor jurídico do Ialpepa, Antônio de Jesus Valen-

te. O acordo entre a Famep e o Ialpepa não chegou à Justiça, onde o processo continua em trâmite. A dívida, segundo o advogado, está sendo paga de forma parcelada, sendo que uma parte do valor - que ele não soube informar o montante - já foi quitada. Ele assegura ainda que mensalmente a Famep tem pago um valor de aproximadamente R\$ 8 mil referente à pendência. Valente afirma ainda que, mesmo com

a negociação e o processo em curso, a Famep precisará deixar o prédio até dezembro deste ano, conforme solicitação da entidade proprietária.

De acordo com o servidor responsável pelo órgão, Adalino Duarte, o acordo foi fechado poucos dias antes do processo ser julgado. "Esse acordo foi feito há uns dois meses, sendo que já estava tudo certo para ir a julgamento. Esperamos que eles cumpram até o final", assegura.

Aliado de Helder é suspeito de compra de voto

A Justiça Eleitoral promete apurar as denúncias de compra de votos abertas contra o candidato a deputado estadual Moacir Iran Nascimento Moraes Filho, o Moa Moraes, do PC do B, que integra a coligação de Helder Barbalho (PMDB). Moraes Filho, do bairro da Marambaia, denunciou que Moa está recolhendo títulos de eleitores em troca de remuneração financeira.

Moa Moraes ocupa o cargo de vereador de Belém, na sua primeira legislatura, e é filho do também vereador Iran Moraes, do PT. De acordo com a moradora do Canal Água

Cristal, na Marambaia, a aposentada Maria das Neves, a assessora de Moa, conhecida na comunidade apenas como Joana, esteve na residência dela para recolher o título de eleitor de toda a família. Ela diz que aguarda o retorno de Joana ou de Nenato, que também é assessor de Moa, para que a transação seja concluída.

Boa parte das ruas da Marambaia, sobretudo nas áreas periféricas do bairro, cartazes do candidato Moa Moraes, dividem espaço com Helder Barbalho. O vereador segue os passos do pai, Iran Moraes, que ocupa uma vaga no legis-

lativo municipal pelo terceiro mandato consecutivo. Iran foi por várias vezes candidato a deputado estadual, porém, nunca alcançou a Assembleia Legislativa do Pará (Alepá). Este ano, a prioridade de Iran foi eleger o filho, após o PC do B ter fechado um acordo com o PMDB. Moa também considerou seu reduto eleitoral os bairros de Val-de-Cães, Guamã, Terra Firme e Tapanã.

De acordo com informações da Justiça Eleitoral, a captação ilícita de sufrágio, popularmente conhecida como compra de votos, é considerada um ilícito eleitoral, passivo

de punições como a cassação do registro ou do diploma do candidato e multa, de acordo com o artigo 41-A da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), e inelegibilidade por oito anos, segundo a alínea "f" de dispositivo do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), com as mudanças feitas pela Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2010).

Os eleitores que verificarem qualquer irregularidade podem ligar para o Disque Denúncia Eleitoral no número 0800 0960 003. O serviço funciona de 8 às 17 horas, e a ligação é gratuita.

JATENE 45

SENADOR QUE O PARÁ PRECISA

SENADOR HELENILSON 555

CPF: 04.029.883.0001-51
VOTO: 106.1.306.01

DEPUTADO ESTADUAL

TEO 36123

JATENE 45

CPF: 20.575.105.0001-06

COMPROMISSO E TRABALHO

POLÍTICA

Horário eleitoral na televisão e no rádio termina hoje. Página 3.

cláudio humberto

Com Ana Paula Letão e Teresa Barros



ch@claudiohumberto.com.br

Delação

A delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa com o Ministério Público Federal prevê a adesão de suas filhas e genros ao mesmo acordo. Eles também são processados no âmbito da Operação Lava Jato e assumiram o compromisso de contar tudo o que sabem. A conta na Suíça, de 23 milhões de dólares, está no nome de Paulo Roberto Costa, de sua mulher, Marici, e da filha Arianna.

Cayman

Costa tem 2,8 milhões de dólares no Royal Bank of Canada em Cayman em nome dos genros Marcio Lewkowicz e Humberto Mesquita.

Rabo preso

O acordo de delação com o MPF livra Paulo Roberto Costa da cadeia, mas o manterá com "rabo preso" à Justiça pelos próximos vinte anos.

Offshores

Além dos valores depositados em contas pessoais na Suíça e em Cayman, Paulo Roberto Costa criou lá fora 12 empresas offshores.

Os anéis

Costa vai indenizar a União em R\$ 5 milhões em 2 meses e entregará à Justiça lancha, imóveis e carro apresentado pelo megadoleiro Youssef.

Adversário

Rival do petista e ex-assistente João Santana, o festejado marqueteiro Duda Mendonça, responsável pela eleição de Lula em 2002, está louco para participar do 2º turno da campanha presidencial. Competente e experiente, Duda - um dos raros absolvidos no caso do mensalão - operou um milagre em São Paulo: fez do empresário Paulo Skaf (PMDB, presidente da Fiesp, um candidato competitivo a governador.

Proeza

Com Duda Mendonça, durante toda a campanha Paulo Skaf se manteve sempre à frente do candidato de Lula, Alexandre Padilha (PT).



Tamos aí

Em eventual segundo turno, Duda Mendonça está disposto a atuar, dizem os amigos, tanto na campanha de Marina quanto na de Aécio.

Magoou

Gilberto Kassab agora se queixa de que o ex-líder José Serra não o procurou para pedir a retirada da sua candidatura ao Senado.

Ela continua pop

Seguidores de Marina no Facebook cresceram quase dois terços, no último mês, em relação a Barack Obama, por exemplo. Entre políticos de todo o mundo, ela só fica atrás do premier da Índia, Narendra Modi.

Padrão Lula

Com a economia de Dilma desengrandando, Lula soltou nova lorota, dizendo que se elegeu "sem pedir votos ao mercado". Não fosse sua "Carta aos brasileiros", com objetivo de acalmar o tal "mercado", hoje ele continuaria sendo mais um mentiroso de porta de sindicato.

“Nós queremos a criminalização de todos os responsáveis”

Aécio Neves (PSDB) sobre o engajamento dos Correios na campanha do PT

Na contramão

Enquanto as "curtidas" de Dilma Rousseff (-5%) e Marina Silva (-18,7%) diminuíram em relação à semana passada, no Facebook, Aécio viu sua popularidade crescer 14,4% no início da tarde de ontem.

Vai ser divertido

Indagada sobre maioridade penal, a favorita ao Senado por Rondônia,hone Cassol, tascou: "Isso é para os juristas (sic) e os ambientalistas (sic)". Dr. Lúydes sempre respondia, ao ouvir queixa sobre a qualidade do Congresso: "Tá achando ruim? Então espere o próximo que vem aí."

Apostas do PTB

O PTB quer aumentar de 18 para 28 o número de deputados federais e manter a bancada no Senado com Fernando Collor (AL), Wilson Santiago (PB), Elmano Férrer (PI) e Mozarildo Cavalcanti (RR).

Corpo mole

Michel Temer teme troco do PMDB em Dilma no 2º turno, cruzando os braços onde a eleição local estiver definida. Rui Falcão, presidente do PT, põe lenha na fogueira. Dilma o detesta, e é correspondida.

Eleições no MP

Os promotores Leonardo Bessa, Diáulias Ribeiro e Carlos Cantarutti estão na lista tripartite ao cargo de procurador-geral de Justiça do Ministério Público do DF. Os nomes serão levados a Dilma.

Bollywood é aqui

Brasília experimenta dias de cidade cinematográfica. Em dois dias teve terrorista de araque e, agora, um tornado. O vendaval "F-0" serviu para a Inframérica justificar a inundação do check-in da TAM.

No palanque

Com o engajamento dos Correios na campanha do PT, o slogan da estatal vai mudar para "Mandou, votou?"

PODERSEMPODOR

Entrevista

Lula sabe lidar com pingüinos. Em agosto de 1989, quando ainda usava roupas comerciais, aguardava o embarque no bar do aeroporto de Brasília quando um homem alcoolizado o reconheceu e puxou papo. Para se livrar dele, Lula fez a festa de um repórter cuja presença até então ele tentava ignorar. Ligo o gravador, que estava sobre o balcão, e se desculpou: - Agora não dá, preciso dar uma entrevista exclusiva ao amigo aqui...

Matéria nº 20

Agredido por seguranças dos Barbalhos

VIOLÊNCIA

Homem estava trabalhando quando foi abordado por três guarda-costas

Um ato de **troucença** de seguranças armados de uma caminhada dos candidatos Elcione e Helder Barbalho, praticado contra um trabalhador autônomo antecorrente, no bairro do Marco, é a nota repulsiva desses dias finais de campanha eleitoral em Belém antes do pleito de 5 de outubro. Rogers Silva



de Alcântara, 40 anos, pedreiro, casado e pai de dois filhos, foi **troucençado** por três seguranças contratados pelo PMDB, de acordo com relato da própria vítima e moradores da área onde ocorreu o fato, logo depois da caminhada partidária, na esquina da passagem José Leal Martins com a travessa Mariz e Barros. A vítima está ainda muito machucada na cabeça e em outras partes do corpo. "Eles me deram uma pisa bem dada", afirmou, ainda revoltado com a atitude dos seguranças. O



Rogers de Alcântara com Boletim de Ocorrência e exame do Centro de Perícias

Agressores estavam em caminhada de Elcione e Helder Barbalho

destacou que "eles (os agressores) estavam trabalhando na passarela da Elcione e do Helder, moradores também reconheceram eles".

O rapaz foi **alvo de socos, chutes, pontapés, joelhadas** e levou uma **coronhada no rosto**, o que provocou a abertura do supercílio direito. "Enquanto eles estavam me batendo eu me lembro de ter dado dois gritos e chamado pela minha mãe. Eu fiquei uns 20 minutos apanhando deles", afirmou Rogers. A vítima contou que caiu por cima dos galhos da árvore e ficou com sua camisa toda suja de sangue e rasgada. Rogers contou que os agressores somente foram embora do local porque moradores daquele perímetro, ao testemunhar o ato de covardia, passaram a gritar.

"Depois que eles foram embora, o que eu sei é que estava tonto, sangrando muito. Quando melhorei, fui na Delegacia do Marco, onde fiz um BO (Boletim de Ocorrência) e, depois, exame de corpo de delito no IML (Centro de Perícias Científicas)", afirmou Rogers. Em seguida, a vítima se dirigiu ao Hospital do Pronto Socorro Municipal da travessa 14 de Marco, no Umarizal, onde foi atendido. "Sinto muitas dores no joelho esquerdo, pé esquerdo, estou com hematomas na cabeça, corte no supercílio direito, dores nas costas e nariz todo arrebentado por dentro". O veículo em que estavam os agressores de Rogers foi identificado como sendo um Sandero com terminação de placa 1358. As afirmações de Rogers foram referendadas pela dona de casa Lene Reis. "Eles perguntaram se ele era o galão da área e passaram a bater nele, bateram muito nele".

PSDB **Pra Frente Pará** **Aécio 45** **MATEUS**

Dep. Estadual **LUTH 45111** **REBELO**

JUVENTUDE, TRABALHO E FÉ PELO PARÁ

caso foi registrado na Delegacia do Marco, relacionado à prática de lesão corporal.

Rogers relatou ontem que por volta das 11h30 de terça-feira, estava cortando uma árvore na frente de uma casa na esquina da José Leal Martins com a Mariz e Barros. "Foi quando eu

vi os três homens passarem a pé pela rua. Depois eles voltaram de carro e quando saíram do veículo foram logo me agredindo", afirmou.

Rogers contou que um dos agressores chegou a dizer para ele: "É tu que é o galão?". O trabalhador autônomo disse

que um dos homens ficou com uma arma na mão olhando a ação dos demais. "Os três estavam armados de pistola", assinalou, Rogers disse: "Um dos homens chegou a bater por três vezes com uma pistola no meu rosto, dizendo 'tu quer morrer?'". O trabalhador

PAIVA & BORGES **ADVOGADOS**

- * Direito Aduaneiro
- * Direito do Trabalho
- * Direito Tributário
- * Direito das Novas Tecnologias
- * Direito Civil
- * Direito do Consumidor
- * Danos Morais

Mário Paiva **Paulo Ivan Borges**
OAB/PA 8.775 **OAB/PA 10.341**

Sociedade inscrita na OAB sob o nº 240

Tv. Frutuoso Guimarães, 300 - Campina - Belém/PA
www.paivaeborges.com.br
secretaria@paivaeborges.com.br

(91) 3323 - 7600

POLÍTICA

Helder foge de confronto

DEBATE

Para não se explicar sobre o pai e mansão, candidato do PMDB se desviou de Jatene

Helder Barbalho, filho do senador Jader Barbalho, candidato do PMDB ao governo do Pará, teve a oportunidade, no debate de ontem à noite na TV Liberal, de discutir o tema corrupção no Pará, mas fugiu de um confronto com o candidato à reeleição, governador Simão Jatene (PSDB), e perguntou ao candidato do PV, José Carlos Lima, sobre tráfico de influência na administração pública.

Provavelmente orientado por seus marqueteiros, Helder Barbalho fugiu de uma discussão sobre o tema corrupção para não ter que explicar o enriquecimento de seu pai, Jader Barbalho, exercendo única e exclusivamente cargos públicos, ou mesmo sobre a mansão de R\$ 6 milhões que comprou no condomínio de luxo Lago Azul, em Ananindeua, à época em que foi prefeito do mesmo município, ganhando salário de R\$ 12 mil por mês.

No primeiro enfrentamento com Simão Jatene no debate, Helder Barbalho não conseguiu explicar como, em oito anos como prefeito de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, deixou tantas obras inacabadas. Jatene citou nominalmente no debate obras inconclusas na gestão de Helder, como o estádio municipal projetado para 25 mil pessoas — que não passa de um **plante branco** —, o mercado municipal, que não saiu da maquete, e o residencial Icuí-Guarará, com recursos garantidos da Caixa Econômica Federal, que virou um monumento ao desperdício de dinheiro público em Ananindeua, com



O jornalista Heraldo Pereira, da TV Globo (à esquerda), foi o mediador do debate na TV Liberal entre os candidatos ao governo do Pará Simão Jatene, Marco Carrera, Zé

centenas de casas de alvenaria abandonadas.

"Investimos R\$ 1,7 milhão e concluímos 26% das obras do estádio", afirmou Helder Barbalho, referindo-se à única arquibancada construída, num estádio superdimensionado para o município e que fica a poucos quilômetros de distância do Estádio Mangueirão, reconhecendo que fez pouco mais de 25% das obras contratadas. "Como governador, vou mandar projeto à Assembleia Legislativa estabelecendo que todas as obras inacabadas têm que ser

concluídas", prometeu.

Inexperiente em debates e sem argumentos, Helder Barbalho desculpou-se sobre as construções inacabadas em Ananindeua, alegando que deixou dinheiro em caixa para a realização das obras e acusou o seu sucessor na prefeitura, Manoel Pioneiro, de ter abandonado as obras para fazer e não fazer.

Confrontado pelo candidato do PV, Zé Carlos Lima, sobre o título ganho por Ananindeua, de ser "o pior município do Brasil em captação de esgoto", Helder Barbalho assegurou que em oito anos fez 67 quilômetros

Estratégia de Jatene foi mostrar fracasso de Helder como prefeito

de redes de esgoto e 67 quilômetros de água encanada, o que é desmentido por levantamentos do Ministério das Cidades, do governo Dilma Rousseff, que aponta Ananindeua como um município com zero em esgoto.

FUGA

O filho de Jader Barbalho tentou fugir de temas espinhosos, como a promessa eleitorista de implantar 200 escolas em tempo integral, para beneficiar 48 mil estu-

dantes, em todos os 144 municípios paraenses. O candidato Simão Jatene perguntou como ele iria construir 200 escolas em tempo integral nos 144 municípios paraenses se em oito anos como prefeito de Ananindeua construiu apenas uma escola, que funciona de forma precária.

"Vamos implantar cursos pré-vestibular em todas as regiões do Estado", disse Helder Barbalho, anunciando a outra de suas promessas mirabolantes.

Visivelmente nervoso, Helder Barbalho disse que a escola em tempo integral que construiu em Ananindeua oferece três refeições diárias às crianças, que entram às sete da manhã e saem às 17 horas. Em sua réplica, Simão Jatene revelou que a escola

construída pelo filho de Jader Barbalho atende apenas 240 crianças e detalhou que no Estado há 10 escolas, atendendo 1.700 alunos, e que a experiência vai ser levada a todas as regiões do Estado.

Temas como a divisão do Estado do Pará, já que Helder Barbalho leva como vice em sua chapa o deputado federal Joaquim de Lira Maia, (DEM), presidente da Frente Pró-Criação do Estado do Tapajós, que defende o retalhamento da região oeste do Pará para a formação da nova unidade federada, e nepotismo — Helder empregou na Prefeitura de Ananindeua a mulher, Daniela, a sogra Maria José e as cunhadas Renata e Izabela — acabaram não sendo tocados no debate de ontem da TV Liberal.

Simão Jatene critica grupos políticos que atuam em benefício próprio

No debate da TV Liberal, o candidato à reeleição Simão Jatene voltou a defender a importância da construção de um novo pacto federativo. Ele lembrou que a gestão do PSDB foi a única a ingressar com ação contra a Lei Kandir e criou a taxa mineral, reações do Estado a esta política centralizadora da União. E destacou que vem tentando construir um grande pacto pelo Pará. "Lamentavelmente, ainda tem grupos políticos neste Estado que só pensam em suas famílias, nos seus projetos particulares, nos seus projetos pessoais e isso dificulta, profundamente, a defesa das grandes causas do Estado", afirmou.

O tema corrupção foi o escolhido pelos candidatos Marco Carrera e Elton Braga no primeiro bloco. Jatene afirmou que a questão ética e, sobretudo, a relação entre ética e política é um dos

grandes desafios no país e que isso que tem levado a sociedade a um grande descrédito diante das instituições, porém assegurou que ao longo da sua vida pública não teve qualquer relação com improbidade. E foi além: "Já lhe disse no outro debate, na verdade, se o senhor precisar e quiser discutir improbidade, o senhor deve direcionar o seu debate para outro lado, que, sem dúvida alguma, tem uma triste história neste Estado", afirmou.

No mesmo bloco, Simão Jatene perguntou ao candidato Helder Barbalho sobre as razões que levaram o candidato a deixar várias obras paradas em Ananindeua na época em que foi prefeito, dentre estas, o estádio municipal, o mercado e a Estação de Tratamento de Esgoto do conjunto Guará. E diante do que lhe pareceu inconsistência da resposta, retru-

cou: "Mais uma vez fora do governo faz-se tudo, fora do governo é diferente, diz que deixou dinheiro para isso e para aquilo, mas o senhor teve oito anos para fazer e não fez".

No segundo bloco, com perguntas sorteadas, o candidato à reeleição respondeu a perguntas sobre turismo e gestão pública, feitas pelos candidatos Zé Carlos e Marco Carrera, respectivamente. Na primeira, destacou obras feitas nas gestões do partido, como Mangal das Garças, Hangar Centro de Convenções e o Complexo Feliz Lusitânia como exemplos de como o governo pode contribuir para que as belezas naturais do Estado possam ser melhor aproveitadas, já em relação à gestão pública e voltou a elencar obras, como a construção dos Hospitais Regionais, como bons exemplos de uma política de regionalização.

Para um próximo governo destacou a continuidade do projeto de expansão dos hospitais, bem como a criação de centros regionais de Governo. E perguntou ao candidato Zé Carlos sobre as políticas culturais.

No terceiro bloco, Simão Jatene respondeu sobre políticas de assistência para drogaditos, ressaltando que optou no atual governo por fortalecer instituições que já tratam desta questão e o fortalecimento dos hospitais de média e alta complexidade. E falou sobre a relação com o Governo Federal na liberação de obras. Ele também elencou investimentos e obras na área do esporte, infraestrutura, programas como o cheque moradia e o Pro Paz.

QUESTIONAMENTO

Já o candidato Helder Barbalho foi confrontado, sobre

tudo, sobre as obras que deixou de ser feitas durante os seus oito anos de gestão em Ananindeua. Durante o debate, em vários momentos, o filho do senador Jader Barbalho recebeu questionamentos sobre a dificuldade da prefeitura de enfrentar problemas como a violência e a falta de saneamento, que colocaram o município como um dos piores índices do país. E elegeu a implantação de escolas em tempo integral como um dos seus principais compromissos de campanha.

Apesar de não explicar como pretende fazer isso, o candidato prometeu criar escolas de tempo integral em todos os municípios, abrindo 48 mil vagas, somando um investimento de R\$ 134 milhões, além de melhorar as escolas de ensino médio, ampliando o leque de formação destas também para o

ensino tecnológico.

Sobre as críticas à gestão em Ananindeua, em todos os casos, o candidato atribuiu a responsabilidade destas questões à falta de continuidade da atual gestão e à dificuldade na parceria com o governo do Estado — no entanto, não respondeu pergunta de Simão Jatene, relacionada a verba repassada a Ananindeua para o asfaltamento de ruas. Helder apontou como solução a aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa do Pará que obrigue a continuidade das obras deixadas pela gestão anterior.

Ao longo dos blocos, apesar de apenas em poucos momentos ter direcionado suas perguntas diretamente ao candidato Simão Jatene, ao fazer perguntas aos demais adversários, direcionou sua artilharia sempre para o que ele considera falhas da atual administração.

Zé Carlos, do PV, usa fala do papa: "o corrupto nunca se sente pecador"

O candidato Zé Carlos, do PV, lembrou, durante sua participação no debate da TV Liberal, a colocação do papa Francisco de que o corrupto nunca se sente pecador para defender, em caso de ser eleito, uma gestão transparente e com controle social. Para Zé Carlos, todas as matérias da gestão públi-

ca devem ser monitoradas pela população, enfatizando que o mercado ilegal no Estado costuma ser maior que o informal e o formal. Destacou que o repasse de recursos entre as esferas de governo tem de ser fiscalizado diuturnamente, sob o risco de os habitantes nos municípios serem penalizados com

situações de improbidade administrativa, resultando na ausência de recursos financeiros para ações estruturais da sociedade, como saúde e educação.

Ao comentar o setor de turismo no Estado, Zé Carlos afirmou que esse segmento econômico, inserido em um contexto global de desen-

volvimento, somente pode ser forte mediante a união de todos os paraenses, em particular da classe política por meio de uma agenda mínima de ações. No campo da cultura, o candidato defendeu uma política de aproximação com os produtores culturais no Estado. "Vamos ouvir as pessoas, os produ-

tores de cultura", destacou. Nesse sentido, Zé Carlos disse que precisam ser ouvidos negros e indígenas e relacionar a cultura à prática educativa.

O candidato Zé Carlos afirmou que a Secretaria de Esporte e Lazer (Seel), em seu governo, priorizará a formação de atletas, inte-

grando os jovens ao esporte. Destacou que a prática esportiva se insere em um contexto de cultura de paz. Zé Carlos destacou que também pretende atuar para resolver demandas de mobilidade e transportes urbanos. "É possível se escolher um outro rumo para o Pará", concluiu o candidato.

Matéria nº 22

Diário do Pará
SABADO, Belém-PA, 25/10/2014

PESQUISA DO INSTITUTO IVEIGA

Helder tem 12,5 pontos de vantagem sobre Jatene

Levando em conta apenas os votos válidos, Helder tem 56,2% das intenções de voto, enquanto Jatene tem 43,7%.

DA REDAÇÃO

O candidato do PT, Helder Barbalho, tem 12,5 pontos de vantagem sobre o governador tucano Simão Jatene, candidato à reeleição, considerando os votos válidos, segundo a nova rodada de pesquisas do Instituto IVEIGA. Considerando os votos válidos, Helder tem 56,2% contra 43,7% das intenções de voto para Jatene. Os votos válidos são calculados descartando os votos brancos e nulos e os indecisos. Os votos válidos são considerados pelo Tribunal Regional Eleitoral para definir o percentual de votos dos candidatos.

Na pesquisa estimulada, o pemedebista atingiu 11,1 pontos de vantagem em relação a Jatene. Os dados mostram que Helder Barbalho tem 49,8% das intenções de voto, enquanto Jatene acumula 38,7%. Os votos brancos e nulos somam 6% e 5,6% não responderam. Na pesquisa estimulada, os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados para que façam a sua escolha.

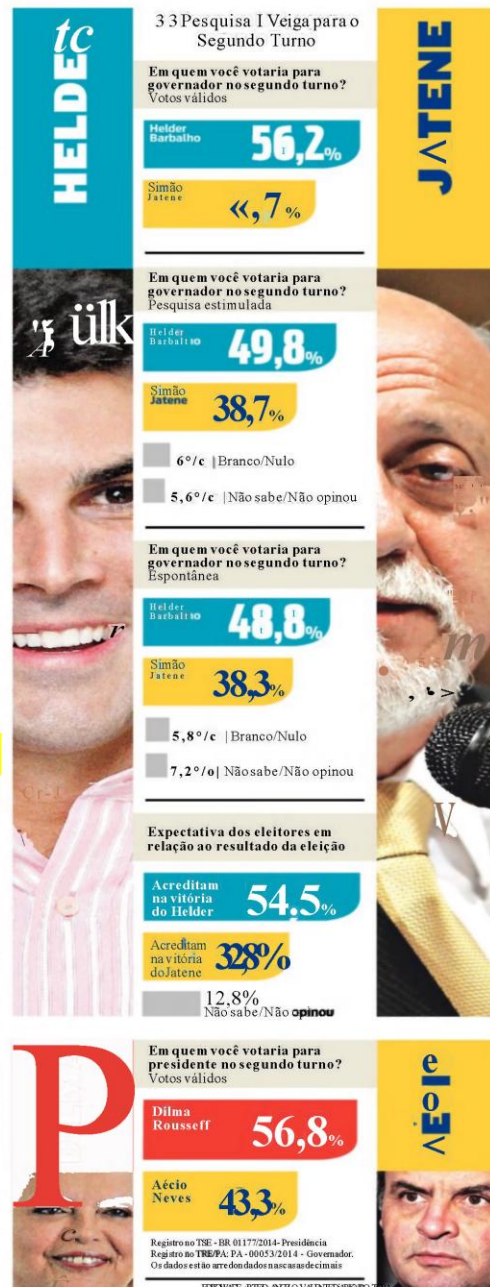
Na pesquisa espontânea — quando o eleitor precisa lembrar do nome dos candidatos —, Helder também lidera. Nesse caso, Helder tem 48,8% e Jatene, 38,3%. Os brancos e nulos somaram 5,8% e os indecisos não responderam ou não opinaram. Na pesquisa espontânea, os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados para que façam a sua escolha.

O IVEIGA ouviu 2 mil eleitores entre os dias 20 e 24 de outubro nos municípios de Santarém, Monte Alegre, Breves, Portel, Afã, Muaná, Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Cametá, Bragança, Capangema, Moju, Igarapé-Miri, Tomé-Açu, Acará, Viseu, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Paragominas, Redenção, Itaituba e Altamira.

A pesquisa está registrada no TRE com o número 00053/2014. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. O IVEIGA é coordenado pelo cientista político Edir Veiga e foi o primeiro a apurar os resultados das eleições no primeiro turno desde o início da campanha eleitoral deste ano.

PRESIDÊNCIA

A candidata à reeleição Dilma Rousseff também lidera a corrida eleitoral no Pará. Levando em conta apenas os votos válidos, Dilma aparece com 56,8% das intenções de voto. O adversário, o tucano Aécio Neves, tem 43,3%.



POLÍTICA A3

RD REPÓRTER DIÁRIO

Seja qual for o veredito das urnas de amanhã e caso não seja contido, Simão Jatene ainda terá tempo até dezembro para apresentar uma "boa" para oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Ele poderá encaminhar à aprovação de Al. um projeto de lei extinguindo o adicional de inatividade de 35%. Significa que aqueles que pretendem ir para a reserva terão os salários diminuídos, por alegada injusta Lei de Responsabilidade Fiscal. O medo se espalhou na tropa com o susto de muitos. Há oficiais e praças com pedido pronto para a reserva por causa da tanga.

Deleta

A subprocuradora-geral de Justiça da área Jurídico-Institucional, no exercício da chefia do Ministério Público, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, determinou ontem a imediata retirada do site da instituição de matéria distribuída pelo jornal "Estado de São Paulo" com críticas ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma Rousseff por "deixar de usar R\$ 131 milhões" dos recursos da saúde entre 2003 e 2011. A crítica sobre o uso do site do MP para divulgação de conteúdo de natureza eleitoral foi feita ontem pela coluna.

Verdade

Segundo a subprocuradora de Justiça, que advertiu a assessoria de imprensa a abster-se de reproduzir no site do MP matérias jornalísticas que possam induzir a "interpretações diversas", a supressão do conteúdo do jornal paulista aconteceu logo logo ela identificou ontem pela manhã a veracidade da crítica da coluna. Mendo lembrou em nota que o MP "é instituição permanentemente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais".

Assalto

Os medos dos guardas municipais de Belém avisaram ao comandante da corporação, mas não foram ouvidos. Dito e feito. Ontem, bandidos disfarçados de garis invadiram a Escola Municipal Parque Amazônia, na Terra Firme. No assalto, três guardas sofreram agressões e perderam dois revólveres 38 e dois coletes à prova de bala. Com 23 anos de existência, a Guarda Municipal, inaugurada em setembro de 1991, enfrenta a pior etapa de sua história, segundo reclamam guardas mais experientes e revoltados com a cúpula.

Jogo sujo

Gorde do Auri, vereador de Ananindeua e que já foi preso acusado de tráfico de drogas, mandou comprar centenas de camisetas azuis para serem usadas no dia da eleição. Ao contrário do que se pensa, Gorde do Auri, aliado de Simão Jatene, não aderiu à candidatura de Helder. Pelo contrário. O plano, típico de gangsteres, é forjar flagrantes de compra de votos e distribuição de dinheiro por pessoas que aparentemente fazem campanha por Helder, para prejudicá-lo, mas na verdade está a serviço de outra candidatura. Tudo patrocinado e arquitetado por ele e com apoio da polícia local.

Itaituba

A Associação dos Terminais Portuários da Hidrovia do Tapajós entregou à prefeitura de Itaituba na quinta-feira os primeiros compromissos da agenda mínima de investimentos para fomentar o desenvolvimento do município. Foram entregues os equipamentos para aparelhamento do Hospital Municipal, uma ambulância para atendimento da população ribeirinha e semáforos para sinalização do trânsito nas ruas centrais da cidade. No mesmo ato, foi assinada ordem de serviço para construção do ginásio de esportes de Miratuba.

LINHA DIRETA

Um programa leve, com emoção e dedicação aos eleitores marcou ontem a despedida do programa de coligação "Todos pelo Pará" do horário político de 2014. A edição viajou por todos os regiões do Estado, visitadas pelo candidato pemedebista Helder Barbalho.

O funcionalismo público do Pará vai às urnas amanhã de boicote. O pagamento da folha só começa segunda-feira. Metade da mão de obra estatal e últimos no cronograma do governo estadual, os servidores da Seduc só verão a cor desse dinheiro no dia 31.

A Comissão de Defesa de Direitos e

Prerrogativas da OAB montou plantão para atender os advogados amanhã durante a votação do segundo turno das eleições 2014 no Pará. A comissão está no OAB de 17h e pode também ser acionada pelo número 0800 723 6422.

Usuários apontam desuso do programa Ação Metrópole, do governo tucano, que fez sinalização luminosa após o pequeno viaduto da Avenida Centenário, mas esqueceu de afixar uma simples placa de advertência para avisar o estreitamento de pista à frente.

Consequência: os motoristas que andam na faixa da esquerda, que vai da Júlio César Augusto Montenegro, se encurram em cima e são obrigados a fazer manobra à direita perigosa. Detran, Semob e PM sempre circulam pelo perímetro, mas só para fazer o controle blitz.

A prefeita Romana Reis (PT), de Augusto Corrêa, reformou escolas para instalação de ar-condicionado e até comprou um transformador e material para as ligações. O problema agora é um ad: a Celpa aumentar a capacidade de energia para a central enfim funcionar.

O setor mineral, seus desafios e possibilidades são tema do 46 Congresso de Mineração da Amazônia, em novembro, na Ilha do Arapari. O advogado Fernando Sciff mediará o evento, que terá 30 especialistas para ministrar palestras, painéis, minicursos e workshops.

Matéria nº 23

A4 POLÍTICA

CORRUPÇÃO E COMPRA DE VOTOS

MP investiga uso do Cheque Moradia nas eleições

Desvios do programa à véspera do pleito, com claros fins eleitorais, já ganharam a atenção do Ministério Público Eleitoral e ameaçam o futuro do candidato à reeleição

DA REDAÇÃO

Nunca o uso da máquina pública em favor de um candidato foi tão descaradamente ampliado nas eleições gerais como no pleito de 2014 no Pará, que ficará marcado como a "eleição do Cheque Moradia", programa social que tornou-se como nunca a recandidatura do governador Simão Jatene (PSDB) por todo o Estado.

Folhas de cheque do programa foram distribuídas a todos os beneficiários do programa - que, em vez de comprar material de construção para reformarem seus imóveis, os trocavam por dinheiro vivo com deságio nos estabelecimentos participantes do esquema. Centenas de fiscais da Companhia de Habitação do Estado (Cohab) e lideranças comunitárias que cadastravam os beneficiários também pegavam suas próprias em cheques.

A ação, porém, chamou a atenção do Ministério Público Federal, que, através do Procurador Regional Eleitoral Alan Rogério Mansur Silva propôs na Corregedoria Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) que o candidato preparatório de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) contra o governador recandidato Simão Jatene, José Cruz Marinho, candidato na chapa a vice-governador; João Hugo Barral, presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab); Cláudia Zaidan, diretora da Cohab e Sônia Massoud coordenadora do programa Cheque Moradia junto a lideranças comunitárias dos bairros de Belém, solicitando a distribuição e pagamento do Cheque Moradia até o dia 29/10, restando a inexistência e equilíbrio do pleito.

A ação objetiva reprimir atos de abuso de poder político praticados pelos candidatos Simão Jatene e Zequinha Marinho em benefício das suas candidaturas. "O índice de abuso é perpetrado através do uso do programa Cheque Moradia, de seu governo, com a finalidade de obter votos para a sua candidatura à reeleição, prejudicando a normalidade e a legalidade das eleições", diz Alan Mansur.

denúncias foram feitas por servidores da própria Cohab, revoltados com o desvirtuamento daquele que seria um importante programa social e está sendo usado descaradamente como máquina de ganhar votos e de desvio de recursos públicos.

EM CAMPANHA

A concessão do benefício atropela todos os trâmites legais que norteiam o programa. A primeira parcela do carne foi em até 48 horas após o pedido ser cadastrado e há casos em que muitos saem em 24 horas mesmo. Os valores dos cheques variam de R\$ 2 mil a R\$ 14.100, mas a corrida eleitoral fez com que nas últimas semanas o menor valor fosse de R\$ 10 mil.

Fontes de dentro da campanha revelaram, que em três meses, a Cohab vem liberando milhares de Cheques Moradia. A meta era que até a última sexta, dois dias antes da eleição, mais 35 mil novos cheques fossem entregues. Na antevéspera da eleição para o primeiro turno (sexta-feira, dia 3), servidores viraram a madrugada de sábado para entregar três mil cheques antes da votação no domingo. Tão logo a Cohab libera os cheques, os centros comunitários e as associações convocam os beneficiários para a entrega num local escolhido previamente acordado, na presença de funcionários e aliados do candidato Simão Jatene.

PERDA DE MANDATO

Nos últimos dias, após as denúncias do DIÁRIO, houve a descentralização da entrega dos cheques: eles passaram a ser distribuídos em vários pontos da região metropolitana para não levantar suspeitas. Se foi comprovado o uso do programa para fins eleitorais, Simão Jatene pode ser enquadrado por conduta vedada (uso da máquina), o que pode levar à perda do mandato caso seja eleito.

Indício de abuso é perpetrado através do uso do programa Cheque Moradia, de seu governo, com a finalidade de obter votos para a sua candidatura à reeleição, prejudicando a normalidade e a legalidade das eleições", diz Alan Mansur.

ESQUEMA DE CORRUPÇÃO NA COHAB

QUEM É QUEM NO ESQUEMA DO CHEQUE MORADIA

- Noémia Jacob
 - Ex-presidente da Cohab, hoje prefeita de Caspary;
 - Foi mentora do programa Cheque Moradia;
 - Funcionária de carreira da Caixa Econômica Federal.
- João Hugo Barral
 - Atual presidente da Cohab;
 - Funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal.
- Cláudia Zaidan
 - Diretora da Cohab;
 - Arquiteta que veio da Secretaria de Educação (Seduc).
- Lucilene Bastos Farinha
 - Diretora na Cohab;
 - Os BRACOS DE JATENE
- Mônica Dantas Coutinho
 - Diretora administrativo-financeira do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito Credenciado;
 - Eli entre a Cohab e o gabinete de Jatene.
- Sônia Massoud
 - Coordenação do Cheque Moradia junto às lideranças comunitárias dos vários bairros de Belém.

Propinas e desvios ganham o interior

Foram inúmeras as denúncias recebidas pelo jornal. No município de Igarapé Miri, região do Baixo Tocantins, por exemplo, sob a condenação do deputado tucano Italo Macola, as informações eram de que cerca de mil pessoas receberam os cheques dia 22. A distribuição ocorreu na escola Professor Manoel Antônio de Castro, em frente à delegacia da cidade.

Macola, que não conseguiu se reeleger deputado estadual, tem estreita ligação com o prefeito cassado Allison Santa Maria do Amaral (DEM), mais conhecido como "Pé de Boto", aliado de primeira hora do recandidato Simão Jatene e coordenador da campanha do PSDB na região. "Pé de Boto" foi afastado do cargo sob denúncias de fraudes em processos licitatórios na prefeitura municipal, tráfico de drogas e participação em grupo de extermínio.

O cadastramento das pessoas e a entrega dos cheques foi feito pelos profes-

res Duval (diretor da escola) e Eliana (secretária do PSDB no município), e por Dilza Pantoja, ex-prefeita de Igarapé Miri, condenada por improbidade administrativa e hoje respondendo a processo na vara federal penal. No domingo passado o DIÁRIO mostrou que uso eleitoral do Cheque Moradia, que deveria melhorar a vida da população através da construção, ampliação ou melhoria das casas dos beneficiários, continuou por completo o programa. Em Ponta de Pedras o programa ludibriou centenas de famílias e frustrou o sonho da casa própria.

O governador Simão Jatene e a sua correligionária e prefeita de Ponta de Pedras, Cassius Castro (PSDB) entregaram dezenas de Cheques Moradia a famílias carentes da cidade no valor de R\$ 846. Hoje, seis meses depois, várias famílias denunciaram várias irregularidades cometidas pelo governo do Estado, através da Companhia de Habitação do Pará (Cohab)

que, além de não construir e reformar ainda sumiu com a maior parte do material que deveria ser utilizado nas obras das residências.

FORA DE CONTROLE

Na verdade acabou por se revelar um grande esquema onde intermediários recolhiam os cheques dos beneficiários após os mesmos terem sido distribuídos e os repassavam para a prefeitura que, de maneira totalmente ilegal, acabou por repassar parte do material fornecido, comprado na empresa Quaresma Construções e Comércio, localizada na Estrada da Providência, na Cidade Nova II, em Ananindeua.

O DIÁRIO recebeu a informação que do total de cheques entregues, a maioria ficou com a prefeita e o restante com o vice-prefeito, que é dono de uma residência no município, caindo por terra a alegação da prefeita de que não existiam empresas capazes de trocar o cheque em Ponta de

Pedras. Como não receberam o combinado, a maioria dos beneficiários acabou vendendo o pouco material recebido por um valor bem abaixo do mercado.

Lideranças comunitárias também estão se aproveitando do de famílias que solicitam o cadastramento no Cheque Moradia para garantir nos seus bolsos uma boa quantidade em dinheiro que vem nas parcelas do cheque. Alguns deles estariam cobrando até R\$ 2 mil de comissão. As famílias que aderem ao pagamento do líder recebem o cheque quase que imediatamente, enquanto aquelas que se nega a pagar aguarda há mais de um ano pelo benefício. Muitas pessoas foram surpreendidas no momento em que receberam o cheque, já que algumas não sabiam que deveriam fazer o pagamento dessa quantia. Quando ficam sabendo que a prefeitura está indo receber o cheque as "lideranças" ficam na porta da Cohab aguardando para fazer a cobrança.

Diário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 26/10/2014

Matéria nº 24

A8 PARÁ

"ESSE DINHEIRINHO DELES"

MP já apura contratos de Beto Jatene com o Estado

Ministério Público, através do promotor Armando Brasil e do procurador Nelson Medrado, já têm em mãos os contratos entre a PM e Bombeiros com os postos do filho do governador

DA REDAÇÃO

Já está em poder do Ministério Público Estadual os contratos assinados entre a distribuidora de combustíveis Equador e a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para abastecimento da frota de veículos dos dois órgãos públicos. Os contratos serão auditados por equipes do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção.

A Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo foi contratada pelo Estado após vencer uma tomada de preços para o fornecimento de combustíveis. Pelo contrato, a empresa emite cartões (Barridos de Petrocard) que são usados na rede credenciada. O Estado paga à Equador, que repassa o dinheiro aos postos. Entre os credenciados estão estabelecimentos que pertencem a Alberto (Beto) Lima da Silva Jatene, filho do governador do Pará, Simão Jatene.

O procurador Nelson Medrado e o promotor militar Armando Brasil, que comandam as investigações, não falam sobre o andamento do trabalho, mas fontes da Polícia Militar afirmam que há fortes indícios de favorecimento aos postos de Beto Jatene, filho do governador. Segundo o documento, os estabelecimentos do filho do governador podem ter faturado mais de R\$ 20 milhões com as vendas à PM e ao Corpo de Bombeiros.

CERTIDÕES

No programa eleitoral, o candidato Simão Jatene chegou a negar que os postos fossem propriedade do filho, mas não negou a relação de Beto com o abastecimento de carros do estado. De acordo com a propaganda eleitoral, Beto teria "apenas arrendado" os estabelecimentos. Mas não é o que revelam documentos da Junta Comercial do Pará (Jucepa), cujas cópias estão em poder do DIÁRIO.

Entre esses documentos há, por exemplo, o que trata da alteração contratual do Posto Girassol Ltda. Nela, há o registro da entrada de novos sócios, entre eles Beto Jatene. O documento é de 1º de março de 2011, exatamente dois meses após o pai do empresário ter assumido o governo do Estado.

Mesmo com a intermediação da distribuidora Equador, não vai ser fácil para o atual governo explicar o favorecimento aos postos do filho do governador. Afinal, é difícil aceitar que, entre tantos estabelecimentos tradicionais no Estado, a Equador, empresa que, segundo registros, tem origem em Pernambuco, tenha escolhido credenciar os postos do filho de Jatene e supostamente sem qualquer interferência do alto escalão do governo.

Caso fique comprovado favorecimento apontado nos

contratos já em análise, os responsáveis pelo contrato poderão ser indicados por crime de improbidade administrativa e podem ter que devolver os recursos consumidos no negócio para os cofres públicos.

NEGÓCIOS COM O DINHEIRO PÚBLICO

Beto Jatene começou a atuar no mercado de combustíveis em 2006, ainda no primeiro mandato do pai, Simão Jatene. O primeiro posto comprado por ele foi o Verdão (travessa Doutor Freitas, 1546, bairro da Pedreira). Nos documentos em poder do DIÁRIO, o Verdão aparece na lista de estabelecimentos onde os carros do governo abastecem, entre eles, os da PM e dos Bombeiros.

Nessa operação, a transferência de capital do Verdão para Alberto Jatene e mais três sócios teria custado R\$ 25 mil, enquanto a receita líquida do Verdão naquele ano foi de R\$ 7,9 milhões.

Em abril de 2012, após várias alterações contratuais e já no segundo governo Jatene, o Verdão passou a pertencer a apenas dois sócios: Beto Jatene e Eduardo Simões Araújo. O segundo posto de Beto foi o Umarizal (Jerônimo Pimentel, 651, Umarizal), adquirido em março de 2007, três meses depois que o governador Jatene deixou o governo. A transferência de quotas do posto Umarizal custou R\$ 80 mil. O capital ficou dividido entre Eduardo Araújo (R\$ 26.400); Beto Jatene (R\$ 26.800) e Ricardo Augusto Garcia Souza, (R\$ 26.800). Ricardo é marido de Izabela Jatene, a outra filha do governador. Segundo o Serasa, o Umarizal fatura R\$ 8,9 milhões anuais.

O terceiro posto, o Girassol, na Augusto Montenegro, foi comprado em março de 2011. A transferência de quotas para três sócios teria ficado em apenas R\$ 50 mil, apesar do faturamento estimado em R\$ 3,8 milhões anuais. Em 16 de novembro de 2012, o Girassol passou a pertencer apenas a Beto Jatene (com R\$ 16.665 das quotas) e Eduardo Simões Araújo (R\$ 33.335).

Não será fácil explicar o favorecimento aos postos do filho do governador. Caso fique comprovado favorecimento, os responsáveis podem ser indicados por crime de improbidade administrativa"

NEGÓCIOS DA CHINA: TUDO EM CASA COM O DINHEIRO PÚBLICO



A PREÇO DE BANANA
Beto Jatene (foto) diz que comprou seus três postos por R\$ 155,4 mil, quando os preços praticados no mercado de postos de gasolina em Belém variam de R\$ 3,5 milhões a R\$ 6 milhões.

SOCIEDADE EM FAMÍLIA
Entre os sócios dos postos de gasolina de Beto Jatene estão o assessor especial Eduardo Simões Araújo, que atua na Casa Civil com salário de R\$ 3 mil, e Ricardo Souza, marido de Izabela Jatene.



*VENDO POSTO DE GASOLINA, NA DOCA DE SOUZA FRANCO, BANDEIRAS P O V.

VENDO POSTO DE GASOLINA, NA DOCA DE SOUZA FRANCO, BANDEIRAS P O V. O POSTO TEM 10 TANQUES DE 30.000 LITROS, LOJA DE CONVENIÊNCIA, LAVAGEM E JET OIL. O VALOR DO INVESTIMENTO É DE R\$ 3.000.000,00. O POSTO TEM 10 TANQUES DE 30.000 LITROS, LOJA DE CONVENIÊNCIA, LAVAGEM E JET OIL. O VALOR DO INVESTIMENTO É DE R\$ 3.000.000,00.

Posto a venda
Belém PA. Posto de gasolina em Belém, completo e adequado.

Possui 4 b. Valor do investimento: 3.000.000,00.

duplas, dois tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil.

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

Área de 2.000 m².

BETO JATENE É DONO DE POSTOS QUE ABASTECEM O ESTADO

Documentos da Junta Comercial do Pará atestam: filho do governador Jatene é sócio dos três postos. Pelo menos dois abastecem carros oficiais. Já admitiu publicamente o próprio governo do Estado.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Verdão, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Umarizal, área de 2.000 m², com 10 tanques de 30.000 litros, loja de conveniência, lavagem e Jet Oil. O valor do investimento é de R\$ 3.000.000,00.

Posto Girassol, área de

Matéria nº 25

A12 POLÍTICA

Diário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 26/10/2014

OUTRAS PRIORIDADES

Jatene gasta R\$ 170 milhões com propaganda

Entre os "sortudos" agraciados com dinheiro dos cofres públicos estão os irmãos Malorana, fiéis aliados

DA REDACÇÃO

governador Simão Jatene deverá gastar em propaganda, até o final deste seu segundo governo, mais de **R\$ 170 milhões**. Entre janeiro de 2011 e o mês passado, a propaganda de Jatene já custou mais de **R\$ 145,7 milhões**. No neste ano eleitoral, a Secretaria de Comunicação e alguns órgãos da administração indireta torrarão em propaganda, até setembro, mais de **R\$ 10 milhões**, o que equivale a uma média mensal de quase **R\$ 3,6 milhões** – e sinaliza a possibilidade de gastos superiores a **R\$ 10 milhões**, entre outubro e dezembro. As despesas desses órgãos da administração indireta não são, porém, as verbas de propaganda do Banco do Esta-

do do Pará (Banpará), que deverão atingir, desde 2011 e até dezembro deste ano, cerca de R\$ 14 milhões. Os números são do portal da Transparência, do Diário Oficial e dos balanços gerais do Estado.

Esses R\$ 170 milhões da propaganda de Jatene equivalem a dois anos e meio do ICMS (o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços), repassado pelo governo dele, no ano passado, à Ananindeua, o segundo maior município paraense, com quase 500 mil habitantes, e que recebeu desse imposto, em 2013, menos de R\$ 65 milhões. Equivalem, ainda, a quase 71anos do ICMS repassado a Melgaço (R\$ 2,4 milhões), município de quase 26 mil habitantes, que possui o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil.

Na verdade, dos 144 municípios paraenses, só Belém e Parauapebas receberam, no ano passado, um ICMS superior a esses R\$ 170 milhões que Jatene vem torrando em propaganda. O município de Marabá, com mais de 251 mil habitantes, recebeu de ICMS pouco mais de R\$ 77 milhões. Santarém, com mais de 288 mil habitantes, recebeu R\$ 31,1 milhões. Tucuruí, com mais de 103 mil habitantes, recebeu R\$ 71,2 milhões. Castanhal, com cerca de 184 mil habitantes, recebeu R\$ 28,7 milhões.

Mas não é só o ICMS repassado aos municípios paraenses que perde de lavada para os gastos em propaganda de Jatene: perdem, também, as obras e serviços que poderiam melhorar a qualidade de vida da população. Esses R\$ 170 milhões representam,

por este valor, cinco vezes o valor investido na construção do Hospital Metropolitano, em Ananindeua. E dariam, também, para a equipe quase 600 mil centavos de propina, em dez prestações, nos meses passados (R\$ 298,6 mil).

Mais grave, porém, é que toda essa montanha de dinheiro seria usada para financiar milhões de paragens, vem beneficiando apenas uns poucos: metade desses R\$ 170 milhões está sendo entregue à Griffo, Bonfatti e Jornalismo, a empresa que detém a maior fatia da conta de propaganda do Governo. A empresa pertence ao publicitário Orlando Griffo, marqueteiro da campanha eleitoral de Jatene e de todos os governos tucanos. Orly, aliás, foi também o marqueteiro da campanha de 1994 de Collor e Coutinho, que se elegeu

prefeito de Belém, em 2012. E desde o ano passado a Prefeitura de Belém já repassou à Griffo cerca de R\$ 16 milhões – diz o portal de Transparência municipal. Segundo o Griffo, o motivo o que aconteceu depois que toda essa montanha de dinheiro entra nos cofres da Griffo. Em tese, porém, a empresa não deveria receber um percentual desse dinheiro. O restante é repassado aos veículos de comunicação que exibem publicidade no veículo. Trata-se de uma triangulação para impedir que a população tome conhecimento, através do portal de transparência, de quem recebe o dinheiro. Alguns desses veículos, como é o caso daqueles que pertencem às Organizações Rômulo Maitreiros (ORM), que são controladas pelos militares do Governo. Entretanto,

EM NÚMEROS

4 anos

Nesse período, o governo vai torrar nada menos do que R\$ 170 milhões só em propaganda, segundo dados do Portal da Transparência.

Marqueteiro fatura alto com tucanos

DA REDACÇÃO

Nem sempre, porém, gastou-se tanto em propaganda no estado do Pará. Segundo o Balanço Geral do Estado mais antigo que está no site da Secretaria da Fazenda (Sefa), as despesas do Executivo com "publicidade oficial" somaram R\$ 64 milhões, em 1996. Mas já em 1997, no terceiro ano de governos tucanos, veio o primeiro grande salto: a "divulgação oficial" do Executivo consumiu mais de R\$ 10,3 milhões. De lá para cá, a montanha do dinheiro torrado em propaganda nunca mais parou de crescer. E só neste ano, como você já viu acima, é

grande a possibilidade que essa despesa atinja mais de R\$ 42 milhões – apenas do Executivo e de parte da administração indireta, sem incluir o Legislativo.

O crescimento dos gastos em propaganda nos governos tucanos é uma contradição escandalosa em relação ao atraso que tomou conta do Pará. Enquanto cresciam essas despesas, o Pará verdadeiro, sem maquiagem, rolava ladeira abaixo em todos os indicadores sociais. Em 2000, ele já havia caído do 17º para o 19º lugar no ranking do IDHM do Brasil. No ano passado, já amargava o 24º lugar no IDHM, empatado com o Piauí e à frente apenas do



Pública Estadual já investiga os contratos milionários da propaganda de Jatene. As denúncias mostraram que, desde que os tucanos chegaram ao poder, foram usados da década de 1990, a Griffô ganhou todas as licitações dos governantes tucanos. O contrato eleitoral comandado por Orly Bezerra. A Griffô também detém a conta de propaganda da Banpará, que chegou a pagar mais de um ano em 2011, mas foi sendo ativada até chegar a R\$ 3,5 milhões no ano passado. O contrato da Banpará, por outro lado, foi dividido entre a Griffô e mais uma empresa, é de R\$ 8 milhões anuais.

Detalhe a Griffô conta com o apoio decisivo do Governo neste ano eleitoral, apesar de o dono dela, Orly Bezerra, comandante da campanha eleitoral de Jatene, como se pode ver na Nota de Empenho extraída pelo DIÁRIO da porta da



Rominho Maiorana Junior, do grupo Liberal, é o principal contemplado com a generosa verba publicitária de latência.



O dono da Griffo e marqueteiro tucano Orly Bezerra tem alferido bons lucros com os governos do PSDB desde os anos 90

RESUMO

VEJA O ICMS REPASSADO PELO GOVERNO DO ESTADO A ALGUNS MUNICÍPIOS PARAENSES EM 2013:

Ananindeua (493.976 habitantes): R\$ 64.144.332,00
Castanhal (183.917 habitantes): R\$ 28.704.588,58
Marabá (251.885 habitantes): R\$ 77.133.559,24
Santarém (288.462 habitantes): R\$ 31.591.083,53
Tucuruí (103.619 habitantes): R\$ 71.200.208,52
Melgar (25.860 habitantes o pior IDH-M do Brasil): R\$ 2.405.412,46

E veja os gastos em propaganda de Jatene ano a ano. Os números são dos balanços gerais do Estado e do portal da transparência e foram atualizados pelo IPCA - E do mês passado. Note que eles não incluem a propaganda do Banpará, Cosanpa, Loterpa, Juçepa, Propepa, Ceasa e CDI, entre outros órgãos da administração indireta:

2011
Valor histórico: R\$ 25.611.330,70
Valor atualizado: R\$ 30.197.743,77

Valor atualizado: R\$ 50.197.743,77
2012
 Valor histórico: R\$ 38.354.322,58
 Valor atualizado: R\$ 42.808.525,12

Valor atualizado: R\$ 42.808.323,
2013
Valor histórico: R\$ 38.376.850,57
Valor atualizado: R\$ 40.491.219,3

Até setembro: R\$ 32.264.901,14

[illegible]

A Griffo, de Orly Bezerra, faturou em plena época de eleição, segundo documentos acima.

Matéria nº 26

A14 BELÉMDiário do Pará
DOMINGO, Belém, PA, 26/10/2014

SEMPRE NOS PIORES RANKINGS

Jatene deixa Pará nos piores rankings

Belém é uma das piores capitais em abastecimento de água. Seja em Educação, Saneamento, Segurança Pública e Saúde, o Estado só tem apresentado números lastimáveis em pesquisas feitas em todo o país

LUÍZA MELLO
De Brasília

Nos últimos anos o Estado do Pará tem amargado resultados negativos em todos os setores. Difícil encontrar um ranking positivo que coloque o Pará em destaque entre os primeiros colocados. Apesar de ser um dos estados mais ricos

em recursos hídricos e minerais, é um dos mais pobres do Brasil em desenvolvimento econômico e social. O gráfico sobre a capacidade do Estado atrair investimentos, por exemplo, mostra que, há três anos o Pará permanece na 19ª posição entre os estados brasileiros e o Distrito Federal, ficando atrás da Paraíba, Alagoas, Mato Grosso e Sergipe. Infraestrutura e recursos humanos receberam as piores avaliações da consultoria britânica Economist Intelligent Unit (EIU).

O Produto Interno Bruto do Pará (PIB) é o 12º na escala das unidades federativas brasileiras, representando 2,1% de participação no PIB nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB per capita (por população) é o 8º mais baixo do Brasil, ficando atrás apenas de Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Alagoas, Maranhão e Piauí.



Entre os piores índices, está o de saneamento: apenas 6,8% do Estado tem rede de esgoto

Mas, apesar de ter números maiores no PIB per capita, o Pará perde para os cinco estados que estão abaixo neste ranking: é o pior entre os seis em infraestrutura e o terceiro pior em recursos humanos. No quesito inovação tecnológica é também o pior quando comparados o Pará, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Alagoas.

O ranking de competitividade entre os estados brasileiros elaborado pelo Economist Intelligent Unit, feito em parceria com o Centro de Liderança Pública (CLP) analisa os estados segundo o ambiente político, econômico, infraestrutura, regulação, recursos humanos, crimina-

lidade, inovação e sustentabilidade. O período pesquisado foi de abril de 2013 a abril deste ano. O objetivo do estudo é ajudar a balizar os administradores públicos, para que promovam as reformas necessárias para atrair investimentos estrangeiros e nacionais.

O ranking apresenta um modelo de pontuação dinâmico, construído a partir de 26 indicadores, que medem atributos específicos do ambiente operacional de negócios em 26 estados e no Distrito Federal. Cada estado recebe uma nota que vai de 0 a 100. A nota do Pará foi de 33,2. Bahia, Alagoas 34,1; Ceará 41,1; e Paraíba 33,3.

PÓS-GRADUAÇÃO NASSAU

CURSOS:

- MBA em Gestão Empresarial
- MBA em Gestão de Pessoas
- MBA em Gestão de Saúde
- Especialização em Direito Penal e Processo Penal
- Especialização em Docência do Ensino Superior
- Especialização em Direito Material e Processo do Trabalho

SÃO MARCELO CROSCHIO: 0800-8-1010000

EM LUIZ VASCONCELOS, CUIABÁ NO SE

Facebook: NassauNassau @FNassau

WWW.FNASSAU.EDU.BR

asp@nassau.br

Mais informações: (08) 31039121/3106000

Conte com o
financiamento
do EDUCRED

MAURICIO DE NASSAU
Diretor Geral do Curso

MAURICIO DE NASSAU
Diretor Geral do Curso

MAURICIO DE NASSAU
Diretor Geral do Curso

VIDA Saudável

VENCENDO O PRECONCEITO

Dor e sensação de choque, fisgadas e agulhadas ao longo dos nervos de braços e pernas, inchaço de mãos e pés, úlceras, nódulos no corpo, febre, sangramento, edemas e um mal estar geral. Nenhum desses sintomas é maior do que a principal queixa apresentada pelo portador de Hanseníase: o preconceito.

Ao longo da história, a hanseníase, também conhecida como lepra, marcou profundamente a vida de doentes e se tornou uma das moléstias mais estigmatizantes. Apesar do preconceito, é importante esclarecer que a doença, causada por um bacilo, é igual a tantas outras provocadas por bactérias.

Basicamente, a hanseníase é uma doença cutânea, que pode afetar os olhos também e os nervos periféricos. A transmissão se dá pela secreção e pelo ar que saem das vias aéreas superiores e por gotículas de saliva, mas é necessário um contato realmente muito íntimo. Na realidade, a doença é pouco contagiosa e sua instalação e desenvolvimento dependem da resposta do organismo invadido.

Uma vez no organismo, a bactéria desencadeia uma luta com o sistema de defesa. Após um período de incubação prolongado, de seis meses a seis anos, o indivíduo poderá desenvolver a hanseníase.

A hanseníase NÃO transmite por:

- Copos, pratos e talheres, portanto não há necessidade de separar utensílios domésticos da pessoa com hanseníase;
- Assentos como cadeiras e bancos;
- Apertos de mão, abraços, beijos e contatos



rápidos em transporte coletivos ou serviços de saúde;

- Picada de inseto;
- Relação sexual;
- Aleitamento materno;
- Doação de sangue;
- Herança genética ou congênita (gravidez).

Tratamento

O tratamento é ambulatorial, com doses mensais supervisionadas administradas na unidade de saúde e doses autoadministradas no domicílio.

Prevenção

Não existe receita pronta. Manter a saúde em dia é a única forma de prevenção. Alimentar-se corretamente, praticar atividade física, manter as melhores condições de higiene ajudam a afastar a doença, pois, caso haja contato com a bactéria, o organismo poderá combatê-la.

Família e pessoas próximas a um doente devem procurar uma Unidade Básica de Saúde para avaliação, quando for diagnosticado um caso de hanseníase na família. Dessa forma, a doença não será transmitida nem pela família nem pelos parentes próximos e amigos.

Dr. Mario Franco Netto, Cirurgião Geral / Vascular
Periférico - CRM 8843 - PA
Diretor Técnico do Hospital Regional da Transamazônica

Matéria nº 27

Diário do Pará
SABADO, Belém-PA, 25/10/2014

PESQUISA DO INSTITUTO IVEIGA

Helder tem 12,5 pontos de vantagem sobre Jatene

Levando em conta apenas os votos válidos, Helder tem 56,2% das intenções de voto, enquanto Jatene tem 43,7%.

DA REDAÇÃO

O candidato do PT, Helder Barbalho, tem 12,5 pontos de vantagem sobre o governador tucano Simão Jatene, candidato à reeleição, considerando os votos válidos, segundo a nova rodada de pesquisas do Instituto IVEIGA. Considerando os votos válidos, Helder tem 56,2% contra 43,7% das intenções de voto para Jatene. Os votos válidos são calculados descartando os votos brancos e nulos e os indecisos. Os votos válidos são considerados pelo Tribunal Regional Eleitoral para definir o percentual de votos dos candidatos.

Na pesquisa estimulada, o pemedebista atingiu 11,1 pontos de vantagem em relação a Jatene. Os dados mostram que Helder Barbalho tem 49,8% das intenções de voto, enquanto Jatene acumula 38,7%. Os votos brancos e nulos somam 6% e 5,6% não responderam. Na pesquisa estimulada, os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados para que façam a sua escolha.

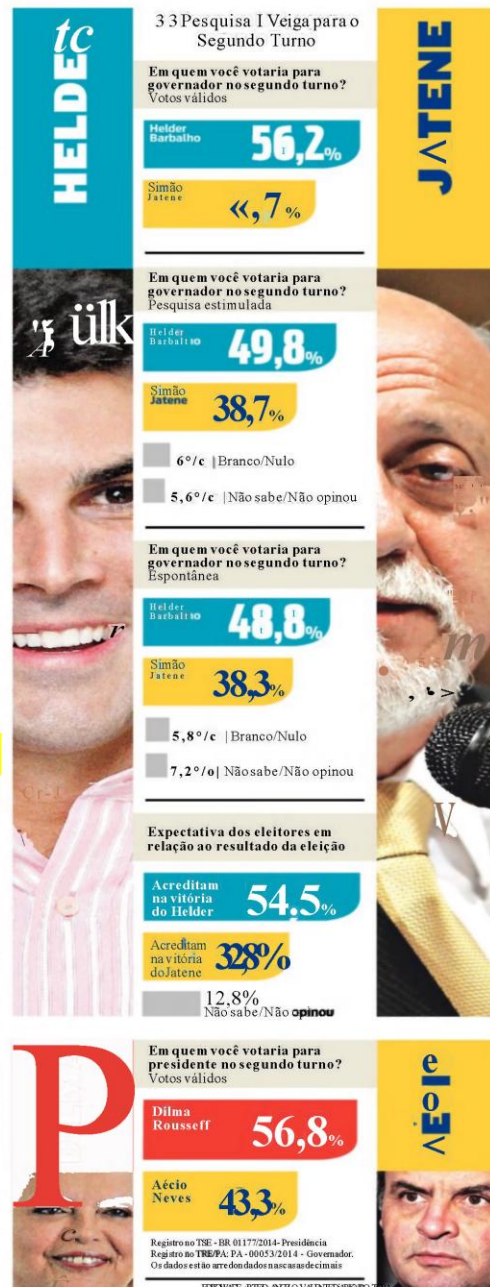
Na pesquisa espontânea — quando o eleitor precisa lembrar do nome dos candidatos —, Helder também lidera. Nesse caso, Helder tem 48,8% e Jatene, 38,3%. Os brancos e nulos somaram 5,8% e os eleitores que não souberam ou não opinaram chegaram a 7,2%. O IVEIGA mediu também a expectativa dos eleitores em relação aos resultados da eleição de amanhã. A maioria dos ouvidos acredita que Helder vencerá a disputa. O percentual dos parenses que acreditam na vitória do candidato do PMDB chegou a 54,5%. Apenas 32,8% dos entrevistados disseram acreditar que Jatene seria o vencedor.

O IVEIGA ouviu 2 mil eleitores entre os dias 20 e 24 de outubro nos municípios de Santarém, Monte Alegre, Breves, Portel, Afuá, Marabá, Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Cametá, Bragança, Capangema, Moju, Igarapé-Miri, Tomé-Açu, Acará, Viseu, Marabá, Paraupatuba, Tucuruí, Paragominas, Redenção, Itaituba e Altamira.

A pesquisa está registrada no TRE com o número 00053/2014. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos. O IVEIGA é coordenado pelo cientista político Edir Veiga e foi o primeiro a apurar os resultados das eleições no primeiro turno desde o início da campanha eleitoral deste ano.

PRESIDÊNCIA

A candidata à reeleição Dilma Rousseff também lidera a corrida eleitoral no Pará. Levando em conta apenas os votos válidos, Dilma aparece com 56,8% das intenções de voto. O adversário, o tucano Aécio Neves, tem 43,3%.



POLÍTICA A3

RD REPÓRTER DIÁRIO

Seja qual for o veredito das urnas de amanhã e caso não seja contido, Simão Jatene ainda terá tempo até dezembro para apresentar uma "boa" para oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Ele poderá encaminhar à aprovação de Al. um projeto de lei extinguindo o adicional de inatividade de 35%. Significa que aqueles que pretendem ir para a reserva terão os salários diminuídos, por alegada injusta Lei de Responsabilidade Fiscal. O medo se espalhou na tropa com o susto de muitos. Há oficiais e praças com pedido pronto para a reserva por causa da tanga.

Deleta

A subprocuradora-geral de Justiça da área Jurídico-Institucional, no exercício da chefia do Ministério Público, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, determinou ontem a imediata retirada do site da instituição de matéria distribuída pelo jornal "Estado de São Paulo" com críticas ao ex-presidente Lula e à presidente Dilma Rousseff por "deixar de usar R\$ 131 milhões" dos recursos da saúde entre 2003 e 2011. A crítica sobre o uso do site do MP para divulgação de conteúdo de natureza eleitoral foi feita ontem pela coluna.

Verdade

Segundo a subprocuradora de Justiça, que advertiu a assessoria de imprensa a abster-se de reproduzir no site do MP matérias jornalísticas que possam induzir a "interpretações diversas", a supressão do conteúdo do jornal paulista aconteceu logo após ela identificar ontem pela manhã a veracidade da crítica da coluna. Mendo lembrou em nota que o MP "é instituição permanentemente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais".

Assalto

Os medidores dos guardas municipais de Belém avisaram ao comandante da corporação, mas não foram ouvidos. Dito e feito. Ontem, bandidos disfarçados de garis invadiram a Escola Municipal Parque Amazônia, na Terra Firme. No assalto, três guardas sofreram agressões e perderam dois revólveres 38 e dois coletes à prova de bala. Com 23 anos de existência, a Guarda Municipal, inaugurada em setembro de 1991, enfrenta a pior etapa de sua história, segundo reclamam guardas mais experientes e revoltados com a cúpula.

Jogo sujo

Gorde do Auri, vereador de Ananindeua e que já foi preso acusado de tráfico de drogas, mandou comprar centenas de camisetas azuis para serem usadas no dia da eleição. Ao contrário do que se pensa, Gorde do Auri, aliado de Simão Jatene, não aderiu à candidatura de Helder. Pelo contrário. O plano, típico de gangsteres, é forjar flagrantes de compra de votos e distribuição de dinheiro por pessoas que aparentemente fazem campanha por Helder, para prejudicá-lo, mas na verdade está a serviço da outra candidatura. Tudo patrocinado e arquitetado por ele e com apoio da polícia local.

Itaituba

A Associação dos Terminais Portuários da Hidrovia do Tapajós entregou à prefeitura de Itaituba na quinta-feira os primeiros compromissos da agenda mínima de investimentos para fomentar o desenvolvimento do município. Foram entregues os equipamentos para aparelhamento do Hospital Municipal, uma ambulância para atendimento da população ribeirinha e semáforos para sinalização do trânsito nas ruas centrais da cidade. No mesmo ato, foi assinada ordem de serviço para construção do ginásio de esportes de Miraituba.

LINHA DIRETA

Um programa leve, com emoção e dedicação aos eleitores marcou ontem a despedida do programa de coligação "Todos pelo Pará" do horário político de 2014. A edição viajou por todos os regiões do Estado, visitando pelo candidato pemedebista Helder Barbalho.

O funcionalismo público do Pará vai às urnas amanhã de boletim. O pagamento da folha só começa segunda-feira. Metade da mão de obra estatal e últimos no cronograma do governo estadual, os servidores da Seduc só verão a cor desse dinheiro no dia 31.

A Comissão de Defesa de Direitos e

Prerrogativas da OAB montou plantão para atender os advogados amanhã durante a votação do segundo turno das eleições 2014 no Pará. A comissão está no Odepa 17h e pode também ser localizada pelo número 0800 723 6422.

Usuários apontam desuso do programa Ação Metrópole, do governo tucano, que fez sinalização luminosa após o pequeno viaduto da Avenida Centenário, mas esqueceu de afixar uma simples placa de advertência para avisar o estreitamento de pista à frente.

Consequência: os motoristas que andam na faixa da esquerda, que vai da Júlio César Augusto Montenegro, se encurram em clima e são obrigados a fazer manobra à direita perigosa. Detran, Semob e PM sempre circulam pelo perímetro, mas não para fazer o trânsito blitz.

A prefeita Romana Reis (PT), de Augusto Corrêa, reformou escolas para instalação de ar-condicionado e até comprou o transformador e material para as ligações. O problema agora é um ad: a Celpa aumentar a capacidade de energia para a central enfim funcionar.

O setor mineral, seus desafios e possibilidades são tema do 46 Congresso de Mineração da Amazônia, em novembro, na Ilha de Óbidos. O advogado Fernando Sciff Medeiros falou no evento, que terá 30 especialistas para ministrar palestras, painéis, minicursos e workshops.

COMPRA DE VOTOS**MPF pede a suspensão do Cheque Moradia**

Procurador Alan Mansur vê indícios de que Jatene está usando o programa para favorecer a candidatura dele

DA REDAÇÃO

Antes tarde do que nunca. A menos de 24 horas da realização da eleição em segundo turno, o Ministério Público Federal (MPF), através do procurador regional eleitoral Alan Rogério Mansur Silva, propôs ontem na Corregedoria Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) ação cautelar preparatória de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) contra o governador e recandidato Simão Robinson de Oliveira Jatene; José Cruz Marinho, candidato na chapa a vice-governador; João Hugo Barbal, presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab); Cláudia Zaidan, diretora da Cohab, e Sônia Massoud, coordenadora do programa Cheque Moradia, junto a lideranças comunitárias dos bairros de Belém, solicitando liminarmente a suspensão da distribuição e pagamento do Cheque Moradia até o dia 29/10, resguardando a isonomia e o equilíbrio do pleito.

A ação pretende reprimir atos de abuso de poder político praticados pelos candidatos Simão Jatene e Zequinha Marinho em benefício às suas candidaturas. "O indicio de abuso é perpetrado através do uso do programa Cheque Moradia, de seu governo, com a finalidade de obter votos para a sua candidatura à reeleição, prejudicando a normalidade e a legalidade das eleições", diz Mansur.

Segundo o procurador, os candidatos "vêm se utilizando do cargo público eletivo já ocupado - e para o governador Simão Jatene que busca a reeleição -, utilizando o programa social Cheque Moradia com potencial para exercer influência no pleito eleitoral cujo processo encontra-se em curso". A ação ocorre duas semanas depois que o DIÁRIO denunciou o esquema pela primeira vez.

A medida cautelar, prossegue a ação, busca a "suspensão de prática capaz de ferir a isonomia entre os candidatos, mediante a suspensão imediata da concessão e liberação de verbas do programa Cheque Moradia das datas 24 a 29/10/2014". Os cadastramentos e a entrega dos benefícios, diz Alan Mansur, nestes dias e nos dias seguintes, posteriores à eleição, "têm possibilidade de impactar o pleito eleitoral, pelo grande número de eleitores envolvidos que se beneficiam, direta ou indiretamente".

O procurador afirma que nesse período eleitoral há indícios de que Simão Jatene e Zequinha Marinho vêm utilizando, no curso de suas campanhas, o programa Cheque Moradia para distribuir recursos como forma de favorecer as suas candidaturas.

"Quando se analisam os valores gastos no ano de 2014, considerando a evolução dos valores por mês, bem como a quantidade



Procurador denunciou Simão Jatene pela compra de votos através do Cheque Moradia. No mês de setembro foram gastos mais de R\$ 31 mi

PERÍODO (MÊS)	VALOR CONCEDIDO
01 a 31 de janeiro	R\$ 9.230.100,00
01 a 28 de fevereiro	R\$ 5.741.000,00
01 a 31 de março	R\$ 2.376.500,00
01 a 30 de abril	R\$ 5.694.300,00
01 a 31 de maio	R\$ 3.294.500,00
01 a 30 de junho	R\$ 8.486.300,00
01 a 31 de julho	R\$ 4.132.300,00
01 a 31 de agosto	R\$ 15.147.000,00
01 a 30 de setembro	R\$ 31.493.700,00
01 a 13 de outubro	R\$ 16.214.700,00

1 - DOS FATOS

Em pleno período eleitoral, há indícios de que os candidatos representados vêm utilizando, no curso de suas campanhas, do programa CHEQUE-MORADIA para distribuir recursos como forma de favorecer as candidaturas de SIMÃO JATENE e ZEQUINHA MARINHO.

PERÍODO (MÊS)	VALOR CONCEDIDO
01 a 31 de janeiro	R\$ 9.230.100,00
01 a 28 de fevereiro	R\$ 5.741.000,00
01 a 31 de março	R\$ 2.376.500,00
01 a 30 de abril	R\$ 5.694.300,00
01 a 31 de maio	R\$ 3.294.500,00
01 a 30 de junho	R\$ 8.486.300,00
01 a 31 de julho	R\$ 4.132.300,00
01 a 31 de agosto	R\$ 15.147.000,00
01 a 30 de setembro	R\$ 31.493.700,00
01 a 13 de outubro	R\$ 16.214.700,00

Em ação, Ministério Público Federal questiona aumento da entrega dos benefícios do Cheque Moradia com a proximidade do pleito eleitoral.

É visível que os meses de agosto, e especialmente em setembro, houve um aumento desproporcional dos valores concedidos a título de benefícios do programa CHEQUE-MORADIA pelo Estado do Pará.

de eventos realizados para a entrega desses benefícios por mês, nota-se um aumento exponencial nos meses que se aproximam do pleito eleitoral", reforça Mansur.

ENTREGA

A concentração da entrega dos Cheques Moradia, bem como o aumento dos valores destinados ao programa social para os meses mais próximos das eleições de 2014, diz Alan Mansur, "não se dão por acaso, mas com indicação de que se aproveita do momento eleitoral para beneficiar suas candidaturas e respectivas campanhas eleitorais, com o maior número de cadastros e concessões de benefícios do Cheque Moradia nos períodos próximos ao dia da eleição, como forma de vincular a entrega do benefício social à administração do atual governador, e com isso afetar votos para o pleito", detalha.

De acordo com dados fornecidos pela própria Cohab à procuradoria, houve um aumento desproporcional dos valores concedidos pelo programa nos meses de agosto (R\$ 15.147.000,00) e especialmente em setembro (R\$ 31.032.700,00). Neste último mês, segundo Mansur, houve um aumento de

mais de 200% na concessão de benefícios se comparado ao mês de janeiro de 2014 (R\$ 9.230.100,00), que tinha sido o mês que mais havia concedido benefícios esse ano; e um aumento de mais de 1.400% se comparado com o mês de março (R\$ 2.136.500,00), que teve o menor valor registrado de concessão do benefício.

Já no mês de outubro (R\$ 10.212.700,00), onde foi contabilizado apenas o período de 1 a 13, já se havia distribuído, em valores, mais benefícios do que em todos os meses anteriores a agosto, considerados individualmente.

"A evolução dos valores

pagos pelo Cheque Moradia ao longo do ano de 2014 demonstra que esses valores vêm crescendo de acordo com a aproximação do pleito eleitoral, da época da campanha política e do dia da eleição em si", destaca a ação. Isso demonstra, afirma o procurador, que a concessão dos benefícios do programa está ocorrendo em larga escala em razão do período eleitoral, "em indicação de possível abuso do poder político dos representados".

Além disso, a procuradoria quer analisar a relação das empresas cadastradas ou que participaram da troca do Cheque Moradia em 2014. A Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) foi requisitada o relatório das empresas beneficiárias do crédito tributário do Cheque Moradia, com os créditos individualizados por cada empresa.

Entrega dos benefícios aumentou com a proximidade da votação

Outro indicativo da utilização do Cheque Moradia como instrumento de abuso de poder político dos representados, aponta Mansur, é a concentração dos eventos de entrega dos benefícios, também nos meses e dias que se aproximam às datas do pleito eleitoral. Dados da Cohab informam que de janeiro a julho desse ano ocorreram 26 eventos de entrega, com a distribuição de 1.724 cheques. Por outro lado, de agosto a 23 de outubro realizaram-se 35 eventos de entrega, com a distribuição de 2.420 cheques.

"Portanto, em um período de sete meses, houve menos eventos e menor quantidade de distribuição de benefícios do que no período de menos de três meses - de agosto aos dias anteriores ao segundo turno das eleições majoritárias de 2014 (23 de outubro) -, contabiliza o procurador.

A comparação do quantitativo de benefícios feitos nos últimos três anos (2012 e 2014) também demonstra, segundo Alan Mansur, aumento nos valores e na quantidade dos benefícios distribuídos pelo programa, especialmente em 2014. Vejamos: em 2012, foram 3.483 benefícios distribuídos representando R\$ 24.207.500,00; em 2013, foram 5.176 (R\$ 50.992.030,00); e, em 2014, até o dia 10/10 foram 7.883 (R\$ 95.207.700,00) ou que cinco vezes mais o valor de recursos investidos em 2012.

AÇÃO

A ação pede ainda que a Cohab forneça o número de cada processo de Cheque Moradia cadastrado e/ou entregue no ano de 2014 com valores dos respectivos cheques, seus beneficiários, e que a Cohab mantenha cópia integral dos autos de tais processos para eventual verificação da Procuradoria Regional Eleitoral e do Poder Judiciário Eleitoral.

Solicita ainda a relação com a quantidade exata de inscritos no programa, com levantamento quantitativo e mensal destes no período correspondente a janeiro de 2014 até 26/10/14 (dia da eleição em segundo turno).

A procuradoria quer ainda o relatório de duração processual médio para cadastro e entrega do Cheque Moradia, bem como a relação dos funcionários que participam do procedimento, incluindo aqueles oriundos de outras secretarias, prefeituras e terceirizados e a data na qual passaram a integrar tal quadro de servidores autorizados à execução do programa.

Além disso, a procuradoria quer analisar a relação das empresas cadastradas ou que participaram da troca do Cheque Moradia em 2014. A Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) foi requisitada o relatório das empresas beneficiárias do crédito tributário do Cheque Moradia, com os créditos individualizados por cada empresa.

COMENTE ESTA
NOTÍCIA NO DOL
www.diariodopara.com.br

Matéria nº 29

Diário do Pará
SABADO, Belém-PA, 25/10/2014

CAOS NA SAÚDE

Cenário da nova Santa Casa já é de precariedade

Imagens da superlotação, falta de material e condições precárias de higiene mostram que a situação da Santa Casa é precária

DA REDAÇÃO

Imagens feitas pela RBATV no novo prédio da Fundação Santa Casa, a Unidade Materno Infantil Dr. Almir Gabriel, mostram a dura realidade dentro do hospital. A reportagem foi ao ar ontem e reporta as precárias condições em que estão alojadas as pacientes e ainda a falta de responsabilidade em manter materiais cirúrgicos usados fora do alcance das pacientes e bebês.

As imagens veiculadas pela RBATV mostram que a sala onde ficam as mulheres que tiveram filho de parto normal já está superlotada e as mães que aguardam de ter seus filhos aguardam no corredor da maternidade.

Nas imagens, é possível ver uma delas deitada em uma cadeira de acompanhantes com os pés apoiados em uma outra cadeira. Em outro momento, flagra uma paciente sentada em uma cadeira de rodas já em trabalho de parto aguardando por um parto. No corredor, a acompanhante senta em uma das lixeiras plásticas do hospital.

Em entrevista à RBATV, servidores da Santa Casa que pediram para não ser identificados por medo de represálias, disseram que a situação do hospital é caótica. "Diariamente, a Santa Casa está em estado terrível e a gestão atual não toma nenhuma providência, sendo que o risco maior não é só do paciente em si, mas do servidor também com esse grau de risco de infecção hospitalar", reclamou.

"A gestão atual é ineficiente na Santa Casa, ela não vê nada. Se você é uma entrevista com ela, ela não vai saber nem qual é o atendimento diário do hos-



Em função da superlotação, algumas mulheres acabam sendo levadas para o corredor da Santa Casa



Pacientes são atendidas em macas, o que vai de encontro ao que determina o Sistema Único de Saúde

pital. Há um grande risco de acontecer uma tragédia, uma infecção generalizada", contou.

SUS
Na sala de recuperação, as mães estão em macas, o que é errado, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma paciente que há pouco tempo havia sido operada encontra-se deitada em uma maca em frente ao lavatório dos médicos e o saco coletor, material que deveria ser usado para armazenar a urina da paciente através de uma sonda, é substituído por um frasco de soró. Este é mais um procedimento contrário às normas do SUS.

Ainda pelos corredores,

há um cesto com saco vermelho chamado de hamper, usado para guardar tecidos utilizados em procedimentos e que, por sua vez, pode ter locais contaminados e sujos de sangue. Pelas normas do SUS, os pacientes jamais devem ficar no mesmo ambiente do hamper.

Foram flagradas também caixas cirúrgicas, contendo bisturis, tesouras e demais aparelhos cirúrgicos sujos e contaminados, sendo transportados por um carrinho de supermercado. Segundo as normas do SUS, o correto é transportar esse tipo de material em carrinho fechado.

"Isto é condenado pelo Ministério da Saúde, pois alastram-se bactérias pelo

ambiente, colocando em risco pacientes e funcionários. Se essas bactérias voltarem ao setor de neonatologia, como as crianças nascem sem nenhum tipo de resistência, pode sim haver uma mortandade", disse um servidor da Santa Casa à RBATV.

Por último, são mostradas as condições em que os pais e acompanhantes aguardam na sala de espera. Na verdade, a Santa Casa é uma frente bonita, é um prédio bonito, mas hoje ela não tem condição nenhuma de tratamento ao usuário", definiu um servidor sobre a situação em que se encontra o hospital que deveria ser referência no atendimento materno-infantil do Estado.

BELÉM A9

"S" DE SUMIÇO



Rua que fica no Ume entre Belém e Ananindeua está esquecida

Moradores cobram Pioneiro e Zenaldo

DA REDAÇÃO

Esquecidos pelo poder público, os moradores da rua Ceará, localizada no limite dos municípios de Belém e de Ananindeua, no bairro Águas Lindas, reclamam do total abandono que vêm sofrendo sem que nenhuma das prefeituras tome partido pela causa.

A rua até chegou a ser asfaltada um dia, mas desde então nenhum reparo, como manutenção do asfalto e limpeza nos esgotos, foi realizado com o passar dos anos. Os moradores dizem-se abandonados pelo governo do Estado e de ações concretas das prefeituras de Belém e de Ananindeua, cujas comissões de planejamento estão instaladas no local e mesmo assim a ajuda não chega.

"Eles (políticos) nem passam pela rua. Quando precisam, eles dão a volta, mas por aqui não passam", diz o morador Arlindo. Procurados para dar esclarecimento e uma resposta aos moradores, as assessorias de imprensa das prefeituras de Belém e Ananindeua não se pronunciaram até o fechamento desta edição.

pela cratera e correm riscos de virar o carro.

"Entrou ano e sai ano e a rua continua esse verdadeiro caos. Quando recebemos o asfalto, a nossa rua era conhecida como a mais bonita do bairro. Agora olha como está. Até os ônibus param de passar por aqui, não tem condições". O governo, a prefeitura, ninguém faz nada por nós. Na verdade, nós fomos esquecidos por todos", diz o comerciante Ademar Vilhena.

Hoje a rua que era asfaltada se transformou em um rio de lama, mato e buracos sem fim. O que mais impressiona é que na esquina da rua o comitê do atual governador está instalado no local e mesmo assim a ajuda não chega.

"Eles (políticos) nem passam pela rua. Quando precisam, eles dão a volta, mas por aqui não passam", diz o morador Arlindo. Procurados para dar esclarecimento e uma resposta aos moradores, as assessorias de imprensa das prefeituras de Belém e Ananindeua não se pronunciaram até o fechamento desta edição.



Diretores da Santos Brasil visitam a RBA

Os diretores da Santos Brasil estiveram visitando a diretoria do grupo RBA na última quinta-feira, com o objetivo de estreitar o relacionamento. Eles foram recebidos pelo diretor-geral da RBA, Camilo Centeno. Compuseram representando a empresa o gerente geral Ricardo Viana, a gerente de Comunicação Corporativa Viviane Pajotte e Isabel Lopes, da Tree Comunicação.

SANTA CASA

Em nota, a Fundação Santa Casa do Pará afirma que uma equipe formada por médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e técnicos das mais variadas áreas da saúde

trabalha em escalas de plantão nas 24 horas do dia. Disse ainda que a instituição tem o perfil de maternidade de alto risco, mas acaba atendendo muitas pacientes que não se encaixam nesse perfil, devido à grande demanda que recebe.

Afirma que, mesmo assim, a equipe multiprofissional atende para que nenhuma paciente fique sem atendimento que essa decisão acaba gerando, em determinados momentos, sua perfoação, diz a nota afirmando que estas são

situações atípicas. A nota ainda afirma que, mesmo com a grande demanda, os níveis de infecção hospitalar estão dentro dos padrões determinados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

25 outubro
Dia do Cirurgião-Dentista

Nosso
SORRISO
Hoje é pra você!!

Homenagem:

CJO; PA

CONSELHO REGIONAL
DE ODONTOLOGIA
DOPARA

Matéria nº 30

A4 POLÍTICA

VIDEO MOSTRA FLAGRANTE DE COMPRA DE VOTOS

latene pode ser cassado por compra de votos

ELEIÇÕES

Vídeos que flagram práticas criminosas serão usados pelos advogados da coligação de Helder em denúncia de crime eleitoral na justiça

DA REDAÇÃO

O vale-tudo combinado com o desespero de causa fez com que os correligionários do candidato à reeleição Simão Jatene perdessem de vez o pudor. Como o esquema institucional de compra de votos através do programa Cheque Moradia foi exposto pelo DIÁRIO nas últimas semanas, partidários do candidato amarelo partiram para o tudo ou nada: tomaram conta das ruas da capital e do interior do Estado com veículos tomados de dinheiro para a compra explícita de votos. O descaramento é tamanho que os aliados nem se importam se a ilegalidade e sendo registrada ou não por câmeras ou celulares.

Várias denúncias e vídeos flagrando a compra de votos chegaram à redação do DIÁRIO, RBAV e Diário Online (DOL) desde o início da semana. Advogados da Coligação "Todos pelo Pará" (PMDB/ PT/ DEM/ PR/ PDT/ PROS/ PSB/ PCdoB/ PSL/ PPL/ PTN) reuniram todo o material e encaminham ainda hoje para o Ministério Público e para a Justiça Eleitoral denúncia formal com base na Lei 9.504/97 para apurar captação ilícita de sufrágio (compra de voto) pedindo a cassação da candidatura do candidato Simão Jatene da coligação "Juntos com o Pará" (PSDB/ PSD/ PSB/ PP/ SD/ PRB/ PSC/ PTB/ PPS/ PEN/ PMN/ PTC/ PSDC/ PTdoB/ PRP) antes do segundo turno e a sua consequente inelegibilidade por oito anos, bem como a cassação do diploma do candidato do PSDB, caso seja eleito.

Um dos vídeos chama atenção: com pouco mais de dois minutos, a gravação mostra uma jovem vestida de azul aparentando não mais de 20 anos sentada numa calçada num bairro da periferia de Belém. Ao seu lado, um homem de blusa amarela diz, num tom sarcástico: "Leva essa moça aqui para ir lá votar, Icyca ela.", batendo no ombro direito da moça, visivelmente constrangida.

Em seguida, a cena mostra se aproximando uma mulher loura, de calças jeans



Video mostra compra de voto de eleitora por militantes de Simão Jatene. DIÁRIO recebeu várias denúncias de compra de votos e crimes eleitorais que vêm sendo praticados frequentemente nessa eleição

e blusa listrada vermelha e azul se abaixando em direção à jovem, que já está com a mão esquerda levantada na direção a tal mulher. Ela cochicha no ouvido da moça, ameaça dar algo, mas recua. Em seguida, o homem de blusa amarela pega algumas cédulas de dinheiro de seu bolso e as manipula por alguns instantes. Logo depois, levanta e vai em direção ao seu carro, que está ao lado.

Poucos segundos depois, o homem de blusa amarela retorna e senta novamente ao lado da jovem

e passa a conferir umas anotações que parecem ser os dados de documentos da moça, que colabora nas informações. Algumas anotações são feitas, a jovem pega o papelito dobrado com o dinheiro dentro e guarda na sua bolsa. Detalhe: toda a ação é acompanhada de perto por uma criança que fica ao lado do casal o tempo inteiro. Casos como esse se proliferam pela cidade e seguem se intensificando até o domingo da eleição caso a Justiça Eleitoral não atue com firmeza na fiscalização e repressão.

RESUMO

O QUE DIZ A LEI

"Art. 41 - A Ressalvado disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufr, e cassação do registro ou do diploma."

NO BAIRRO DO MARCO

Prédio é invadido por assaltantes

CAMILA BARRETO

Seis homens armados invadiram um prédio residencial de oito andares, pertencente à família do médico e ex-jogador do Remo Anderson, localizado na rua João Paulo II, entre as travessas Chaco e Humaitá, no bairro do Marco.

O crime ocorreu no momento em que uma funcionária do prédio acionou o portão eletrônico da garagem para a entrada de um dos moradores, que de imediato foi recebido pelos assaltantes, facilitando o acesso dos demais integrantes da quadrilha em dois veículos.

Os bandidos logo entraram nos apartamentos e amarraram as vítimas, que, apesar do susto, não sofreram nenhum tipo de violência física. "Eles entraram nos apartamentos do primeiro e segundo andar, amarraram todos os homens e iniciaram a 'limpeza', levando os pertences de

valor", afirmou o coronel Rosinaldo, que relatou a hipótese de a família ter sido vigiada por dias pela quadrilha. "Um bandido comentou ter visto um dos rapazes na academia na noite anterior, ou seja, tudo indica que a ação estava sendo planejada há dias", completou.

A polícia analisou as imagens do circuito interno do residencial e da clínica médica "Centro Clínico", pertencente ao ex-jogador, que fica em frente ao prédio, para poder identificar os assaltantes, mas, segundo o coronel, a quadrilha estava equipada com "puz e perucas utilizadas para dificultar ao máximo a identificação.

Apesar de ser uma ação planejada, a quadrilha não teve muito tempo para agir: após alguns moradores perceberem o movimento estranho e de imediato acionarem a polícia, que não chegou a tempo de prender os bandidos em flagrante.

HABILITATÓRIO

Uepa divulga resultado do Exame

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) divulgou nesta quinta-feira (23) o resultado do Exame de Habilitatório de Música dos Processos Seletivos 2015. Os candidatos considerados habilitados atingiram no mínimo 20% (6 pontos) do total da prova, que valia 30 pontos. Já os não-habilitados concorrerão a uma vaga no curso de segunda opção, escolhido no ato da inscrição. Todos devem imprimir os cartões de inscrição definitivos a partir do dia 28 de outubro, no site www3.uopa.br/selecao/2015/index_2015.html.

Este ano, a Uepa oferta, ao todo, 70 vagas para o curso de Licenciatura em Música, 30 em Belém e Santarém. Pelo Prise, foram re-

gistrados 70 candidatos inscritos e pelo Prosei, esse número chegou a 502. O número de faltosos em Belém nos dois dias do Exame foi de 437. Em Santarém, 41 candidatos faltaram. Todos os candidatos faltosos estão automaticamente eliminados dos Processos Seletivos 2015.

As provas objetivas serão realizadas nos dias 16 e 17 de novembro e 7 de dezembro, todas das 8h às 13h. A primeira etapa do Prise e do Prosei será composta por 56 questões referentes ao conteúdo da primeira série do Ensino Médio; a segunda etapa com 60 questões relacionadas a segunda série do Ensino Médio; e a terceira conterá uma prova de redação e mais 54 questões objetivas.

Debate nas redes sociais abala amizades

O intenso uso das redes sociais para expressar o apoio político nestas eleições e o acirramento das posições de proximidade do segundo turno marcado para o próximo domingo (26), têm afetado amizades e relações familiares. Uma assessoria do Twitter resumiu a situação em um post que lhe rendeu mais de 17 mil curtidas: "Gente, quem perdeu família ou amigos por causa dessa eleição vamos combinar de passar o Natal juntos".

Pesquisa Datafolha divulgada na última quarta-feira (22) mostrou aumento no índice de pessoas que disseram ter interesse nas eleições. Dos 4.355 entrevistados, 50%

responderam que têm interesse no pleito. No fim de agosto, essa porcentagem era 39%. (Agência Brasil)

mações

<http://migre.me/mrpDb>

Com o seu celular, acesse o site www.redebrasil.org.br e faça o download do leitor. Altere o aplicativo e fotografe (scan) o QRcode acima.

Márcio Elias Dias

Missa 7º Dia-Convite

O pai Manoel Sebastião Benjamin Dias (Saba), mãe Carlinda Elias Dias (Linda), irmãos, esposa e filhos, convidam todos os familiares e amigos para missa de 7º dia de falecimento de Márcio que será realizada nesta sexta-feira, 24 de outubro às 20h na Igreja Nossa Senhora de Fátima, que fica localizada na Rod. Augusto Montenegro esquina com a 8 de Maio - Jeorara. A família agradece a participação de todos.

AGENDA DOS CANDIDATOS



HELDER BARBALHO (PMDB)

Manhã: 9h: Caminhada.
Noite: 15h: Caminhada.



SIMÃO JATENE (PSDB)

Manhã: 9h: Entrevista para a rádio Boas Novas.
Ih: Caminhada em Portel.
Tarde: 16h: Carreta em Itaituba.

Matéria nº 31

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 24/10/2014

BELÉM A5

MATERIAL APÓCRIFO

Campanha de Jatene parte para agressão

Apreensão de folhetos com textos ofensivos contra Helder apenas um dos casos de ataques pessoais da campanha de Jatene

DA REDAÇÃO

Com a data da eleição se aproximando, cresce a preocupação com os crimes eleitorais como o uso da máquina e distribuição de material apócrifo contra os candidatos.

Nas noites de terça e quarta-feira, foram apreendidos impressos apócrifos com textos difamatórios contra o candidato Helder Barbalho (PMDB). A apreensão ocorreu na área próxima à Estação das Docas.

O investimento do candidato à reeleição Simão Jatene para desgastar a imagem do candidato da oposição Helder Barbalho é tamanho que estão sendo produzidos milhares de exemplares de panfletos apócrifos que estão sendo distribuídos em vários municípios do Pará. Em Benevides, uma mulher ainda não identificada distribuiu material com agressões e ofensas a Helder. A denúncia foi feita por uma cidadã do município e já está sendo investigada pela Polícia.

Na quarta-feira pela

manhã, outros panfletos foram distribuídos no centro de Belém e no estacionamento de um shopping na BR-316, conforme denúncias enviadas à redação por pessoas que receberam esse papel, alguns produzidos para os eleitores de Ananindeua, todos apócrifos e com ofensas a Helder em uma campanha difamatória poucas vezes vista na história recente do Pará.

O Ministério Público Eleitoral alerta que a distribuição desse tipo de material é crime. "O material apócrifo configura crime quando visa trazer informações caluniosas ou injuriosas contra outro candidato. Quem estiver portando ou distribuindo este material pode ser detido e levado para a Polícia Federal para responder a crime eleitoral", informou ontem por meio de nota.

O Ministério Público Eleitoral informa que vai manter o esquema de fiscalização do primeiro turno, mas irá intensificar o combate à distribuição de material de boca de urna. No primeiro turno, cabos eleitorais jogaram grande quantidade de material impresso em frente aos locais de votação, em uma tentativa de burlar a lei que proíbe a boca de urna.

Agora, essa prática será repuntada com mais rigor. A situação será nos moldes do ocorrido no 1º turno, com situação dos Procuradores e



Promotores Eleitorais, Juizes Eleitorais, Polícia Federal e demais forças de segurança, com encaminhamento de denúncias pelo disque-denúncia e whatsapp eleitoral. Além disso, estaremos monitorando a boca de urna também pelas câmeras de segurança pública", informou por meio de nota o MPE.

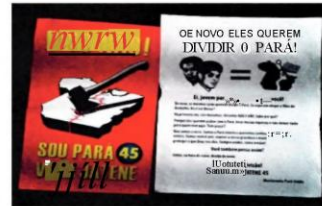
Os dados do disque-denúncia apontam que os maiores problemas até agora na eleição são a compra de votos, o uso da máquina pública e propaganda irregular. Por isso, a ordem é intensificar a fiscalização daqui até domingo. Quando os parâmetros devem ser assernas escolher o novo governador e o presidente da República.

"Há indicação de que estas práticas são intensificadas, além do transporte ilegal de eleitores, que



Material apócrifo contra Helder tem sido distribuído, sobretudo nesta reta final de campanha

é também um crime. Já há algumas investigações tanto no MPF, Polícia Federal e promotores eleitorais. Daqui até o dia da eleição, haverá atuação de todos estes órgãos para evitar tais atos e prender aqueles que estejam cometendo irregularidades. Há indicação de que isso será intensificado e é necessário maior atenção para todas as órgãos de controle para que nenhuma destas práticas desequilibre irregularmente o pleito eleitoral", confirma o MPE.



LINHAS DE CRÉDITO BANCO DA AMAZÔNIA.

O Banco da Amazônia acredita que todo mundo nasce pra ser bom em alguma coisa. A gente, por exemplo, nasceu pra investir em você. Por isso, sabemos que não importa o tamanho do seu negócio, com o investimento certo ele vai crescer. Ainda mais com as melhores taxas e prazos do mercado, com agilidade e sem dificuldade, como o Giro MPE. O crédito para micro e pequenos empreendedores que buscam estimular e ampliar seus negócios, com reformas, ampliações ou aquisição de bens móveis ou imóveis. Quer saber mais? Venha conversar conosco em uma de nossas agências, ou visite nosso site para conhecer os créditos que mais combinam com o seu segmento.

Há 72 anos, somos especialistas em crédito para micro e pequenas empresas.

www.bancoamazonia.com.br

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. É a sua vida.

Matéria nº 32

A6 BELÉM

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 24/10/2014

ÚLTIMO DEBATE DA ELEIÇÃO



O debate, que durou apenas uma hora, reuniu os candidatos Helder Barbalho e Simão Jatene, que discutiram temas como segurança pública

Helder vence Jatene no último debate na TV

Enquanto Helder lembrou de promessas não cumpridas, Jatene ainda se justificou com a velha desculpa de que estava "ajustando contas"

DA REDAÇÃO

Analistas políticos ouvidos pela reportagem do **DJ** consideram que o candidato Helder Barbalho (PMDB) venceu o tucano Simão Jatene no debate que aconteceu ontem à noite, realizado pela Rede Globo/TV Liberal. A três dias da eleição de segundo turno, os candidatos da coligação Todos pelo Pará (PMDB-PT) e da coligação Juntos com o Povo (PSDB), ficaram frente a frente, discutindo propostas de governo no último ato oficial da campanha.

Dividido por temas, o programa mostrou que enquanto Helder se mostrou sereno e equilibrado, adaptando a linha propagandística, Jatene parecia ansioso e vivamente preocupado apenas em polemizar. Helder respondeu a todos os questionamentos sem alterar o tom de voz e apontando itens de seu plano de governo.

Em desvantagem nas pesquisas do segundo turno, o candidato tucano deixou de lado as propostas e se preocupou em lançar provocações, sempre acompanhadas do tom deboche, já exibido em outros debates da campanha.

Um dos pontos altos foi novamente o problema da segurança pública. Helder destacou o estado geral de insegurança que aflija a população do Pará. Como fez no longo de todo o programa, o candidato à reeleição tentou se equivocar, transferindo responsabilidades para governos passados e até para o governo federal — apesar de a segurança pública ser atribuição dos governos estaduais.

O confronto de propostas foi dividido em três blocos, sendo o primeiro de tema livre, o segundo com perguntas de tema determinado por sorteio feitas uma hora e o terceiro para considerações finais. Em cada bloco, os candidatos fizeram duas perguntas de 30 segundos cada, tendo um minuto e meio para resposta, um minuto para réplica e mais um

minuto para a tréplica.

Segurança pública foi o tema dominante no primeiro bloco, mas Jatene iniciou destacando o suposto "reconhecimento nacional da rentabilidade" do Banco do Estado do Pará, ao que Helder rebateu afirmando que andou por todas as regiões do Estado e pôde ouvir a realidade da população em relação à precariedade dos serviços públicos.

"Quem me diz que demora um mês para conseguir uma consulta e que não há mais paz para andar na rua por causa da insegurança é a própria população, porque a atuação dos serviços públicos do Estado está péssima", criticou. "Dinheiro, tem. Falta garra e disposição para fazer melhor", disse Helder.

E acrescentou: "Em 2010, o seu governo prometeu Patrimônio Orientado e Preventivo, Escola Legal, dez Unidades de Pronto Atendimento, e nada disso foi cumprido". O governador tentou se justificar alegando ter passado os primeiros dois anos do mandato atual "ajustando o contrato" e disse ainda que "entre o planejado e o realizado, não feitos ajustes".

"Nós prometemos e vamos cumprir a Agenda Mínima integralmente", prometeu Jatene, buscando se defender da crítica de Helder sobre o baixo desempenho

de seu governo. O candidato do PMDB lembrou que o Tribunal de Contas do Estado apontou que apenas 30% do que prometeu cumprir na Agenda Mínima no início de seu governo foram cumpridos até o momento. Simão Jatene, ao questionar sobre ética e transparência e acusá-lo de responder à Ação Civil Pública referente à sua atuação por oito anos na Prefeitura de Ananindeua, ouviu do candidato do PMDB que a população carece de um governo que fale a verdade, e que trabalha por quatro anos.

PROPINA

"Deve ser uma questão de honestidade ou enriquecimento, mas o candidato respondeu que responde a processos junto ao Ministério Público Federal e Polícia Federal por ter pago propina da Cerpasa a fim de sanitar tributos da empresa. Mas eu vim falar de propina, e não me falar de propina, e não me falar a imagem de ninguém, tampouco aceitar que façam isso comigo ou com minha família", respondeu Helder, confirmando.

Pela utilização do termo "propina", os dirigentes da TV Liberal concederam direito de resposta a Jatene, mesmo sabendo que ele de fato respondeu a um processo no Superior Tribunal de Justiça, que está perto de ir a julgamento, en-

volvendo também seu ex-ecretário e homem de confiança, Sérgio Leão.

Jatene voltou a responder a Helder quando este lhe perguntou quantos novos policiais militares havia prometido na campanha de 2010 e quantos foram efetivados. O tucano afirmou que não havia vagas para novas admissões, tendo apenas 100 vagas para tal fim. "Prometeu e não cumpriu. São 300 anistados por dia, dez assassinatos por dia. Belém é a 23ª cidade mais violenta do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU). Eu proponho a Ronda dos Bairros e mais três mil PMs", atacou Helder.

O segundo bloco de perguntas foi de temas definidos por sorteio, e começou com Gestão Pública e o questionamento de Helder sobre o fato de Jatene ter afirmado no início de sua gestão que governar não é jogar dinheiro fora, mas que não tenha investido 10% de sua receita em melhorias para o Estado não teria feito nada. Segundo Helder, "foram 6,39% apenas".

Prometendo, mesmo com o governo pífio, a acabar, que vai "alcançar os R\$ 4,5 bilhões e meio como prometemos, mas entramos no mandato vindo de um anterior que deixou o Estado em frangalhos", adotando novamente a falácia de culpar outros governos pelo seu insucesso.

Obras importantes não saíram do papel

Ao falar de Saneamento em pergunta de Jatene, Helder lembrou que deixou obras em Ananindeua para ligações de água e esgoto com recursos garantidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento quando foram cortados pelo atual gestão municipal sob o comando do PSDB. Apelo para o deboche. Jatene tentou lançar um desafio ao candidato do PMDB, dizendo que "falar é fácil, fazer é que não é" e que a população está avaliando. Em resposta, Helder afirmou: "Espero que as obras continuem, porque parar só porque a obra era do gestor anterior, de partido diferente, não pode".

Sendo Educação o terceiro tema, Helder destacou que o Pará tem hoje segundo pior ensino médio e o primeiro pior ensino fundamental do Brasil. "Não só aqui, mas o Brasil inteiro passa por um momento crítico quando se trata de Educação. Com os recursos que tínhamos, não dava

para transformar", justificou o governador, jogando a culpa novamente no governo federal. Na réplica, Helder afirmou que Jatene iniciou o mandato com R\$10 bilhões para pagar a dívida, mas que ele não conseguiu cumprir até o final do ano passado por um financiamento para o Pacto de Educação para começar a agir. "Teve tempo, mas não priorizou", lamentou o prefeiteiro. No último tema do bloco, Cultura, Jatene não respondeu sobre o que foi feito dos mais de R\$ 120 milhões prometidos para o Parque Ambiental do Utinga, o Parque de Soledade e o Jardim das Palmas, que nunca saíram do papel.

HORA DA MUDANÇA

Nas considerações finais, Jatene afirmou que a campanha é a última do governo, pedindo que os eleitores avaliassem isso na hora de votar. "Não há oportunidade de ver quem honra seus compromissos. Tenho dorça

que a Saúde ainda não chegou ao nível, mas nós construímos hospitais. As estradas estiveram bem pior e hoje quem mora no interior sabe das melhorias. É assim que acho que se governa". O último ato foi emocionante, Helder se dirigiu aos eleitores de todas as regiões do Pará e agradeceu pela vitória no primeiro turno. "Sou muito bem quando a população deseja a mudança. Para chegar a este momento eu me preparei, além de estudar, tive experiência na vida política, fiz movimento. Queremos ouvir o Pará para saber os problemas de quem mora no limite com o Amapá, com o Mato Grosso, com o Amazonas e demais regiões, no Araguaia, em Carajás. Enxergo oportunidade de investir em educação, em segurança, assumo o compromisso de ampliar os hospitais regionais. Vamos juntos mudar o Pará", concluiu.

SAÚDE EM BELÉM



Relatório mostra problemas na administração da Saúde da Família

Auditoria aponta irregularidades

DA REDAÇÃO

O Sindicato dos Médicos do Pará (Sindmepa) vai enviar ofício à Secretaria Municipal de Saúde (Sesma) e ao prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, para que se proporcione sobre o relatório do Ministério da Saúde (nº 13826) que aponta a ineficiência da gestão sobre problemas identificados no funcionamento da Estratégia Saúde da Família no município. Uma auditoria executada na Sesma pelo MS no final de 2013 constatou que o município não cumpriu qualquer medida e recomendações administrativas impostas pelo Ministério para sanar irregularidades encontradas na Estratégia Saúde da Família em auditoria realizada em 2011. A conclusão é de que todas as irregularidades apontadas naquele ano permanecem sem alteração.

A Estratégia Saúde da Família no município continua apresentando graves irregularidades e inadequações no que diz respeito à infraestrutura inadequada quanto ao espaço físico, ambientes insalubres, falta de equipamentos e materiais, equipes incompletas, falta de medicamentos, descumprimento de carga horária pelos profissionais de saúde e baixa cobertura populacional", afirma o relatório.

As Unidades Saúde da Família não têm identificação. Há equipes sedeadas em imóveis deteriorados, a exemplo das USF Maracajá e Águas Lindas, que continuam funcionando nos mesmos prédios visitados quando da auditoria de 2011, com o agravamento das não conformidades referidas naquele relatório.

Assim, as unidades permanecem com "prejuízo infiltrado, torro deteriorado, banheiro e salas interditas na USF Maracajá e prédio em péssimo estado de conservação, sem a mínima condição de salubridade, com infiltrações em todos os ambientes, sem iluminação e ventilação na USF Águas Lindas".

As quatro equipes cadastradas na USF Terra Firme foram transferidas do prédio em "deplorável estado de conservação" que ocupavam por ocasião da Auditoria nº 11755, para uma única sala localizada no prédio da Unidade Municipal de Saúde da Terra Firme. Os mobiliários de todas as Unidades de Saúde estão em péssimo estado de conservação e algumas Unidades estão com cadeiras e mesas doadas pela comunidade. Destaca-se ainda o desabastecimento generalizado de medicamentos da Atenção Básica,

em todas as Unidades de Saúde da Família visitadas.

O relatório aponta ainda equipes incompletas e insistentes, recomendando a devolução dos recursos repassados. É o caso das equipes de Saúde Bucal. "Constam no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CENES) seis equipes, das quais três não tiveram nenhuma produção e três tiveram produção incipiente durante o exercício de 2013, ensejando proposição de devolução ao Fundo Nacional de Saúde de R\$ 125.955,00.

Em relação ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF Guamá, consta no CENES o registro de uma equipe de NASF na modalidade 1, que não exerceu atividades no exercício de 2013, ensejando proposição de devolução ao Fundo Nacional de Saúde no valor de R\$ 220.000,00. Outra irregularidade foi a não localização da unidade da família denominada USF Tenente, embora constasse na folha de pagamento o nome de profissional mais lotados na suposta unidade.

Quanto aos recursos financeiros, o MS repassou à Sesma no período auditado (janeiro a Agosto de 2013) o valor de R\$ 19.424.300,84 para serem aplicados em diversos programas, dos quais a auditoria recomenda a devolução de R\$ 923.359,04 pelo "descumprimento da legislação vigente por parte dos gestores da SMS, dos quais R\$ 121.044,84 para o Fundo Municipal de Saúde e R\$ 802.315,00 para o Fundo Nacional de Saúde.

"A preocupação maior é que os resultados impactam diretamente na qualidade da assistência prestada na Atenção Básica, sobrecarregando a já deficiente rede de atenção à média e alta complexidade de saúde do município de Belém", afirma o diretor do Sindmepa João Gouveia sobre os registros da auditoria do MS. (Com informações da Ascom/Sindmepa)

A preocupação maior é que os resultados impactam diretamente na qualidade da assistência prestada na Atenção Básica"

João Gouveia, Sindmepa

Matéria nº 33

A6 BELÉM

SEGUNDO LEVANTAMENTO FEITO PELO MEC

Diário do Pará
QUINTA-FEIRA, Belém-PA, 23/10/2014

Jatene paralisou 381 obras em escolas

Estas obras estão com recursos bloqueados ou impedidos de ser repassados pelo MEC por falta de capacidade de gestão

LUIZA MELLO
De Brasília

O governador Simão Jatene (PSDB) acumulou um recorde em sua gestão: acumulou um total de 381 obras de infraestrutura para escolas públicas estaduais paralisadas e que estão com recursos bloqueados ou impedidos de serem repassados pelo Ministério da Educação (MEC) por total falta de capacidade de gestão por parte da Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

O Simec - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle dos recursos repassados pelo MEC por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - mostra que 330 obras estão com bloqueio total de recursos; outras 13 estão com problemas que impedem o repasse de recursos e 38 encontram-se com problemas de preenchimento de informações básicas, mas que em elas não é possível fazer novos repasses.

Todas as informações sobre a execução de recursos relativos à Educação no Brasil devem ser repassadas obrigatoriamente para o FNDE pelo sistema Simec. O governo de Simão Jatene tem um recorde de informações no sistema de obras que não entraram em execução em um período de 365 dias, ou um ano após o repasse de recursos.

Jatene não conseguiu construir ou fazer a cobertura de nenhuma quadra de esportes prevista no programa PAC 2 e com recursos garantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O dinheiro que foi colocado na conta da Seduc nunca foi usado para este fim. São mais de 275 projetos aprovados pela



Enquanto as obras em escolas estão paradas, estudantes são penalizados com problemas estruturais que prejudicam o aprendizado

Caixa Econômica Federal e cujo repasse de recursos foi feito ao longo dos últimos quatro anos.

Os relatórios emitidos pelo Simec - aos quais o DIÁRIO teve acesso com exclusividade - mostram um declínio com a Educação no Estado do Pará. No Plano de Metas do Sistema, no que se refere ao Estado do Pará, há uma enorme lacuna vermelha onde se lê: "O seu estado já recebeu recursos para as obras aqui listadas (sic) e as mesmas apresentam pendências em sua execução. Enquanto o problema não for resolvido, o FNDE não procederá análise de novas demandas de obras, tampouco efetuará novos Termos de Compromisso com seu estado-município. Caso a situação tenha sido resolvida, favor atualizar o módulo de obras que o sistema será imediatamente desbloqueado e sua obra analisada - Equipe PAR MEC/FNDE".

CONSTRUÇÕES

Ou seja, o sistema que gerencia todas as dezenas de milhares de obras financiadas pelo Ministério da Educação em todo o Brasil está totalmente fechado para o governo do Estado

do Pará. Em pelo menos 13 construções de escolas iniciadas em municípios paraenses, o MEC já considerou como "obra paralisada".

O município mais prejudicado com o decurso do governo de Simão Jatene com a Educação é o capital.

Belém tem ao todo 79 obras paralisadas ou não executadas pelo governo Jatene. O total inclui desde pequenas intervenções, como construção e cobertura de quadras esportivas, até grandes projetos educacionais que poderiam estar beneficiando milhares de alunos, como é o caso da construção do Instituto de Educação do Estado do Pará - Brasília Profissionalizante, cujas obras de ampliação e reforma estão há mais de 60 dias sem nenhuma intervenção, mesmo tendo sido executados 94,96% do total da obra.

A Escola Estadual Urbana do Bairro Juruá é outro exemplo de desmazelo e desprezo pela necessidade da população: com 32,95% de execução de um contrato assinado em 2011, o governo Simão Jatene não avançou nem 10% do que era previsto nas três últimas medições feitas pelo Ministério da Educação. A Es-

cola Estadual Nova Belém, em Mosquito, tem 61,37% de execução, mas a Seduc abandonou o canteiro de obras há mais de 60 dias e teve avanço inferior a 10% nas últimas três medições.

RECURSO

Em todas as obras da Educação abandonadas pelo governador Simão Jatene no território paraense e listadas pelo Ministério da Educação há a observação de que o dinheiro chegou aos cofres da Secretaria de Estado da Educação, mas não houve capacidade da equipe de Jatene de realizar estas importantes obras para os estudantes do Pará.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação apoia a construção, reforma e/ou ampliação de escolas públicas, além de bancar recursos para a construção de quadras e coberturas escolares utilizando projetos padronizados em escolas com mais de 100 alunos matriculados que não tenham quadra coberta declarada no censo escolar.

O FNDE também transfere recursos para a construção de creches pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de

Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Prolinfância) e para construção e ampliação de escolas de ensino fundamental. É possível conferir o repasse destes recursos no portal www.fnde.gov.br/ / liberação de recursos.

Mais de R\$1,5 bilhão já foi conveniado pelo Ministério da Educação para estimular a implementação de ensino médio integrado à educação Profissional nos estados. O dinheiro deve ser empregado em obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Até o fim de 2014 estão previstos repasses de recursos da ordem de R\$1,6 bi aos estados e municípios que ofertam educação profissional no país.

RESUMO

SITUAÇÃO DAS OBRAS

O Simec - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle dos recursos repassados pelo MEC por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - mostra

O seu estado já recebeu recursos para as obras aqui listadas (sic) e as mesmas apresentam pendências em sua execução. Enquanto o problema não for sanado, o FNDE não procederá análise de novas demandas de obras, tampouco efetuará novos Termos de Compromisso com seu estado/município. Caso a situação tenha sido resolvida, favor atualizar o módulo de obras que o sistema será imediatamente desbloqueado e sua obra analisada - Equipe PAR MEC/FNDE"

Trecho de relatório do Simec

que 330 obras estão com bloqueio total de recursos; outras 13 estão com problemas que impedem o repasse de recursos e 38 encontram-se com problemas de preenchimento de informações básicas, mas que em elas não é possível fazer novos repasses.

Pará virou um canteiro de obras paradas

Água Azul do Norte, Oeiras do Pará, Tucumã, São Félix do Xingu, Brasil Novo, Garrafão do Norte, Rondos do Pará, Salvaterra, Faro, Redenção, Mocajuba, Capitão Poço, Rio Maria, Itaituba, Alenquer, São Sebastião da Boa Vista, Tailândia, Oriziminda, Santa Maria das Barreiras, Novo Progresso, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Marabá, Breves, Ulianópolis, Alenquer e muitos outros são municípios que têm em comum obras de construção, reforma e/ou ampliação de escolas estaduais e de escolas profissionalizantes abandonadas pelo governo Simão Jatene.

Capitão Poço, com pouco mais de 22 mil habitantes, é o espelho do desleixo do governo do Pará com a educação das crianças do município. Apesar de a maioria das escolas públicas do Pará se situar nas colocações mais baixas no ranking nacional do Ministério da

Educação - o índice de Desenvolvimento da Educação Básica - algumas são ainda piores, como as de Capitão Poço, de Jacareacanga e de oito dos 16 municípios do Marajó, entre outros.

Qualquer gestor pensaria em focar nestas piores situações de ensino público e dar melhores condições para os alunos, mas esse não é o caso do governo do Estado do Pará. Capitão Poço faz parte de uma lista de municípios onde o avanço das obras foi inferior a 10% nas três últimas visitas realizadas.

A obra de reforma e ampliação da Escola Estadual Augusto Olimpio, em Nova Timboteia, parou com 26,15% de execução. Em Santarém, onde o governador Simão Jatene foi visitado por estudantes revoltados com a situação das reformas das escolas estaduais, duas importantes obras estão paralisadas: a reforma da Escola Estadual de Ensi-

no espaço educativo urbano, com 6 salas, não saiu do papel. Em Ponta de Pedras, a ampliação da Escola Estadual Dalcídio Jurandir não avançou e está com 38,11% de execução.

SEM AVANÇOS

Em Novo Progresso, a construção de uma unidade do programa Brasil Profissionalizado Pirou com 66,4% de execução e a medição feita pelo Ministério da Educação mostra que o avanço das obras foi inferior a 10% nas três últimas visitas realizadas.

A obra de reforma e ampliação da Escola Estadual Augusto Olimpio, em Nova Timboteia, parou com 26,15% de execução. Em Santarém, onde o governador Simão Jatene foi visitado por estudantes revoltados com a situação das reformas das escolas estaduais, duas importantes obras estão paralisadas: a reforma da Escola Estadual de Ensi-

no Médio Maestro Wilson D da Fonseca, com 60,56% de execução, e da 5ª Unidade Regional de Educação, com 90,03% executado.

Em Novo Repartimento, a ampliação da Escola Estadual Paulo VI está paralisada desde as últimas três visitas feitas pelo FNDE, com avanço inferior a 10% de um total de 66,73% executado. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ana Teles, em Benevides, estava sendo adaptada dentro do programa Brasil Profissionalizado. Mas a Seduc não conseguiu executar nem 3% do total da obra.

Em Palestina do Pará, os alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 21 de Abril sofriam com a interrupção da obra de ampliação e reforma, que chegava a ser executada em 91,99%, mas parou. Monte Alegre também vive a mesma situação: a reforma e ampliação da Esco-

la Estadual Francisco Nobre simplesmente parou ao atingir 74,31% de execução. O mesmo acontece com as escolas estaduais São Francisco de Assis, em Tailândia, com a obra de ampliação paralisada com 46,39% de execução e a Salomão Matos, em Salvaterra, com 22,25% executados.

Castanhal sonhou em ter uma Unidade Regional de Educação Profissionalizada, mas há mais de um ano o governo do Estado não conseguiu sair de 1% de execução, segundo o relatório. A medição feita pelos engenheiros do Ministério da Educação mostra que a unidade do Brasil Profissionalizado de Santana do Araguaia também está paralisada, com 78,74% de execução há mais de 60 dias.

O abandono de obras de novas escolas da rede pública estadual avança por outros municípios. Foram destinados recursos do Ministério da Educação para

novas unidades nos municípios de Irituia (parada com 17,99% de execução); Garrafão do Norte (44,96%); Parauapebas (49,13%); Mocajuba (48,64%); São Félix do Xingu (64,04%); Oeiras do Pará (30,11%); Água Azul do Norte (70,77%); Tucumã (68,17%); e Curuçá (37,70%). Em todas estas obras, consta no relatório do FNDE a seguinte observação: "obra com avanço inferior a 10% nas três últimas visitas".

PROGRAMA

O programa Brasil Profissionalizado do FNDE, tem como objetivo incentivar o Ensino Médio das redes estaduais de ensino do país à profissionalização. A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas.

Matéria nº 34

A4 POLÍTICA

BENEFÍCIOS SEM LICITAÇÃO NO DETRAN



Quem explica tantos privilégios, Sr. Jatene? Para atender condutores com serviços pagáveis, a Climept ocupa sem cerimônia espaços em nove das 12 unidades do Detran no interior do Pará. O resultado são filas intermináveis para atendimento

Empresa fatura mais de R\$17 mi sem contrato

Mais de um ano após as denúncias do DIÁRIO, esquema de favorecimento de contrato no governo Jatene para exames e biometria para habilitações continua se expandindo e o lesando os cofres públicos

DA REDAÇÃO

Um ano e cinco meses se passaram desde que o DIÁRIO revelou todo o esquema que ocorre no Departamento de Trânsito do Estado (Detran) que beneficia desordenadamente a empresa Climept Médicos SCE Ltda., responsável pelos exames médicos e psicotécnicos em condutores que buscam tirar ou renovar a carteira de habilitação. De lá para cá, nada mudou, a não ser o aumento dos gordos repasses para os cofres da empresa que há sete anos monopoliza o serviço ao órgão.

O Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Sisafem) mostra que desde 2011, primeiro ano da administração Simão Jatene, a Climept já recebeu dos cofres públicos exatos R\$ 106.093.280,65. São nos nove primeiros meses desse ano, a empresa faturou mais de R\$ 23 milhões dos cofres públicos e - pasmem! -, desde abril, esse dinheiro todo vem sendo pago sem contrato "por fora".

De abril a setembro, foram R\$ 16.710.611,82 recebidos irregularmente pela clínica.

A confissão da ilegalidade



foi feita pela própria diretora-geral do Detran, Glaura Iolanda Brito Pires, na frente da promotora pública Maria Oliveira Muniz Gomes, da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, no mês passado, durante reunião convocada pelo Ministério Público para debater o credenciamento de empresas prestadoras de serviço do Detran a pedido de empresas que estão sendo prejudicadas com a situação. Glaura Pires admitiu ainda que a empresa que faz a biometria dos condutores dentro das unidades da Climept também recebe sem contrato, só que por um prazo bem maior: um ano.

No fim de abril, o Detran baixou a Portaria 870/2014-DG, mas o credenciamento inexplicavelmente não vai. Por estarem instaladas em prédios próprios ou alugados, o preço dessas clínicas é gramado. Além disso, todas têm um custo também maior se comparadas à Climept, que

A confissão da ilegalidade foi feita pela própria diretora-geral do Detran, Glaura Iolanda Brito Pires, na frente da promotora Maria Oliveira Muniz Gomes

ENTENDA

Confira os repasses feitos pelo governo Simão Jatene para a Climept Médicos SCE Ltda:

2011	R\$27.554.298,36
2012	R\$25.627.514,29
2013	R\$29.632.561,15
2014	R\$23.278.906,85 (até agosto)
TOTAL	R\$106.093.280,65

conta com uma ajuda de "pai para filho" do Detran, que permite que essa empresa utilize o espaço de nove das 12 unidades do departamento pelo interior para atender os condutores, sem desembolsar um tostão pela benesse.

minhou para a Assessoria de Imprensa do Detran questionamentos acerca do contrato do órgão com a Climept, mas nenhum posicionamento havia sido encaminhado.

Após mais uma reunião com a presença do secretário de segurança pública Luiz Fernandes e diretores do órgão dia 14, Glaura Pires formou uma comissão de servidores para ajustar a portaria de abril passado.

COMENTE ESTA NOTÍCIA NO DOL

www.diaodopara.com.br

Diário do Pará

TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 21/10/2014

INSEGURANÇA PÚBLICA



Rubens Teixeira denuncia que governo maquiava dados sobre violência

Povo sofre para fazer boletim de ocorrências

PRYSCILA SOARES

Um jovem que preferia não ser identificado denunciou ao DIÁRIO a ausência de expediente durante os finais de semana em seccionais da capital, o que tem dificultado a investigação dos crimes. A vítima relatou que, na última quinta-feira, por volta das 21h, participava de um aniversário na travessa 14 de Março, no bairro do Umarizal, quando as pessoas que estavam na festa foram surpreendidas por um assalto praticado por dois adolescentes de aproximadamente 14 anos e uma criança que aparentemente ter menos de dez anos.

Um dos adolescentes estava armado e o trio levou diversos pertences dos convidados, além de dois celulares da vítima. "Eles levaram tablet, celular, cordão e depois foram para o Diogo Moia onde tinha um taxi esperando por eles. No mesmo dia registrei um boletim de ocorrência pela internet e fui para as operadoras para fazer os chips. Quando fui na sexta-feira o meu celular ligou para o meu celular e uma mulher atendeu pedindo R\$ 200. Eu liguei para o 190 e eles me orientaram a ir até uma seccional. Mas, para a minha surpresa, no sábado de manhã fui à Seccional da Pedreira e não tinha expediente. Foi orientado a voltar na segunda-feira (20). A gente se sente vulnerável sem a ajuda da polícia", disse.

"Pela inércia do governo do estado em não fazer concurso público e todas as delegacias da periferia deveriam ter plantão 24 horas com delegados, escrivães e investigadores", diz Teixeira.

A reportagem solicitou resposta à Assessoria da Polícia Civil, mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.

dores. Uma equipe complexa. É o que o governo não fez. Eles querem colocar os investigadores para fazer ocorrências, o que não é atribuição do investigador. Eles criaram seis centrais deflagrante para atender a Região Metropolitana. Com isso, eles deixam de atender a população e de fazer a segurança pública com o tem que se fazer", afirma o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Pará (Sindpol), Rubens Teixeira.

O Sindpol divulgou um relatório atualizado de registros de ocorrências policiais no Estado. São de janeiro a até dez dias passados, deste mês, já foram praticados 2.976 homicídios e 123 latrocínios em todo o Estado. No ano passado, o Pará contabilizou 3.986 crimes, entre latrocínios e homicídios. "Isso é uma prova de que a segurança pública não está funcionando. Eles querem colocar o investigador para fazer ocorrência, para tapar o sol com a peneira, não fazendo as atribuições dele que é investigar os crimes e cumprir mandados de prisão. São menos de 10% dos crimes de homicídios e latrocínios resolvidos. Eles alegam que não existe necessidade de funcionamento noturno nas delegacias. Nos bairros de áreas vermelhas eles dizem que não há necessidade, além do ganho de manter essas delegacias abertas. Esses quatro anos de mandato foram assim. É uma forma de maquiagem estatística", diz Teixeira.

A reportagem solicitou resposta à Assessoria da Polícia Civil, mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.

AGENDA DOS CANDIDATOS

HELDER BARBALHO (PMDB)

Manhã: 8h: Entrevista à rádio Mix FM
10h: Gravação de programa para Horário Eleitoral Gratuito.
Tarde: 15h: Caminhada do 15.

SIMÃO JATENE (PSDB)

Manhã: 8h30: Gravação de programa para Horário Eleitoral Gratuito.
10h30: Entrevista para o SBT.
12h40: Entrevista para o SBT Esporte.
Tarde: 16h: Reunião com a coordenação de campanha.
Noite: 18h: Gravação de programa para Horário Eleitoral Gratuito.

GILMAR COSME DOS SANTOS

MISSA DO 7º DIA - CONVITE

A Diretoria da Festa de Nazaré informa à comunidade o falecimento de Gilmar Cosme dos Santos, grande colaborador e amigo desta instituição e da Igreja de Belém, e convidada para a Missa do 7º Dia em sufrágio de sua alma hoje, dia 21 de outubro, na Igreja da Sé, às 19h30. Desde já, agradece a todos os que comparecerem a este ato de fé cristã.

MP obriga Detran a fazer termo de ajuste de conduta

Tramita no Ministério Público um procedimento administrativo que apura a irregularidade na contratação por dispensa de licitação da Climept e a renovação do contrato pelo Detran em caráter emergencial. O MP recomenda que não sejam feitas novas contratações com a empresa e que o Detran inicie o processo de credenciamento de empresas nos termos do que determina o Conselho Nacional de Trânsito (Contrans).

Ocorre que o Detran não atendeu ao MP, que ingressou

com a Justiça com uma ação de Improbidade Administrativa em face do ex-diretor-geral Walter Wanderley de Paula Pena, por ter procedido justamente ao contrário da recomendação: contratou emergencialmente a Climept e não pensou em licitação.

Pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Detran, MP e representantes da empresa que pleiteiam o credenciamento e o Detran, o departamento se compromete a regularizar o credenciamento das empresas que cumpriram os

requisitos exigidos na portaria em 60 dias, prazo que encerra no início de novembro. Em caso de descumprimento do TAC, a diretora-geral Glaura Pires terá que pagar multa. A promotora Helder Muniz assegurou que entrará com um Ajuízo de Cível Pública na Justiça caso o Detran descumpra o TAC.

As falcatruas de fontes de denúncia do Detran dão conta que a habilitação das clínicas só ocorrerá após as eleições, já que o governo não pretende mexer no governo da Climept. O jornal enci-

Matéria nº 35

A6 BELÉM**ESCOLAS SUCATEADAS**

Governo Jatene abandona estudantes de Ananindeua

O DIÁRIO foi em duas escolas no município e constatou: alunos estão entregues à própria sorte

RENATA PASSO

De dentro da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista Rômulo Maiorana, a sala de 3ª série replica. "Deixa o amor de Deus para o governo reformar a escola", diz a professora. A sala, se encontra deserta, com as cadeiras empilhadas e as paredes pintadas de branco. Não há nenhum aluno, nem mesmo os professores. A escola, localizada no Conjunto Cidade Nova 8, NE - 48, em Ananindeua.

Enquanto anda pelos corredores, rumo a uma das salas de aula, ela contempla a paisagem desoladora. O matagal toma conta do espaço. Já em sala, as paredes coloridas despertam a atenção. Não há nenhum aluno, nem mesmo os professores. A escola, localizada no Conjunto Cidade Nova 8, NE - 48, em Ananindeua.

Durante as aulas de educação física, os estudantes correm rio. As práticas são realizadas entre 11 horas e meio-dia. Além de jogar no sol quente, já que não há cobertura no espaço. O pior de tudo, que possivelmente é o mesmo, é o fato de que os estudantes não recebem nenhum material para as aulas.

"A educação física é o único que não tem a quadra lá pra cá. As portas das salas estão quebradas. As paredes pintadas. São os próprios funcionários que fazem o trabalho de pintura. A direção diz pra gente que o governo não faz os recursos", reclama a estudante.

"Aqui é uma verdadeira escola", avalia a doméstica Nilvana Marques da Cruz, 36, mãe da aluna Rayssa Cruz Martins, 12 anos. Rayssa também reclama das condições de onde estuda. "Eles não limpam a sala. Está toda suja. O ventilador tá quebrado. As vezes faz barulho e a gente pensa que vai cair", conta. Jocelyne Soares Miranda, 12 anos, diz que faz tempo que a escola não tem mais nenhum professor. Quando chega, ela só vai cair", conta. Jocelyne Soares Miranda, 12 anos, diz que faz tempo que a escola não tem mais nenhum professor. Quando chega, ela só vai cair", conta.



Na Escola Rômulo Maiorana, o matagal toma conta da área externa local

Breno Delson Cunha, 16 anos, conta que a falta de limpeza na sala dificulta o aprendizado. "Arrancaram a janela do meu lado e o meu cheiro de fora vem lá pra sala. Quando chove molha tudo". O estudante lembra de um aranha que teve dentro da escola no ano passado, e na vez em que lhe levaram o celular durante um assalto em frente à escola.

A aluna do 1º ano, Ranielly Fernandes, 17 anos, denuncia o acesso livre de pessoas nas dependências da escola, sem nenhum tipo de critério. "Aqui não tem nenhuma carteiraira. A pessoa põe o uniforme da escola e entra. Por isso que tem assalto aqui".

O porteiro da escola, que prefere não se identificar, confirma que não há uma vigília rígida para quem entra e sai do local. Os assaltantes pulam o muro e entram para roubar. A Secretaria de Educação do Estado (SEDEC) informou que está em curso uma licitação para contratação de empresa especializada em serviços de portaria para reforçar a segurança de todas as unidades da educação vinculadas à Seduc.

Ainda de acordo com a nota, a secretaria estuda controlar a entrada e saída dos alunos e servidores das unidades de educação com catracas biométricas. A autorização de entrada de outras pessoas, cabe a direção da escola. Sobre a reforma na Lucy Correa de Araújo, está programada para o ano que vem.

Breno Delson Cunha, 16 anos, conta que a falta de limpeza na sala dificulta o aprendizado. "Arrancaram a janela do meu lado e o meu cheiro de fora vem lá pra sala. Quando chove molha tudo". O estudante lembra de um aranha que teve dentro da escola no ano passado, e na vez em que lhe levaram o celular durante um assalto em frente à escola.

A aluna do 1º ano, Ranielly Fernandes, 17 anos, denuncia o acesso livre de pessoas nas dependências da escola, sem nenhum tipo de critério. "Aqui não tem nenhuma carteiraira. A pessoa põe o uniforme da escola e entra. Por isso que tem assalto aqui".

O porteiro da escola, que prefere não se identificar, confirma que não há uma vigília rígida para quem entra e sai do local. Os assaltantes pulam o muro e entram para roubar. A Secretaria de Educação do Estado (SEDEC) informou que está em curso uma licitação para contratação de empresa especializada em serviços de portaria para reforçar a segurança de todas as unidades da educação vinculadas à Seduc.

Ainda de acordo com a nota, a secretaria estuda controlar a entrada e saída dos alunos e servidores das unidades de educação com catracas biométricas. A autorização de entrada de outras pessoas, cabe a direção da escola. Sobre a reforma na Lucy Correa de Araújo, está programada para o ano que vem.

Breno Delson Cunha, 16 anos, conta que a falta de limpeza na sala dificulta o aprendizado. "Arrancaram a janela do meu lado e o meu cheiro de fora vem lá pra sala. Quando chove molha tudo". O estudante lembra de um aranha que teve dentro da escola no ano passado, e na vez em que lhe levaram o celular durante um assalto em frente à escola.

A aluna do 1º ano, Ranielly Fernandes, 17 anos, denuncia o acesso livre de pessoas nas dependências da escola, sem nenhum tipo de critério. "Aqui não tem nenhuma carteiraira. A pessoa põe o uniforme da escola e entra. Por isso que tem assalto aqui".

O porteiro da escola, que prefere não se identificar, confirma que não há uma vigília rígida para quem entra e sai do local. Os assaltantes pulam o muro e entram para roubar. A Secretaria de Educação do Estado (SEDEC) informou que está em curso uma licitação para contratação de empresa especializada em serviços de portaria para reforçar a segurança de todas as unidades da educação vinculadas à Seduc.

Ainda de acordo com a nota, a secretaria estuda controlar a entrada e saída dos alunos e servidores das unidades de educação com catracas biométricas. A autorização de entrada de outras pessoas, cabe a direção da escola. Sobre a reforma na Lucy Correa de Araújo, está programada para o ano que vem.

Diário do Pará
TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 21/10/2014**AGENDA DE CONCURSOS**

ARMANDO CASTRO
fcastro@hotmail.com

Mais de 35 mil vagas em concursos públicos

Alheia à última semana da corrida presidencial, a agenda nacional de concursos públicos segue o seu cronograma normalmente. Nos próximos dias, quem planeja ocupar uma vaga no funcionalismo tem a chance de se inscrever em importantes seleções, como as da Petrobras e da Polícia Federal (PF). Ao todo, há 35.623 oportunidades em 277 certames em todo o país. Para garantir a escolha estabelecida, é importante ficar atento às datas e mergulhar nos estudos. A Petrobras oferece 633 chances para cargos dos níveis médio, técnico e superior. O edital já saiu, e a empresa já está com a seleção em andamento. A PF oferece 14 vagas para formação de agentes de segurança pública. A taxa é de R\$ 150,00 o cargo e o oferecimento de R\$ 7.514,33 e, para concorrer, é preciso ter diploma de curso superior. Os candidatos serão avaliados por provas objetivas e discursivas, exame de aptidão física, exame médico e avaliação psicológica. Haverá, ainda, uma etapa de Curso de Formação Profissional. As provas estão previstas para serem aplicadas em 21 de dezembro, em todas as capitais e no Distrito Federal (DF).

Polícia Federal encerra prazo para seleção com 600 vagas

O Departamento de Polícia Federal (DPF) recebe, até 26 de outubro, inscrições para o certame do órgão, que visa ao preenchimento de 600 vagas no cargo de Agente de Polícia Federal da Corporação. A participação pode ser confirmada no endereço eletrônico www.ceppe.unb.br. O edital já saiu, e a empresa já está com a seleção em andamento. A PF oferece 14 vagas para formação de agentes de segurança pública. A taxa é de R\$ 150,00 o cargo e o oferecimento de R\$ 7.514,33 e, para concorrer, é preciso ter diploma de curso superior. Os candidatos serão avaliados por provas objetivas e discursivas, exame de aptidão física, exame médico e avaliação psicológica. Haverá, ainda, uma etapa de Curso de Formação Profissional. As provas estão previstas para serem aplicadas em 21 de dezembro, em todas as capitais e no Distrito Federal (DF).

Dataprev lança edital com oferta de vagas para níveis médio e superior

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, lançou na edição do DOU de ontem, 20, seção 1, página 116, o edital de concurso público destinado à formação de cadastro de reserva de pessoal visando ao provimento de vagas que surgirem no decorrer do prazo de validade, que será de dois anos, prorrogável uma única vez por até igual período, a contar da data de homologação do certame. As vagas são para o cargo de Técnico de Trabalho Serforejadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo de R\$ 10,00 (cinco mil reais) e pelas normas internas da empresa e acordo coletivo de trabalho vigente. O concurso público será composto das seguintes fases: a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos/perfis; b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos/perfis de nível superior; c) prova de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos/perfis de nível superior; d) prova de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos/perfis de nível superior; e) prova de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos/perfis de nível superior. O edital já saiu, e a empresa já está com a seleção em andamento. A PF oferece 14 vagas para formação de agentes de segurança pública. A taxa é de R\$ 150,00 o cargo e o oferecimento de R\$ 7.514,33 e, para concorrer, é preciso ter diploma de curso superior. Os candidatos serão avaliados por provas objetivas e discursivas, exame de aptidão física, exame médico e avaliação psicológica. Haverá, ainda, uma etapa de Curso de Formação Profissional. As provas estão previstas para serem aplicadas em 21 de dezembro, em todas as capitais e no Distrito Federal (DF).

UnB abre processos seletivos para ingresso em cursos de graduação

A Universidade de Brasília (UnB) lançou editais com as normas para admissão em cursos de graduação da Instituição, nas modalidades Transferência Facultativa e Portador de Diploma de Curso Superior. Para a primeira opção, são ofertadas 1.243 vagas, e na segunda, existem 992 chances. As inscrições para as seleções estão abertas até 26 de outubro, nos sites www.ceppe.unb.br e www.unb.br/transferencia. A taxa é de R\$ 100,00 para ambas as seleções. Os candidatos devem observar os requisitos de participação em cada edital de abertura. Os dois processos seletivos terão etapa de prova escrita, prevista para ser aplicada em 14 de dezembro.

DICAS:

Senhor(a)s Prefeito(a)s e Administrador(a)s Público(a)s: Planejamento execução de Concursos Públicos com qualidade e segurança é com o IADES - Instituto Americano de Desenvolvimento, de Brasília/DF. Ligue (91) 8201-4848 / 9926-6776 ou envie e-mail para rcastro@americano.org.br

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

Comandante da guarda é denunciado

WALCARLOS

Uma audiência pública foi realizada ontem na Câmara Municipal de Belém, com o intuito de debater uma série de documentos que formalizam denúncias de servidores da Guarda Municipal de Belém (GMB) contra a conduta do Coronel Carlos Augusto Souza Machado, inspetor geral da GMB.

Ele é acusado de assédio moral pelos servidores, que culminou em dois homicídios de ocorrência policial neste ano. Desde 2013 tramitam dois processos judiciais, sendo um por violência doméstica e outro na justiça militar, no qual é acusado por lesão leve, perseguição e ameaça.

A GM Elizabete Mesquita, de 43 anos, atuava há cinco meses no Grupamento Ação Tática Comandos (ATACT) quando, segundo ela, teria sido obrigada pelo coronel a fazer outros serviços que não eram de sua competência. "Naquele momento acabei carregando muito estresse, muito medo e sei que não é minha função. Em seguida ele me ameaçou dizendo que eu iria me arrepender por ter questionado a fazer o trabalho sem lavar. Ele disse assim: 'Você já colocou sua mão em lugares piores e sua mão nunca saiu'. É humilhante passar por uma situação dessas. Tenho medo de andar na rua, de ir para o trabalho, de voltar da mesma forma. Sou guarda municipal e amo a minha profissão. Fico triste pelo que somos obrigados a fazer".

A vereadora Márcia Brito, responsável por convocar a audiência, relatou a série de denúncias feitas à Prefeitura de Belém e que obtiveram nenhuma solução. "Denúncias de uso indevido de carros, de desvio de verbas e de equipamentos que estão dentro da guarda municipal que foram usadas para cumprir uma tarefa de enfrentamento do problema do crack no município de Belém e cujos equipamentos como os quatro motos, o ônibus e os dois carros que serviram para o monitoramento estão sem uso, assim como as câmeras que vieram estão sem tarefa. Vamos entregar ao Ministério Público as denúncias e iremos formalizar o pedido de afastamento e de apuração".

Ministério Público as denúncias e iremos formalizar o pedido de afastamento e de apuração".

Representante do Ministério Público da promotoria de Direitos Constitucionais do Ministério Público do Estado (MPFE) Maria da Penha Buchaca afirmou que as responsabilidades serão apuradas. "Foram citados vários casos em que deverão ser apuradas as responsabilidades tanto na esfera civil quanto na esfera criminal. Essas denúncias todas devem ser dirigidas ao procurador geral do Ministério Público, porque dentro das jurisdições deverão atuar diversas promotorias. Uma conduta bem complexa que tem várias implicações, todas essas questões serão apuradas", garantiu.

"Vamos apreciar a questão da violação dos direitos humanos difusos e coletivos, iremos apurar a questão da violação dos princípios da administração pública. Um assédio moral, cabe ao Ministério Público entrar com ação de improbidade administrativa, a questão da responsabilidade da autoridade ou do ente público. Não tem que esquecer a questão de abuso de autoridade. Então, em tese, todos esses aspectos serão devidamente apurados e em seguida, judicializado algumas questões", assegurou.

A Assessoria de Comunicação da Guarda Municipal de Belém informou por telefone que a Guarda Municipal se manifestará quando for oficialmente indagada pelo Ministério Público.

possibilidade da autoridade ou do ente público. Não tem que esquecer a questão de abuso de autoridade. Então, em tese, todos esses aspectos serão devidamente apurados e em seguida, judicializado algumas questões", assegurou.

A Assessoria de Comunicação da Guarda Municipal de Belém informou por telefone que a Guarda Municipal se manifestará quando for oficialmente indagada pelo Ministério Público.

possibilidade da autoridade ou do ente público. Não tem que esquecer a questão de abuso de autoridade. Então, em tese, todos esses aspectos serão devidamente apurados e em seguida, judicializado algumas questões", assegurou.

possibilidade da autoridade ou do ente público. Não tem que esquecer a questão de abuso de autoridade. Então, em tese, todos esses aspectos serão devidamente apurados e em seguida, judicializado algumas questões", assegurou.

A Assessoria de Comunicação da Guarda Municipal de Belém informou por telefone que a Guarda Municipal se manifestará quando for oficialmente indagada pelo Ministério Público.

possibilidade da autoridade ou do ente público. Não tem que esquecer a questão de abuso de autoridade. Então, em tese, todos esses aspectos serão devidamente apurados e em seguida, judicializado algumas questões", assegurou.

Matéria nº 36

6

Fale com a redação (91) 3084 0126

QUARENTA PESSOAS ASSASSINADAS EM 48 HORAS

FOI ESSE O RESULTADO DA **VIOLÊNCIA NO PARÁ**, ENTRE A MADRUGADA DE SÁBADO (18) E A MADRUGADA DE ONTEM

J.R. AVELAR

A violência não para no Pará e continua fazendo vítimas, colocando o Estado como um dos violentos do Brasil e do mundo, deixando o Pará com uma "sensação de desamor" jamais vista nos últimos 20 anos no Estado.

Em apenas 48 horas, entre o começo da madrugada de sábado (18) e o começo da madrugada de ontem (20), nossas equipes registraram, em todo o Estado, 40 mortes violentas, a maioria por arma de fogo e arma branca, sem contabilizarmos os acidentes de trânsito com vítimas fatais. A seguir, alguns dos casos que mancharam ainda mais de sangue o Pará nas últimas horas.

A violência do fim de semana começou dando as caras nas primeiras horas de sábado (18) e aconteceu na estrada do Tapanã, onde Walber Lima de Araújo, de 21 anos, pilotando uma moto, foi abordado por dois homens, reagiu e recebeu uma saraivada de balas, morrendo no local.

No município de Marabá, um homem sem identificação foi encontrado morto dentro de uma residência no Km-7 da rodovia que corta este município, na localidade conhecida como invasão

da Coca-Cola. O IML fez a remoção e a Polícia Civil abriu inquérito em que pese a falta de informação.

No município do Moju, na região do Baixo Tocantins, Joaquim Cunha, 40, foi encontrado morto com várias terçadadas pelo corpo e já em estado de decomposição, fato ocorrido na vila Monte Sinai, na zona rural do município do Moju.

Em Capitão Poço, no bairro Coutelândia, Walmir Soares Ferreira, que estava desaparecido há dois dias, foi encontrado morto com sinais de violência dentro de uma residência sem que testemunhas ou vizinhos pudessem adiantar as circunstâncias do crime.

No município de Breu Branco, policiais militares foram acionados para verificar um homicídio que teve como vítima um homem sem identificação, cujo corpo foi encontrado na vicinal principal da localidade Roça Comprida e, pelas características, foi vítima de pauladas.

Também em Breu Branco, Maria da Conceição Leite Nascimento, de 61 anos, foi encontrada ardendo em chamas próximo à vicinal da Galleti e a polícia investiga se a morte da mulher foi acidental devido aos fios de alta tensão no local ou se foi cometida por alguma pessoa.

Em Parauapebas, Elmede Carvalho de Oliveira, de 47 anos, foi morto na localidade "Cachoeira das Praças" por dois adolescentes, sendo que um deles acabou apreendido e confessou a participação no crime.

Em São João do Araguaia, Walcineide Monção Ferreira foi vítima de homicídio culposo conforme solicitação da promotora de justiça Mayanna Queiroz, uma vez que a vítima internada no Hospital Municipal acabou evoluindo a óbito em circunstâncias não definidas.

No município de Igarapé-Miri, as mortes também não param. Vitor Adriano Gonçalves, o "Mourão", e Elivelton Pantoja, o "Gordo", foram alvejados mortalmente por dois homens durante um confronto de gangues na rua Padre Vitório, no perigoso bairro das Cinco Bocas.

No Distrito Industrial, em Ananindeua, na travessa São Paulo, Rogério de Lima Trindade, de 32 anos, foi alvejado com dois disparos de arma de fogo, tendo como acusado um homem conhecido como Washington, com quem a vítima teria uma rixa e estaria marcado para morrer.

No bairro do Guamá, a Polícia Civil registrou o homicídio do qual foi vítima um rapaz identificado apenas como André, o "Perinha", que foi morto com várias estocadas dentro do cemitério público de Santa Isabel. E finalmente a Divisão de Homicídios registrou um homicídio no bairro da Marambaia.

Terminava o sábado com morte e o domingo não seria diferente. No município de Tailândia, Evangelista Ferreira de Jesus, de 20 anos, estava em frente a um sítio no bairro da Jaqueira quando dois homens em uma motocicleta surgiram e dispararam vá-



Medo, revolta e lágrimas marcaram mais um fim de semana sangrento em todo o estado do Pará

Matéria nº 37

A4 POLÍTICA

Diário do Pará
SEGUNDA-FEIRA, Belém-PA, 20/10/2014

PESQUISA QUE LIBERAL NÃO PUBLICOU

Ibope também confirma a liderança de Helder

Levantamento feito pelo instituto mostra que o candidato do PMDB lidera eleições no segundo turno

DA REDAÇÃO

Segundo pesquisa Ibope divulgada pelo site de notícias GL, no último sábado (18), o candidato Helder Barbalho (PMDB) lidera as eleições no segundo turno, com quatro pontos percentuais a frente de Simão Jatene (PSDB), nos votos válidos, em que não aparecem os votos brancos e nulos e os indecisos. Helder tem 52% e Jatene 48%. A pesquisa foi encomendada pela TV Liberal, que divulgou oficialmente e foi omitida pelo jornal Liberal em sua edição de domingo.

Considerando os votototais, na pesquisa estimulada Helder está com 48% de intenções de voto e Jatene tem 45%. O total de eleitores que pretendem votar em branco ou anular o voto foi de 3%. Outros 4% não souberam ou não responderam.

A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O intervalo de confiança é de 95%.

Na pesquisa espontânea, Helder Barbalho é lembrado por 44%, ao passo que Simão Jatene é mencionado por 41%. Eleitores paraenses com intenção de votar em branco ou anular seu voto somam 4% e outros 11% não opinam a respeito.

Helder venceu o primeiro turno com 49,33% dos votos válidos, contra 48,48% de Jatene. O levantamento foi realizado entre os dias 14 e 16 deste mês, com 812 eleitores entrevistados.

Outro dado importante que a pesquisa aponta é que, independentemente da intenção de voto, 52% dos entrevistados afirmam que Helder vai ganhar a eleição, contra 35% de Jatene, 10% preferiram não opinar.

PRESIDÊNCIA
Já em relação aos candidatos à Presidência da República, o Ibope mostrou que, no Pará, a candidata Dilma Rousseff (PT) ganharia com tranquilidade, com 56% dos votos válidos. Assim, Aécio Neves (PSDB) teria 44% do total. No total de votos, esses



números somam 52% para Helder e 41% para Aécio. Os entrevistados que pretendem votar em branco ou anular o voto são 3% e os indecisos representam 3% do eleitorado do Estado.

Já a pesquisa nacional mostrou que os dois candidatos permanecem empatados tecnicamente. Aécio Neves (PSDB) apresenta 45%, enquanto a presidente Dilma (PT) tem 43%. Le-

vando-se em conta somente os votos válidos, o presidente apresenta 51% das intenções de voto contra 49% da petista.

A avaliação da atual administração federal melhora ligeiramente em relação ao observado na semana passada: 43% do eleitorado avalia o governo Dilma Rousseff como ótimo ou bom (crescimento de 4 pontos percentuais), 31% como regular e 25% como

ruim ou péssimo. A manobra com que Dilma vem administrando o Brasil é aprovada por 54%, ante 40% que a desaprovam.

RESUMO

REGISTRO

Apesquisa foi registrada no TRE do Pará (PA-00052/2014) e no TSE (BR-001121/2014).

PRESIDÊNCIA VEI

Programas sociais dominaram debate

FOLHAPRESS

O debate entre os presidentes Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) na Record, neste domingo (19), repetiu o embate sobre a paternidade de programas sociais, assim como ocorreu no encontro anterior, no SBT.

Dilma se referiu ao Bolsa Família como "meu", ao comparar os resultados alcançados nos governos petistas com os obtidos pelo PSDB com os programas que mais tarde foram fundidos pelo PT.

Aécio destacou: "Candidata não faça isso com os Wasmileiros, meu Bolsa Família? Não é seu Bolsa Família, o Bolsa Família é daqueles brasileiros que mais precisam, espalhados por esse país, e vivendo esse terrorismo pré eleitoral de que o programa vai acabar se os adversários vencerem as eleições".

A discussão sobre a paternidade de programas seguiu com uma pergunta de Dilma, sobre o segundo bloco, sobre o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Após dizer ao adversário que o PSDB proibiu por meio de lei que o governo federal construisse escolas técnicas,

Dilma afirmou que o impedimento caiu na gestão de Lula. "O governo do presidente Lula construiu 214 escolas técnicas e eu construí 205. Foi com base nisso que nós fizemos o Pronatec", afirmou.

O candidato rebateu, argumentando que o governo FHC apenas definiu que as escolas técnicas fossem feitas necessariamente em parceria com Estados, municípios, ONGs e entidades ligadas ao Sistema S, como Sesi e Senai.

Ele então citou como "inspiração" do Pronatec o PEP (Programa de Educação Profissional), feito em Minas Gerais, e as ETECs (Escolas Técnicas Estaduais) paulistas, iniciativas implementadas em governos do PSDB.

Dilma contestou a paternidade tucana, de novo, citando o número de alunos matriculados no programa. "O Pronatec não tem semelhança com nenhum programa que está ocorrendo. Vocês jamais fizeram programa gratuito nessa escala, candidato, é completamente diferente."

Em suas respostas, o candidato do PSDB citou mais de uma vez relatório feito pela CGU (Controladoria-Geral da União), revelado pela Folha no domingo, que mostra desonheiro que foi empregado no Pronatec.

O documento afirma que alunos desistentes continuam contabilizados — as instituições podem ser remuneradas por eles, já que "não existe processo de prestação de contas nem análise e aprovação do cumprimento das vagas pactuadas com os ofertantes".

De acordo com o secretário, foram identificadas condições que contribuíram para esse não reconhecimento de algumas digitais, no dia 5 de outubro. Cerca de mil urnas apresentaram problemas no leitor biométrico, espalhadas pelo Distrito Federal, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraná. Esses equipamentos já foram localizados pelos técnicos da Justiça Eleitoral e estão sendo reparados para que possam ser utilizados no segundo turno. (Com informações do TSE)

RÁPIDA

TSE quer corrigir falhas na votação biométrica

No primeiro turno das Eleições 2014, 91,5% de reconhecimento dos eleitores por meio das digitais. Mesmo com o índice positivo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) trabalha para superar essa meta no segundo turno do pleito, no dia 26 de outubro. "As falhas são normais, mas nós pretendemos baixar esse índice de não reconhecimento, que hoje gira em torno de 8,5%, para, pelo menos, uma margem de 5%,"

IMPOSTO DE RENDA

Proposta pode aumentar restituição

AGÊNCIA O GLOBO

Uma proposta em discussão no Congresso Nacional pode aumentar o valor da tão esperada restituição do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas. O projeto, de autoria do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), prevê que a restituição passe a ser corrigida pela Selic, a taxa básica de juros, atualmente em 11% ao ano, a partir do dia 1º de janeiro do ano em que é declarada o IR. Forrente que, hoje, a devolução do im-

posto é corrigida pela Selic a partir de maio, mês seguinte ao fim do acerto de contas com o Leão.

Moka argumenta que isso significa um ganho indevido para a União, porque os contribuintes pagam IR sobre os 12 meses do ano. Ou seja, o fato gerador do tributo ocorre desde janeiro. Além disso, diz o senador, a correção a partir de maio acaba estimulando a demora na devolução dos valores às pessoas físicas.

"Desde o instante em que as retenções são realizadas,

a Fazenda Pública já pode utilizar a quantia, mas quando a devolve o faz de modo injusto. A atualização intempestiva propicia a demora na devolução das importâncias, haja vista ser vantajoso — pela ausência da correção durante meses — reter o dinheiro devido aos contribuintes. Há, desse modo, um enriquecimento indevido do poder público", diz o senador no texto da proposta que está agora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Ou seja, depois de apro-

vada no Senado, ela segue para votação na Câmara dos Deputados.

SUPERÁVIT

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal (Sindifisco Nacional), Cláudio Damasceno, a proposta é positiva, pois o Tesouro Nacional costuma atrasar o pagamento das restituições do IR quando precisa fazer caixa para realizar o superávit primário (economia para o pagamento de juros da dívida pública).

JOSÉ MARIA FROTA RÔLO

Falecimento, velório e enterro

Comunicamos o falecimento de JOSÉ MARIA FROTA RÔLO, ocorrido na noite de 19 de outubro deste ano. O velório será realizado na capela Recanto da Saudade, na Trav. Diogo Moia, e o funeral será às 11h no Recanto da Saudade, na BR-316. A família agradece a todos que comparecerem.

Matéria nº 38

A8 BELÉMDiário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 17/10/2014

RODOVIAS PRECÁRIAS

Pará tem as piores estradas do Brasil

Segundo a CNT, 84,4% das rodovias estaduais são classificadas como péssimas ou ruins

LUÍZA NELLO
De Brasília

O Pará tem 84,4% das rodovias estaduais classificadas como péssimas ou ruins pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). O trecho com pior avaliação foi o que liga os municípios de Natividade, no Tocantins. O segundo pior trecho do Brasil liga Belém a Guará, no Tocantins, passando pelas rodovias BR-222, PA-150, 151, 252, 287, 447, 475, 483 e TO-336.

Segundo a Pesquisa CNT de Rodovias 2014, as condições ruins das rodovias causaram parte dos 186 mil acidentes e das 8.551 mortes registradas em rodovias federais no ano passado.

Buracos grandes, pontes caídas e erosões na pista são os problemas mais críticos das estradas parenses. Pistas simples de mão dupla constituem 97,2% da malha viária do Pará. Nelas, 532 quilômetros, ou mais de 20% do total não têm nenhuma sinalização. Em 848 quilômetros, foram identificadas trincas e remendos no asfalto. Placas desgastadas ou ilegíveis somam 48% do total da sinalização das estradas no Pará.

O relatório apresentado ontem revela que metade do pavimento das rodovias brasileiras é classificada como regular, ruim ou péssima. São problemas como buracos e rachaduras. Nos 650 quilômetros de rodovias estaduais avaliadas no Pará, a CNT só classificou como ótimo um pequeno trecho de 31 Km. Em 456 quilômetros da PA-150, os técnicos da confederação classificaram o estado geral da rodovia como "regular". A pavimentação e a geometria também receberam a mesma classificação. Já a sinalização em toda a extensão da PA-150 foi considerada ruim.

Na PA-483, a pavimentação foi considerada péssima, mesma qualificação recebida pela PA-447. A CNT avaliou as condições da superfície do asfalto e constatou que 44,7% da extensão está desgastada.

A rodovia Marabá/Dom Eliseu (BR-222) é a terceira pior rodovia do Brasil. Este trecho da BR-222 que liga



Várias rodovias estaduais integram a lista das piores estradas brasileiras, segundo estudo da Confederação Nacional do Transporte divulgado ontem

Marabá a Dom Eliseu passa por Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo e Rondon do Pará e forma, junto à PA-150 e à BR-153, o principal eixo de integração do Estado do Pará. Permite o acesso de Belém a Brasília, além dos estados do Tocantins e Mato Grosso, ligando todo o Nordeste e o Sudeste. Os resultados mostram que 44,7% da malha pavimentada pesquisada apresentam desgastes e 19,1% têm trincas e remendos. Em outros 3,8% existem afundamentos, emalheços e buracos, enquanto em 0,5% a pista está simplesmente destruída.

GASTOS

Na média nacional, os gastos operacionais de transporte têm um aumento de 26% por conta da precariedade da malha rodoviária. Já na região Norte – principalmente nas estradas parenses, que concentram a maior parte dos pontos críticos –, o aumento das despesas é de 37,6%.

Para a CNT, falhas na execução do orçamento atreladas ao excesso de burocracia e incompetência dos gestores públicos contribuem para agravar o estado de conservação da malha viária. O investimento público federal previsto para a conservação de rodovias neste ano era de R\$ 11,9 bilhões, mas pouco mais da metade – R\$ 6,5 bilhões – foi utilizado. Corrigir as defici-

ências do modal rodoviário no Brasil demanda recursos de R\$ 293,8 bilhões.

"O governo precisa da parceria da iniciativa privada para oferecer uma melhor infraestrutura de transporte e as concessões são um importante caminho para melhorar as condições das rodovias e contribuir para o crescimento do país. A situação das rodovias sob gestão pública está muito pior em relação às concessionárias", avaliou Clésio Andrade, presidente da CNT (com Agência Brasil).

ENTRE AS PIORES ESTRADAS

O segundo pior trecho do Brasil liga Belém a Guará, no Tocantins, passando pela BR-222, PA-150, 151, 252, 287, 447, 475, 483 e TO-336.

PROBLEMAS CRÍTICOS

Buracos grandes, pontes caídas e erosões na pista são os problemas mais críticos das estradas parenses. Pistas simples de mão dupla constituem 97,2% da malha viária do Pará. Nelas, 532 quilômetros ou mais de 20% do total não têm nenhuma sinalização. Em 848 quilômetros foram identificadas trincas e remendos no asfalto. Placas desgastadas ou ilegíveis somam 48% do total da sinalização das estradas no Pará.



Confederação lista uma série de problemas detectados em rodovias estaduais do Pará

ESTRADAS DO PARÁ			
Classificação das características das estradas avaliadas em km	Rodovia	Extensão pesquisada (km)	Avaliação
TOTAL 2.621	PA-150	456	Regular
779	PA-252	24	Regular
222	PA-287	99	Ruim
51	PA-447	14	Ruim
	PA-475	41	Regular
	PA-483	16	Ruim

No PA, foram avaliados 2.621 quilômetros de estradas

Na pesquisa nacional, foram avaliados 98.475 quilômetros que correspondem a toda a malha viária federal, além de principais trechos de rodovias estaduais. De acordo com a CNT, somente 32,4% estavam em condições perfeitas de rodagem. No Pará, foram avaliados 2.621 quilômetros, sendo 1.074 de estradas federais e 650 de rodovias estaduais. Os pontos críticos na malha rodoviária aumentaram 32% nos últimos quatro anos. O levantamento abarcou quase a metade dos 203.599 quilômetros de rodovias

pavimentadas do país. Os trechos asfaltados, porém, representam apenas 12% do total de 1.691 milhão de quilômetros de estradas brasileiras. "É muito pouco para um país que quer crescer. A nossa densidade é muito menor do que a de países como a Argentina e o México. O Brasil precisa melhorar a extensão e a qualidade da sua malha rodoviária", afirmou o diretor executivo da CNT, Bruno Batista.

PONTOS

Entre os pontos críticos encontrados estão 28 quedas de barreira, 13 pontes caídas, 100 erosões na pista e 148 buracos grandes. O total de 289 ocorrências críticas em 2014 supera os 250 pontos identificados em 2013 e é 32% superior aos 219 problemas registrados em 2011. "Isso é

bastante preocupante porque é um reflexo imediato sobre a segurança das pistas, com relação direta sobre o número de acidentes", completou Batista. Com relação à sinalização das pistas, em 39,9% dos trechos rodoviários pesquisados a pintura das faixas laterais estava desgastada e em 15,9% era simplesmente inexistente. No caso da faixa central, havia desgastada em 40,8% da extensão analisada e em 5,8% não havia sequer sinalização. "Na chuva, por exemplo, esse desgaste aumenta muito a insegurança", explicou o diretor da CNT. A confederação também identificou falhas na ausência de dispositivos de proteção contínua – as chamadas muretas – em 45,9% dos trechos, todos eles estão com necessidade da estrutura. Em

11,8%, os dispositivos existiam de maneira adequada; em 77,7% estavam presentes apenas a parte do percurso; e nos 24,5% não havia a necessidade da estrutura. Como ponto positivo, as placas de sinalização vertical trechos rodoviários pesquisados a pintura das faixas laterais estava desgastada e em 15,9% era simplesmente inexistente. No caso da faixa central, havia desgastada em 40,8% da extensão analisada e em 5,8% não havia sequer sinalização. "Na chuva, por exemplo, esse desgaste aumenta muito a insegurança", explicou o diretor da CNT. A confederação também identificou falhas na ausência de dispositivos de proteção contínua – as chamadas muretas – em 45,9% dos trechos, todos eles estão com necessidade da estrutura. Em



Buracos nas estradas aumentam os riscos de acidentes

Matéria nº 39

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 17/10/2014

BELÉM Ali

CASO BETO JATENE

Programa de latene confessa crime

Propaganda eleitoral de Simão Jatene **confessa** que postos de gasolina de Beto Jatene abastecem carros oficiais do governo, mas **mente** dizendo que locais são arrendados

DA REDAÇÃO

É incrível, mas verdadeiro: o programa eleitoral do governador Simão Jatene **admitiu**, ontem, em rede estadual de televisão, que dois postos de gasolina pertencentes ao advogado Alberto Lima da Silva Jatene, que filho do governador, são credenciados junto à empresa Equatorial, que administra o cartão de crédito usado para abastecimento, de nome Petrocard, que fornece combustíveis ao governo do Estado. Ou seja: o programa **admitiu** que os postos de gasolina do filho do governador abastecem, sim, a frota de carros do governo estadual. O fato, que foi denunciado pelo DLÁ-RIO, e pode configurar improbidade administrativa, já está sendo investigado pelo Ministério Público, que agora pode contar até com a **confissão do crime**: basta requisitar cópia do programa eleitoral de Jatene, exibido à noite de ontem.

No entanto, ainda mais inacreditável é que o programa eleitoral de Jatene tentou negar que o filho do governador seja dono de três postos de gasolina em Belém. Segundo o programa, "Beto Jatene", como é mais conhecido, teria apenas arrendado esses três postos. Ilustrava os dois credenciados junto à rede de cartões Petrocard. O problema é que essa afirmação não se sustenta, já que o DLÁ-RIO tem em mãos as certidões da Junta Comercial do Pará (Jucepa) que mostram claramente a transferência de quotas desses postos de gasolina para Beto Jatene e seus sócios, o que significa que ele é, sim, um dos donos dessas empresas. Mas, como o programa de Jatene exibiu rapidamente documentos que comprovavam o aluguel, é o caso de se perguntar: será que, além de **improbidade administrativa (devido ao dinheiro público)**, será preciso investigar um possível crime de **falsidade ideológica**?

O primeiro posto adquirido por Beto Jatene foi o Verdão (CNPJ: 03.143.587/0001-86), na avenida Dr. Freitas, 1546, no bairro da Pedreira. Segundo a documentação da Jucepa, o Verdão foi comprado em junho de 2006, ainda no primeiro governo de Simão Jatene. A transferência de capital para Alberto e mais três sócios teria ficado em apenas R\$ 25 mil, apesar de a receita líquida do Verdão ter alcançado, naquele mesmo ano, mais de R\$ 7,9 milhões - diz o balanço patrimonial da empresa. Em abril de 2012, após várias alterações contratuais já no segundo governo Jatene, o Verdão passou a pertencer a apenas dois sócios: Beto Jatene e Eduardo Simões Araújo, um rapaz que tem o mesmo nome de um assessor especial do governo do Estado. O capital social ficou assim dividido: R\$ 16.668,00 para Eduardo Araújo, e R\$ 8.332,00 para Beto Jatene. E isso apesar de o Verdão faturar por ano, segundo o Serasa, R\$ 8,9 milhões.

O segundo posto foi o Umarizal (CNPJ: 14.082.648/0001-69), em março de 2007, três meses depois que o governador Simão Jatene deixou o governo. O posto fica em área nobre, na rua Jerônimo Pimentel, 651, no bairro do Umarizal.

tel, 651, no bairro do Umarizal, o metro quadrado mais caro de Belém. Mesmo assim, a transferência de quotas teria ficado em apenas R\$ 50 mil, para três compradores: Eduardo Simões Araújo, que ficou com R\$ 26.400,00; Beto Jatene, que levou R\$ 26.800,00; e Ricardo Augusto Garcia de Souza, também com R\$ 26.800,00. Detalhe: Ricardo é marido de Izabela Jatene de Souza, a outra filha do governador. Segundo o Serasa, o faturamento do Umarizal é de R\$ 9,9 milhões anuais.

O terceiro posto foi o Girassol (CNPJ: 01.087.686/0001-62), na rodovia Augusto Montenegro, 1800, comprado em março de 2011, logo no começo do segundo governo Jatene. A transferência de quotas para três sócios teria ficado em apenas R\$ 50 mil, apesar de ele possuir um faturamento estimado em R\$ 3,8 milhões anuais. Em 16 de novembro de 2012, segundo a Jucepa, o Girassol passou a pertencer apenas a Beto Jatene (com R\$ 16.665,00 das quotas) e Eduardo Simões Araújo (R\$ 33.335,00), já que o terceiro sócio, Nélio Pontes Murta Filho, deixou a sociedade.

Veja os documentos da Jucepa que comprovam a transferência das quotas desses postos de gasolina para Beto Jatene e seus sócios. E veja, também, certidões recentes da Jucepa mostrando que os postos continuam a pertencer a eles, pelo menos até o mês passado.

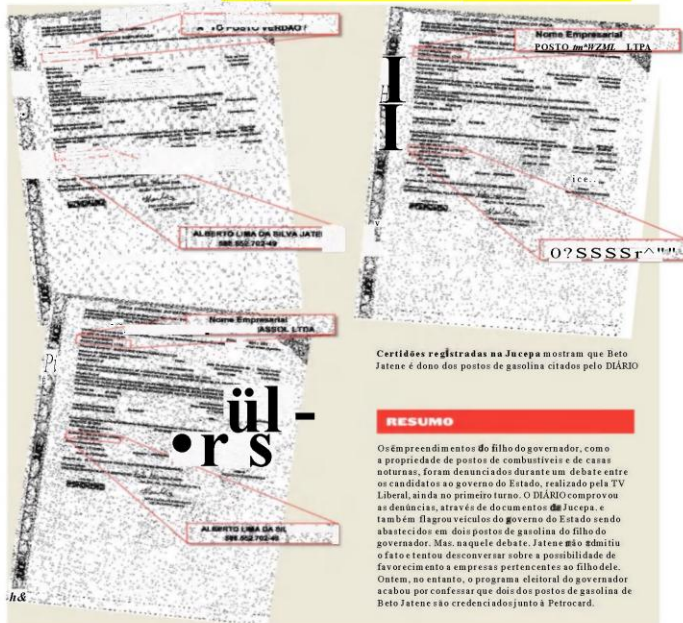
FAMÍLIA PRÓSPERA

Desde o ano 2000 (pelo menos), Beto Jatene foi apenas assessor em órgãos públicos estaduais. Apesar de ser advogado (registro 1793), buscou nos sites do Tribunal de Justiça do Estado e do Tribunal Regional da Federal da 1ª Região não retornam qualquer processo em que tenha atuado. O pai dele, o governador Simão Jatene, cansou de dizer, em campanhas eleitorais, que teve que se locomover para pagar os estudos. Além disso, Jatene sempre foi apenas funcionário público. Mesmo assim, além de sócio de três postos de gasolina, Beto foi, ou ainda é, sócio de pelo menos duas casas noturnas, os badalados bares Venturas. E só o apartamento que comprou, no 22º andar do luxuoso edifício Neon, vale R\$ 1,5 milhão.

O Neon fica na Dom Romualdo de Seixas, 1424, na esquina com a Antônio Barreto, no bairro do Umarizal. Cada apartamento lá (um por andar) tem 225 metros quadrados, sala para dois ambientes, sacadas, quatro suítes, três vagas de garagem, vista privilegiada da baía, dependências completas de empregada. O edifício tem piscina, gás central, sauna, sala de ginástica, salão de festas, entre outros equipamentos. No Neon também compraram apartamentos a irmã de Beto, a funcionária pública Izabela Jatene, e a mãe dele, a ex-mulher do governador, Heliana Lima da Silva Jatene, também funcionária pública.



Beto Jatene ganha milhões de reais por ano com postos que abastecem veículos do governo do pai



Certidões registradas na Jucepa mostram que Beto Jatene é dono dos postos de gasolina citados pelo DIÁRIO

RESUMO

O empresário neto do filho do governador, como a propriedade de postos de combustíveis e de casas noturnas, foram denunciados durante um debate entre os candidatos ao governo do Estado, realizado pela TV Liberal, ainda no primeiro turno. O DIÁRIO comprovou as denúncias, através de documentos da Jucepa, e também flagrou veículos do governo do Estado sendo abastecidos em dois postos de gasolina do filho do governador. Mas, naquele debate, Jatene não admitiu o fato e tentou desconectar sobre a possibilidade de favorecimento a empresas pertencentes ao filhotele. Ontem, no entanto, o programa eleitoral do governador acabou por confessar que dois dos postos de gasolina de Beto Jatene são credenciados junto à Petrocard.

OS POSTOS DE BETO JATENE

POSTO GIRASSOL
(CNPJ: 01.087.686/0001-62)
Rodovia Augusto Montenegro, 1800

Comprado em março de 2011, logo no começo do segundo governo Jatene. A transferência de quotas para três sócios teria ficado em apenas R\$ 50 mil, apesar de ele possuir um faturamento estimado em R\$ 3,8 milhões anuais. Em 16 de novembro de 2012, segundo a Jucepa, o Girassol passou a pertencer apenas a Beto Jatene (com R\$ 16.665,00 das quotas) e Eduardo Simões Araújo (R\$ 33.335,00), já que o terceiro sócio, Nélio Pontes Murta Filho, deixou a sociedade. (Na foto, abastecimento veículo oficial da Polícia Militar).



POSTO VERDÃO
(CNPJ: 03.143.587/0001-86)
Avenida Doutor Freitas, 1546, no bairro da Pedreira.

Comprado em junho de 2006, ainda no primeiro governo de Simão Jatene. A transferência de capital para Alberto e mais três sócios teria ficado em apenas R\$ 25 mil. Arrecada líquida de R\$ 7,9 milhões. Hoje, o local está apenas com os sócios Beto Jatene e Eduardo Simões Araújo, assessor especial do governo do Estado, com capital de R\$ 3 mil.



POSTO UMARIZAL
(CNPJ: 14.082.648/0001-69)
Rua Jerônimo Pimentel, 651, no bairro do Umarizal

Comprado em março de 2007, três meses depois que o governador Simão Jatene deixou o governo. A transferência de quotas para três sócios teria ficado em apenas R\$ 50 mil, para três compradores: Eduardo Simões Araújo, que ficou com R\$ 26.400,00; Beto Jatene, que levou R\$ 26.800,00; e Ricardo Augusto Garcia de Souza, também com R\$ 26.800,00. Ricardo é marido de Izabela Jatene de Souza, a outra filha do governador. Segundo o Serasa, o faturamento anual é de R\$ 9,9 milhões anuais. (Na foto, abastecimento veículo do Departamento de Trânsito).



Matéria nº 40

Diário do Pará
TERÇA-FEIRA, 8 de maio de 2014

PESQUISA IVEIGA

Helder abre 5,1 pontos de vantagem no segundo turno

Números da pesquisa mostram que liderança de Helder está consolidada: candidato do PMDB tem 47,1% de preferência dos eleitores contra 42% de Jatene

DA REDAÇÃO

O candidato da coligação Todos pelo Pará, Helder Barbalho (PMDB), lidera a disputa no segundo turno das eleições. Se a votação fosse hoje, Helder venceria com 5,1 pontos de vantagem. Na pesquisa estimulada — aquela em que o nome dos candidatos é apresentado aos eleitores — Helder lidera com 47,1% das intenções de voto contra 42% de Simão Jatene, que concorre à reeleição. Os eleitores que disseram votar em branco ou nulo somam 10,9%.

Os dados são do Instituto IVEIGA, comandado pelo cientista político Edir Veiga. No primeiro turno, o IVEIGA foi o único a apostar a liderança de Helder desde o início, fato que se comprovou com o resultado das urnas. Na pesquisa espontânea (quando o eleitor precisa lembrar o nome do candidato), o IVEIGA também aponta Helder como pleno favorito. Nesse caso, o candidato do PMDB tem 45,7%, enquanto o candidato à reeleição fica com 41,1%. Os brancos e nulos chegaram a 13,2% e os que não opinaram ou não opinaram representam 7,8%.

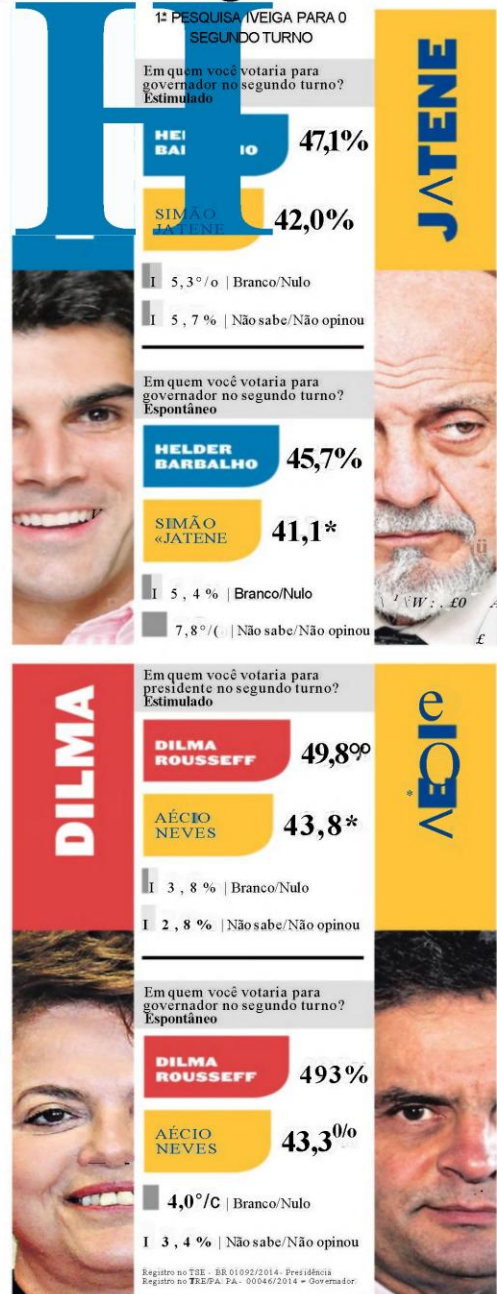
O IVEIGA ouviu 12 mil eleitores nos municípios de Santarém, Monte Alegre, Breves, Portel, Afuá, Marabá, Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Cametá, Bragança, Capangema, Moju, Igarapé-Miri, Tomé-Açu, Arajá, Viseu, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Paragominas, Redenção, Itaituba e Altamira.

A pesquisa foi feita entre os dias 9 e 13 de outubro e está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número 01092/2014 e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com o número 00046/2014. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

RESUMO

PRESIDÊNCIA

O Instituto IVEIGA aponta que o presidente Dilma Rousseff é o favorito para vencer as eleições no Pará. Ela aparece à frente do concorrente Aécio Neves nas pesquisas espontâneas e estimuladas. Na pesquisa estimulada, a presidente lidera com 49,8% das intenções de voto, enquanto Aécio tem 43,3%. Os brancos e nulos somam 3,8% e apenas 2,9% não opinaram. Na pesquisa espontânea, os números mudam pouco: Dilma fica com 45,7% e Aécio com 41,1%. Nesse caso, os brancos e nulos são 4,0% e 3,4% não opinaram.



Registro no TSE - BR 01092/2014 - Presidência
Registro no TRE/PA - PA - 00046/2014 - Governador

REDAÇÃO DE ARTE: D'ARIELLO VALERIO / DIÁRIO DO PARÁ

POLÍTICA A3

RD REPÓRTER DIÁRIO

O governador Simão Jatene teve a chance de avaliar a quantas anda sua popularidade ao irromper no camarote montado em frente à Estação das Docas, para acompanhar a passagem da Santa, no domingo do Círio. Nem suas orações ajudaram a evitar as suas vozes. Levou dos romceiros. Sem graça, Jatene devetera do graças a Deus que a berlinda passou rapidamente e aproveitou para também sumir o quanto antes da vista do povo. Antes, sob o pretexto de deixar em o sagem sobre o Círio, aproveitou para infringir as normas do TSE e ganhou generosos minutos para falar no vivo nas emissores da Rede Cultura. Para agonia dos ouvintes e telespectadores, o tucano deu fôlego o entusiasmo cívico de bazófia e potocês sobre "suas realizações".

Varanda

O Círio passou, mas a polémica em torno da Varanda de Nazaré permanece. A cantora Fafo de Belém, coordenadora do Espetáculo e patrocinadora das apresentações convidadas para prestigiar o Círio, teve a péchorra de afirmar que tirou dinheiro "do próprio bolso" para custear a vinda das personalidades, algumas absolutamente desconhecidas do público paraense. Na verdade, bombardeada por críticas ao fato de que só estivera em Belém em outubro para embolhar o cachê, acertado com o governo tucano, Fafo tenta esconder o fato de que o contrato lhe garante a cada Círio algo em torno de R\$ 350 mil, livres de impostos. Uma verdadeira graça da padroaria dos paraenses.

Perseguição

O Ministério Público de Santa Maria do Pará já recebeu denúncia para investigar coação explícita feita pelos aliados do prefeito interino do município, Alcir Costa, pau mandado e coordenador da campanha de Jatene no município, contra servidores municipais temporários, para que eles votassem no tucano no primeiro turno. Caso contrário, seriam demitidos ou transferidos para a zona rural. Todos na cidade-trevo já sabem que Costa irá manter o mesmo assédio sobre os servidores no segundo turno. Com a palavra, o MP.

Nova adesão

O prefeito de Redenção, Vanderlei Coimbra, aderiu ontem oficialmente à candidatura de Helder Barbalho. Depois de ter apoiado Simão Jatene no primeiro turno, o prefeito resolveu mudar de lado em respeito à vitória de Helder no município, que é um dos mais importantes da região do Estado. Com o apoio de Coimbra, a tendência é de que Helder amplie ainda mais sua votação no município neste segundo turno.

Buraco

Sob pressão dos servidores municipais, principalmente os que trabalham nas áreas de saúde e educação, por causa dos constantes atrasos no pagamento dos salários e as más condições de trabalho que oferece, o prefeito de São Domingos do Capim, Vitor Nakata (PSDB), agora vai ter que explicar à comissão processante instalada na Câmara Municipal o rombo deixado nos recursos do Fundeb. Já se sabe que o tucano não terá recursos suficientes para pagar os próximos três meses e o 13º salário dos professores e demais funcionários.

Abandono

Morador de Ananindeua denuncia a situação precária do prédio onde funciona a Secretaria de Habitação, totalmente abandonada por Manoel Pioneiro. O denunciante informa que o órgão fica no fim da estrada do Maguari, sem acessibilidade, com paredes rachadas e sem espaço de recepção. Um antitético prédio. Ao mesmo tempo, a população da área pergunta por onde anda o prefeito, que abandonou o município para trabalhar como cabo eleitoral do cambaleante candidato à reeleição.

LINHA DIRETA

Será na Arterial 18, em Ananindeua, às 19h, o grande comício de Helder o Lula.

Três municípios da Ilha do Marajó serão beneficiados com o envio de documentação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As ações ocorrem a partir de amanhã, indo até o dia 24, atingindo cinco comunidades e quatro vilas rurais de Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure.

Eles levarão os agricultores a oportunidade de colocar em dia os documentos. Segundo o delegado federal do MDA no Pará, Paulo Rocha, o mutirão vai resolver uma antiga carência da região. Na ação, serão emitidas gratuitamente as carteiras de identidade e de trabalho, além do CPF.

Funcionários antigos da Cohab em contato com o jornal mostram-se contrariados com a situação atual da companhia, culam a falta de programas de compra de votos através do programa Cheque Moradia. Relatam que pessoas empregadas pelo presidente José Hugo Barral comandam diretamente a operação.

Além de serem pressionadas a votar no candidato tucano, as pessoas que recebem o cheque são obrigadas a dividir parte do dinheiro (até 20% do valor) com funcionários encarregados da liberação. Impedidos para protestar, os demais servidores sofrem e sentem-se envergonhados com o desgate da imagem da Cohab, dominada pela corrupção tucana.

Diretoria do Rêmo espera bater o martelo amanhã de manhã na área do Curruel para um conhecido grupo de comunicação da cidade. O mesmo que em um dos interessados diretos na compra do estádio Evandro Almeida há cinco anos, durante a gestão do ex-presidente Amaro Klautau.

Ono da discordância está no valor do aluguel, R\$15 mil, com o dono do imóvel para o aluguel e a localização da área, em plena avenida Almirante Bessa. Consultados que fazem oposição à diretoria remista têm manifestado desgosto com os rumos da negociação.

Matéria nº 41

Diário do Pará
TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 14/10/2014

OPHIR LOYOLA

Pacientes padecem em filas para tentar consulta

Pacientes precisam madrugar nas filas, em outra constatação dura de como o governo do Estado trata a população no atendimento à saúde

DA REDAÇÃO

Referência no tratamento a pacientes com câncer no Pará, o Hospital Ophir Loyola (HOL) também remete a filas para se conseguir a tão sonhada consulta. Não há prioridade no atendimento a crianças e idosos, segundo constatou a reportagem do DIÁRIO na última sexta-feira. Os pacientes acabam passando a madrugada em frente ao hospital para tentar uma vaga.

"São dois meses tentando marcar meu ultrassom de hérnia. Ele está inchado. Se não tiver vaga, eu desisto. Não venho mais. Se tiver que vir ou não, morre de mesmo jeito, porque fica esperando", reclama a artista Claudine Cardoso, 32 anos.

Exatamente um semana estavam dentro da sala de atendimento do hospital. Claudine aguardava na fila do lado de fora. Não havia espaço suficiente para a quantidade de pessoas que precisavam ser atendidas.

Na sexta-feira houve registro de tumulto no local. Os pacientes reclamavam da desorganização e falta de orientação por parte dos funcionários. "Entra gente e não sai governo e continua tudo a mesma coisa. Eu já dormi em cima dessa fossa de goidura aqui na frente. Isso já aconteceu comigo várias vezes. Já é a segunda



Pacientes enfrentam longas filas para tentar obter uma senha para consulta no Ophir Loyola

da vez que venho aqui e não consigo ficha para atender meu filho", conta a técnica em enfermagem Dora Correa, 69 anos.

O filho é renal crônico e precisa fazer diálise todo mês. Para tentar uma consulta, a idosa chega antes das 5h da manhã e dorme na fila. "Eu faço isso devido à necessidade. Ele não pode vir pra fila. Ele tem uma carteirinha que diz que não pode ficar em fila. Mas aqui isso não importa", diz.

DEMORA fissura O pedreiro Sérgio Pereira, 45 anos, é cardíaco e necessita com urgência fazer uma operação de hérnia. O senhor relata que deveria ter sido operado em abril deste ano. Porém, até agora não conseguiu marcar os exames necessários para avaliação do médico, antes de entrar na sala cirúrgica.

"Era para eu ter feito em

abril uma operação de hérnia. Só que não me chamaram para fazer. Eu já operei do coração e vim marcar o ultrassom. Preciso passar pelos exames tudo de novo para poder remarcar a operação."

DOMICÍLIO Do município de Abaetetuba, a técnica em enfermagem Juliene Santos dos Santos, 36 anos, vem pelo menos cinco vezes ao mês para a consulta de filha de 10 anos. A criança tem labial/palatina, que é a separação dos lábios superiores em duas partes. Ambas chegam antes de amanhecer em Belém e aguardam até as 11h30 para serem atendidas pelo médico.

Além da consultiva de diagnóstico, Juliene precisa tirar dinheiro do próprio bolso para bancar o transporte e alimentação até o retorno para casa. A cada

viagem, ela gasta no mínimo R\$ 100. "O Tratamento Fora de Domicílio não funciona corretamente. Na hora de ceder as passagens, nem sempre as passagens estão disponíveis pela secretaria de saúde. Eu vou e compro, depois apresso to a nota. Eles reembolsam, mas com um valor inferior ao que eu paguei pelas passagens", relata.

O Ophir Loyola não havia se manifestado até o fechamento desta edição.



São dois meses tentando marcar meu ultrassom de hérnia"

Claudine Cardoso - artista

NOSSA SENHORA APARECIDA



Precisão encerra festividade em homenagem a Nossa Senhora

Fiéis homenageiam padroeira na Pedreira

Cerca de 400 pessoas participaram, na noite de ontem, da precissão em homenagem a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. O cortejo saiu por volta das 20h, após celebração na Igreja de Aparecida, no bairro da Pedreira.

Com uma tradição de mais de 30 anos, a procissão encerra a festividade iniciada no dia 03 de outubro e que realizou diversas ações religiosas, incluindo três procissões.

A última procissão contou com as tradicionais

velas acesas, que, segundo o padre Agninaldo Freitas, representam a luz de Cristo que ilumina o mundo.

A imagem de Nossa Senhora Conceição Aparecida, padroeira do Brasil, foi encontrada em 1717 por pescadores de São Paulo. "Manteve caminha na nossa frente e nos leva à salvação de Cristo. Ela é a mãe de Deus", explica o padre Agninaldo.

SSSETSSSI
www.diariodopara.com.br

COMUNICADO DE RECALL AOS PROPRIETÁRIOS DOS VEÍCULOS DA MARCA CHEVROLET



A General Motors do Brasil Ltda. convoca os proprietários dos veículos Chevrolet Trailblazer modelos 2013, 2014 e 2015 para, de forma gratuita, agendar a substituição dos cintos de segurança da terceira fileira de bancos.

Defeito: posicionamento incorreto de um sensor mecânico, o que ocasiona o travamento indevido do mecanismo retrator do cinto e impede que o cinto seja puxado para o seu alívio durante o período em que o veículo encontra-se sobre pequenas inclinações.

Riscos e suas implicações: a não utilização do cinto deixa os ocupantes do veículo desprotegidos em eventual colisão, aumentando as chances de lesões físicas graves ou até fatais.

Data do início do atendimento: a partir de 17 de novembro de 2014, mediante agendamento prévio.

Medidas preventivas: até o atendimento da campanha, certifique-se de que os ocupantes da terceira fileira de bancos estejam com os cintos afivelados durante todo o período de utilização do veículo.

Local de atendimento e agendamento do serviço: Rede de Concessionárias e Oficinas Autorizadas Chevrolet.

Dias e horários de atendimento: de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h.

Informações de contato: verifique se o seu veículo está envolvido na Central de Relacionamento Chevrolet.

- 0800-702-4200 - ou no site www.chevrolet.com.br.

O tempo estimado para a execução do serviço é de 1 (uma) hora.

Marca e modelo do veículo	Chassi nº	Data inicial e final da substituição
CHEVROLET TRAILBLAZER 2013, 2014 e 2015	Dx DC000354 a R064524	De 16/09/2012 a 30/09/2014

GM

HOJE

Terça-feira 14/10/2014

Nazaré

Peixes muito + baratos

PEIXARIA

Matéria nº 43

A8 BELÉM

MANIPULAÇÕES

Urnas desmentem pesquisas do liberal

Resultados do primeiro turno no Pará desmentiram dados manipulados publicados pelo Grupo Liberal

DA REDAÇÃO

As várias tentativas do Grupo Liberal de tentar enganar o eleitorado parense colocando o aliado Simão Jatene à frente de Helder Barbalho durante toda campanha para disputa do governo do Estado, nas várias pesquisas que divulgou, **caíram por terra** ontem. O resultado do primeiro turno em que Helder aparece com mais de 50 mil votos na frente de Jatene revela que **nenhum** candidato do PMDB **teve qualquer chance** antecipada na campanha. As pesquisas divulgadas pelo DIÁRIO durante toda a corrida eleitoral, feitas pelo Instituto Ivo Gonsalves Consultoria e Pesquisa, sempre mostraram **realidade**.

de a de que o povo parense está insatisfeito com o **anexo** governo e com os **escândalos** que envolvem diretamente o governador Simão Jatene. **Os índices** **desencantados** de Jatene têm se mostrado **espelhos** do Brasil.

O **auge** do desespero do jornal do Grupo Liberal se deu justamente no dia da votação: uma previsão ilusória desenhada pelo pouco conhecido Instituto Perspectiva Pesquisa - que sequer site oficial na internet possui - afirmou que Jatene ganharia o pleito ontem mesmo, com nada menos que sete pontos de diferença.

A **memorização** da pesquisa dada ontem pode ser confirmada com a vitória de Helder no 1º turno.

IGNORANDO

AJUSTE

Pelo visto, o Grupo Liberal não achou que tinha sido suficiente o **desrespeito** a decisão judicial, que lhe rendeu multas milionárias, **de não publicar**, uma semana antes, uma pesquisa do Ibope com suspei-

tas de fraudes, mais uma vez tentando dar um **exagero** **real** do candidato tucano, Jatene, que, como se viu ao final da apuração deste domingo, não existe. Fora a vitória de Paulo Rocha (PT) ao Senado, o **Instituto Perspectiva** **errou** tudo e mais um pouco: até no cenário nacional, colocando a candidata à presidência da República, Marina Silva (PSB), em segundo lugar.

Fora a vitória de Paulo Rocha (PT) ao Senado, o Instituto Perspectiva errou tudo: colocou até a candidata Marina Silva (PSB) em segundo lugar



O VOTO DE HELDER BARBALHO NO PAAR

Helder critica uso da máquina

DA REDAÇÃO

Recebido festivamente por um numeroso grupo de eleitores e simpatizantes que se concentraram desde cedo, o candidato ao governo Helder Barbalho se mostrava confiante na vitória no primeiro turno ainda pela manhã, quando votou na Escola Estadual Dom Alberto Gaudêncio Ramos, no Pará. "O povo do Pará está demonstrando, nas ruas, que quer mudança e a mudança está começando hoje pela vontade da população parense", afirmou o candidato do PMDB. "Nós vamos governar para todos os parenses. Vamos fazer um governo diferente, um governo presente e participativo".

coisa para ser feita no Estado, o que vai exigir do novo governo dedicação total. "Não perderei um minuto sequer. Vou doar o máximo de mim para que a população parense possa ter das melhores". Helder voltou a afirmar ontem que não é aceitável a "paralisação de obras por parte de novos governos, como tem feito a atual gestão de Ananindeua, e citou as várias obras inacabadas hoje em todo o Pará. "Eu tenho o compromisso de concluí-las, porque tenho responsabilidade com o dinheiro público".



Helder votou pela manhã em escola de Ananindeua: transição na agenda

Helder Barbalho votou na seção 246, na 72ª Zona Eleitoral de Ananindeua, poucos minutos depois das 14h, com a mulher, Daniela, e os filhos Helder Filho, de 7 anos, e Thor, de 3. Com Helder Barbalho estiveram também o candidato eleito ao Senado, Paulo Rocha (PT), o deputado Chicão e os vereadores Braga e Ray, ambos de Ananindeua.

CRÍTICAS NA IDA ÀS URNAS



Jader: críticas à atual administração, que avalia como 'preguiçosa'

Para Jader e Elcione, Pará pede mudanças

DA REDAÇÃO

O senador Jader Barbalho (PMDB) votou pela manhã em uma escola na travessa Gentil, no bairro de São Brás. Chegou vestido azul - cor da campanha peemedebista -, cumprimentou eleitores que aguardavam na fila e votou rapidamente. Na saída, disse que o Pará vive um momento novo com a possibilidade de o PMDB voltar ao governo com Helder Barbalho. "Nós do governo faz exatamente 20 anos. Me honro do trabalho que fiz. Com o que está aí não dá nem para comparar".

nador que não tenha preguiça, que tenha vontade de trabalhar. Chega de pilantragem, de enganar o povo com propaganda 'declarada'.

VITÓRIA

A deputada Elcione Barbalho (PMDB) votou às 14h no colégio Vilkenes Alves, na avenida Magalhães Barata. Ela estava confiante na vitória do PMDB ainda no primeiro turno. "O Helder trabalhou muito até chegar aqui. Percorreu todo o Estado, ouviu a população e colheu as propostas para fazer um governo de mudança. Vamos virar essa página com muita determinação". Elcione denunciou que, ainda na madrugada de domingo, um coronel da PM comajidava correio eletrônico do PSDB que destruíam material de campanha de Helder nas ruas de Ananindeua. Uniram o staff da segurança pública para fazer campanha suja para uma candidatura, no caso a do governador, mas a vontade do povo vai prevalecer", afirmou.

Para Jader, o próximo governador do Pará deve lutar para garantir que o ICMS sobre a energia seja cobrado na origem, e não no destino. "O ICMS é riquíssimo e ainda vai girar muito em favor do Brasil e dos parenses. Isso pode gerar recursos expressivos para o Estado e o Pará poderia se tornar o que o Canadá é para os Estados Unidos".



Elcione: denúncias de destruição de material de campanha de Helder

O VOTO DE SIMÃO JATENE NO UMARIZAL

Jatene foi à urna com os filhos

DA REDAÇÃO

O candidato à reeleição pelo PSDB, Simão Jatene, chegou minutos antes das onze da manhã ao seu local de votação, no Núcleo de Esporte e Lazer da Secretaria de Estado de Educação (NEL/Seduc), no bairro do Umarizal. Lá já lhe aguardavam o atual prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, o senador Flexa Ribeiro, ambos do mesmo partido, e ainda alguns secretários de Estado, assessores e membros da campanha, a maioria vestida de amarelo ou mesmo empunhando bandeiras com o número do candidato, totalizando cerca de 60 pessoas.

bela e Beto Jatene - ambos envolvidos em escândalos de suspeita de corrupção nos governos do pai e que começam a ser investigados pelo Ministério Público Estadual. Confiante da reeleição em primeiro turno ainda quando votava pela manhã, Jatene afirmava que o carinho das pessoas nas ruas durante a campanha lhe fez acreditar que seria possível chegar ao segundo mandato consecutivo. "Candidato que está no exercício do poder acaba sendo permanentemente alvo de acusação do uso da máquina pública", declarou ele, como se tentasse justificar as denúncias recentes de situações de improbidade administrativa e outras formas de corrupção envolvendo ele próprio e seus filhos.



Jatene: "Não acredito que isso [denúncias] influencie [o voto nas urnas]"

Após cerca de 50 minutos dentro do NEL, Jatene saiu aplaudido e abraçado pelos militantes do seu partido - incluindo Iza-

bela, que puxava fervorosamente o coro com os dizeres de que Jatene se reelegeria para mais quatro anos de governo.

Matéria nº 44

A4 POLITICADiário do Pará
DOMINGO, Belém - PA, 02/10/2014

ELEIÇÕES 2014

Iveiga confirma favoritismo de Helder

ELEIÇÕES

Pesquisa divulgada pelo instituto mostra que candidato do PMDB pode ganhar eleição ainda no primeiro turno

DA REDAÇÃO

O candidato da coligação "Todos pelo Pará", Helder Barbalho, chegou ao dia das eleições como o favorito e na liderança na corrida ao governo do Estado. Na pesquisa estimulada, aquela em que os nomes dos concorrentes são apresentados ao eleitor, Helder lidera com 44% das intenções de voto. O candidato à reeleição, Simão Jatene, é o segundo colocado com 40,3% das intenções. Os dados são do Instituto IVEIGA, comandado pelo cientista político e pesquisador da Universidade Federal do Pará, Edir Veiga.

O instituto ouviu 1,2 mil eleitores em 24 municípios entre os dias 29 e 3 de outubro. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob registro no TSE - BR 00993/2014 e no Tribunal Regional Eleitoral, com número 00041/2014.

Os candidatos Zé Carlos Lima (PV), Elton Braga (PRTB) e Marcos Carrera (PSOL) ficaram com 1,1%, 1% e 1,3% das intenções de voto, respectivamente.

Os eleitores que disseram votar em branco ou nulo somaram 3,3% e os que afirmaram estar indecisos ou não responderam chegaram a 8,3%.

Mais de 64,5% dos eleitores afirmaram que a decisão de voto já está definitiva, ou seja, não pretendem mudar, e apenas 21,8% afirmaram que ainda podem mudar o voto. Outros 7,9% disseram

que dificilmente mudariam e 5,8% não responderam a essa questão.

Na pesquisa espontânea, quando os eleitores precisam lembrar o nome dos candidatos, Helder também lidera com 40,8% das intenções de voto e Jatene fica em segundo, com 37,6%. Nesse caso, os candidatos Elton Braga (PRTB) e Zé Carlos Lima (PV) apareceram com menos de 1% das intenções de voto. Marcos Carrera do Psol ficou com 1,3%.

Os eleitores que disseram votar branco ou nulo somaram 3,5 e os que não opinaram, 14,8%.

O instituto levantou as intenções de voto para o Senado. O candidato Paulo Rocha (PT) se mantém na liderança, com 22,8% das intenções de voto, seguido por Jefferson Lima (PP), com 15%, e Mário Couto (PSDB), com 13,8%. O ex-prefeito de Belém Duciomar Costa (PTB) tem 4,3%, Marcela Tolentino tem 3,5% e o vice-governador Helensilvion Pontes (PSD) apenas 3%. Os demais candidatos aparecem com menos de 1 ponto percentual.

O IVEIGA levantou ainda as intenções de voto para a Presidência da República no Pará. Na pesquisa estimulada, a presidente Dilma Rousseff lidera com 43,7% das intenções de voto, seguida por Marina Silva (PSC) com 24% e Aécio Neves (PSDB), 17,3%. O pastor Everaldo (PSC) tem 1,8%, Luciana Genro (PSOL), 1,3%, e os demais candidatos aparecem com menos de 1%. Na pesquisa espontânea, Dilma lidera com 43,1%, seguida por Marina Silva, com 23,8%. Aécio Neves se mantém com 17,3%.

RESUMO

MARGEM

Após 3 pontos para mais ou para menos o intervalo de confiança é de 95%.



Helder pode vencer ainda no primeiro turno



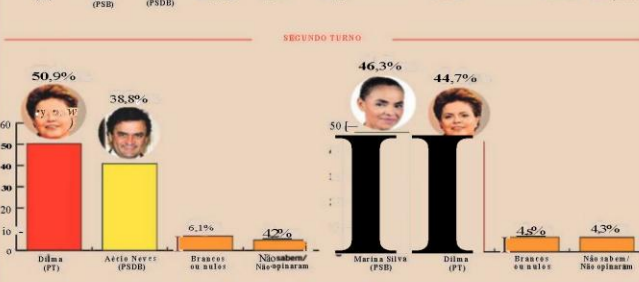
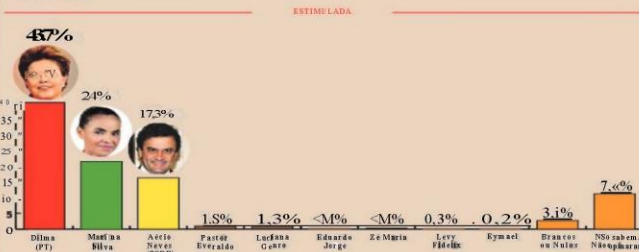
Simão Jatene: rejeição é o maior problema na reta final

CONFIRA OS NÚMEROS DA PESQUISA FEITA PELA IVEIGA

PARA GOVERNADOR:



PARA PRESIDENTE:



PARA SENADOR:



Fonte: IVEIGA Consultoria Pesquisa - Pesquisa realizada entre os dias 29/09/2014 e 03/10/2014 com 1200 eleitores. Registra no TSE - BR 00993/2014 - Presidência e no TREPA - PA - 00041/2014 - Governador, Deputados, Senador.

© 2014 IVEIGA CONSULTORIA PESQUISA. Todos os direitos reservados.

Matéria nº 45

Diário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 05/10/2014

SEM CONFIANÇA

Manipulações do Ibope se repetiram nesta eleição

Manobra ilegal do instituto, junto ao Grupo Liberal, para favorecer Simão Jatene, foi considerada "bisonha" por juiz eleitoral

ELACÕES

DA REDAÇÃO

Bisonho foi um dos termos usados, nos autos, pelo juiz eleitoral Marco Antonio Lobo Castelo Branco para definir a manobra ilegal, desesperada e claramente ilegal do jornal O Liberal, para fugir de decisão judicial que impedia pesquisa Ibope com indícios de fraude. O Liberal antecipou o fechamento da edição de domingo para a noite de sexta-feira e, alegando "manutenção no parque gráfico", levou os números fraudados para as ruas. A pesquisa ilegal foi distribuída gratuitamente em todo Estado, confirmando o que todos já sabiam: o jornal é hoje o principal panfleto de campanha do candidato à reeleição Simão Jatene.

"Temos um dos capítulos mais bisonhos e tristes da Justiça Eleitoral no Estado do Pará sob o argumento de que a proibição era apenas desviada à TV Liberal e não aos demais órgãos de imprensa do Grupo ORM, sendo que aquela permitiu a divulgação da pesquisa contra a ordem deste magistrado. Todos os órgãos da ORM, inclusive a televisão em inserções, divulgaram a pesquisa que estava proibida. Além disso, não faria o menor sentido se proibir na televisão e permitir-se a divulgação no rádio, ou seja, a ordem era de suspender a divulgação, comunicando-se a contratante TV Liberal, aplicando-se multa por cada veiculação por parte dos envolvidos, logo, a custódia da pesquisa era da TV Liberal, a guarda da pesquisa era da contratante e por isso qualquer veiculação estaria sujeita à anulação da contratante". O juiz lembrou ainda que todos os veículos estão na mesma cadeia de comando.

A decisão liminar da semana passada atendeu a ação protocolada pela advogada Angela Serra Sales. Na ação de impugnação, Angela alertou o TRE para o risco de que o Ibope omita dados importantes no pedido de registro. O instituto não apresentou arquivo com detalhamento de bairros e municípios pesquisados. Resume-se a "informar que não há arquivo para detalhamento de bairros/municípios".

O alerta foi dado porque em pesquisa anterior o Ibope já havia incorrido no mesmo erro. A sondagem registrada em 8 de setembro apresentou indícios de manipulação. No pedido de registro, por exemplo, o Ibope informou que pesquisaria 14 municípios, mas ouviu eleitores em apenas 17, o mais grave: grandes colégios eleitorais como Albrão e Almirante, que estavam na listagem entregue ao TRE, sequer foram pesquisados.

A pesquisa desta semana



Jornal com pesquisa manipulada foi transportado em jatinhos e distribuído gratuitamente pelas ruas, em manobra considerada ilegal



Temos um dos capítulos mais bisonhos e tristes da Justiça Eleitoral no Estado do Pará"

Marco Antonio Castelo Branco, juiz eleitoral

na também foi alvo de contestação. Com base nos mesmos argumentos, a Justiça estipulou multa de R\$ 10 milhões para cada vez que os dados impugnados fossem usados nos veículos do Liberal. A decisão é do juiz federal Antônio Carlos Almeida Campelo e atendeu a representação da coligação majoritária "Todos pelo Pará".

Para o juiz, a divulgação de dados inconsistentes poderia levar à "possibilidade de prejuízo de difícil, quiçá irreversível, reparação". Entendo que a não divulgação da pesquisa não empobrece a realização do pleito, bem maior a ser protegido, uma vez que os eleitores poderão, independentemente de tal divulgação, realizar suas escolhas de forma livre e consciente.



No final da manhã de sábado, o Grupo Liberal interpus recurso para tentar a liberação da pesquisa Ibope sob suspeita.

Instituto tem histórico de erros grosseiros

Não é agora que o Ibope e Grupo Liberal tentam manipular resultados eleitorais com o uso de pesquisa claramente fraudada. Um dos erros mais grosseiros registrados no Pará foi o da eleição municipal de 1998. Ao longo de toda a campanha, o Ibope apontava a candidata do DEM, Valéria Pires Franco como a grande favorita. A duas semanas das eleições,

o candidato do PT, Mário Cardoso, que teve 18% dos votos. Dois anos antes, em 2006, o Ibope também cometeu erros no Estado. Na disputa ao governo, o Instituto apontava Andréia Brito com 30% das intenções de voto contra 41% de Almir Gabriel. Ana Júlia foi para o segundo turno com 37% e acabou vencendo o "favorito" do Ibope, Amr Gabriel.

POLÍTICA A3

RD REPÓRTER DIÁRIO

Se pesquisa do Ibope fosse coisa séria, Valéria Pires Franco teria sido prefeita de Belém quando disputavam cinco candidatas na eleição que terminou com a vitória de Duclomar Costa. Em todas as pesquisas do Ibope, ela aparecia em 1º lugar, já considerada eleita. No final da eleição, da terminou em 4º lugar, só derrotando o delegado Moraes. Essa é a credibilidade de pesquisas encomendadas pelo Grupo Liberal.

Só rindo

Só um louco ou mau caráter pode se orientar pelos votos de Romildo e Ronaldo Maiorana em favor do sócio Simão Jatene para o governo do Estado. Imaginem o cômico: os Maiorana defendem que seu voto em Jatene tem base na ética e no combate à corrupção. Quê, quê, quê...

"Dinheirinho"

Se não estivesse politicamente amordaçado, o Ministério Público poderia investigar, por sinais exteriores de riqueza, Izabela Jatene, filha do governador Simão Jatene, flagrada em grupo de polícia tramando pedir "esse dinheirinho" a contribuintes da Fazenda. Segundo a fórmula sugerida por advogado, bastaria ao MP, no curso da investigação, pedir ao Ministério Público Federal (MPF) que quebrasse o sigilo fiscal dela junto a Receita Federal, para verificar os bens declarados. O MPF podia agir a qualquer tempo no caso, já que Izabela é servidora federal (professora da UFPA).

Dominado

Desde sexta-feira, o Ministério Público está sob o comando do decano Manoel Santino, que assumiu porque Marcos Antônio das Neves licenciou-se para concorrer à reeleição, em dezembro. Eleito ou reeleito assume em março de 2015. Até agora só Geraldo Rocha, procurador-geral por duas vezes, licenciou-se para bater chapa. A nomeação do ungido vai sair da caneta do síndico governador. Daí a subversão do MP, que nada vê, nada ouve e nada faz quando o tema são as falcatruas de Simão Jatene e sua família.

Gaveta

Na quinta-feira, antes de desincumbir-se, Marcos das Neves cedeu à pressão dos promotores de Justiça e assinou o projeto de lei que alterará a Lei Orgânica do MP para permitir que promotor, e não apenas procurador, possa concorrer à chefia da instituição. Em 2012, Neves fez campanha dizendo que, caso fosse vencedor, o projeto chegaria incontinenti à AL. Ao sentar-se na cadeira, esqueceu a palavra e só desengavetou agora por um motivo: a regra só vale nas eleições de 2016, eliminando concorrentes deste ano.

Tabela

Servidor estadual reclama que não consegue autorização do Iasep para submeter o filho pequeno a uma cirurgia porque o instituto só paga R\$ 70,00 pelo procedimento, através do plano PAS, quando o mercado cobra no mínimo R\$ 2 mil, sem despesas hospitalares. A maioria dos médicos estaria se negando a trabalhar pela tabela aviltante, que não paga nem a consulta. Desolado, o servidor ficou sabendo que se quem é apadrinhado de certo grupo político consegue a autorização, encaminha os médicos fôreis ao instituto.

Perverso

O detalhe perverso é que mais de 90% dos servidores estaduais (em descontado de seus contracheques e pagamento ao plano de saúde) é demitido, que reside no interior do Estado, disse que recorrerá ao Ministério Público, mesmo sem ter muitas esperanças de obter resposta positiva para garantir a saúde do filho, por causa da passividade com que o órgão de fiscalização do governo tem tratado as denúncias que possam atingir mesmo o que minimamente o candidato tucano à reeleição. Pobre Pará, pobres servidores públicos.

LINHA DIRETA

Hoje é o dia. Os dados do TSE, 5.188.450 eleitores estão cadastrados para ir às urnas no Pará elege o governador, senador, 17 deputados federais e 41 estaduais. O DIÁRIO deseja que os parenses exerçam voto consciente e livre das trapaças eleitorais.

Ontem, a véspera da eleição foi marcada por frenético movimento no QG do Ministério Público Eleitoral com a chegada on-line de denúncias de ilícitos, distribuídas aos promotores da capital e do interior para averiguação, com apoio da Polícia Federal.

A PF montou bases nas 17 menores cidades parenses para cobrir propaganda, boca de urna e condutas vedadas neste domingo. Desde 22h deste sábado, estão proibidos distribuição de carros-som, distribuição de santinhos e abordagens às casas de eleitores.

Com o Exército garantindo a segurança em 55 municípios, o MP Eleitoral recebeu, ao meio-dia, a informação de um incidente em Monte Alegre. Dois grupos de militantes se enfrentaram na cidade e exigiram a presença do aparato policial, que controlou a tensão.

A informação sobre quem são os fornecedores de combustível no governo e os valores pagos pelo erário em cada um deveria estar no Portal da Transparência. Caso não esteja, a Lei de Acesso à Informação obriga o gestor a fornecer o documento a qualquer cidadão.

A recusa governamental ao pedido de documentos públicos sobre despesa paga com dinheiro da sociedade pode originar uma representação contra o governador por crime de improbidade. Caso de malversação de verbas públicas, não existe a previsão de multa.

Não é verdade que a emotiva devotada cantora Fafá de Belém, dona do projeto cultural Varanda de Nazaré, vá chorar da tristeza após a morte do filho, o cantor Paulo Chaves pelo espetáculo de fô. São as lágrimas mais caras do C'ria.

MULTA DE RS 10 MILHÕES



Jornais com pesquisa impugnada foram distribuídos gratuitamente em Marabá sob o comando de Diego da TIM, ligado a Tião Miranda.

Juiz **proíbe divulgação** de nova pesquisa do Ibope

Juiz eleitoral **aumentou multa para R\$ 10 milhões**, caso a decisão seja descumprida

ELEIÇÕES
2014

DA REDACÇÃO

O Ibop e os veículos do grupo Liberal estão proibidos — por decisão liminar — de publicar a nova pesquisa de intenções de voto prevista para ser divulgada neste final de semana. Desta vez, a multa por descumprimento foi elevada para R\$ 10 milhões para cada vez que dados impugnados forem divulgados nos veículos do grupo. A decisão é do juiz federal Antônio Carlos Almeida Campelo e atendeu à representa-

ção da coligação majoritária "Todos pelo Pará" que tem como candidato ao governo o peemedebista Helder Barbalho.

O juiz decidiu conceder a liminar por entender que a divulgação poderia levar à "possibilidade de prejuízo de difícil, quicá irreversível, reparação". O magistrado afirmou ainda que com a decisão, está preservando o pleito do próximo domingo e a livre escolha dos eleitores. "Entendo que não divulgação da pesquisa não compromete a realização do pleito, bem maior a ser protegido, uma vez que os eleitores poderão, independentemente de tal divulgação, realizar suas escolhas de forma livre e consciente".

Na ação em que pediu a impugnação da pesquisa

contratada pelo grupo Liberal, a coligação "Tôdos pelo Pará" ressaltou que assim como ocorreu em pesquisas anteriores do Ibopec, a registrada para divulgação nesta semana, contém uma série de vícios, entre eles, a ausência de detalhamento dos bairros/municípios pesquisados.

O juiz entendeu que os riscos para o pleito caso a pesquisa fosse divulgada com dados incompletos seriam muito grandes. "A meu sentir, há uma peculiaridade que recomenda o deferimento do pedido liminar: a iminência do pleito eleitoral, que ocorrerá no próximo domingo dia 5 de outubro de 2014. Neste sentido, não quepe a representada a não poder complementar os dados da pesquisa, o prazo para tanto finda-se após a realização das eleições, o que impedirá a

fiscalização. Assim, em última instância, caso haja alguma irregularidade, a pesquisa já teria sido divulgada, alcançando incalculável número de eleitores e com um potencial concreto de influenciar no resultado das eleições, o que esta Justiça Especializada não pode permitir.

áá
Entendo que a não divulgação da pesquisa não compromete a realização do pleito, bem maior a ser protegido"

Antônio Campelo, juiz federal

Multa de R\$ 1 mi por pesquisa divulgada semana passada está mantida

Também ontem, o juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco confirmou multa de R\$1 milhão à TV Liberal ao julgar o mérito da ação que pediu a impugnação da pesquisa Ibope divulgada em descumprimento à decisão judicial na semana passada pelo jornal O Liberal e repercutida por outros veículos da região.

No decurso, o juiz argumentou que a decisão de impugnar a pesquisa Ibope da semana passada foi tomada em razão dos precedentes do Instituto no Estado. Em pesquisa registrada no dia 8 de setembro e divulgada no dia 13, foi verificada uma série de inconsistências. Embora tenha informado que ocorreria eleições em 44 municípios, o Ibope pesquisou apenas 17 cidades e deixou de fazer grandes colégios eleitorais, como Marabá e Altamira. Além disso, o instituto não se respeitou a proporcionalidade de eleitores por município. Em Salinas (48 mil habitantes) foram ouvidos 112 entrevistados, enquanto em Marabá (100 mil habitantes) apenas 48 pessoas foram ouvidas.

que não está em julgamento a pesquisa PA000262/2014. Esta deve ser analisada em favor próprio. Entretanto, a divulgação não se relaciona à questão de priorizar exigiu desde magistrado que tomasse todas as cautelas possíveis/fineza que fosse para garantir a divulgação de dados e proteção da pesquisa em análise. Estamos vivendo uma situação de crise institucional no Estado do Pará, resultado o juiz. O Ibope chegou a apresentar ordens da pesquisa a ser divulgada e a não divulgar, a fim, à tarde, mas para Castelo Branco os resultados já tinham sido reportados ao jornal que, antecipadamente, divulgou os dados com artimanha para descumprir a ordem judicial. "Temos um dos capitais mais bonitos do mundo", afirmou o governador do Estado do Pará sobre o argumento de que a proibição era apenas destinada à Fio Cruz. Liberal e não aos demais pesquisadores de saúde pública. O CRM, através do Grupo ORM, permitiu que aquela pesquisa contida a ordem de não divulgação fosse divulgada pelo CRM, inclusive atestando

em inserções, divulgaram a pesquisa que estava proibida. Além disso, não faria o menor sentido se proibir na televisão e permitir-se a divulgação no rádio, ou seja, a ordem era de suspender a divulgação, comunicando-se a contratante TV Liberal, aplicando-se multa por cada veiculação por

parte dos envolvidos, logo, a custódia da pesquisa era da TV Liberal, a guarda da pesquisa era da contratante e por isso, qualquer veiculação estaria sujeita à anuência da contratante". O juiz lembrou ainda que todos os veículos estão sob a mesma cadeia de comando.

PSM DAIA DE MARCO



Imagens mostram dificuldades para transportar doentes no hospital

Pacientes sobem escada de maca

LEIDEMAR

Pacientes em estado grave de saúde internados

grave de saúde, internados no Pronto-Socorro Municipal (PSM) da 14 de Março, estão sendo transportados de maca pela escada porque o hospital continua com o elevador quebrado. Imagens feitas pelos usuários do PSM, por volta das 17h de ontem, mostram os marqueteiros descendo e subindo as escadas com os pacientes amarrados em uma maca. O paciente é um senhor de idade em tratamento de insuficiência respiratória que está sendo conduzido do primeiro para o andar térreo do hospital.

As enfermarias do prédio anexo do Pronto-Socorro estão distribuídas entre dois andares com três lances de escadas para cada andar. Quando o paciente é deslocado do segundo andar para o térreo, os maculeiros têm que subir e descer seis lances de escada. A situação perdura há dois meses, quando o elevador quebrou e até hoje não foi consertado. O problema já

foi alvo de diversas denúncias veiculadas na imprensa, mas até a presente data não foi resolvido.

De acordo com a presidente da Associação de Sufocados da Saúde no Município de Belém, Rosana Oliveira, o problema da falta de manutenção no elevador é recorrente e muitos pacientes em estado crítico de saúde muitas vezes deixam de fazer os exames porque não podem ser transportados pela escada. Segundo Rosana, o esforço físico dos maquinistas é tão grande que eles muitas vezes precisam tomar medicamento analgésico para passar as dores lombares.

passar as dores lombares. Há alguns dias, um paciente que veio a óbito esqueceu da maca e rolou pela escada quando era transportado em uma maca. A cena assustou funcionários e médicos que trabalhavam no momento em que a situação ocorreu. "Infelizmente, essa situação já virou rotina no PSM da I e as autoridades não tomam nenhuma providência", lamenta Rosana.

CATALINA

Antônio Campelo, juiz federal



Eder Lima foi atingido com um tiro na cabeça e morreu na hora.

Homem morre com tiro na cabeça

THAMYRES NICOLAU

Eder Lima Souza, de 31 anos, foi assassinado com um tiro na cabeça no conjunto Catalina próximo a Independência e segundo informações da Polícia Militar, o suspeito de cometer o crime é o ex-companheiro da esposa da vítima.

De acordo com o cabo S. Reis da 1ª Companhia de Policiamento 224º Batalhão da PM, o rapaz trabalhava como servivo "gerais" e não tinha envolvimento com crimes. "Ele era uma pessoa do bem, segundo informações dos parentes e conhecidos dele. Relata-

ram que o ex da mulher dele não aceitava o fim da relação e já havia rondado a rua onde a vítima morava e até ameaçado". Na noite de ontem, Eder foi abordado por um homem que estava em uma moto e efetuou um disparo contra ele, que ainda tentou fugir, mas não resistiu ao balaço na cabeça e morreu no local. O suspeito já foi identificado pela PM através de informações da família da vítima.

O corpo foi periciado por uma equipe do CPM "Renato Chaves" e removido para o Instituto Médico Legal (IML).

Matéria nº 47

A8 BELEMDiário do Pará
SABADO, Belem - PA, 04/10/2014

OS NEGÓCIOS MILIONÁRIOS DA FAMÍLIA

Procuradores investigam filho de Jatene

Força tarefa de procuradores vai investigar contratos de compra de combustíveis, que envolvem poderoso esquema de Beto, filho de Simão Jatene

DA REDAÇÃO

O Ministério Público vai criar uma força tarefa para fazer uma **varredura nos contratos** de compra de combustíveis para as frotas de veículos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Pará. O grupo será comandado pelo promotor Armando do Brasil e terá a presença do promotor Nelson Medrado do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e à Corrupção (NCIC).

Os trabalhos começaram ontem e devem durar 90 dias. O objetivo é **apurar as denúncias de corrupção envolvendo Beto Jatene no fornecimento de combustíveis para veículos do Estado**. Para isso, serão ouvidas testemunhas, analisados contratos e pagamentos e perícias imagens que mostram carros da frota oficial abastecendo nos postos do filho do governador.

A denúncia é de que Beto Jatene está se beneficiando de negócios feitos por suas empresas com o governo do pai visto à tona na última terça-feira quando o candidato ao governo pelo PTB indagou Jatene sobre a legalidade da contratação dos postos do filho. No debate, o próprio Jatene **admitiu** que os carros oficiais podiam abastecer em vários postos usando o cartão de débito, o que significa que o dinheiro sai **em nome** dos estabelecimentos públicos diretamente para a conta dos estabelecimentos, entre eles, os postos de Beto Jatene, em uma relação no mínimo, imoral entre negócios públicos e privados e em família.

Na quinta-feira, moradores da área contaram flutuando canas, das relações

entre as empresas privadas de Beto e governo de Jatene. A redação do Diário On Line recebeu imagens de vitórias do Corpo de Bombeiros abastecendo na rede de postos do filho de Jatene, revelando que os negócios de pai para filho continuaram mesmo depois de virem à tona. As novas imagens, feitas num período curto do dia mostram pelo menos duas viaturas abastecendo no momento do flagrante.

De acordo com registros da Junta Comercial do Pará (Jucepa), Beto Jatene é sócio de pelo menos três postos de gasolina, comprados em datas distintas. O primeiro, Autoposto Verdão, em julho do último ano, em que Jatene governava o Estado pela primeira vez. O segundo, o posto Umarizal, foi comprado dois meses depois do primeiro e o terceiro, o posto Girassol, foi adquirido três meses depois do pai ter assumido o atual mandato. Todos, contudo, foram adquiridos por valores declarados muito abaixo dos praticados pelo mercado, o que pode caracterizar sonegação fiscal.

O Posto Verdão, por exemplo, que em 2007 faturou mais de R\$ 7 milhões, foi comprado por Beto e seu sócio Eduardo Simões por **incriveis** R\$ 23 mil em 2006, conforme contrato social registrado na Jucepa. No documento não está registrada a entrada de Beto na sociedade junto com Eduardo não constam ativos como equipamentos, benefícios, estoques e outros. Ali está registrada uma simples transferência de quotas, cujo valor unitário foi de R\$ 1 cada. A mesma operação foi repetida em 2007 na aquisição do Posto Umarizal, do qual tam-



RESUMO

FATURAMENTO

Apenas para dar uma ideia dos valores movimentados pelos postos de Beto Jatene, uma estimativa realizada por especialistas em comércio de combustíveis no Pará indica que o faturamento anual destes três postos giraria em torno de R\$ 21,6 milhões. Isso equivale num faturamento mensal de R\$ 1,8 milhão e corresponde à venda de 573,284 litros de gasolina.

bém participa Ricardo Souza, irmão de Beto e marido de Izabela. Ricardo é chefe de gabinete da presidência do PTM, onde recebe pouco menos de R\$ 20 mil mensais. E também na compra do Posto Girassol em 2010. Os especialistas em mercado de distribuição de combustíveis avaliam que somente o Posto Verdão valeria R\$ 5 milhões.

OS POSTOS DE BETO JATENE

POSTO GIRASSOL
(CNPJ: 01.087.686/0001-62)
Bulevar Augusto Montenegro 1300

Comprado em março de 2011, logo no começo do segundo governo de Jatene. A área faturou a quinta e mais alta para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.

POSTO UMARIZAL
(CNPJ: 01.087.686/0001-63)
Rua Jefferson Figueiredo 475, no bairro de uma favela

Comprado em março de 2007, logo no começo do primeiro governo de Jatene. A área faturou a quarta e mais baixa para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.

POSTO VERDÃO
(CNPJ: 01.087.686/0001-64)
Avenida Doutor Freitas 1446 no bairro da Pedreira

Comprado em março de 2006, logo no começo do primeiro governo de Jatene. A área faturou a terceira e mais alta para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.

POSTO GIRASSOL
(CNPJ: 01.087.686/0001-65)
Rua Jefferson Figueiredo 475, no bairro de uma favela

Comprado em março de 2010, logo no começo do segundo governo de Jatene. A área faturou a segunda e mais baixa para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.

POSTO VERDÃO
(CNPJ: 01.087.686/0001-62)
Bulevar Augusto Montenegro 1300

Comprado em março de 2011, logo no começo do segundo governo de Jatene. A área faturou a quinta e mais alta para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.

POSTO UMARIZAL
(CNPJ: 01.087.686/0001-63)
Rua Jefferson Figueiredo 475, no bairro de uma favela

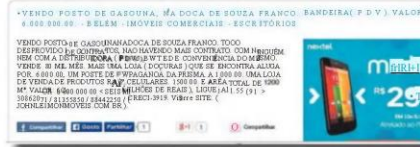
Comprado em março de 2007, logo no começo do primeiro governo de Jatene. A área faturou a quarta e mais baixa para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.

POSTO GIRASSOL
(CNPJ: 01.087.686/0001-65)
Rua Jefferson Figueiredo 475, no bairro de uma favela

Comprado em março de 2010, logo no começo do segundo governo de Jatene. A área faturou a segunda e mais baixa para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.

POSTO VERDÃO
(CNPJ: 01.087.686/0001-62)
Bulevar Augusto Montenegro 1300

Comprado em março de 2011, logo no começo do segundo governo de Jatene. A área faturou a quinta e mais alta para Beto Jatene em apenas 17 meses, apenas de setembro de 2012 até agosto de 2013, segundo a Associação dos postos de combustíveis do Pará (Associação de Postos de Combustíveis do Pará - APICOM). Beto Jatene possui 100% da participação e o empresário Ricardo Souza, irmão de Beto Jatene, possui 10% da participação.



Beto Jatene comprou postos a preço de banana, mesmo com faturamento milionário. Postos similares ou até inferiores, chegam a custar R\$ 5 mil cada.

Izabela Jatene também deve ser investigada

Já Izabela Jatene, outra filha de Simão Jatene, está cada vez mais próxima de ser investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Pará. O pedido de abertura da comissão, feito pelo deputado estadual Carlos Bordalo (PT) no dia 23 de setembro, ganhou mais duas assinaturas nessa semana. Os deputados Zé Maria (PT) e Pápi, Pápi (PMDB) também aderiram à CPI. Agora já são onze assinaturas e faltam apenas três para atingir o mínimo de adesões necessárias à apresentação do requerimento à presidência da Assembleia Legislativa.

O pedido da comissão foi motivado por denúncias feitas pelo DIÁRIO na edição do dia 21 do mês passado, cujo estopim foi um grampo telefônico de 2011, captado pela Polícia Civil com autorização judicial, que flagrou uma ligação entre Izabela Jatene, filha do governador do Estado, e o subsecretário estadual da Fazenda, Nilo Noronha, em uma conversa em que ela pede a ele que envie para o e-mail pessoal dela uma lista com as 300 maiores empresas em atuação no Estado para começar a "buscar esse dinheiro perdido". Na época, a polícia investigava uma qu-

drilha que havia sequestrado um empresário em Maceió, do Rio de Janeiro, filho do governador, Beto Jatene. Como mais conhecido filho do governador, Beto Jatene, acabou fazendo com que o telefone do subsecretário da Sefaz também fosse grampeado.

Na época, Izabela Jatene, então universitária, não estava em Brasília, mas em Belém, e mora hoje num prédio de alto padrão, com um apartamento por andar, num dos bairros mais nobres de Belém, o Umarizal, avaliado em R\$ 1,5 milhão, além de possuir automóveis importados de alto luxo. A gravação revelada pelo DIÁRIO mostra que Izabela, nomeada para coordenar o Prô-Paz após a eleição do pai, obtém vantagens junto a autoridades que têm acesso ao sigilo fiscal de grandes empresas no Pará.

Assinaram a CPI ontem os deputados Zé Maria (PT) e Pápi, Pápi (PMDB) e engrossaram a lista que já conta com os nomes de Waldir Ganzer (PT), Bernadete Ten Caten (PT), Nélito Aguiar (DEM), Chico da Paz (PROS), Chico (PMDB), Simone Morgado (PMDB), Nilma Lima (PMDB) e Edmilson Rodrigues (PSDB), além do próprio Bordalo.

Negócios da China feitos pelo filho do governador

O primeiro posto adquirido por Beto Jatene, como mais conhecido filho do governador, Beto Jatene, acabou fazendo com que o telefone do subsecretário da Sefaz também fosse grampeado.

Na época, Izabela Jatene, então universitária, não estava em Brasília, mas em Belém, e mora hoje num prédio de alto padrão, com um apartamento por andar, num dos bairros mais nobres de Belém, o Umarizal, avaliado em R\$ 1,5 milhão, além de possuir automóveis importados de alto luxo. A gravação revelada pelo DIÁRIO mostra que Izabela, nomeada para coordenar o Prô-Paz após a eleição do pai, obtém vantagens junto a autoridades que têm acesso ao sigilo fiscal de grandes empresas no Pará.

Simões Araújo, um assessor especial do governo do Estado com salário de R\$ 3 mil. O capital social ficou assim dividido: R\$ 16.668,00 para Eduardo Araújo, R\$ 8.332,00 para Beto Jatene. E o filho de Beto Jatene, Ricardo Souza, também com R\$ 8.332,00.

O segundo posto foi o Umarizal (CNPJ: 01.087.686/0001-63), em março de 2007, três meses depois que o governador Simão Jatene deixou o governo. Oposto fica em área nobre, na rua Jerônimo Pimentel 668, no bairro Umarizal, o metro quadrado mais caro de Belém. Mesmo assim, a transferência de quotas teria ficado em irrisórios R\$ 80 mil para três compradores: Eduardo Simões Araújo, que ficou com R\$ 26.000,00; Beto Jatene, que levou R\$ 26.000,00; e Ricardo Augusto Garcia de Souza, também com R\$ 26.000,00.

R\$ 26.000,00. Detalhe: Ricardo é marido de Izabela Jatene, filha do governador. Segundo o Sersa, o faturamento do Umarizal é de R\$ 9 milhões anuais. O terceiro posto foi o Girassol (CNPJ: 01.087.686/0001-65), na rodovia Augusto Montenegro 1300, comprado em março de 2011, logo no começo do segundo governo de Jatene. A transferência de quotas para Beto Jatene e Ricardo Souza foi irrisória: R\$ 50 mil para cada um. Apesar de possuir um faturamento estimado em R\$ 3,3 milhões anuais. Em 16 de novembro de 2012, segundo a Jucepa, o Girassol passou a pertencer apenas a Beto Jatene (com R\$ 1.665.000 das quotas) e Eduardo Simões Araújo (R\$ 33.335,00), já que o terceiro sócio, Nélito Pontes Murta Filho, deixou a sociedade.

Beto Jatene: 1/3 do faturamento anual de três postos de gasolina: R\$ 7 milhões. Faturamento de luxo: R\$ 1,5 milhão.

Simão Jatene: Bens declarados à Receita Federal: R\$ 3,2 milhões.

Izabela Jatene e o marido, Ricardo Souza: 1/3 do faturamento anual de um posto de gasolina: R\$ 3 milhões. Faturamento de luxo: R\$ 1,5 milhão.

Heliana Lima da Silva Jatene (ex-mulher do governador): Faturamento de luxo: R\$ 1,5 milhão.

Eduardo Salles (sobrinho de Jatene): 1 terreno em Ananindeua: R\$ 1 milhão. Empreendimento imobiliário: R\$ 5 milhões. 5.500 hectares em fazendas em Castanhal: R\$ 5 milhões. Cabeças de gado: 400 cabeças no centro de Castanhal: R\$ 27,2 milhões.



225 m² de luxo e sofisticado: assim são os apartamentos onde moram Izabela e Beto. Cada um tem 3 suítes e 1 suite master com hidromassagem e varanda.

Matéria nº 48

A4 POLITICA

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém PA, 03/10/2014

DIVULGAÇÃO DE PESQUISA IBOPE FRAUDADA

MP pede condenação do Grupo Liberal

Para procuradora eleitoral, houve responsabilidade tanto do Grupo Liberal quanto do Ibope sobre desobediência à ordem judicial

assã
DA REDAÇÃO

Se depender de parecer do Ministério Público Eleitoral, não só os veículos do grupo Liberal, mas também o Ibope, pode ser punido com multa de R\$ 1 milhão para cada uma das vezes em que a pesquisa impugnada por fraude na semana passada foi publicada, descumprindo decisão judicial.

O parecer que faz parte do processo que julgara o mérito da ação foi assinado pela procuradora auxiliar eleitoral Maria Clara Barros Noloto, que também considerou que houve responsabilidade dos veículos que publicaram a pesquisa, além do Ibope, que havia argumentado em sua defesa ter enviado a pesquisa à TV Liberal antes de ser notificada da decisão judicial. "Sobre o ponto, em que pese ter a representada alegado em sua manifestação de fls. 260-262 que não teve participação na divulgação da pesquisa, ao passo que tomou ciência da decisão judicial em momento posterior à remessa da pesquisa à contratante TV LIBERAL LTDA., tem-se que ambas devem sofrer as multas referentes ao descumprimento da liminar, pois foi a representada a responsável pela coleta de dados e pelo envio da pesquisa para divulgação, não sendo razoável que a mesma se isente de responsabilidade", escreveu a procuradora. "Sem esforços de interpretação, é sabido que pesquisas eleitorais têm o condão de influenciar diretamente na convicção do eleitorado, mormente no presente caso, em que a mesma tem por ob-



Os jornais foram distribuídos gratuitamente nas ruas de Marabá sob comando de Diego da TIM, ligado ao deputado Tiao Miranda, que coordena a campanha de Jatene na cidade.

jeto a análise das intenções de voto dos dois candidatos mais bem colocados ao cargo de governador. Logo, é imperioso que a pesquisa seja procedida com plena boa-fé e transparência a fim de garantir ao eleitor o panorama real do pleito e devido funcionamento do processo democrático", completou.

A pesquisa do Ibope, registrada no dia 22 de setembro, teve o registro negado e a divulgação proibida por indícios de fraude. Um dos problemas é que o instituto não enviou ao Tribunal Regional Eleitoral o arquivamento de "detalhamento de bairros/municípios". "A lei exige tais informações exatamente para que, na prática, seja possível que os interessados identifiquem falhas, caso haja, na pesquisa registrada, pois, após o preenchimento do registro no sistema, a Justiça Eleitoral publica um edital chamando a atenção dos interessados, que, de posse do registro da pesquisa, podem, caso queiram, pedir acesso ao tribunal para ter acesso completo aos dados internos da pesquisa e verificar se os requisitos legais conferem com as informações apresentadas

no registro", reforçou a procuradora, para em seguida questionar: "Como seria possível verificar, pelas informações apresentadas, a arca física de realização dos trabalhos se tais dados estão ausentes no registro da pesquisa impugnada? Por óbvio, a resposta é a integral impossibilidade de ser feita tal verificação, o que compromete a confiança da pesquisa".

Logo, é imperioso que a pesquisa seja procedida com plena boa-fé e transparência a fim de garantir ao eleitor o panorama real do pleito"
Maria Clara Noloto, procuradora eleitoral



Em clara desobediência judicial, flagrantes mostram que o Grupo Liberal enviou o jatinho lotado de exemplares do primeiro caderno, que trazia a pesquisa fraudada, para cidades do sul do Pará.

Maioranas debocham da Justiça Eleitoral

No último fim de semana, o jornal O Liberal surpreendeu com uma manobra inédita para tentar burlar a Justiça. Antecipou em mais de 24 horas o fechamento de sua edição de domingo que circulou ao amanhecer do sábado com a pesquisa impugnada por fraude. ODIÁRIO obteve fotos do jornal sendo transportado em um jatinho para ser distribuído nas cidades do sul do Pará e da distribuição gratuita do primeiro caderno do jornal nas ruas de Marabá.

A decisão liminar proibindo a divulgação foi concedida pelo juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco na noite da sexta-feira 26. O magistrado estipulou multa de R\$ 1 milhão em caso de desobediência. Ainda no sábado, em recurso de coligação "Todos pelo Pará" com pedido de tutela inibitória para evitar novo descumprimento judicial, Castelo Branco desabafou.

"Não me lembro na história deste País e fazer de conta que o judiciário não existe", escreveu o juiz nos autos **sem** esconder a indignação. "Não tenho como não me declarar estupefato com o descumprimento da ordem judicial por mim emanada, aviltando o respeito às instituições republicanas e colocando em xeque o processo democrático", completou.

deste País e fazer de conta que o judiciário não existe", escreveu o juiz nos autos **sem** esconder a indignação. "Não tenho como não me declarar estupefato com o descumprimento da ordem judicial por mim emanada, aviltando o respeito às instituições republicanas e colocando em xeque o processo democrático", completou.

IBOPE DIVULGOU OUTRA PESQUISA FRAUDADA NO DIA 14/9 NO LIBERAL

Sabia como o Ibope manipulou a pesquisa:

1. No dia 8 de setembro, o Ibope requereu registro de pesquisa para governador do Pará junto à Justiça Eleitoral. De acordo com este registro, o Ibope ouviria 812 eleitores em 44 cidades do Pará.
 2. Mas o Ibope pesquisou apenas 17 cidades, deixando de fora importantes centros como Marabá e Altamira.
 3. Das mais importantes a Salinópolis, onde ouviu 112 pessoas, do que Santarém, onde foram ouvidas apenas 56 pessoas. Em Ananindeua, segunda cidade do estado, apenas 49 pessoas foram entrevistadas.
- A. O resultado da pesquisa acabou sendo distorcido, porque o Ibope não respeitou a importância de cada cidade no eleitorado. A pesquisa pode ser considerada correta se obedecer os critérios de proporcionalidade, o que não foi feito.

ENTREVISTAS FEITAS POR MUNICÍPIO

Município	Entrevistas	População
Belém	168	21%
Ananindeua	49	RM 492.776
Marituba	21	RM 120.205
Castanhal	28	RM 186.895
Total Região Metropolitana	98	12%
Salinópolis	112	NE 38.819
Abaetetuba	56	NE 148.873
Cametá	28	NE 129.161
Tucuruí	28	NE 105.431
Paragominas	28	NE 105.417
Total Nordeste (15%)	252	31%
Parauapebas	56	SE 183.352
São Félix do Xingu	56	SE 111.633
Total Sudeste	112	14%
Itaúba	28	SO 98.405
Pacajá	14	SO 43.930
Total Sudoeste (12%)	42	5%
Oriximiná	28	BA 67.939
Santarém	56	BA 290.521
Total Baixo Amazonas	84	10%
Breves	28	M 97.351
Cachoeira do Arari	28	M 22.100
Total Marajó (12%)	56	7%
Total	812	

Desta listagem constam 17 municípios ao invés dos 44 registrados no Tribunal.

- Em Salinópolis foram feitas 112 entrevistas.
- Em Ananindeua foram feitas menos entrevistas do que a participação municipal na população do Pará

ALCIDES MARTINS TOURÃO CORREIA

10/04/1944 - 27/09/2014

MISSA DO 7º DIA DE FALECIMENTO - CONVITE

AASFEPA - Associação dos Servidores do Fisco Estadual do Pará, convida os amigos e parentes para a missa do 7º dia de falecimento do associado, Sr. Alcides Martins Tourão Correa, que será realizada no dia 03/10/2014 (sexta-feira), às 19:00 horas na Capela São de Santo Antonio (na Av. José Bonifácio, 1758 - Guamã, em frente a Caixa Econômica Federal).

Antecipadamente agradece a todos que comparecerem a este ato de Fé Cristã.

A DIRETORIA

ALCIDES MARTINS TOURÃO CORRÊA

CELEBRAÇÃO DA ESPERANÇA - 7º DIA

CONVITE

"Deus o chamou para a vida eterna e a nós só restou a saudade"

Sueli, esposa; Andréa Ribeiro, esposo e filhas; Janaina Coelho, esposo e filhos; Alcides Corrêa Júnior e filho; Alessandra Corrêa e filhos e Alan Corrêa convidam para a missa de 7º dia de falecimento do nosso inesquecível "ALCIDES" a ser celebrada hoje, dia 03/10/2014 às 19:00h na Capela São de Santo Antônio, Av. José Bonifácio, 1758. Desde já agradecemos a todos que comparecerem.

Matéria nº 49

A6 BELÉMDiário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 03/10/2014

PROJETO ALVORADA

Escândalo milionário dorme na justiça

Governo tucano, integrado por Jatene, é acusado de desviar 70 milhões de projeto que reduziria pobreza, mas, dez anos depois, não houve sentença na Justiça Federal

DA REDAÇÃO

O Projeto Alvorada, criado pelo governo federal para elevar a qualidade de vida nos bolsões de pobreza de todo o País para reduzir as desigualdades regionais se tornou um dos maiores escândalos da história recente do País, gerando um rombo de mais de R\$ 70 milhões em valores atualizados e mais de 10 obras inacabadas, prejudicando mais de um milhão de pessoas em 50 municípios paraenses. No centro do furo, um tucano de alta plumagem: Paulo Elcídio Chaves Nosqueira, ex-presidente estadual do PSDB e titular da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) no primeiro governo de Simão Jatene, que termina seu segundo mandato e almeja mais quatro anos à frente do Executivo.

O dinheiro desviado daria para construir cerca de 2 mil casas populares e poderia mudar a realidade de Melgaço, por exemplo, município com pior IDH do País. O rombo do Alvorada impressiona não apenas pelo tamanho, quantidade de gente prejudicada e morosidade judicial. Em verdade, o que mais chama a atenção é a perversidade envolvida em algo assim. Afinal, esse exercício de 1 milhão de prejudicados é formado por pessoas pobres, que adotam e até morrem por não ter saneamento e água tratada. É gente que, por mais incrível que pareça, não tem nem mesmo um banheiro em casa, e quanto mais um apatamento de luxo no badalado edifício Neon... Gente que, nas eleições, é convocada a votar nos mesquinhos políticos encanarizados que a mantêm na lama, subvertendo-a àquela vida Severina, descrita pelo poeta João Cabral de Melo Neto. Vida na qual se morre "de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia".

Tudo começou nos idos de 2001, quando o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, lançou o projeto Alvorada. O objetivo, cantado em prosa e verso pelos tucanos, era belíssimo: elevar a qualidade de vida nos bolsões de pobreza, para reduzir as desigualdades regionais do Brasil. Engenhou-se, porém, o projeto. Porque o Alvorada, que resultava em uma trilha de escândalos milionários, em vários estados e municípios, e em fortes suspeitas de desvio de dinheiro público, pelos tucanos, para as eleições presidenciais de 2002. Ao que se cochila até hoje, o Alvorada era apenas um "projeto de mentirinha", um canal para o repasse de verbas públicas para as campanhas do PSDB.

Paulo Elcídio é réu em sete processos de improbidade administrativa, ajuizados pela Justiça Federal do Pará, e já sofreu várias condenações no Tribunal de Contas da União (TCU), por irregularidades nas prestações de contas de recursos repassados à Sedurb pela Funasa (a financiadora do Alvorada). Nas ações civis de improbidade administrativa protocoladas na Justiça Federal do Pará, o Ministério Público Federal (MPF) pede que Paulo Elcídio e 15 construtoras que atuaram no Alvorada devolvam aos cofres públicos mais de R\$ 41,8 milhões, em valores da época (o rombo teria ocorrido entre junho de 2002 e setembro de 2004).

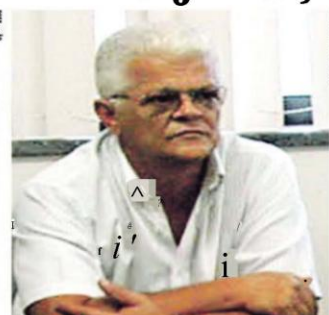
Nas ações, o MPF aponta as dezenas de irregularidades detectadas por uma força tarefa da Funasa e por técnicos do TCU. Entre elas, a falta de fiscalização das obras pela Sedurb, a má qualidade dos serviços, o que levou a infiltrações e recalques de pilas; a inexistência de ligações de água ou com falta de pressão; a adequação; a construção de banheiros em locais onde nem água havia; alterações nos projetos e nas obras sem as devidas justificativas técnicas e sem a aprovação da Funasa; a celebração de convênios apenas com valores "estimados" e sem projetos básicos; a inexistência de processos licitatórios, além de dis-



pelos Ministério Público Federal, e já sofreu várias condenações no Tribunal de Contas da União (TCU), por irregularidades nas prestações de contas de recursos repassados à Sedurb pela Funasa (a financiadora do Alvorada). Nas ações civis de improbidade administrativa protocoladas na Justiça Federal do Pará, o Ministério Público Federal (MPF) pede que Paulo Elcídio e 15 construtoras que atuaram no Alvorada devolvam aos cofres públicos mais de R\$ 41,8 milhões, em valores da época (o rombo teria ocorrido entre junho de 2002 e setembro de 2004).

No TCU, em apenas um dos processos em que suas contas foram julgadas irregulares, Paulo Elcídio e a construtora Servir foram condenados a ressarcir os cofres públicos em valores, que, atualizados até janeiro de 2012, já estariam em mais de R\$ 14,5 milhões.

Só que nenhum dos processos contra o ex-secretário de Jatene e essas construtoras foi sentenciado pela Justiça Federal, nem mesmo em primeira instância, passados mais de 10 anos. E, no TCU, ainda cabem recursos contra todas as condenações.



Paulo Elcídio, secretário de Simão Jatene, é acusado de desviar recursos do projeto, deixando apenas obras abandonadas em todo o Pará, em um rombo total de R\$ 70 milhões



RESUMO

CARGOS

Enquanto isso, Paulo Elcídio segue ocupando os cargos no PSDB no Governo Estadual. Em janeiro de 2011, nos primeiros dias deste segundo governo Jatene, ele foi nomeado coordenador de Câmaras de Políticas Setoriais. Em agosto daquele mesmo ano, foi contratado e nomeado para um novo cargo: assessor superior III, no Núcleo Administrativo Financeiro (NAF), onde recebe, líquidos,

mais de R\$ 5 mil mensais. Nessa condição, foi até designado para responder pela Secretaria Especial de Infraestrutura e Logística (Seinfra), na ausência do titular, Vilmos Grunwald. Além disso, atua como suplente no Conselho de Administração da Companhia de Habitação do Pará (COHAB). Já no Direório Estadual do PSDB, Paulo Elcídio, que foi um dos fundadores da agremiação no Pará, integra o Conselho de Direção partidária.

Desvio de verbas é a causa do baixo IDH no Pará

Segundo o procurador da República Bruno Valente, que assina as ações contra Paulo Elcídio e essas 15 construtoras, o ex-secretário de Desenvolvimento Urbano de Jatene "descumpriu seu dever de acautelar o patrimônio público, mas não tomou as medidas necessárias a fim de proporcionar o andamento regular das obras objeto do Convênio (vide as irregularidades constatadas pela equipe da Força Tarefa da FUNASA), contribuindo para o enriquecimento ilícito de particulares, em detrimento do dinheiro público". A conduta do tucano é enquadrada pelo procurador em seis incisos do artigo 10 da Lei de Improbidade.

Em 2006, o DIÁRIO revelou, com exclusividade, as irregularidades detectadas pela Funasa no projeto Alvorada. Em uma série de reportagens, o jornal mostrou, por exemplo, que até tubulação assentada em Cimento teve de ser arrancada, para que Jatene pudesse inaugurar uma obra em Limoeiro do Ajuru. O jornal apontou, ainda, a construção de banheiros sem in-

terligação a fossas e redes de água; obras executadas com materiais inferiores ao previsto no orçamento; e até um trecho de rua com extensão inferior ao comprimento da tubulação prevista. As fotos mostram o abandono das obras e o enorme desperdício de dinheiro público: esqueletos de estruturas de água, estruturas de ferro e poços de abastecimento abandonados no meio de matagais; tubulações inseridas em água suja, tubos de PVC e até louça sanitária abandonados em terrenos baldios e em antigos barracões de obras. Dezenas de populares foram entrevistados, em vários municípios, e contaram a aflição em que viviam, devido à falta de água potável e até de um simples banheiro em casa. A estimativa do jornal foi de que o rombo poderia chegar a R\$ 45 milhões - ou seja, foi até menor do que está sendo cobrado, hoje, na Justiça. O resultado de todo esse desvio de verbas é o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) que existe na maioria dos municípios do Pará.

Secretário é réu em processos

O Projeto Alvorada foi lançado em 2001, no Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e acabou gerando escândalo em série, em vários estados e municípios, além de suspeitas de uso de dinheiro público nas eleições nacionais de 2002. No Pará, 58 municípios deveriam ter sido contemplados com mais de 100 obras de abastecimento de água, esgoto e banheiros domiciliares. O principal critério para a inclusão no programa foi o baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O convênio 065/2001, para a execução do Alvorada, foi assinado em 11 de junho de 2001, pelo então governador Almir Gabriel, já falecido, e pelo então ministro da Saúde, José Serra. A promessa era de investimentos federais de quase R\$ 134 milhões, para obras que beneficiariam 1,5 milhão de

paraenses. Mais de um ano depois, em julho de 2002, o Governo do Estado assinou os contratos, para a execução dos serviços. E foi aí que começaram os rolos que culminariam em uma profusão de irregularidades e até na suspensão do projeto. Várias das construtoras que ganharam as licitações eram (e ainda são) velhas conhecidas do governo tucano. E hoje, 15 delas são acusadas de improbidade em sete ações civis públicas ajuizadas pelo MPF: Atlantis Engenharia, Construtora Amazonas, Construtora Habitar, Construtora Mauá Júnior, DM Construtora de Obras, Efluente, Egessa, Estacon, Governo Serviços de Geotécnica e Construções, Laje, Luiz Pires Maia Júnior, Mape, Paulitex, Servir, Vega Construções. Em um dos pro-

cessos também figura como acusado o ex-consultor jurídico da Sedurb, Heraldo Berthollet Aguiar Grana. Em todos, Paulo Elcídio figura como réu. Nas ações, o MPF aponta as dezenas de irregularidades detectadas por uma força tarefa da Funasa e por técnicos do TCU. Entre elas, a falta de fiscalização das obras pela Sedurb, a má qualidade dos serviços, o que levou a infiltrações e recalques de pilas; a inexistência de ligações de água ou com falta de pressão; a adequação; a construção de banheiros em locais onde nem água havia; alterações nos projetos e nas obras sem as devidas justificativas técnicas e sem a aprovação da Funasa; a celebração de convênios apenas com valores "estimados" e sem projetos básicos; a inexistência de processos licitatórios, além de dis-

pensa de licitação sem a necessária justificativa; fracionamento de despesa; 24 notas fiscais sem data de emissão; materiais e serviços com valores diferentes mesmíssima planilha de preços; subcontratação; pagamento a maior; termo aditivo em folha solta, sem numeração processual; licenciamento ambiental já vencido - e por aí vai. Segundo a Funasa, dos R\$ 61 milhões repassados à Sedurb, R\$ 13,247 milhões não foram executados. E dos R\$ 48,3 milhões que a secretaria prestou contas, R\$ 28,561 milhões foram impugnados, devido a irregularidades. Do cálculo, R\$ 41,8 milhões, em valores da época, que precisam ser devolvidos ao erário - ou quase R\$ 70 milhões, em valores atualizados pelo DIÁRIO, pelo IPCA-E de junho deste ano.

Criançada vibra com a festa de São Cosme e Damião. Página 6.

CIDADES

Ibope: Simão Jatene **vence** no 1º turno

ELEIÇÕES

Candidato tucano continua a subir e agora tem 45% das intenções de voto

A quarta pesquisa de intenção de voto para o governo do Pará realizada pelo Ibope, em parceria com a TV Liberal, aponta que o candidato Simão Jatene (PSDB) **subiu mais três pontos percentuais e venceria hoje** o primeiro turno da corrida eleitoral com 45% das menções dos votos. O candidato peemedebista Helder Barbalho aparece com 39%. Os demais concorrentes: Marco Antonio (PCB, 26), Carlos (PV), Marco Carrera (PSOL) e Elton Braga (PRTB) - mantêm-se no mesmo patamar, com até 2% das menções, cada. Pretendem votar em branco ou nulo 5% dos entrevistados e 6% declararam-se indecisos (eram 10% na pesquisa anterior).

O percentual é o mesmo na simulação de um possível segundo turno entre o atual governador e seu oponente do PMDB. Simão Jatene aparece com 45% das intenções de voto, contra 39% de Helder Barbalho - na pesquisa anterior tinham 42% e 40%, respectivamente. Aqueles que pretendem votar em branco ou anular o voto são 6% e os que preferem não opinar totalizam 10% dos entrevistados.

No levantamento espontâneo (sem apresentar os nomes dos candidatos), 37% dos eleitores paraenses

declaram intenção de votar em Simão Jatene - crescimento de 10 pontos percentuais desde a última pesquisa - e outros 31% mencionam Helder Barbalho. Eleitores que não sabem responder sua intenção de voto ao governo espontaneamente representavam 53% do eleitorado em agosto, 46% no início de setembro e agora são 22%.

A margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi realizada entre os dias 23 e 25 de setembro, com 812 eleitores de 44 municípios, e está registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) sob o número PA-00035/2014 e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob protocolo BR-00853/2014. O nível de confiança utilizado é de 95%.

A pesquisa Ibope revela ainda que o candidato à reeleição, **Simão Jatene, tem seu melhor desempenho** entre os eleitores de 45 a 54 anos e entre os que cursaram da 5ª à 8ª série do ensino Fundamental, com 50% das intenções de voto em cada segmento (crescimento de 6 pontos percentuais e 7 pontos percentuais, respectivamente). Nesta rodada também **cresceu o percentual de simpatizantes do governador** entre os menos escolarizados (de 39% para 43%) e entre os que têm renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos (de 41% para 47%).

A pesquisa também destaca o **crescimento do percentual de eleitores que acreditam na reeleição de Simão Jatene este ano**, inde-

pendentemente da intenção de voto: de 40% para 48%. Outros 39% acreditam em uma vitória do ex-prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho (ante 40% na última rodada). Entrevistados que não sabem ou preferem não responder vão de 17% para 11% nesta pesquisa.

SENADO

A pesquisa Ibope aponta que Paulo Rocha (PT) está na frente

Candidato do PSDB também **leva vantagem em eventual segundo turno**

na disputa por vaga no senado, com 27% das intenções de voto (4 pontos percentuais a mais que na última medição). Empatados na segunda colocação, aparecem Mario Couto (PSDB) com 17% das menções (igual à pesquisa ante-

rior) e Jefferson Lima, do PP, com 15% (oscilação positiva de 1 ponto percentual). Duomar Costa, do PTB, tem 8% (1 ponto percentual a menos que na terceira pesquisa). Os demais candidatos alcançam até 3% das respostas cada. As intenções de voto em branco ou nulo correspondem a 8% do eleitorado e os que não sabem ou não respondem somam 15% (queda de 5 pontos percentuais desde a pesquisa passada).

PRESIDÊNCIA

A presidente Dilma (PT) aparece com 49% das intenções de voto entre os eleitores do Pará. Marina Silva (PSB) tem 24% das menções, enquanto Aécio Neves (PSDB) cresceu 5 pontos percentuais e obtem agora 16%. Os demais candidatos atingem, cada um, até 2% das menções. Eleitores que têm intenção de votar em branco ou nulo somam 3% e os indecisos, 4%.



GABRIEL BAPTISTA BRAZ

CAMPEÃO BRASILEIRO 2014 JOVEM CAVALIEIRO

1º PARAENSE E 1º DO NORTE A CONQUISTAR ESSE TÍTULO

No período de 18 a 20 de setembro, foi realizado o Campeonato Brasileiro de Saltos Jovens Cavaleiros 2014 em Recife/PE. O Evento é anual e consagrou Gabriel Baptista Braz da Silva, do Estado Pará, como o Campeão Brasileiro 2014. Além de ter conquistado o título de Campeão Brasileiro, é o Líder do Ranking Nacional na Categoria Jovem Cavaleiro e também é o único do Norte do Brasil na Prova Internacional que ocorrerá em outubro/2014, onde disputarão Cavaleiros e Amazonas de toda Europa.



Adoração especial do Círio

ENSINA TEU POVO A REZAR

10 OUTUBRO ÀS 19h

Ginásio da Escola Superior de Ed. Física
Av. João Paulo II, 817
Entre Vileta e Timbó

ORGANIZAÇÃO: PE. GEFFISON E CONVIDADOS.

APÓIO: OLIBERAL



CELULAR FEST BIG BEN

MOTO G™ DTV COLORS
MAIS ESTILO. PURA PERFORMANCE.

LANÇAMENTO

PREÇO CENSURADO

- Tela HD de 5" e som estéreo
- Experiência do Android™ puro com velocidade Quad-Core
- TV Digital*
- Dual Chip com 16GB de memória interna expansível até 32 GB**
- Câmera traseira de 8 MP e frontal de 2 MP
- Personalize com duas capas coloridas

10x

MOTOROLA, BrasilPharma, Drogarias BIG BEN

Oferta válida até 30/09/2014, no enquanto durar o estoque (200 unidades de cada modelo). Para participar desta promoção acesse o site 0800 91 92 94, 98 e 99 o pagamento em 10x sem juros no cartão de crédito. A oferta promocional estará limitada a uma assinatura por aparelho e por CPF.

Sua saúde é um big bem

HERANÇA MALDITA

Ananindeua

Pioneiro manda investigar CRAS "fantasma" de Helder Barbalho

Centro de Referência no Distrito Industrial só foi instalado na gestão

do atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, mas recebeu

repasse do Ministério do Desenvolvimento Social como se existisse

MARACUTAIA

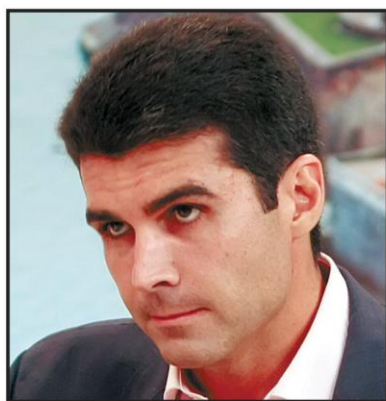
Semcat, na gestão de Daniela Barbalho, mandava relatórios de CRAS "fantasma"

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

Um mistério envolve a política de assistência social na administração de Helder Barbalho nos oito anos (2005-2012) em que foi prefeito de Ananindeua: onde funcionava e o que fazia o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do Distrito Industrial?

Para entender os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são aparelhos públicos que visam trabalhar com famílias em situação de miséria extrema e risco social. O CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. É o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica.

Pois bem, na administração de Helder Barbalho funcionavam 10 CRAS no município de Ananindeua, mas a prefeitura cobrava repasses mensais do Ministério do Desenvolvimento Social,



Helder Barbalho: Um CRAS "fantasma" no Distrito Industrial



Daniela Barbalho: secretária mandava relatórios para o MDS

do governo Dilma Rousseff, mandando relatórios de atendimento de um CRAS supostamente "fantasma" do bairro Distrito Industrial, que somente agora, na administração do atual prefeito Manoel Pioneiro, foi efetivamente implantado.

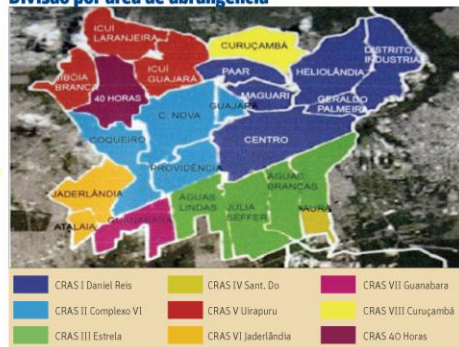
A suposta fraude comandada pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (Semcat), a época comandada pela secretária Daniela Barbalho – primeira dama do município, mulher do ex-prefeito e hoje candidato ao governo do Estado, Helder Barbalho, já foi denunciada ao Ministério Público Federal e à Controladoria Geral da União (CGU), já que envolve provável desvio de recursos federais.

Cálculos feitos pela atual administração de Ananindeua estimam que o Ministério do Desenvolvimento Social fazia repasses mensais de R\$ 80 mil a R\$ 90 mil pelos supostos atendimentos no CRAS "fantasma" do Distrito Industrial. Os serviços seriam comprovados com atendimentos e relatórios feitos possivelmente no CRAS Daniel Reis, o que está sendo investigado.

Levantamento realizado por determinação do prefeito Manoel Pioneiro comprovou a existência dos seguintes CRAS: Daniel Reis, Complexo VI, Estrela, Uirapuru, Jaderlândia, Guaraná, Curuçambá e 40 Horas – mas não havia CRAS Distrito Industrial na gestão de Helder Barbalho.

O bairro do Distrito Industrial, em Ananindeua, é conhecido pelas suas distorções sociais: tem altos índices de criminalidade e violência. Um CRAS funcionando no local, com políticas públicas voltadas para as famílias em situação de miséria, deveria ter sido prioridade na gestão de Helder

Divisão por área de abrangência



MDS aprovou criação do CRAS Distrito Industrial, que não saiu do papel

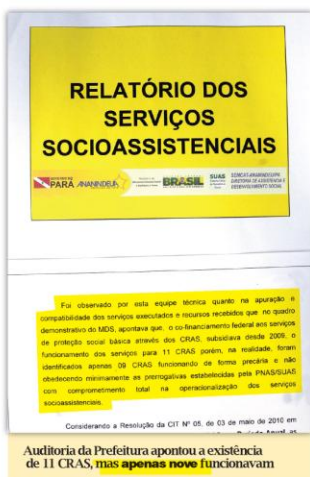
Barbalho, mas não o foi. A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho encaminhou ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a construção de um CRAS no bairro Distrito Industrial para o atendimento de milhares de famílias, com os serviços como Programa

de Atenção Integral à Família (PAIF), ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e ao Projovem Adolescente, programas de fortalecimento de vínculos familiares e sociais, para a erradicação da pobreza extrema.

O MDS aprovou a criação do CRAS Distrito Industrial, estabelecendo prazos para seu funcionamento com técnicos e servidores especializados, mas o CRAS nunca funcionou. As primeiras investigações comprovaram que o CRAS "fantasma" do Distrito Industrial teria

garantido o atendimento a cerca de cinco mil pessoas ao ano, conforme relatórios enviados a Brasília.

Mas há fortes evidências de que os atendimentos eram feitos no CRAS Daniel Reis, localizado no antigo Acude Maguary, na estrada do Maguary. A Semcat, então, teria enviado fotos e relatórios de atendimento de outro CRAS, como se fosse o do Distrito Industrial, para receber mensalmente os repasses do Ministério do Desenvolvimento Social para o atendimento às famílias carentes de Ananindeua.



Helder Barbalho, o exterminador de feiras, mercados e empregos

Uma das maiores lambanças cometidas por Helder Barbalho (PMDB) como prefeito de Ananindeua (2005-2012) foi a destruição de feiras e mercados em três grandes bairros do município – Centro, 40 Horas e Distrito Industrial – deixando centenas de feirantes e pequenos comerciantes entregues à própria sorte.

As vésperas das eleições de 2008, em mais um estelionato eleitoral, Helder Barbalho prejudicou centenas de trabalhadores que delas sobreviviam e, das feiras, tiravam o sustento de suas famílias. Sem contar os milhares de moradores de Ananindeua, que até hoje acotovelam-se no meio da rua

para fazer suas compras diárias, embaixo de sol e chuva, correndo o risco de serem atropelados.

Pior: Helder Barbalho disse que já tinha a garantia de receber R\$ 3 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social, de sua aliada Dilma Rousseff, para erguer em tempo recorde a feira do bairro do Distrito Industrial, mas a promessa não saiu as maquiagem.

Já em 2012, às vésperas da eleição que definiria o novo prefeito de Ananindeua, Helder mandaria derrubar a feira do bairro do Distrito Industrial e teria contratado uma empresa de outro Estado para fazer o projeto do novo mercado,

Apresentado o projeto, abriu-se processo licitatório para a construtora que levantaria a nova feira.

Definida a construtora, descobriu-se então uma grosseira falha no projeto feito fora do Pará: a nova feira ficou maior que o terreno da primeira. A nova feira, fora do prumo, avançou e engoliu metade da 1ª rua Rural, que resultou em interferência imediata do Ministério Público Estadual, embargando e ordenando parar as obras.

Mais apenas a parte da feira que "comeu" metade da rua Rural no Distrito Industrial abocanhava R\$ 100 mil reais. Enfim, um enredo de causar inveja aos Trápalhões.



Os feirantes de Ananindeua foram jogados nas calçadas e nada de novo surgiu

Ananindeua

HERANÇA MALDITA

Apontado como o **pior município do Brasil em saneamento básico** em 2011, pelo Ministério das

Cidades, na gestão de Helder Barbalho, Ananindeua deixou de receber investimentos em

captação de esgoto por conta de **desvios de recursos** em obras contratadas com a Fünasa

Ananindeua, esgoto zero. Que vergonha, Helder Baibalho!

MALEFÍCIO
Convênio com a Fünasa teve **desvio** de R\$ 793 mil para obra de saneamento

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

Ananindeua, na região metropolitana de Belém, ganhou em 2011 o título de "Pior município do Brasil em saneamento básico", do Ministério das Cidades, do governo Dilma Rousseff (PT), durante a administração do prefeito Helder Barbalho (PMDB).

Levantamento realizado pelo Instituto Trata Brasil também mostrou que Ananindeua surge como o único município do Brasil com zero de coleta de esgoto em 2012, por ocasião da realização da pesquisa, o que veio comprovar o descaso da gestão de Helder com o saneamento do município.

A explicação para o total des-



Helder Barbalho não priorizou investimentos em saneamento básico em oito anos como prefeito. Dejetos jogados direto nos igarapés do município.



venho de 2010, mas até hoje o atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro (PSDB), quer saber onde foram parar R\$ 793.870,66 da terceira parcela liberada pela Fünasa, recebida por Helder Barbalho em oito de setembro de 2010.

"A parcela foi recebida pela Prefeitura de Ananindeua, mas até o momento não foi comprovada sua aplicação, com a devida prestação de contas junto à Fünasa", atestam auditores da Prefeitura, que investigaram a aplicação de recursos do referido convênio.

A Prefeitura de Ananindeua vai cobrar junto a empresa L.F. Construções o ressarcimento ao tesouro do município o valor de R\$ 728.857,11, instaurar

O projeto Fünasa iria beneficiar 3.580 moradores do bairro Jardim Guajará I

tomada de contas especial, apurar as responsabilidades quanto ao pagamento irregular de serviços comprovadamente não realizados e encaminhar cópias das auditorias ao Tribunal de Contas dos Municípios, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado, ao Ministério Público Federal e ao Controlador Geral da União (CGU).

Um dos bairros mais pobres e desprovidos de saneamento

básico de Ananindeua, o Jardim Guajará I seria beneficiado com os R\$ 3 milhões liberados pela Fünasa na administração de Helder Barbalho. No Jardim Guajará, caracterizado por condições individuais de esgotamento sanitário, a população lançava diretamente no solo ou nos cursos de água os dejetos, formando "valas negras" ao longo e sobre os canais de drenagem.

Dos R\$ 3 milhões previstos no convênio, a Fünasa transferiu R\$ 2.253.870,66 em três parcelas: uma de R\$ 509 mil em quatro de abril de 2008, outra de R\$ 990 mil em 11 de maio de 2009 e uma terceira de R\$ 793 mil em 08 de setembro de 2010. Nos mesmos períodos, a

Prefeitura de Ananindeua deu de contrapartida R\$ 157 mil.

A licitação para a execução das obras foi vencida pela empresa L.F. Construções Ltda e o contrato foi assinado dia 6 de novembro de 2007 entre Kaio Leal Fonseca, da construtora L.F. e Milton Masayuki Fujiyoshi, então secretário municipal de Saneamento e Infraestrutura.

O empreendimento, de responsabilidade da Prefeitura de Ananindeua, na administração de Helder Barbalho, foi proposto e aprovado dentro do Programa de Saneamento Ambiental para as Áreas Metropolitanas (Prosan), dos Ministérios das Cidades e da Saúde.

O projeto proposto previa a

construção de rede coletora e ligações domiciliares em duas bacias de esgotamento, além da construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) antes do lançamento final no rio Maguariçu.

A estação seria construída à jusante da bacia do rio e teria seus esgotos conduzidos para uma estação elevatória, de onde seriam bombeados para um poço de visita da rede coletora. O projeto beneficiaria uma população de 3.580 pessoas. Mas, como outras promessas,

mirabolantes de Helder Barbalho - como a construção de um estádio municipal para 25 mil pessoas e um espetacular mercado modelo - também não saiu do papel.

Manoel Pioneiro quer saber onde está o dinheiro do Jardim Guajará

O atual prefeito, Manoel Pioneiro, já comprovou que a obra no bairro Jardim Guajará I está inacabada, embora tenha supostamente recebido investimentos de R\$ 1.778.501,70, o que é pior, o convênio entre a Fünasa e a Prefeitura encontra-se com sua vigência vencida. A última prorrogação do convênio, com termo aditivo, foi até 21 de novembro de 2010.

Relatório de Auditoria Técnica de Engenharia realizada em 20 de março de 2013 pelos engenheiros Pedro Pignatelli Diniz, Couraci Souza Dias e Rosildo de Azeredo Quaresma, da Secretaria Municipal de Saneamento, mas obras executadas no bairro Jardim Guajará, atesta a execução física e financeira dos

serviços contratados de apenas R\$ 1.315.658,30, o que corresponde a 42,5% do total de R\$ 2.044.515,40 pagos à empresa L.F. Construções Ltda referentes a nove boletins de medições.

"Verifica-se a inexecução de serviços, que foram de fato pagos, irregularmente, como se tivessem sido realizados, no total a maior e indevido de R\$ 728.857,11, correspondendo a 35,6% do valor total pago à contratada", relatam os engenheiros responsáveis pela auditoria técnica.

A auditoria realizada pela atual gestão da Prefeitura de Ananindeua no convênio com a Fünasa constatou a existência de dois pareceres da Fundação desfavoráveis à aprovação do

ITGgilãriÇISCIGS GãCOilrSClãS

→ Celebração do convênio 2316/2005 sem parecer jurídico e técnico e sem a devida aprovação do projeto final pela Fünasa;

→ Processo administrativo em desacordo com as exigências legais;

→ Ausência de documentação das posse do terreno, objeto da execução das obras;

→ Ausência de licença ambiental prévia;

→ Ausência de prestação de contas da terceira parcela do convênio recebida pela Prefeitura de Ananindeua;

→ Ausência de conclusão do objeto do convênio 2316/2005;

→ Pagamento irregular de serviços que não foram executados no valor de R\$ 728.857,11.

convênio. O primeiro parecer, de 12 de julho de 2007, encaminhado pela Fünasa, deixa claro: "Após a análise do processo de projeto, concluímos que as documentações apresentadas são insuficientes para a aprovação do pleito proposto. Portanto, não é passível de aprovação imediata devido à existência de pendências."

No segundo parecer, enviado ao então prefeito Helder Barbalho em 6 de dezembro de 2007, são enumeradas as pendências ainda existentes: falta de comprovante da posse do terreno onde seria instalada a elevatória; falta de licença prévia, do licenciamento ambiental e da licença de instalação e mostrando, entre outras coisas,

que as especificações técnicas do projeto não estão de acordo com a obra proposta.

"Fica evidenciado que mesmo com a ausência de pareceres técnicos e jurídicos da Sesan e com o agravante da existência de dois pareceres técnicos da Fünasa desfavoráveis à aprovação do convênio, a Prefeitura Municipal de Ananindeua celebrou o convênio e ainda o contrato com a empresa L.F. Construções Ltda mesmo com as implicações técnicas já evidenciadas e relatadas, sem que houvesse a imprescindível aprovação do projeto, o que implica em elevar sobremaneira o risco de não conclusão do objeto como, infelizmente, veio a se confirmar", detalha a auditoria da PMA.

Os piores estados do Brasil em saneamento básico

0 Amapá e o Piauí apresentam os piores índices de saneamento básico do Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, divulgada na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Amapá, a proporção de domicílios

conectados à rede coletora de esgoto em 2013 é de somente 3,2%. No Piauí, a taxa é de 3,4%. Os índices são bem mais baixos que a terceira pior taxa, a do Maranhão, que é de 13,2%. São Paulo e Distrito Federal são as unidades federativas com os melhores índices: 94% e 89%,

respectivamente. No ano passado, o Brasil conseguiu interligar 1,5 milhão de domicílios à rede coletora de esgoto, mas o número de lares sem o serviço ainda é de 23,2 milhões, segundo a PNAD. De acordo com o levantamento, a proporção de domicílios com ace-

so à rede coletora de esgoto no país passou de 62,3% em 2012, para 64,2%, em 2013, chegando a 41,9 milhões de unidades. O crescimento chegou, em 2013, a todas as regiões do país. "Destaca-se a evolução das regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, que assinalaram cresci-

mentos de 8,4%, 8,3% e 7,1%, respectivamente, no conjunto de domicílios atendidos pela rede coletora de esgoto", diz o levantamento. Apesar do crescimento, o país apresenta grandes desigualdades regionais. Norte, Nordeste e Centro-Oeste se mantiveram

com médias inferiores ao percentual do país. A região Norte tem a menor proporção de domicílios atendidos, com 19,3%, enquanto o Sudeste continua com a maior cobertura, quatro vezes mais que os nordestas: 88,6% dos domicílios.

CANDIDATOS MILIONÁRIOS Helder/Lira

Helder Barbalho (PMDB) e Joaquim de Lira Maia (DEM), seu vice, formam uma chapa

que se identifica também pela ostentação: ambos possuem mansões suntuosas - Helder em

Ananindeua, Lira em Santarém - e respondem a ações por improbidade administrativa.

Chapa de barões multiprocessadas

ENRIQUECIMENTO

Helder Barbalho quase triplicou seu patrimônio em apenas seis anos

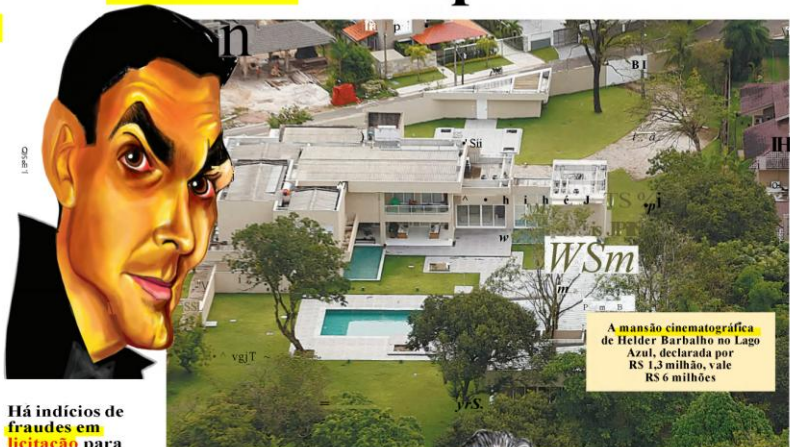
RONALDO BRASILENHE De Redação

Helder Barbalho (PMDB), candidato ao governo do Estado, e seu vice, o deputado mocorongo Joaquim de Lira Maia (DEM), têm muita coisa em comum: juntos, respondem a 20 processos na Justiça e moram em mansões que ostentam o enriquecimento na vida pública. São os barões da floresta amazônica.

Dentre os seis candidatos que disputam o governo do Pará, a chapa Helder/Lira Maia é a que mais responde a processos na Justiça. Juntos, os dois candidatos são réus em 20 processos que ainda estão tramitando no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região, Tribunal de Contas do Município (TCM), Tribunal de Justiça do Estado (TJE) e no Supremo Tribunal Federal (STF).

A informação é do site "Google Política & Eleições Pesquise, Descubra, Vote Consciente", plataforma virtual criada pelo Google, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a ONG Transparência Brasil, para ajudar os eleitores a conhecer melhor a vida pregressa dos candidatos que estão disputando as eleições.

De acordo com informações do site, atualizadas no dia 16 de julho, Helder Barbalho responde a dois processos junto ao TRF 1ª Região. No processo nº 0009421-71.2009.4.01.3900, ele é réu por improbidade administrativa, acusado de irregularidades na aplicação de recursos do Ministério da Saúde transferidos ao município de Ananindeua de 2004 a 2007.



A mansão cinematográfica de Helder Barbalho no Lago Azul, declarada por R\$ 1,3 milhão, vale R\$ 6 milhões

Há indícios de fraudes em licitação para compra de ambulâncias

O dinheiro teria sido usado para compra de equipamentos e medicamentos de empresas inexistentes e para cobrir despesas não relacionadas à saúde. Além disso, há indícios de fraudes em licitação para compra de ambulâncias. Já no processo de nº 0032990-62.2013.4.01.3900, Helder Barbalho é alvo de ação civil de improbidade administrativa.

PATRIMÔNIO TRIPLICOU

Aos 35 anos, depois de ser vereador, deputado estadual e prefeito de Ananindeua por dois mandatos, Helder Barbalho quase triplicou seu patrimônio em apenas seis anos

- de 2008 a 2014 - quando foi prefeito e exerceu a função de radialista na Rádio Clube do Pará, de propriedade de sua família.

Em 2008, quando apresentou declaração de bens à Justiça eleitoral para concorrer à reeleição a prefeito, Helder Barbalho tinha um patrimônio de exatos R\$ 825.842,00. Em junho de 2014, quando apresentou nova declaração de bens à Justiça eleitoral para concorrer ao governo do Estado, **quase triplicou** o patrimônio do filho de Jader Barbalho, **salto** para estratosféricos R\$ 2.337.676,77.

A principal alteração no patrimônio de Helder Barbalho entre as eleições de 2008 e 2014 foi a aquisição de uma **luxe mansão** no condomínio Lago Azul, que declar

ou valer irrisórios R\$ 1.332.361,00. A mansão - com quatro piscinas - tem 3.200 metros quadrados de área construída, o equivalente a 80 residências do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Especialistas do ramo imobiliário paraense, porém, estimam que a mansão custe mais de R\$ 6 milhões. Em resumo, o ex-prefeito de Ananindeua **subvalorou** sua mansão na declaração de bens entregue à Justiça.

Como prefeito

de Ananindeua, entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012, Helder Barbalho fez jus a um salário de aproximadamente R\$ 12 mil mensais, brutos (este continua sendo o salário do atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro).

Se tivesse economizado todos os 48 salários mensais - em seus quatro anos como prefeito - mais 13º salários, férias e diárias, sem gastar com um real sequer com água, luz, alimentação, transporte, saúde, educação, combustível, vestuário e etc., Helder Barbalho não teria acumulado no período nem R\$ 800 mil.

Como comprador, então, a mansão de R\$ 6 milhões no Lago Azul?

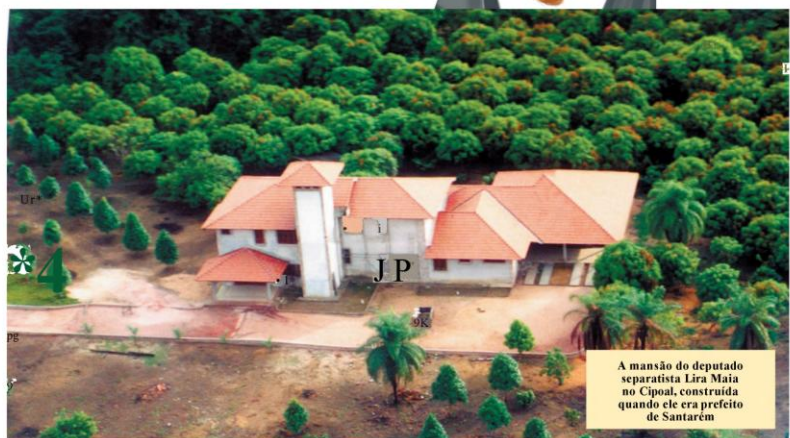
Sonho de Lira Maia é o Estado do Tapajós

Nenhum parlamentar possui mais investigações contra si no Supremo Tribunal Federal (STF) do que o deputado federal paraense Joaquim de Lira Maia (DEM), candidato a vice-governador na chapa de Helder Barbalho (PMDB) e principal liderança separatista do Baixo-Amazonas.

Como seu parceiro de chapa Helder, Lira Maia também mora numa suntuosa mansão no meio da floresta amazônica, na comunidade Cipóal, em Santarém, que construiu quando foi prefeito do município, o terceiro maior do Pará depois de Belém, a capital, e Ananindeua, na região metropolitana.

Correm contra Lira Maia 14 processos: dez inquéritos (investigações preliminares) e quatro ações penais (processos que podem resultar na condenação). O deputado paraense é acusado em sete procedimentos de ter cometido o chamado crime de responsabilidade, infrações administrativas atreladas ao exercício da função pública. A condenação, nesses casos, pode implicar a perda do mandato.

Lira Maia também é suspeito de peculato (desvio de recursos públicos), crimes contra a Lei de Licitações, contra a organização do trabalho e praticados por funcionários públicos em geral, além de emprego irregular de verbas públicas. As denúncias dizem respeito ao período em que Li-



A mansão do deputado separatista Lira Maia no Cipóal, construída quando ele era prefeito de Santarém

ra Maia foi prefeito de Santarém (PA) por dois mandatos.

O número de investigações contra Lira chegou a ser maior. Em março, o Supremo arquivou um inquérito (Inq 28.58) contra ele por prescrição, ou seja, porque venceu o prazo para o julgamento do caso. O procedimento se referia a atos praticados em 2002 e 2003, quando ele exercia o segundo mandato na prefeitura de Santarém. O crime de responsabilidade prescreve em oito anos, o que ocorreu

em 15 de fevereiro.

Em uma das ações a que responde (AP 524), Lira Maia é acusado pelo Ministério Público Federal de envolvimento em irregularidades em 24 processos licitatórios para a compra de merenda escolar em Santarém em 2000. Segundo a denúncia, o superintendente chegou a R\$ 1,97 milhão em valores da época.

As suspeitas recaíram sobre outras 30 pessoas, que respondem ao juiz de primeira instância. De acordo com a

acusação, participaram das concorrências públicas empresas de fachada que ofereceram produtos com preços acima do mercado, o que contrariava a Lei das Licitações.

Ao aceitar a denúncia do Ministério Público Federal, o relator do processo, ministro Ricardo Lewandowski, atual presidente do STF, disse que o fato de ser prefeito do município à época das irregularidades deixava Lira Maia muito próximo dos eventos tidos como delituosos, o que

permite que se considere a possibilidade de neles estar envolvido.

Na defesa ao STF, o deputado atribuiu a diferença nos preços das licitações às condições geográficas de Santarém, que elevariam o valor do frete. Além disso, segundo ele, a Secretaria Municipal de Educação tinha autonomia para gerir suas próprias atividades de forma descentralizada, sem interferência do prefeito, e era fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar.

A atribuição de competência a outro órgão pode afastar a responsabilidade civil, mas não a criminal. Não se está fazendo juízo de antecipação, mas não se pode reprimir a tentativa de o Ministério Público provar os fatos. Mesmo com a descentralização, não se pode desprezar a possibilidade de que tenha atuado como mentor ou anuído ao crime, disse à época o ministro Lewandowski, ao explicar o recebimento da denúncia. (RB)

Matéria nº 54

BELEM, QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2014

poder@oliberal.com.br ■ Tel.: 3216-1072

PODER

■ POLÍTICA ■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

Eike Batista é denunciado
Ex-bilionário é suspeito de crimes contra o mercado e de formação de quadrilha. **Página 8.**

Título de eleitor só até hoje
Prazo para retirada da segunda via do documento se encerra nesta quinta. **Página 2.**

OLIBERAL

FABEL
FACULDADE DE BELEM

Transformando o ensino.

Trav. Aristides Lobo, 867 • Reduto
Fone/Fax: (91) 3201-1300
www.fabelnet.com.br

Chapa 'campeã' em processos

RÉUS
Helder Barbalho e Lira Maia lideram em contas a acertar com a Justiça

Dentre os seis candidatos que disputam o Governo do Pará, a chapa do candidato Helder Barbalho (PMDB) e Lira Maia (DEM) é a que mais responde a processos na Justiça. Juntos, os dois candidatos são réus em 21 processos que ainda estão tramitando no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, Tribunal de Contas do Município (TCM), Tribunal de Justiça do Estado (TJE) e no Supremo Tribunal Federal (STF). A informação é do site "Google Política & Eleições: Pesquise, Descubra, Vote Consciente", plataforma virtual criada pelo Google, em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a ONG Transparência Brasil, para ajudar os eleitores a conhecer melhor a vida pregressa dos candidatos que estão disputando as eleições.

Improbidade administrativa, acusado de irregularidades na aplicação de recursos do Ministério da Saúde transferidos ao município de Ananindeua de 2004 a 2007. O dinheiro teria sido usado para compra de equipamentos e medicamentos de empresas inexistentes e para cobrir despesas não relacionadas à saúde. Além disso, há **indícios de fraudes em licitação** para compra de ambulâncias. Já no processo de nº 003.290-62.2013.4.01.3900, Helder Barbalho é alvo de ação civil de **improbidade administrativa**.

Já a **ficha corrida** do seu vice, Lira Maia, é bem mais extensa. O ex-deputado federal **crê em** quatro ações penais no STF, movidas pelo Ministério Público Federal por **crimes de responsabilidade** e previstos na Lei de Licitações (Ação Penal nº 484/2008, nº 517/2009, nº 518/2009, e nº 524/2007) e alvo de quatro inquéritos que apuram **crimes de responsabilidade** e **contra a administração em geral** (Inquérito nº 3036/2010, nº 2991/2010, nº 2782/2008, nº 2742/2008); responde a inquérito que apura crimes contra organização do trabalho no STF (Inquérito nº 3049/2010, nº 3057/2010, nº 3058/2010); e ainda um inquérito que apura **crime eleitoral** de captação ilícita de votos ou corrupção eleitoral (STF Inquérito nº 3301/2011).

No TRF da 1ª Região, Lira Maia **crê em** ações civis públicas por **improbidade administrativa** (clano ao arário, movidas pelo município de Santarém, pela União e pelo Ministério Público nos seguintes processos: Ação Civil nº 0001836-74.2000.4.01.3902 e Ação Civil nº 0001305-17.2002.4.01.3902. E no Tribunal de Justiça do Estado (TJE), Lira Maia responde a mais duas ações civis por **improbidade** (Ação Civil nº 0009317-41.2008.814.0051



Juntos, Helder Barbalho e Lira Maia respondem a 21 processos na Justiça

e a de nº 0009382-83.2007.814.0051). No TCM são mais três processos, nos quais foram emitidos pareceres contrários à aprovação das contas do período em que Maia foi prefeito de Santarém, entre os anos de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004 (processo nº 20010881, o de nº 200203229 e o de nº 200304542).

No perfil do candidato à reeleição Simão Jatene (PSDB, atualizado também no dia 16 de julho, o site indica que "não parece haver ocorrências envolvendo este político" tanto na Justiça como nos Tribunais de Contas.

Já o vice, Zequinha Marinho (PSC) responde a um **inquérito** no STF, sob o nº 366/2013, que apura acusações de **peculato e concussão**.

No perfil dos demais candidatos ao Governo do Estado não constam informações sobre ocorrências de processos na Justiça.

Plataforma virtual tem informações sobre mais de 20 mil candidatos

Desenvolvida com o objetivo de estimular o voto consciente, a plataforma virtual Google Política & Eleições traz um panorama sobre os mais de 20 mil candidatos que estão disputando as eleições este ano no Brasil. O trabalho é uma parceria do Google, com o TSE e a Ong Transparência Brasil. Os eleitores podem acessar estas informações pelo endereço eletrônico <http://www.google.com.br/elections/>.

O perfil dos candidatos (a presidente, governador, senadores, deputados federais e estaduais) é construído a partir do cruzamento de dados do sistema "Divulgacand" da Justiça Eleitoral com o da ONG Transparência Brasil, organização independente e autônoma, fundada em abril de 2000 por um grupo de indivíduos e organizações não

governamentais que tem como mote o compromisso com o combate à corrupção. Desta forma, por meio da ferramenta virtual, o eleitor pode saber mais sobre a história de vida dos candidatos que disputam o pleito, mas também ter acesso a informações sobre os bens declarados, quem são os doadores de registro e a vida pregressa dos

aspirantes a cargos públicos. De fácil manuseio, o site mostra o perfil do candidato, os cargos públicos que já ocupou e ainda os processos a que responde na Justiça, ainda que deles não haja uma decisão colegiada capaz de indeferir o mandato. Como é o caso, por exemplo, da dupla Helder Barbalho e Lira Maia, que apesar de responder a vários processos, tiveram os registros libe-

rados por conta da ausência de uma condenação colegiada. No caso dos candidatos que já exerceram mandato no Congresso, é possível auferir também informações sobre a evolução dos bens, percentual de emendas atendidas em 2014, faltas em plenário e nas comissões, bem como o percentual de apresentação de projetos sobre matérias irrelevantes.

Na Plataforma Google Política & Eleições, o eleitor também pode conferir informações que já exerceram mandato no Congresso, entrevistas ao vivo de candidatos a cargos de presidente da República e as mais recentes notícias sobre as eleições divulgadas por mais de 30 parceiros de mídia, entre jornais, revistas, TVs e sites jornalísticos, além de vídeos relacionados.

Liminar impede uso do tempo dos proporcionais por candidato ao Senado

O juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco deferiu o pedido de liminar proposto pela coligação "Pra Frente Pará" contra a coligação "Todos pelo Pará II" e coligação majoritária "Todos pelo Pará", do candidato Helder Barbalho, pela prática de propaganda irregular. Com base em provas concretas, o magistrado determinou que a coligação do candidato peemedebista não exiba mais a referida propaganda, bem como não utilize novamente o tempo destinado aos can-

didaturas proporcionais para promover a candidatura de Paulo Rocha ao Senado. A propaganda da representação foi veiculada no último dia 19, durante o horário eleitoral gratuito na televisão. A fim de impedir o descumprimento da ordem judicial, o juiz fixou multa cominatória de R\$ 20 mil para cada veiculação em desacordo com a decisão.

A invasão de tempo se deu pelo fato da coligação majoritária de Helder ter utilizado o horário eleitoral destinado às coligações proporcionais. "Ao assistir as imagens gravadas na mídia trazida aos autos do processo, vi lumbrei o candidato Valdir Ganzer, suplente do candidato Paulo Rocha, afirmando o seguinte: 'Eu sou o deputado Valdir Ganzer, e nessas eleições, eu sou suplente do futuro senador Paulo Rocha. E para deputado estadual Ailton Faleiro'. Por sua vez, o candidato ao cargo proporcional de deputado estadual Ailton Faleiro afirma o seguinte: 'Obrigado, Ganzer, pode

contar com o nosso mandato para continuar seu trabalho", destacou o juiz, citando um trecho da propaganda. Após a análise das provas, o magistrado afirmou, em sua decisão, que a coligação "Todos pelo Pará II" fez claramente campanha em favor de Paulo Rocha, o que é vedado pela legislação eleitoral. O juiz também ordenou que a decisão fosse comunicada às emissoras de televisão geradora pela Secretaria Judiciária.

Essa não foi a primeira vez que a coligação majoritária de Helder invadiu o horário reservado aos candidatos proporcionais. Dezenas de decisões similares já puniram Helder e o proibiram de usar o tempo reservado aos candidatos federais e estaduais de sua coligação para promover sua campanha ao Governo do Estado. No último dia 19, Marco Antonio Lobo Castelo Branco proibiu a candidatura a deputado federal Ana Júlia Carepa, do PT, de pedir tempo para o candidato peemedebista, durante o hora-

rio eleitoral gratuito reservado à coligação minoritária "Todos pelo Pará". A propaganda irregular foi exibida no último dia 16, nos horários das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55, durante o tempo destinado exclusivamente aos candidatos às eleições proporcionais de deputado federal da coligação "Todos pelo Pará II". Em agosto, o mesmo juiz concedeu duas liminares proibindo a coligação majoritária de Helder Barbalho de usar o tempo de propaganda destinado aos proporcionais.

que a coligação majoritária de Helder invadiu o horário reservado aos candidatos proporcionais. Dezenas de decisões similares já puniram Helder e o proibiram de usar o tempo reservado aos candidatos federais e estaduais de sua coligação para promover sua campanha ao Governo do Estado. No último dia 19, Marco Antonio Lobo Castelo Branco proibiu a candidatura a deputado federal Ana Júlia Carepa, do PT, de pedir tempo para o candidato peemedebista, durante o hora-

rio eleitoral gratuito reservado à coligação minoritária "Todos pelo Pará". A propaganda irregular foi exibida no último dia 16, nos horários das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55, durante o tempo destinado exclusivamente aos candidatos às eleições proporcionais de deputado federal da coligação "Todos pelo Pará II". Em agosto, o mesmo juiz concedeu duas liminares proibindo a coligação majoritária de Helder Barbalho de usar o tempo de propaganda destinado aos proporcionais.

Avião da campanha de Helder Barbalho faz pouso forçado em fazenda

Um avião usado pelo candidato Helder Barbalho sofreu um acidente perto do município de Senador José Porfírio, no sudoeste paraense. Não houve vítimas. As primeiras informações indicam que o acidente ocorreu na última terça-feira. O candidato visitava a região da Transamazônica e do Xingu. Segundo o blog Uruará em Foco, ao se deslocar com a equipe para a cidade de Senador José Porfírio, Helder e Paulo Rocha, candidato ao Senado, desembarcaram na cidade de E. de carro, seguraram para

o centro do município, onde aconteceria um comício. A aeronave decolou, então, para Altamira. Mas, ainda conforme o blog, precisou fazer um pouso de emergência em uma fazenda de Senador José Porfírio. A foto postada no blog mostra um avião modelo Baron Seneca de prefixo PTJTN, que parou após chegar a um cercado de arame da fazenda. Nas imagens é possível ver que as hélices ficaram danificadas. Helder cancelou o comício na cidade e, de lá, seguiu para Vitória do Xingu em uma lancha. Em

seguida, foi para Altamira, onde fez comício. E, em outro avião, ele deixou a região, ainda conforme o blog. A aeronave continua na fazenda em Senador José Porfírio. Até o começo da noite de ontem, o acidente não havia sido comunicado na delegacia daquela cidade, cujos policiais desconheciam essa informação. Mas, a partir de hoje, os policiais deverão obter detalhes sobre o pouso forçado. Ontem à noite, a assessoria do candidato ao governo do Estado Helder Barbalho, da coligação "Todos

Pelo Pará", informou, em nota, que o avião que transportava parte da equipe que o acompanhava em agenda de campanha derrapou, saiu da pista e parou em uma cerca ao pousar no município de Senador José Porfírio. As pessoas a bordo não sofreram ferimentos. A aeronave e o tripulante estavam homologados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e com toda documentação em dia. Mas a assessoria não esclarece o dia do acidente e nem fornece detalhes sobre o avião e nem sobre o tripulante.



Aeronave parou em uma cerca em Senador José Porfírio

POLÍTICA

Confira a agenda dos candidatos ao governo do Estado. Página 4.

Helder Barbalho **esconde** o nome do pai

DISTÂNCIA
É o que diz a "Folha de S. Paulo" sobre a campanha do candidato do PMDB

Reportagem do jornal "Folha de S. Paulo", publicada na edição de sábado, 20, destaca que o candidato do PMDB ao governo do Estado, Helder Barbalho, procura manter-se distante, durante a campanha eleitoral, da figura do pai, o senador Jader Barbalho, cujo nome é conhecido em todo o País pelas acusações de envolvimento em casos de corrupção - muitos deles ainda aguardando julgamento. A distância prudente é tomada mesmo sendo filho de Helder Barbalho, 35 anos, o grande projeto político de Jader Barbalho, que pretende assim voltar, por intermédio do filho, a comandar o governo do Pará, cargo que já ocupou em duas ocasiões anteriores.

De acordo com a reportagem da "Folha", Helder Barbalho "faz uma campanha dissociada do pai: o sobrenome da família não aparece e Jader é uma referência distante". O candidato, apoiado por um aliado com o Partido dos Trabalhadores (PT), costura a campanha pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, argumenta que "o senador Jader já cumpriu o seu papel como governador, agora como senador. Este é o momento de uma nova geração política".

FILHO DE JADER

Helder, você tem que dizer que é filho do senador Jader Barbalho, não é? Não, não. É o pai que ficou longe da campanha. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece.

ALVO DE DENÚNCIAS

Jader Barbalho renunciou ao Senado em 2001, após acusações de Darci de Azeiteiro, e foi considerado "cabeça-de-turco" em 2010, mas serviu a prisão em 2011.

FILHO DE JADER

Helder, você tem que dizer que é filho do senador Jader Barbalho, não é? Não, não. É o pai que ficou longe da campanha. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece.

Filho de Jader Barbalho **evita** pai no Pará

Candidato ao governo do Estado, Helder Barbalho faz campanha dissociada do senador, que chegou a ser preso em 2002

Filho do senador Jader Barbalho (PMDB), Helder Barbalho, 35, encara a grande prova política do pai: assumir o governo do Pará, cargo que já ocupou em duas ocasiões anteriores. De acordo com a reportagem da "Folha", Helder Barbalho "faz uma campanha dissociada do pai: o sobrenome da família não aparece e Jader é uma referência distante". O candidato, apoiado por um aliado com o Partido dos Trabalhadores (PT), costura a campanha pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, argumenta que "o senador Jader já cumpriu o seu papel como governador, agora como senador. Este é o momento de uma nova geração política".

HECÔS 2014

ênica distante. O candidato, apoiado por um aliado com o Partido dos Trabalhadores (PT), costura a campanha pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, argumenta que "o senador Jader já cumpriu o seu papel como governador, agora como senador. Este é o momento de uma nova geração política".

MORE AO LADO

Helder, você tem que dizer que é filho do senador Jader Barbalho, não é? Não, não. É o pai que ficou longe da campanha. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece. Lá, a figura do pai, o senador Jader Barbalho, não aparece.

Candidato do PCB quer a unificação das polícias **PRTB troca candidato a vice-governador**

O candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao governo do Pará, Marco Antônio, concedeu entrevista exclusiva ao jornal "O Liberal" na edição, no último sábado, 20. Ao ser entrevistado pela repórter Jallia Messias, o candidato destacou algumas de suas propostas de governo, entre as quais estão a extinção da Polícia Militar, uma reforma agrária radical, fim da destinação de recursos para a iniciativa privada e a estatização do transporte público.

Segundo Marco Antônio, acabar com a Polícia Militar é essencial para o processo de gestão da segurança pública. "Queremos reunificar as polícias, a partir de parcerias com comunidades e criação de conselhos. Nós estamos pensando em criar as polícias nos bairros. Serão as polícias comunitárias, as quais serão formadas por pessoas que moram nos próprios bairros", disse.

Na área da saúde, o candidato se compromete a garantir atendimento mínimo, especialmente às populações mais carentes. Por isso, destacou a importância do Programa Saúde da Família. "Esse programa deve ser melhorado com novas equipes de médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem", considerou. Ao ser questionado, durante a entrevista, se conseguiria le-



Marco Antônio foi entrevistado pela TV Liberal

vos trazer médicos de fora para melhorar esse programa de atendimento no Pará", prometeu.

Em relação à reforma agrária, o candidato defendeu a redistribuição de terras, especialmente aquelas que estão sem produtividade, mas não de grandes grupos econômicos. "O Pará deve fazer novos assentamentos, assentar novas famílias nessa terra. A reforma agrária é essencial para o Estado", afirmou. Ele também defendeu a estatização da concessão do transporte público. "Esse é um dos eixos do programa do Partido Comunista Brasileiro, que pretende desmercantilizar a vida. A proposta é tirar as concessões e colocar o transporte público gratuito para todos os trabalhadores", disse. Ao ser questionado pela repórter se a medida não poderia gerar um colapso na economia, respondeu: "Tem que trabalhar e nós sabemos de onde tirar esse dinheiro, do rombo que existe na política e na má gestão", concluiu.

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) substituiu o candidato a vice-governador do Pará da chapa. Saul Jorge Carlos Gonçalves Vasconcelos, mais conhecido por "Major Vasconcelos", e o advogado José Carlos Santos Silva, presidente do diretório municipal da legenda em Parauapebas. A substituição foi formalizada pela Justiça Eleitoral na segunda-feira, 15, porém só foi divulgada à imprensa semana passada. Vasconcelos havia tido sua candidatura indeferida por problemas na documentação no registro da candidatura. A impugnação do vice prejudicava a toda a chapa, afetando o candidato a governador Elton Braga, que estava em situação regular.

Vasconcelos teve a candidatura indeferida porque, no ato de registro, deveria ter juntado uma certidão em meio digital e também impresso, mas só formalizou da primeira forma. A juíza Elizabeth Pastana indeferiu o registro do vice do PRTB. A decisão dela foi mantida em grau de recurso, pelo pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com o parecer favorável do Ministério Público. O partido recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, antes do ministro João Otávio de Noronha reverter a decisão do TRE, o candidato desistiu formalmente da candidatura.

Segundo Braga, Vasconcelos formalizou a desistência no partido no último dia 3, porém, a Justiça Eleitoral precisava formalizar a desistência do primeiro candidato a vice. "O ministro concluiu que a ausência do documento era mera formalidade e que a ausência da via impressa da certidão não alterava a condição de elegibilidade do candidato", explicou.

Vasconcelos alega que se sentiu prejudicado, pois "uma certidão em meio digital e também impresso, mas só formalizou da primeira forma. A juíza Elizabeth Pastana indeferiu o registro do vice do PRTB. A decisão dela foi mantida em grau de recurso, pelo pleno do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com o parecer favorável do Ministério Público. O partido recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, antes do ministro João Otávio de Noronha reverter a decisão do TRE, o candidato desistiu formalmente da candidatura."

coisasdapolítica

DORA KRAMER

Reverso da fortuna

Ainda que o PT consiga renovar sua permanência por mais quatro anos no Palácio do Planalto, o partido não será o mesmo depois dessa eleição. Sairá dela menor do que entrou.

Talvez não de maneira significativa do ponto de vista do número de deputados e senadores, mas certamente sob o aspecto político e principalmente no que diz respeito à meta que o PT se impôs quando, em outubro de 2002, ganhou nas urnas seu primeiro passaporte de acesso ao poder central.

A ideia era construir uma hegemonia política de forma a que o partido fosse o centro desse universo em torno do qual as legendas ditadas girassem sem brilho próprio nem força suficiente para sobreviver de

maneira independente. A oposição, pelo plano, deveria ser reduzida a uma insignificante formalidade para assegurar a aparência democrática.

Grasas à firmeza das instituições, à liberdade de imprensa, ao excesso de sede ao pote que levou o PT a escanear demais seus projetos de controle, provocando reação contrária e a um ambiente que despertou revolta nos partidos da coalizão, o projeto não prosperou conforme o esperado.

Isso se expressa na dificuldade que a candidatura à reeleição está enfrentando e aparece também no quadro das disputas estaduais. Dos 26 Estados e mais o Distrito Federal, o PT está em primeiro lugar em apenas quatro deles, sendo que só um (Minas Gerais) tem peso político e densidade eleitoral.

PT arrumou parceiros ao tentar torná-los submissos

Tal fragilidade vai se refletir no Congresso. Se ganhar a Presidência, os aliados que arrumou com os parceiros na tentativa de fazê-los submissos apresentarão a fatura. Se perder, deve se preparar para enfrentar a fuga daqueles que aderiram por interesse e não são adeptos da dieta de pão e água.

Cenografia

Os Poderes Executivo e Legislativo insistem em importunar o Judiciário com

essa história de pedir acesso aos depoimentos de Paulo Roberto Costa no acordo de delação premiada antes de concluir o inquérito e, se for o caso, oferecer a denúncia pelo Ministério Público.

A Polícia Federal já negou a solicitação, a Procuradoria-Geral da República também. Agora o assédio é sobre o Supremo Tribunal Federal.

Na sexta-feira, a presidente Dilma Rousseff anunciou o envio do pedido ao ministro Teori Zavascki.

"Eu quero saber", disse ela. Antes, quando a revista Veja publicara alguns nomes de políticos citados por Costa, a presidente havia se aborrecido com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, porque ele não a informara sobre o que estava sendo dito

nos depoimentos iniciados em dia 29 de agosto.

A presidente critica com veemência o vazamento de informações, mas o que ela pediu ao ministro, a PF, a Procuradoria e agora ao STF é que essas instâncias quebrem o segredo de Justiça. Isso não é possível. Tanto a presidente quanto os deputados e senadores sabem disso.

Por outro lado, se insistem, é porque fazem jogo de cena. Pretendem passar a ideia de que tomam providências, quando não tomaram quando estas estiveram ao seu alcance. O governo fez vista grossa ao esquema de corrupção na Petrobras agora delatado e depois usou a base governista como tropa de choque para impedir as investigações no Congresso.

Os parlamentares aliados, que nesta semana farão o teatro do pedido de liberação no gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal, tampouco fizeram a sua parte quando esteve lá em junho. Agora é tarde.

O silêncio do ex-diretor da estatal na sessão da CPI semana passada falou por si. Quando esteve lá em junho, logo depois de libertado e ainda sem saber que seria preso de novo e corria o risco de ser condenado a penas pesadas, Paulo Roberto falou. Disse que nada havia de errado na companhia. Na versão dele a época, um primeiro de correção à prova de qualquer auditoria.

Agora calou em público para preservar o valor do que diz em segredo de Justiça, seu único trunfo.



paulo@pato.com.br

Eleitor deve levar um minuto e 14 segundos para votar, diz TSE. Página 6.

POLÍTICA

Candidato é acusado de manipulação

FRAUDOU ÁUDIO
Helder Barbalho publicou "grampo" para prejudicar Simão Jatene

RONALDO BRASILIENSE
Da Redação

Izabela Jatene, filha do governador Simão Jatene (PSDB), candidato à reeleição ao governo do Pará, foi mais uma vítima da campanha de mentiras e manipulações do grupo de comunicação da família do candidato do PMDB, Helder Barbalho.

No **vale-tudo eleitoral**, desta vez o diário de campanha de Helder editou e publicou a transcrição de um "grampo telefônico" ilegal, suprimindo uma frase inteira, desvirtuando o sentido da gravação entre Izabela Jatene e o secretário-adjunto de Estado da Fazenda, Nilo Noronha.

"A sensação que tive é a de que fui violentada em meus direitos constitucionais", reagiu Izabela Jatene, que

integra o Comitê Gestor do Programa ProPaz, indicada pela Universidade Federal do Pará. Segundo ela, para tentar atingir seu pai, o governador Simão Jatene, o Diário do Pará jogou às favas os escrúpulos, a ética e enfiou o jornalismo na lata de lixo.

Izabela Jatene critica a **quebra de seu sigilo telefônico** em um "grampo" ilegal e a deturpação do diálogo com Nilo Noronha, da Seta, onde ela pede a relação das

Izabela Jatene afirma se sentir violada em seus direitos como cidadã brasileira

300 maiores empresas do Pará que poderiam contribuir com o programa Propaz, que em 2011 estava sendo remontado, após praticamente ser extinto no governo de Ana Júlia Carepa (PT), de 2007 a 2010.

"Aproveitaram um áudio ruim para cortar a frase 'para financiar o Propaz', afirma Izabela Jatene, denunciando a clara intenção eleitoreira

da deturpação, induzindo o eleitor a crer que estaria tentando buscar recursos junto a empresas para outros fins que não o de contribuir para o ProPaz.

"Meu medo é em relação ao que eles (do grupo de comunicação da família Barbalho) poderão fazer de manipulação a partir de agora", teme Izabela Jatene, lembrando que o Diário do Pará chegou a publicar como manchete de primeira página uma foto de bebês em caixas de sapatos, feita em Honduras, como se fosse na Santa Casa de Misericórdia de Belém, também com o ob-

jetivo de denegrir a imagem do governador Simão Jatene. Em outra ocasião, o jornal dos Barbalho publicou fotos de estudantes de Marabá supostamente vaiando o governador como se fossem estudantes de Bragança.

"Como não tem como atingir o governador, **mentem e manipulam com objetos eleitoreiros**", afirma Izabela Jatene, creditando o desespero do grupo de comunicação de Helder Barbalho ao fato de as pesquisas eleitorais mais recentes apontarem a vitória de Simão Jatene sobre Helder Barbalho já no primeiro turno.

Falta de documentação impede presos da Susipe de votar este ano

No Pará, nenhum dos 5.141 presos provisórios custodiados pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (Susipe) poderá votar nas próximas eleições. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-PA), um levantamento realizado no início do ano, até o fechamento do cadastro, mostrou que não havia presos provisórios com documentação regular suficiente para instalar uma seção eleitoral especial nas unidades prisionais.

Para que o TRE-PA disponibilize urna eletrônica de votação em uma casa penal é necessário que pelo menos 50 eleitores estejam aptos a votar - com a situação eleitoral em dia - e que manifes-

tem a vontade de voto, pois para esses presos o voto não é obrigatório. "Certamente há muita dificuldade em levantar a documentação obrigatória de cada um dos reclusos. A falta de documentação original também desestimula esse interno a participar do processo eleitoral. O segundo entrave é o prazo para cadastramento, transferência, revisão ou alistamento eleitoral. Além de designar mesários e outras pessoas para participarem desse processo nas unidades", explica Sandro Borges, assessor de planejamento do TRE-PA.

Ele disse que o fluxo de entrada e saída de presos nas unidades prisionais é um dos fatores que dificulta-

ram a instalação das seções eleitorais nas casas penais, como ocorreu nas Eleições 2010. "Nós temos muita dificuldade em usar o voto de presos provisórios porque não é fácil fazer a previsão até abril, quando fechamos o cadastramento, dos que ainda estarão presos e irão votar em outubro. Como o próprio nome diz, o preso provisório está naquela situação e naquele local por tempo indefinido, podendo ser transferido ou libertado a qualquer momento. Em alguns casos também falta estrutura física e segurança. Algumas unidades não têm condições logísticas de abrigar a seção, pois não é fácil coordenar e movimentar os presos no dia", informa.

ROTATIVIDADE

O superintendente da Susipe, André Cunha, destaca que, além do desinteresse do próprio preso, a alta rotatividade da população carcerária também inviabilizou a instalação das seções eleitorais nos presídios do Pará.

"Hoje, quase 47% dos presos custodiados no Pará são provisórios. Infelizmente, não conseguimos atender aos requisitos mínimos para que esses presos votem, pois este é um processo rigoroso e entendemos as exigências da Justiça Eleitoral. Temos uma população carcerária com perfil diferente de outras regiões do País. Aqui, muitas pessoas vêm sem nenhuma documentação, e só quando pas-

sam pelo sistema penitenciário é que retomam essa cidadania. A rotatividade dos presos também prejudica o trabalho da Justiça Eleitoral, já que o preso pode sair de liberdade provisória ou receber progressão de regime antes das eleições. Mas nós vamos trabalhar para justificar a ausência à votação destes presos e garantir seus direitos eleitorais para o próximo pleito", afirma André Cunha.

A votação nos presídios do Brasil só é válida para presos provisórios, já que detentos sentenciados perdem seus direitos políticos. Na eleição de 2010 apenas o Presídio Estadual Metropolitano (PEM II) teve seção especial, como são chamadas as urnas instaladas nas cadeias. Apenas 20 detentos participaram do processo eleitoral. Nas Eleições de 2014,

mais de 8 mil presos provisórios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, além do Distrito Federal, poderão votar.

O direito ao voto do presidiário é regulamentado pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nº 23.399, de abril de 2014, que dispõe sobre os atos preparatórios para as Eleições 2014 e estabelece que os TREs só poderão instalar zonas eleitorais em unidades prisionais com o mínimo de 50 eleitores aptos a votar. A exigência é maior que na eleição anterior, de 2010, quando era necessário que apenas 30 presidiários, em uma unidade prisional, manifestassem interesse em votar, para que ela recebesse uma seção eleitoral. (Com informações do CNJ).



MAIS DE 45 ANOS
CUIDANDO DA SAÚDE
DOS BRASILEIROS

PRO Saúde
Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
WWW.PROSAUDE.ORG.BR

Ananindeua

HERANÇA MALDITA

Contratados para trabalhar em projetos do Ministério do Desenvolvimento Social,

funcionários da Prefeitura de Ananindeua foram enganados: ex-prefeito não recolheu as

contribuições previdenciárias e deixou como herança uma dívida de R\$ 1,3 milhão para o sucessor.

Helder não recolheu previdência de servidores

MÁ GESTÃO

Recita cobra da PMA pagamento de contribuições previdenciárias

RONALDO BRASILIENSE
Da Redação

Ex-prefeito de Ananindeua e candidato ao governo, Helder Barbalho (PMDB) deixou de recolher as contribuições previdenciárias de servidores contratados de forma temporária para atuar no Pro-Jovem, programa do Ministério do Desenvolvimento Social, do governo Dilma Rousseff. O "esquecimento" de Helder gerou uma herança maldita de quase R\$ 2 milhões para o atual prefeito do município, Manoel Pioneiro, pagar.

Em 2013, o prefeito de Ananindeua foi surpreendido pelo Ministério da Fazenda que, através da Delegacia da Receita Federal com sede em Belém do Pará, realizou procedimento fiscal junto à Secretaria Municipal de Educação, com o propósito de verificar as contribuições previdenciárias resultantes de remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados pela Secretaria de Educação entre janeiro de 2009 e dezembro de

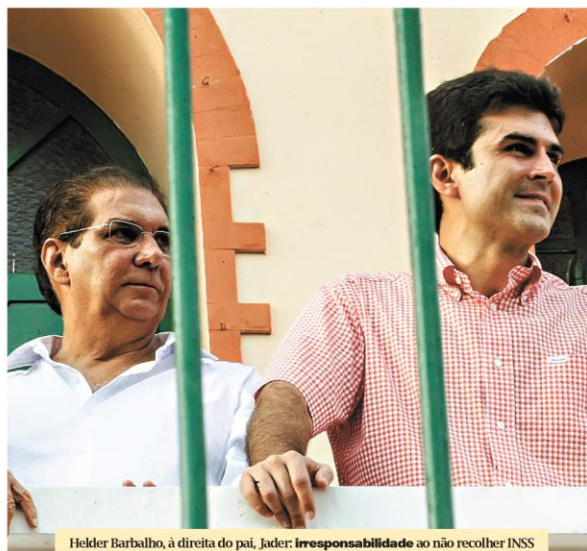
2010, na administração do ex-prefeito Helder Barbalho, portanto.

Na operação, os auditores da Receita Federal apuraram que as contribuições devidas pela Secretaria de Educação de Ananindeua não foram recolhidas ao Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAAS), inclusive a contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais de trabalho.

A Receita Federal requistrou da Prefeitura de Ananindeua os documentos que comprovariam o recolhimento das contribuições dos servidores, mas os mesmos não foram entregues aos auditores fiscal encarregado da fiscalização.

Pesquisando junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, os auditores do Ministério da Fazenda concluíram que não houve o recolhimento das contribuições previdenciárias de servidores contratados pela Prefeitura de Ananindeua, na gestão de Helder Barbalho, para trabalhar em projetos como a manutenção do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem - e no Programa de Valorização e Manutenção do Ensino Fundamental, no ano de 2009.

Também constatarem os auditores da Receita Federal que Helder Barbalho não recolheu, no ano de 2010, as contribuições previdenciárias de servidores contratados para trabalhar no Projeto



Helder Barbalho, à direita do pai, Jader: Irresponsabilidade ao não recolher INSS

A omissão da contribuição previdenciária causa diversos prejuízos aos trabalhadores

Ações, para elevação da escolaridade e qualificação profissional - Projovem Urbano e Campo - e no projeto de Valorização, Aperfeiçoamento e Universalidade da Educação Pública de Qualidade.

DIFERENÇAS APURADAS

Num resumo entre as diferenças de remuneração apurada no Tribunal de Contas dos Municípios e a remuneração declarada na Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), os auditores da Receita constataram que, de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, Helder Barbalho deixou de recolher mais de R\$ 2 milhões em contribuições previdenciárias.

"Não houve emissão da GFIP por parte da Semed e, consequentemente, as contribuições previdenciárias - tanto da parte do empregador quanto do empregado - não foram devidamente recolhidas", atestam os auditores.

A Lei nº 9.228, de 10 de dezembro de 1997, introduziu a obrigatoriedade de apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, descumprida em Ananindeua pelo então prefeito Helder Barbalho. Na GFIP devem ser informados os dados da empresa e dos trabalhadores, os fatos geradores de contribuições previdenciárias e os valores devidos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O Demonstrativo Consolidado do Crédito Tributário do processo aberto pelo Ministério da Fazenda, com os valores devidos a título de contribuição previdenciária, apurou uma dívida de R\$ 1.304.600,36 (um milhão, trezentos e quatro mil, seiscentos reais e cinquenta e seis centavos), incluindo uma multa de R\$ 480.573,29, o que representa 36,8% do débito.

A omissão da contribuição previdenciária causa diversos prejuízos ao empregado, já que, ao precisar de qualquer benefício concedido pela Previdência Social governamental, terá o benefício negado. Até mesmo para efeitos de aposentadoria, o servidor que não comprovar contribuição previdenciária estará prejudicado.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Ananindeua, foi pedida abertura de sindicância e processo administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades de quem deu causa à perda consolidada de mais de R\$ 1,3 milhão ao erário municipal e o resultado da auditoria será encaminhado para as devidas providências ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará e ao Ministério Público do Estado.

VERBAS DESVIADAS

O atual prefeito Manoel Pioneiro, agora, para efetuar o pagamento da dívida previdenciária contraída por Helder Barbalho e não paga, será obrigado a recorrer a recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) da Prefeitura Municipal de Ananindeua, o que irá prejudicar políticas sociais já previamente estabelecidas em benefício da população do município, contribuindo para o não cumprimento de metas em áreas estratégicas como educação, saúde, segurança pública, mobilidade urbana e saneamento básico.

O impacto de se desviar recursos do FPM para pagar dívidas previdenciárias não pagas pelo ex-prefeito Helder Barbalho será sentido pela população de Ananindeua, já que o prefeito Pioneiro será obrigado a tirar recursos destinados a obras em setores em que o município é extremamente carente - como o saneamento básico - para sanar dívidas devidas de forma irresponsável pelo seu antecessor, em mais uma herança maldita de Helder Barbalho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA - PMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. ROL DE RESPONSÁVEL:

- Chefe do Poder Executivo Municipal: HELDER ZAHUTH BARBALHO.
- Secretária Municipal de Educação: LELIA CARVALHO FREIRE.

2. OBJETIVO:

Examinar documentos relativos ao procedimento fiscal realizado pela Receita Federal junto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

3. ESCOPO:

Foam verificados documentos relativos ao procedimento fiscal realizado pela Receita Federal junto à Secretaria Municipal de Educação, nas competências de 2009 e 2010, visando apurar o recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores desta Secretaria.

No período auditado, o Chefe do Executivo Municipal de Ananindeua era Sr. Helder Zanhuth Barbalho, no cargo de Prefeito, e a Sra. Lelia Carvalho Freire, Secretária Municipal de Educação.

4. INTRODUÇÃO:

No ano de 2013, o Ministério da Fazenda, através da Delegacia da Receita Federal do Brasil - DFPR Belém/PA, realizou Procedimento Fiscal junto à Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua, com o propósito de verificar as contribuições previdenciárias resultantes de remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados da referida Secretaria no período compreendido entre Janeiro de 2009 e Dezembro de 2010.

5. RESULTADO DAS ANÁLISES:

Durante esta operação foi apurado que contribuições devidas pela Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua não foram recolhidas em épocas próprias ao Fundo de

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2014 - Página 2 de 9

Como se pode observar no Quadro 01, não houve emissão da GFIP por parte da SEMED, consequentemente as contribuições previdenciárias tanto da parte do Empregador, quanto do Empregado não foram devidamente recolhidas.

Os pagamentos devidados pela SEMED, que constam nos sistemas informatizados da Receita Federal foram deduzidos do total do crédito previdenciário apurado.

A Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, introduziu a obrigatoriedade de apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.

Desde a competência janeiro de 1999, todas as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas ao recolhimento do FGTS estão obrigadas ao cumprimento desta norma, conforme estabelece a Lei nº 8.036/90 e legislação posterior, bem como as contribuições e/ou informações à Previdência Social, assim como as leis nº 8.212/91 e 8.213/91 e legislação posterior.

Na GFIP deverão ser informados os dados da empresa e dos trabalhadores, os fatos geradores de contribuições previdenciárias e valores devidos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; a empresa está obrigada à entrega da GFIP, ainda que não tenha havido recolhimento para o FGTS, caso em que esta GFIP terá caráter declaratório, contendo todas as informações cadastrais e financeiras de interesse da Previdência Social.

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 03/2014 - Página 3 de 9

O documento mostra que a Receita Federal comprovou o não recolhimento das contribuições previdenciária por Helder Barbalho, prejudicando centenas de servidores



Helder cala sobre contratação da sogra e cunhadas

Calado, caladinho, o candidato do PMDB ao governo, Helder Barbalho, permaneceu a semana inteira sobre a decarada prática de nepotismo - banido do Brasil pela 13ª Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) - que implantou na Prefeitura de Ananindeua. Depois de empregar a mulher, Daniela, como secretária municipal, o filho caçula de Jader Barbalho contratou a sogra, Maria José Valle, e

as cunhadas Renata e Isabela para trabalharem na Prefeitura. E o nepotismo ganhou corpo em toda a administração do prefeito Barbalho, pois até mesmo seu chefe de gabinete na Prefeitura contratou parentes. Os pagamentos irregulares a parentes do ex-prefeito Helder, de sua mulher, de diretores da Semcat e no gabinete do prefeito deram um prejuízo de R\$ 444 mil aos cofres da Prefeitura de Ananindeua. As

denúncias sobre nepotismo na Prefeitura de Ananindeua foram encaminhadas ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU) entre outras entidades. Se condenados, Helder Barbalho, a mulher, a sogra, as cunhadas e os demais beneficiários do nepotismo legal terão que devolver o dinheiro que receberam ilegalmente aos cofres públicos.

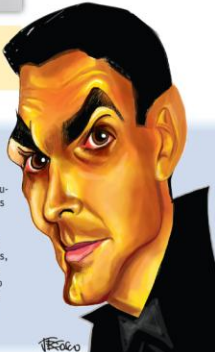
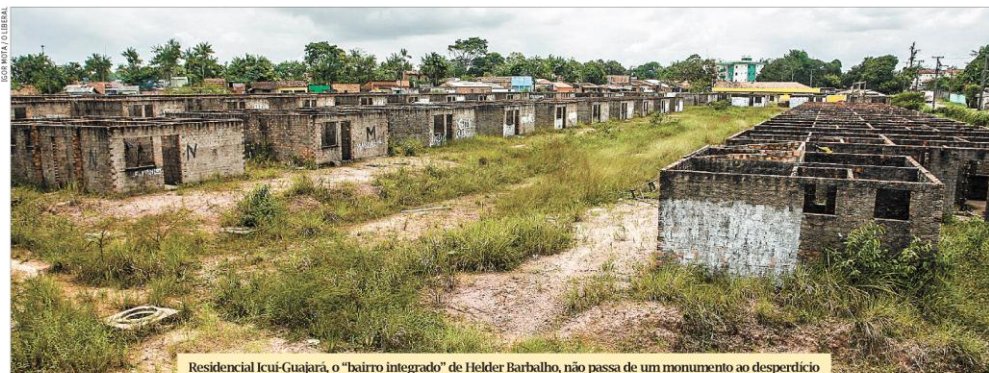


ILUSTRAÇÃO: L. BRUNO

Ananindeua

HERANÇA MALDITA



Residencial Icuí-Guará, o "bairro integrado" de Helder Barbalho, não passa de um monumento ao desperdício

Na propaganda, Helder Barbalho **promete** espalhar pelo Pará afora bairros integrados, com escolas,

postos de saúde e policiamento. Mas, em Ananindeua, que governou por oito anos, o

bairro Icuí-Guará virou um monumento ao **desperdício de dinheiro público** à vista de todos.

Bairro integrado de Helder **fica na maquete**

ILHA DA FANTASIA
Residencial orçado em R\$ 44 milhões **não saiu do papel** em oito anos

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

Candidato do PMDB ao governo do Pará, Helder Barbalho (PMDB), tem apresentado em sua propaganda eleitoral na televisão dezenas de **promessas mirabolantes**, mas nada se compara à do "Bairro Integrado" — uma ilha da fantasia que teria escolas, postos de saúde, delegacia de polícia, creches e transporte público, que seria implantado nos 144 municípios do Pará.

Uma visita ao passado recente de Helder Barbalho, na sua passagem pela Prefeitura de Ananindeua (2005-2012) como gestor, mostra que, entre o sonho e a realidade, há uma distância abissal: o bairro Icuí-Guará, um dos mais carentes do município, revela com detalhes trágicos até que ponto a **promessa de palanque** e a vida real são duas faces distintas de uma mesma moeda.

O "bairro integrado" de Helder em Ananindeua — que seria o Residencial Icuí-Guará — é um monumento a céu aberto ao **desperdício do dinheiro público** na administração do filho de Jader Barbalho. O retrato do abandono é dramático: são 470 casas financiadas pela Caixa Econômica Federal

(CEF), cujas **obras foram para** **lugar inadequado para se viver com dignidade** em 2011, um ano antes de o prefeito Helder passar o município a seu sucessor, Manoel Pioneiro, na Prefeitura de Ananindeua.

O projeto foi orçado em R\$ 44.828.891,47, sendo R\$ 38 milhões de financiamento da CEF e R\$ 6.628.891,47 de contrapartida da Prefeitura de Ananindeua. Do total de recursos, R\$ 1,3 milhão seriam empregados na terraplenagem, R\$ 5,6 milhões em rede de abastecimento de água, R\$ 2,8 milhões em drenagem, R\$ 9,6 milhões em esgotamento sanitário, R\$ 1 milhão em pavimentação, R\$ 8,3 milhões em habitação e R\$ 738 mil para a construção de uma creche.

Mas **muuuuuito pouco** do que estava previsto **foi executado**. Em habitação, por exemplo, foi investido apenas R\$ 1,3 milhão, o equivalente a apenas 16,32% do total previsto.

O sonho da casa própria, então, virou um pesadelo para centenas de famílias, que receberam a promessa de receber seus lares antes do final do mandato do filho de Jader Barbalho, em 31 de dezembro de 2012. Minúsculas casas de alvenaria, com apenas dois cômodos, espalhadas por uma área equivalente a quarenta campos de futebol, evidenciam o desperdício do dinheiro público na administração de Helder Barbalho.

Foram mais de R\$ 20 milhões investidos num conjunto residencial em que a **prefeitura não providenciou sequer rede de captação de esgoto**, água

"Aqui é horrível. Um lugar inadequado para se viver com dignidade"

encanada e muito menos asfaltamento das ruas. "Eu me sinto revoltada. A minha situação hoje aqui é cruel. Principalmente na época do inverno. Por aqui rola de tudo: alaga, enche tudo, e cobra, e um monte de coisa", critica Maria Rosa dos Santos, moradora do bairro. "Aqui é horrível, é um lugar simplesmente inadequado para se morar com dignidade", resume.

A Empresa Industrial Técnica S/A, responsável pela execução das obras, em medição encaminhada à Prefeitura, feita no período de 1º de outubro de 2012 a 31 de outubro de 2012, "para a execução das obras e serviços de saneamento integrado e erradicação de assentamentos precários no bairro Icuí-Guará, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)", reconhece que apenas 15% das obras de terraplenagem e 35% das obras de pavimentação foram efetivamente executadas, isto é, menos de dois meses do fim do mandato do então prefeito Helder Barbalho e depois da eleição de outubro de 2012, onde Manoel Pioneiro foi eleito por ampla maioria de votos.

FALSAS PROMESSAS

Helder Barbalho teve tudo

na mão para construir um bairro integrado em Ananindeua, mas não o fez. Teve o apoio de sua aliada, a presidente Dilma Rousseff, e acesso aos fartos recursos da Caixa Econômica Federal. Também teve o respaldo parlamentar de seu pai, o senador Jader Barbalho, e de sua mãe, a deputada federal Elcione Barbalho, e de seu primo, o também deputado federal José Priante — todos do PMDB e da base de apoio do governo federal. Mas o que deixou no Residencial Icuí-Guará foi uma grande favela.

"Helder **prometeu** que a gente receberia a casa em 2011", afirma a dona de casa Thaynara Pantoja. "Todos os moradores foram cadastrados no mês de julho, com a promessa de que em dezembro receberíamos a casa. Ficou na promessa", acrescenta. "Fomos iludidos com as falsas promessas do prefeito Helder", endossa Rosângela Souza, que também foi cadastrada pela Prefeitura, mas **até hoje não recebeu o imóvel prometido**.

A Prefeitura de Ananindeua alega que chegou a gastar mais de R\$ 16 milhões na construção das casas, mas hoje o que se vê é uma gigantesca área com casas abandonadas, sem vida alguma por perto. Ribamar Guimarães, morador do bairro, critica o **desperdício de dinheiro público** e lembra que em oito anos de mandato, muito foi prometido e muito pouco foi feito. "O Icuí-Guará sempre foi **abandonado** pela administração do Helder", conclui.



Casas abandonadas e tomadas pelo mato



Dinheiro desperdiçado em residencial "fantasma"

Estação de tratamento de esgoto prometida também não saiu do papel



Falta de saneamento em Ananindeua não foi enfrentada por Helder Barbalho

O ex-prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho **prometeu**, como candidato ao governo do Pará pelo PMDB, instalar 80 mil captações de esgoto em todo o Estado, mas não fez uma captação sequer nos oito anos em que governou o município de Ananindeua, na Região Metropolitana.

A exemplo do que ocorre na atual campanha, em 2008 Helder Barbalho **prometeu** ao eleitor de Ananindeua que faria uma revolução no saneamento básico do município. Mas, três anos depois, o município foi "presenteado" pelo Ministério das Cidades, do governo Dilma Rousseff, com o vengidoso título de ser uma das piores cidades em saneamento básico do Brasil.

Ninguém melhor do que os moradores dos Conjuntos Guará e Il para atestar que a administração de Helder, no que

se refere também a saneamento básico, foi um desastre. Todos lembram que em 2010 todas as WEs (ruas) dos dois conjuntos foram destruídas para que fosse feita a canalização das fossas biológicas existentes.

Outra promessa não cumprida: os resíduos sanitários continuaram sendo despejados nos igarapés e a estação de tratamento de esgoto, obra do Programa de Aceleração do Crescimento do governo Dilma Rousseff, nunca foi concluída.

A verdade é que igual ao Estádio Municipal e tantas outras obras prometidas por Helder que nunca saíram das maquetes, a Estação de Tratamento de Esgoto que beneficiaria milhares de famílias e o meio ambiente, foi apenas mais uma das grandes mentiras do agora candidato ao governo do estado do Pará, Helder Barbalho. (R.B.)

Candidatos viajam a Marabá em campanha. Página 4.

POLÍTICA

Barbalho se **omite** sobre divisão do Pará

EM ENTREVISTA
Filho de Jader
também **foge de**
perguntas sobre
obras inacabadas

O candidato do PMDB ao governo do Estado, Helder Barbalho, foi o entrevistado de ontem do jornal Liberal 1ª Edição, da TV Liberal, afiliada da Rede Globo. Entrevistado pelos jornalistas Fabiano Vilela e Priscila Castro, Barbalho voltou a se esquivar das perguntas e, mais uma vez, não respondeu se é a favor ou contra a divisão do Estado do Pará, com a criação dos estados do Tapajós e de Carajás. Também não deu explicações sobre as obras inacabadas que deixou em Ananindeua, município administrado por ele durante

oito anos, de 2004 a 2012.

Apresentando-se em seus programas como a nova solução para os problemas do Pará, Barbalho foi questionado pelos jornalistas quanto à própria experiência, uma vez que o candidato e filho do ex-governador e atual senador Jader Barbalho e da deputada federal Elcione Barbalho, ambos do PMDB.

"O novo está na forma de governo, pois vamos debater as soluções deste

Estado com a população. Percorri todas as regiões do Pará e ouvi o que a sociedade quer em termos de educação, saúde e geração de emprego", limitou-se a afirmar, ao destacar que o Pará tem inúmeros desafios, principalmente na área de educação. Disse que pretende mudar o Estado com o apoio de quem já teve a oportunidade de fazê-lo e



Candidato põe a culpa no governo federal por obras inacabadas em Ananindeua

Helder Barbalho novamente se esquivou de dizer se apoia ou não a divisão do Pará

todas as regiões, que, ao longo dos últimos anos, foram esquecidos pelo governo estadual", aponta, sem, mais uma vez, manifestar-se claramente sobre se é a favor ou contra a divisão do Estado.

Sobre as obras inacabadas em Ananindeua, embora R\$ 11 milhões tenham sido disponibilizados na gestão do ex-prefeito, de acordo com os relatórios do Ministério Público Federal (MPF), Helder Barbalho afirmou que algumas dessas construções deveriam ser iniciadas pelo atual prefeito, Manoel Pioneiro E. Mais uma vez, para não perder o costume, jogou a culpa pelo atraso no cronograma de obras do governo federal, "que atrasaram as obras nas comunidades de 28 de Agosto e Nova Esperança".

que ainda tem poder para isso, referindo-se ao pai, Jader Barbalho.

Na área de saúde, prometeu implantar escolas em tempo integral e criar programas de valorização aos

professores. "Quem visita as unidades de saúde se depara com a calamidade, pois nosso povo não é bem assistido", argumenta. Já no campo da segurança, prometeu criar a ronda de bairros.

Quanto à escolha do ex-deputado Lira Maia (DEM) - que encabeçou o plebiscito pela divisão do Pará e a criação do estado de Carajás - para servir em sua chapa, disse: "Queremos ter representantes de

Juiz proíbe candidato do PMDB de ofender Simão Jatene em propaganda

O juiz federal Antônio Carlos Almeida Campelo proibiu, em decisão liminar, a coligação "Todos pelo Pará", de Helder Barbalho, de reproduzir propaganda eleitoral irregular veiculada com o intuito de ofender e ridicularizar o governador e candidato à reeleição, Simão Jatene, da coligação "Juntos com o Povo".

A propaganda em questão foi exibida nos dias 16 e 17 deste mês, na modalidade

inserções, durante o horário eleitoral gratuito em quatro emissoras de televisão. Caso descumpra a ordem judicial, a coligação do filho de Jader Barbalho pagará multa de R\$ 100 mil para cada inserção veiculada em desacordo com a decisão.

A propaganda tida por irregular possui o seguinte conteúdo: "Filas de espera, pacientes nos corredores. Na saúde do Pará falta médico,

falta remédio, falta material, mas o que falta mesmo é governo. Chega de Jatene, está na hora de mudar o governador". O magistrado aceitou a tese da coligação "Juntos com o Povo", que alegou que a propaganda usa truques de computação contra o candidato rival, o que afronta resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O magistrado também destacou que, na veiculação das inserções, é vedada a uti-

lização de gravações externas, de montagens ou truques, de computação gráfica, de desenhos animados e de efeitos especiais, assim como a veiculação de mensagens que possam degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, conforme está previsto na legislação eleitoral.

OUTRA DERROTA

O juiz Marco Antonio Lobo

Castelo Branco proibiu, ontem, a candidata a deputada federal Ana Julia Carepa, do PT, de pedir voto para o candidato a governador pelo PMDB, Helder Barbalho, durante o horário eleitoral gratuito reservado à coligação minoritária "Todos pelo Pará", o que é vedado pela legislação eleitoral. A infração de tempo ocorreu em razão de uma coligação majoritária de Helder ter utilizado o horário eleitoral destinado às coligações

proporcionais.

A propaganda irregular foi exibida no último dia 16, nos horários das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h35, durante o tempo destinado exclusivamente aos candidatos às eleições proporcionais da deputada federal da coligação "Todos pelo Pará II". A fim de impedir o descumprimento da ordem judicial, o juiz fixou multa de R\$ 20 mil para cada veiculação em desacordo com a decisão.

Blitz recolhe centenas de cavaletes. Helder Barbalho tenta driblar ação.

Centenas de cavaletes de campanha foram apreendidos ontem, durante uma blitz realizada pela Justiça Eleitoral, em parceria com o Ministério Público Eleitoral, em três grandes vias públicas de Belém. A propaganda eleitoral irregular tem sido a principal reclamação de eleitores nos canais de denúncia do Ministério Público Eleitoral. O candidato que insistir em colocar novamente cavaletes em locais vedados pela legislação como, por exemplo, gramados, postes e jardins, além de ter o material destruído, pode sofrer imposição de multas que variam de R\$ 2 a 8 mil por cavalete apreendido.

Na avenida Duque de Caxias, uma camionete carregada de placas do candidato Helder Barbalho (PMDB), que tentava driblar os fiscais da Justiça Eleitoral retirando as placas que iam ser recolhidas, foi apreendida por determinação do juiz federal Antônio Carlos Campelo, que coordenava a operação. Mas o candidato não foi o único alvo da operação. Todos os cavaletes de candidatos, independentemente de cor partidária, que estavam espalhados ao longo dos canteiros centrais das avenidas Duque de Caxias, Romulo Maiorana e Marquês de Herval foram apreendidos pela blitz.



Cavaletes são a principal reclamação de eleitores

Saiba o que é proibido pela legislação na campanha:

→ Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público

→ Veicular propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas, cavaletes e semelhantes nos bens públicos como postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos

→ Veicular propaganda em bens a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada

→ Colocar de propaganda eleitoral de qualquer natureza nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisorios, mesmo que não lhes cause dano;

→ Veicular propaganda eleitoral em bens particulares por meio da fixação de faixas, placas, cartazes,

pinturas ou inscrições que excedam a 4m² (quatro metros quadrados) ou contrariem a legislação eleitoral

→ A propaganda eleitoral com cavaletes nas vias públicas no horário das 22 às 6 horas da manhã

→ Veicular propaganda eleitoral em bens particulares deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade

→ O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som somente é permitido entre as 8 e 22 horas,

sendo vedados a instalação e o uso daqueles equipamentos em distância inferior a duzentos metros de hospitais, casas de saúde, sedes dos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento

→ Distribuir camisetas, chavetas, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;

→ Alterar, danificar ou impedir propagandas realizadas dentro da lei.

→ Utilizar trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios



Candidato do PRTB apresenta propostas em entrevista à Liberal/CBN

O candidato ao governo Elton Braga (PRTB) foi o entrevistado de ontem da rádio Liberal/CBN e do portal ORM News. O candidato falou sobre as propostas na área de segurança pública, saúde, educação e emprego e renda.

A primeira pergunta para o candidato do PRTB foi sobre o motivo que o levou a concorrer ao governo do Pará. "Fui convencido por homens e mulheres de bens que não se conformavam em ter uma eleição polarizada, pois eles teriam

que escolher apenas dois candidatos. Esse grupo de pessoas decidiu criar o movimento 'Levanta Pará'. E agora eles não precisam decidir apenas entre poucos candidatos. Eles possuem opção."

Em relação à saúde, o candidato afirmou que primeiramente é necessário buscar recursos para investir no setor. Para isso, ele vai combater a corrupção e enxugar a máquina pública. "É preciso enfrentar com coragem e determinação a corrupção no serviço público.

Ai você vai ter recursos. Quando falo em enxugar a máquina, estou falando de cortar os cargos comissionados. Muitos são entregues às pessoas que não fazem absolutamente nada em favor do serviço público. Se eu for eleito, vou cortar cargos comissionados de pessoas que não fazem nada. E temos vários órgãos que não produzem nada. É uma questão de racionalizar e ter consciência. Enquanto a propaganda mostra que está tudo lindo na saúde, eu conheço várias pes-

soas que sofrem pela falta de atendimento", acrescentou o candidato.

Sobre a segurança pública e as drogas, o candidato afirmou que acredita na recuperação das pessoas e que há exemplos de que é possível melhorar a segurança. Disse ainda que vai fazer parceria com as igrejas para tratar as pessoas que tem problemas com as drogas. "Eu acredito na recuperação das pessoas. Tratar os viciados em entorpecentes é uma medida que vai ajudar a

melhorar a segurança pública. Eu sou favorável à internação compulsória para o tratamento das drogas. Precisamos também cuidar das famílias", comentou.

Sobre a educação, o candidato afirmou que o governador deve liderar o processo de investimento na educação e que vai continuar com o programa Pacto pela Educação.

Ao ser questionado sobre a geração de emprego e renda, Elton Braga afirmou que é necessário ter um plano estraté-

gico no estado para se discutir o futuro econômico do Pará nos próximos anos. "Se assim vamos ter a possibilidade de mudar a economia do Pará, que é a de ser ser amovido do país. Precisamos implantar agência de desenvolvimento social que vão estimular os pequenos investimentos, porque eles geram emprego e renda. Sabemos que muitas pessoas não querem depender de nenhuma bolsa família ou escola. Querem ter autonomia", garantiu o candidato ao governo.

Matéria nº 60

BELÉM, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2014

poder@oliberal.com.br ■ Tel.: 3216-1072

PODER

■ POLÍTICA ■ DINHEIRO ■ BASTIDORES



FABEL
FACULDADE DE BELÉM

Transformando o ensino.

Trav. Aristides Lobo, 867 • Reduto
Fone/Fax: (91) 3201-1300
www.fabelnet.com.br

Papa faz casamentos inéditos
Francisco une, em matrimônio, 20 casais durante celebração na Basílica de São Pedro. **Página 12.**

Arruda oficializa renúncia
O candidato ao governo do Distrito Federal entregou pedido ao tribunal eleitoral. **Página 3.**

OLIBERAL

MPF vai investigar nepotismo

ANANINDEUA
Helder Barbalho poderá devolver mais de R\$ 440 mil aos cofres públicos

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

O Ministério Público Federal vai instalar procedimento investigatório para apurar as denúncias de que o ex-prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho (PMDB), praticou o nepotismo em sua administração (2005-2012), contratando a sogra, Maria José Rodrigues Valle, e a cunhada, Renata Valle de Lima, para ministrar palestras bancadas pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência ao Trabalho (Semcat), na época comandada por sua mulher, Daniela Lima Barbalho, primeira-dama do município de Ananindeua.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Ananindeua, foi instaurada Tomada de Contas Especial objetivando apurar a lesão ao erário e apontar os respectivos responsáveis, considerando judicialmente a devolução aos cofres públicos dos valores pagos irregularmente pela Semcat e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Ananindeua a pessoas com graus de parentesco com a mulher do ex-prefeito Helder Barbalho e de diretores da Semcat e da própria chefia de gabinete do ex-prefeito. Os valores pagos irregularmente aos parentes beneficiados, segundo levantamento realizado, chegam a R\$ 444.606,94, que deverão ser repostos aos cofres do município de Ananindeua devidamente corrigidos.

As denúncias de nepotismo praticado por Helder Barbalho e sua esposa Daniela Lima Barbalho na Prefeitura de Ananindeua, especificamente na Semcat, foram encaminhadas - além do Ministério Público Federal - à Controladoria Geral da União (CGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará e ao Ministério Público do Estado para as providências cabíveis.

Uma das maiores beneficiadas com a prática nefasta do nepotismo em Ananindeua foi outra cunhada de Helder Barbalho, Isabela Valle de Lima, também irmã da ex-primeira-dama da Semcat e ex-primeira-



A mulher de Helder, Daniela Barbalho, a cunhada Renata Valle de Lima e a sogra Maria José Rodrigues Valle: contratos

QUEM SE BENEFICIOU

O nepotismo - repudiado e bandido nacionalmente por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - alastrou-se na Prefeitura de Ananindeua, à época de Helder Barbalho, conforme detalham os auditores da Controladoria Geral do Município de Ananindeua.

A chefe de gabinete da então secretária Daniela Barbalho na Semcat, Núbia de Carvalho Mendonça, por exemplo, contratou o próprio filho, Guilherme de Carvalho Mendonça, como "entregador de cartilhas" com esclarecimento sobre os critérios para concessão do Programa Bolsa Família, recebendo o valor de R\$ 4.690,00 em fevereiro de 2009.

Núbia de Carvalho Mendonça também contratou o marido, Marcus Ferreira Mendonça, para prestar serviços de "moteicista e divulgador", cujo pagamento irregular totalizou R\$ 19.393,00 no período de setembro e 2009 a fevereiro de 2012. O total de pagamentos irregulares aos parentes em 1º grau de Núbia de Carvalho Mendonça chegou a R\$ 34.083,00.

A auditoria também descobriu prática de nepotismo nas contratações feitas por Verena Fadul dos Santos - diretora-administrativa e ordenadora de despesas da Semcat. Verena contratou a própria mãe, Ana Cristina Fadul Arruda, como divulgadora junto ao Programa Bolsa Família, no período de junho a outubro de 2010, por R\$ 7.235,00, e a irmã, Thaissa Fadul dos Santos Arruda, como facilitadora de oficina com o tema "Práticas esportivas na adolescência" e estagiária do Programa Projovem, pelo valor total de R\$ 4.526,00 nos meses de janeiro e setembro de 2009.

Paulo Roberto dos Santos Lima, Chefe

de Gabinete do então prefeito Helder Barbalho e ordenador de despesas da Semcat, contratou o irmão Alexandre Augusto dos Santos Lima, o pai José Humberto Lima e sua mulher, Karina Obadia Maia Lima - pagos pela Semcat - para prestarem serviços de coordenação do Projovem e para divulgação e realização de visitas domiciliares do programa Bolsa Família e PAIF, respectivamente, no período compreendido entre os meses de agosto e outubro de 2010.

O valor total pago irregularmente aos prestadores de serviço com 1º e 2º graus de parentesco e com cônjuge do sr. Paulo Roberto dos Santos Lima, Chefe de Gabinete do prefeito Helder Barbalho, foi de R\$ 12.175,00, atestam os auditores da Controladoria Geral de Ananindeua.

Na onda do nepotismo que grassou na Semcat na administração do prefeito Helder Barbalho e de sua esposa, a então secretária da Semcat Daniela Barbalho, surtiu também a diretora de Recursos Humanos Maíra Rafaela Gomes Serra, que contratou as irmãs - Maria dos Anjos Correa Serra e Ana Maria Serra Ferreira - de forma irregular.

Maria dos Anjos Correa Serra recebeu um total de R\$ 48.275,00 para realizar visitas domiciliares, atendendo aos programas do Ministério do Desenvolvimento Social, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012. Ana Maria Serra Ferreira recebeu R\$ 25.350,00 para realizar visitas

domiciliares no período compreendido entre janeiro e julho de 2012. No total, Maíra Gomes Serra garantiu às irmãs o pagamento irregular de R\$ 73.625,00.



Filho de Jader pagou salários irregulares à sogra e cunhadas quando era prefeito

ra-dama Daniela Barbalho, que foi contratada e elevada como DAS-09 pela prefeitura de Ananindeua, recebendo irregularmente pelo período em que trabalhou na PMA mais de R\$ 245 mil.

CONTRATADAS

Isabela Valle de Lima, de acordo com pesquisa realizada no Diário Oficial de Ananindeua, foi contratada para exercer o cargo comissionado DAS-09, também na Semcat, lotada no gabinete do presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Ananindeua (IPMA), recebendo pagamento irregular no valor de R\$ 245.746,46.

A sogra de Helder Barbalho, Maria José Valle, recebeu R\$ 2.400,00 para ministrar duas palestras sobre o tema "Direito de ser jovem e de convivência comunitária e familiar" para famílias atendidas nos CRAS Daniela Reis, Complexo Cidade Nova VI, Estrela Ananin e Santana do Aurá, entre outros, nos meses de junho e julho de 2009.

A cunhada de Helder, Renata Valle de Lima, foi contratada pela Prefeitura de Ananindeua, por meio da Semcat, para a prestação de serviços, ministrando palestra sobre o tema "Aspectos da gravidez", para atender ao curso de gestantes na sede do CRAS. Recebeu R\$ 1.200,00 nos meses de junho a agosto de 2009 e R\$ 2.432,00, no mês de dezembro do mesmo ano, totalizando o pagamento irregular de R\$ 6.035,00.

O total de pagamentos irregulares e beneficiários, prestadores de serviços junto à Semcat, com 1º e 2º graus de parentesco por afinidade com Helder Barbalho, e consanguíneo com a secretária da Semcat, Daniela Lima Barbalho, foi de R\$ 843.500.

Aécio Neves diz que PT falhou pelo total descompromisso com a ética

RIO DE JANEIRO (RJ)
Agência Estado

O candidato do PSDB à presidência da República, Aécio Neves, voltou a criticar as campanhas de suas principais adversárias na corrida eleitoral, depois de participar de evento ontem na Central Única das Favelas (CUFA), na zona norte do Rio. O tucano disse que a proposta do PT fracassou pelo "absoluto des-

compromisso com a ética que envergou a todos os brasileiros" e pela má condução da economia. "O Brasil parou de crescer. E parando de crescer para de gerar empregos. Por isso a candidatura do PT terá muita dificuldade em vencer as eleições", disse.

Aécio afirmou que o programa econômico do PSDB é desenvolvido por pessoas qualificadas e tem condições de inspirar aos mercados cre-

dibilidade e respeitabilidade: "Para atender os mercados? Não. Para voltarmos a crescer e dar emprego."

Em seguida, voltou sua artilharia contra a presidenciável Marina Silva (PSB), reafirmando que sua candidatura não adquiriu condições de governabilidade. "Repito: o Brasil não é para amadores", disse. O candidato do PSDB afirmou que tem um projeto coerente com seu passado e

que não muda de posição ao sabor dos ventos. Indagado sobre a perda de apoio nessa fase da campanha, Aécio se limitou a admitir que o quadro das eleições mudou completamente após a morte do então candidato Eduardo Campos (PSB).

"As coisas mudaram, mas minhas convicções são as mesmas. Errado seria mudar de ideia porque alguém 'twitou' contra uma propos-

ta minha ou porque preciso agora agradar a um setor da economia porque tem votos, mesmo que lá atrás, como no caso do agronegócio com a Marina, tenha sido frontalmente contrário, por exemplo, ao avanço dos transgênicos", afirmou.

Apesar de estar em terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, Aécio Neves fez questão de se mostrar confiante. Ele afirmou que

acredita em uma virada até o dia 5 de outubro, data do primeiro turno das eleições. "Minha expectativa é que depois de várias ondas nesta eleição está chegando a hora da onda da razão. E na onda da razão somos nós que vamos vencer as eleições", disse. No dia 25 de agosto, Aécio classificou o desempenho da candidatura Marina Silva como uma onda nas pesquisas eleitorais.

CGU afirma que esquemas fraudulentos desviam recursos do Fundeb

SÃO PAULO (SP)
Agência Estado

A gestão dos recursos do Fundeb é o que preocupa os especialistas. Um levantamento da Controladoria Geral da União (CGU), realizado em julho de 2013 em 120 municípios que receberam recursos,

revelou que 73% das prefeituras fiscalizadas desviaram verbas por meio de fraudes em licitações. A lei que regulamentou o Fundeb não determina nenhum ente supervisor e prevê apenas a criação de conselhos locais para exercer controle sobre os recursos. Mas três em cada dez não cumprem

esse papel, diz a CGU. Na ocasião, a Controladoria pediu mudanças na lei, com o objetivo de designar um órgão federal para a fiscalização. Um ano depois, no entanto, nada foi alterado. Em maio, a Polícia Federal (PF) prendeu 15 políticos acusados de desviar R\$ 30 milhões

do Fundeb na Bahia. Entre os presos, estavam seis ex-prefeitos, quatro vereadores e cinco secretários municipais de 20 pequenos municípios.

Uma das cidades baianas envolvidas na operação é Novo Triunfo, onde a nota do ensino fundamental 1 (1º ao 5º ano) teve forte queda no

Ídeb: de 3,4 em 2011 para 2,9 em 2013, ficando abaixo da meta. Outro exemplo é São Francisco do Conde, que teve recuo de 4,4 para 3,5, também abaixo da meta.

Para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, a educação é o principal gargalo do País e

o grande problema é a gestão. "A estrutura da educação está falha porque não há uma boa governança tanto nos Estados e municípios como na União", afirma. Para ele, a falta de governança no setor público - com ausência de metas e avaliações atreladas a investimentos - facilita a corrupção.

CIDADES

Jatene lidera disputa eleitoral com 42%

PESQUISA IBOPE
Candidato do PSDB ao governo do Pará **sobe** mais dois pontos percentuais

BRÁSILIA
THIAGO VILARINS
Da Soturnal

A terceira pesquisa de intenção de voto para o governo do Pará realizada pelo Ibope, em parceria com a TV Liberal, aponta que o candidato Simão Jatene (PSDB) **subiu mais dois pontos percentuais** e venceria hoje o primeiro turno da corrida eleitoral com 42% das intenções de votos. O candidato peemedebista Helder Barbalho sofreu uma queda de dois pontos percentuais e aparece com 38%. Na rodada anterior, ambos apareciam com 40% das intenções de votos. Desde a primeira pesquisa, realizada em 13 de agosto, o candidato o tucano já subiu

Intenção de voto para governador (1º turno) - estimulada



5 pontos percentuais. Os demais candidatos - Marco Antonio (PCB), Zé Carlos (PV), Marco Carrera (PSOL) e Elton Braga (PRTB) têm até 2% das menções, cada. O percentual de indecisos passou de 9% da última son-

dagem para 10%. Os eleitores com a intenção de votar em branco ou nulo se mantiveram em 5%. Essa situação ainda indica a realização de segundo turno, uma vez que a diferença de votos entre os dois primeiros candidatos é de quatro pontos percentuais e a soma dos outros concorrentes é de cinco pontos percentuais. O levantamento também aponta vantagem para Simão

Jatene na pergunta espontânea, quando não há a apresentação do nome dos candidatos. O tucano foi citado por 27% dos eleitores entrevistados e Helder por 20%. Na sondagem anterior, os dois candidatos apareciam empatados com 19%. Na primeira análise, Jatene aparecia com 24% e o peemedebista com 22% das citações. Todos os demais candidatos são mencionados por

apenas 1% dos entrevistados, o mesmo índice das últimas pesquisas. Já a parcela de eleitores que não opina quanto a intenção de voto para governador caiu de 53% para 46%, enquanto os que disseram votar em branco ou nulo se manteve em 6%.

A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 11

No Pará, intenção de voto em Dilma cai em relação à pesquisa anterior

De acordo com a pesquisa Ibope, a candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT) caiu um ponto percentual em relação ao levantamento anterior e aparece com 45% das intenções de voto no Estado do Pará. Marina Silva (PSB) é mencionada por 30% dos entrevistados e Aécio Neves (PSDB) por 11%. Na pesquisa anterior, eles eram citados por 29% e 9%, respectivamente.

Os demais candidatos - Pastor Everaldo (PSC), Luciana Genro (PSOL), Zé Maria (PSTU), Eduardo Jorge (PV), Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB) e Rui Costa Pimenta (PCO) - têm até 2% das menções cada um. Eleitores paraenses que têm

intenção de votar branco ou nulo são 2% (era 3%) e aqueles que preferem não opinar totalizam 9% (eram 8%). Na pergunta espontânea, a candidata petista é mencionada por 36% dos entrevistados, enquanto Marina Silva tem 24% das intenções de voto e Aécio Neves, 9%. Na última análise,

esses percentuais eram de 34%, 19% e 7%, respectivamente. Eleitores com a intenção de votar branco ou nulo se mantiveram em 4%. O número daqueles que preferem não opinar subiu de 26% para 34%. A administração do governador Simão Jatene é avaliada como regular por 41% dos

entrevistados, como positiva (ótima/boa) por 27%, e como ruim/pessima por 24%. A aprovação da forma como o governador vem administrando o Pará aumentou de 52% para 55% e a desaprovação caiu de 42% para 38%. Já a administração da presidente Dilma Rousseff foi considerada ótima ou boa por

46%, regular por 38% e ruim ou pessima por 15% dos eleitores do Pará. Não sabem ou não souberam responder somam 1%. Já a aprovação da forma como o presidente conduz o País chega a 65% contra 32% que desaprovam. A parcela de eleitores que não sabe ou não souberam responder é de 4%.

Perspectiva ilustrada da fachada da Valencia

Perspectiva ilustrada da Churrasqueira

Perspectiva ilustrada da Piscina

Perspectiva ilustrada da Brinquedoteca

LANÇAMENTO

CHEGOU A OPORTUNIDADE PERFEITA PARA VOCÊ VIVER NO PRIMEIRO CONDOMÍNIO BAIRRO DE BELÉM.

Jardim de VALENCIA

Prepare-se para conhecer mais do que um imóvel, um novo jeito de viver, com preços e condições especiais de lançamento. Dia 18/09, no stand de vendas do Parque Jardins.

Visite stand de vendas - Augusto Montenegro, ao lado do Parque Shopping • Saiba mais em www.parquejardinsbelem.com.br

3 e 2 quartos (1 ou 2 suítes)
Plantas de 63m², 75m², 96m² e 127m²

1 ou 2 vagas de garagem
Área de lazer exclusiva

Segurança 24h
Portaria independente

Informações: BrasilBrokers
Serviços exclusivos: CLASSIC
Realização: SINTESE e CYPRELA

91 3248-2324

Ananindeua NEPOTISMO

Helder contrata sogra e cunhadas

Prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho **empregou a mulher**, Daniela, como secretária de

Cidadania e Assistência ao Trabalho, a **cunhada**, Renata Lima, e a **sogra**, Maria José, para

trabalharem como palestrantes. E a praga do **nepotismo** proliferou na Serncat da Prefeitura.

MARACUTAIA

Até o chefe de gabinete de Helder entrou na onda do **nepotismo** na PMA

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

Prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho (PMDB) **contratou** a sogra, Maria José Rodrigues Valle, e a cunhada, Renata Valle de Lima, para ministrar palestras bancadas pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência ao Trabalho (Serncat), a época comandada por Daniela Lima Barbalho, esposa de Helder e primeira-dama do município de Ananindeua. Outra cunhada de Helder, Isabela Valle de Lima, foi contratada e elevada como DAS-09, **recebendo irregularmente** mais de R\$ 245 mil.

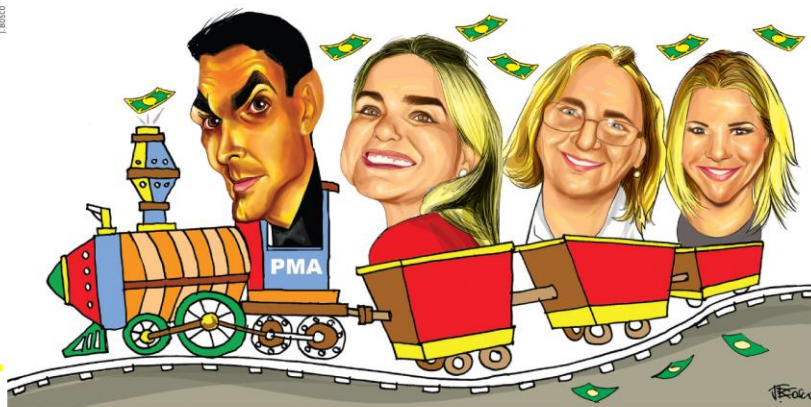
A sogra de Helder, Maria José Valle, recebeu R\$ 2.400,00 para ministrar duas palestras sobre o tema "Direito de ser jovem e de convivência comunitária e familiar" para famílias atendidas nos CRAS Daniela Reis, Complexo Cidade Nova VI, Estrela Ananin e Santana do Anin, entre outros, nos meses de junho e julho de 2009.

A cunhada de Helder, Renata Valle de Lima, foi contratada pela PMA, por meio da Serncat, para a prestação de serviços, ministrando palestra com o tema "Aspectos da gravidez", para atender ao curso de gestante na sede do CRAS. Recebeu R\$ 1.200,00 nos meses de junho a agosto de 2009 e R\$ 2.435,00, no mês de dezembro do mesmo ano, totalizando o pagamento irregular de R\$ 6.035,00.

O total de pagamentos irregulares e beneficiários, prestadores de serviços junto à Serncat, com 1º e 2º graus de parentesco por afinidade com o prefeito municipal, Sr. Helder Barbalho, e consanguíneo com a secretária da Serncat, sr. Daniela Lima Barbalho, foi de R\$ 8.835,00 (oito mil quatrocentos e trinta e cinco reais), conclui a auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município (CGM) de Ananindeua.

Outra cunhada de Helder Barbalho, a irmã de Daniela Barbalho, Isabela Valle de Lima, de acordo com pesquisa realizada no Diário Oficial de Ananindeua, foi contratada para exercer o cargo consanguíneo de DAS-07, depois DAS-09, também na Serncat, lotada no gabinete do presidente do IPMA, recebeu pagamento irregular no valor de R\$ 245.746,47 (duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e sete centavos) no período em que esteve contratada pela Prefeitura de Ananindeua.

IL BOGIO



Os 3.200 m2 equivalem a 80 residências da Minha Casa, Minha Vida

O nepotismo - repudiado e banido nacionalmente por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - **alastrou-se na Prefeitura de Ananindeua**, conforme detalham os auditores da CGM de Ananindeua.

A chefe de gabinete da então secretária Daniela Barbalho na Serncat, Nubia de Carvalho Mendonça, por exemplo, **contratou o próprio filho**, Guilherme de Carvalho Mendonça, como "entregador de cartilhas" com esclarecimentos sobre os critérios para concessão do Programa Bolsa-Família, recebendo o valor de R\$ 4.690,00 em fevereiro de 2009.

Nubia de Carvalho Mendonça também contratou o esposo, Marcus Ferreira Mendonça, para prestar serviços de "motociclista e divulgador", cujo pagamento irregular totalizou R\$ 19.393,00 no período de setembro de 2009 a fevereiro de 2012. O total de pagamentos irregulares aos parentes em 1º grau de Nubia de Carvalho Mendonça chegou a R\$ 34.083,00.

A auditoria também descobriu **prática de nepotismo** nas contratações feitas por Verena Fadul dos Santos - diretora administrativa e ordenadora de despesas da Serncat. Verena contratou a própria mãe, Ana Cristina Fadul Arruda, como divulgadora junto ao Programa Bolsa Família, no período de junho a outubro de 2010, por R\$ 7.235,00, e sua irmã, Thaissa



Helder Barbalho: prefeito



Daniela Barbalho: secretária



Maria José: a sogra



Renata Lima: a cunhada

Fadul dos Santos Arruda, como facilitadora de oficina com o tema "Práticas esportivas na adolescência" e estagiária do

Programa Projovem, pelo valor total de R\$ 4.526,00 nos meses de janeiro e setembro de 2009. Paulo Roberto dos Santos

Lima, chefe de Gabinete do então prefeito Helder Barbalho e ordenador de despesas da Serncat, por seu turno, **contratou o**

irmão Alexandre Augusto dos Santos Lima, seu pai José Humberto Lima e sua esposa, Karina Obadia Maia Lima - pagos pela Serncat - para prestarem serviços de coordenação do Projovem e para divulgação e realização de visitas domiciliares do programa Bolsa Família e Paif, respectivamente, no período compreendido entre os meses de agosto e outubro de 2010.

O valor total pago irregularmente aos prestadores de serviço com 1º e 2º graus de parentesco e com cônjuge do Sr. Paulo Roberto dos Santos Lima, Chefe de Gabinete do prefeito Helder Barbalho, foi de R\$ 12.175,00, atestam os auditores da Controladoria Geral de Ananindeua.

Na onda do nepotismo que grassou na Serncat na administração do prefeito Helder Barbalho de sua esposa, a então secretária da Serncat Daniela Barbalho, surfou também a diretora de Recursos Humanos Maíra Rafaela Gomes Serra, **que contratou suas irmãs** - Maria dos Anjos Correa Serra e Ana Maria Serra Ferreira - de forma irregular.

Maria dos Anjos Correa Serra recebeu um total de R\$ 48.275,00 para realizar visitas domiciliares, atendendo aos programas do Ministério do Desenvolvimento Social, de janeiro de 2010 a dezembro de 2012. Ana Maria Serra Ferreira recebeu R\$ 25.330,00 para realizar visitas domiciliares no período de janeiro e julho de 2012. No total, Maíra Gomes Serra **garantiu às irmãs o pagamento irregular de R\$ 73.605,00**.

A auditoria da Controladoria Geral do Município de Ananindeua **comprovou que o nepotismo** implantado na Serncat rendeu aos parentes um total de R\$ 140.079,00.

Época cita Jader Barbalho entre os políticos ligados a lobista da Petrobras

Antes mesmo da delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que trouxe para o escândalo da Operação Lava Jato, da Polícia Federal nomes de políticos que recebiam propina da Petrobras, tais como os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Henrique Eduardo Alves e Renan Calheiros, do senador Romero Jucá, e de governadores como Roseana Sarney (Maranhão), Sérgio Cabral (Rio) e Eduardo Campos (Rio) em agosto deste ano, e o ministro Edison Lobão (Minas e Energia), a revista Época já trazia, em edição do início de abril, informações sobre as operações que o "homem-bomba" Paulo Roberto Costa

executava na estatal.

Às mencionadas operações feitas por Humberto Sampaio de Mesquita, conhecido como Beto, genro de Paulo Roberto, a revista o vincula a Jorge Luz, um dos mais antigos lobistas da Petrobras. Segundo a "Época", o lobista, "no governo Lula, construiu boas relações com chefes do PMDB e do PT. No PMDB, o próximo do senador Jader Barbalho e do empresário Alvaro Jucá, irmão do senador Romero Jucá, dono de uma empresa que tem contratos na Petrobras."

De acordo com a revista, Beto poderia ser Alberto Youssef ou Humberto Mesquita, genro de Paulo Roberto Costa, o qual "detem muitos dos segredos da República",

esses que juntam "interesse de empresários em ganhar dinheiro público" e o "interesse de políticos em cedê-lo, mediante propina".

Paulo Roberto guardou provas desses segredos e tentou destruí-los antes de ser preso por agentes da PF, há menos de um mês. Em seus papéis aparecem os nomes dos lobistas Fernando Soares, o "Fernando Baiano", e Jorge Luz, ligado ao PT e ao PMDB. Eles era encarregados de garantir oportunidades de negócio com as grandes fornecedoras da Petrobras. A PF investiga a possibilidade de que eles tenham garantido repasses a políticos desses partidos. Youssef era encarregado de cuidar do dinheiro, assim como Hum-



Berto Sampaio de Mesquita. Ele ajudava nos negócios e é sócio de empresa que tem contrato de R\$ 2,5 milhões com a Petrobras.

As investigações da PF a que a revista teve acesso

mostram que, segundo os registros de "Beto", a conta no UBS de Luxemburgo também recebia dinheiro da Glencore Trading, uma das maiores vendedoras de derivados de petróleo do mundo e da qual a Petrobras é compradora.

Outra revista semanal, a "Veja", em matéria de capa, explica que o mensalão da Petrobras beneficiava políticos do alto clero do PMDB. Os agentes federais encarregados das investigações descobriram no apartamento de Paulo Roberto Costa relatórios mensais das propinas pagas pelos empreiteiros. O dinheiro era levado por "Beto" ao diretor da Petrobras. A PF entende que esses documentos funcionam como

extratos de contas-correntes preparados pelo dileiro Youssef, que funcionaria como um pequeno banco.

Ainda conforme apurou a PF, Alberto Youssef montou outra estrutura financeira para Paulo Roberto no exterior, com empresas de fachada offshore. Youssef buscava fechar contas nos paraísos fiscais que recebiam dinheiro de multinacionais. Mesmo com a saída de Paulo Roberto da Petrobras, as contribuições continuaram a ser pagas, haja vista que vários contratos permaneciam valendo. Youssef, que montava uma operação independente para Paulo Roberto, com empresas de fachada offshore e outras contas secretas, tirava sua comissão.

Ananindeua

HERANÇA MALDITA



Mansão de Helder no Lago Azul tem 3.200m² e está avaliada em R\$ 6 milhões

A suntuosa mansão de Helder

A maior obra do prefeito Helder Barbalho em Ananindeua foi, sem dúvida, a construção

da hollywoodiana mansão no condomínio Lago Azul, que ele declarou à Receita Federal por

R\$ 1,33 milhão. A mansão de Helder valeria, segundo corretores imobiliários, R\$ 6 milhões.

PATRIMÔNIO
Helder triplicou seus bens em seis anos ganhando salário de R\$ 12 mil por mês

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

O patrimônio declarado do candidato do PMDB ao governo do Estado, Helder Barbalho, 35, quase triplicou no período em que ele foi prefeito do município de Ananindeua pela segunda vez, entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012, e nos 18 meses

(de janeiro de 2013 a junho de 2014) quando estava desempregado de cargos públicos e exercendo única e exclusivamente a função de radialista na Rádio Clube do Pará, de propriedade da família Barbalho.

Em 2008, quando apresentou declaração de bens à Justiça Eleitoral para concorrer à reeleição como prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho tinha um patrimônio declarado de exatos R\$ 825.842,00. Em junho de 2014, quando apresentou nova declaração de bens à Justiça Eleitoral para concorrer desta vez ao governo do Estado, o patrimônio do filho de Jader Barbalho havia saltado para es-

tosérisicos R\$ 2.332.367,77. É o que mostram as declarações de bens e rendimentos apresentadas por Helder Barbalho à Justiça Eleitoral para se credenciar como candidato a cargos eleitos.

Repetindo-se em 2008, quando foi candidato à reeleição a prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho tinha um patrimônio declarado de R\$ 825.842,00, em 2014 este patrimônio saltou para exatos R\$ 2.332.367,77.

A principal alteração no patrimônio de Helder Barbalho entre as eleições de 2008 e 2014 - depois de seu segundo mandato como pre-

Os 3.200 m² equivalem a 80 residências da Minha Casa, Minha Vida

feito de Ananindeua - foi a aquisição de uma mansão no Condomínio Lago Azul, em Ananindeua, por R\$ 1.332.361,00. A mansão suntuosa, de seis suítes, com duas piscinas, 3.200 metros quadrados de área construída - o equivalente a 80 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida - foi declarada à Justiça Eleitoral este ano como "Ben-

feitoria do imóvel Lagoa Azul - Ananindeua".

Corretores do ramo imobiliário de Belém estimam, porém, que uma mansão como a de Helder Barbalho no Lago Azul vale no mínimo R\$ 6 milhões. Trocando em miúdos o ex-prefeito de Ananindeua subavaliou sua mansão na declaração de bens entregue à Justiça.

Como prefeito de Ananindeua, entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012, Helder Barbalho fez jus a um salário de aproximadamente R\$ 12 mil mensais, brutos (este continua sendo o salário do atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro).

Se tivesse economizado todos os 48 salários mensais - em seus quatro anos como prefeito -, mais 13º salários, férias e diárias, sem gastar um real sequer com água, luz, alimentação, transporte, saúde, educação, combustível, vestuário etc, Helder Barbalho teria acumulado no período no máximo R\$ 800 mil. Então, como explicar que tenha comprado após sair da prefeitura de Ananindeua uma suntuosa mansão por mais de R\$ 1,33 milhão, avaliada por corretores de imóveis independentes em R\$ 6 milhões?

Com a resposta, como de ver, o candidato Helder Barbalho.

Eleição deste ano tem o maior palanque de fichas sujas da história do Pará

O ex-prefeito Helder Barbalho (PMDB) disputa o governo do Pará pela primeira vez, aos 35 anos, com um palanque de campanha que reúne muitos políticos com fichas sujas da história do Pará.

Helder é filho caçula do senador Jader Barbalho (PMDB), que dispensa apresentações: maior gazeteiro do Congresso Nacional, foi denunciado pelo procurador-geral da República Antônio Fernando Souza ao Supremo Tribunal Federal (STF) como "Chefe da Quadrilha" que saqueou os cofres da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sadam) e comanda uma oligarquia que se vangloria de deter o poder político no Pará há quase 50 anos.

A deputada federal Elcione Barbalho (PMDB), mãe de Helder, para não deixar dúvidas sobre a ação da Oligarquia Barbalho no Pará, exclamou na convenção do PMDB: "Lembro quando o Jader Barbalho assumiu pela primeira vez o governo do Estado", disse. "Helder ainda era bem pequeno e hoje ele está aqui, pronto para escrever mais uma página na história do Pará."

Se uma imagem vale por mil palavras, a foto em que Jader Barbalho, Joaquim de Lira Maia (DEM), Helder Barbalho, Lula e Paulo Rocha (PT) seguraram uma bandeira do Pará na convenção do partido não deixa margem para dúvidas sobre a qualidade do palanque eleitoral de Helder.

Jader Barbalho responde a quatro ações penais no Supremo Tribunal Federal

(STF), mas ainda não foi a julgamento porque a Ação Penal da Sudam continua na gaveta do ministro Ricardo Lewandowski, atual presidente do STF, relator da ação.

O deputado federal Joaquim de Lira Maia, presidente da DEM no Pará e também presidente da Frente Pro Criação do Estado do Tapajós, responde a 14 processos no STF, entre os quais quatro ações penais, conforme pesquisa divulgada pelo site Congresso em Foco.

Helder Barbalho tem esconido seu vice Lira Maia em seus programas de televisão no horário eleitoral, haja vista que há grande rejeição ao

parlamentar mocrongro na capital, Belém, e Região Metropolitana, por seu engajamento no movimento pela criação do Estado de Tapajós, com capital em Santarém.

FICHA SUJA

O ex-deputado federal e ex-mensaleiro Paulo Rocha foi impugnado pelo Ministério Público Eleitoral e tornado inelegível pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, enquadrado como "ficha-suja" por ter renunciado ao mandato de deputado federal em 2005, para fugir a processo de cassação na Câmara.

Paulo Rocha recorreu da

decisão do TRE do Pará ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que deve julgá-lo provavelmente na próxima semana. O vice-procurador geral eleitoral Eugênio Aragão já deu parecer contrário ao recurso do ex-mensaleiro Paulo Rocha, que disputa a eleição sub-judge.

FAROESTE

Outro aliado de Helder Barbalho é o deputado federal Beto da Fátima, hoje Faro, preso e algemado pela Polícia Federal na Operação Faroste. À época, Beto Faro comandava a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incrá) e foi flagrado pela PF negociando terras no oeste do Pará com grileiros do Mato Grosso e madereiros.

Do alto de sua inexperience de 35 anos de idade, Helder Barbalho tenta estabelecer a oligarquia Barbalho no poder, aliando-se a políticos de ficha suja. O PMDB, comandado com mão de ferro pela família Barbalho há mais de 40 anos, foi escurado do poder há 20 anos, depois que Jader se elegeu governador em 1990, derrotando Sahid Verfan por pouco mais de 7 mil votos.

De lá para cá, o PMDB vem acumulando derrotas: em 1994, com Jarbas Passarinho;

em 1998, quando o próprio Jader Barbalho foi surrado nas urnas pelo tucano Almir Gabriel. Em 2002, Simão Jatene se elegeu e o PMDB lançou um "laranja", Rubens Nazareno.

Em 2006, a petista Ana Júlia Carepa elegeu-se vencendo Almir Gabriel e o candidato do PMDB, José Priante, sequer foi para o segundo turno.

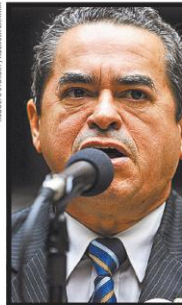
Finalmente, em 2010, o deputado estadual Domingos Juvenil (PMDB) teve pouco mais de 10% dos votos para o governo, nem chegou ao segundo turno, em eleição vencida pelo atual governador Simão Jatene por uma diferença de 380 mil votos sobre a então governador Ana Júlia Carepa. (R.B.)



Jader: preso e algemado



Paulo Rocha: ficha suja



Lira Maia: multiprocessado



Beto Faro: preso e algemado

Matéria nº 64

BELEM, TERÇA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2014

poder@oliberal.com.br ■ Tel.: 3216-1072

PODER

■ POLÍTICA ■ DINHEIRO ■ BASTIDORES

Petrobras tinha "quadrilha"
Marina Silva defendeu investigação de "propinquo" dentro da estatal. **Página 2.**

Atenção aos municípios
Em campanha no Pará, Aécio Neves promete aumentar repasses às prefeituras. **Página 3.**

OLIBERAL

FABEL
FACULDADE DE BELEM

Transformando o ensino.

Trav. Aristides Lobo, 867 • Reduto
Fone/Fax: (91) 3201-1300
www.fabelnet.com.br

Revista liga Jader a lobista

CASO PETROBRAS

Jorge Luz tem ligação com genro do delator Paulo Roberto Costa

Publicação da Revista "Epoca", edição nº 827, vincula o senador Jader Barbalho a um lobista da Petrobras investigado pela Operação Lava Jato. A matéria já antecipava, na época, as operações do homem-bomba Paulo Roberto Costa, ex-diretor da estatal, que aquela altura fora preso recentemente em operação da Polícia Federal.

Ao mencionar operações feitas por Humberto Sampaio de Mesquita, conhecido como Beto, genro de Paulo Roberto Costa, a revista o vincula Jader Barbalho a Jorge Luz, um dos mais antigos lobistas da estatal.

Segundo a "Epoca", o lobista, "no governo Lula, construiu boas relações com chefes do PMDB e do PT. No PMDB, é próximo do senador Jader Barbalho e do empresário Alvaro Juca, irmão do senador Romero Jucá, dono de uma empresa que tem contratos na Petrobras".

O nome de Jader Barbalho aparece na reportagem relacionado a um personagem conhecido por "Beto", que, segundo a Polícia Federal, poderia também ser o próprio Alberto Youssef ou Humberto Mesquita, genro de Paulo Roberto Costa. Segundo "Epoca", "Paulo Roberto Costa detém muitos dos segredos da República - aqueles que nascem da união entre o interesse de empresários em ganhar dinheiro público e do interesse de políticos em ceder, mediante aquela taxa conhecida vulgarmente como propina. E se Paulo Roberto fosse desculpado e guardasse provas desses segredos? E se, uma vez descobertas pela PF, elas viessem a público? Pois Paulo Roberto guardou. Tentava destruí-las quando a Polícia Federal chegou a sua casa, há duas semanas. Mas não conseguiu se livrar de todas a tempo", afirma a revista.

Paulo Roberto garantia a Petrobras; lobistas como Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, e Jorge Luz, ligado ao PT e ao PMDB, cujos nomes aparecem nos papéis apreendidos, garantiam as oportunidades de negócio com as grandes fornecedoras da Petrobras - e, suspeita a PF, garantiam também possíveis repasses aos políticos desses partidos.

Para a Polícia Federal, segundo diz a revista, a Youssef cabia cuidar do dinheiro. Segundo envolvidos, essa tarefa também cabia a Humberto Sampaio de Mesquita. Ele o ajudava nos negócios e é sócio de uma empresa que tem contrato de R\$ 2,5 milhões com a Petrobras.

De acordo com os registros de "Beto", a conta no UBS de Luxemburgo também recebia dinheiro da Glencore Trading, uma das maiores vendedoras de derivados de petróleo do mundo. A Petrobras compra muito dela.

Segundo matéria de capa da revista Veja desta semana, o Mensalão da Petrobras beneficiava políticos do PMDB como o presidente do Senado, Renan Calheiros; o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves; o ministro das Minas e Energia, Edison Lobato; e o governador do Rio

de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Jader Barbalho também teria sido agraciado com propinas.

Nos documentos mais valiosos apreendidos pela Polícia Federal no apartamento de Paulo Roberto Costa descobriu-se que relatórios mensais das propinas pagas pelos empreiteiros eram entregues por "Beto" ao diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Para a

PF, os documentos são uma espécie de extratos de contas correntes preparados pelo doleiro Youssef, que funcionaria como um "banquinho".

Alberto Youssef montou uma nova estrutura financeira para Paulo Roberto no exterior, com empresas de fachada offshore. Youssef buscava

fechar contas nos paraísos fiscais que recebiam dinheiro de multacionais. Apesar da saída de Paulo Roberto da Petrobras, contribuições ainda eram pagas - pois alguns dos contratos seguiam valendo. Ao fechar as contas que comandava em nome de Paulo Roberto - e das quais, suspei-

ta a PF, retirava uma comissão - Youssef montava uma operação independente para Paulo Roberto, com empresas de fachada offshore e outras contas secretas. Documentos importantes foram apreendidos nos endereços de Paulo Roberto no Rio



Lobistas buscam 'oportunidades' entre os muitos fornecedores da Petrobras

de Janeiro, onde ele mantém residência fixa. Esses documentos - e outros que faziam parte da denúncia que levou Paulo Roberto à cadeia e ainda não tinham vindo a público - parecem confirmar os piores temores de Brasília.

Paulo Roberto e o doleiro Alberto Youssef, que também foi preso pela Polícia Federal - são acusados de toda sorte de crime financeiro na Operação Lava Jato. Eles eram metódicos. Guardavam registros pormenorizados de suas operações financeiras, sem sequer recorrer a códigos. Era tudo em português claro, embora gramaticalmente sofrível.

Anotavam os nomes de lobistas e empresários, quase sempre os associavam a negócios e a valores em dólares, euros e reais. Os registros continham até explicações técnicas e financeiras das operações. Os valores milionários mencionados nos documentos, suspeita a PF, referem-se a propinas pagas pelas empresas, nacionais e estrangeiras, que detinham contratos com a área da Petrobras comandada por Paulo Roberto. Os papéis já analisados pela PF sugerem que as maiores empreiteiras do país e as principais vendedoras de combustível pagavam comissão para fazer negócio com a Petrobras.

CHEVROLET zero, IPI zero, Juros zero, é na importadora

NÃO COMPRE SEM ANTES NOS CONSULTAR.

importadora
www.importadora.com.br

WANDEROLK COM DIOGO MIA. 3221-6550, CONSELHEIRO COM ROBERTO CAMELIER. 4006-9100/9110.

Presidente de CPI pede acesso à delação premiada de Costa

BRASÍLIA
Agências Estado e Brasil

O presidente da CPI mista da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PIB), apresentou ontem um pedido para que a Justiça Federal do Paraná fornecesse para a comissão todas as informações da delação premiada que está sendo feita pelo ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa. Vital quer que o juiz Sérgio Moro, responsável pela condução do caso, compartilhe com a comissão os depoimentos e os vídeos do ex-diretor.

Na sexta-feira, 5, Paulo Roberto revelou que pelo menos 32 deputados e senadores e um governador receberam propina em negociações de contratos na estatal. Os parlamentares recebiam 3% sobre o valor dos contratos. Entre os citados está o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Vital do Rêgo afirmou que a CPI mista já aprovou, no curso dos trabalhos de investigação,

um requerimento que permite o compartilhamento com a Justiça paranaense de todas as informações da Operação Lava Jato, ação deflagrada em fevereiro pela Polícia Federal que levou à prisão de Costa. "É obrigação da CPI estar acompanhando para compartilhar o que a Justiça está fazendo e vice-versa", disse o presidente da comissão.

Na quarta-feira pela manhã, 10, integrantes da CPI mista e líderes partidários devem se reunir no gabinete de Vital para discutir qual a melhor estratégia para cuidar do caso. Parlamentares da base e da oposição passaram a defender a presença de Paulo Roberto na CPI somente após ter tido acesso a todas as informações da delação premiada.

ELEIÇÕES

O deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF) defendeu ontem que a CPI mista da Petrobras realize o depoimento do ex-diretor da estatal antes

do primeiro turno das eleições. Segundo o tucano, é importante para que a sociedade conheça o teor das informações que Paulo Roberto está prestando. Desde o dia 29 de agosto, o ex-diretor começou a revelar, na tentativa de conseguir um acordo de delação premiada, informações que envolvem políticos em um suposto esquema de recebimento de propina na Petrobras.

"É muito importante o depoimento dele (Paulo Roberto Costa), senão parlamentares envolvidos no esquema podem ser recelitos", afirmou o parlamentar do PSDB. Para ele, a decisão de ouvir Paulo Roberto só depende do aval do presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PIB), e do relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), uma vez que o colegiado já aprovou o requerimento para convocá-lo. Ao contrário de alguns parlamentares da base e da oposição, Izalci é a favor de a CPI ouvir Paulo Roberto logo, independentemente de ter acesso

às declarações prestadas por ele na delação premiada.

DILMA

A presidenta Dilma Rousseff quer ter acesso a detalhes das denúncias de que integrantes do governo foram citados pelo ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, em depoimento prestado na Polícia Federal (PF). Antontem, a presidenta pediu que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, solicitasse informações oficiais sobre as declarações de Costa, que foi preso na Operação Lava Jato, da PF, e acusado de receber propina.

"Pedi ao José Eduardo que fizesse ofício à Polícia Federal perguntando se ela pode nos informar quem é funcionário do governo, agente político, enfim, quem é do Executivo que está envolvido nisso, para a gente poder tomar providência", disse Dilma ontem a tarde, em entrevista no Palácio da Alvorada. Segundo a presidenta, a resposta não foi suficiente, nem definitiva e, por

esse motivo, o próximo passo será pedir ao Ministério Público (MP). "Se o MP também não puder nos passar os dados, nós vamos perguntar para o Supremo", informou Dilma.

Ela evitou comentar nomes de pessoas incluídas na denúncia de Costa, argumentando que precisa saber se eles estão citados "de fato no processo". A presidenta disse que a revista "não dá provas, não diz fatos". "Eu não quero 'dizer', quero fatos e comprovações", explicou. Dilma destacou que não pretende atrapalhar as investigações e lembrou que o próprio vazamento do depoimento pode causar atraso do processo. "Eu quero, sem prejuízo da investigação, que me digam. Não é algo trivial, é sobre o governo brasileiro. Então tem de avisar para a gente. Tem de dizer: 'olha, estou investigando, e indicio é esse'. Se quiser que a gente não fale, a gente não fala. Mas a gente toma providência", afirmou.

■ VEJA MAIS NA PÁGINA 2.

Candidatos ao governo vão ao "Grito dos Excluídos". Página 6.

POLÍTICA

Chapa de Barbalho quer dividir o Pará

SEPARATISMO
Vice do filho de Jader, Lira Maia diz que o sonho do Tapajós não acabou

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

Em Marabá, na semana passada, o candidato do PMDB ao governo do Estado, Helder Barbalho, mostrou mais uma vez porque é o candidato da mudança: quer mudar o mapa do Pará, incentivando na campanha a criação dos Estados de Carajás e Tapajós, defendidos com unhas e dentes pelos seus parceiros de coligação.

O filho do notório senador Jader Barbalho foi recebido com

festas pelo prefeito de Marabá, João Salame Neto (PROS), com uma imensa faixa exigindo a criação do Estado de Carajás. Salame é um entusiasta da criação do novo Estado e em Marabá até os trios elétricos que fazem a campanha de Helder Barbalho no sul e sudeste do Pará, o deputado federal ruralista Giovanni Queiroz (PDT), e autor do Projeto de Emenda Constitucional em tramitação na Câmara dos Deputados que cria os Estados de Carajás e



todo o oeste do Pará. "Todo mundo sabe da minha posição! Eu nunca vou



João Salame defende a separação do Pará em campanha

mudar a minha postura de defensor dessa ideia (criação do estado do Tapajós)", afirmou Joaquim de Lira Maia, em entre-

um projeto de governança de Estado. E, logicamente, que a minha colocação na chapa titular, na chapa majoritária, me dá condição e dará condição da região de renovar o sonho (de criar o Tapajós).

A frase "o sonho não acabou" vem sendo repetida sistematicamente por Lira Maia a todos os que indagam se ele abriu mão do projeto de criar o Estado do Tapajós e de ser o primeiro governador da nova unidade federativa.

Justamente para evitar que o tema "divisão do Pará" - com a criação do Estado do Tapajós - evolua em Belém e na região metropolitana, Helder Barbalho tem escondido seu vice Lira Maia nos seus programas de rádio e televisão na propaganda eleitoral gratuita.

Propostas separatistas de Queiroz e Lira Maia tramitam na Câmara

As duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) apresentadas pelos deputados Giovanni Queiroz (PDT) e Joaquim de Lira Maia (DEM) - este, o vice na chapa de Helder Barbalho - visando à criação dos Estados de Carajás e Tapajós, respectivamente, já foram aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

As PECs de Queiroz e Lira

Maia alteram a redação do artigo 18 da Constituição Federal, que discorre sobre a divisão territorial para a criação de novas unidades da Federação. A proposta de emenda constitucional determina que o desmembramento do Pará em três partes deverá ser feito após plebiscito realizado na "área diretamente interessada" e o retorno do Brasil à condição de Colônia. No entanto, quando da institucionalização do Estado liberal em decorrência da revolução do Porto, ficaram evidentes as divergências profundas entre os interesses dos grupos mercantis e da aristocracia rural, concentrados principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os quais vão abraçar a causa separatista tendo à frente D. Pedro.

Intenção é conseguir 1,5 milhão de assinaturas para

que quer se emancipar?

Se a proposta de Lira Maia e Giovanni Queiroz for aprovada, os eleitores de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Capangá, Bragança e todos os municípios do nordeste do Pará e do entorno da todavia Belém Brasília serão cercados em seu direito de votar no plebiscito que definirá a criação, ou não, dos Estados de Carajás e Tapajós. De acordo com o deputado

federal Lira Maia, o texto do artigo deixa dupla interpretação, o que deu margem para que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidisse realizar o plebiscito em todo o território paraense em 2011.

Segundo Lira Maia, uma comissão especial deve unificar as propostas e avaliar o envio ao plenário da Câmara dos Deputados para votação. "A comissão especial deve reunir numa só e

fazer relatório. Agora é acompanhar e lutar para aprovar e seguir para plenário. Esperamos que seja aprovado ainda este ano para que realizemos o plebiscito e tenhamos o nosso desmembramento", afirmou Maia.

O plebiscito realizado em 11 de dezembro de 2011 teve o objetivo de saber a opinião da população sobre a divisão territorial do Pará para a criação dos estados de Tapajós e

Carajás. Realizado em todo o território paraense, o resultado foi 66,59% de votos contra a criação do Carajás, e 66,08% contra a criação do Tapajós.

Tanto no oeste quanto nas regiões sul e sudeste, no entanto, o eleitorado votou maciçamente a favor do esquetamento do Estado do Pará, mas prevaleceu a vontade da maioria absoluta do eleitorado, que rejeitou as propostas separatistas.

Santarém tem Dia de Luta pela Emancipação da região oeste do Estado

Em Santarém, uma Lei Municipal instituiu o dia 11 de dezembro como o Dia Municipal da Luta pela Emancipação Política da Região Oeste do Pará. A lei tornou a data ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

Mais de 500 universitários

trabalham voluntariamente na coleta de assinaturas em prol da realização de um novo plebiscito para saber a opinião da população sobre a divisão do Estado, a fim de criar o Estado do Tapajós.

A intenção é conseguir 1,5 milhão de assinaturas para

enviar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) visando realizar a consulta apenas na região oeste do Estado, sob a afirmação de que esta é a área diretamente interessada.

A coleta de assinaturas pode ficar mais fácil com

uma PEC, aprovada pelo Senado, que altera artigo da Lei nº 9.709, de 1998, reduzindo o número de assinaturas de aproximadamente 1,3 milhão para aproximadamente 650 mil pessoas. Segundo a lei, a apresentação de PLIP à Câmara dos Deputados deve ser

assinada por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional. Com a redução, seriam necessárias apenas 0,5% de assinaturas. Isso iria exigir menos de 1 milhão de assinaturas para que a proposta fosse enviada ao Congresso Nacional.

Para o novo projeto de

criação do Estado do Tapajós estão incluídos 23 municípios da região, pois Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Vitória do Xingu foram excluídos, pois a maioria da população desses municípios votou contra a divisão do Pará durante o plebiscito de 2011.

OPINIÃO

7 de setembro para o Brasil e o 15 de agosto para o Pará

STELA POJUCI FERREIRA DE MORAIS*

Desde criança aprendemos na escola que o dia 7 de setembro é o dia da Independência do Brasil, alguns de nós que vivemos nossa infância até os anos 60/70 era comum nos colegiais particulares cantar os hinos e hastear as bandeiras do Brasil e do Pará, e em algumas dessas instituições escolares, também a bandeira do Colégio, e assim cantávamos também o Hino da Independência.

Independência? Qual o seu significado? Ser independente designa liberdade, autonomia. Um país independente significa que tem autonomia política, tem poder para elaborar suas leis, decidir o perfil de seu Estado, definir seus princípios essenciais.

Qual a compreensão que a maioria da população brasileira tem desta data? Ela é a data nacional mais conhecida e celebrada em território brasileiro. Esta associada à proclamação feita pelo então Príncipe Regente, D. Pedro, às margens do rio de Ipiranga, em São Paulo, e de um modo geral é estudada a partir de uma sequência cronológica a partir da revolução deflagrada em 1820 na cidade do Porto, o retorno de D. João VI e da Corte para Portugal e de episódios que se seguem, como o conhecido Dia do Fico e que culmina no dia 7 com a proclamação da independência. Atualmente, diante das mais recentes produções acadêmicas e editoriais, fruto de pesquisas em diferentes fontes, procura-se apresentar um significado mais amplo e complexo das lutas políticas ocorridas na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, que era

a sede do governo, a capital do Reino Unido, assim como nas demais províncias, dentro das do Grão-Pará, que foi a última a reconhecer a nova forma de organização política do Brasil.

Havia confrontos de grupos de interesses que defendiam projetos antagônicos. Alguns segmentos defendiam a manutenção do Reino Unido a Portugal e Algarves fundamentado em um governo constitucional e representativo e outros o retorno do Brasil à condição de Colônia. No entanto, quando da institucionalização do Estado liberal em decorrência da revolução do Porto, ficaram evidentes as divergências profundas entre os interesses dos grupos mercantis e da aristocracia rural, concentrados principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os quais vão abraçar a causa separatista tendo à frente D. Pedro.

No entanto, esse episódio do dia 7 de setembro não teve maiores repercussões no momento que ocorreu, isto porque, não era um desejo de todos os segmentos da sociedade brasileira da época. A organização do Império e o reconhecimento da independência foram resultados de lutas políticas ocorridas em diversas províncias.

A independência para nós só ocorre a partir de agosto de 1823, mais precisamente formalizada dia 15 de agosto, dia este que atualmente é motivo de controvérsias, visto que, recente descoberta por pesquisador do Arquivo Público do Pará, o historiador João Lucio Mazzini, traz o dia 16 de agosto de 1823, como a data em que a Junta que governava a Província assinava a ata de reconhecimento da adesão da província

à autoridade de Pedro I, a partir das proposições entregues pelo enviado do governo para que a mesma passasse a se integrar ao Império brasileiro.

Mas o que é e foi esse acontecimento? Por que aqui em nosso Estado e na Bahia é que há duas datas comemorativas. Alusão por um acontecimento que para muitas pessoas, teria sido consenso quando ocorreu a independência política do Brasil em relação a Portugal.

Nosso atual Estado, desde o início da sua colonização pelos portugueses, no início do século XVII, fez parte de um Estado independente ao chamado Estado do Brasil. Em 1621 foi criado pelo governo português o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede ora em São Luiz, ora em Belém. A oscilação se fazia por conta da influência maior ou menor das Câmaras Municipais das duas cidades sedes, em relação ao governo metropolitano.

Sua localização geográfica, a dificuldade de comunicação com as demais regiões, pois só era possível na época através da via marítima, criou condições concretas para que as condições políticas, econômicas e socioculturais fossem mais diretamente ligadas a Lisboa.

Quando se iniciou o processo de independência, acelerado com o retorno de D. João VI, da família real e da Corte portuguesa em 1820, pressionado pela revolução do Porto, o Grão-Pará foi a primeira província a aderir a esse movimento que tinha entre seus princípios o liberalismo, e consequentemente o fim do absolutismo português, e a elaboração de uma Constituição para Portugal, Brasil e Algarves. Nessa ocasião aqui desembarcou Felipe Alberto Patroni, que participou intensamente dos movimentos

ocorridos em Belém a favor dessa revolução. Felipe Patroni se considerava um movimento político local a ser indicado por D. João VI para governar a Província do Grão-Pará.

Na referida província, assim como no restante do país, os grupos partidários que se formaram a favor ou contra o retorno de D. João, aquela que agrupava lideranças como José Bonifácio de Andrada e Silva, no início do processo, era a favor da manutenção do Reino Unido a Portugal, somente a partir de ações das Cortes portuguesas querendo anular atos de D. João VI que davam autonomia ao Brasil e que haviam rompido sua condição de Colônia, especialmente a partir de 1815, quando de fato foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves é que passaram a se posicionar a favor da independência, tendo como figura catalisadora o príncipe Regente D. Pedro, que aqui ficara, governando o território brasileiro.

Os grupos opositor ao projeto de independência, no entanto, reconheceram a autoridade de Pedro I como Imperador do Brasil: Bahia, Maranhão, Piauí, Pará e a Província Cisplatina (mais tarde independente com o nome de Uruguai) foram os focos de luta e para enfrentar as chamadas guerras da independência, foram contratados pelo governo do Império brasileiro oficiais estrangeiros para chefiar as tropas brasileiras contra esses grupos que eram na sua maioria portugueses e os simpatizantes da manutenção do domínio português.

No Pará, enquanto o Brasil

já estava independente, eram presos e enviados para Lisboa para serem julgados por independência, dentre eles o de 14 de abril de 1823.

A adesão em si, ou seja, o reconhecimento da separação do Brasil de Portugal pelas autoridades locais, ocorreu na província, e pelos segmentos que eram hegemônicos nos aspectos socioeconômicos, foi relativamente pacífica, um blefe criado pelo oficial John Grenfell, de que uma grande esquadra estava além do canal e que ele havia entrado na baía do Guajará com apenas uma embarcação, mas caso a Junta Governativa não assinasse o documento de acatamento a autoridade de Pedro I ele daria um sinal e começaria o bombardeio a cidade. Sua chegada é registrada no dia 11 e a assinatura da ata se dá dias depois, em 16 de agosto de 1823. No entanto, em razão de outros documentos existentes antes da descoberta da ata que traz a referida data, as comemorações se davam no dia 15 e esta data foi instituída como feriado estadual a partir de 1996, através da Lei 5.999, através de uma proposição do então deputado Zenóvelso, e é mantida até hoje, mesmo após a descoberta da nova documentação.

As atrocidades que se seguem na tragédia do Brigue Palhaço, embarcação pequena ancorada no porto de Belém que serviu de prisão para mais de 200 pessoas, presas aleatoriamente nos seus porões após as manifestações de rua ocorridas em outubro de 1823, tendo à frente o cônego João Batista Campos, participante de movimentos anteriores pró independência, herdeiro do jornal "O Paraense", criado por Felipe Patroni, que se colocava como porta voz das críticas a

Junta composta por Grenfell, pois mesmo após a adesão à independência, a maioria de seus membros eram portugueses.

Apenas dois presos sobreviveram após a abertura das escotilhas. Mortos por asfixia causada pelo calor e pelo calçamento nos porões da embarcação, Grenfell não respondeu a nenhum processo pelo crime, nas correspondências e relatórios enviados por ele ao governo central sua ação foi um ato de combate ao vandalismo, à anarquia, ao desrespeito à propriedade privada feita por mestiços pobres, gente de má índole. Foi considerada uma ação exemplar pelas autoridades da época. No entanto, a sua memória é quase inexistente na cidade. A história não lhe presta homenagens.

Muitos pesquisadores da história do Pará veem nesse fato a instituição não só da raiz de um movimento revolucionário que eclode 12 anos depois, a Cabanagem, onde tapuios, mulattos, negros, brancos pobres e alguns de melhores condições socioeconômicas irrompem com uma revolução que se estendeu por vários anos, que criou na província, uma identidade de ser cabanagem.

Ser paraense extrapolava o ser brasileiro, pois era viver em um lugar que não tinha ligações maiores com o Estado do Brasil, que construiu uma história peculiar, sua, sem muitas vezes relações maiores com as demais histórias das outras regiões brasileiras, em que modos de falar, comer, se vestir, dançar, rezar, assinalar outras formas dentro da cultura brasileira.

* Professora e pesquisadora de História e Coordenadora do Curso de História da Universidade da Amazônia (Unama)

Matéria nº 66

A5 POLÍTICA

Diário do Pará
SEGUNDA-FEIRA, Belém-PA, 29/09/2014

NEM AÍ PARA A JUSTIÇA

Liberal ignora Justiça eleitoral e divulga pesquisa

Grupo Liberal, que apoia Jatene, publicou pesquisa fraudulenta barrada pela Justiça eleitoral e vai pagar multa de R\$ 2 milhões, podendo chegar a R\$10 mi

DA REDAÇÃO

Estufepato foi o termo usado pelo juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco para definir seu sentimento diante da manobra desfeita pelo grupo Liberal. O Liberal - porta voz do candidato Simão Jatene - ao desrespeitar decisão e publicar pesquisa cujo registro foi negado pelo Tribunal Regional Eleitoral com base em indícios de fraude. A multa por descumprimento da decisão é de R\$ 1 milhão por divulgação. Além do jornal impresso do Grupo Liberal, os dados da pesquisa foram divulgados no portal de notícias do mesmo grupo. O que resulta numa multa de R\$ 1 mi para cada. Além disso, a TV Liberal levou ao ar oito chamadas para a manchete do jornal que mostrava a pesquisa. Se for aplicada o valor da multa de R\$ 1 milhão para cada publicação, a TV Liberal poderia ser multada em R\$ 8 mi por conta deste descumprimento, elevando o total de multas para R\$ 10 milhões. "Não me lembro na história deste Tribunal que uma decisão tenha sido tão solenemente ignorada por um envolvido. O jornal (O Liberal) que divulgou a publicação poderia ter tentado um recurso, um mandato de segurança, um pedido de reconsideração, mas não: Preferiu o confronto; preferiu rasgar a Constituição deste País e fazer de conta que o judiciário não existe", escreveu o juiz nos autos em resposta à indignação. "Não tenho como não me declarar estufepato com o descumprimento da ordem judicial por mim emanada, aviltando o respeito às instituições republicanas e colocando em risco o processo democrático", completou. Tendo os novos descumprimentos judiciais, o juiz acatou pedido de tutela inibitória feito pela coligação "Todos pelo Pará" que tem o ex-prefeito de Ananindeua Helder Barbalho como candidato ao governo. A liminar concedida durante o plantão judiciário ainda no sábado determina a imediata aplicação da multa pela publicação da pesquisa. Além disso, o juiz determinou que os veículos do Grupo Liberal (TV, jornal e portal) veiculassem a mensagem de que a pesquisa do Ibope foi impugnada. O objetivo dessa medida era minimizar os danos provocados pela publicação.

INVESTIGAÇÃO
Por fim, o juiz enviou o caso ao Ministério Público Eleitoral para que investigasse o abuso de poder econômico do grupo que decidiu pagar a multa milionária e ainda distribuiu gratuitamente exemplares do jornal com a pesquisa fraudulenta.

Na noite da última sexta-feira o juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco concedeu liminar suspendendo a divulgação da pesquisa Ibope contratada pelo jornal e TV Liberal.

A direção do jornal, contudo, apelou para uma manobra inédita e criminosa, e antecipou a edição de domingo para a sexta-feira à noite, alegando suposta "manutenção do parque gráfico". É a boa-fé do editor que está em jogo e isto é de fundamental importância no processo democrático. Em pesquisa anterior, noticiamos os autos, a incorrigência na coleta de dados. Tal fato está sendo apurado na esfera colegiada. Afirmou o Castelo Branco na liminar referindo-se à pesquisa anterior do Ibope e ressaltando o dano irreparável ao eleitor caso a pesquisa fosse divulgada.

Embora insuportável, a prática seria apenas mais um expediente ilegal das ORM na tentativa de dar uma força em seu maior cliente, assumindo o risco de pagar R\$ 2 milhões pela publicação de uma pesquisa repleta de irregularidades. A edição cassada de O Liberal, sob a alegação de que seu parque gráfico estaria em manutenção no final de semana, sou mais estranha quando no domingo circulou na Grande Belém o seu filhote, o jornal Amazônia, curiosamente rodado na mesma grafia que estaria em manutenção, o que só confirma a manobra desesperada de publicar a qualquer custo a pesquisa Ibope, mandando os veículos a qualquer preço de boca de caixa jornalística, num claro desrespeito à Justiça eleitoral.

Não me lembro na história deste Tribunal que uma decisão tenha sido tão solenemente ignorada por um envolvido

Marco Antonio Lobo Castelo Branco, juiz eleitoral



Jornal é distribuído de graça no estado

da REDAÇÃO

O DIÁRIO teve acesso a uma foto que comprova o uso eleitoral da pesquisa fraudulenta divulgada pelo jornal Liberal. A imagem mostra o interior de um jatinho com centenas de milhares de exemplares do primeiro caderno do jornal que circulou desde a madrugada de sábado com a pesquisa que havia sido proibida pela Justiça. É possível ver na imagem a cabine do avião entupida de exemplares que foram distribuídos por diversas cidades do interior do estado nas regiões sul, sudeste e no

Baio Amazonas gratuitamente. Numa clara tentativa de influir eleitores em favor da candidatura apoiada por esse grupo de comunicação. Os exemplares seriam distribuídos no interior do estado gratuitamente, com o objetivo único de espalhar nos eleitores a notícia encampada pelo grupo de comunicação aliado do governador sobre a pesquisa favorecendo o candidato por eles apoiado. Além disso, o jornal foi distribuído nas portarias dos prédios de Belém e em vários pontos da cidade desde a madrugada de sábado.

AGENDA DOS CANDIDATOS

- ÉLTON BRAGA (PRTB)**
Manhã: Gravação de programa para o Horário Eleitoral Gratuito.
Tarde: Panfletagem pelo terminal rodoviário e portos de Belém.
Noite: Panfletagem na frente de faculdades e escolas de Belém e Ananindeua.
- HELDER BARBALHO (PMDB)**
Manhã: Participa de caminhada no bairro da Cabanagem.
Tarde: Participa de seminário do jornal Valor Econômico, com palestra do candidato sobre o tema "O Futuro do Pará".
Noite: Participa de reunião com lideranças da coligação Todos Pelo Pará.
- MARCO ANTONIO (PCB)**
- Não divulgou a agenda.
- MARCO CARREIRA (PSOL)**
Manhã: Caminhada na Feira da 25.
Noite: Participa de uma caminhada no bairro da Terra Firme a partir das 16h.
- SIMÃO JATENE (PSDB)**
Manhã: Às 9h, concede entrevista a uma emissora de rádio.
Tarde: Entrevista ao jornal Valor Econômico com participação de empresários, na Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa).
Noite: Gravação para o horário eleitoral obrigatório.
- ZÉ CARLOS (PV)**
Manhã: Participa de reunião com lideranças na Ilhabela Combu.
Tarde: Às 15h, reunião com a coordenação de campanha.

Pesquisa tem indícios de fraude

DA REDAÇÃO

A decisão liminar foi tomada em ação impetrada pela advogada Angela Serra Sales que pediu a impugnação do registro da pesquisa por haver claros indícios de fraude. Um dos problemas era a omissão de dados importantes como, por exemplo, o detalhamento de bairros e municípios pesquisados. No material enviado ao TRE junto com o pedido de registro o Ibope informa apenas que "não há arquivo para detalhamento de bairros/municípios". O problema chamou a atenção porque pesquisa anterior do instituto já estava sob suspeita justamente por problemas na definição do plano amostral. Na pesquisa registrada em 9 de setembro, o Ibope informou que pesquisaria 44 municípios, mas ouviu eleitores em apenas 17. Grandes colégios eleitorais como Marabá e Altamira, que estavam na listagem entregue ao Tribunal não foram pesquisados.

Além disso, o Ibope não respeitou a proporção em relação ao número de eleitores. Com 384 mil votantes, Salinópolis teve 112 questionários aplicados. Em Santarém, que tem 201,9 mil eleitores, foram apenas 86 questionários.

IBOPE NO PARÁ

PASSADO SOB SUSPEITA

Não é a primeira vez que uma pesquisa duvidosa, sem credibilidade e métodos claramente incorretos é apresentada pelo Ibope e realizada a pedido do Grupo Liberal. Em 2008, a candidata Valéria Pires Franco, que nem ao menos chegou ao segundo turno do pleito daquele ano, era apontada como a líder na disputa pela prefeitura de Belém, em uma das pesquisas mais fraudulentas já apresentadas em Pará. Após a apuração, verificou-se que a candidata ficou em quarto lugar, perdendo para Dacionom Costa (PTB), José Prante (PMDB) e Mário Cardoso (PT). Em 2006, o Ibope também cometeu erros no Estado. Na disputa ao governo, o Instituto apontava Ana Júlia (PT) com 30% das intenções de voto contra o então governador Gabriel (PSDB). Ana Júlia foi para o segundo turno com 37% e acabou vencendo o "Favorito" do Ibope, Almir Gabriel.

Eleitor que viajar deve justificar ausência

Pfaltando uma semana para o 13º Turno das Eleições, quem precisar viajar ou já estiver fora do seu domicílio eleitoral deve ficar atento ao procedimento para justificar sua ausência.

A falta pode ser justificada em qualquer seção eleitoral. Para isso, é necessário apresentar um documento com foto e o formulário de justificativa eleitoral.

Quem estiver fora do Brasil terá 30 dias a partir da data em que retornar ao país para formular o requerimento de justificativa pela ausência às urnas ao juiz da zona eleitoral a qual está inscrito ou em qualquer cartório eleitoral.

TM | Ç Õ E S
http://migre.me/TXwBS

Com o seu celular, acesse o site <http://migre.me/TXwBS> e faça o download do leitor. Abra o aplicativo e fotografe (scan) o QRcode acima.

Matéria nº 67

A4 POLÍTICADiário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 28/09/2014

PESQUISA INSTITUTO IVEIGA

Pesquisa aponta vitória de Helder no 1Q turno

Quarta rodada de pesquisas confirma a liderança de Helder sobre Jatene. Diferença agora é de 4,3 pontos na estimulada para o candidato do PMDB ao governo do estado



DA REDAÇÃO

ELGGÕES
vantagem do candidato Helder Barbalho sobre seu oponente Simão Jatene, na disputa pelo governo do Pará, se mantém a uma semana da eleição, segundo revela a nova pesquisa do IVEIGA Consultoria e Pesquisa Ltda.

Caso a eleição fosse hoje, na pesquisa espontânea, Helder teria 38,7% dos votos, enquanto Jatene, 34%. Uma diferença de 4,7 pontos percentuais. Na pesquisa estimulada, o resultado foi de 42,9% para Helder e 38,6% para Jatene, com diferença de 4,3 pontos a favor do candidato do PMDB.

A projeção, tanto na espontânea quanto na estimulada, dá a vitória a Helder ainda no primeiro turno, já que a soma das intenções de voto dos outros concorrentes ao governo não cobre a diferença de Helder para Jatene. Em um segundo turno entre Helder e Jatene, o resultado aponta 42,6% para o peemedebista, e 39,4% para o candidato do PSDB.

A pesquisa do IVEIGA foi realizada entre os dias 22 e 26 de setembro, com 1.200 eleitores de 36 municípios paraenses, com intervalo de confiança de 95% e sferição proporcional ao número de eleitores por local de votação, agrupados por distritos administrativos e bairros. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. Para governador, deputados e senadores, a pesquisa no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) tem o número PA-00034/2014.

Os números dos demais candidatos, na pesquisa espontânea, foram os seguintes: Elton Braga, 0,3%;

Marco Antonio, 0,1%; Marco Carrera, 0,3%; e Zé Carlos, 0,3%. Os votos brancos e nulos somaram 6,1%, enquanto 19,8% dos eleitores não souberam ou não quiseram opinar sobre suas preferências. O nome do candidato Marco Antonio (PCB) aparece na pesquisa, porque ele ainda estava na disputa, o qual já não acontece por decisão da Justiça Eleitoral. O candidato ainda aguarda o resultado de um recurso para retornar à disputa.

O resultado da pesquisa estimulada aponta o seguinte resultado para os demais candidatos: Elton Braga, 0,4%; Marco Antonio, 0,1%; Marco Carrera, 0,5%; e Zé Carlos, 1,2%. Brancos e nulos, 2,3%. Os que não souberam ou não opinaram, 11,1%. Para o Senado, aumentou a vantagem do candidato Paulo Rocha (PT) sobre os demais concorrentes. Rocha aparece com 21,8%, Douglas Costa com 13%, Jefferson Lima, e 12,4% de Márcio Couto. O candidato Duciomar Costa tem 3,2%, e Helenilson Pontes, 2,5%. Os outros candidatos não alcançaram 1%, individualmente. Votos brancos e nulos, 7,2%; não souberam ou não quiseram opinar, 37,4%.

QUEM É

PERFIL DO PESQUISADOR

Professor de ciência política da Universidade Federal do Pará, onde também são oriundos os pesquisadores que com ele há anos trabalham em sferições de intenção de votos, além de especialista em resultados de eleições, o diretor Eda Veiga explica que nas últimas disputas estaduais, para o governo e prefeitura de Belém, o índice de acerto foi total. Veiga observa que "com nossos números, que a Jéllia ia perder a eleição, assim como acertamos na eleição do prefeito Zenaldo Continho".

1 AGENDA DOS CANDIDATOS



HELDER BARBALHO (PMDB)
Manhã: Carreta em Belém (9h);
Tarde: Carreta e comício em Canetá (17h).



SIMÃO JATENE (PSDB)
Manhã: Carreta em Belém.



MARCO ANTÔNIO (PCB)
- Não divulgou agenda.



ÉLTON BRAGA (PRB)
- Não tem compromissos de campanha.



ZÉ CARLOS (PV)
Manhã: Carreta em Belém (9h)

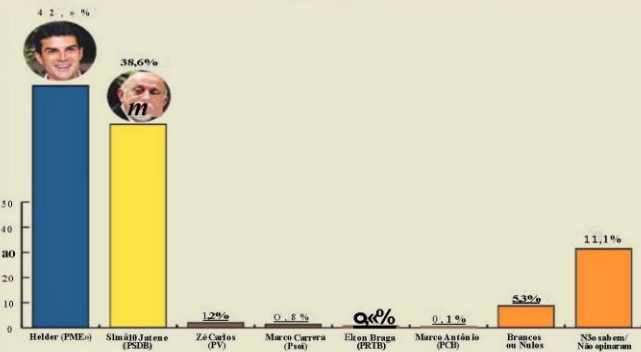


MARCO CARRERA (PSOL)
- Não divulgou agenda.

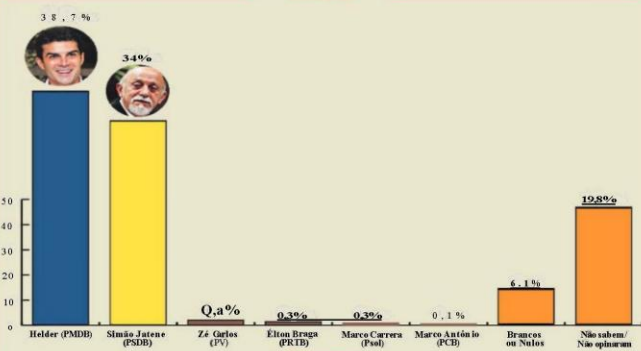
CONFIRA OS NÚMEROS DA PESQUISA FEITA PELA IVEIGA

PARA GOVERNADOR:

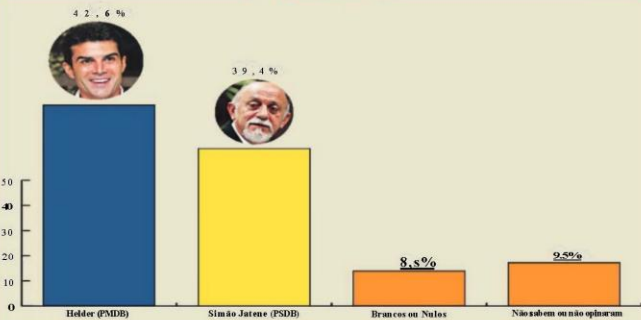
ESTIMULADA



ESPONTÂNEA

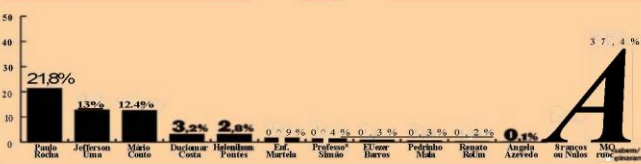


SEGUNDOTURNO



PARA SENADOR:

SENADOR



Fonte: IVEIGA Consultoria e Pesquisa - Pesquisa realizada entre os dias 22 a 26 de setembro de 2014 com 1.200 eleitores. Registro no TRE/PA, PA-00034/2014 - Governador, Deputado, Senador.

EDITORA DE ARTE: FALCÃO/OLIVEIRA - DESIGN: GUSTAVO

Matéria nº 68

A12 PARÁDiário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 28/09/2014

IZABELA JATENE: "BUSCAR UM DINHEIRINHO DELES"

CPI do caso Izabela Jatene já tem nove adesões

Requerimento pede uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar escândalo do grampo onde Izabela Jatene e Nilo Noronha acertam repasse de dados de 300 maiores empresas paraenses com objetivo de "buscar dinheirinho um dinheirinho deles".

DA REDAÇÃO

Já chegaram a nove o número de assinaturas ao requerimento que pede a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar os crimes que podem ter sido cometidos pelo filho do governador e pelo subsecretário da Secretaria da Fazenda do Estado. A denúncia que levou o deputado petista Carlos Bordalo a pedir a abertura de CPI foi divulgada pelo DIÁRIO no último domingo, 21, quando revelou o áudio de um grampo telefônico feito pela Polícia Civil com autorização judicial, e queixou uma conversa entre Izabela Jatene, filha do governador Simão Jatene, e o subsecretário de Estado da Fazenda, Nilo Noronha. Na gravação, Izabela Jatene pede para que Nilo envie, para o seu e-mail pessoal (izabela.jatene@gmail.com), a lista das maiores 300 empresas do Estado. Com uma intimidade incomum para o assunto tratado, Izabela ainda justifica que a lista seria para "buscar esse dinheirinho deles" (veja integral

da conversa nesta página e ouça o áudio 100% no portal Diário Online. DOL).

ADESÕES

Bordalo apresentou o requerimento na terça-feira, dia 23, e no mesmo dia, apesar de poucas presenças no plenário - apenas 17 registros no painel eletrônico, quando a AL conta com 41 deputados -, conseguiu oito assinaturas das 14 necessárias para a instalação da CPI. Na sexta-feira, mais um deputado aderiu ao pedido para investigar o escândalo.

Desta vez foi o deputado Simão Morgado, do PMDB. Antes dele, assinaram Nilma Lima e Chico do mesmo partido; Edmilson Rodrigues, do PSOL; Nélcio Aguiar, do DEM; Chico da Pesca, do PROS; Bernadete Ten Caten, Waldir Ganzer e o próprio Bordalo, todos do PT. A expectativa deste último é de coletar as assinaturas restantes para dar entrada no processo de instalação da CPI.

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Na mesma data, Edmilson Rodrigues protocolou junto ao Ministério Público Estadual um pedido para que a denúncia seja investigada também pela promotoria, mas até sexta-feira, três dias após o protocolo, não havia ainda promotor designado para investigar o caso. No documento, Edmilson reforça a importância de investigar a possibilidade de tráfico de influência na Sef, mencionando ainda outra denúncia feita pelo DIÁRIO, igualmente grave: a de que o Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará teria ordenado que o áudio da gravação original, feito em 2011, fosse apagado para proteger Izabela. Há quatro dias a reportagem pede posicionamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Segup) sobre o assunto, mas o que impera no órgão é a lei do silêncio determinada pela alta cúpula do governo.

LAUDO DE PERÍCIA ATESTOU VERICIDADE DO ÁUDIO

AUTENTICIDADE COMPROVADA

No último dia 19 de setembro o renomado Laboratório de Perícias Molina, de Campinas (SP), capitaneado pelo especialista Ricardo Molina de Figueiredo, emitiu laudo técnico sobre o áudio de telefonema grampado pela Polícia Civil. Os exames atestaram que não há indícios de fraude ou manipulação do material e também que as vozes da gravação são mesmo as de Izabela Jatene e Nilo Noronha.



Molina: perito técnico do laboratório de perícias de Campinas comprovou a autenticidade da gravação

LABORATÓRIO DE PERÍCIAS

Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo

V.D. EXAME DE AUTENTICIDADE

Não foi encontrado, ao longo da gravação periciada, nenhum indicio de manipulação fraudulenta, podendo a mesma ser considerada autêntica para todos os fins periciais.



V.D. CONCLUSÕES

- A voz feminina presente na conversação questionada é, acima de qualquer dúvida, razoável, a mesma voz de **IZABELA JATENE**, de acordo com os confrontos efetuados com
- Todos os aspectos examinados apontam consistentemente para a identidade entre a voz masculina questionada e a voz de **NILIO NORONHA**, de acordo com os confrontos

Campinas, 19 de setembro de 2014

Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo

Illegalidade: perícia realizada em Campinas comprova diálogo ao telefone onde Izabela Jatene e Nilo Noronha se acertam repasse de dados de empresas

A EXPLICAR

OPERAÇÕES SABER:

- Por que o subsecretário Nilo Noronha aceitou enviar a lista das 300 maiores empresas do Pará ao e-mail pessoal de Izabela Jatene, atropelando a ética e a imparcialidade que devem pautar a administração pública?
- A lista foi enviada para o e-mail pessoal de Izabela?
- Quais as empresas foram procuradas por Izabela na busca pelo "dinheirinho deles"?
- Se Izabela queria "buscar um dinheirinho" dessas empresas para o Propaz, por que não procurou oficialmente essas empresas?
- Se Izabela Jatene recebeu algum "dinheirinho" dessas empresas para o Propaz, onde essa quantia foi parar?
- Izabela Jatene prestou contas do "dinheirinho" que foi buscar com as empresas?
- Alguma vez o Tribunal de Contas do Pará fiscalizou as contas do Propaz?
- Por que a gravação entre Izabela Jatene e Nilo Noronha sumiu do inquérito policial?
- Por que a polícia não informou ao Ministério Público que havia indícios do cometimento de crime de quebra de sigilo fiscal, concussão (quando um agente público obtém vantagens através de ameaças) ou corrupção passiva (quando um agente público obtém vantagens para si ou para outros)?
- O que Ricardo Souza, marido de Izabela Jatene, fazia na sala de Nilo Noronha quando ela ligou para pedir a lista das empresas? Ou seria um homônimo dele?

Outro pedido, do deputado Edmilson Rodrigues (PSOL) foi protocolado para que a denúncia seja investigada também pelo MPE.

Grampo com autorização judicial revolveu o escândalo

O diálogo entre Izabela Jatene e o subsecretário da Sef, Nilo Noronha, foi divulgado quando a Polícia Civil investigava um caso de sequestro de um empresário em Mico do Rio, em 2011.

O gerente de uma fazenda de Nilo Noronha estaria envolvido no caso. Com telefone grampado, o gerente ligou para o patrão (Nilo), que acabou tendo também seu celular monitorado: a polícia não sabia de quem se tratava. Só soube quando captou a

conversa dele com Izabela Jatene, na qual ela pede a lista das 300 maiores empresas do Pará "para ir buscar um dinheirinho deles".

Conforme adiantou o DIÁRIO na sua edição de domingo, 21 de setembro, uma "operação abafa" foi montada

para sumir com a transcrição do inquérito e apagar a gravação. Uma cópia do áudio, porém, foi preservada e entregue ao DIÁRIO.

Na terça, o DIÁRIO publicou o resultado do laboratório de perícia que atesta a veracidade da gravação (ver box).

O MARIDO DE IZABELA

A pergunta que merece explicações é quanto a presença do marido de Izabela na sala de subsecretário da Fazenda no momento em que o filho do governador pede a lista das 300 maiores empresas do Estado. O que fazia Ricardo Souza na Secretaria da Fazenda? Por que marido e mulher tinham tanto contato com o subsecretário da fazenda?

POJUCAN TAVARES
R O V C R > C I R C I R S / A

Servidores Públicos Civis e Militares, ex-Combatentes, Temporários, Pensionistas, Aposentados, Concursos, Inventários, Distribuidores (GLP, Bebidas, etc.), Representantes Comerciais.

pojucanadvocacia@gmail.com
(091) 3222-3165 e 3222-6163
Escritório: Rua Angelo Custódio nº 198 - Cidade Velha

RANKING DA FOLHA DE SÃO PAULO

Faculdades do Pará - Área da saúde.

- BIOMEDICINA 1º Lugar-FIBRA
- ENFERMAGEM 1º Lugar-FIBRA
- FARMÁCIA 1º Lugar-FIBRA

É INCONTESTÁVEL 1

FIBRA
FACULDADE INTEGRADA BRASIL AMAZÔNIA

Uma Questão de Qualidade

A Melhor Faculdade do Pará.
Liderança confirmada pela Folha de São Paulo.

Inscrições Abertas- VESTIBULAR 2015.

- | | | |
|--|----------------|-----------|
| BIOMEDICINA | ADMINISTRAÇÃO | GEOGRAFIA |
| ENFERMAGEM | DIREITO | HISTÓRIA |
| FARMÁCIA | GESTÃO DE RH | LETRAS |
| NUTRIÇÃO | SERVIÇO SOCIAL | PEDAGOGIA |
| TRADUTOR E INTÉRPRETE (PORTUGUÊS INGLÊS) | | |

www.fibrapara.edu.br • Gentil, 1144 • 3266-3110

Matéria nº 69



Fale com a redação (91) 3084 0126

Núcleo do Pará

POLÍCIA

5

Belém-PA, 26/09/2014



SALVE-SE QUEM PUDE! ASSALTANTES NO CENTRO E NA PERIFERIA

ONDA DE ASSALTOS EM BELÉM E NO INTERIOR DO PARÁ É UMA PRAGA FORA DE CONTROLE

THAMYRES NICOLAU

Os assaltos no centro de Belém têm se tornado constantes e ação dos bandidos acontece a qualquer hora do dia. No último

domingo, 14, uma família foi vítima de três assaltantes quando chegava ao prédio onde mora, por volta das 19h, localizado na travessa João Balbi, no bairro Umarizal, área nobre da cidade.

Ao estacionar o veículo em frente a um edifício, uma mulher desceu do banco do passageiro e abriu a porta de trás para a filha descer, uma criança de aproximadamente 10 anos. Em seguida, **três homens arma-**

dos abordaram a família. Um deles entrou pela porta traseira, o outro assumiu o volante do carro e o terceiro rendeu mãe e filha, tentando levar as duas de volta para o veículo. A tentativa em levar mãe e filha acabou sendo frustrada e as duas conseguiram escapar. Na fuga, os três assaltantes ainda bateram um carro que estava estacionado atrás do veículo da família. Nervosos, pai, mãe e filha correram pela rua sem saber o que

fazer e depois entram no prédio, como foi registrado pelas câmeras de segurança do local. Nenhum suspeito foi identificado.

CANUDOS

Já nesta terça-feira, 23, às 8h, mãe e filha foram vítimas de dois homens quando elas chegavam em uma moto na frente de uma escola, localizada na travessa Nina Ribeiro, no bairro de Canudos. As câmeras

de segurança também registraram o momento em que as duas vítimas chegaram ao local e a mulher estacionou o veículo para a criança descer e entrar na escola. Logo depois, dois homens também em uma moto se aproximaram e ameaçaram a mulher com uma arma. Assustada, ela deixou a moto cair no chão e em seguida correu com a filha para a escola. O veículo **foi roubado** e **ninguém** foi preso.

CONFLITO NA FAZENDA 'GAÚCHA'

Parada cardíaca mata segundo sem-terra

AGNALDO RIBEIRO DE QUEIROZ TAMBÉM FOI BALEADO EM CONFLITO E ACABOU MORRENDO NA MADRUGADA DE ONTEM

EDINALDO SOUSA
De Marabá

Na manhã desta quinta-feira (25), o Instituto Médico Legal de Marabá foi informado a respeito da morte do trabalhador rural Agnaldo Ribeiro de Queiroz, 47 anos. Ele foi baleado durante refrega que aconteceu na fazenda Gaúcha, em Bom Jesus do Tocantins, sudeste paraense, no último dia 22 de setembro, e estava internado no Hospital Re-

gional Público do Sudeste, onde sofreu parada cardíaca na madrugada. A equipe médica fez todos os procedimentos de reanimação das 5h30 até por volta das 6h10, mas o paciente não respondeu e faleceu de parada cardiorrespiratória.

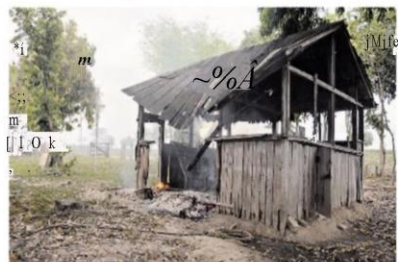
Quando ao conflito, morreu com um tiro, o sem-terra Jair Cleber Alves dos Santos, 50. Outros três sem-terra foram baleados: Daniel Silva, Mateus Sousa Oliveira, que segue internado no Hospital Municipal de Marabá, e Antônio Alves, o "Antônio Buchudo". Aparentemente não correm risco de morte.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura, regional Sudeste, alega que a propriedade é terra da União e que o Incra de Mara-

bá peticionou na Justiça Federal de Marabá, ação civil pública que tramita na 2ª Vara Federal da Justiça, desde 2010 e que visa a desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Contudo, até o fechamento desta edição a Justiça ainda não tinha decidido a respeito do processo.

Enquanto aguardam um desfecho da ação, os sem-terra ocupavam a frente da fazenda desde 2008, mas nos últimos quatro anos se estabeleceram em lotes de oito alqueires e atualmente residem 493 famílias.

Durante esta convivência entre funcionários da fazenda e sem-terra ocorreram vários atritos, notadamente com o gerente da fazenda, Reginaldo Aparecido Augusto, o "Neném", acusado de



Algumas dependências da fazenda foram destruídas após o confronto

ter matado o sem-terra Jair Cleber. Ele está foragido.

ESTOPIM

O estopim para a contenda que aconteceu na fazenda Gaúcha, segundo a Fetagri, foi uma tentativa frustrada dos sem-

terra de passar com um trator na fazenda para abrir uma estrada vicinal. "Neném" teria se aborrecido e não permitido que os sem-terra passassem e estacionou um carro no meio da estrada. Após discussão, "Neném" teria sacado a arma e feito os disparos.

Matéria nº 70

Diário do Pará
QUINTA-FEIRA, Belém, PA, 19/09/2014

CAOS NA SAÚDE

Delegados obrigam Hospital Regional a atender idosa

Maria do Socorro
teve atendimento
negado na portaria
do Hospital
Regional de
RedençãoDINHO SANTOS
Da Redação

A ação dos delegados Igor Cangussu Leal e Thiago, da Delegacia de Polícia Civil de Redenção, ajudou na internação de uma paciente de Ourilândia do Norte, sudeste paraense, no Hospital Público Regional do Araguaia, localizado em Redenção. Antes, a senhora, de 62 anos, **teve o atendimento negado** na portaria do maior hospital de referência do sul do Pará.

Familiares da paciente resolveram se deslocar com ela para Redenção, após ela aguardar vários dias na fila de espera pela liberação de um leito, através do sistema de regulação do hospital.

A idosa, que é diabética, sofrendo fortes dores no corpo e apresentando vários outros problemas de saúde, foi conduzida por familiares. Eles não viram alternativa a não ser procurar interná-la no Hospital Regional, mesmo sem a paciente ter sido chamada pela regulação.



Idosa recebeu os primeiros atendimentos em uma ambulância na portaria da delegacia da cidade

Na tarde do último domingo (14), os familiares da idosa foram em busca de atendimento no HPRA, mas, **foram barrados na portaria** por funcionários da unidade de saúde, que informaram que não seria possível a internação ou consulta da anciã se não fosse através do sistema de regulação.

O sofrimento da paciente **foi parar na porta da delegacia** de Polícia Civil de Redenção, onde os familiares relataram aos delegados Igor e Thiago, que a anciã precisava urgente-

mente de um atendimento médico. O calvário de Dona Maria do Socorro findou depois que os delegados acionaram uma ambulância do Samu, e solicitaram que os paramédicos realizassem um procedimento de primeiros socorros ali mesmo no pátio da delegacia.

Após um exame prévio, os paramédicos constataram que a paciente necessitava de internação. Dona Maria do Socorro foi encaminhada para o Hospital Municipal Iraci Ribeiro, onde passou por uma avaliação médica e logo depois foi

internada no Hospital Regional de Redenção. A reportagem fez contato, à noite, com a assessora da Secretaria de Estado de Saúde (Secsa), mas até o fechamento não houve retorno.

RESUMO

CONSTITUIÇÃO

De acordo com o delegado Igor, a ação simplesmente foi para garantir um dos direitos constitucionais que estão contidos na Constituição Federal.

CINTIA MAGNO

A espera de atendimento de cerca de 6h, Reginaldo Fernandes só foi informado sobre a impossibilidade de dar entrada no segundo emprego por volta de 19h. Um dos que aguardavam por uma resolução para o problema que impediu que o atendimento na Casa do Trabalhador Metropolitana, em Ananindeua, onde funciona o Sistema Nacional de Emprego (Sine), o rapa e foi obrigado a retornar para casa pela terceira vez sem resolver o impasse. "Não deram uma posição pra gente. Fiquei aqui esperando e agora que fui saber que estava fora do ar".

Com a sala de atendimento lotada de pessoas em busca do serviço, a administração do Sine de Ananindeua informou apenas que a internet estava fora do ar em decorrência de um problema com a fibra ótica da Embratel e que o atendimento estaria parado por esse motivo desde as 10h de terça-feira tanto em Belém, como em Ananindeua.

Ainda à espera já por volta de 10h de ontem, mesmo tendo chegado ao local por volta de 7h30, Mayara Cássia Silva reclama da demora para resolução do problema. "Só quando chegou a informação que não vai dar pra atender todo mundo", afirmou. "Vão tentar reagen-

dar o atendimento de todo mundo, mas isso já tá um tempo pra resolver e não resolvem".

INTERNET

Com falhas de funcionamento desde a tarde de terça-feira, a internet também causou problemas no atendimento em outros órgãos públicos em Belém. Durante a manhã de ontem, um papel afixado na recepção do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) anunciava: "sistema fora do ar".

A ausência de sinal também causou problemas nos comércios que utilizam a rede da Embratel para efetuar vendas no cartão de crédito. Responsável pelo recebimento do pagamento em uma padaria localizada no bairro do Marco, Andréia dos Passos só conseguiu receber pagamento em uma única vez durante toda a manhã. "Eu só consegui passar uma vez. Deu sinal, mas rápido foi embora", contabiliza. "A gente fica no prejuízo porque o cliente vem para fazer o pagamento no cartão e não consegue. Umas dez pessoas já vieram tentar pagar no cartão e não conseguiram".

A reportagem tentou contato com a Embratel, mas não conseguiu.

COMENTE ESTA NOTÍCIA NO DOLO
www.diariopara.com.br

Conforto, comodidade e segurança na hora de adquirir o seu plano de saúde.

#esseéopiano

Plano a partir de R\$ 157,31

Unimed Belém 33 ANOS

Adquira seu plano. Estação Saúde Reduto. Mais perto de você, sempre com a Rui Barbosa. Fone: 4111-5926

Matéria nº 71

Diário do Pará
TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 16/09/2014

NEPOTISMO NO ESTADO

QUEM SÃO E ONDE ESTÃO LOTADOS OS PARENTES E AGREGADOS DE SIMÃO JATENE:

Parentes e agregados de Jatene somam mais de R\$ 12 mil reais por mês em salários, ou mais de R\$ 12 milhões por ano, ou mais de 4,5 milhões de reais por dia de hoje. Em alguns casos eles praticam o "nepotismo cruzado", ou seja, o Governo do Estado contrata um parente de Simão Jatene, a Prefeitura de Belém contrata um parente de Jatene.

ROSA MARIA CHAVES DA CUNHA
Cunhada de Simão Jatene, arquiteta e atual presidente da Companhia de Desenvolvimento de Belém.

ALBERTO UMA DA SILVA JATENE
Agregado, filho de Simão Jatene, que é assessor jurídico do Ministério Público do Tribunal de Contas do Município, e recebe salário superior a R\$ 15 mil.

SIMÃO TOMAZ JATENE SOUZA
Além de ter quase o mesmo nome, é sobrinho do governador Simão Jatene. Ele é assistente parlamentar do senador do PSDB Fernando Fletner Ribeiro. Por outro lado, segundo a Associação Fletner Filho, filho do agora governador, foi nomeado para cargo de assessor especial do governador Simão Jatene.



LUCIANA LOPES LABAD JATENE
É nora de Simão Jatene, casada com Alberto. Ela é coordenadora do gabinete do desembargador Claudio Montalvão, no Tribunal de Justiça do Pará. O cargo não exige concurso público.

HELENA JATENE
Ex-mulher de Simão Jatene, é presidente da Fundação Cultural de Belém, a Fumbel, órgão da Prefeitura de Belém, com salário acima de R\$ 15 mil. Recentemente Zenaldo Coutinho desafiou Jatene o principal assento no Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural, reativado pelo Decreto nº 79.981-PMB de 16/06/2014.

IZABELA JATENE DE SOUZA
Filha de Simão Jatene, há 04 (quatro) anos é coordenadora de projetos do Governo do Estado, o Pro Paz, que se transformou em alvo de inúmeras denúncias de irregularidades. No 1º mandato o PSDB fez uma série de reportagens mostrando documentos que eram indevidamente regularizados na gestão do Pro Paz. As reportagens apontavam para má formulação e planejamento de execução do programa.

RICARDO AUGUSTO GARCIA DE SOUZA
Militante de Jatene, portanto, genitor do governador do Pará. Ele é chefe de gabinete do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.

ANDRÉ LUIZ CUNHA DE ALMEIDA
Tenente-coronel da Polícia Militar do Pará e atual chefe de gabinete de Simão Jatene. Ele assumiu o cargo de coordenação da Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIP).

Jatene é denunciado por nepotismo no governo

Jornal Folha de São Paulo, MPF e associação denunciaram Jatene por nepotismo. Parentes e agregados receberam mais de 4 milhões e meio de reais no atual governo

LUÍZA MELLO
de Brasília

O Governo do Estado do Pará funciona, há quatro anos, como uma "grande família", segundo matéria publicada pela Folha de São Paulo e confirmada pela Associação dos Concursados do Pará - Ascompa. A matéria mostra que trabalham há quase quatro anos na administração direta do Governo e em órgãos da gestão pública estadual e do município de Belém, filho, nora, mulher, ex-mulher, filha, genro, cunhado, primo e sobrinho do governador Simão Jatene. Em 2011, Firmiano Matos, à época promotor de direitos constitucionais fundamentais, cobrou do atual governador o fim do nepotismo previsto no decreto 6.906/2009.

Revolto com a situação de emprego e nepotismo que prevalece no Governo do Estado do Pará, representantes da Associação dos Concursados do Pará - Ascompa - fizeram um levantamento dos parentes e agregados de Jatene, cujos salários somam mais de 100 mil reais por mês, ou mais de R\$ 12 milhão por ano, ou mais de 4,5 milhões de reais por dia de hoje.

Várias foram as tentativas da Ascompa de "protocolar ação para denunciar esta situação. De acordo com Virgílio Moura, presidente em exercício da Associação, o objetivo é tomar como base a Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe o nepotismo nas três esferas do Poder público de-

nunciando não só o governador do Estado, Simão Jatene, como também o atual prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, ambos do PSDB que mantêm familiares nos "vamos estadual e municipal. Zenaldo mantém Augusto Coutinho, seu irmão, como secretário de Administração de Belém.

Em alguns casos eles praticam o "nepotismo cruzado", ou seja, o Governo do Estado contrata um parente de Zenaldo e a Prefeitura de Belém contrata um parente de Jatene. É o caso de Rosa Maria Chaves da Cunha, cunhada de Simão Jatene, arquiteta e atual presidente da Companhia de Desenvolvimento de Belém.

Um dos casos mais conhecidos é o de Izabela Jatene de Souza, filha de Simão Jatene, que há quase quatro anos é a coordenadora principal programa político do Governo do Estado, o Pro Paz, criado com a justificativa de reduzir os índices de criminalidade no Estado e que se transformou em alvo de primeiras denúncias de irregularidades.

No ano passado o DIÁRIO fez uma série de reportagens mostrando documen-

tos que davam indício destas irregularidades na gestão do Pro Paz. As reportagens apontavam para má formulação e planejamento de concepção do Pro Paz. Uma das irregularidades foi a contratação da empresa Humanitar para prestar serviços médicos nas chamadas "caravanas humanitárias", que pretendia percorrer o estado com a justificativa de prestar atendimento à população, mas que, na verdade, mostrava uma ação eleitoral antecipada.

A Humanitar foi contratada na modalidade de "chamada pública", sem realização de licitação. Apenas a Humanitar se apresentou, o que levanta a suspeita de cartas marcadas para favorecer a. A habilitação foi o Instituto de Olhos Fábio Vieira S/S e somente na especialidade de oftalmologia, conforme foi publicado no Diário Oficial do dia 23 de setembro de 2013. Não havia qualquer registro sobre a empresa Humanitar, pelo menos do Diário Oficial.

Na época da contratação o Governo do Estado do Pará não apresentou documentação sobre o valor da contratação da Humanitar. Somente

em 2012 o Pro Paz, de Izabela Jatene, contratou os mesmos serviços Humanitar em outra ação do Pro Paz. Na época a empresa RPR faturou 24 milhões de reais no ano, uma verdadeira proeza para uma empresa com apenas dois médicos cadastrados.

Outras irregularidades envolvendo empresas favorecidas pelo programa estadual sendo anuladas pelo Ministério Público, mas até hoje nada foi divulgado sobre as investigações.

Helena Jatene, ex-raiz de Simão Jatene e presidente da Fundação Cultural de Belém, a Fumbel, órgão da Prefeitura de Belém, com salário acima de R\$ 15 mil. Recentemente Zenaldo Coutinho deu a Helena Jatene o principal assento no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, reativado pelo Decreto nº 79.981-PMB de 16/06/2014.

RESUMO

CADÊ DENÚNCIAS?
Até hoje nenhum destes casos foi denunciado pelo Ministério Público do Pará.

Nepotismo cruzado é prática comum

A lista de contratações dos familiares, segundo reportagem da Folha de São Paulo e documentada da Ascompa, segue com Alberto Lima da Silva Jatene, advogado, filho de Simão Jatene, que é assessor jurídico do Ministério Público do Estado do Pará (MPCM-PA), e recebe salário superior a R\$ 15 mil. Luciana Lopes Labad Jatene, é nora de Simão Jatene, casada com Alberto. Ela foi coordenadora do gabinete do desembargador Claudio Montalvão, já falecido, no Tribunal de Justiça do Pará. O cargo não exige concurso público.

Esse caso chegou a ser investigado pelo Tribunal de Justiça porque a mulher do mesmo desembargador, Rosa das Neves, também ocupou cargo sem concurso público. Ela era, segundo a Ascompa, assessora especial do governador desde 2011. O processo de investigação acabou sendo arquivado, já que o TPA entendeu que não cabia nepotismo cruzado. Ricardo Augusto Garcia de Souza é marido de Izabela Jatene, portanto, genitor do governador do Pará. Ele é chefe de gabinete do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.

André Luiz Cunha de Almeida é tenente-coronel da Polícia Militar do Pará e também é primo da atual mulher de Simão Jatene, Ana Jatene. Ele assumiu o cargo de coordenação da Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIP). Simão Tomaz Jatene Souza, além de ter quase o mesmo nome, é sobrinho do governador Simão Jatene. Ele é assistente parlamentar do senador do PSDB Fernando Fletner Ribeiro. Por outro lado, segundo a Associação Fletner Filho, filho do senador, Fletner Ribeiro foi nomeado para cargo de assessor especial do governador Simão Jatene.

POLÍTICA A3

RD REPÓRTER DIÁRIO

As agências do Banpará ficaram superlotadas ontem com a abertura da temporada de empréstimos a juros de mercado, que chegaram em torno de 9% ao mês. Mas agora, com a eleição batendo à porta, acompanhada talvez do desespero, o banco decidiu fazer negócio de pai para filho com os devedores: abriu nova linha de crédito com juros de 2,95% a 3% ao mês para que os servidores inadimplentes paguem toda a sua dívida velha e ainda saiam do banco com algum dinheiro no bolso.

Véspera

A corrida às agências do Banpará atravancou o atendimento normal, alongando em horas o tempo de espera nas filas, comuns aos servidores inadimplentes e clientes com rotinas bancárias a cumprir. No Posto da Senador Lemos, maior agência da rede da instituição financeira, caixas pressionados pela demanda extraordinária previam que a temporada dos empréstimos baratos se estenderia por duas semanas, tantos são os servidores arguidos com os descontos consignados nos contracheques. Significa que a bondade feita com dinheiro público acabará às vésperas da eleição.

Festival de lorotas

Causou espanto no Ministério Público Federal o estardalhaço em manchetes do Liberal "anunciando" que o MPF iria investigar suposto "nepotismo" atribuído ao ex-prefeito Helder Barbalho. Os procuradores da República ficaram atônitos ao saber pela mentirosa manchete do jornal dos tucanos. Aliás, se ainda havia alguma dúvida sobre a capacidade fantasiosa do porta-voz do governo Jatene, a pesquisa publicada domingo e a notícia mentirosa de ontem confirmam a conhecida vocação para a farsa.

Patos do Totó

Aliás, a estranheza com a falsa notícia termina lá logo se lê na "reportagem" o nome do autor da proeza ficcional: o famoso Totó do Orly, aquele que todo mês embolsa R\$ 70 mil dos cofres públicos como gorda razão para faltar de Jader, Helder Barbalho e do PMDB e muito bem do impetuoso Simão Jatene.

Carta

Os auditores e fiscais de receita do Estado aprovaram ontem em assembleia-geral carta-compromisso que o Sindifisco entregará aos candidatos a governador. Ela contém propostas corporativas e demandas sociais que o Fisco quer ver inseridas nos programas de governo. Helder Barbalho, do PMDB, e Simão Jatene, do PSDB serão recebidos pela categoria no Crowne Plaza para a entrega solene do documento. Helder estará lá nesta quinta-feira e Jatene, no próximo dia 24.

Top

As agências de comunicação instaladas no Estado já podem incrementar os seus casos para concorrer ao Top de Marketing e ao Top Socioambiental, premiações ofertadas todos os anos pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB-PA). Os casos inscritos vão passar pelo crivo de uma banca examinadora formada por estudantes de pós-graduação da Universidade da Amazônia e da Faculdade de Estudos Avançados do Pará.

Devoção

A imagem peregrina de Nossa Senhora do Nazaré visita o Castanheira Shopping Center às 8h30 de hoje. A programação prevê celebração religiosa para leigos e funcionários. Antes do Cirio, o complexo comercial também receberá um dos principais símbolos da festa da padroeira dos parenses: a corda.

LINHA DIRETA

Como o Dia das Crianças se aproximando, o Paravida, que presta assistência a pessoas com HIV/AIDS no Pará, quer proporcionar um dia de alegria a crianças em situação de vulnerabilidade social. No dia 10, a instituição realizará programação especial para filhos dos assistidos pela instituição.

Para tanto, a ONG pede doações de brinquedos para apresentar uma média de 100 crianças nesse dia. Os interessados podem doar na sede do Paravida, na Unama, pelos fones 3272-4645 e 3271-0096 ou Facebook da entidade.

Telespectador O horário eleitoral gratuito ficou surpreso ao ouvir o filólogo Carlos Santos. Silveira, que é candidato à deputado estadual, falar em valores éticos quando se sabe que foi condenado em primeira instância por ter sido preso em flagrante de estorção a um empresário, quando apresentava o programa em sua emissora de rádio.

Acompanhado do candidato do PT ao Senado, Paulo Rocha, o candidato pemedebista ao governo Helder Barbalho recebeu ontem à noite da seção da OAB um documento com os dez pontos que a instituição considera estratégicos no desenvolvimento do Pará.

Políticos de Brasília e do sudeste depois saíram que o PSDB nacional já jogou a toalha no Pará. O partido, arriquem, tem tudo para eleger Cassio Cunha Lima (PB) e Expedito Jr. (R) a reeleger os governadores Marconi Perillo (GO), Beto Richa (PR) e Geraldo Alckmin (SP). Se...

Um rumor corre na Câmara de Belém garantindo que cada vereador receberá R\$ 3 mil de título de "hora extra". Não deve ser verdade: os vereadores, muitos em campanha para as eleições, só trabalham às terças e quartas. Isso quando há quôrum. Cadê a hora extra?

Acaba de ser contabilizada a produção forense mensal da 6ª Vara Civil do TJ. Segundo balanço do gabinete do juiz-titular, Marlon Camero, foram proferidas 145 sentenças, 422 despachos e 110 decisões interlocutórias, incluindo liminares e tutelas antecipadas.

Matéria nº 72

A4 POLITICA

Diário do Pará
TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 16/09/2014

CRIME ELEITORAL

Investigação do MPE pode levar à cassação de latene

Governo teria concedido reajuste de 10% para servidores da Fasepa e Susipe, em período vetado para a concessão de vantagens financeiras

RITA SOARES

O procurador geral do Estado, Caio Trindade, tem até amanhã para repassar ao Ministério Público Eleitoral informações sobre reajuste de 10% da gratificação progressiva de servidores da educação no Estado e implantação da gratificação de risco de vida para professores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e da Susipe.

Os benefícios podem ter sido concedidos no período vetado pela lei eleitoral que proíbe a concessão de vantagens financeiras a servidores três meses antes da eleição. Por isso, a medida pode ser enquadrada como conduta vedada pelo artigo 73, inciso VIII da Lei 9.504 (Lei Eleitoral), o que pode levar à cassação do registro do candidato.

ou até mesmo do diploma caso ele seja eleito.

O procurador eleitoral Alan Rogério Mansur da Silva confirmou, na semana passada, a abertura de investigação para apurar suposto crime eleitoral já que a concessão do benefício poderá favorecer o candidato Simão Jatene (PSDB) que concorre à reeleição. Para tomar uma medida, o procurador eleitoral requisitou "informações que esclareçam os termos de ajustes ou vantagens concedidas aos servidores públicos e os documentos que embasaram" o concessão.

O ofício ao procurador geral Caio Trindade foi enviado ontem e o prazo para responder é de 48 horas, o que significa que expira nesta quarta-feira, 17. Ontem, por meio da assessoria de imprensa, Mansur informou que "est aguardando as explicações da Procuradoria Estadual para definir que medidas tomar".

A concessão de benefícios financeiros feita pelo governo a servidores está prevista no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do magistério, aprovado em 2011. O problema é que a concessão pode ter ocorrido no período ve-



Procurador Eleitoral Alan Mansur deu prazo de 10 dias para resposta

do pela lei eleitoral como forma de favorecer o governador candidato à reeleição.

Desde o início da campanha eleitoral, o Ministério Público vem alertando para possíveis usos da máquina pública. No mês passado, a Procuradoria Regional Eleitoral enviou recomendações aos promotores que atuam em todo Pará para que reforcem a fiscalização e o possível uso de servidores públicos em campanhas, propagandas irreverentes em casas legislativas e distribuição de benefícios fora das permissões legais.

Uma das principais re-

comendações era quanto à proibição de criação de programas sociais em municípios.

RESUMO

BENEFÍCIOS

De acordo com a lei, desde o primeiro dia do ano eleitoral, fica proibida a distribuição gratuita de benefícios por parte da administração pública, exceto em casos de calamidades públicas, estado de emergência ou para os programas sociais autorizados em lei que já estão em execução orçamentária.



À tarde, após uma série de debates, Helder foi recebido na OAB-PA

Entidades ouvem propostas de Helder

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB/PA) recebeu Helder Barbalho, candidato ao governo pela coligação Todos pelo Pará (PMDB, PT, DEM, PR, PROS, PHS, PSL, PCdoB, PDT, PPL, PTN), acompanhado do candidato ao Senado pelo PT, Paulo Rocha, para um encontro institucional no órgão. A reunião aconteceu no final da tarde de ontem (15) e ambos foram recebidos pelo presidente da OAB-PA, Jarbas Vasconcelos. Durante o dia, Helder também participou de outros três debates com o setor produtivo do Estado.

Primeiro, ele participou de um debate com pesquisadores e funcionários da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadep), no auditório do Centro de Excelência em Eficiência Energética da Ama-

ria (Cesamzon), para falar sobre suas propostas para relacionamento com as instituições de ensino e pesquisa, institutos de tecnologia e fundações de apoio.

Depois, ele falou no ciclo de debates promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Fapea). Helder debateu sobre diversos assuntos do interesse dos produtores agrícolas do Pará. Helder debateu sobre o papel da política ambiental do governo, res- firmando seu compromisso com o meio-ambiente, com a preservação e com a agenda mundial de sustentabilidade.

Conheça as diferenças entre voto nulo e em branco

Apesar do voto no Brasil ser obrigatório, o eleitor, de acordo com a legislação vigente, é livre para escolher seu candidato ou não escolher candidato algum. Quem prefere se eximir ou então por alguma ideologia escolhe não votar em nenhum candidato pode optar pelos votos nulos ou brancos. Mas qual é a diferença entre estes tipos de votos?

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o voto em branco é aquele em que o eleitor não manifesta preferência por nenhum dos candidatos. Antes do aparecimento da urna eletrônica, para votar em branco bastava não assinalar a cédula de votação, deixando-a em branco. Hoje em dia, para votarem branco é necessário que o eleitor pressione a tecla "branco" na urna e, em seguida, a tecla "confirma".

O TSE considera como voto nulo aquele em que o eleitor manifesta sua

vontade de anular o voto. Para votar nulo, o eleitor precisa digitar um número de candidato inexistente, como por exemplo, "000", e depois a tecla "confirma".

Antigamente, como o voto branco era considerado válido (isto é, era contabilizado e dado para o candidato vencedor), ele era tido como um voto de conformismo, na qual o eleitor se mostrava satisfeito com o candidato que venceria as eleições, enquanto que o voto nulo (considerado inválido pela Justiça Eleitoral) era tido como um voto de protesto contra os candidatos ou contra a classe política em geral.

Atualmente, vigora no pleito eleitoral o princípio da maioria absoluta de votos válidos, conforme a Constituição Federal e a Lei das Eleições. Este princípio considera apenas os votos válidos, que são os votos nominais e os de legenda, para os cálculos eleitorais, desconsiderando os

votos em branco e os nulos. Muitas vezes um candidato obtém menos votos que o outro e é eleito, puxado pela votação expressiva de outro candidato do partido ou pelos votos de legenda. Assim, ao decidir votar nulo ou em branco, é importante que o eleitor esteja consciente das simplificações. (DOL com informações do TSE)

nWes

http://migre.me/IEZWq

Com o seu celular, acesse o site [www.tred.mobi](http://migre.me/IEZWq) e faça o download do leitor. Abra o aplicativo e fotografe (scan) o QRcode acima.

CÍM 2014
COM VOTÉ NA CAMINHADA

Prepare-se para o tradicional espetáculo de devoção, amor e fé. Na noite de 16 de setembro, paraenses à padroeira Nossa Senhora do Rosário.

RBATV
Alinhado BANDO

AGENDA DOS CANDIDATOS

1 ÉLTON BRAGA (PRTB) - O candidato não divulgou a agenda.	2 MARCO ANTÔNIO (PCB) - Não divulgou a agenda.
3 HELDER BARBALHO (PMDB) Manhã: Participa de caminhada, em Ananindeua Tarde/Noite: Participa de caminhada e comício, em Bercarema.	4 SIMÃO JATENE (PSDB) Manhã: Participa de caminhada pelo bairro do Guamá Tarde: Gravação de programa para Rádio Eleitoral Grátis
5 MARCO CARREIRA (PSOL) Manhã: Participa de caminhada no conjunto Pedro Teixeira Tarde: Participa de caminhada pelo bairro do Turmas Noite: Participa de um debate numa escola pública, na Augusto Montenegro	6 ZE CARLOS (PV) Manhã: Participa de caminhada em Açu Tarde: Reunião com lideranças locais Noite: Reunião com lideranças locais em Bujaru

Matéria nº 73

Diário do Pará
DOMINGO, 14/09/2014

IVEIGA CONSULTORIA E PESQUISA

Pesquisa aponta vitória de Helder no primeiro turno

Tendência de vitória de peemedebista é confirmada na mais recente pesquisa da IVEIGA Consultoria e Pesquisa

DA REDAÇÃO

Os membros do Instituto Veiga Consultoria e Pesquisa Ltda, empresa especializada em pesquisas eleitorais e de mercado apontam uma tendência que vem se repetindo nas últimas pesquisas junto aos eleitores: a vitória de Helder Barbalho ainda no primeiro turno. Isso se revela na pesquisa estimulada em que são citados os nomes dos concorrentes ao cargo de governador, onde Helder desponta com 41,3% contra 34,5% do governador Simão Jatene. O candidato Marco Carrera (PSOL) obteve 1,3%, enquanto os candidatos Elton Braga (PRB) e Zé Carlos (PV) tiveram 0,9% e 0,4%, Os eleitores que votariam em branco ou anularam o voto atingiram o percentual de 4,4%, enquanto outros 16,3% não souberam ou não responderam.

A pesquisa do IVEIGA foi realizada entre os dias 8 e 12 de setembro e registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com o número 00024/2014 - para governador, deputados e senador - e 00618/2014, presidência da República, com 1.200 entrevistas em 36 municípios de todas as regiões do Estado. Os municípios pesquisados foram Santarém, Oriximiná, Monte Alegre, Breves, Souto, Pôrto, Afuá, Muá, Ponta de Pedras, Belém, Ananindeua, Castanhal, Abaetetuba, Cametá, Bragança, Capangema, Moju, Igarapé-Miri, Tomé-Açu, Acará, Viseu, São Miguel do Guamá, Vigia, Augusto Corrêa, Salinópolis, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Paragominas, Redenção, Tailândia, Novo Repartimento, Jacundá, Itaituba, Altamira e Uruará. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

Na espontânea, em que não há a apresentação de nomes dos candidatos, Helder obteve 31,3% contra 28,7% de Jatene. O candidato Marco Carrera (PSOL) teve 1%, Elton Braga (PRB) 0,5%, Zé Carlos (PV) 0,4%, enquanto outros 16,3% não souberam ou não responderam.

(PCB), 0,5%; Elton Braga (PRB), 0,4%, e Zé Carlos (PV), 0,3%. Brancos e nulos somaram 3%, enquanto 32,5% não souberam ou não opinaram. Entre os pesquisados, 53,1% disseram que não pretendem mudar o voto, 24,9% ainda podem mudar, 11% dificilmente mudarão e outros 11% não souberam ou não opinaram.

Em um eventual segundo turno, Helder teria 44,1% contra 39,8% de Jatene. Os que declararam que votariam em branco ou anulariam o voto, 7,2%, e outros 9% não souberam ou não responderam.

SENADO
Para o Senado, o candidato Paulo Rocha (PT), lidera com 16,8%; Jefferson

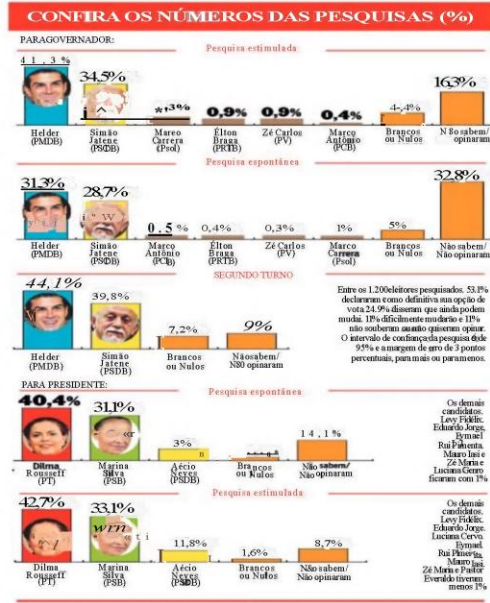
Lima (PP) tem 12%; Márcio Couto (PSDB), 10,7%; Duclomar Costa, 4,3%; Helenilson Pontes, 2,5%; enfermeira Marcela Teles, 0,9%; Eliezer Barros e professor Simão, 0,6%; Pedrinho Maia, 0,3%; Renato Rolim, 0,3%, e Ângela Azevedo, 0,2%. Os nulos e brancos alcançaram 4,5%, enquanto 46,2% não souberam ou não quiseram responder.

PRESIDÊNCIA
A eleição presidencial, na pesquisa espontânea, aponta Dilma Rousseff na frente, com 40,4% contra 31,1% de Marina Silva. O candidato Aécio Neves tem 3%.

Os candidatos Eduardo Jorge, Eymael, Levy Fidelix, Mauro Iasi, pastor Everaldo, Zé Maria e Luciana Genro

tiveram menos de 1%. Os brancos e nulos, 1,3%, e outros 14,1% de eleitores não souberam ou não quiseram opinar.

Na estimulada, Dilma tem 42,7%, Marina, 33,1%, e Aécio, 11,8%. Os candidatos Eduardo Jorge, Eymael, Levy Fidelix, Mauro Iasi, pastor Everaldo, Zé Maria e Luciana Genro tiveram menos de 1%. Os eleitores que disseram que votariam em branco ou anulariam o voto somaram 1,6%. Os que não quiseram ou não souberam opinar, 8,7%. Em um segundo turno entre Dilma e Marina, a candidata do PSB teria 52,4% contra 38,7% de Dilma. Caso a disputa fosse entre a atual presidente e Aécio Neves, Dilma teria 51,8% contra 31,3% do candidato do PSDB.



Fonte: IVEIGA Consultoria e Pesquisa. Pesquisa realizada entre os dias 8 e 12 de setembro com 1.200 entrevistados em 36 municípios registrados no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) respectivamente sob os números 00024/2014 e 00618/2014.

POLÍTICA A3

D **1%** **REPÓRTER**
n **v** **DIÁRIO**

O procurador regional eleitoral, Alan Rogério Mansur da Silva, anunciou na sexta-feira que amanhã abrirá uma investigação especial para apurar suposto crime eleitoral que favoreceria o candidato Simão Jatene (PSDB). Conduzida vedada pelo artigo 73, inciso VIII da Lei 9.504 (Lei Eleitoral), o governo rejeitou em 10% a gratificação progressiva de servidores da educação no Estado e implantou gratificação de risco de vida para professores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e da Susipe. A lei proíbe vantagens financeiras a servidores três meses antes da eleição.

Cassação

Ouvindo pela coluna, o procurador regional eleitoral anunciou que encaminha amanhã um ofício ao procurador-geral do Estado, Celso Trindade, requisitando "informações que esclareçam os termos de reajustes ou vantagens concedidas aos servidores públicos e os documentos que embasaram" a concessão. Para que se possa analisar, tendo em vista a vedação do artigo 73, inciso VIII, da Lei 9.504, confirmou Alan Mansur da Silva. A lei eleitoral pune essa conduta vedada com a cassação de registro ou diploma do candidato.

Timing

Todas as concessões financeiras feitas pelo governo estão legalmente previstas no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) do magistério, aprovado em 2011. Portanto, alega: O que não é legal é justamente o período eleitoral escolhido pelo governador para conceder as vantagens financeiras que as categorias esperam há tanto tempo, com a nítida intenção de obter a aprovação pública estadual para desequilibrar o jogo eleitoral em favor de sua reeleição - o que estará no centro da investigação da Procuradoria Eleitoral.

Na conta

A notícia sobre a concessão do reajuste em tempo eleitoral proibido vazou na sexta-feira pelo Liberal, que apóia a candidatura do governador. O jornal publicou detalhes: a folha salarial de funcionários vai sofrer impacto de R\$ 5,5 milhões pelo reajuste de 10% na gratificação progressiva; elevação de 100% para 180% da gratificação do Sone; criação da gratificação de risco de vida e correção da educação especial. O dinheiro deve chegar aos servidores pela folha deste mês, segundo o Liberal. Ou seja: na véspera das eleições.

Desespero

O gasto repentino com benefícios salariais ao funcionalismo público estadual provocou estranheza não só pelo aparente desespero em fazer a lei eleitoral para possível favorecimento da candidatura do governador, mas também porque desmente a crença governamental de que não poderia melhorar os salários de diversas categorias porque não haveria margem por causa dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal. A pergunta que não quer calar: agora tem limite ou vai violar também a LRF?

Jader

Incorporada pelo PCCR de 2011, a gratificação de risco foi criada 110 final da primeira gestão do ex-governador Jader Barbalho (PMDB), em 1987. Estabeleceu-se 10% de gratificação sobre o vencimento-base no antigo Estatuto do Magistério para remunerar melhor os professores que trabalhavam em condições diferenciadas, com os indígenas e estudantes com necessidades especiais. Já a gratificação aos professores de áreas passivas passou a ter realidade nacional com a política penitenciária adotada no Brasil em 1997.

LINHA DIRETA

Exa-lador nada agradável. Licitação de ambulância Estrada Nova, em Belém. Como se não bastasse, após cancelar o certame e vencer por consórcio de duas empresas que ofertou o melhor preço, a prefeitura republicou o edital impedindo a participação de "empresas consorciadas".

A empresa Saneiro Engenharia, defenestrada licitação, ingressou com recurso administrativo, mas, como já se esperava, perdeu, para a alegria da empresa ETC Construções S.A. A empresa é a mesma que desde o primeiro governo do atual governador vem participando de obras e licitações no Pará.

Grande parte do empresarial reunido na Associação Comercial do Pará (ACP) saiu satisfeito do encontro promovido pela entidade com a presença de candidatos peemedebista Helder Barbalho sobre a realidade político-administrativa do Pará. Pelos comentários dos empresários, Helder causou a melhor das impressões pelo conhecimento da realidade do Estado.

O Ministério Público precisa se expressar se quiser salvar a pena que se aplica a 60% do paciente Gilmar Almeida, que espera em vão há dois meses por cirurgia no PSM da 14. Um brutal contraste com a propaganda da tucana sobre maravilhosos serviços públicos no Estado.

Eduardo Sales, o primo do governador, que se intitulava "rei de Castanhal", foi visto na sexta-feira entrando em prédio no Leblon (Rio) com uma sacola. Curiosamente, o prédio é a sede do Ilhote. Por coincidência, Sales saiu sem sacola.

A candidatura senatorial de Helenilson Pontes enfrenta renúncia oposição em Santarém, sua cidade natal. Filhado do PPS, de ala do PSDB, o produtor cultural Paulo Gilman propôs a renúncia do candidato. Em artigo num jornal local, diz que ele é estorvo para a região.

Só a polícia não sabe. Apassarelham frente à Escola Técnica Federal do Pará o ponto de venda de drogas no Marco. Alunos do Colégio Lauro Sodré, de uniforme, consomem drogas na passarela e na Vileta, entre Almirante Barroso e 25, atemorizando quem passa.

AGENDA DOS CANDIDATOS

HELDER BARBALHO (PMDB) Manhã: Participa de uma carreta em Ananindeua. Tarde: Carreta em Aurora do Pará. Noite: Participa de uma carreta em Mica do Rio.	ELTON BRAGA (PRB) Percebe: Rodovias estaduais no trecho entre Belém e Parauapebas.
SIMÃO JATENE (PSDB) Manhã: Participa de carreta em Belém	ZÉ CARLOS (PV) Manhã: Participa de caminhada em Igarapé-Miri. Noite: Reunião com lideranças de diversos setores. Tarde: Reunião com lideranças locais em Belém.
MARCO ANTÔNIO (PCB) Não divulga a agenda.	MARCO CARRERA (PSOL) Manhã: - Caminhada e Panfletagem na Praça da República. Tarde: - Participa de caminhada pelo Portal da Amazônia

Matéria nº 74

A4 POLÍTICA

Diário do Pará
DOMINGO, 8 de maio de 2014

INSTITUTO MAURÍCIO DE NASSAU

Helder tem 41% contra 32% de Jatene

Se as eleições fossem hoje, Helder venceria no primeiro turno com boa vantagem sobre o governador

DA REDAÇÃO

O Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN) ouviu 1.536 eleitores de 18 municípios do Pará, entre os dias 2 e 6 de setembro e o resultado aponta que, se a eleição para governador fosse realizada hoje, o candidato Helder Barbalho (PMDB) seria eleito no primeiro turno, na pesquisa estimulada - aquela em que o pesquisador apresenta uma lista com os nomes dos candidatos ao cargo - com 41% dos votos, contra 32% de Jatene (PSDB), 2%, Marco Carreira (Pso), 1%, Zé Carlos (PV), 1%, Marco Antônio (PCB), 1%, e 12% para quem não souberam ou não quiseram responder.

Sob os números 00025/2014 de registro no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para o governo do Estado e Senado, e 00619/2014, presidência da República, a pesquisa, registrada no dia 8 de setembro, foi realizada nos municípios de Belém, Ananias, Castanhal, Marituba, Santa Izabel, Benevides, Abaetetuba, Bragança, Moju, Santarém, Rurópolis, Itaituba, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Jacundá, Salveiras e Sauré. O número de entrevistas foi estabelecido com base em uma amostragem aleatória simples, com nível estimado de 95% de confiança e uma margem de erro estimada de 2,5 pontos percentuais, para mais ou para menos. Foram ouvidos eleitores a partir dos 16 anos de idade residentes nesses municípios das regiões do Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste, Sudeste e Sudoeste, além de Belém e Região Metropolitana da capital.

O maior percentual de eleitores que votariam em Helder, segundo revela o resultado da pesquisa estimulada, está no Baixo Amazonas, onde ele aparece com 62%, contra 16% de Jatene. Em seguida, vem a região sudoeste, onde Helder tem 50%, contra 26% de Jatene. No Marajó a diferença também é alta: 44% para Helder e 22% para Jatene.

Na pesquisa espontânea - quando não há a apresentação de nomes - Helder teria 32% contra 27% de Jatene. Nomes como de Dilma Rousseff, Marina Silva e do ex-presidente Lula foram citados pelos eleitores como candidatos ao governo, alcançando o total de 8%, enquanto Marco Antônio (PCB), Marco Carreira (Pso), Elton Braga (PSDB) e Ana Júlia (PT) tiveram 1% cada. Outros candidatos obtiveram 3%. Os que votariam em branco, anulariam ou não votariam em nenhum candidato somaram 10%. Os que não souberam ou não responderam, 16%.

dos pelos eleitores como candidatos ao governo, alcançando o total de 8%, enquanto Marco Antônio (PCB), Marco Carreira (Pso), Elton Braga (PSDB) e Ana Júlia (PT) tiveram 1% cada. Outros candidatos obtiveram 3%. Os que votariam em branco, anulariam ou não votariam em nenhum candidato somaram 10%. Os que não souberam ou não responderam, 16%.

SENADO E PLANALTO

A disputa pela única vaga ao Senado indica, na pesquisa estimulada, que Paulo Rocha (PT) está com 20% das intenções de voto, contra 13% de Jefferson Lima (PP), Mário Couto (PSDB), 12%, Duclomar Costa (PTB), 9%, Helenilson Pontes (PSD), 4%, enfermeira Marcela Tolentino, 3%, enquanto os candidatos Ângela Azevedo, Pedrinho Maia, Eliezer Barros, e professor Simão obtiveram 1%. O candidato Renato Kolim não alcançou participação. Os eleitores que votariam em branco, anulariam ou não votariam em nenhum candidato, somaram 15%. Os que não souberam ou não responderam, 19%.

O resultado para presidente da República, na estimulada, foi o seguinte: Dilma Rousseff, 48%; Marina Silva, 30%; Aécio Neves, 9%, e pastor Everaldo, 1%. Os candidatos Levy Fidelix, Eduardo Jorge, Luciana Genro, Eymael, Rui Pimental, Mauro Iasi e Zé Maria não pontuaram. Os eleitores que votariam em branco, anulariam ou não votariam em nenhum candidato atingiram 5%, enquanto outros 5% não souberam ou não quiseram responder.

A pesquisa espontânea mostra Dilma Rousseff também na frente, com 44%, Marina Silva, 29%, e Aécio Neves, 8%. O pastor Everaldo teve 1%, enquanto outros candidatos também ficaram com 1%. Os que votariam em branco, anulariam ou não votariam em nenhum candidato atingiram 6%. Os nomes de Simão Jatene, Helder, Lula e Eduardo Campos também foram citados pelos eleitores.

RESUMO

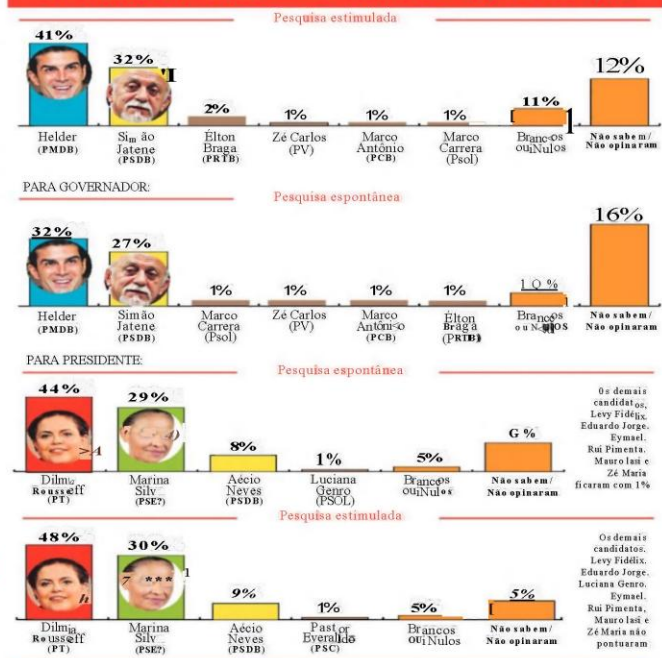
NAS REGIÕES
O maior percentual de eleitores que votariam em Helder, segundo revela o resultado da pesquisa estimulada, está no Baixo Amazonas, onde ele aparece com 62%, contra 16% de Jatene. Em seguida, vem a região sudoeste, onde Helder tem 50%, contra 26% de Jatene. No Marajó a diferença também é alta: 44% para Helder e 22% para Jatene.



Helder lidera a disputa ao Governo, segundo pesquisas, e pode vencer

Jatene tem contra si a alta taxa de reprovação ao seu governo

CONFIRA OS NÚMEROS DAS PESQUISAS (%)



Fonte: Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN) realizou pesquisa entre os dias 2 e 6 de setembro com 1.536 eleitores de 18 municípios, registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sob o número 00025/2014 para o governo do Estado e Senado, e 00619/2014 para a presidência da República. Nível estimado de confiança de 95% com margem de erro máxima de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos.

EDITORIA DE ARTE: ITALO GADALHA / DIÁRIO DO PARÁ

Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau tem tradição de acerto e confiabilidade

O Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN) tem uma tradição de acerto e confiabilidade no trabalho que realiza, não apenas no Estado de Pernambuco, onde fica sua sede, como em todos os estados da região Nordeste e da região Norte, onde também atua. No Pará, é a primeira vez que o IPMN faz pesquisa eleitoral - ele já realizou outras no

estado, mas de natureza sócio-econômica. A pesquisa não é vendida para interessado e é feita de forma independente pela própria entidade, segundo o diretor-presidente IPMN, Jairo Diniz. Ele definiu como experiência "enriquecedora e gratificante", em entrevista ao Diário. O fato de seus pesquisadores terem trabalhado pela primeira vez no

Pará em uma pesquisa eleitoral. "Já estamos presentes em estados do Nordeste e do Norte", informa. Além de pesquisas eleitorais, a entidade também trabalha com pesquisas de opinião pública, social, econômica e de natureza acadêmica para instituições de ensino, desde 2004. Em Pernambuco, as pesquisas eleitorais feitas pelo IPMN são divulgadas em parceria

com o Sistema Jornal do Comércio de Comunicações (TV, rádios e jornal), além do Portal Leijá, também de Recife, desde 2008. No Pará, Diniz lembra que o IPMN já havia feito pesquisas, mas de natureza econômica, para aferir as necessidades de algumas instituições, como a da Faculdade Municipal de Nassau. Também realizou

pesquisa de opinião pública para entender o mercado onde atua. "Foi quando surgiu a possibilidade de uma parceria com o jornal Diário do Pará para a publicação de pesquisa eleitoral", conta, antecipando que outra pesquisa deve ser feita no futuro. A pesquisa divulgada nesta edição deste domingo abrange todo o Estado, em municípios

identificados de cada região, com metodologia diferenciada e número de questionários maior do que os apresentados por outros institutos de pesquisa. "Nossas pesquisas não vem só as intenções de voto, mas o sentimento do eleitor com relação ao momento eleitoral e aos políticos que estão sendo avaliados", explicou Diniz.

Matéria nº 75

A8 PARÁ

SANTARÉM

Diário do Pará
DOMINGO, 8 de maio PA. 14-09-2014

Escolas estaduais em más condições

Em obras de reforma inacabadas ou em completo abandono, vários estabelecimentos seguem oferecendo condições precárias aos estudos de milhares de estudantes na região

DA REDAÇÃO

Diversas escolas estaduais de Santarém, no Oeste paraense, continuam com obras de reforma pela metade, outras precisam de reforma geral urgente e oferecem péssima estrutura aos alunos e educadores. A reportagem do DIÁRIO visitou alguns colégios e constatou a realidade desses locais.

A informação de uso de recursos próprios, arrecadados durante vendas nas festas juninas, folclore e outras promoções, além do recurso do conselho escolar para completar serviços urgentes que foram deixados por fazer pelas empreiteiras, também é uma realidade em pelo menos 12 escolas estaduais de Santarém.

A escola estadual Antônio Batista Belo de Carvalho, inaugurada em 1950, teve sua última reforma há 18 anos. Parte de um muro caiu, há quase três anos e não chegou a ser reerguido. A situação é propícia para entrada de criminosos. Graciete Sousa, agente administrativa do colégio, contou que ano passado o colégio tinha mil alunos, este ano reduziu para cerca de 500 estudantes. "Os pais não querem colocar os filhos aqui por causa das precárias condições", avalia.

Sua obra de reforma na estrutura elétrica, na parte hidráulica e portas depredadas por marginalidade. Graciete informou que diversos documentos foram enviados para o governo estadual solicitando a reforma na escola. Segundo ela, engenheiros chegaram a ir à escola, fizeram as medições, mas não houve obra.

A estudante Tailane dos Santos reclama da situação que a escola se encontra. "O muro está muito acabado, a escola parece destruída, precisa de muita reforma. Quanto ao muro que parte caiu, tenho medo de passar perto, por que o restante pode cair", afirmou. "A gente se sente muito insegura, ainda mais quando vão dar um poquinho de esperança e não acontece nada", lamentou.

Na escola Romana Tavares Leal, a obra de cobertura teve apenas o início dos serviços, em seguida paralisou, mas a placa informando o início e término da obra está no local. De acordo com a placa, os trabalhos iniciaram em novembro de 2013 e encerram no mês de janeiro deste ano.

Segundo uma professora da escola, que preferiu não se identificar, um aluno chegou a se machucar devido um vergalhão exposto no local.

ESCOMBROS

Na escola Gonçalves Dias, a obra também está parada desde o mês de maio. A diretora Tânia Castro contou ter recebido informações sobre a falta de pagamento. "Alguns serviços que fizemos foi com recursos da própria escola, como pia, pois antes tinha um girai (pia feita de madeira)", contou.

Ainda faltam salas do setor pedagógico, banhi-

res, até o bebedouro para os alunos é improvisado. A torneira para água está acoplada na parede, a situação só não está tão insalubre por que os servidores da escola mantêm a limpeza do local.

Na escola São Felipe, localizada no bairro Matinha, o projeto inicial de reforma foi concluído, segundo o diretor Francisco Cardoso. "Porém, é restante dos serviços que seria no segundo processo licitatório não foi aberto, por isso faltam quase 50% da reforma total da escola", revelou o diretor.

De acordo com Francisco, ainda falta a reforma no aspecto administrativo, subestação de energia, a reforma dos setores pedagógicos. No bloco onde está a biblioteca, parte do telhado cedeu, sendo um risco para alunos e professores, a área está condenada pela Defesa Civil do município.

As salas de aula que passaram por reforma foram adaptadas para a instalação de central de ar, mas até o momento nenhuma foi instalada: o ambiente fica muito quente, prejudicando os alunos. "O calor está insuportável na sala de aula. Estamos utilizando o termômetro que chega a marcar 35 graus. Já teve professores e estudantes que se sentiram mal de tanto calor", contou o diretor.

A direção já informou a Secretaria de Estado de Educação sobre o que a escola vem passando. "Se não tiver uma solução até o dia 15 deste mês, nós vamos paralisar as aulas na escola", assegurou. "Uma temperatura de 35 graus na sala de aula é impossível o aluno se concentrar". Pela ausência das centrais de ar, ventiladores foram colocados com recursos da própria escola, mesmo assim, fica muito quente.

Na escola Wilson Dias da Fonseca, alguns serviços também parados. O Conselho Escolar utilizou recursos próprios para cobrir alguns serviços, como a cozinha e o setor administrativo", contou a diretora Dircei Tavares. "No bloco pedagógico conseguimos com recursos próprios deixar apropriados para nossos alunos, mas os laboratórios de informática e multi-disciplinar estão pendentes, assim como biblioteca".

RISCOS ÀS ESCOLAS

Na escola Plácido de Castro, a fiação elétrica causa preocupação entre os gestores, as instalações antigas queimam equipamentos e outras improvisadas colocam em risco a vida dos colaboradores e dos próprios alunos. A professora Auxiliadora Azevedo acompanhou a equipe durante a visita em locais como o auditório, que está trancado e sem uso, devido ao abandono da obra de reforma e o local onde foi iniciada a construção da quadra esportiva, lá os riscos são grandes de um acidente, devido a presença de buracos profundos, resultado do trabalho inicial da obra.

Durante visita na escola, Pedro Álvares Cabral, a

UMA LIÇÃO DE CAOS



BELO DE CARVALHO, (ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO), DO ANO DE 1980.

A escola só passou por reforma nos anos de 1986 e 1996. O muro da escola caiu há quase três anos e nunca foi reconstruído. O local é alvo de vandalismo. O telhado e o muro estão quebrados e há muito ao redor da quadra.

A obra está parada há relatos de que já houve acidentes com pessoas no local. Há ferragens que foram deixadas na obra. As imagens foram feitas pelo lado de fora da escola. Uma placa diz que a obra da quadra foi concluída em janeiro de 2014.

RICHARD HENNINGTON, DE 1996.

A quadra foi feita com o esforço da comunidade no ano de 2000 e desde lá eletrônica não conseguiu uma reforma. A obra de cobertura iniciou em meados de novembro de 2013 e parou em maio deste ano. Na placa diz que o término foi em janeiro de 2014.

ROMANA LEAL, FOI REFORMADA PELO GOVERNO JATENE E ENTREGUE EM JUNHO DE 2013.

A obra está parada há relatos de que já houve acidentes com pessoas no local. Há ferragens que foram deixadas na obra. As imagens foram feitas pelo lado de fora da escola. Uma placa diz que a obra da quadra foi concluída em janeiro de 2014.



ESCOLA SÃO FELIPE (MÉDIO E FUNDAMENTAL)

A obra foi abandonada e a escola precisa de uma substituição de energia para que possam ser climatizadas as salas. A estrutura física não é confiável. Um bloco já foi condenado pela defesa civil.

PLÁCIDO DE CASTRO (MÉDIO E FUNDAMENTAL), DO ANO DE 1974.

Obra parada. O auditório foi quebrado e não foi reformado. A quadra foi iniciada, apenas com escavação de buracos e materiais foram deixados no local. As escolas também tem sérios problemas elétricos.

PEDRO ALVARES CABRAL, DO ANO DE 1968.

Obras da quadra e vestiário paradas há quase dois anos. A quadra sem uso devido a acidentes com alunos. No local a instalação elétrica é antiga e não há centrais de ar.



DOM THIAGO RYAN, DO ANO DE 1998.

As obras na quadra estão paradas. A placa diz que a obra foi concluída em 22 de dezembro de 2013, mas só iniciaram e pararam. Nunca houve reforma na escola.

ESCOLA ONÉSIMA PEREIRA DE BARROS, DE JULHO DE 1989.

Placa diz que R\$235.780 foram gastos com a cobertura da quadra e que a obra iniciou em 23.09.2013 e terminou em 22.12.2013, o que não ocorreu. No local há muitos buracos cavados pela empreiteira que oferecem risco aos alunos.



ÁLVARO ADOLFO

As escolas foram concluídas antes do tempo em 2013 para que as obras fossem feitas, mas até hoje não foram concluídas. Alunos estão em situação de educação física.

direção chegou a mostrar o local onde estão armazenadas 10 centrais de ar que foram adquiridas com recurso próprio e não chegaram a ser instaladas por problemas elétricos.

Outras escolas como Pedro Álvares Cabral, José de Alencar, Onésima Pereira de Barros, Richard Hennington, Álvaro Adolfo de Silv-

ra e Dom Tiago Ryan também foram visitadas pela equipe e encontram-se com obras das quadras paradas; algumas com vergalhões de ferro expostos e outros perigos como pedras, e restos de materiais de construção, que podem causar acidentes.

Na escola José de Alencar, uma aluna que não quis

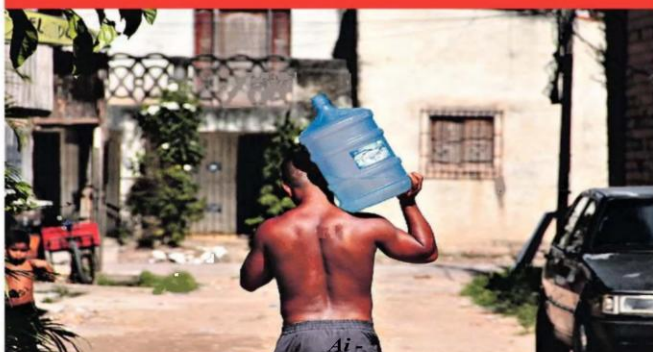
se identificar chegou a cortar o pé no momento em que a equipe visitava a escola. Muitas instituições têm placas fixadas com datas de início e término das obras que estão defasadas. Algumas, como é o caso da escola Dom Tiago Ryan e Onésima Pereira de Barros, a placa informa a conclusão da obra no final de ano passado.

A reportagem tentou contato com o diretor da 5ª Unidade Regional de Ensino de Santarém, professor Dirceu Amorim, e por telefone ele informou que não vai se pronunciar sobre o assunto, mas confirmamos que as obras das escolas estão paradas e não sabe informar sobre previsão de retorno.

Matéria nº 76

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 12/09/2014

FALTA D'ÁGUA EM BELÉM



Além de procurar locais para ter água, os moradores têm que comprar o produto mineral para tomar

Há dez dias, água virou item raro na Terra Firme

Cansados de esperar pelo poder público, moradores do bairro acabam improvisando acesso ao líquido

WALCAREOS

A aposentada Amélia Pinheiro, de 67 anos, é uma das moradores da Rua São Cristóvão, no bairro da Terra Firme, em Belém, que precisa apalpar baldes de água em outros locais distantes de sua casa, porque o serviço de abastecimento de água não está funcionando no bairro há pelo menos dez dias, segundo os moradores.

O mesmo gesto é repetido centenas de outras vezes no perímetro da Rua São Cristóvão entre as Passagens Nova e Ligação, no mesmo bairro. No último domingo, outra moradora da área Adelina Quaresma, de 71 anos, contou que recorreu à água da chuva para fazer as atividades domésticas. "Como choveu muito no domingo, o jeito foi guardar a água da chuva no balde para lavar a louça, pelo menos é mais limpa do que esta água que está saindo nas torneiras", comentou.

Os moradores contam que nem da forma habitual, a água suja nas torneiras. Só com o auxílio de uma bomba elétrica, e quando sai, o líquido é sujo e podre. "Aqui é difícil um morador não usar uma bomba. Mas mesmo assim, é raro quando tem água. Quando tem está igual a uma lama

e fede bastante, parece enxofre", ressaltou outra moradora Edna Farias.

Nádia de Jesus Brito mora há 33 anos no local e disse que já estava acostumada a precariedade do serviço, mas agora, com a falta total da água, a situação ficou bem pior na própria casa. "Já estou há mais de uma semana sem lavar roupa, tomar banho deixou de ser uma necessidade para ser uma obrigação, porque a gente toma banho eficaz com esse cheiro no corpo, sem contar os problemas de pele...", contou.

A casa onde Nádia Brito mora abriga outros cinco adultos e ainda quatro crianças e é o único local de onde a família retira a água e totalmente impróprio, cerca-

do de águas impuras e da fossa. Apenas uma peque-

na parte da tubulação fica aparente, facilitando a contaminação por bactérias e fezes de todo tipo de animal. "É desse local que a gente adapta uma bomba para tirar a água, mas não está saindo nada", disse. Depois de lavar roupa na casa do sogro, a irmã de Nádia percebeu que a água já estava pouca e suja. "É assim que a gente tem água em casa, quando surge", disse. Morador da Rua São Cristóvão há 30 anos, Antônio Almeida disse que além da falta d'água, a população sofre sem saneamento básico. "A rua é toda esburacada e de picarra, enquanto que as outras já estão com asfalto. Além dos bueiros destampados e das valas a céu aberto, as pessoas ainda têm que aguentar toda essa situação. Isso é falta de

respeito e de compromisso. Agora em época de eleição, os políticos fazem as promessas, mas depois esquecem e nos abandonam completamente", afirmou.

Já estou há mais de uma semana sem lavar roupa, tomar banho deixou de ser uma necessidade para ser uma obrigação"

Nádia Brito, moradora

Para beber, recorre-se ao líquido mineral

Uma situação comum a todos os moradores é o gasto com a utilização de água mineral depois que os problemas começaram. Há dez dias sem água, eles resolveram comprar o produto para atender as necessidades principais. O açougueiro Tiago Nascimento Ribeiro, de 25 anos, anda de uma rua a outra e consegue água mineral desde que ficou sem água em casa para fazer pelo menos a comida, relatou. Custando pelo menos R\$ 4,00 reais o garrafão, o produto está sendo um dos itens indispensáveis da maioria dos moradores que possuem

condições financeiras para arcar com os custos do produto, que por mês deve gerar um gasto total de R\$120 reais. "Uma vez ou outra ainda dá para comprar, mas durante a semana não. O gasto é muito grande para alguém que tem só um salário mínimo, como é o da aposentadora. Então nós três crianças em casa, ali eu consigo fazer isso sempre. Agora sem água estou comprando frasco na vizinha e depois quando recebo é que eu pago", declarou.

CO SANPA
Em nota, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa)

informou que não existem registro de tantos dias de falta de água nos locais citados. A companhia informou que, na terça-feira, houve um problema no canal do Tucunduba e que uma equipe de engenheiros e técnicos da companhia estaria no local para resolvê-lo. Um tubo submerso no canal do Tucunduba com a Celso Malcher teria rompido durante um serviço de limpeza no canal. "Foi necessário a contratação de um mergulhador para identificar o local exato do rompimento do cabo e reparo deve finalizar hoje (ontem)", informou a companhia.

Hoje, Icoaraci ficará sem água

DIÁRIO ONLINE

Moradores dos bairros Souza Franco e Paracuri II, no distrito de Icoaraci, em Belém, ficarão sem o abastecimento de água na manhã desta sexta-feira (12).

A suspensão do fornecimento de água vai afetar as áreas do Paracuri I, II e III, Central Park, Ponta Grossa, Campina e Agulha.

De acordo com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém, a interrupção do serviço é necessária para o capeamento (provisório) na rede de tubulação localizada na travessa Soledade, em virtude dos trabalhos que estão sendo realizados pela Construtora LJA na área.

O serviço de abastecimento deve ser interrompido das 8h às 12h.

BAIRROS
Moradores dos bairros do Jurunas, Cremação e parte de Batista Campos, em Belém, amanheceram nesta quinta-feira (11) sem água nas torneiras, devido a um problema técnico no sistema do oitavo setor da Cosanpa, que abastece a região. "Acordamos sem nada de água. Já ligamos para a Cosanpa, eles disseram que tinha sido um problema téc-

nico, mas que não havia previsão de normalização. Ficamos prejudicados, sem notícias sobre nada", afirmou uma moradora, que preferiu não se identificar. Segundo a Cosanpa, o problema foi identificado e o serviço no local já foi concluído. Ainda segundo o órgão, o sistema foi religado às 14h15, e a distribuição de água normalizada às 14h50 em todos os bairros atingidos.

POLÍTICA A3

D **I** **R** **E** **P** **O** **R** **T** **E** **R** **E** **D** **I** **A** **R** **I** **O**

O candidato Helder Barbalho (PMDB) interrompeu ontem suas atividades de campanha pelo governo do Estado para divulgar, emocionado, via redes sociais e aos correligionários mais próximos, uma feliz notícia: sua esposa, Daniela, havia acabado de telefonar informando que está grávida do terceiro filho (oifilha) do casal, que tem os meninos Helder e Thor. Exames realizados nos últimos dias confirmaram as suspeitas da família. Segundo ele, a boa nova trouxe ainda mais entusiasmo e alegria à campanha que Helder faz em todo o Estado.

Palpite

A tropa da PM anda atenta para candidatos que prometem recompensar com bônus a redução da criminalidade a partir do cumprimento de metas de quedas dos índices da violência. Oficiais e praças que vivem em conflito salarial por culpa do governo que privilegia os graduados em desfavor da corporação militar são unânimes no raciocínio de que a proposta do bônus pago por meritocracia a policiais é uma fórmula de que quebrado não resolveria as diferenças salariais e cavaria ainda mais o fosso das antipatias.

Orgulho

Uma biografia recém-saída do prelo narra a trajetória de Sila da Conceição, o paraense que largou o mundo do crime na periferia de Belém e se tornou empresário de sucesso no Brasil e nos Estados Unidos. Essa trajetória de superação, de batedor de carteira no começo a "self-made man" dos dias atuais, está narrada em "Danem-se os normais", que acaba de ser lançada nacionalmente, com texto de João Estrela de Bittencourt e Mariana Torres. Em Belém, o lançamento será dia 20 na Livraria Saraiva do Boulevard Shopping.

Resgate

O Comando do II Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros do Pará realizará operação de adestramento na próxima semana nas matas do Utanga, em Belém, para testar a utilização do método Start de atendimento para os pacientes em situação de emergência. O major Messandro Francês vai comandar uma equipe durante o simulado que tem como meta mostrar a importância da técnica nas ocorrências de resgate na capital. O método Start (Simplex Triagem e Rápido Tratamento) é considerado vital em resgate.

Negócios

O Pará ocupa uma posição de destaque no ranking das compras federalizadas a micro e pequenas empresas. O Estado lidera os processos de compras na região Norte, ficando no oitavo lugar nacional. Em 2013, R\$ 9,95 bilhões foram gastos pelo governo federal nas MPAs paraenses. Para aumentar a participação dos pequenos negócios do Pará nas compras governamentais também nas esferas estadual e municipal, o Sebrae promoverá dia 18 no Hangar o II Fomento Pará, evento para reunir empresários e gestores públicos.

Melhores

A revista "Epoca Negócios" elegeu ontem, em São Paulo, a Alumínio Brasileira S.A (Albras) como uma das 250 melhores empresas do país. A metalúrgica foi reconhecida pelas melhores práticas de mercado, o que garantiu o lugar no "Anuário Epoca Negócios 360", da Editora Globo. O guia nacional é o primeiro a fazer uma avaliação completa de grandes companhias em seis dimensões, com a finalidade de definir com segurança a relevância da empresa para a sociedade brasileira e a capacidade de manter-se saudável.

LINHA DIRETA

O Ministério Público Eleitoral divulga balanço com 41 processos imputados ao TRE contra candidatos por propaganda irregular. A maioria das ações são de condutas vedadas em cartazes, muros pintados, tráfego elétrico e redes sociais. Ousadia mudada em geral.

É sinal de que nenhum promotor eleitoral conseguiu enxergar transgressões à lei eleitoral em cidades paraenses de prefeitos expulsam oitocoletores do lado peço governador candidato. Se não conseguem ver rua com asfalto colocado por cima de asfalto, o que vem?

O deputado Carlos Bordalo, que transmutou imagens pelo Twitter os lances mais emocionantes do comício de Helder. Dilma, Lula e Paulo Rocha, ficou surpreso com a recepção popular ao peemedebista. "É impressionante a popularidade de Helder", escreveu.

Do discurso da presidente Dilma, candidata à reeleição, o trecho mais aplaudido pelos políticos que ocuparam o palanque foi aquele em que ela manifestou a vontade pública de ver os barcos navegando pela hidrovia Araguaia-Tocantins, sonho de todos os paraenses.

Os acidentes de motocicletas e a melhoria da qualidade do atendimento ortopédico aos acidentados constituíram as maiores preocupações do XVI Congresso Norte e Nordeste de Ortopedia e Traumatologia que a classe médica vai promover em outubro em Belém.

A participação feminina no empreendedorismo paraense estará no centro dos debates do XVI Encontro Mulher Empreendedora que começa na segunda-feira, promovido pelo Conselho da Mulher e Associação Comercial do Pará, com patrocínio do Sebrae.

O procurador do Estado Graco Ivo Coelho, integrante da Associação dos Procuradores do Estado do Pará, recebeu ontem com uma Medalha do Mérito Advocatício durante a VI Conferência dos Advogados do Pará promovida pela seccional da OAB, no Hangar.

Matéria nº 77

A6 BELÉM

SANTA CASA

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 12-09-2014

TCM

Paciente com doença rara sofre com atendimento

Concursados buscam homeação na justiça

Edson Tavares está na triagem do hospital, mas família alega que ele precisa sair do Estado para receber tratamento adequado

ROBERTA PARAENSE

Após descobrir ser portador de uma doença rara, o encarregado Edson Tavares, de 43 anos, procurou ajuda médica no Pronto-Socorro Municipal do Guamá no último dia 3. Porém, no lugar de tratamento adequado, ele alega que ficou em um isolamento sem as mínimas condições de permanência e teve uma piora em seu quadro clínico. Seus familiares procuraram a Defensoria Pública do Estado para conseguir um leito. Mesmo sendo transferido para a Santa Casa, o paciente diz que aguarda ser encaminhado para outro Estado, já que foram informados que no Pará não há nenhum hospital apto a fazer o tratamento específico.

Há um mês, Edson Tavares começou a sentir algumas mudanças em sua pele. Por meio de uma biópsia de pele, ou seja, extração de uma pequena amostra do tecido para análise, o paciente foi diagnosticado com uma doença rara, chamada pênfigo vulgar. A principal característica da enfermidade é o aparecimento de bolhas na pele. Com uma evolução em seu quadro, e por não ter plano de assistência médica, Edson procurou o Pronto-Socorro do Guamá, onde deu

início a uma luta por leito e tratamento. "No PSM, eles colocaram ele em uma sala de isolamento, devido à doença ser autoimune. Mas a sala não servia para nada, pois além de ter uma porta totalmente quebrada, ficava de frente para o necrotério do hospital e não tinha ar-condicionado nem mesmo ventilador. Com o calor, a pele dele ficou mais irritada. As bolhas começaram a piorar e arder. Como o PSM não tem estrutura e nem tratamento, além de estar naquele lugar horrível, pedimos um leito em outro hospital, e não tinha. Ficamos inconformados com a situação e procuramos ajuda da Defensoria Pública no dia 8 e no dia 9 ele foi transferido para a Santa Casa", contou Aline Sousa Pereira, prima de Edson.

Ela alega que, apesar do auxílio jurídico, o paciente está na triagem e fez apenas os primeiros exames de um tratamento adequado. Segundo os familiares, nem a Santa Casa e nem outro hospital do Pará oferece o acompanhamento especializado que o paciente precisa. "Os médicos disseram que aqui não tem o tratamento especializado para a doença. Até hoje (ontem), eles só coletaram o sangue e passaram antibióticos. Estamos correndo contra o tempo, pois essa doença vai degenerando a pele. O organismo dele não reagiu a alguns tipos de medicamentos e por isso, precisamos de ajuda", comentou a Aline. "Depois que recebemos os laudos, vamos novamente à Defensoria para que ele seja encaminhado para fazer o tratamento em outro Estado".



Paciente aguarda liberação da Santa Casa para fazer tratamento

Até hoje (ontem), eles só coletaram o sangue e passaram antibióticos. Estamos correndo contra o tempo, pois essa doença vai degenerando a pele

Aline Sousa Pereira, prima do paciente

Defensoria pode acionar de novo Estado

De acordo com o coordenador do Núcleo Cível e Fazenda Pública, da Defensoria Pública do Estado do Pará, Rodrigo Cerqueira de Miranda, o paciente foi encaminhado à Santa Casa, de acordo com o laudo médico, que indicava a competência do hospital para este tipo de tratamento, porém ele não descarta a hipótese de acionar mais um a vez o Estado e/ou a Prefeitura, caso Edson não receba o acompanhamento adequado. "É de obrigação tanto do município, quanto do Estado, oferecer tratamento e leito aos pacientes. Se caso não houver dentro das esferas públicas, ele deve receber atendimento particular,

custando pelo Estado, ou ser encaminhado para um Estado mais próximo", explicou Cerqueira. A Defensoria Pública do Estado tem recebido atualmente uma média de 40 reclamações mensais, nos casos de saúde pública. "Todas as pessoas que recebemos aqui com problemas de falta de leito, medicamento ou casos relatados à imprensa, atendemos imediatamente. Em casos, não tratamos como extrapolação, onde não há uma necessidade de agendamento, devido à urgência. Mas só podemos cobrar do Estado ou da Prefeitura quando há um laudo médico concreto, indicando a real necessidade

do paciente. Com o laudo, mandamos um ofício à Secretaria de Saúde, para que ela faça uma busca, e se não houver deve pagar o tratamento particular". Em nota, a Fundação Santa Casa do Pará nega a informação da família. "A equipe multiprofissional que está assistindo o Sr. Edson Cardoso destaca que ele deu entrada no Hospital na tarde de ontem. Já fez exames, e seguiu o tratamento normalmente. A Santa Casa do Pará realiza ainda que a referência estadual no tratamento de Pênfigo e já cuidou com sucesso de inúmeros pacientes com esta patologia".

Concursados que integram o cadastro de reserva do concurso público realizado em 2011 pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) movem ações na Justiça para garantir o acesso às vagas. Através do Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público do Estado (MPE), os concursados buscam provar que há excesso de cargos comissionados no TCM, vagas que deveriam ser destinadas aos classificados no concurso público. O cadastro reserva referente ao nível superior teria sido convocado, no entanto, as vagas que seriam destinadas aos cargos de nível médio e informática ainda permaneceriam ocupadas por comissionados.

Larissa Pereira, 34, que integra o cadastro reserva do nível médio no concurso do TCM, afirma que há cerca de 30 vagas comissionadas ocupando postos que deveriam ser destinados aos concursados. "O concurso abriu 10 vagas e 65

peças ficaram no cadastro de reserva, isso apenas no nível médio. Nós temos essa relação e anexamos ao processo provas de que há pelo menos 30 pessoas comissionadas ocupando nossas vagas", afirma.

De acordo com Larissa, a ação civil coletiva é movida por diversos concursados e pede a nomeação de todos os integrantes no cadastro reserva do concurso. "Não procede a informação de que eles não nomeiam por falta de recursos. Há um excesso desproporcional de comissionados e nós esperamos que a Justiça leve isso em consideração", completa.

O TCM informou, em nota que não foi previsto o cadastro de reserva no edital do referido concurso. "A validade do concurso, após a prorrogação prevista em lei e no edital, encerrou em 04 de setembro de 2014 e todos os candidatos/concursados aprovados dentro do número de vagas ofertadas foram convocados e nomeados", completou a nota.

VI CONFERÊNCIA
SES Abrastatino
US ESTUSGISHA
CONSTITUIÇÃO, DEMOCRÁCIA E DEFESA DOS DIREITOS

10 a 12 de setembro de 2014
HANGAR - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia

O maior evento Jurídico do nosso Estado. Conferencistas nacionais e estrangeiros divididos entre painéis, palestras, mini cursos, workshops, oficinas, debatendo assuntos de interesse não só da comunidade jurídica como de toda a sociedade.

Inscrições abertas
www.conferenciaabp.com.br
Informações: (91) 4006-8657

50h de atividades complementares.

Apoiado por: **Diário do Pará**

Realizado por: **ABP** **SEMPRE POR VOCÊ**

NÃO PERCA NA EDIÇÃO DE AMANHÃ DO DIÁRIO, AS SUPER OFERTAS DA REVISTA DO

1ª AGAXA IN

Matéria nº 78

Diário do Pará
QUARTA-FEIRA, 3 de Maio de 2014

BELÉM A5

RESPOSTA DE JADER

Senador
rebate
ataques de
O liberalJader afirma que governador e
candidato a reeleição teria feito acordos
com lobista da Petrobras na Cosanpa

DA REDAÇÃO

De propina e propina. Jader Barbalho, senador pelo PSL, rebateu os ataques de O Liberal, em sua edição de ontem.

Jader explica que há 32 anos, desde sua eleição para governador em 1982, sofre perseguição implacável por parte do grupo Liberal. "Sou combatido por quem talvez tenha sido o único governador parense que não se entregou aos interesses, nem abriu os cofres e librou verbas bilionárias do Estado em publicidade a este grupo de marginais".

Sobre a tentativa de envolvimento de seu nome pelo jornal no episódio da denúncia de ex-diretor da Petrobras, Jader cita o rumoroso caso Cerpa, no qual o governador é acusado judicialmente de receber da empresa, junto com o então secretário Sérgio Lelo, R\$ 16 milhões para perdão um débito de R\$ 30 milhões em ICMS que

a companhia tinha. Acrescenta que a acusação consta de inquérito que tramita no STJ, realizado pelo Ministério Público Federal (MPF), a partir de diligência feita pela Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho, que encontrou documentação, inclusive assinada no computador da Cerpa, de todos os repasses da propina para Simão Jatene e Sérgio Lelo. Devido a isso, ambos respondem a inquérito 465, aberto no STJ, sob comando do ministro relator Napoleão Nunes Maia Filho.

"Portanto, se há um propineiro neste Estado, ele se chama Simão Jatene, que tem o apoio do Grupo Liberal, cuja origem vem do maior contrabandista do Pará - inclusive de armas - que fez nome na história do contrabando nos anos 50 e 60, com repórteres publicados pelo jornal O Globo. Entrevistado no antigo Grande Hotel, na ocasião o contrabandista disse ao jornalista com quem se entregou a propina, não sei de governos, mas de empresas e pessoas", denuncia. "E, quando a extorsão não funciona, eles partem para a agressão física, com omissões e alguns já manifestam o interesse assassinar".

Segundo Jader, "agora mesmo o Matorana quer derrubar um prédio exclusivamente porque atrapalha o empreendimento imobiliário deles. Queriam prejudicar uma auditoria da Receita Federal que apreendeu um jatinho do grupo, atingindo criminosamente a empresa Fieira Melo, por ser esposa de um dos sócios da construtora, pois, fazendo jus à tradição familiar e genética, importaram um jato de contrabando, que foi financiado com contrato fraudulento com o governo do Estado, para ser todo financiado com dinheiro público. Um jato de contrabando! O pai trazia armas e outros objetos. Os filhos se aperfeiçoaram tanto que trazem jatinho de contrabando dos Estados Unidos".

Quanto à tentativa de envolvimento com um lobista que estaria na Petrobras, identificado como Jorge Iaz, quem teve ou ainda tem vínculo com o sr. Jorge Luiz é o governo do PSL. Foram eles que negociaram com este lobista o contrato na Cosanpa de prestação de consultoria. Quem tem ligação com o lobista são eles, os mesmos que são sócios do Matorana nas verbas de publicidade e outras falcatruas. Os Matoranas têm de reputação conhecida neste Estado pela ação criminosa, delitosa, extorsionista e de pressão contra aqueles que ossem contrariar seus interesses", acrescenta.

Jader faz questão de destacar a iniquidade dos ataques do grupo Liberal. "Como nunca me curvei nem vou me curvar a esta quadrilha, eu pago o preço de acusações infundadas, nunca provadas. Como no caso da Sudam, quando o grupo Matorana desviou recursos do órgão para o projeto de um hotel de selva no Amazonas, que depois passaram para um pobre 'Arara' chamado Geraldo Penateado, que acabou pagando pelo crime. Desviaram milhões de reais do tal hotel, não devolvidos aos cofres da Sudam. Como desviaram também recursos de um projeto de projeto de sacos de frutas, que depois modificaram para uma fábrica de tubos, escapando da condenação pela via da prescrição, depois de terem confessado que efetivamente tinham desviado o dinheiro do financiamento da Sudam. São esses bandidos que tentam errar moralidade, imaginando poder enganar a opinião pública do Pará, que os conhece de sobra", ressalta o senador.

Propina é com Jatene, que recebeu 16 milhões da Cerpa"

Jader Barbalho

Lobistafez
negócios com
PSDB de Jatene

Sobre o governador Simão Jatene. Já deré taxativo. "Devo dizer que o sr. Simão Jatene é um homem de caráter, um safadão, como se diz antigamente, já que ele talvez não consiga explicar como a sua família empacou de tal ordem que o filho, a filha e a esposa compraram, cada um, à vista por R\$ 12 milhões apartamentos num prédio de luxo em Belém. R\$ 4,5 milhões pagos à vista! Que o filho hoje dono de uma rede de postos de combustíveis em Belém e que o sogro do filho é da noite em Belém, com várias casas noturnas que possivelmente não são do sogro e sim do próprio filho. Há ainda o sr. Eduardo Stes, que até há pouco tempo estava falido e rico é dos homens mais ricos do município de Castanhal, com grandes empreendimentos, inclusive fazendo situação. "Deixo bem claro: se existe um propineiro comprovado no Estado do Pará esse chama Simão Jatene e quem diz isso é o MPF. Só que ele é um tremendo carde pau. É como aquele personagem de Molière, mestre da comédia francesa, para exemplificar a situação. "Deixo bem claro: se existe um propineiro comprovado no Estado do Pará esse chama Simão Jatene e quem diz isso é o MPF. Só que ele é um tremendo carde pau. É como aquele personagem de Molière, mestre da comédia francesa, para exemplificar a situação. "Deixo bem claro: se existe um propineiro comprovado no Estado do Pará esse chama Simão Jatene e quem diz isso é o MPF. Só que ele é um tremendo carde pau. É como aquele personagem de Molière, mestre da comédia francesa, para exemplificar a situação."



Jatene e Lelo são acusados de receber propina e a filha, Izabela, tem farto patrimônio

Por fim, Jader cita a transação que resultou na venda da Celpa durante o governo Almir Gabriel, do PSD. "Tudo o governo integrado por Jatene, que era o principal secretário de Estado, que foi fidejuciar a venda da companhia. Desta venda, simplesmente 450 milhões de dólares desapareceram. Essa equipe de magiços fez desaparecer 450 milhões de dólares em dinheiro público dos parenses, que perderam a maior empresa deste Estado. E não sabe direito quem que bolou o contrato para essa fortuna pertencente ao povo do Pará. E não se inista em perguntar pois os carde-pau não informam e ainda não perdem a pose de que são coisa séria".

Processo do MPF é prioridade de julgamento

LUIZA MELO
De Brasília

O Ministério Público Federal e o Superior Tribunal de Justiça querem julgar rápida ação que tramita há dois anos na Justiça brasileira que tem como réu principal o governador do Estado do Pará, Simão Jatene. Ele é réu de processo penal no inquérito 465, acusado de corrupção ativa e passiva. O julgamento do Caso Cerpa, que se arrasta desde 2004 por gabinetes de diferentes tribunais no Pará e em Brasília, ganhou celeridade após a chegada do novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Francisco Falcão, que em seu discurso de posse colocou solução para a morosidade dos processos judiciais. "Emparceira como Procuradoria Geral da República (PGR), vamos priorizar o andamento do inquérito e das ações penais contra governadores, desembargadores e conselheiros dos tribunais

de conta. Para agilizar o andamento dessas ações e inquéritos no STJ, faremos primeiramente essa parceria com a PGR. Conversarei com os ministros relatores, pois são eles que conduzem cada caso e alguns já manifestam o interesse assessorado. Com a iniciativa, estamos contribuindo para combater a impunidade, que não encontra espaço em nossa justiça, até porque a Justiça vale para todos". O resultado do julgamento do STJ, Napoleão Nunes Maia Filho, abriu novas "vistas" do Ministério Público Federal. No último dia 6, ou seja, em menos de um mês, o processo voltou para o STJ. Desde então, ocorreu este trâmite - ir para a apreciação do MPF - foram fazer a audiência de desentranhamento e computador de apreensão dos

em fatos concretos, ocorridos dentro das dependências da Cervejaria Paranaense S/A. Na última semana, o Ministério do Trabalho realizou uma investigação na sede da empresa para apurar denúncias de irregularidades trabalhistas na fábrica. O fato aconteceu na manhã de 12 de agosto de 2012. Fiscais do Ministério Público do Trabalho, acompanhados de um procurador e dois delegados da Polícia Federal, entraram na sede da cervejaria e flagraram uma funcionária da empresa com 300 mil reais em notas miúdas e separando o valor em diversos envelopes já previamente endossados para pagamento dos funcionários que trabalhavam irregularmente na empresa. A Polícia Federal fez uma apreensão de documentos e quatro computadores. O que se descobriu depois, ao se fazer a análise dos documentos e computadores, apreensão dos

foram fatos explícitos de troca de favores entre a empresa e o então pré-candidato ao governo, Simão Jatene. As provas, como afirmou o Ministério Público do Pará na época, eram claras. Os documentos continham datas e valores revelados minuciosamente com a identificação detalhada. "Ajuda a campanha de Simão Jatene p/ Governo, reunião feita com Dr. Sérgio Lelo. Dr. Jorge St. Seibel, a partir de 30/08/02 (toda nesta-feira), R\$ 500.000, totalizando seis parcelas no final (sic)". Seibel era Konrad Karl Seibel, alemão, fundador e dono da cervejaria, que já faleceu. Sérgio Lelo é estrategicamente preta a comissão estadual de avaliação política de incentivo naquele ano. Em 2000, quando o também tucano Almir Gabriel era governador, a Cervejaria Paranaense S/A havia recebido de presente o prédio da divida que R\$ 17 milhões de ICMS atrasado e uma dezena

de situações por fraude e sonegação. Em contrapartida ao perdão, conforme consta no inquérito, apurado pelo então procurador-chefe do Ministério Público do Pará, Uliriano Cezar, a Cerpa prometeu contribuir com R\$ 4 milhões para a campanha de Jatene. "Além de se comprometer a efetuar outros pagamentos no montante de R\$ 12,5 milhões". Os primeiros R\$ 3 milhões foram pagos em seis parcelas de R\$ 500 mil a última exatamente no dia da eleição de 2002. 3 de outubro. O troco de R\$ 1 milhão foi pago 21 dias depois. O troco de R\$ 12,5 milhões - conforme os livros de contabilidade apreendidos na ação conjunta na sede da empresa - foi pago em prestações diárias no fim do mandato de Gabriel e nos dois primeiros meses do governo de Simão Jatene, em 2003 e 2004. A conta final de R\$ 5 milhões foi parcelada em dez vezes - a última delas programada para agosto de 2004.

Nenhum dos pagamentos feitos durante o governo de Almir Gabriel e Jatene era contabilizado como doação de campanha. Os documentos apreendidos mostram que os repasses eram identificados na contabilidade financeira da Cerpa como "despesa de mesas e cadeiras para postos de venda" ou "compra de brindes de fim de ano". Nove meses depois da posse, já em 2003, Jatene assinou três decretos num único dia, 29 de setembro, quando a Cerpa Paranaense S/A deu desconto de 95% no ICMS devido ao Estado e prorrogando seus benefícios fiscais por mais 12 meses, ao lado de outras 37 empresas. O Inquérito 465 chegou ao Superior Tribunal de Justiça, em 2004. Além de Jatene e Sérgio Lelo, figuram também como indicados Teresa Luísa Mátres Coelho Catão da Rosa, que na época era secretária Especial do Estado de Getúlio; e Roberta Chini Ferreira de Souza, então secretária executiva de Estado da Fazenda.

Matéria nº 80

AIO PARA

Diário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 07/09/2014

PESQUISA ELEITORAL

Helder lidera com 39,8% contra 32,4% de Jatene

Na espontânea, Helder tem 34% das intenções de voto, contra 27,3% de Jatene. Pesquisa foi realizada entre 01 e 05 de setembro com 1.200 eleitores das seis Mesorregiões do Pará



DA REDAÇÃO

Na primeira pesquisa eleitoral para governador, presidência da república, senador e deputados, feita em todo Estado pelo Instituto Veiga Consultoria e Pesquisa, o resultado aponta que o candidato do PMDB ao governo, **Helder Barbalho**, mantém **bom vantagem** sobre seu concorrente direto ao cargo, o governador **Simão Jatene** (PSDB). O instituto já havia realizado uma pesquisa de intenção de votos entre eleitores da Região Metropolitana, que também apontou a liderança de Helder na corrida eleitoral, conforme publicada na semana passada pelo DIÁRIO. Agora, a nova pesquisa, realizada entre os dias 01 e 05 de setembro, junto a 1.200 eleitores representativos das seis Mesorregiões do Estado do Pará (Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste, Sudeste, Suldeste, Metropolitana), com índice de confiança de 95% e margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos, indica que Helder tem 34% das intenções de voto, contra 27,3% de Jatene, na manifestação espontânea do eleitor, ou seja, aquela em que o pesquisador não apresenta ao pesquisado os nomes dos candidatos em disputa do cargo.

A diferença a favor de Helder, no confronto direto com Jatene, de acordo com os números, é de 6,7 pontos percentuais. O candidato Marco Carrera (Psol) teve 1,8%, Marco Antônio (PCB), 1,6%, Zé Carlos (PV), 0,9%, e Elton Braga (PRTB), 0,4%. Os votos declarados como brancos e nulos somam 4,1%. Outros 39,3% dos pesquisados não quiseram ou não souberam dizer em quem votariam.

Já na pesquisa estimulada, quando o eleitor se despara com os nomes dos candidatos, Helder também está na frente do atual governador: 39,8% a 32,4%, uma diferença de 7,4% de pontos. Marco Carrera (Psol) tem 2,0%; Marco Antônio (PCB), 1,1%; Zé Carlos (PV), 1%; e Elton Braga (PRTB), 0,2%. O percentual de votos nulos e brancos foi de 4,8%, enquanto 18,8% não souberam ou não opinaram sobre suas preferências.

REJEIÇÃO

Os pesquisadores do I Veiga também mediram o índice de rejeição dos candidatos. O menos rejeitado foi Marco Carrera, do Psol, com 2,8%, enquanto Jatene foi o mais rejeitado, com 12,7%. O candidato Helder ficou com 18,6%.

A pesquisa para o governador, Senado, Assembleia Legislativa e Câmara Federal foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com o número 00018/2014. Para presidente da República, ela tem o número BR-00539/2014, também no TRE.

A disputa pela única vaga ao Senado aponta a liderança de Paulo Rocha (PT): ele aparece na pesquisa com 17,8% das intenções de voto, contra 14,4% de Jefferson Lima (PP), 11,1% de Mário Couto (PSDB), 7,8% de Duciomar Costa (PTB) e 2,4% de Heltonilton Pontes (PSD). Os candidatos Ângela Azevedo, Eliezer Barros, Pedrinho Maia, professor Simão e Renato Kolim tiveram menos de 1%. Entre os pesquisados, 4,8% disseram que iriam anular o voto ou votar em branco. Outros 39,3% não quiseram ou não souberam opinar sobre suas preferências.

PLANALTO

Os números para presidente da República, na pesquisa espontânea: Marina Silva, 37,4%; Dilma Rousseff, 35,2%; enquanto Aécio Neves, 9,8%. Os demais candidatos, Luciana Genro, Zé Maria, Eduardo Jorge, pastor Everaldo, Eymael, Levy Fidelix, além de Mauro Iasi, tiveram menos de 1% das intenções de voto. Os eleitores que votariam em branco ou anulariam o voto somam 1,8%. Outros 13,4% não quiseram ou não souberam opinar.

Na estimulada: Marina Silva, 39,1%; Dilma Rousseff, 37,4%; Luciana Genro, Zé Maria, Eduardo Jorge, pastor Everaldo, Eymael, Levy Fidelix, e Mauro Iasi, Luciana Genro 1%, enquanto Eymael, Levy Fidelix, Mauro Iasi, Pastor Everaldo, Rui Pimenta e Zé Maria tiveram menos de 1%. Os eleitores que votariam em branco ou anulariam o voto são 1,8%. Outros 10,3% não quiseram ou não souberam opinar.

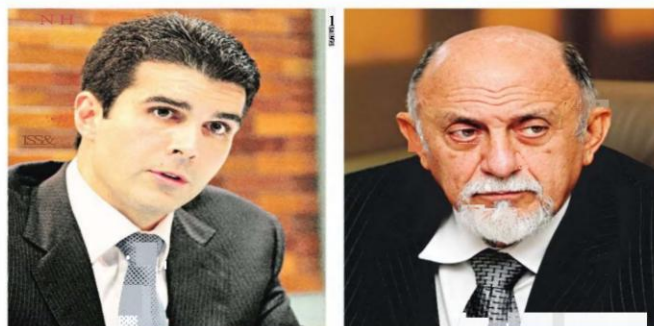
A PESQUISA

A pesquisa foi realizada pela equipe de pesquisadores do professor doutor Edir Veiga, da cadeira de Ciência Política da Universidade Federal do Pará. O grupo trabalha há anos na aferição de intenção de voto, especializando-se em projetar o resultado de eleições no Estado.

RESUMO

CONFIANÇA

Foram ouvidos 200 eleitores do Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste, Sudeste, Suldeste. A Metropolitanidade de confiança é de 95% e margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos.



Pesquisa feita em seis mesorregiões mostra Helder na frente

Levantamento também mostra que Jatene tem maior rejeição

CONFIRA OS NÚMEROS DAS PESQUISAS

PARA GOVERNADOR:



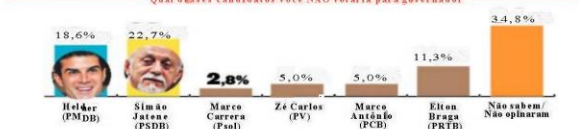
PARA PRESIDENTE:



PARA SENADOR:



Qual desses candidatos você NÃO votaria para governador:



EDITORIA DE ARTE: D'ANGELO VALENTE

Matéria nº 81

A8 PARÁDiário do Pará
DOMINGO, Belém, PA, 07/09/2014

EDUCAÇÃO EM FRANGALHOS

Pará tem o pior Ideb de todo o país

Levantamento do Ministério da Educação mostra que o Pará piorou os índices de qualidade de ensino e escolas públicas recuam em comparação a 2011. Resultado foi divulgado sexta

LUÍZA MELLO
de Brasília

O nível da Educação do Pará conseguiu superar o que já era ruim: **foi o pior desempenho do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** entre os 27 estados brasileiros mais o Distrito Federal. A soma das notas dos alunos do ensino médio da rede pública estadual com as das escolas privadas foi de 2,9 (as notas do Ideb vão até 5,0), a mais baixa do Brasil. Se consideramos apenas as escolas estaduais de ensino médio, a nota do Pará caiu de 2,8 em 2011 para 2,7 no ano passado. O resultado mostra que o ensino público na rede do Estado do Pará piorou em comparação a 2011, quando o resultado do Ideb para este período foi de 2,9.

Considerando apenas a rede estadual de ensino, os índices da meta do ciclo inicial do ensino fundamental (de 1º ao 5º ano) e do ciclo final do ensino fundamental (6º ao 9º ano) também tiveram registros menores do que as metas alcançadas em 2011. Para o primeiro ciclo do fundamental, a meta projetada pelo MEC era de 3,8 pontos e o Ideb fechou em 3,6 em 2013. Em 2011, o índice atingiu 4,0. No comparativo do segundo ciclo do fundamental, a meta projetada era de 4,0, mas o índice ficou em 3,0. Em 2011, o índice fechou em 3,1.

Somente os alunos do ciclo inicial do ensino fundamental conseguiram alcançar a meta do ministério, que era de 3,8 e o resultado das provas foi de 4,0. Mesmo assim, os resultados demonstram uma queda significativa comparada ao resultado de 2011, quando os alunos deste ciclo alcançaram nota 4,2. Apenas os Estados do Pará e do Amapá tiveram queda no Ideb entre 2011 e 2013. A nota dos alunos do Amapá passou de 4,1 para 4. O Maranhão conseguiu manter a mesma nota da última divulgação, 4,1.

Ou seja, os resultados das escolas da rede de educação do Governo do Estado do Pará pioraram durante a gestão atual do governador Simão Jatene. Considerando apenas o ensino fundamental, as redes estaduais com os melhores desempenhos nos anos finais (6º ao 9º), os melhores índices foram de Minas Gerais (4,7), Goiás (4,5), Acre e São Paulo (4,4) e Mato Grosso (4,2).

Para o ministro da Educação, Henrique Paim, o resultado do Ideb "coloca em xeque" a gestão do Estado do Pará. "O resultado do Ideb coloca em xeque a gestão dos estados e dos municípios. Por isso que

a gente tem todo o cuidado em julgar os recursos e tentar ter todos os dados consolidados para poder divulgar", diz o ministro, lembrando que todos os recursos interpostos pelas secretarias de educação dos estados e dos municípios foram avaliados antes da divulgação oficial na última sexta, 5.

Com a consolidação dos resultados e o julgamento dos recursos, a divulgação do Ideb mostrou que o Pará registrou o pior índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da região Norte no ensino médio de escolas estaduais em 2013. Em relação aos outros estados da região Norte, o Pará ficou abaixo de Rondônia (3,4), Acre (3,3), Roraima (3,2), Tocantins (3,2), Amazonas (3,0) e Amapá (2,9).

As escolas da rede estadual de ensino também ficaram entre os municípios piores. Só atingiram a meta do Ideb em 2013 no ciclo inicial das escolas em poucos municípios como: Aurora do Pará, Juruti, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Santarém e Terra Alta (entre os 46 municípios que tiveram os dados divulgados pelo Inep). O pior resultado foi de Curralinho, onde a nota dos alunos foi de 2,2.

METAS AINDA DISTANTES

Entre os 51 municípios que tiveram os resultados apresentados pelo Inep para o ciclo final do ensino fundamental nas escolas estaduais, somente Bujaru, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Santa Maria das Barreiras conseguiram atingir a meta. Mais uma vez, o pior resultado foi de Curralinho, com 2,2, acompanhado por Magalhães Barata, também com 2,2.

O desempenho das redes municipais de ensino no Pará também não foi dos melhores. Igualmente, o ciclo inicial do ensino fundamental obteve os melhores resultados. Dos 144 municípios, apenas 62 conseguiram alcançar a meta estabelecida pelo Ministério da Educação.

As maiores notas foram registradas em: Ulianópolis (5,5), Novo Progresso (5,0) e Parauapebas (5,0). Com relação ao ciclo final do ensino fundamental, somente 21 dos 144 municípios conseguiram alcançar a meta. Os piores resultados foram em Goianésia (2,6) e São Domingos do Araguaia e São Domingos do Capim, ambas com nota 2,7. A maior nota foi de Rondon do Pará, com resultado de 4,3 para uma meta de 3,7. Moju dos Campos estreou na avaliação sem conseguir atingir a meta em nenhum dos dois ciclos.



A Escola Professor Manoel Sabino da Silva, em Magalhães Barata, é um exemplo do descaso com que a educação é tratada no Estado

Com Manoel Pioneiro, Ananindeua piora no Ideb

O município de Ananindeua registrou piora nos resultados do Ideb. Tanto no ciclo inicial quanto no final, as notas registradas foram menores que a pontuação obtida em 2011. No caso do 2º ciclo (6º ao 9º ano), houve queda significativa nas notas. Além de não ter atingido a meta de 4,3, os estudantes que precisam da rede pública de ensino em Ananindeua mostram queda no desempenho quando comparado com 2011: o resultado atual foi de 4,0 contra 4,2 naquele ano.

Na rede pública municipal de Ananindeua, o desempenho foi pior. A nota do ciclo do 1º ao 5º ano foi de 3,8. Nas escolas públicas da rede estadual na capital, o desempenho foi melhor: a nota foi de 3,7 para uma meta de 4,2, resultado bem inferior a 2011, quando os alunos alcançaram média de 4,1. No ciclo final, a nota foi 2,9 para uma meta de 3,9.

O Ideb possibilita analisar a qualidade da educação em uma determinada escola em diversas redes de ensino. Ele é calculado para os alunos do quinto e nono anos do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio. O Ideb é um indicador geral da educação nas redes privada e pública. Foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep) e leva em conta dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, aprovação e abandono) e medidas de desempenho na Prova Brasil, em uma escala de 0 a 10. Segundo estes critérios, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

A Prova Brasil avalia o desempenho de estudantes em língua portuguesa e matemática no fim dos ciclos do ensino fundamental, de 4º ano (5º ano) e 8º série (9º ano), no terceiro ano do ensino médio. O índice é divulgado a cada dois anos e tem metas projetadas até 2022, quando a expectativa para os anos iniciais da rede estadual é de nota 6,0.



Alunos da escola Maria Dousarina, em Castanhal: revolta contra descaso do governo Jate e estruturas básicas para o ensino

Castanhal: escolas em escombros geram protestos

TIAGO SILVA
De Castanhal

Alunos de duas escolas estaduais, de Castanhal, nordeste do Pará, estão com o movimento de luta por melhores condições de ensino se encontram. Professores já exigiram uma solução rápida do governo do Estado em uma reunião com o governador. Ainda nesse ano, uma reforma estava prevista para acontecer na escola Maria Dousarina, situada no bairro Jaderlândia, periferia da cidade. O fim do ano está próximo e a luta promete se tornar ainda mais urgente.

paredes apresentam infiltrações, o banheiro está danificado, a caixa d'água está rachada e o teto corre risco de desabamento. Temendo o pior, alguns pais de alunos já pensam em não deixar mais seus filhos assistirem as aulas. "Não sei mais quem querendo que o meu filho entre nessa escola, o telhado está quase desabando", afirmou um pai. A escola Elcione Barbalho, também situada no bairro Jaderlândia, passava pelos mesmos problemas: a estrutura do prédio se encontrava totalmente danificada, sem condições de abrigar estudantes. Após muita cobrança, no dia

15 de outubro do ano passado, iniciou-se a reforma da escola, porém o prazo expirou há quase quatro meses e a obra avaliada em R\$ 889.684,31 não foi concluída. Atualmente, os estudantes de ensino fundamental e médio dividem espaço, assistindo a aulas nas dependências da Universidade Estadual do Pará (UEPA).

PROTESTOS
A falta de respeito e de consideração do atual governo para com os alunos provocou séries de manifestações. Professores, estudantes e seus responsáveis uniram forças

realizando diversas caminhadas pelo bairro Jaderlândia com faixas e cartazes pedindo maior investimento na educação. Durante uma das manifestações, estudantes sentaram-se em carteiras escolares na BR-316, impedindo a trafegabilidade de veículos e causando congestionamento. Mesmo diante de tantos protestos, a reforma da escola Maria Dousarina ainda não começou e as obras da escola Elcione Barbalho continuam lentas. "Se os problemas não forem solucionados o mais breve possível, novas manifestações deverão ocorrer de forma mais radical", ameaçaram.

Matéria nº 82

Diário do Pará
TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 02/09/2014

NA REGIÃO METROPOLITANA

ELEIÇÕES
2 P 1 A 1

POLÍTICA A3

D 1% REPÓRTER
n V DIÁRIO

Helder dispara 11 pontos à frente de Simão Jatene

Pesquisa feita pela Veiga Consultoria mostra que o candidato do PMDB está abrindo vantagem contra o tucano em Belém

CARLOS MENDES

O candidato Helder Barbalho (PMDB) abriu 11 pontos percentuais de vantagem sobre o candidato Simão Jatene (PSDB), na pesquisa estimulada, e 8 pontos, na espontânea, segundo resultado apurado por Veiga Consultoria e Pesquisa em levantamento realizado entre os dias 28 e 30 de agosto com 110 eleitores da Região Metropolitana de Belém, que compreende os municípios de Belém, Ananias, Marituba e Santa Bárbara. O intervalo de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Além da disputa para o governo do Estado, ela também aponta resultados para a eleição de presidente da República, senador e deputados, sendo registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), respectivamente, sob os números 00014/2014 e 00015/2014.

Na pesquisa espontânea, quando o pesquisador não apresenta ao eleitor os nomes dos candidatos em disputa do cargo, Helder aparece com 30,3%, contra 22,1% de Simão Jatene. Marco Carrera (PSOL), tem 3,3%, Zé Carlos (PV), 0,8%, Marco Antônio (PCB), 0,5%, e Elton Braga (PRTB), 0,4%. Os votos brancos e nulos somam 5,9%. Ainda não sabem em quem votar ou não opinaram, 36,8% dos eleitores.

A pesquisa estimulada, em que há a apresentação dos nomes, aponta vantagem ainda maior de Helder: 37,7%, para o Peemedebista, contra 26,0% do tucano. O candidato Marco Carrera (PSOL) tem 4%; Zé Carlos (PV), 1,4%; Marco Antônio (PCB), 0,5%; e Elton Braga (PRTB), 0,5%. O total de eleitores que votariam em branco ou anularam o voto foi de 7,9%, enquanto 21,5% não souberam dizer em quem votariam ou não opinaram.

Os pesquisadores também perguntaram em quem os eleitores votariam no segundo turno na disputa entre Helder e Jatene. O resultado revela que Helder teria 44% e Jatene, 34,5%. Uma vantagem, portanto, de 9,5% a favor do candidato do PMDB. Os votos brancos e nulos atingiram 9,8%. Não souberam ou não quiseram opinar,

CONFIRA OS NÚMEROS DAS PESQUISAS

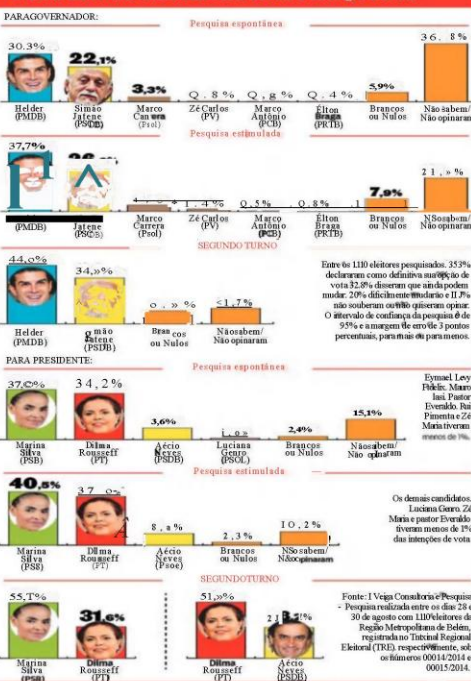


FOTO: J. AGUIAR/ALTO LORRAINE/PA/PA

11,7%. Entre os 110 eleitores pesquisados, 35,5% declararam como definitiva sua opção de voto, 32,8% disseram que ainda podem mudar, 20% dificilmente mudariam e 11,7% não souberam ou não quiseram opinar.

PRESIDENTE

A eleição para presidente da República teve os seguintes resultados na pesquisa estimulada: Marina Silva, 40,8%; Dilma Rousseff, 37,0%; enquanto Aécio Neves, 8,8%. Os demais candidatos, Luciana Genro, 1,0% e pastor Everaldo tiveram menos de 1% das intenções de voto. Os eleitores que votariam em branco ou anularam o voto somaram 2,3%. Outros 10,2% não souberam ou não quiseram opinar.

Na espontânea, Marina Silva tem 37%, Dilma Rousseff, 34,2%, e Aécio Neves, 3,6%. Luciana Genro 1%, enquanto Eymael, Levy Fidelix, Mauro Iasi, Pastor Everaldo, Rui Pimenta e Zé Maria tiveram menos de 1%. Os eleitores que votariam em branco ou anularam o voto somaram 2,4%. Outros 15,1% não souberam ou não quiseram opinar. Num segundo turno entre Marina Silva e Dilma Rousseff, a primeira teria 55,7% dos votos, contra 31,6% da atual presidente da República. Se o segundo turno for entre Dilma e Aécio, ela venceria o tucano por 51,5% a 28,5%.

Professor de ciência política da UFPA, de ciência política são os dados os pesquisadores que com ele há anos trabalham em pesquisas de inten-

ção de votos. O diretor Edir Veiga explica que nas últimas disputas estaduais, para o governo e prefeitura de Belém, o índice de acerto foi total. "Agora, com nossos números, que Ana Ilija interpretou a eleição, assim como acertamos na eleição do prefeito Zenaldo Coutinho", afirmou Veiga, que também é doutor em Ciência Política pela Universidade Cândido Mendes, professor doutor da Faculdade Integrada Brasil Amazônia e Professor de nível superior da Escola Superior Madre Celeste. No caso dessa pesquisa de intenção de voto para o governo estadual, presidência da República, senador e deputados, feita na Região Metropolitana de Belém, a iniciativa, segundo Veiga, foi do "próprio instituto".

AGENDA DOS CANDIDATOS

- ELTON BRAGA (PRTB)**
- Remunido com a coordenação de campanha
 - Grava programa para Horário Eleitoral Gratuito
- HELDER BARBALHO (PMDB)**
- Participa de reunião com ex-presidente Lula em São Paulo (SP)
- MARCO CARRERA (PSOL)**
- Manhã: Concede entrevista para uma rádio FM em Belém
 - Tarde: Participa de caminhada no bairro do Barreiro
 - Noite: Realiza comício no Complexo do Ver-o-peso

- MARCO ANTÔNIO (PCB)**
- O candidato não divulgou agenda.
- SIMÃO JATENE (PSDB)**
- Manhã e Tarde: Gravação de programa para o Horário Eleitoral Gratuito
 - Remunido com liderança comunitária, em Belém
- ZÉ CARLOS (PV)**
- Manhã - Gravação de programa para Horário Eleitoral Gratuito
 - Concede entrevista para uma emissora de TV

Os professores **fizeram** assembleia geral para traçar estratégias de reação aos descontos impostos pelo prefeito tucano Zenaldo Coutinho que deceparam salários e desfalcaram os contracheques de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil, deixando uma multidão de trabalhadores da educação sem dinheiro para até fazer o supermercado **diário** do mês. Uma das medidas de pressão será a execução pública: cartazes serão colados na cidade para exigir a devolução do dinheiro tomado dos professores **previdistas**. A categoria tinha a palavra de Zenaldo de que não haveria desconto pelos dias parados.

Derrota

O protesto a Zenaldo vai repetir a fórmula adotada pelo Sintepp na década de 1990, quando o sindicato espalhou outdoors pela capital contra os ex-governador Almir Gabriel e o hoje governador Simão Jatene, então secretário, para que desviassem direitos e pagassem perdas salariais do funcionalismo estadual. Na época, dizendo-se atacados, o governador e o secretário ingressaram no Tribunal de Justiça do Estado com pedido de indenização por danos morais contra a entidade representativa dos trabalhadores da educação.

Crítica

Em 2010, porém, a Justiça respondeu a Almir e Jatene com sentença modelar. Ajuizou Vitor Araújo de Souza, da 3ª Vara Cível da Capital, julgar totalmente improcedente o pedido, extinguiu o processo com resolução de mérito e condenou-os a pagar R\$ 3 mil das custas, despesas processuais e honorários advocatícios. A magistrada recebeu crítica, sem ofensa. No caso de Zenaldo, se os contos forem mantidos, as aulas não serão repetidas e aí haverá grande prejuízo. Hoje, o Sintepp vai ao Ministério Público responsabilizar o prefeito.

Flagrante

Agentes do Detran apreenderam domingo na Arterial 18, na Cidade Nova, um ônibus de militantes do PSDB e um taxi todo picado com adesivos tucanos. Os carros estavam irregulares. Quando a notícia chegou ao Detran, os agentes foram até ameaçados. O coordenador de Operações, então, bateu o martelo: estão suspensas todas as operações de fiscalização na região metropolitana até o fim das eleições. Diante desse escancarado uso da máquina pública, falta a dúvida: e a população como fica? Com a palavra, o Ministério Público Eleitoral.

Portos

A delegação parece que viajou a convite para conhecer o projeto de expansão do canal do Panamá voltou entusiasmada. Tanto pela concepção e grandeza da obra como pelos reflexos que ele terá sobre a cadeia logística do Norte do Brasil. O empresário José Maria Mendonça, que integrou a missão como emissário da Fiapa, diz que o custo do transporte para os mercados da Ásia e a costa oeste americana, a partir dos portos parenses, ficará menor em um terço na comparação com o dos grandes portos do sul e sudeste do Brasil.

Amador

Desde o início do governo tucano de Simão Jatene, os estudantes do Centro Integrado de Operações (Cipo), da Secretaria de Segurança Pública, são voluntários civis. Jovens de 18 anos, eles são, em sua maioria, indicados por políticos para uma espécie de primeiro emprego. O problema é que não têm experiências ou preparo para prestar informações. Por isso é que a voluntária do 181 que atendeu ao telefonema da estudante de medicina que teve o carro arrombado exigiu da vítima o nome, apelido e endereço do ladrão.

LINHA DIRETA

Demissões arbitrárias na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros serão alvo de sessão especial convocada pelo presidente da AL deputado Márcio Miranda (DEM), a pedido do deputado Edilson Moura (PT), para quinta-feira. O oficial atirou nos bombeiros.

O Sportage, de placas OBT-0123, fez misterioso trânsito às 19h de domingo no trecho Castanhal-Americano, rumo a Belém. Nas ultrapassagens perigosas, o motorista ainda jogava o carro para tentar atingir a dianteira do ultrassapado. Nem vestígio da PRF.

Professores do Instituto de Ensino de Segurança do Pará estão revoltados com a falta de pagamento dos serviços de orientação de TCC prestados a alunos da instituição em novembro e dezembro do ano passado. O colégio, que já dura nove meses, não é nenhuma novidade no Iesp-dicem.

Todos os livros da Companhia das Letras e da Editora da UFPA disponíveis na livraria de uma unidade poderão ser adquiridos pela comunidade acadêmica e público externo com 35% de desconto até o dia 9. É o conhecimento deixando as fronteiras intramuros.

Ac contrária do que se afirmou na reportagem "Servidores da Fasepa vão paralisar", a Fundação de Atendimento Socioeducativo Pará foi procurada e atendeu, por e-mail, ao pedido de contradição. Uma falha de comunicação impedia a publicação da versão.

Em sua nota, a Fasepa contraditou denúncias de servidores descontentes com a gestão da unidade de Benevides. Segundo a direção da fundação, o quadro de servidores deverá ser reforçado em 2015 com um concurso público, cujo processo já estaria aberto na Sead.

Defensora de que a agência sobre concessão de licenciamento ambiental deve ser mais debatida, a OAB vai sediar no próximo dia 3 das 14h às 20h, o Seminário "Participação de Estados e Municípios no licenciamento ambiental". A UFPA é parceira na iniciativa.

Matéria nº 83

A8 PARÁDiário do Pará
TERÇA-FEIRA, Belém-PA, 02/09/2014

BASTIDORES PALACIANOS

Documentos desvendam negócios do sobrinho de Simão Jatene

Desde 1997, com a subida do atual governador à Secretaria de Planejamento do governo do Estado, é notório o **enriquecimento** de Eduardo Salles: o empresário de Castanhal segue a **acumular negócios com benefícios do governo**

DA REDAÇÃO

Na declaração de bens que entrega ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2010, Jatene afirma possuir R\$ 1,2 milhão em bens. E agora mesmo, nas eleições de 2014, ele **ajustou** seus bens em R\$ 3,2 milhões. Daí a dúvida: de onde veio tanto dinheiro, já que o próprio Jatene sempre declarou que teve até de tocar em bares para custear os estudos?

No entanto, ainda mais impressionante é o **enriquecimento** de outro parente do governador: o empresário castanhalesense Eduardo Salles, sobrinho de Jatene. Eduardo está **milionario**. Até o ano passado apenas duas das fazendas que o DIÁRIO já conseguia rastrear somavam 5.500 hectares (cada hectare, isto é, tem 10 mil metros quadrados, ou o tamanho de um campo de futebol). A fazenda Alvorada, no quilômetro 03 da PA-420, em Inhangapi, possuía cerca de dois mil hectares. A Gato Preto, no quilômetro nove da mesma rodovia, se estendia por quase 3.500 hectares.

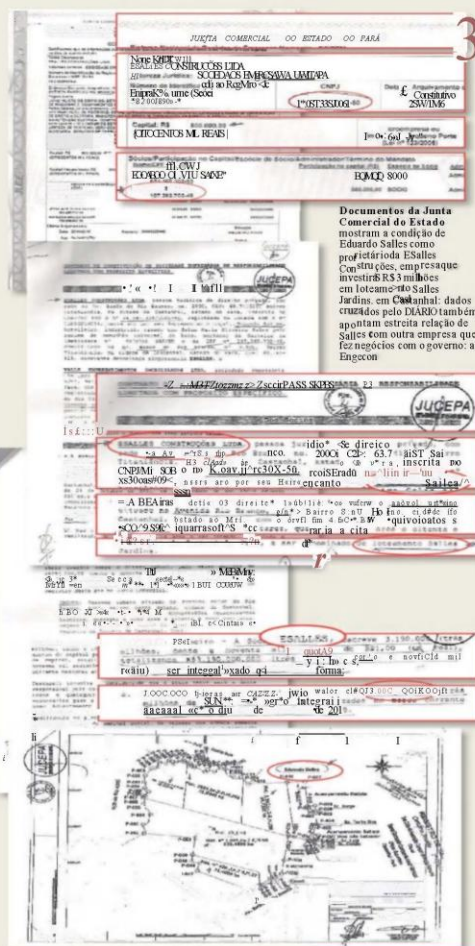
Além disso, no processo 0023894-91/2012.814-0301 que ajuizou na Justiça Estadual, Eduardo declarou ter comprado por R\$ 1 milhão, em abril do ano passado, um terreno na rodovia Mário Covas, em Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém. E mais: uma de suas empresas, a ESalles Construções (CNPJ: 14.057.335/0001-50), ficou de integralizar R\$ 3 milhões até dezembro de 2015, em um badalo do empreendimento imobiliário de Castanhal: o loteamento Salles Jardins, que abrange uma área superior a 400 hectares, no coração da cidade.

COINCIDÊNCIAS

O terreno da Mário Covas, o Salles Jardins e as fazendas Alvorada e Gato Preto são, porém, apenas uma parte do patrimônio do sobrinho de Jatene — um patrimônio cuja dimensão ainda se desconhece, embora já se saiba que ele possui várias empresas, além de fazendas, e que até ex-porta gado para o Libano. E o desconcertante é que até 1997 Eduardo vivia na corda bamba: vendeu ou hipotecou quase tudo o que possuía e até foi processado pela Caixa Econômica Federal, junto com os pais e a mulher, por não pagar um empréstimo.

Mas, a partir de 1997, **bb** o **lado** do **com** o **q**uê **a** adquirir dezenas de terrenos nos municípios de Castanhal e Inhangapi — e sabe-se lá onde mais. Por coincidência, entre 1997 e 1998, Jatene era o todo-poderoso secretário de Planejamento do governo e comandou a privatização das Centrais Elétricas do Pará (Celpa), uma **transação** que envolveu R\$ 800 milhões e que permanece cercada de suspeitas. Segundo as certidões cartorárias que o DIÁRIO obteve, o **sobrinho de Jatene** comprou, entre 1997 e 2001, nada menos que **35 terrenos**, que somam mais de 2.700 hectares, nos municípios de Castanhal e Inhangapi. A aquisição representou um patrimônio sete vezes superior a tudo o que ele registrou no cartório Araújo, de Castanhal, nos 17 anos anteriores. E detalhe: naquela época, **também Jatene possuía uma fazenda de mil hectares, com centenas de cabeças de gado**, no quilômetro 09 da estrada Castanhal-Inhangapi, conforme a declaração de bens que entregou ao TSE nas eleições de 2002.

ENTENDA



No entanto, essa frenética **compra de terras** é apenas uma parte da incrível recuperação financeira de Eduardo Salles. Tão ou mais impressionante é o **dinheiro que ele ganhou no primeiro governo de Jatene**, apesar de ser parente do governador. Além de alugar uma

casa à Polícia Civil, para o funcionamento da Superintendência Regional do Salgado, em Castanhal (o que **lhe rendeu pelo menos um milhão de reais**), uma empresa ligada a Eduardo, a Engcon, **faturou** quase R\$ 3,5 milhões, em valores da época, em contratos com o governo do Estado.



RECEITA PARA TER SORTE GRANDE

Como o empresário Eduardo Salles de Castanhal, sobrinho de Jatene, ficou milionário:

PASSADO POBRE

Até 1997 Eduardo vivia à míngua: vendia ou hipotecou quase tudo o que possuía e até foi processado pela Caixa Econômica Federal por não pagar empréstimo.

AHORA DA VIRADA

A partir de 1997, começou a adquirir dezenas de terrenos nos municípios de Castanhal e Inhangapi: entre 1997 e 1998, Jatene era secretário de Planejamento do governo.

O sobrinho de Jatene comprou, entre 1997 e 2001, nada menos que 35 terrenos, que somam mais de 2.700 hectares, nos municípios de Castanhal e Inhangapi.

PATRIMÔNIO MILIONÁRIO

Segundo o próprio DIÁRIO, o ano passado apenas duas das fazendas de Eduardo, a Alvorada e a Gato Preto, na rodovia Castanhal-Inhangapi, somavam

5.500

hectares, o equivalente a área de quase seis mil campos de futebol.

RS1 milhão

foi o valor declarado por Eduardo para a compra de terreno na rodovia Mário Covas, em Ananindeua, no ano passado.

RS3 milhões

é o que a empresa, a ESalles Construções, de Eduardo, ficou de integralizar até dezembro de 2015 em badalo do empreendimento imobiliário de Castanhal: o loteamento Salles Jardins.

Uma estreita relação de negócios com o governo

Assim como aconteceu com outras empresas ligadas a Eduardo, a Engcon Construção Ltda (CNPJ 63541.795/0001-80) nunca esteve registrada no nome dele. Na Junta Comercial do Pará (Jucepa), quem figura como sócio é o irmão de Jatene, o empresário Washington Luiz Antunes Nóbrega. Mesocruzamento dos documentos obtidos pelo DIÁRIO revela uma estreita relação entre Engcon e o sobrinho do governador.

Federal e ao INSS a Engcon sempre fundou ou defatou um galpão que ficava dentro de uma das fazendas de Eduardo — a fazenda na qual ele reside, na avenida Barão do Rio Branco número 180 ou 2000, no bairro da Translândia, em Castanhal. É isso que demonstra a estreita relação de negócios que o DIÁRIO obteve na Justiça do Trabalho. É mais: para o Washington Luiz Antunes Nóbrega, que casou o dono da empresa, aparece como preposto representante de Eduardo em pelo menos dois

processos trabalhistas. Os processos foram ajuizados por ex-vaqueiros da fazenda Alvorada, de Eduardo, em Inhangapi. Os segs andavam aver com a Engcon, que, veja só, também chegou a figurar como locadora de um prédio alugado à Polícia Civil, cujo proprietário era Eduardo e o casal a mulher dele. E foi essa Engcon que assinou o sobrinho de Jatene que recebeu do governo do Estado, entre 2000 e 2004, cerca de R\$ 3,5 milhões para conservação de rodovias e execução de microsistemas de abastecimento. Alguns dos

contratos foram firmados pela Secretaria de Gestão Tecnológica e Meio Ambiente (Setam) na época em que Jatene era titular da Secretaria Especial de Produção e Abastecimento. E depois, saiu da Setam e foi para a Secretaria de Transportes (Setran), em Castanhal, a suposto dono da Engcon. Só para lembrar: o engenheiro Pedro Antônio Torres do Carmo hoje secretário de Obras de Jatene. Em ambos os secretários, todos os contratos tiveram por base a carta convite, que é mais simples (e fácil de fraudar) que as modalidades licitatórias.

Há mais, porém. Em 12 de abril de 2011, já neste segundo governo de Jatene, o Diário Oficial do Estado (DOE) publicou, na página 10 do caderno 2, a nomeação de Washington Luiz Antunes Nóbrega como gerente regional do Detran, em Castanhal. A suposto dono da Engcon só viria a ser nomeado através do DCE de 15 de novembro do mesmo ano, caderno 3, página 4. Nove dias depois, em 24 de maio, o juiz Wagner Soares da Costa, da Vara de Combate às Organizações Criminosas de Belém, acionou o Ministério Público

contra Washington e outras 26 pessoas, por formação de quadrilha, falsidade ideológica, peculato, corrupção entre outros crimes. Todos são suspeitos de participar de um esquema de fraudes para concessão de carteiras de habilitação. O processo tem o número 001.2269-17.2013.8.14.0401. Washington é membro do diretório do PSD-Bé Castanhal. E o sobrinho de Jatene, que até recentemente era o presidente do PSD-Bé naquele município, quem comanda todas as campanhas eleitorais do partido no nordeste do Pará.

Revisão une as ciências da solidariedade. Página 12.

CIDADES

Jatene lidera no Sensus com 37,9%

PESQUISA
Pesquisa também aponta vitória do tucano em caso de 2º turno contra Helder

BRASILIA
THIAGO VILARINS
do Journal

A Pesquisa Instituto Sensus, encomendada pelo Jornal O LIBERAL, aponta que se as eleições para o governo do Pará fossem hoje, Simão Jatene (PSDB) venceria o primeiro turno com 37,9% das intenções de voto, na estimulação. Helder Barbalho (PMDB) ficaria em segundo lugar, com 36,9% dos votos.

Na sequência aparecem os nomes de Zé Carlos do PV, com 1,1%; Marco Carrera (PSOL), com 1%; Marco Antonio (PCB), com 0,9%; e Elton Braga (PRTB), com 0,6%. Os indecisos somam 15,3% e os que responderam votar em branco ou nulo chegam a 6,3%.

A sondagem ainda revela que Simão Jatene seria reeleito governador do Pará na simulação do segundo turno, com 40,5% das menções de voto. Helder Barbalho ficaria em segundo lugar, com 38,8% das intenções. O percentual dos que ainda não decidiram o voto é de 13,7%, enquanto os que vão votar branco ou nulo é de 7%.

O levantamento ainda traz a avaliação da administração do governador Simão Jatene. Para 43% dos eleitores, o governo é avaliado como bom, ótimo ou muito bom; 23,9% disseram ser regular; enquanto 28,5% responderam ser ruim/pessimo. Não sabem ou preferiram não responder somam 2,4% dos entrevistados.

A pesquisa foi realizada entre os dias 24 e 27 de agosto, com 1.000 eleitores, e está registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) sob o

número PA-00006/2014. A margem de erro é de 3,1% para mais ou para menos.

PRESIDÊNCIA

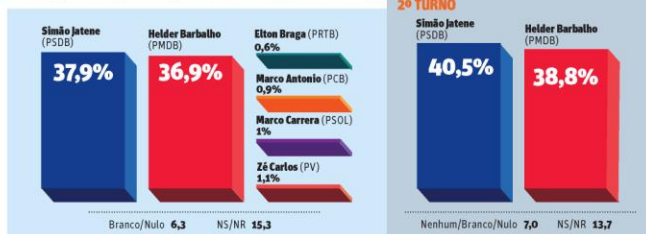
Na pesquisa de intenções de voto Sensus estimulada para presidente da República, a candidata Dilma Rousseff (PT) aparece na frente, com 43,3%, seguida de Marina Silva (PSB), com 21,2%, e Aécio Neves (PSDB), com 12,4%. O Pastor Everaldo tem 3%, enquanto Eduardo Jorge, Luciana Genro, Eymael, Levy Fidelix, Mauro Iasi e Zé Maria ficam abaixo de 1%. O total de indecisos, que não souberam ou não responderam, é de 15,4%, enquanto 0,3% dos entrevistados disseram que votariam em branco ou nulo. A rejeição de Marina Silva (que não votariam nela de jeito nenhum) é de 25,9%, enquanto que a da presidente Dilma Rousseff fica em 30,1%.

No cenário para o segundo turno, entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, Dilma teria 55,4% dos votos e Aécio, 28,6%, entre Dilma Rousseff e Marina Silva, o resultado seria 47,7% para Dilma e 40,2% para Marina; e no terceiro cenário, entre Marina Silva e Aécio Neves, a votação seria 40,6% para Marina e 24,1% para Aécio.

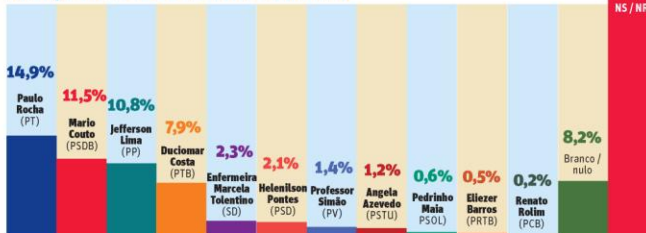
SENADO

Na pesquisa para senador (estimulada), Paulo Rocha (PT) aparece em primeiro lugar, com 14,9% das intenções de voto, seguido por Mario Couto (PSDB), com 11,5%, e Jefferson Lima (PP), com 10,8%. Duciomar Costa (PTB) aparece com 7,9% das intenções de voto, enquanto Helenilson Pontes tem 2,3%, Marcela Tolentino (SD), com 2,1%, Helenilson Pontes (PSD), com 1,4%, Professor Simão (PV), com 1,2%, Angela Azevedo (PSTU), com 0,6%, Pedrinho Maia (PSOL), com 0,5%, Eliezer Barros (PRTB), com 0,2%, Renato Rolim (PCB), com 0,2%, e Branco/nulo, com 8,2%.

Intenção de votos - governador (estimulada)



Intenção de votos - senador (estimulada)



Intenção de votos - presidente (estimulada)



Candidato tucano avança e chega a 40% das intenções de voto, diz Ibope

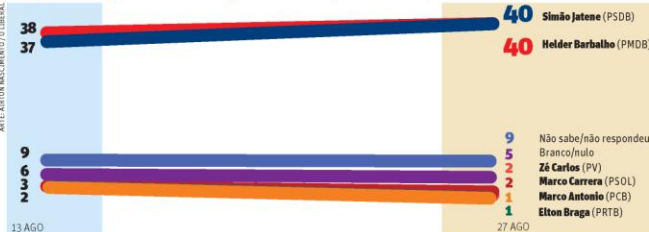
A segunda pesquisa de intenção de voto para o governo do Pará realizada pelo Ibope, em parceria com a TV Liberal, aponta os candidatos Simão Jatene (PSDB) e Helder Barbalho (PMDB) numericamente empatados com 40%, cada um. Em relação à primeira pesquisa do instituto no Estado, Jatene oscilou positivamente três pontos percentuais e Barbalho, dois.

Os demais candidatos - Marco Antonio (PCB), Zé Carlos (PV), Marco Carrera (PSOL) e Elton Braga (PRTB) - têm até 2% das menções, cada. O percentual de indecisos segue com a mesma margem da última sondagem (9%), assim como os eleitores com a intenção de votar em branco ou nulo (5%). Essa situação de empate entre os dois primeiros candidatos levaria, hoje, as eleições para o segundo turno.

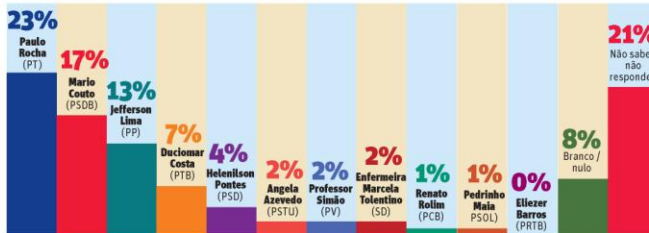
O levantamento também indica situação de empate na pergunta espontânea, quando não há a apresentação do nome dos candidatos. Jatene e Helder aparecem com 19% das intenções de voto, cada um. Na pesquisa anterior, o tucano aparecia com 24% e o peemedebista com 22% das citações. Todos os demais candidatos são mencionados por apenas 1% dos entrevistados - um ponto percentual abaixo do índice anterior. Já a parcela de eleitores que não opina quanto à intenção de voto para governar aumentou de 43% para 53%, enquanto os que disseram votar em branco ou nulo passou de 9% para 6%.

A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. A pesquisa foi realizada entre os dias 24 e 27 de agosto, com 812 eleitores de 43 municípios, e está registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) sob o número PA-00008/2014 e

Ibope: intenção de votos - governador (estimulada)



Intenção de votos - senador (estimulada)



no Tribunal Superior Eleitoral sob protocolo BR-00439/2014. O nível de confiança utilizado é de 95%. Isso quer dizer que há uma probabilidade de 95% de os resultados retratarem o atual momento eleitoral, considerando a margem de erro.

SENADO

O candidato ao Senado Paulo Rocha (PT) aparece com 23% das intenções de voto, sete pontos percentuais a mais do que obteve na pri-

meira medição, seguido de perto por Mario Couto (PSDB), que é mencionado por 17%, e Jefferson Lima (PP), com 13%; ambos se mantêm no mesmo patamar observado anteriormente. Duciomar Costa (PTB) tem 7%, sete pontos percentuais a menos do que obteve na primeira medição feita no Estado.

Os demais candidatos - Helenilson Pontes (PSD), Angela Azevedo (PSTU), Professor Simão (PV), Enfermeira Marcela Tolentino (SD), Re-

nato Rolim (PCB), Pedrinho Maia (PSOL) e Eliezer Barros (PRTB) - têm até 1% das intenções de voto, cada, e permanecem no mesmo patamar. Eleitores paraenses que têm a intenção de votar em branco ou nulo são 8% e aqueles que não sabem ou não responderam somam 21%.

Na pergunta espontânea, eleitores indecisos quanto ao voto para Senador aumentaram de 54% para 79% na atual medição. O candidato Paulo Rocha tem 4% das in-

tenções de voto, quatro pontos percentuais a menos do que o observado na primeira pesquisa. Jefferson Lima e Mario Couto são mencionados por 3% cada um, tendo uma queda de quatro e cinco pontos percentuais, respectivamente. A intenção de votar em branco ou anular o voto varia de 10% para 7%.

No entanto, apesar de constar na pesquisa, o candidato do PT está concorrendo ao sub-judice, ou seja, a candidatura ainda está sendo

avaliada e pode ser impugnada no julgamento final, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O candidato vai aparecer nas urnas no dia das eleições, e a população poderá votar nele. Os votos também serão contabilizados. No entanto, o resultado do político com candidatura indeferida com recurso não será divulgado.

DESEMPENHO

No Pará, a candidata à reeleição, Dilma Rousseff (PT), tem 46% das intenções de voto, ao passo que Marina Silva (PSB) é mencionada por 29% dos entrevistados e Aécio Neves (PSDB), por 9%. Os demais candidatos - Pastor Everaldo (PSC), Luciana Genro (PSOL), Zé Maria (PSTU), Eduardo Jorge (PV), Eymael (PSDC), Levy Fidelix (PRTB) e Rui Costa Pimenta (PCO) - têm até 2% das menções, cada um. Eleitores paraenses que têm intenção de votar branco ou nulo são 3% e aqueles que preferem não opinar totalizam 8%.

Espontaneamente, a candidata petista é mencionada por 34% dos entrevistados, enquanto Marina Silva tem 19% das intenções de voto e o candidato do PSDB, 7%. Eleitores com a intenção de votar branco ou nulo são 4% e pouco mais de um terço (34%) prefere não opinar.

A administração do governador Simão Jatene é avaliada como regular por 46% dos entrevistados, como positiva (ótima/boa) por 29% e como ruim/pessima por 22% (queda de seis pontos percentuais em relação à pesquisa anterior no Estado). A forma como o governador vem administrando o Pará é aprovada por 52% e desaprovada por 42% (cinco pontos percentuais). (T. V.)

POLÍTICA

Candidatos partem para o corpo a corpo em Belém e no interior. Página 6.



Além de uma história de descaso, nada restou no local onde ficaria o mercado do Distrito Industrial

Mercado "dos sonhos" era mentira de Helder Barbalho

RELEMBRE

Ex-prefeito derrubou feira, prejudicou trabalhadores e não executou obra

RONALDO BRASILIENSE
Da Redação

Ao final de 2011, o então prefeito de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, Helder Barbalho (PMDB) — o filho cacula do primeiro casamento do senador Jader Barbalho — divulgou com pompa e circunstância para a população o projeto de construção do novo mercado municipal.

A maquete do mercado "sonhático" de Helder — para utilizar um termo da moda — apresentado à população assemelha-se ao Templo de Salomão, que a Igreja Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, inaugurou em São Paulo: um prédio suntuoso, espelhado, inclusive cercado por palmeiras imperiais, com amplos espaços para estacionamento e banheiros públicos.

Do sonho à realidade: Helder Barbalho removeu centenas de feirantes da Feira do Distrito Industrial de Ananindeua — que foram colocados em um galpão improvisado, afastado de seus clientes — para possibilitar a demolição da feira, o que ocorreu no dia 10 de dezembro de 2011, **mas o novo mercado nunca saiu do papel**.

"Quando assumi, encontrei muitos problemas, mas um caso achei particularmente grave, porque afeta a geração de renda das famílias e a economia da cidade: foi a questão dos mercados", afirma o atual prefeito de Ananindeua, Manuel Pioneiro (PSDB).

Lembrando que quando governou Ananindeua pela primeira vez, construiu o mercado do Elo Perdido e reformou os mercados da Guanabara e o Central, localizado na BR-316. Pioneiro acusa seu sucessor, Helder Barbalho, de ter conseguido colocar no chão, e lá deixar os buracos, o Mercado Central e os mercados do 40 Horas e do Distrito Industrial.

"Nos dois primeiros já estamos trabalhando com recursos do Ministério da Agricultura e devemos conduzir as obras até setembro, porque os feirantes do Mercado Central **hoje trabalham em condições precárias, em um espaço totalmente inadequado**", critica Pioneiro.

Como prefeito, Helder Barbalho conseguiu através de convênio com o Ministério da Agricultura e do Abastecimen-



to, do governo Dilma Rousseff, uma verba de R\$ 4.875.000,00 para investir na revitalização de feiras no Mercado Central e no mercado do Distrito Industrial, mas ao deixar a Prefeitura de Ananindeua, em 31 de dezembro de 2012, a única coisa que **Helder deixou como herança foi uma situação de terra arrasada, pois destruiu feiras e mercados e não realizou as obras prometidas**.

MEMÓRIA

A propaganda no jornal da família Barbalho, a época do lançamento do novo projeto de mercado municipal, registrava: "Começam amanhã as obras de construção do Novo Mercado Central de Ananindeua. O espaço representa uma mudança positiva e traz a oportunidade de um ambiente de trabalho com muito mais qualidade e higiene para feirantes, além

Trabalhadores da feira ficaram sem ter como obter a renda de cada dia

de oferecer melhorias no atendimento aos clientes."

O mercado sonhático de Helder Barbalho contaria com dezenas de boxes para atender os profissionais que trabalhavam com carne, frango, peixe, camarão, mariscos, acari e farinha, além de oferecer espaços para serviços como consertos de relógios, armários e lan-chonetes.

"Ter que sair daqui depois de tanto tempo é difícil. Criei os meus filhos trabalhando no mercado, mas eu prefiro não deixar o tempo passar e a prefeitura está dando a oportunidade de todos evoluírem e melhorarem de vida e de condições de trabalho", afirmou Ademir da Silva, conhecido na

área do mercado como "Barba" e que há 30 anos mantém uma barbearia no local.

O projeto do **suntuoso mercado municipal** previa também a construção de banheiros, bicicletário, estacionamento de veículos, depósito de lixo, bloco administrativo e restaurante. Para facilitar a organização, o espaço seria dividido em setores, levando em consideração o tipo de produtos comercializados. Nada disso foi feito.

"O novo mercado será construído com linhas modernas e que vão atender todas as necessidades da população e dos feirantes. Sabemos que as obras de demolição e construção vão causar alguns transtornos, mas garantimos que o resultado final será recompensador, tanto para aqueles que trabalham no local, quanto para os que vêm fazer compras", garantiu Francisco Nogueira, ex-secretário de Desenvolvimento de Ananindeua.

OPINIÃO

A importância do agronegócio

GERSON PERES

O agronegócio no Brasil decorre do aprendizado do modelo dos Estados Unidos, ajustado à nossa realidade. O termo **agribusiness** nasceu na Universidade de Harvard, em 1957. O agronegócio instrumentaliza a relação comercial e industrial onde a cadeia produtiva agrícola ou pecuária é envolvida.

Assim, José Pizzolatti, um especialista na matéria, aprofundou-se na conceitualização e no objetivo, desde o seu histórico. Pesquisas realizadas por departamentos de agricultura de diversos países retratam sua importância com resultados identificados como a representação de um quarto da economia mundial e como responde por cerca de um quarto da metade de seus empregos.

O agronegócio sofre interferência, a meu juízo, de inúmeros fatores que determinam obrigações dos que nos governam — União, estados e municípios — a fim de que ele represente um fator preponderante de distribuição de empregos, rendas e participação efetiva na economia nacional. Ao mesmo tempo, maior atenção especial para um agronegócio nacional de convênio com cadeia produtiva que o envolva e o transforme também, como instrumento de análise.

Algumas poucas, mas importantes opiniões, se levantam para responsabilizá-lo como fator de desestabilização da floresta, uma espécie de negócio que, pela cadeia produtiva, pela comercialização, industrialização e produção de matérias-primas, pode atentar contra a sustentabilidade do equilíbrio dos bens naturais e do meio ambiente. São opiniões genéricas e, isto sim, inviabilizam o crescimento e o desenvolvimento socioeco-

nômico da Nação. São opiniões de exagerados e incredulos na capacidade dos poderes republicanos de reprimir pela Constituição e pelas leis, já existentes, os abusos e as violações. O Brasil está preparado, pelas leis, a impedir este inusitado temor ao agronegócio.

São três os macro segmentos da cadeia produtiva no agronegócio: pela comercialização, viabilizam-se o consumo e o comércio dos produtos; pela industrialização, é responsável pela transformação das matérias-primas em produtos finais ao consumidor; e pela produção de matérias-primas, é responsável para que outras empresas avancem no processo da produção do produto final na agricultura, na pesca, na piscicultura e em outras atividades.

Ora, se temos rígidos princípios normativos para essa trindade que envolve o agronegócio, fica claro o dever de fortalecê-lo pela exigência de que todos os bens naturais utilizáveis aos negócios devem estar resguardados pelo princípio de sustentabilidade para o bem-estar social. O agronegócio é dotado de importantes valores. Um deles, o da responsabilidade em simplificar os negócios e não complicá-los pela irresponsabilidade ao empreendedores. Seus atores não podem ignorar o que legamos na Constituição de 88, onde a proteção ambiental e os fins reprodutivos se constituem pelas utilizações dos bens naturais, sob o dever de negócios com a responsabilidade das reposições adequadas ao equilíbrio ambiental e social.

Gerson Peres é professor, advogado e político. E-mail: gersonperes@hotmail.com.br

JURISCRÔNICA

Efeito externo do contrato

ANTONIO JOSÉ MATOS

A vida econômica da pessoa é formada, basicamente, por relações de contrato. Para que o indivíduo possa adquirir algo, ainda que seja gratuitamente, utiliza-se do contrato da mesma forma, se quiser se desfazer, lançar mão do contrato de compra e venda, doação, permuta, etc. Certo é que a base econômica do cidadão é formada por relações jurídicas contratuais.

Tal é um fenômeno jurídico que provém desde o Direito Romano e se mantém inalterado. No entanto, a função do contrato muito se modificou a partir de sua origem até hoje. No Direito romano, o contrato tinha a serventia de conciliar os interesses antagônicos, em que cada um tentava extrair do outro o máximo de vantagem. Hoje em dia, o contrato, embora não tenha perdido sua função original, revela-se como verdadeiro espaço de concretização do princípio da solidariedade constitucional, onde o indivíduo satisfaz as necessidades de seus direitos fundamentais.

Com a inovação do Estado Democrático de Direito trazido pela Constituição Federal de 1988, o contrato assumiu esse novo papel. A partir daí, como desdobramento deste princípio filosófico, a realidade nacional a ele se ajustou, vindo a surgir novas possibilidades de amparo a direitos.

Neste cenário, surgiram casos que geraram dúvida para se chegar a solução. Assim, veja-se o seguinte: um motorista de empresa de transporte coletivo encontra-se dirigindo veículo de propriedade desta quando atropela e matou um cidadão. A empresa de transporte não tinha seguro obrigatório, mas mantinha contrato de seguro facultativo com seguradora, cuja cobertura compreendia indenização de eventuais danos causados a terceiros.

Devido ao nefasto acidente, os herdeiros do falecido ajuizaram ação de indenização contra a seguradora. A Justiça estadual deu ganho de causa aos autores da ação, informando, a seguradora recorreu e o processo chegou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). No STJ, o Recurso Especial n.

444.716-BA, relatada pela Ministra Nancy Andrighi, da Terceira Turma, julgou, à unanimidade, os votos que a vítima do acidente de trânsito pode demandar diretamente a seguradora, mesmo não havendo uma relação contratual entre eles, e obter indenização devida.

A tese vencedora foi a de que a vítima, embora não tivesse vínculo jurídico com a empresa de seguro, tinha direito a indenização a ser paga pela seguradora, posto que a empresa de ônibus que foi a causadora do acidente mantinha com a seguradora contrato de seguro facultativo em cuja apólice estava prevista indenização a terceiros em caso de acidente.

O fato de um terceiro — no caso, a vítima — ter direito de acionar diretamente a empresa seguradora, por sua vez, tinha responsabilidade de indenizar em caso de acidente, por ter contrato de seguro com a empresa de ônibus culpada do sinistro, ocorre graças ao chamado efeito externo do contrato.

O efeito externo do contrato ou da obrigação ocorre porque o contrato de seguro foi pactuado entre as empresas de seguro e de ônibus, mas quem acionou a seguradora e dela obteve indenização foi um terceiro, que não faz parte do contrato, portanto, o contrato de seguro, nesse caso, produz este efeito externo (o efeito interno do contrato se dá entre as duas partes contratantes).

Isse efeito externo do contrato tem seu apoio na solidariedade de prevista constitucionalmente, inaugurada em 1988. Por outro lado, é consequência produzida a partir da função social que o Direito empresta ao contrato no regime jurídico contemporâneo.

Os princípios democráticos inseridos na Constituição Republicana de 1988 dão base de sustentação à construção dessas novas teorias que vão buscar na dignidade da pessoa humana sua razão de ser e fundamento maior.

Antonio José Matos
Doutor em Direito pela USP
Diretor Geral do Instituto de
Ciências Jurídicas da UFPA.
Professor da UFPA e UNAMA.
Advogado
antoniosjose@ig.antoniosjose.com.br

CIDADES

Ananindeua tem o pior saneamento

DO BRASIL
Pesquisa mostra o caos do município em dados relativos ao ano de 2012

BRASILIA
THIAGO VILARINS
Do Soturnal

Ananindeua é o município brasileiro com o pior sistema de saneamento básico do Brasil. É o que revela o levantamento divulgado ontem pelo Instituto Trata Brasil, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, referente ao ano de 2012, época em que o município era administrado pelo ex-prefeito Helder Barbalho (PMDB). A cidade aparece ao lado da capital rondoniense, Porto Velho, na última posição do Ranking do Saneamento Básico nas 100 maiores cidades do País. No entanto, o município paraense apresenta desempenho bem inferior quando se considera critérios básicos como acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgoto e investimento em saneamento e qualidade da água servida.

De acordo com o estudo, somente 27,2% da população de Ananindeua era atendida com abastecimento de água naquele ano. Porto Velho, apresentou o segundo pior cenário, com universo de 32,89%, seguido por Macapá (AP), com 39,9%, e outro município do Pará: Santarém, com 45,78%. Neste rol dos dez piores no acesso à água pelos habitantes, ainda aparece Belém, administrada em 2012 pelo ex-prefeito Ducomar Costa, na 9ª posição, com proporção de 72,08%. No geral, 22 municípios possuem 100% de atendimento de água, ou seja, possuem serviços universalizados em atendimento de água. Como comparativo, a média de atendimento dos municípios mais populosos do Brasil foi de 92,2%.

O município de Ananindeua também surge como o único do Brasil com 0% de coleta de esgoto na ocasião da pesquisa. Porto Velho, novamente na sequência, indicou uma margem de 2,2% da população. Macapá, 6,3%; Jaboatão dos Guararapes (PE), 6,3%; e Belém, 7,2%. Apenas três municípios possuem 100% de coleta de esgoto, ou seja, serviços universalizados em coleta de esgoto - Belo Horizonte (MG), Santos (SP) e Franca (SP). A média de coleta dos municípios foi de 62,4%, sendo que nove registraram entre 0% e 20% e a maioria (39) está concentrada na faixa entre 81% e 100%.

No item tratamento de esgoto, Ananindeua surge mais uma vez com índice de 0%. Desta vez, figuram com a mesma marca Santarém, Porto Velho, Governador Valadares (MG), São João de Meriti (RJ) e Curitiba (PR). "Esses dados apontam que o tratamento de esgoto ainda não é uma prioridade das administrações públicas. Em 29 dos municípios, o serviço de coleta de esgoto chegava a menos da metade da população em 2012. Em Ananindeua nem existia. É uma obra que muitas autoridades acham que fica escondida e dá baixo retorno eleitoral", afirma Edison Carlos, presidente executivo do Trata Brasil.

Segundo o instituto, o equivalente a 2.939 piscinas de esgoto foram despejadas por dia na natureza em 2012 devido à falta do serviço de tratamento nestas cidades. Cada piscina comporta, no mínimo, 2,5 milhões de litros. "Mais importante que os números são as consequências para a população. Atrás desses dados estão doenças, milhares de interações por diarreia, hepatite A, verminoses, dermatites", completa Edison Carlos.

Ainda pela pesquisa, que é realizada desde 2009, pouco foi feito pelos gestores para resolver esses problemas. Ananindeua e Belém, por exemplo, surgem nas últimas posições



Guajará: na passagem Boa Esperança, um dos exemplos de descaso que contribuíram para o mau resultado do município, no ano de 2012

FUNDO DO POÇO

Confira o péssimo desempenho

Cobertura de abastecimento de água

Colocação	Município	UF	(%)
1	→ Belo Horizonte	MG	100
2	→ Curitiba	PR	100
3	→ Porto Alegre	RS	100
4	→ São Bernardo do Campo	SP	100
5	→ Santo André	SP	100

Piores

96	→ Jaboatão dos Guararapes	PE	55,29
97	→ Santarém	PA	45,78
98	→ Macapá	AP	39,99
99	→ Porto Velho	RO	32,89
100	→ Ananindeua	PA	27,20

Coleta de esgoto:

Melhores

Colocação	Município	UF	(%)
1	→ Belo Horizonte	MG	100
2	→ Santos	SP	100
3	→ Franca	SP	100
4	→ Piracicaba	SP	99,9
5	→ Volta Redonda	RJ	99,0
6	→ Uberaba	MG	98,5

Piores

96	→ Belém	PA	7,2
97	→ Jaboatão dos Guararapes	PE	6,5
98	→ Macapá	AP	6,0
99	→ Porto Velho	RO	2,2
100	→ Ananindeua	PA	0,0

Tratamento de esgoto:

Melhores

Colocação	Município	UF	(%)
1	→ Santos	SP	100,0
2	→ Franca	SP	98,8
3	→ Jundiaí	SP	97,7
4	→ Taubaté	SP	96,6
5	→ Sorocaba	SP	93,6

Piores

96	→ Ananindeua	PA	0,0
97	→ São João de Meriti	RJ	0,0
98	→ Porto Velho	RO	0,0
99	→ Santarém	PA	0,0
100	→ Governador Valadares	MG	0,0



Belém e Santarém também constam da lista de maus resultados, segundo Instituto Trata Brasil

em evolução de ligações de água para a universalização do atendimento, ambos com índice de 0,01 - em uma escala que varia de zero a um. Só não são

os piores cenários, porque seis municípios no País não apresentaram nenhuma melhora e receberam conceito zero: São Gonçalo (RJ), Itaquaquecetuba (SP), Macapá (AP), Foz de Iguaçu (PR), Aracaju (SE) e Fortaleza (CE). Entretanto, quando a avaliação é de novas ligações de esgoto, Ananindeua volta a se destacar como a pior localidade em investimento dentre todas as pesquisadas: 0%.

O município de Ananindeua merece destaque, pois o SNS não apresenta dados de ligações de esgoto para esse município desde 2008", ressalta o estudo.

DESPERDÍCIO

A média de perdas de água (faturamento) nas 100 maiores cidades em 2012 foi de 39,43%. São resultados de vazamentos, roubos, gatos, falta ou erros de

medição e outras irregularidades. Ananindeua também surge nesse grupo dos 10 piores, com registro de 5,3% em 2012 - a segunda maior evolução de perdas do País (43,2%) entre os anos de 2011 e 2012.

O estudo do Instituto Trata Brasil trouxe ainda, pela primeira vez, uma projeção com as 20 piores e as 20 melhores cidades para saber se elas alcançariam a meta do governo federal.

No 40 Horas, na feira do Distrito Industrial e em Águas Lindas, os problemas de Ananindeua se repetem, de acordo com os números de 2012 - quando o peemedebista Helder Barbalho era prefeito - obtidos pelo Instituto Trata Brasil durante a pesquisa



Matéria nº 87

BELÉM, QUARTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2014

OLIBERAL

PODER ■ 5

Justiça ouve Juvenil sobre escândalos da Alepa. Página 6.

POLÍTICA

Tribunal rejeita censura a O LIBERAL

JUDICIÁRIO
Helder Barbalho
tentava impedir
jornal de informar
os seus leitores

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) manteve, ontem, a decisão de negar o pedido de tutela inibitória ajuizada pela coligação Todos pelo Pará, do candidato ao governo do Estado Helder Barbalho. A ação tinha por objetivo impedir que o jornal O LIBERAL, das Organizações Romulo Maiorana, publicasse reportagens e outros conteúdos jornalísticos relacionados à imagem direta

do candidato de Helder Barbalho, especialmente no que diz respeito à sua vida pública.

O relator do processo, o juiz federal Antônio Carlos Almeida Campelo, defendeu a manutenção da decisão com base na Angulação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 130, a qual trata sobre a liberdade de imprensa que está livre de qualquer restrição, sob pena de ser considerada censura prévia. "Não cabe ao Estado nem a qualquer

um de seus órgãos definir o que a imprensa deve dizer", declarou o magistrado, e argumentou que os excessos devem ser combatidos com ações adequadas, a exemplo do direito de resposta e de multa, mas somente depois de ocorridas as ofensas.

O juiz também alegou que a proibição não é pertinente, porque o interesse público deve prevalecer. O magistrado ainda ponderou que a isonomia tem que ser sistemática e que a

"Interesse público deve prevalecer"
disse juiz relator da matéria

injúria grave pode ser cobrada sem ferir os preceitos constitucionais. O procurador regional eleitoral, Alan Mansur, também manifestou seu parecer durante o julgamento. Segundo ele, o pedido contido na representação pleiteada pela coligação Todos pelo Pará foi amplo e não permitia censura prévia e, por isso, não cabia a tutela inibitória. Ainda assim, o juiz decidiu a favor do jornal O LIBERAL, por compreender ser inviável a tutela inibitória, a medida que feria os princípios constitucionais que regem o Estado Democrático

de Direito, sobretudo o acesso à informação e à liberdade de imprensa.

Segundo o advogado das ORM, Jorge Borba, o pedido da coligação é inconstitucional, pois fere os princípios constitucionais, especialmente o artigo 5º (inciso XIV) da Constituição Federal, que assegura a todos o acesso à informação. Esse dispositivo defende abertamente o acesso à informação de forma ampla e autoaplicável, trazendo a liberdade de informação jornalística como expressão mais sensível de sua concretização. Assim, o juiz decidiu a favor do jornal O LIBERAL, por compreender ser inviável a tutela inibitória, a medida que feria os princípios constitucionais que regem o Estado Democrático

de Direito, sobretudo o acesso à informação e à liberdade de imprensa.

A decisão ainda sustentou que as matérias publicadas, entre os dias 5 a 20 de julho, relacionadas a candidatos ao Governo do Estado, obedeceram aos limites da liberdade de imprensa e o dever de informar. Além disso, o magistrado compreendeu que, em nenhum momento, as reportagens denotaram a honra de Helder, o que não caracterizou qualquer injúria, difamação, inverdades ou erros. Por fim, entendeu que nenhuma das matérias jornalísticas publicadas das promoveu qualquer propaganda eleitoral antecipada.

TRE nega pedido de representação contra coligação "Juntos com o Povo"

DECISÃO
Viagem de Simão Jatene a Conceição do Araguaia não foi ato de campanha

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) negou, por unanimidade, ontem, a representação pleiteada pelo Ministério Público do Estado (MP) contra o governador e candidato a reeleição ao Governo do Estado, Simão Jatene, seu vice, Zequi-

nha Marinho, e o candidato a senador Mário Couto, ambos da coligação Juntos Com o Povo. A representação do MP abordava possível propaganda antecipada e conduta vedada, relacionada à visita dos três ao município de Conceição do Araguaia, no dia 2 de julho deste ano, quando o governador cumpria agenda administrativa de governo.

No município, Jatene inaugurou a ponte sobre o Rio Araraia, uma estrada, entregou cheques moradia à popula-

ção e ainda assinou ordem de serviço para pavimentação de vias urbanas e estradas. Na ocasião, também entregou uma escavadeira e um caminhão baú à Associação de Aquicultores de Conceição do Araguaia.

Durante a sessão, o relator do processo, o juiz Marco Antonio Lobo Castelo Branco, defendeu a "improcedência da representação por insuficiência de elementos de prova" e a denota à prática de atos configuradores da conduta

vedada e propaganda eleitoral extemporânea. "Ele julgou improcedente qualquer conduta vedada e propaganda eleitoral antecipada. Na ocasião, foram analisadas filmagens, por meio das quais constatou que tudo não passou de um ato de governo, visto que o governador estava no exercício de suas funções. Foi uma viagem oficial, sem a presença de qualquer material de campanha", afirmou o coordenador jurídico do PSDB, o advogado Orlando

Barata Mileo Júnior.

O juiz João Batista dos Anjos pediu vista do processo julgado na sessão do dia 19 de agosto. Após a análise, concordou com o relator Marco Antonio Lobo Castelo Branco e sustentou a tese de que as ações de governo em Conceição do Araguaia ocorreram antes do dia 5 de julho, prazo estabelecido para vigorar a propaganda eleitoral. Assim, não constata nenhuma conduta vedada nem propaganda elei-

toral antecipada.

O advogado Orlando Barata argumentou que Zequinha Marinho fez parte da comitiva por ser, na época, deputado estadual e autor das emendas que destinaram a escavadeira e um caminhão baú à Associação de Aquicultores de Conceição do Araguaia. "Mário Couto, por sua vez, estava presente por ser senador da República, contribuindo, ao longo de sua mandato, com a captação de recursos para o Estado", explicou.

Candidatura de Marco Carrera ao governo do Estado segue indeferida

REGISTROS
Representante da coligação PSOL-PTU deverá recorrer ao TSE

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) rejeitou ontem os embargos de declaração dos candidatos ao Governo pela coligação Frente de Esquerda - Mudança para Viver (FEM) e PSOL, Marco Antonio Carrera e Benedita Duarte de Amaral. Eles tiveram o registro indeferido por falta de documentação completa e proibição na desincompatibilização, respectivamente. Porém, apesar de terem apresentado

documentos que sanavam estes vícios durante os embargos, a Corte Eleitoral considerou, por unanimidade, os documentos intempestivos (apresentados fora do tempo adequado). O advogado de defesa da chapa afirmou que vai recorrer da decisão.

No caso do candidato a governador Marco Carrera, o problema de documentação estava na certidão negativa de mudança para Viver (FEM) e PSOL, Marco Antonio Carrera e Benedita Duarte de Amaral. Eles tiveram o registro indeferido por falta de documentação completa e proibição na desincompatibilização, respectivamente. Porém, apesar de terem apresentado

não foi considerado pela relatora, a desembargadora Célia Regina Pinheiro, porque não era um documento com jurisdição estadual ou ao menos de Belém, domicílio eleitoral do candidato.

Já o registro da candidatura a vice na chapa de Carrera, Benedita de Amaral, foi impugnado porque ela teria se desincompatibilizado do cargo de dirigente sindical antes do prazo para a legislação eleitoral. No recurso, ela apresentou uma ata assinada por um dirigente do Sindicato que informava que ela se afastou das funções em 5 de junho.

A desembargadora Célia Pinheiro, no entanto, conde-

rou que nos dois casos, não seria possível, em fase de embargos de declaração, juntar novos documentos aos autos. E sim esclarecer pontos que tivessem sido considerados omissos na decisão. "São aceitos novos documentos em fase de embargo quando os candidatos não são intimados a fazê-los, o que não foi o caso deles, já que foram devidamente intimados a sanar o prazo para a legislação eleitoral. E a jurisprudência que a Corte tem adotado", afirmou a relatora, que teve o voto acompanhado pelos demais membros da Corte.

O advogado de defesa da coligação, Braz Nello informou que a chapa vai recorrer

da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Os documentos que foram anexados são complementares a outros que já estavam no processo. Temos convicção de que o candidato Carrera goza de todos os requisitos de elegibilidade", afirmou.

Para ele, houve diferença de tratamento em relação ao caso do registro de Duciomar Costa, julgado logo em seguida. "O juiz João Batista dos Anjos julgou o registro público salientou, em suas alegações que foi dado tratamento diverso para casos semelhantes. E olha que os documentos que foram anexados no caso do Carrera são notadamente complementares ao documento que

já estava nos autos e que faz referência ao único processo que a ele responde. Enquanto que no caso do Duciomar foram várias certidões anexadas. Acredito que houve um equívoco de interpretação", afirmou.

Durante a sessão de ontem também foram rejeitados os embargos de declaração dos candidatos a deputado estadual: José Maria Tapajós; José Raimundo Oliveira; Edmundo Borges de Pinho; Marília Rodrigues Freitas; Erland Ferreira Maciel; Ubirajara Nazareno Sompre; e Marília Carolina Paes de Moura. Já o registro do candidato a deputado estadual Mario Moreira foi deferido pela Corte.

Tribunal reverte indeferimento de Duciomar

Por dois votos a um, o candidato ao Senado pelo PTB, Duciomar Costa, ex-prefeito de Belém, conseguiu ontem reverter o indeferimento do seu registro no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ele havia tido a candidatura negada por conta de condenações de propaganda transmissas em julgamento e também por não ter comprovado o pagamento de multas eleitorais. Porém, ontem, o próprio relator, o juiz João Batista dos Anjos, voltou atrás em sua decisão durante a análise dos embargos declaratórios e defendeu que o candidato preenche todos os requisitos de elegibilidade. O debate causou polêmica na Corte, não só por permitir a mudança no entendimento sobre o mérito da ação em fase de embargos, mas também por acatar a junta de novos documentos. O Ministério Público Eleitoral afirmou que vai recorrer da decisão.

Ao justificar a mudança de entendimento em relação ao voto da sessão anterior, o juiz João Batista afirmou que ao analisar o pedido de defesa do candidato e também levando em consideração o posicionamento dos

juizes que tiveram o voto vencido e os autos originais das ações que levaram à condenação por propaganda irregular, chegou a conclusão de que a sentença que foi dada no último dia 2 foi feita com base em uma premissa equivocada: a de que uma representação eleitoral teria o condão de gerar ineligibilidade.

"A argumentação era de que em 2008 não teria sido aplicada a ineligibilidade na sentença porque ele não era candidato, mas era sim, a reeleição. Ou seja, tanto neste, como no outro processo não tinha sido declarada a ineligibilidade, apenas imposto o pagamento de multa", afirmou o juiz, ressaltando que os juizes da Comissão de Propaganda não teriam a competência para apurar ineligibilidade e sim a Corregedoria da Justiça Eleitoral.

Em relação às multas que Duciomar tem em aberto, o relator ponderou que certidões apresentadas pela defesa nos embargos confirmam um documento anterior do candidato de que ele já tinha parcelado o débito, o que o permitiria obter a certidão de quitação eleitoral.

O procurador regional eleitoral, Allan Mansur, questionou o posicionamento. Segundo ele, os embargos declaratórios visam sanar apenas possíveis omissões, obscuridade ou contradição na sentença condenatória e não fazer um reexame de matéria já julgada. E destacou que no julgamento anterior à questão sobre a capacidade da representação eleitoral atrair ou não a ineligibilidade prevista na alínea "j" da Lei 64/90 já tinha sido enfrentada. Mansur também alertou que a posição adotada pela Corte, inclusive, em três julgamentos realizados ontem mesmo, foi a de que não seria aceita a junta de documento em fase de embargos. "Até porque as partes são intimadas a complementar a documentação e se não o fizerem, não podem querer fazer em fase de embargos", afirmou.

O juiz Mancipior Lopes, que no julgamento anterior já havia votado pelo deferimento do registro, defendeu que é possível sim fazer a modificação do mérito pelos embargos com base em premissas equivocadas. E

de que há, inclusive, jurisprudência sobre o tema.

Já o juiz federal Ruy Castro sustentou que apesar de ter considerado a decisão anterior como inadequada e ter votado contra antes, para ele, a premissa não pode ser justificativa para um reexame do mérito da ação. "Abre uma porta para o subjetivismo porque alguém sempre vai sustentar que a decisão pode ser feita com base em premissa equivocada. E mesmo concordando que aquela não foi a decisão mais acertada, os embargos declaratórios não são sede para rediscutir isto", afirmou.

O procurador eleitoral afirmou que vai entrar com um novo embargo no TRE. "A decisão dada hoje ao candidato Duciomar foi completamente diferente das demais sentenças que vem sendo aplicadas na Corte", afirmou Mansur, ponderando que a mudança na composição da Corte que ontem estava funcionando com quórum mínimo de apenas quatro juizes, sendo que um estava presidindo a sessão pode ter contribuído para alteração de resultado.

José Roberto Arruda é flagrado em vídeo

BRASILIA
Agência O Globo

O ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, que já tinha sido filiado recebendo dinheiro na época de sua campanha em 2006 e tenta voltar ao cargo nas eleições deste ano, foi novamente flagrado em vídeo comando como articulador para conseguir votos de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) favoráveis à manutenção de sua candidatura. No vídeo, gravado em 21 de agosto e divulgado ontem pelo site da revista "Epoca", Arruda diz que pediu ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para convencer o ministro Gilmar Mendes, do TSE e do Supremo Tribunal Federal (STF), a votar favoravelmente a ele.

Arruda também sugere ter o voto do ministro João Otávio de Noronha, do TSE e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Arruda teve a candidatura barrada pelo Tribunal Regional Eleitoral do DF em decorrência da Lei da Ficha Limpa e agora tenta mudar a decisão no TSE. O julgamento na corte estava previsto

para a noite de ontem. Em nota, Fernando Henrique Cardoso confirmou ter sido procurado por Arruda, mas disse ainda ter apenas perguntado a Gilmar Mendes sobre o caso, sem pedir nada. "O ex-governador Arruda falou comigo a respeito de seu recurso ao TSE. Queria que o julgamento ocorresse a tempo de, se favorável, concorrer ao governo de Brasília. Como sempre, sou muito cuidadoso nessas matérias, apenas indaguei ao ministro Gilmar se havia chance de isso ocorrer. Foi informado de que haveria um julgamento anterior que prejudicaria o caso. Nada mais pedi a ninguém, nem nada mais me foi dito", afirmou Fernando Henrique na nota.

Gilmar Mendes não quis se manifestar. O ministro João Otávio de Noronha não se manifestou até o começo da noite, nem houve qualquer orientação dele a seus assessores.

Arruda deixou o cargo em 2010, após o escândalo do mensalão do DEM.

POLÍTICA

Juçepa descentraliza atividades para o interior do Estado. Página 5.

Helder Barbalho põe culpa em secretários

LICITAÇÕES
Ex-prefeito de Ananindeua tenta se eximir em fraudes na saúde

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

Fiscalização realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) na Prefeitura de Ananindeua, sobre convênios firmados entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, entre 1º de janeiro de 2007 e julho de 2009, na gestão do então prefeito Helder Barbalho (PMDB), comprovou **desvios de recursos e outras irregularidades**.

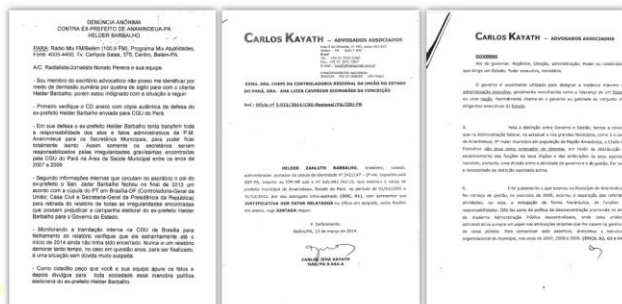
Cumprir registrar que de um montante fiscalizado de R\$ 6.432.937,83 (seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos), foi identificado um potencial prejuízo de R\$ 5.558.838,83 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos), afirmam os fiscais responsáveis pela **deceixa nos convênios**.

Os auditores também fiscalizaram os atos de gestão referentes à execução municipal do Programa de Assistência Farmacêutica Básica, compreendendo a aquisição, armazenagem e distribuição de medicamentos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua, na administração de Helder Barbalho.

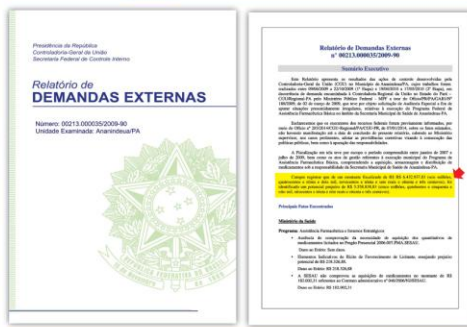
Os fiscais **denunciaram** em relatório à CGU um "prejuízo potencial de R\$ 1.849.041,62 em decorrência do superfaturamento na aquisição de medicamentos do programa de Assistência Farmacêutica Básica nos exercícios de 2008/2009".

O relatório apresenta os resultados das ações de controle desenvolvidas pela Controladoria Geral da União (CGU) no Município de Ananindeua-PA, cujos trabalhos foram realizados entre 09/06/2009 a 22/10/2009 (1ª Etapa) e 19/04/2010 a 17/05/2010 (2ª Etapa).

Necessidade de Helder Barbalho, encaminhada à CGU em 13 de março de 2014, o advogado Carlos Kayath **responsabiliza** os secretários de Saúde do município de Ananindeua no período fiscalizado como **responsáveis pelos supostos desvios e irregularidades** que tenham ocorrido na área de saúde.



Acima veja **denúncia** anônima sobre estratégia dos Barbalho e parte da defesa do ex-prefeito no caso



Parte do relatório da CGU que comprovou prejuízos em programa de saúde

AUDITORIA ESPECIAL

VEJA O QUE DIZ O RELATÓRIO DA CGU

O relatório foi realizado em decorrência de demanda encaminhada à Controladoria Regional da União no Estado do Pará – CGU/Regional-PA pelo Ministério Público Federal – MPF a teor do Ofício/PR/PA/GAB1/Nº 283/2009, de 2 de março de 2009, que teve por objeto solicitação de Auditoria Especial a fim de apurar situações presumidamente irregulares, relativas à execução do Programa Federal de Assistência Farmacêutica Básica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de

Ananindeua-PA.

"Esclarecemos que os executores dos recursos federais foram previamente informados, por meio do Ofício nº 283/2014/CGU-Regional/PA/CGU-PR, de 07/01/2014, sobre os fatos relatados, não havendo manifestação até a data de conclusão do presente relatório, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das

responsabilidades."

Principais fatos encontrados
1) Cumprir registrar que de um montante fiscalizado de R\$ R\$ 6.432.937,83 (seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos), foi identificado um potencial prejuízo de R\$ 5.558.838,83 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos)
2) Ausência de comprovação da

necessidade de aquisição dos quantitativos de medicamentos licitados no Pregão Presencial 2006.007/PMAS/PA.

3) Elementos Indicativos de Ilícito de Favorecimento de Licitante, ensejando prejuízo potencial de R\$ 218.326,88.
4) A SESAU não comprovou as aquisições de medicamentos no montante de R\$ 182.002,31 referentes ao Contrato administrativo nº 046/2006/NI/SESAU.

Defesa de Helder Barbalho cita nominalmente os ex-secretários de saúde

beras na fiscalização, que ex-chefe de governo não tem que apresentar justificativas de falhas ou irregularidades: "Considerando os termos do ofício supracitado, originário da Controladoria Geral da União no Pará vimos nos termos do artigo V, inciso IV da Constituição Federal, apresentar as justificativas acerca das constatações relevantes que comprovam que como ex-chefe de governo e agente político não tem que apresentar justificativas ou esclarecimentos de falhas ou irregularidades operacionais identificadas na gestão da Secretaria Municipal de Saúde no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de março de 2009."

O advogado Carlos Kayath, **para tirar das costas da administração do ex-prefeito Helder Barbalho** quaisquer eventuais **irregularidades** cometidas com as verbas federais repassadas pelo Ministério da Saúde para a Secretaria de Saúde de Ananindeua no período fiscalizado pela CGU, **entrega as cabeças dos secretários na bancada para a CGU**. "A execução das ações relativas à Saúde foram (sic) executadas de forma descentralizada, sem qual quer interferência ou anulação do gestor municipal. Neste sentido, com fulcro no artigo 5º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), não poderia ser responsável pela aplicação de quais quer recursos repassados pela União,"

Helder não explica e nem justifica conclusões da Controladoria Geral

Na quarta-feira, 20, encaminhado ao candidato do PMDB ao governo do Pará, por sua página no Facebook, e publiquei aqui neste espaço os questionamentos sobre a denúncia de supostos desvios feita pela Controladoria Geral da União

(CGU). Transcrevo: Candidato Barbalho: Auditoria feita pela Controladoria Geral da União (CGU), do governo federal, em convênios firmados pelo Ministério da Saúde com a Secretaria de Saúde de Ananindeua durante

o período de janeiro de 2007 a 31 de março de 2009, no seu segundo mandato como prefeito municipal, portanto, chegou à seguinte conclusão: "Cumprir registrar que de um montante fiscalizado de R\$ R\$ 6.432.937,83 (seis milhões,

quatrocentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos), foi identificado um potencial prejuízo de R\$ 5.558.838,83 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos)"

Diante do exposto e para que não alegue posteriormente que não foi ouvido, seguem os seguintes questionamentos em relação à denúncia de desvios de verbas federais:
1 - Você defende que, co-

mo ex-prefeito de Ananindeua, não tem que apresentar justificativas ou esclarecimentos de falhas ou irregularidades operacionais identificadas na gestão da Secretaria Municipal de Saúde durante o seu mandato?

2 - Você acha correto responsabilizar seus ex-secretários municipais de Saúde pelas supostas fraudes, se eximindo de qualquer culpa por desvios eventualmente ocorridos durante sua gestão como prefeito?

3 - O que você tem a dizer sobre o relatório da CGU que aponta um "prejuízo potencial de R\$ 1.849.041,62 em decorrência do superfaturamento na aquisição de medicamentos do programa de Assistência Farmacêutica Básica nos exercícios de 2008/2009", como acusam os auditores da CGU?

Como das vezes anteriores, Helder Barbalho simplesmente ignorou os questionamentos. Tirando o corpo fora e responsabilizando subalternos, como o fez em sua defesa. Que não venha dizer em seu jornal de campanha que ninguém tentou ouvi-lo!

Leilão de Antiguidades e Arte

C & M Antiguidades tem o prazer de convidá-lo para uma manhã de SÁBADO agradável e de bom gosto.

DATA: 30/08/2014 (Sábado) às 10:00h da manhã.

LOCAL: RUA 28 DE SETEMBRO, 925 (Entre: Quintino e Rui Barbosa)

CATALAGO: Magnífico par de pratos em fina porcelana francesa pintados a mão e assinados – Vitrines – Poltronas – Consóles – Louceiro – Cadeiras Medalhão em Jacarandá – Criados Mudos – Porta Bibelô – Suntuoso Guarda-roupa art'nouveau outro FREITAS DIAS assinado – Escrivania – Mesas de Jantar, Centro, Apoio e Apresentação – Lustres – Opalinas – Centros de Mesa – Cachepots – Caixas Porta Joia – Bandejas – Pinhas – Perfumeiros – Garrafas – Abajures – Aplique p/ parede – Bibelôs e Biscuits – Aparelhos de jantar, Chá e Café – Espelho Veneziano e Outros – Quadros – Tapetes – Placas e Pratos p/ Parede – Div. Estatuetas em Bronze e louça – Adornos diversos e outros objetos presentes no Leilão. VISITAS E ENTRGA DOS CATALOGOS NO DIA DO LEILÃO APÓS AS 09:00h – Facilidade no pagamento – FACEBOOK: Carlinhos & Marquinhos Antiguidades – Fotos do leilão a partir do dia 29/08/14 – Leiloeiro Paulo Torres – 9993-5733/8066-6666

TRE inaugura Disque-Denúncia para as eleições deste ano. Página 10.

POLÍTICA

Patrimônio de Helder mais que duplica

DENÚNCIA

Helder incorporou mansão de R\$ 1,33 milhão quando era prefeito

RONALDO BRASILENSE
Da Redação

O patrimônio declarado do candidato do PMDB ao governo do Estado, Helder Barbalho, 35, mais do que duplicou no período em que o mesmo foi prefeito do município de Ananindeua - foi a aquisição de uma mansão no residencial Lago Azul, por R\$ 1.332.361,00. A mansão suntuosa, de seis suítes, com piscina, foi declarada à Justiça eleitoral este ano como "Benefitória do Imóvel Lago Azul - Ananindeua".

Especialistas do ramo imobiliário paraense, porém, estimam que uma mansão como a de Helder Barbalho no Lago Azul vale no mínimo R\$ 4 milhões. Trocando em miúdos, o ex-prefeito de Ananindeua subavaliou sua mansão na declaração de bens entregue à Justiça.

Como prefeito de Ananindeua, entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2012, Helder Barbalho fez jus a um salário de aproximadamente R\$ 12 mil mensais, brutos (este continua sendo o salário do atual prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro).

Se tivesse economizado todos os 48 salários mensais - em seus quatro anos como prefeito - mais 13º salários, férias e diárias, sem gastar um real sequer com água, luz, alimentação, transporte, saúde, educação, combustível, vestuário e etc., Helder Barbalho não teria acumulado no período nem R\$ 800 mil.

Então, como explicar que tenha comprado após sair da prefeitura de Ananindeua uma luxuosa mansão por mais de R\$ 1,3 milhão? Com a resposta, como deve, o candidato Helder Barbalho.

Foto: R. M. / Imagem



Mansão de Helder Barbalho declarada com valor de R\$ 1,3 milhão, é avaliada por especialistas em R\$ 4 milhões

exatos R\$ 825.842,00. Em junho de 2014, quando apresentou nova declaração de bens à Justiça eleitoral para concorrer ao governo do Estado, o patrimônio do filho do honesto senador Jader Barbalho havia pulado para estratosfé-

Ex-prefeito não explica como enriqueceu enquanto exercia o mandato



Bens e rendimentos de Helder Barbalho em 2008

1 - 20% do capital da firma Diário do Pará Ltda CNPJ 04218335/0001-31	R\$ 150.000,00
2 - 7,5% do capital social da firma Telecom - CNPJ 02062779/0001-03	R\$ 7.500,00
3 - 15% do capital da firma Itelcom Ltda CNPJ 02047080/0001-66	R\$ 6.000,00
4 - Veículo Marca Mitsubishi, Modelo Pajero Sport, Ano 2004/2005	R\$ 148.000,00
5 - 25% do capital do Sistema Clube do Pará - CNPJ 23924294/0001-80	R\$ 50.000,00
6 - 16,66% do capital social da firma SNC LTDA CNPJ 14069770/0001-82	R\$ 8.333,00
7 - Cessão sobre imóvel financiado pelo SFH (Cobab) Cidade Nova VIII	R\$ 30.000,00
8 - 25% do capital da Rádio Clube do Pará - Ltda - CNPJ 0485828/0001-25	R\$ 75.000,00
9 - 30% do capital social da Carajás FM Ltda - CNPJ 04760351/0001-51	R\$ 45.000,00
10 - 25% do capital da firma RBA Ltda - CNPJ 05143490/0001-07	R\$ 306.009,00
Total	R\$ 825.842,00

Bens e rendimentos de Helder Barbalho em 2014

Imóvel localizado na Tr WE 449 nº 202 Cidade Nova VII Ananindeua	R\$ 30.000,00
Terreno urbano sem edificações	R\$ 120.000,00
Dois terrenos urbanos sem edificação - Belém	R\$ 88.237,20
Benefitória no Imóvel Lago Azul Ananindeua	R\$ 1.332.361,00
Ações Telebrás	R\$ 33.618,00
Capital da empresa Z&B Ltda	R\$ 25.000,00
Capital social da firma SNC Sistema Norte de Comunicação Ltda	R\$ 8.333,00
Capital social da firma Diário do Pará	R\$ 150.000,00
Capital social da firma Rádio Clube do Pará	R\$ 75.000,00
Capital social empresa DOL - Portal de Internet Ltda	R\$ 25.000,00
Capital social Sistema Clube do Pará de Comunicação	R\$ 50.000,00
Capital social da firma Itelcom	R\$ 6.000,00
Capital social da firma Telecom	R\$ 7.500,00
Capital social da firma Carajás FM Ltda	R\$ 45.000,00
Capital social RBA Rede Brasil Amazonia de Televisão	R\$ 306.009,00
Banco do Brasil	R\$ 366,09
Caixa Econômica Federal	R\$ 1.811,78
Caixa Econômica Federal	R\$ 31.097,19
Banco do Brasil	R\$ 2.343,51
Total	R\$ 2.337.676,77

Empresas declaradas são subavaliadas

A Rede Brasil Amazônia (RBA), joia da coroa do grupo de comunicação do senador Jader Fontenelle Barbalho (PMDB), valeria pouco mais de R\$ 1,2 milhão se prevalecer o que consta na declaração de bens e rendimentos do candidato ao governo Helder Barbalho entregue à Justiça Eleitoral.

Os 25% do capital social da RBA - que retransmite a programação da Rede Bandeirante no Pará e tem sua suntuosa sede localizada na avenida Almirante Barroso, em frente ao Bosque Rodrigues Alves, com uma imensa torre falca -, foram declarados por Helder Barbalho por irrisórios R\$ 306.009,00.

Avaliações feitas por duas imobiliárias de renome em Belém do Pará estimam em mais de R\$ 10 milhões ape-

nas os terrenos localizados na Almirante Barroso onde funcionam as sedes da RBA, do jornal Diário do Pará, da Rádio Clube do Pará e de outras empresas do grupo de comunicação da família Barbalho.

Todos os bens do grupo de comunicação dos Barbalhos foram depreciados na declaração de bens e rendimentos encaminhados à Justiça eleitoral paraense. Somados, não valeriam R\$ 2 milhões.

A Rádio Clube do Pará, por exemplo, valeria apenas R\$ 300 mil e o jornal Diário do Pará, com todos os seus equipamentos, poderia ser comprado por apenas R\$ 750 mil, uma pechincha.

A Rádio Carajás, então, sairia quase de graça pouco mais de R\$ 150 mil, o preço de uma Hillux zero km.

Empresas subavaliadas na declaração de Helder

Rede Brasil Amazônia (RBA)	R\$ 306.009,00 (25%)
Rádio Clube do Pará	R\$ 75.000,00 (25%)
Sistema Clube do Pará	R\$ 50.000,00 (25%)
Jornal Diário do Pará	R\$ 150.000,00 (20%)
Sistema norte de Comunicação	R\$ 8.333,00 (16,6%)
Rádio Carajás FM	R\$ 45.000,00 (30%)

REVISTA DIGITAL DA ORM CABO NUM CLIQUE

Confira a grade de programação dos canais, destaques do mês e novidades da ORM CABO, tudo isso a um clique com maior conforto e praticidade pra você acessar de qualquer lugar pelo computador ou tablet.

Acesse o site: www.ormcabo.com.br



Clique aqui e leia

ORM CABO
3199-1212 - 3213-1212

MPE e MPF organizam workshop para debater soluções para a orla. Página 6.

CIDADES

Eleição para o governo fica embolada

NO PARÁ
Candidatos do PSDB e do PMDB têm 24% e 22%, respectivamente, na espontânea

BRASILIA
THIAGO VILARINS
Da Soturnal

A primeira sondagem do Ibope para o governo do Estado do Pará, encomendada pela TV Liberal, aponta o tucano Simão Jatene e o psdbista Helder Barbalho, com 24% das intenções de voto, enquanto o peemedebista tem 22% das intenções de voto, enquanto o tucano aparece com 16% das intenções de voto, enquanto o psdbista tem 22% das intenções de voto.

to e vantagem de dois pontos percentuais em relação ao segundo colocado, o peemedebista Helder Barbalho, com 22%. Todos os demais candidatos são citados por apenas 2% dos entrevistados, enquanto a maioria dos que não sabem ou não responderam é de 43% e os que disseram votar em branco e nulo é de 9%.

Já a pesquisa estimulada também indica empate técnico entre Simão Jatene e Helder Barbalho. O psdbista tem 38% das intenções de voto, enquanto o tucano aparece com a preferência de 37% do eleitorado. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos. Na sequência estão Marco Antônio

(PCB) e Zé Carlos do PV, ambos com 3%, e Elton Braga (PRTB) e Marco Carrera (PSOL), empatados com 2%, cada um. Os indecisos somam 9% e os votos brancos e nulos, 6%.

A pesquisa foi realizada entre os dias 11 e 14 de agosto, com 812 eleitores de 44 municípios, e está registrada no Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) sob o número PA-00004/2014 e no Tribunal Superior Eleitoral sob protocolo BR-00379/2014.

De acordo com o primeiro levantamento do Ibope/TV Liberal para essas eleições, Jatene leva pequena vantagem em relação ao seu principal adversário entre os eleitores com baixa renda. O governa-

Ibope realizou pesquisa no Estado entre os dias 11 e 14 deste mês

dor aparece com 37% da preferência do eleitorado com renda familiar de até um salário mínimo e de 38% entre os que recebem entre um e dois salários mínimos. Helder Barbalho surge com 36% e 35%, respectivamente. O candidato do PMDB tem melhor desempenho entre os eleitores que recebem mais de 2 salários: 44% ante 36% do concorrente tucano. Na avaliação espontânea, Jatene surge empatado com Barbalho entre os elei-

tores com as maiores rendas familiares (26%) e volta a superá-lo entre os que possuem renda familiar abaixo de um salário mínimo (20% contra 19%) e renda entre um e dois salários (24% contra 19%).

ELEITORES

O atual governador também é o favorito entre os eleitores mais jovens, concentrando 44% das intenções de votos do grupo de entrevistados com idade entre 16 e 24 anos - nove pontos percentuais acima do índice registrado por Barbalho. O candidato do PSDB também tem bom desempenho na faixa etária entre 35 e 44 anos, com 41% da preferência ante

36% do seu adversário.

Já Helder apresenta os seus melhores resultados entre os eleitores com idade de 25 a 34 anos (48% contra 34%) e de 45 a 54 anos (40% contra 33%). Na análise por escolaridade, o melhor resultado do tucano é no grupo com ensino fundamental, entre os que cursaram até a 8ª série (41% ante 33%), enquanto Barbalho se destaca entre os que possuem ensino médio (44% ante 37%). Os dois empatam entre os que cursaram até a 4ª série do fundamental (29%) e praticamente se igualam entre os que possuem nível superior, com pequena vantagem de três pontos percentuais para o candidato do PMDB (42%).

Candidatos tucano e petista lideram corrida pela vaga no Senado, com 16%

O tucano Mário Couto e o petista Paulo Rocha lideram a corrida pela vaga no Senado, empatados com 16% das intenções de voto, segundo a pesquisa Ibope/TV Liberal. Logo em seguida aparecem tecnicamente empatados Duciomar Costa (PTB) e Jefferson Lima (PP), com percentuais de 14% e 13%, respectivamente. Mais abaixo estão Professor Simão (PV), com 5%, Helenilson Pontes

(PSD), com 4%, e Ângela Azevedo (PSTU), com 3%. Eliezer Barros (PRTB), Pedrinho Maia (PSOL) e Renato Rolim (PCB) fecham a lista com 1% das indicações de voto, cada um. O percentual de eleitores que declararam intenção de votar em branco ou nulo é de 9%, enquanto 16% não sabem ou preferem não opinar.

Mário Couto e Paulo Rocha também aparecem na pesquisa espontânea, com 8% das

indicações dos entrevistados. Já Jefferson Lima desponta em terceiro com 7%, seguido por Duciomar Costa, com 5%, Helenilson Pontes, com 2%, e Ângela Azevedo, com 1%. Os demais candidatos somam 4% das intenções de voto. O total de indecisos é de 54% e a margem dos que responderam votar branco ou nulo é de 10%.

Apesar de aparecerem na pesquisa, dois nomes es-

tão concorrendo ao Senado com as suas candidaturas impugnadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) por se enquadrarem na Lei Complementar nº 135/2010, a chamada Lei da Ficha Limpa. É o caso de Paulo Rocha, que teve a candidatura contestada por ter renunciado ao mandato de deputado federal em 2005, à época do escândalo do mensalão, e o ex-prefeito de Be-

lém, Duciomar Costa, por ter condenação no TRE-PA.

Mesmo enquadrados como fichas sujas, eles continuam na disputa eleitoral por terem recorrido da decisão do TRE-PA no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Enquanto não houver deliberação da Justiça Eleitoral, os candidatos impugnados continuam com os mesmos direitos daqueles que estão com a situação totalmente regularizada.

A situação só muda na hora da contabilização dos votos. Os candidatos podem continuar sua campanha sob sua conta e risco. No entanto, os votos deles são separados e ficam esperando até a Justiça liberar o registro. Essa candidatura, chamada sub judice (pendente de julgamento), pode representar em voto nulo do eleitor, caso a decisão do TSE seja por barrá-los novamente. (T. V.)

Eleitores também avaliaram administração do governo e da presidente

A pesquisa Ibope/TV Liberal também mostrou como eleitores parenses avaliam a administração do governador Simão Jatene. Para 44% dos entrevistados, o governador tem avaliação regular, 26% classificam

como ótima ou boa, 10% avaliam como ruim e 18% péssima. Cada entrevistado também foi perguntado se "aprova ou desaprova a forma como o governador vem administrando o Estado?". Diante dessa questão, 49%

afirmaram que aprovam e 47% desaprovam a gestão. Outros 5% não responderam.

Já a administração da presidente Dilma Rousseff foi avaliada como ótima ou boa por 41% dos eleitores

consultados. O mesmo percentual foi assinalado para a resposta regular, enquanto outros 19% indicaram como ruim ou péssima. Em relação à maneira como a presidente governa o país, 62% disseram que aprovam

e 36% desaprovam. Uma parcela de 1% optou por não responder.

A pesquisa ainda deu a opção de o eleitor apontar a área que considera centralizar os maiores problemas do Estado. A saúde foi

citada por 36%, seguido da segurança pública e educação, ambos com 11%. Ainda foram citados estradas (7%), energia elétrica (5%), abastecimento de água (6%), geração de empregos (5%) e drogas (4%). (T. V.)

Equipe norte-americana vai investigar acidente que matou Campos

SÃO PAULO E BRASÍLIA
Agência Estado

Uma equipe do Conselho Nacional de Segurança em Transportes (NTSB) dos EUA foi enviada ao Brasil para ajudar na investigação das causas do acidente que matou o candidato à presidência Eduardo Campos na última quarta-feira, 13. Segundo o NTSB, que é a agência investigadora de acidentes dos Estados Unidos, o país fabricante da aeronave, o investigador Tim Monville, que foi designado para o caso, chegou a Santos na sexta-feira, 15. Ele está acompanhado um membro da Transportation Safety Board (TSB), a agência investigadora de acidentes do Canadá, o país fabricante do motor.

"Como o acidente envolve um avião fabricado nos EUA, sob as regras do Anexo 13 da Organização Internacional de Aviação Civil, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) do Brasil notifica o NTSB", afirmou o órgão norte-americano em comunicado.

O NTSB destacou que a investigação está sendo conduzida pelo Cenipa e que o órgão brasileiro vai divulgar todas as informações rela-

cionadas ao caso. Monville está acompanhado por consultores técnicos da Administração Federal de Aviação dos EUA e da Cessna Aircraft Company, fabricante do jato Cessna 560XL.

Também estão no Brasil um representante da empresa fabricante do motor, a canadense Pratt & Whitney, um representante do fabricante da aeronave, a norte-americana Cessna, e um representante da Federal Aviation Administration (FAA), que é o órgão regulador da aviação civil dos Estados Unidos - o equivalente à brasileira Agência Nacional de Aviação Civil. Segundo a FAB, a FAA tem interesse nas investigações porque há muitos aviões Cessna operando nos EUA.

PILOTO

O Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juntil Saito, relatou ao jornal Estado de S. Paulo o teor das últimas conversas do piloto do Cessna que transportava Eduardo Campos. Segundo Saito, o piloto falou com o serviço de rádio em um momento crucial, informando que estava arremetendo por causa da visibilidade ruim.

Questionado pelo "contor-

lador" quais suas próximas intenções, respondeu, com tranquilidade, que iria "aguardar a melhoria do tempo". Só que, depois disso, o militar tentou pelo menos quatro contatos e não conseguiu mais comunicação com o piloto. A conversa foi mantida com o militar do serviço de rádio e comunicação da Base Aérea de Santos e é posterior aos diálogos já divulgados que trouxeram informações sobre a aproximação da aeronave.

A reconstrução destes detalhes foi possível pelas informações do pessoal de terra em Santos e das gravações da Base Aérea de Santos, já que não existe qualquer registro das conversas dos pilotos no equipamento que ficava na cabine do avião.

O brigadeiro afirmou que ainda não sabe o que motivou o problema na gravação da caixa preta do avião: "Não sabemos o que aconteceu. Estamos investigando. Todos estavam ansiosos pelo resultado da avaliação da caixa de voz, sobre o conteúdo da caixa-preta. Só que, lamentavelmente, não tem nenhum diálogo entre os pilotos. Não sei o que aconteceu". Segundo o militar, o Cenipa não pode, no momento, dar um prazo para a divulgação do relatório de investigação.

Pão de Queijo Recheado! Uma delícia irresistível que você só encontra aqui na Casa do Pão de Queijo!

Sabores:
Requeijão da Casa - Cheddar - Polenguinho
Requeijão com Azeitonas - Doce de Leite

Casa do Pão de Queijo Boulevard Shopping - 1º Piso
3224-5211

LIBERTY

COMPRE UM GALAXY S5 E GANHE UM GAME PAD.

SAMSUNG GALAXY S5
POR APENAS R\$ **1.499**

PROMOÇÃO EXCLUSIVA

NO PLANO LIBERTY +200
COM INTERNET DE 1GB

TIM
Você, sem fronteiras.

POLÍTICA

Pará tem 1,2 mil eleitores aptos a votar em trânsito. Página 5.

Estádio fantasma é a maior herança maldita de Helder

DESPERDÍCIO
Obra milionária
e inútil nunca foi
concluída em bairro
de Ananindeua

RONALDO BRASILIENSE
Da Redação

Quem conhece o que seria o Estádio Municipal de Ananindeua, no bairro Guajará, um dos mais abandonados, se depara com um monumento ao desperdício do dinheiro público, símbolo da inepta administração do ex-prefeito pernambucano Helder Barbalho (2005-2012) à frente do segundo maior município do Pará, na Região Metropolitana de Belém.

Abandonado num gigantesco terreno baldio, tomado pelo mato, cheio de poças d'água e de caminhões e tratores depenados por vândalos, abandonados ao sol, sujeitos às intempéries do clima, o que seria um moderno estádio que, inicialmente concluído, teria capacidade para abrigar 25 mil torcedores, virou ponto de encontro para mendigos, desocupados e drogados.

"Este estádio será um marco para o município e ainda vai trazer mais desenvolvimento para o esporte e o lazer de Ananindeua", chegou a festejar o então prefeito Helder Barbalho, ao lançar a pedra fundamental do estádio, localizado a um canto sensível a menos de cinco quilômetros do Mangueirão, o Estádio Olímpico do Pará, na avenida Augusto Montenegro, com capacidade para 54 mil torcedores sentados.

Helder anunciou publicamente que o novo estádio de Ananindeua, além de abrigar partidas de futebol, também proporcionaria atividades para os alunos da rede municipal de ensino no programa "Bom de bola, Bom, de escola", outro fa-



Estádio Municipal de Ananindeua não passa de um "elefante branco" incompleto

tóide que nunca saiu do papel.

O arremedo de estádio foi batizado carinhosamente pelos moradores das redondezas de "Bandão", e não sem motivo: apenas uma banda das projetadas arquibancadas chegou a ser construída, não servindo absolutamente para nada. O campo de futebol serve para peladas de garotos do bairro que conseguem autorização da vigia da empreiteira responsável pela obra, **paralisada há mais de dois anos**.

A construção do estádio municipal seria resultado de um convênio firmado entre a Prefeitura de Ananindeua, na administração de Helder Barbalho, com o Ministério dos Esportes e a Caixa Econômica Federal, **mas tudo não passou de um sonho mesquinhão**.

Aberta a licitação pública pela PMA, saiu-se vencedora a empreiteira Delta Construção S/A, que se tornou conhecida nacionalmente depois de comprovado seu envolvimento com a controvérsia na Comissão Parlamentar de Inquérito do Carlos Cachoeira. A Delta venceu a licitação pública para a execução da obra, mas **o contrato firmado com a Prefeitura de Ananindeua acabou sendo**

cancelado por motivos nunca esclarecidos pelo ex-prefeito. A Delta Construção pertence ao empresário Fernando Cavendish e ficou famosa nacionalmente pelo seu envolvimento com o bicheiro goiano Carlinhos Cachoeira e por ter tido como conselheiro o ex-chefe da Casa Civil do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o mensaleiro condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) José Dirceu, que continua preso no Distrito Federal.

O "Escândalo Cachoeira" acabou provocando a cassação do mandato do então senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que foi investigado em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado e que atuava como uma espécie de consultor do contraventor Cachoeira.

O contrato firmado pela Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura de Ananindeua, na gestão de Helder Barbalho, com a Del-

ta Construção, foi de R\$ 23,4 milhões. Desse total, R\$ 19,4 milhões foram anulados e R\$ 1,29 milhão repassado a empresa, segundo informa a atual gestão da Prefeitura de Ananindeua.

Com o cancelamento do contrato com a Delta Construção, uma nova licitação foi feita pela Prefeitura de Ananindeua e a empresa vencedora, desta vez, foi a Visatec, que ficou responsável pela obra, que **não teve continuidade e está parada há mais de dois anos**.

O estádio municipal é apenas uma das muitas **heranças malditas** que Helder Barbalho deixou para o seu sucessor, o atual prefeito Manoel Pioneiro (PSDB), que não sabe o que fazer com o **"elefante branco"** que recebeu, uma obra **"fantasma"** implantada num terreno baldio, que não serve para absolutamente nada.

Sim, o **estádio "fantasma"** de Helder Barbalho continua lá, no mesmo lugar, num grande terreno localizado num dos bairros mais pobres de Ananindeua, símbolo do desperdício de verbas públicas.

O que não se sabe até hoje é o que foi feito com o dinheiro liberado para a execução da obra.

OPINIÃO

Meu último diálogo com Eduardo

GERSON PERES

Li em "Gotas de otimismo", de notável amigo, Jaredes, um pensamento de Moacir Gadotti de que "o diálogo se dá entre iguais e diferentes, nunca entre antagonismos". Tomei um susto e controlei as lágrimas da tristeza com saudade que, internamente, caíram no dia 13 de agosto, no coração, quando os amigos da Fiepa me comunicaram: o Eduardo Campos morreu em desastre de avião! A comoção, na face de todos, retratava a perda irreparável de uma florescente liderança política de futuro promissor ao Brasil.

Conheci Eduardo, na Câmara, em 1994, através de seu avô, Miguel Arraes, meu colega, que a deixava para governar Pernambuco. Deixou Eduardo na Câmara, de onde licenciou-se para ajudá-lo. Em 1995, voltou. Relacionamo-nos e construímos uma amizade fraterna.

Sua morte trágica e inesperada interrompeu sua campanha à Presidência da República para servir o Brasil. Em testemunho e em respeito a sua memória, convém lembrar aos que não o conheceram que a inteligência, a humildade com o conhecimento, a humanidade com a coragem de fazer o bem às pessoas, os ideais republicanos cheios de amor, a competência no governar Pernambuco, tudo e mais o otimismo a que o mundo pertence, ignorando os pessimistas como meros espectadores, aumentaram sua forte personalidade, admirada por todos que com ele se privaram.

Meu último diálogo com ele foi há dois meses. Li brilhante artigo que escreveu na Folha de S.Paulo. Nele sintetizava a agenda programática de seu futuro governo. Delineou diretrizes

voltadas ao bem-estar social dos brasileiros, às fundamentais e necessárias reformas em consonância com a vontade expressa do povo, nas áreas da política, da tributação e da educação e a saúde como dever de estado. Essas diretrizes priorizavam sua ação presidencial, com um conteúdo de propostas em busca de um Brasil novo, com o equilíbrio de suas finanças, previstas com a responsabilidade da conquista de uma economia saudável e estável. O conhecimento não lhe faltaria a uma arrojada proposta de governo.

O término, não gostei, e telefonou-me para dizer-lhe "Eduardo, amigo, teu artigo no exórdio é admirável. O conteúdo é aceitável e aplaudido, satisfatório e inquestionável, preconiza e transfere aos brasileiros, se concretizado, o grande êxito de teu governo de Pernambuco. A peroração, infelizmente, com a liberdade que a amizade permite, é de conteúdo que pode te tirar votos para tua vitória. Escreves sobre a necessidade de mudar os velhos políticos, e não explicaste a qualificação desses velhos. Aconselho-te, muda esta tua colocação. Esclarece a melhor. Só te lembro que os velhos ganham as guerras e constroem as cidades e precedem pela experiência, com o conhecimento, a sabedoria e o preparo dos jovens. Eduardo, eles são cerca de 30 milhões de eleitores!" Respondeu-me: "Agradeço-te o conselho, vou reparar e melhor esclarecer. Os velhos em meu governo terão a atenção especial, o respeito e todo meu amor".

■ Gerson Peres é professor, advogado e político. E-mail: gersonperes@hotmail.com.br

JURISCRÔNICA

Morosidade do processo judicial

ANTONIO JOSÉ MATOS

Um dos assuntos que mais se discutem hoje em dia é a morosidade da prestação jurisdicional - demora em o cidadão ver seu direito realizado concretamente no processo judicial, a mando da Justiça.

A morosidade jurisdicional atinge de morte diretamente o direito fundamental de razoável duração do processo judicial, ou seja, o legislador constituinte considera que o processo judicial tenha razoável duração, mas não desrazoável duração.

Pode-se indagar: quando seria razoável a duração processual? A resposta pode ser: depende do tipo de processo judicial. Por exemplo, não é razoável o advogado esperar 2 ou 3 anos para que o Tribunal decida que seu recurso não vai ser julgado porque falta documento essencial; ou, é desarrazoado que um processo judicial perdure 10, 15, 20 anos.

Muitas são as razões do mal: a herança judicial portuguesa, o sistema processual vigente, atuação do autor, do réu, do juiz, do promotor, falta de estrutura, etc. Às vezes, a demora exagera da fazenda: ao réu, por operar a prescrição intercorrente (prescrição - que é a perda do direito do credor - que ocorre durante o curso do processo).

Casos dessa natureza são comuns no Judiciário, como o Recurso AgRg no AREsp 23406-SC, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo como relator o Ministro Castro Meira, que decidiu, unanimemente, que prescreve a dívida tributária se o processo permanecer sem movimentação, por inércia do credor, por mais de 5 anos.

A plethora de processos no Judiciário, principalmente os que têm o Poder Público como autor, afoga juizes e procuradores, de sorte que o controle processual mais seguro resta apenas para aqueles processos mais importantes econômica,

social ou politicamente a estratégia estatal.

Por outro lado, a morosidade processual prejudica o particular que tem seu direito arrasado por mais de uma década, sendo tal direito concretizado, às vezes, para os herdeiros do autor da ação.

A situação tem preocupado os atores do Judiciário, havendo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso Nacional (PEC nº 15, de 2011, a chamada PEC dos Recursos), cuja finalidade é dar mais celeridade ao processo judicial, por meio de supressão de instâncias recursais, ou melhor, a proposta admite recurso apenas para os Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios, e Tribunais Regionais Federais (os Tribunais de 2º grau). Assim, não mais se recorreria ao STF nem ao STJ, a estes seria reservada matéria específica na Constituição Federal.

A PEC 15/2011 é polêmica, merecendo ser debatida amplamente. O modelo proposto tem sua razão de ser, apenas é incoerente para a estrutura lógica do processo brasileiro. Para não contrariar o Estado Democrático de Direito e nem os princípios dos direitos humanos, deve-se primeiro mudar toda a estrutura processual.

Uma coisa é certa: há o diagnóstico da necessidade de transformar o processo judicial em processo célere, mas a Proposta de Emenda Constitucional em discussão no Congresso Nacional não é remédio adequado. Há que se construir uma solução para a fórmula de necessidade e adequação para que se fortaleça a cidadania brasileira e se obedeça a cultura instalada no Brasil de Estado Democrático de Direito.

■ Antonio José Matos, Doutor em Direito pela USP, Diretor Geral do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, Professor da UFPA e UNAMA, Advogado antirrecursos@ajmatos.adv.br

Pioneiro quer saber para onde foi o dinheiro

"Não sabemos para onde foram os recursos, de cerca de R\$ 11 milhões. Ficamos com uma obra inacabada e com muitas pendências apontadas em uma auditoria preliminar, onde as medições apontam que seriam necessários ainda R\$ 2 milhões para a sua conclusão", afirma o prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro, sobre o estádio "fantasma" que herdou de Helder Barbalho.

Governando Ananindeua pela terceira vez, Manoel Pioneiro lembra que já solicitou uma nova auditoria nas obras do estádio municipal para saber a

destinação dos recursos efetivamente liberados. "Pedimos uma nova auditoria para avaliar se houve condição de concluir a obra, que não colocamos em prioridade porque a população de Ananindeua enfrenta muitas necessidades urgentes", garante.

O prefeito cita como exemplo de prioridade em sua gestão os investimentos em saneamento básico - e não em estádios grandiosos - já que levantamentos feitos pelo próprio Ministério das Cidades em 2011, durante a administração de Helder Barbalho, apontou Ananindeua como o pior município do Brasil em

saneamento.

"Estamos levando saneamento para diversos bairros da cidade, em pouco mais de um ano, conseguimos fazer muito do que não foi feito em oito anos", garante Pioneiro. "Hoje estamos com canteiros de obras em muitas áreas de difícil acesso de Ananindeua, e queremos chegar na maioria dos bairros para abandonar essa condição de déficit no saneamento", conclui.

OUTRO LADO

"Em razão do cancelamento do contrato, nenhum centavo

foi pago à Delta Construções S/A pela obra de construção do Estádio Municipal durante a minha gestão", afirma o ex-prefeito Helder Barbalho em nota publicada em seu próprio jornal diário.

Helder Barbalho diz mais: "Por força do convênio, nenhuma prestação foi feita à empresa que executava a construção do estádio, pois não foi feito sem a aprovação da Caixa Econômica Federal, que fiscaliza o serviço e libera o dinheiro", afirmou Helder Barbalho, na nota oficial. Há controvérsias.

MPE cobra R\$ 25 milhões de vereadores de Belém

O pagamento da verba indenizatória aos vereadores desde 2003 ainda promete dar muita dor de cabeça a quatro ex-presidentes e ao atual presidente da Câmara de Belém, vereador Paulo Queiroz. Ação civil assinada pelos promotores Bruno Beckenbauer, Domingos Sato e Firmino Araújo, com a chancela do procurador de Justiça Nelson Medrado, que responde pelo Núcleo de Combate à Corrupção e Improbidade Administrativa, cobra na Justiça o ressarcimento de cerca de R\$ 25 milhões e a indisponibilidade dos bens desses políticos.

A verba indenizatória, segundo o MP, corresponde ao pagamento dos chamados auxílio-alimentação e auxílio-combustível, uma sangria ao Erário que está consolidada em um calhamaço de dez volumes reunidos pelos promotores. Com relação aos gastos com

auxílio-combustível, a Câmara não conseguiu prestar nenhum esclarecimento, o que levou os promotores a lançar mão de informações colhidas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) ao longo desse período. Dados levantados a partir de prestações de contas apontam que a Câmara chegou a gastar até 14 mil litros de combustível por veículo apenas em 2009 sem amparo legal, configurando "dileito pago a vereadores e servidores".

A ação do MP atinge os ex-presidentes e o atual presidente da Câmara, Paulo Queiroz, por uma questão prática: seria impossível arrolar um por um todos os vereadores que passaram ou continuam na Casa nos últimos onze anos, embora todos, na condição de beneficiários, tenham responsabilidade moral no caso. Um detalhe apontado pelos pro-

motores é que, ao longo desse período, houve vereadores que se recusaram a receber os auxílios por discordarem da legalidade dos atos. Na atual legislatura, apenas o vereador Thiago Araújo não recebe, pela mesma razão. Seriam cerca de R\$ 300 mil desde que foi eleito, há 20 meses.

Os auxílios pagos aos vereadores de Belém foram fixados inicialmente em R\$ 68,40, em 2003, saltaram para R\$ 805,20, em 2006, R\$ 2,5 mil em 2008 e R\$ 7.500 em 2010, até atingir o valor de R\$ 15.031,26, em 2012, mantendo-se até hoje. Para o MP, além do absurdo contra o regime remuneratório dos vereadores - eles têm direito apenas a remuneração por subsídio, em parcela única -, o pagamento representa uma burla às regras das licitações, uma vez que a empresa contratada para a emissão de tickets

"era sempre a mesma, escolhi-

da com dispensa de licitação". Segundo a ação, as parcelas correspondentes aos benefícios configuram-se remuneratórias e não indenizatórias, desrespeitando o teto constitucional, além do fato de que não são previstas em lei. São recebidas sem qualquer ônus legal, o que levou os promotores ao entendimento de que os vereadores de Belém recebem um "salário extra" - o vencimento mensal se situa na faixa de R\$ 15 mil - para aplicar onde bem entenderem, inclusive isentos de prestação de contas. Trocando em miúdos, um vereador de Belém recebe cerca de R\$ 30 mil mensais, mais que o vencimento de um deputado estadual, em torno de R\$ 20 mil. O MP concluiu que o repasse irregular atinge a cifra de quase R\$ 700 mil por gabinete.

Matéria nº 92

A8 PARÁDiário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 31/08/2014

COMPARATIVO ENTRE ADMINISTRAÇÕES

Helder investiu muito mais que Jatene

Percentuais de recursos gastos com a população no atual governo do Pará são os piores em 17 anos - e infimos até se comparados com investimentos feitos por prefeituras como Belém e Ananindeua

DA REDAÇÃO

Um velho amigo do governador Simão Jatene tem algo para dizer para o "Vitor compare" o seu governo com os governos anteriores. Aliás, ele tem de evitar comparar o seu governo até com as administrações de Belém e Ananindeua, os dois maiores municípios do Pará. É que a comparação pode ser desastrosa para o candidato-governador. Em termos de investimentos, por exemplo, Jatene perdeu de muito de seu principal adversário nestas eleições: o ex-prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho. Também perdeu para a ex-governadora Ana Júlia Carepa e até do ex-prefeito de Belém, Duclomar Costa. Motivo: os percentuais de investimento de Jatene são os menores que o Pará viu nos últimos 17 anos.

Em 2011, o Governo Jatene destinou a investimentos apenas 4,51% de tudo o que gastou - o pior percentual do Pará desde 1996 (pelo menos). Em 2012, os investimentos ficaram em apenas 6,19% da despesa - o segundo pior resultado em quase 20 anos. Em 2013, foram de apenas 7,19% - o quarto pior índice dessa quase duas décadas. E mais: 2013 foi o terceiro ano consecutivo em que o Pará levou a lanterna da Região Norte (foi o estado que menos gastou com investimentos, em relação à despesa total). Além disso, também pela terceira vez consecutiva o Pará perdeu até para o Piauí e o Maranhão.

É um resultado desconcertante, até porque o próprio Jatene, que é mestre em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), já reconheceu publicamente a importância de manter os investimentos em níveis, ao menos, aceitáveis. "O Governo que não se dispuser a usar pelo menos 10% do que tem nos cofres em investimentos não terá feito absolutamente nada", disse ele, em abril de 2011, ao lançar a sua Agenda Mínima, segundo reportagem da Agência Pará, a central de notícias do governo do Estado. E mais: se Jatene ainda não conseguiu alcançar nenhuma vez esse patamar de 10%, o mesmo não se pode dizer das prefeituras dos dois maiores municípios paraenses: Belém e Ananindeua.

ENTRE OS PIORES

Em Ananindeua, durante os oito anos em que foi comandado por Helder Barbalho, o principal adversário de Jatene nestas eleições, só em uma ocasião os investimentos ficaram abaixo de 10% da despesa: foi em 2005, o ano em que ele assumiu a prefeitura. Nos demais anos, Helder sempre investiu mais de 10%. E, em 2008, chegou a destinar a investimentos impressionantes 21,58% - um percentual jamais alcançado pelo governo do Estado, nos últimos 20 anos, nem mesmo na administração do ex-governador Almir Gabriel.

Mas não foi apenas Helder quem superou Jatene em investimentos: o mesmo aconteceu com a ex-governadora Ana Júlia Carepa e até com o ex-prefeito de Belém, Duclomar Costa. Só em três dos oito anos que passou à frente da prefeitura da capi-

tal, Duclomar conseguiu investir mais de 10%. No entanto, quase todos os seus percentuais de investimento foram maiores que os de Jatene. Já Ana Júlia só conseguiu ultrapassar os 10% em 2010. Apenas em seu primeiro ano de governo é que ela apresentou um percentual menor que o de Jatene.

O baixo nível de investimentos do atual governador é um dos principais responsáveis pelo caos vivenciado pelos paraenses em todo o serviço público estadual. Além de ser um estado pobre, o Pará tem uma população que não para de crescer: devido à forte migração, ele ganha mais de 120 mil novos habitantes por ano. E sem investimentos significativos, não há como atender a esses novos habitantes e melhorar a qualidade dos serviços públicos, para aqueles que já buscam atendimento. Porque o dinheiro destinado a investimentos é que permite construir novas escolas e comprar equipamentos para as unidades de saúde, por exemplo.

O mais esquisito é que não parece faltar dinheiro. Em abril de 2011, ao completar 100 dias de Governo, Jatene prometeu investir R\$ 4,5 bilhões em quatro anos. Na época, ele calculava que as receitas desse período somariam R\$ 48 bilhões. Assim, esses R\$ 4,5 bilhões corresponderiam a uma 10% desse total. No entanto, as receitas cresceram muito além do planejado. E a estimativa mais recente é que acabem ultrapassando R\$ 66,2 bilhões.

Mas os investimentos de Jatene ficaram em apenas R\$ 2,67 bilhões, até 2011 e, no final do ano passado, segundo os Balanços Gerais do Estado. E os investimentos de 2014 já liquidados até junho atingiram pouco mais de R\$ 500 milhões, diz o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que o próprio Governo enviou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ou seja, os investimentos de todo o Governo Jatene somam, até junho, cerca de R\$ 3,5 bilhões.

Mas o atual governador nunca conseguiu investir o que previa no orçamento. Em 2013, a previsão era que investisse R\$ 1,342 bilhões - mas ele acabou ficando em menos de R\$ 1,2 bilhão. Agora mesmo, em 2014, a dotação atualizada para investimentos é superior a R\$ 2,555 bilhões. Mas, até junho, o total empenhado alcança pouco mais de R\$ 1 bilhão - e o que já havia sido liquidado desse valor (R\$ 800 milhões) significava apenas 31% do previsto para este ano.

Não foi apenas Helder quem superou Jatene em investimentos: o mesmo aconteceu com a ex-governadora Ana Júlia Carepa e até com o ex-prefeito de Belém, Duclomar Costa.

ENTENDA

COMPARE OS INVESTIMENTOS DO ESTADO E DAS PREFEITURAS DE BELÉM E ANANINDEUA

2005	Governo do Estado - 12,31%
	Prefeitura de Belém - 4,87%
	Prefeitura de Ananindeua - 7,74%
2006	Governo do Estado - 13,70%
	Prefeitura de Belém - 9,12%
	Prefeitura de Ananindeua - 11,36%
2007	Governo do Estado - 6,46%
	Prefeitura de Belém - 10,29%
	Prefeitura de Ananindeua - 11,82%
2008	Governo do Estado - 9,80%
	Prefeitura de Belém - 9,90%
	Prefeitura de Ananindeua - 21,98%
2009	Governo do Estado - 8,10%
	Prefeitura de Belém - 9,15%
	Prefeitura de Ananindeua - 10,63%
2010	Governo do Estado - 11,15%
	Prefeitura de Belém - 8,27%
	Prefeitura de Ananindeua - 15,59%
2011	Governo do Estado - 4,51%
	Prefeitura de Belém - 12,35%
	Prefeitura de Ananindeua - 13,62%
2012	Governo do Estado - 6,19%
	Prefeitura de Belém - 16,15%
	Prefeitura de Ananindeua - 14,33%
2013	Governo do Estado - 7,19%
	Prefeitura de Belém - 9,05%
	Prefeitura de Ananindeua - 13,48%

INVESTIMENTOS DE JATENE

2011	Despesa Total: R\$ 12.238.315.419,66
Investimentos: R\$ 552.381.918,31	
2012	Despesa Total: R\$ 14.909.531.343,49
Investimentos: R\$ 923.636.005,13	
2013	Despesa Total: R\$ 16.605.288.121,68
Investimentos: R\$ 1.194.408.927,82	

INVESTIMENTOS DE HELDER

2011	Despesa Empenhada: R\$ 372.515.798,45
Investimentos Empenhados: R\$ 50.743.927,00	
2012	Despesa Empenhada: R\$ 423.167.068,02
Investimentos Empenhados: R\$ 60.567.502,44	
2013	Despesa Empenhada: R\$ 430.402.104,11
Investimentos: R\$ 57.999.926,62	

Pará: balanços expõem níveis pífios de investimentos

Até os também candidatos Manoel Frazão e Zenaldo Coutinho, que assumiram nos anos passados prefeituras de Ananindeua e de Belém, já conseguiram investir mais do que Simão Jatene. Em 2013, Zenaldo aplicou em investimentos 9,05% da despesa, o que representa uma queda significativa em relação aos 16,15% de Duclomar, em 2012. Mas, ainda assim, foi um percentual maior que o de Jatene (apenas 7,19%). Já Manoel Frazão aplicou em investimentos, no ano passado,

13,48%. Com isso, conseguiu aproximar do percentual de Helder, que investiu 14,33% em 2012, o seu último ano na Prefeitura de Ananindeua. O fato, aliás, é bastante significativo: só quem encontra uma prefeitura muito bem administrada é que consegue investir tanto, logo no primeiro ano de gestão, como o ex-Prefeito Frazão. É fácil de constatar, porque basta puxar pela memória: não há prefeito que não diga, sobre o seu primeiro ano de administração, que não teve dinheiro para isso e

DINHEIRO DO ESTADO É QUASE TODO GASTO COM CUSTEIO DA MÁQUINA DO GOVERNO JATENE

No ano passado, o Governo Jatene gastou R\$ 16,605 bilhões - mas destinou a investimentos apenas 7,19% dessa montanha de dinheiro. O restante foi quase todo consumido pelas despesas de custeio - aquelas que apenas mantêm a máquina pública funcionando, sem melhorar e ampliar a oferta de serviços. No mesmo ano, o estado do Acre investiu 17,26% de suas despesas. O Amazonas, 16,51%; Roraima, 12,71%; Rondônia, 11,71%; o Amapá, 11,22%; e o Tocantins, 10,19%. Foi o terceiro ano consecutivo em que o Pará foi lanterna de investimentos da Região Norte e, também, o terceiro ano consecutivo em que perdeu até para o Piauí e o Maranhão: o Piauí destinou a investimentos 15,71% e o Maranhão, 10%. Veja abaixo um resumo do DIÁRIO a partir dos números dos Balanços Gerais do Estado (BGEs) e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs). Os percentuais do Pará, como sempre, foram apenas cópias dos BGEs. Já os percentuais dos demais estados foram calculados pelo jornal.

SEMPRE LANTERNA DE INVESTIMENTOS DO NORTE EM DESPESAS EMPENHADAS

PARÁ

2011
INVESTIMENTO (ÚLTIMO) - 4,51%
ACRE (IS) - 15,17%

2012
INVESTIMENTO (ÚLTIMO) - 6,19%
ACRE (IS) - 17,43%

2013
INVESTIMENTO (ÚLTIMO) - 7,19%
ACRE (IS) - 17,26%

INVESTIMENTOS DO PARÁ, MARANHÃO E PIAUÍ, EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS EMPENHADAS

2011

PARÁ
INVESTIMENTO - 4,51%
PIAUI
INVESTIMENTO - 8,94%

MARANHÃO
INVESTIMENTO - 10,06%

2012

PARÁ
INVESTIMENTO - 6,19%
MARANHÃO
INVESTIMENTO - 10,14%
PIAUI
INVESTIMENTO - 10,36%

2013

PARÁ
INVESTIMENTO - 7,19%
MARANHÃO
INVESTIMENTO - 10,01%
PIAUI
INVESTIMENTO - 15,71%

agulo, porque teve de "arrumar a casa". Tabela elaborada pelo DIÁRIO com os percentuais de investimento do Governo do Estado (veja acima os números) e das prefeituras de Belém e Ananindeua, entre 2005 e 2013, checos os números detalhados, ano a ano. Os percentuais de investimento das prefeituras foram calculados pelo DIÁRIO, a partir dos balanços anuais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs), que estão no site da Secretaria do

Tesouro Nacional (STN). Já os percentuais do Governo foram apenas cópias dos Balanços Gerais do Estado (BGEs), que estão no site da Secretaria da Fazenda (SEFA). As extrações dos números dos BGEs, aliás, foi realizada em 2014, para evitar eventuais manipulações posteriores. E, vez em quando, conferias os dados: basta pegar uma calculadora e dividir o valor da despesa cada ano e multiplicar por 100.

Matéria nº 94

Diário do Pará
SEXTA-FEIRA, Belém-PA, 29/08/2014

PROPAGANDA OFICIAL

Governo Jatene gasta mais de R\$ 100 mi com Grupo Liberal

Enquanto isso, municípios do estado recebem repasses de ICMS em valores bem menores que o da publicidade

DA REDAÇÃO

Resultado milionário: propaganda de Jatene nos últimos 4 anos investiu, segundo o Diário do Estado, no pagamento do Executivo alcançou, no ano passado, mais de R\$ 38,5 milhões. No entanto, a estimativa é que a Propaganda venha a consumir mais de R\$ 150 milhões até o final do atual governo. Isso representa quase 5 vezes o que foi investido na construção do Hospital Metropolitano. E que despesas ainda mais e que despesa total, mais de R\$ 100 milhões foram gastos com o grupo que se tornou o maior aliado do governador. O Grupo Liberal, o levantamento foi feito a partir do volume de mídia governamental exibida nos seus veículos de comunicação. Isso explica o engajamento do grupo aos interesses do atual governo, com ataques diários aos adversários políticos e as vésperas de eleições contra as críticas disparadas pelos opositores. Para justificar tanto dinheiro que recebem, as empresas de comunicação do grupo Liberal não tem limites na defesa do seu maior município. É o verdadeiro Topa Tudo por Belém: programa de tv que ficou à beira da falência, passou da mão para o grupo de participantes tinham que fazer o que o apresentador mandava, por mais absurdo que fosse. Para ter direito a prêmios em dinheiro.

Somente em 2013, o Governo Jatene pagou quase R\$ 31,5 milhões em despesas de propaganda. Desse total, quase R\$ 22 milhões correspondem a serviços realizados neste ano eleitoral e quase R\$ 9,5 milhões são de dívidas de anos anteriores. Os números são do Portal da Transparência e são compatíveis com as informações que se encontram no último Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) que o Governo enviou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os R\$ 150 milhões representam mais que o dobro do ICMS repassado pelo Governo do Estado, no ano passado, para o município de Ananindeua, que possui quase meio milhão de habitantes. Equivale, ainda, a 63 anos de ICMS do município de Melgão, que possui o pior índice de Desenvolvimento Humano

TRISTE COMPARAÇÃO

Veja o ICMS repassado pelo Governo do Estado a alguns municípios parenses em 2013:

Ananindeua (493.976 habitantes)	R\$ 64.144.332,00
Castanhal (183.917 habitantes)	R\$ 28.704.588,58
Marabá (251.885 habitantes)	R\$ 77.133.559,24
Santarém (288.462 habitantes)	R\$ 31.591.083,53
Tucuruí (353.619 habitantes)	R\$ 71.200.208,52
Melgão (25.860 habitantes, pior IDHM do Brasil)	R\$ 2.405.412,46

Evangelistas em propaganda de Jatene ano após ano. Os números são dos balanços gerais do Estado. Os valores foram atualizados pelo IPCA-E de maio deste ano. Note que esses valores não incluem eventuais despesas em propaganda da Banpará, Coanpa, Lotepa, Jucapa, Prodepa, Ceasa e CD entre outros órgãos da administração indireta.

2011	Valor histórico:	R\$ 25.611,330,70
	Valor atualizado:	R\$ 29.675.001,15
2012	Valor histórico:	R\$ 38.354.322,58
	Valor atualizado:	R\$ 42.067.481,26

Municipal (IDHM do Brasil). Por esses números é possível ver que as empresas do Grupo Liberal receberam nos

4 anos do governo Jatene mais de 44 vezes a maioria dos 144 municípios parenses receberam de repasses do ICMS. Se

Belém e Paragominas receberam de ICMS, no ano passado, mais de que esses R\$ 100 milhões que Jatene gastou com propaganda com os Membros. Para Marabá, com mais de 251 mil habitantes e uma das locomotivas do Sul e Sudeste, os R\$ 150 milhões gastem propaganda, nos 4 anos de atual governo, são quase o dobro de todo o ICMS que ela recebeu no ano passado. No caso de Santarém, com mais de 288 mil habitantes e outro dos maiores municípios do estado, esse dinheiro representou quase cinco anos de ICMS.

CÁLCULOS
O pior é que a estimativa do DIÁRIO sobre o quanto em propaganda até o final do Governo Jatene inclui apenas os gastos do Executivo e os números oficiais, foram deixados de fora rubricas (classificações contábeis) nas quais o governo costuma camuflar despesas com propaganda. E o caso, por exemplo, de "Serviços Gerais", rubrica na qual o governo do Estado gastou, só em 2012, quase R\$ 15 milhões.

Nos cálculos também não entram dez órgãos da administração indireta, cujos gastos com propaganda não aparecem nos balanços gerais do Estado (os documentos que registram todas as receitas e despesas do Governo). Entre essas instituições está a Banpará, com um contrato de publicidade que, em 2013, ultrapassou R\$ 3 milhões por ano. Todo esse cuidado foi para chegar, portanto, ao número mínimo.

Nem sempre, porém, se gastou tanto em propaganda no estado do Pará. Segundo o Balanço Geral do Estado mais antigo que se encontra na sede da Secretaria da Fazenda (Sefaz), os gastos do Executivo com a "publicidade oficial" aumentaram em 1997, no terceiro ano de governo Jatene, para o primeiro grande salto: a "divulgação oficial" do Executivo consumiu mais de R\$ 183 milhões.

POLÍTICA A3

1 n REPÓRTER DIÁRIO M

O presidente interino do TJPE, desembargador Milton Nobre, decidiu transferir da 5ª Câmara Criminal Isolada para a 2ª Câmara Cível a vaga que ficou aberta. Na apresentação da desembargadora Brinda Gonçalves dos Santos, designada para o cargo após a convocação de Bezerra Júnior, que passou a participar das Câmaras Cíveis Reunidas. Já para a 3ª Câmara Criminal designou a juíza convocada Nadja Cabral Meda, que, contudo, não passou a integrar as Câmaras Cíveis Reunidas. Nobre não justificou as iniciativas que conferem poder a um juiz e argem a outra.

Violência

A Insegurança pública no Pará acaba de ganhar outra vez em São Paulo. No 2º Seminário Internacional da Justiça Brasileira de Ciências Criminais (IBCCRIM), que reúne nesta semana na capital paulista realistas de todo o mundo para debater a "Sociedade de risco relativo", Belém foi desqualificada como a capital brasileira onde mais se visualiza a criminalidade urbana, superando até mesmo as maiores metrópoles do país. Em outras palavras, Belém é o exemplo mais completo de sociedade sucumbida pelo risco e o medo.

Vingança

O prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, seguiu a manjada anticapitalista dos tucanos e mandou desmontar as salas paradas dos professores grevistas no pagamento de ontem do funcionalismo municipal. O corte punição aos grevistas excluiu de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil. Há professores que receberam pouco mais de 100 reais. O prefeito ganhou força na sede de vingança contra a categoria depois que a desembargadora Eliana Teixeira deu o mandato de segurança do Sintepp contra o corte e extinguiu o sem julgamento de mérito.

Protesto

Por considerar "aberração jurídica", o sindicato ingressou ontem com agravo para que as Câmaras Cíveis Reunidas do TJPE julguem a decisão monocrática. Segundo o advogado Waldir Belaz, um magistrado não pode denegar um mandado de segurança e, no mesmo tempo, arquivar a vista, apreciação de mérito. "Para denegar é necessário julgar o mérito", diz Belaz. Ele acrescenta que o colegiado vai reformar a sentença, mas para que entre em pauta depois de a decisão da desembargadora. Os professores vão protestar na frente do TJPE.

Desastre

Depois de inúmeras tentativas de negociações com a prefeitura sem nenhum acordo, os professores de Ponta de Pedras, no Marajó, acionaram o promotor de Justiça da cidade, Afonso Feres, para obrigar a prefeita Consuelo Castro (PSDB) a enviar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) comprometendo-se a estruturar a educação municipal como serviço essencial à população. Instrumentalizando e qualificando não só espaços físicos do ensino como também disponibilizando medidas de valorização do magistério marajóense.

Abandono

A falta de reivindicações dos professores representados pelo Sintepp contem, assim por dizer, de agulha, a visão: descontente com o contrabando, reforma de escolas, creche inexistente na cidade e merenda escolar, hoje resumida a bolacha e suco artificial que são servidos a alunos que vão à escola com fome e uma refeição decente. O Sindicato informa que a crise no ensino piorou depois da retirada de quatro lanchas escolares que transportavam alunos ribeirinhos. Os pais são obrigados a pagar passagem fluvial.

LINHA DIRETA

Olho vivo. Eleitores! Nem as pesquisas encomendadas pelo Liberal feitas pelo Instituto Senas, que o jornal O Estado de São Paulo denunciou como unilateralmente ligadas ao PSD do Maranhão. Não precisa ser visto para acreditar que levará a vitória.

A propaganda da campanha trombeia 1 mil quilômetros de estradas asfaltadas, mas nem o candidato Simão Jatene parece acreditar nisso. Ele contratou avião para se deslocar pela Paragominas, no norte do Estado, onde deve chegar à noite para fazer campanha.

Dito e feito. Depois de ultimato com o governo, moradores de Mopó bloquearam a PA-150 no perímetro da comunidade de Ananindeua, ontem de manhã. Eles protestaram pela pavimentação do Ramal do Bom Futuro, que liga a PA-150 a Rodovia dos Quilômetros.

A operação desmonte da Sernob para substituir a tonitara que marca a reta final da eleição continua. Depois da Juba Ceará, o prefeito retornou fotos sensíveis fronteira com a Censura, na rua Pedro Álvares Cabral, e da frente do Jardim Sevilha, na avenida Augusto Montenegro.

Com a missão de levantar o vócu das violações aos direitos humanos durante a ditadura militar no Pará, será instalada a TED de hoje, na OAB, a Comissão Estadual da Verdade, ligada à Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011. Serão empossados 11 pessoas.

O campus Quintino, da Universidade da Amazônia, inicia sua 1ª semana de especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior. Na aula magna, o professor doutor Socorro Lima fala das competências multidisciplinares necessárias ao professor.

O Consórcio Construtor Delo Monte entregou ontem, ao centro de convivência de São João Monte, em Altamira, mais onze diplomas referentes ao 5º Curso de Alfabetização, integrante do programa "Capacitar para Crescer". O curso já habilitou 92 empregados.

NACIONAL

MEC inicia consulta para base curricular

AGÊNCIA BRASIL

O Ministério da Educação (MEC) começou nesta semana uma consulta aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para coletar informações para a construção de uma base nacional comum curricular. A consulta é demanda antiga de professores e de entidades ligadas à educação. Com uma base comum haverá uma definição do que

é preciso aprender em cada etapa de ensino.

Segundo o MEC, a consulta teve início por meio de comunicado enviado a cada secretário de Educação dos estados e do Distrito Federal e também a cada uma das representações estaduais da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Com as informações, será produzido um estudo que vai subsidiar as discussões em torno da base nacional

comum curricular.

Os dirigentes podem acessar o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do MEC e responder ao questionário sobre as três etapas da educação: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. No modelo relativo ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

As questões são sobre os documentos e as propostas curriculares produzidos

pelos sistemas de educação a partir de 2010, quando foram publicados as novas diretrizes nacionais. Além das perguntas, os dirigentes poderão enviar documentos digitais com as normativas e propostas curriculares dos respectivos sistemas.

COMENTE ESTA MATÉRIA NO PARÁ
www.daniolopes.com.br

Diário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 24/08/2014

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

BELÉM A7

Promotora e juiz eleitoral **flagraram** esta semana farta **distribuição de vale-combustíveis** para motos e carros em posto de gasolina



DA REDACÇÃO

A promotora eleitoral Crenilda Aquino de Costa, do Concelho do Rio de Janeiro, acompanhada do juiz eleitoral Wander Luis Reynold, **flagrou** na quinta-feira, **naquele Estado**, por volta do meio-dia, **ferta distribuição de vale-combustíveis** no posto "Ponto Certo", localizada na rua do Infante, 100, no bairro de Lima, no momento em que eram abastecidos carros e motocicletas que participavam de uma carreta do governador Simão Jatene. A distribuiçã **foi feita** em 100 litros, com 1000 tickets de combustíveis, e a fiscalização **foi feita** pela Justiça Eleitoral e **isso provocou a cassação de mandato** de vários políticos **por todo o país**.

Crenilda de Costa - que ficou conhecida como a "mãe do vale-combustível" - **foi condenada** ao posto de combu **stível** e **Wander Reynold** **foi condenado** a **perder a voz** de **primeira**.



Material deixado para trás na fuga de motoristas: juiz e promotora deram voz de prisão a sete pessoas que distribuíam fômites em posto antes de carreta de Simão Jatene em Conceição do Araguaia

a sete pessoas, determinando que elas fossem levadas para a delegacia da cidade, enquanto os outros motoristas e motociclistas que aguardavam sua vez para abastecer os veículos fugiam às pressas do local, abandonando pelo chão bandeiras do PSDB e da campanha de Jatene. A promotora e o juiz firmaram ordens ao local pedindo que fossem recebidas denúncias anônimas de que no posto havia doação de combustível para a carreta do governador.

Antes de eles irem para o local, tentaram comunicação com as polícias Civil e Militar, mas, devido ao péssimo

serviço prestado pelas operadoras de telefonia móvel e fixa no município, as ligações não foram concluídas. As duas polícias demoraram para chegar ao posto e isso causou estresse e a integridade física do juiz e da promotora durante o flagrante e a filmagem do que lá ocorria.

Caso a polícia estivesse no local no momento do flagrante, um grupo bem maior de pessoas provavelmente teria sido preso, pois houve confusão na hora da chegada dos representantes do Ministério Público e da Justiça Estadual. Como a maioria fugiu, os que foram

presos receberam a advertência de que, se também tentassem fugir, seriam localizados mais cedo ou mais tarde, uma vez que as placas de seus carros e motocicletas haviam sido anotadas pela promotora.

CARREATA DE JATENE
Em depoimento prestado ao delegado Pedro Henrique Cunha de Andrade, os presos **confessaram** que estavam no posto para **receber gratuitamente o combustível** que seria utilizado na carreta em favor de Simão Jatene. Eles, porém, não souberam ou não quiseram dizer quem

havia feito a doação do combustível. Todos foram liberados depois do depoimento e devem responder ao processo em liberdade. A promotora Cremilda da Costa vai remeter para Belém o inquérito aberto pelo delegado para apurar o caso.

Além dos **depósitos**, ela anexará o vídeo feito no local e outras aposturas feitas, para que a Procuradoria Eleitoral tome as medidas que considerar cabíveis. O proprietário do posto de combustíveis "Ponto Certo", Val Kennedy, disse para várias pessoas que a **doação** de combustível para a carreta teria sido feita por seu pai, o fazendeiro conhecido por "Vandinho". Mas, ao tomar conhecimento do envolvimento de seu nome pelo filho, "Vandinho" **se desfilou** por sua vinculação com políticos do PSDB, teria declarado que isso não era verdade e que não iria assumir a doação.

O mesmo Val Kennedy apresentou também uma outra versão, agora apontando-a como a verdadeira compra do combustível em uma doação aos eleitores teria sido feita pelo comerciante conhecido na cidade por "Marquinho da Limpa Fossa", que presta serviço para o governo estadual. É a empresa de "Marquinho" que limpa a fossa do Hospital Regional de Conceição do Araguaia. A nota fiscal do combustível foi emitida na sexta-feira pelo posto "Ponto Certo" e entregue a "Marquinho".

Trabalho de
apuração do
caso inicia
esta segunda

Em razão do falecimento do Juiz presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Cláudio Montalvão da Nova, o S.T.O. Fórum da Comarca de Conceição do Rio Preto, no município de Conceição-da-Feira, Nesta segunda-feira, contudo, a promotora Crenácia Aquino da Costa deve promover um inquérito para apurar a autoria do caso. O Ilustre juiz do MPfe da Justiça Eleitoral no posto de substituto "Ponto Certo" foi o responsável por emitir o parecer de que a maioria das urnas das primeiras da própria população puderam ser compradas.

Artigo 299 do Código Eleitoral prevê que "o juiz eleitoral, no exercício de suas funções, não poderá aceitar, tanto para receber voto quanto para dar validade sua candidatura, a uma conta ou a uma liberdade de que dependa a validade de seu voto. Essa regra aplica-se também aos agentes políticos em direito eleitoral, face de morte legítima, de normalidade de e de féz do processo eleitoral pela qual a eleição é anulada".

De lá se pratica corrupção eleitoral "aquele que dá, oferece, promete, solicita ou recebe, para si ou para outrem, qualquer vantagem, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto, ou para conseguir ou prometer votos, ou para induzir ou manipular o voto de alguém, a saber-se a respeito da escolha eleitoral".



MESA DOS SONHOS

TRAMUNTINA

Cole os 8 selos na carteira e dias 02 e 03 de setembro, com seu CPF em mãos, procure uma das lojas dos Classificados TEM! RBA Almirante Barroso, Gaspar Viana ou RBA Marabá na Rod. Transamazônica KM 04 e garanta seu 2º kit do faqueiro Aurora. Quanto mais você colecionar, mais chances você terá de completar o seu faqueiro.

Leve mais elegância e modernidade para sua mesa. Cole aqui os selos e garanta que nenhuma peça falte na sua mesa.

01	02
03	04
05	06
07	08



8 selos

+ R\$19,90

= 6 garfos

li
[II

Mi
m
m
N
m

1ª Semana - 06 Colheres Aço Inox Aurora, 01 Caixa Litografiada 2ª Semana - 06 Garfos Aço Inox Aurora 3ª Semana - 06 Facas Aço Inox Aurora

4ª Semana - 01 Pá para Bolo Aço Inox Aurora, 06 Garfos Torção Aço Inox Aurora 5ª Semana - 01 Concha Fajão Aço Inox Aurora, 01 Pegador para Massa Aço Inox Aurora 6ª Semana - 01 Colher Arroz Aço Inox Aurora, 06 Colheres Chá Aço Inox Aurora

[illegible]

Diário do Pará

Matéria nº 96

Diário do Pará
SEGUNDA-FEIRA, Belém-PA, 18/08/2014

IBOPE/TV LIBERAL

Pesquisa do Ibope aponta Helder na frente

O candidato ao governo pelo PMDB obteve 38% das intenções de voto, enquanto Jatene ficou com 32% na pesquisa estimulada



DA REDAÇÃO

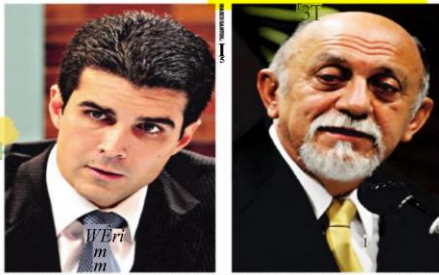
O candidato da coligação Todos pelo Pará (PMDB / PT / DEM / PSL / PRTB / PPSB / PSC / PC do B / PSD / PPL / PTN), Helder Barbalho, **ganhou** ontem os resultados da pesquisa estimulada de intenções de voto para o governo do Estado.

Segundo os dados divulgados pela TV Liberal, no sábado, 16, na pesquisa estimulada Helder lidera a corrida ao governo do Estado com 38% das intenções de voto, seguido de perto pelo governador Simão Jatene, que aparece com 32% das intenções de voto. Apesar disso, Helder tem uma vantagem de apenas 6 pontos percentuais para mais ou para menos.

"Todos os dados da pesquisa são extremamente favoráveis", disse, referindo-se também à pesquisa de intenções de voto. "Jatene aparece em primeiro, com 32% dos eleitores. Eu, com 38%, sou o segundo colocado. Isso é ótimo para mim. Fico feliz porque a mensagem da minha campanha está chegando e tendo um acolhimento extraordinário. Com o andamento da campanha, tenho certeza que vamos conseguir mais eleitores da população", completou.

Helder não quis comentar possíveis contagens internas em que apareceria com índices mais altos. Segundo o Ibope, o índice de rejeição do candidato do PMDB é de 24%. Helder também não tem índice de desconfiança ainda grande, e disse que apoia no horário eleitoral gratuito para mostrar as propostas o que lhe seria mais útil para o crescimento junto ao eleitorado do Estado.

PREFERÊNCIA
A pesquisa estimulada do Ibope apontou os candidatos Marco Antônio Ramos (PCB) e Zé Carlos Lima (PV) em terceiro lugar em papéis com 3%. Elton Braga (PRTB) e Marcos Carrera (PSOU) aparecem com 2% na pesquisa ou não respondem. A pesquisa foi registrada no TRE sob o número 00379/2014 e no Tribunal



Helder tem preferência dos eleitores, segundo da Simão Jatene. As pesquisas divulgadas no sábado



Superior Eleitoral sob protocolo nº 28-00379/2014.
O Ibope médio também é a avaliação do governo de Simão Jatene. Para 28% dos eleitores ele é ruim ou muito ruim. Para 44%, o governo é regular e apenas 28% dizem que o governador é muito bom.

A coordenação da campanha do governador Simão Jatene informou ter recebido "muito tranquilizador" os resultados da pesquisa, apesar de o candidato a reeleição aparecer em segundo lugar. Já logo após a pesquisa foi tornada pública a equipe de Jatene divulgou

nas redes sociais gráficos em que compara a pesquisa Ibope com outra feita pelo Instituto Alvo, para mostrar que o governador tem credibilidade, junto ao eleitorado. Tecnicamente, a comparação não é correta, por comparar dados diferentes obtidos com amostras diferentes.

"Não são tempos difíceis de que com o início dos programas no rádio e na TV a população do estado vai conhecer melhor o trabalho que Simão Jatene vem fazendo", afirma Orly Bazzari, coordenador de marketing da campanha.

Com o andamento da campanha, tenho certeza que vamos conseguir mais adesão da população".
Helder Barbalho, candidato ao governo pelo PMDB

No Senado, empate entre Couto (PSDB) e Rocha (PT)

O Ibope também apontou as intenções de voto para o Senado. O resultado mostra empate entre senador Marco Couto (PSDB) que aparece com 32% das intenções de voto, e senador Paulo Rocha (AM) com 32% das preferências dos eleitores. Ozeirinho (PT) aparece em seguida

com 14%, tecnicamente empatado com Radialista Jefferson Lima (PP) que tem 13%. O candidato PV Simão (PV) tem 5%. Candidato do governador Simão Jatene o vice-governador Helmielton Pontes (PSB) ainda não conseguiu decolar. Aparece com apenas 4% das

intenções de voto. Tecnicamente empatado com Angela Azevedo (PSTU) que tem 2%. Eliezer Barro (PTE), Pedro Paulo Maia (PSC) e Renato Rolim (PCB) aparecem com 2%.

Na eleição do Senado, segundo os dados do Ibope divulgados no último sábado, os índices somam 16% os que

declararam que vão votar em branco ou nulo. 9% não responderam. O Ibope ouviu 812 eleitores, em 46 municípios, entre 11 e 14 de agosto. A margem de erro de três pontos percentuais, para mais ou para menos o nível de confiança é de 95%. O Ibope foi encomendado pela TV Liberal.

POLÍTICA A3

1 1 DIÁRIO 1 1 M

A Marinha de Guerra do Brasil vai realizar na costa do Mosquito, na última semana deste mês, uma operação de treinamento que prevê manobras militares com exercícios de tiro real. A operação terá início às 8 horas do dia 26, uma segunda-feira, e se estenderá até as 20 horas da tarde, dia 26. Durante esse período, os navegantes deverão alterar suas trajetórias, a fim de evitar a área enquanto estiverem sendo realizadas as manobras. Por questões de segurança, a Marinha vai interditar, durante os dois dias de treinamento, toda a área localizada nas proximidades da Ilha das Bombas, no rio Pará e Baía do Marajó. Para quem não sabe, trata-se da ilha que fica em frente à Baía do Sol, na ilha do Mosquito.

Segurança

As coordenadas geográficas da área a ser interdita podem ser consultadas pelos navegantes mediante consulta à página do Serviço de Sinalização Náutica do Norte no internet. Sempre zelosa com a segurança, porém, a Marinha está notificando também via rádio os indicadores do setor pesqueiro e das empresas de navegação. Em operações de treinamento a Marinha costuma utilizar, durante as manobras, lançar rápidas de patrulha equipadas com alto-falantes para orientar os navegantes e impedir que algum desavisado tenha acesso à área de treinamento.

Barulho

Na madrugada de sábado para domingo, as famílias residentes nas imediações da travessa Dr. Moraes, Brás de Aguiar e Outil Bittencourt permaneceram insones por causa do barulho, considerado excessivo, vindo de uma casa comercial que funciona como buffet, nos finais de semana, como salão de festas. Impedidos de dormir, os moradores passaram a ligar para o CIOF, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. "Vivemos numa cidade sem lei", disse ontem um morador, indignado, acrescentando que em nenhum deles houve qualquer resposta.

Árvores

Amigo da coluna denuncia que, na sexta-feira, enquanto a cidade se exercitava com o Festival de Arte e Cultura, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, proporcionou o mais um final de semana prolongado, duas árvores foram derrubadas na esquina da Avenida Parigot com Quintino Bocaiuva. As que se presume, conforme frisa o denunciante, pela empresa responsável por um projeto de construção na área. Ele disse que "aquele foi feito na medida, não retirando nem a quantidade, nem mesmo os restos das colunas. Até os troncos foram retirados", completou.

Fotografia

Está em Belém a exposição internacional de fotografias "On the edge of the world" (O mundo lá fora). Com 100 fotografias da série da Aliança Francesa, a mostra traz 45 dos melhores trabalhos de fotografia selecionados nas unidades da instituição em todo o mundo. O paranaense Adão da Silva foi o único brasileiro a ser selecionado para a mostra, avaliada por Wladimir Marquês e Miguel Chikovsky. Imagens patrocinadas pelo evento, que também será realizado em Barueri, a partir de dia 20, no projeto social Casa Imery.

Rodovia

ODNIT, órgão vinculado à administração federal, vai retomar obras de manutenção da rodovia que liga as cidades de Castanheira Lima e do Ayrão. Este trabalho apontado como em situação calamitosa e costuma ficar praticamente intransitável durante o período chuvoso. Segundo o diretor de ODNIT no Pará, João Cláudio Cordeiro, até o final do ano a empresa contratada deverá concluir as obras de restauração e compactação do leito em pilares, de forma a permitir a segurança do tráfego mesmo durante o inverno.

LINHA DIRETA

Os apreciadores da música clássica foram brindados ontem, em Belém, com um espetáculo de primeira grandeza. Elegeram o 100º aniversário da Orquestra Jovem de Vale Música, com a participação do consagrado violonista brasileiro Carmelo de Lima Simões como solista convidado.

A Orquestra Jovem de Vale Música se apresentou sob o batismo do maestro Miguel Campionetto. Também em título da Orquestra Sinfônica de Teatro da Paz. O concerto aconteceu no Art Deco Hall, Sala Augusto Miera Filho.

Contrariando o que dizia a propaganda da Prefeitura de Belém, continuamos a crescer. E como os pagamentos da Prefeitura Parigot com Quintino Bocaiuva. As ações de melhoria tiveram suas etapas interrompidas pela falta de recursos na área.

Desolado depois do fiasco da Seleção na Copa do Mundo, o técnico da seleção de futebol brasileiro, empresário de indústria química que chegou no fim de semana, um dos principais dirigentes do futebol brasileiro, está agindo restrito no Pará praticamente ao longo da televisão, colônia.

"Temos campos mas não temos times para receber e enfrentar grandes clubes do Brasil", diz ele, confessando que os resultados dos jogos em que tinhamos jogadores em time paranaense são péssimos. O caso do Campesina é um exemplo.

Temo sem lei é assim. Três bandidos armados, dois deles aparentemente menores, invadiram no início da noite de sábado um salão de beleza na Cidade Nova 4. e, em um minuto, onde se achavam cerca de vinte mulheres e crianças uma bucha gerou.

Em questão de minutos, eles se apropriaram de bolsas, joias e celulares. Depois, tranquilamente, deixaram o local em duas motos. Numa delas, enquanto ocorria o assalto, permaneceu um dos bandidos, dando cobertura e depois fugiu com as comparsas.

Matéria nº 99

Diário do Pará
SABADO Diário PA 16/08/2014

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA



Bebê com hidrocefalia internado na Santa Casa está sem tratamento adequado por conta da falta de material para drenar o líquido

Falta de material prejudica crianças com hidrocefalia

Segundo denúncias de mães, Santa Casa não tem válvula para drenar o líquido das cabeças dos bebês

LEIDIMAR OLIVEIRA

Famílias de bebês com hidrocefalia, internados na Santa Casa de Misericórdia do Pará, reclamam da demora do hospital no tratamento das crianças.

O problema estaria sendo causado pela falta de válvula utilizada pelos médicos para drenar o líquido das cabeças dos bebês. O filho recém-nascido de Lisandra Silva é uma das crianças portadoras da doença. Há 15 dias a família aguarda a chegada do aparelho para dar prosseguimento ao tra-

tamento da criança, que se recupera de uma cirurgia hoje (ontem), mas devido ao ferido a sala ficou fechada", reclama a avó.

"Depois da cirurgia meu filho desenvolveu a hidrocefalia e a gente fica nessa eterna espera sem saber quando o tratamento vai terminar", diz a mãe da criança. A informação dada pelo hospital, segundo mães ouvidas pela reportagem, é a de que a válvula já teria sido comprada, mas ainda aguarda a liberação. A espera é angustiante para a avó de uma criança de dois meses, que pediu para não ser identificada.

APARELHO

A criança também necessita do aparelho para tratar a hidrocefalia. "O médico disse há 15 dias que ia nos dar uma posição, mas até agora não

veio. A gerência do hospital ficou de nos dar uma decisão hoje (ontem), mas devido ao ferido a sala ficou fechada", reclama a avó.

Para piorar a situação, a criança sofre de megacolo cólon (intestino grosso) que, se não tratado adequadamente, pode levar à morte. Devido ao problema a criança sente dores constantes e não consegue defecar. "Ele vai ter que fazer uma cirurgia, mas os médicos dizem que não há previsão", diz.

Segundo a assessora de imprensa da Santa Casa, os bebês com hidrocefalia estão sendo atendidos pela equipe multiprofissional do hospital e que o tratamento é minucioso e demandado.

A instituição afirmou ainda, em nota, que ocorreu um atraso na entrega dos equipamentos por parte dos

fornecedores e que a situação tem previsão de regularização para o início da próxima semana.

Depois da cirurgia, meu filho desenvolveu a hidrocefalia e a gente fica nessa eterna espera sem saber quando o tratamento vai terminar"

Lisandra Silva - mãe de paciente

LEGISLAÇÃO

Farmácias têm serviços ampliados

CINTIA MAGNO

Mais do que um espaço de comercialização de medicamentos, as farmácias podem se tornar espaços de atenção à saúde primária através de serviços de assistência farmacêutica e orientação sanitária individual e coletiva. Já exercida por alguns estabelecimentos na prática, a regulamentação ocorreu a partir da Lei 13.021/14, sancionada e publicada pela presidente Dilma Rousseff no início do mês.

Segundo o presidente do Conselho Regional de Farmácia do Pará (CRF/PA), Daniel Jackson, a lei reafirma a obrigatoriedade da presença de farmacêuticos nos estabelecimentos durante todo o horário de funcionamento. "As farmácias deixam de ser um comércio para ser uma unidade de assistência farmacêutica", resume.

"Com essa lei começamos a dar um caráter de estabelecimento de saúde às farmácias e isso vai ajudar, no nosso ver, no combate à auto-medicação". Apesar da perspectiva de que a regulamentação gere de 1.500 a 2.000 empregos diretos para farmacêuticos, o presidente do conselho reforça que, em alguns municí-



Farmácias podem se tornar espaços de atenção à saúde primária

pios paraenses, esse conceito já é exercido em algumas farmácias.

CONCEITO

"Há 20 anos vinhamos trabalhando para que isso acontecesse porque entendemos que essa mudança de conceito vai ser muito benéfica. Passamos a ter a farmácia como uma unidade primária de atenção à saúde com a garantia de profissionais qualificados", reforçou. "Ela não chega a ser uma novidade no país porque nos 15 principais municípios do Estado já existem farmácias que oferecem esses serviços. Mas a tendência é aumentar".

Não apenas no âmbito do

Pará, o diretor executivo da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma), Renato Tamarozzi, também avalia que, na prática, a oferta de serviços como a aferição de pressão arterial, aplicação de injeções e verificação de glicose já é realidade nas farmácias da maioria dos estados brasileiros.

"Na prática, a lei modifica muito pouco porque as próprias legislações anteriores já previam isso. A Anvisa já previa serviços farmacêuticos e a prática de assistências como furar orelha, medir pressão...", enumera. "A lei vem reforçar essa possibilidade, mas não se pode esquecer que as farmácias são estabelecimentos comerciais e a

lei não pode ser observada de forma desconexa. As empresas dependem do consumidor e tem que ser enxergada como prestadora de serviço".

Convencido de que a procura das farmácias para o fim previsto na legislação dependerá muito mais de uma mudança no comportamento do consumidor, Renato Tamarozzi destaca que a maior mudança está na possibilidade das farmácias oferecerem a venda e aplicação de vacinas.

"Pro consumidor, a maior novidade será a disponibilização de vacinas. O consumidor que não consegue vacinar pela rede pública e queira se vacinar pela rede privada, poderá comprar e pagar pelo serviço de aplicação", acredita. "As demais são questões burocráticas que o consumidor vai sentir muito pouco".

LEI

De acordo com a Lei 13.021/14, publicada no último dia 11 de agosto no Diário Oficial da União, as farmácias passam a ser unidades de prestação de serviços destinadas a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva.

BELÉMA3

REPORTER DIÁRIO

O depósito do largo de São Brás se transformou num refúgio de drogados e assaltantes. Eles se instalaram, já em grande número, protegidos pela autêntica caverna que existe entre o leito da rua, a cobertura para a passagem de pedestres e o espaço livre até a grade, onde funciona o depósito da feira. Al passamos o dia dormindo ou se drogando. No fim da tarde, saem as expedições atrás de roubos, com incidentes quase diários, sem que se tenha observado até hoje, da parte do poder público, qualquer iniciativa para enfrentar o desafio, que é tanto de segurança quanto de saúde pública. O problema pode ser resolvido se a Prefeitura fizer uma grade no vão entre a rua e o depósito, cortando o acesso a aquele espaço, ponto de concentração da marginalidade. O bairro agradece.

Concurso

Candidatos que participaram do concurso do Tribunal de Justiça do Estado estão procurando o Ministério Público para se contrapor ao grupo que pede ao MP a anulação do certame. Eles argumentam que não há, a rigor, qualquer indicio de fraude ou vício de prova. Incidentes pontuais, segundo eles, são comuns num concurso com a participação de 85 mil candidatos. O uso de celular, por exemplo, não é culpa da Fundação responsável pela aplicação das provas, mas de quem ignorou as regras edital. Quem assim procede, segundo eles, é que deve ser identificado e processado.

Cobre

No último trimestre, a Vale produziu 81 mil toneladas de cobre contido. O Pará responde por mais da metade desse total, com 26,5 mil toneladas produzidas no período pela mina do Sossego, em Canaã dos Carajás, e mais 19,7 mil toneladas pela mina de Salobo, no município de Marabá. Por falar em Sossego, a unidade completou uma década de operação. Em atividade desde julho de 2004, o empreendimento transformou o Brasil em exportador de cobre e permitiu à Vale iniciar a sua diversificação mineral.

Paricá

Durante a 48ª Feira Agropecuária de Paragominas (Agropecuária), o Banco da Amazônia, um dos patrocinadores do evento, participou da ação "Plantio de Mudas de Paricá", uma iniciativa do Shopping Paricá, empresa do Grupo MB Capital, que também tem o patrocínio da instituição. Ação, que teve por objetivo incentivar práticas sustentáveis em prol do meio ambiente, e ocorreu ontem, sendo as mudas plantadas no próprio Parque de Exposição, onde se encontra a feira, cujo encerramento festivo dar-se-á amanhã, domingo.

Turismo

A observação é de um empresário do setor. Durante o governo Aécio, diz ele, quando o Estado se dispôs a transformar em reserva florestal e área de estudo ambiental a antiga Fazenda Pirelli, houve uma verdadeira rebelião do trade turístico. A exigência era que na área fosse construído o Parque Amazônia, conforme previa projeto contratado algum tempo antes pela Paratour a um custo de R\$ 6 milhões. Pois agora o governo decidiu transferir a Fazenda Pirelli para a UFPA, visando transformá-la em área de estudo ambiental, e não se ouviu um "piô" do tal trade turístico.

Lixo

Após o trevo de entrada do Conjunto Sítio, em Augusto Montenegro, já próximo à garagem da empresa Belém-Lisboa, está nascendo um grande lixo no canteiro da rodovia, inclusive com o descarte de pneus. Famílias residentes às proximidades estão revoltadas com os vizinhos e conhecidos - ou nem tanto - que ali deixam o lixo, mas também não pediram a prefeitura, a quem acusam de omissão. Se falta educação e consciência ambiental a quem polui a via pública, diz um antigo morador da área, falta também ao poder público a quem não se dá ao trabalho de fazer o lixo sair.

LINHA DIRETA

O Crea (Conselho Regional de Engenharia), que costuma ser implacável quando se trata de cobrar de terceiros mais cuidado com as obras de engenharia e zelo com o patrimônio arquitetônico, está deixando de fazer o dever de casa.

O edifício Pérola, na esquina da Braz de Aguiar com Dr. Magalhães, onde ficava sede, exibe hoje uma cobertura uma densa e verdejante vegetação. "Não fica bem para um Conselho Regional de Engenharia dar a demonstração de desleixo", comenta um observador.

Já não era sem tempo. Depois de muitos apelos, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente finalmente decidiu retirar as duas mangueiras mortas que por vários meses permaneceram na esquina da Mundurucu com a Padre Eutíquio.

O que se comenta é que a ação só foi possível graças a um acordo intermediado por pessoas junto à Prefeitura. Para garantir a retirada das árvores, uma rede de farmácias com várias lojas em Belém se comprometeu a reconstruir a calçada do local.

Na noite, sem nenhum alarde, o preço cobrado pelo estacionamento de veículos, no Hangar, subiu 100% em menos de seis meses (era R\$ 5,00 e passou para R\$ 10,00). Curioso é que, apesar disso, até onde se sabe, ninguém protestou publicamente.

Profissional da área de arquitetura que passou por lá nesta semana chama a atenção para o fato de que está submetido do tabuleiro da ponte do Mosquito. "Aplasta está precisando de uma restauração urgente", disse ele, em contato com a coluna.

O Informante aproveitou para manifestar preocupação, também, com as estruturas de sustentação da ponte. Se a parte inferior está do jeito que está, pode-se imaginar como não está a estrutura superior, alertando para o fato de que há muito tempo não se faz uma única obra de manutenção.

Matéria nº 100

A6 BELÉM

VIOLÊNCIA

Insegurança é constante no Tapanã

Um dos assaltos mais recentes ocorreu em um posto de saúde, na última quinta-feira

WALSARGES

As ruas esburacadas e a falta de iluminação tornam os trabalhos de policiamento extenuantes da Polícia Militar, na 1ª rua do Tapanã, no bairro que possui o mesmo nome. Além disso, outros fatores como o aumento do tráfico de drogas e o baixo investimento em escolas são apontados como os pontos que intensificaram a violência, conforme contam os moradores.

A sensação de insegurança é constante na vida das pessoas que moram naquele bairro. Na última quinta-feira, 14, um assaltante entrou em um Posto de Saúde do bairro se passando por paciente, preencheu a ficha de cadastro e, aproveitando o momento oportuno, abordou uma médica que estava de plantão com uma faca, efetuando o assalto e levando os pertences da vítima. O suspeito foi interceptado pela Polícia Militar, que foi acionada pelo Cioip.

Perguntadas sobre o que sentem depois do ocorrido, as pessoas demonstram que estão desamparadas. Elas explicam que o número de assaltos tem aumentado e que o policiamento da área é reduzido.

Antônio Pedro disse que o perigo de morar no bairro só tem aumentado. "O Tapanã está completamente abandonado. Essa rua aqui, (1ª Rua) era a melhor de morar, mas agora, nossos filhos são assaltados em frente das nossas próprias casas. Não temos mais segurança", disse.

"Antes, um vizinho foi assaltado. Ele tinha acabado de sair do banco e dois homens o seguiram de moto

até próximo da casa dele. Quando ele foi chegando eles levaram tudo dele, quase 18 mil reais", contou.

Mesmo nunca tendo passado diretamente por uma situação semelhante a assalto, Nilton Fonseca disse que a filha dele já reagiu a um assalto, mas logo depois ele a aconselhou a nunca mais repetir o gesto. "Ela começou a fazer uma arte marcial e quando foi abordada, ela não quis entregar a bicicleta em que estava e deu uns golpes no assaltante que lhe alvejou com uma arma de fogo, mas o revólver travou e os tiros não foram disparados. Tempos depois conversei com ela pra nunca mais fazer isso", contou.

PM

Em nota, a Polícia Militar disse que a área do Tapanã tem policiamento 24h com uso de viaturas, motocicletas e operações diárias de prevenção e fiscalização, inclusive com prisões regulares de criminosos, onde se destacam os envolvidos com o tráfico de drogas.

Em áreas como o Tapanã e outras regiões, segundo a polícia, é destaque o policiamento a pé e a participação efetiva da comunidade. "A PM está sempre disponível para reunir com as comunidades e discutir ações de prevenção e de enfrentamento à criminalidade", diz a nota.



O Tapanã está completamente abandonado"

Antônio Pedro - morador



COMENTE ESTA NOTÍCIA NO DOL

www.tamodopara.com.br



Moradores do Tapanã vivem em constante insegurança, em função, sobretudo, do grande número de assaltos que ocorrem no bairro

FIAT ZAZA COM ECONOMIA

SÓ NA INVENCÍVEL!

Novo Pá Affractive
ARROS E TRILHÃO - HIDRA
de R\$ 41
ENTRADA
R\$ 40

+ R\$ NA VOCE

0,99% Af. OTAt
! AXAáSRATIS

Ofertas atualizadas em: facebook.com/invenciveleiculos — www.msÊamKÊBÊÊBmÊÊamiÊÊa

TENONÊ

Moradores participam de procissão

WALSARGES

Um bolo de seis metros e diversas atrações culturais foram apresentadas ontem, no dia em que a Paróquia de Bom Jesus Samaritano, completou seis anos, no bairro do Tapanã, em Belém.

Dois mil é o número de pessoas que devem passar todos os dias durante o período de festividade que termina amanhã, com a celebração de missa presidida pelo arcebispo metropolitano de Belém, Dom Alberto Taveira.

Ontem, centenas de pessoas participaram de uma procissão que saiu da Capela da Sagrada Família e, após percorrer as ruas do bairro e do Residencial Tapajós, participou da missa, seguida da distribuição do bolo de aniversário da paróquia.

Raimunda Amaral, de 36 anos, ressaltou a importância de participar do evento. "Tronxe minha filha para



Procissão reuniu devotos para celebrar os seis anos da Paróquia Bom Jesus Samaritano

participar comigo deste dia. Acredito que devemos ser gratos a Deus por tudo que ele nos dá. E uma hora é tão pouco. Não nos custa nada devolver um pouco de toda a bondade que ele nos oferece", comentou.

O vigário da paróquia, pa-

dre Antônio Cleidivan, ressaltou três valores que devem ser despertados a partir dos ensinamentos do Papa Francisco: "A Palavra, o Encontro e a Família. O documento 'Alegria do Evangelho', escrito pelo Papa Francisco remete a alegria

que o cristão deve ter na prática do evangelho, no qual devem ser evidenciadas a Eucaristia que é centro de tudo; a alegria em servir o outro e o encontro do encontro que aproxima as pessoas e as famílias", afirmou.

RUBENS SILVA



Rubens Silva tinha 85 anos e morreu vítima de câncer no estômago

Corpo de jornalista será enterrado hoje

Será enterrado hoje, no cemitério de Santa Izabel, o corpo do jornalista Rubens Silva, que morreu ontem, aos 85 anos de idade, em consequência de um câncer no estômago. Ele estava internado há pouco mais de um mês em um hospital particular em Belém.

O velório está sendo realizado em uma capela na avenida José Bonifácio. O último para as 9h30.

O velório está sendo realizado em uma capela na avenida José Bonifácio. O último para as 9h30.

Matéria nº101

Diário do Pará

DOMINGO

Belém-PA, 24/08/2014 ANO XXXII Nº 10.997 FUNDADOR: LAÉRCIO WILSON BAIÃO 2004

R\$ 2,50 www.diariodopara.com.br

A HORA DE DAR O TROCO CHEGOU!
Remo tem a chance de recuperar, em Sobral, pontos perdidos em casa. **•BOLA 5 E 9**

UMA FEBRE QUE NÃO PASSA!
PH Ganso é um dos craques do futebol brasileiro, que estará no DIÁRIO dia 30. **•BOLA 14**

DA CRISE À LUTA POR UMA VAGA NO G4
Papão quer manter boa fase diante do ASA, em Arapiraca, e se aproximar do G4. **•BOLA 10 E 11**

zAppzApp (91) 8407-7070

MESA DOS SONHOS
TRAMONTINA

Comece HOJE a 2ª etapa da promoção

SELO 01

8 selos + R\$19,90 = 6 garfos

GUAMÁ

PSM É CENÁRIO DE DRAMA E DESESPERO

Contrariando a propaganda oficial, pacientes e acompanhantes sofrem com descaso no PSM do Guamá. DIÁRIO mostra imagens exclusivas. **•A4**

+ TODA
Santa ajuda
Sonho da casa nova conta com ajuda de profissionais na arte de decorar.

+ TDB
Coração aberto
Kiebbler Toledo fala do sucesso em Império, de José Mayer e Marina Ruy Barbosa.

+ VOCÊ
De bem com a vida
Ao 50 anos, "numa boa", Patrícia Pillar emenda sucessos na TV.

ENTREVISTA



PEDRO VASCONCELOS
Chefe de arborização do ITC.
"O Chiquinho, densa muito semelhante à dengue, deve entrar no país pelo fato de ser transmitido também pelo Aedes aegypti". **•A6**

ESTRADAS SÃO SÓ BURACOS

•A8 E A9
Situação das rodovias estaduais é de verdadeira calamidade.

JORNAIS TÊM CREDIBILIDADE

•A14
Congresso da ANJ mostra que 73 milhões de brasileiros têm jornais.

TAXISTA É ASSASSINADO

•POLÍCIA 4 E 5
Ele se jogou do carro para fugir de assalto e foi atropelado por bandidos.

USO INDEVIDO

Governo usa taxa mineral até para pagar INSS e ISS

Recursos da taxa, criada em 2012, são desviados pelo governo do Estado para outras finalidades não previstas em lei. **•A12**

ELEIÇÕES

Crime eleitoral leva 7 pessoas para a cadeia

Distribuição de vale-combustível para carreta de Jatene foi flagrada em Conceição do Araguaia. **•A7**

MESA DOS SONHOS
TRAMONTINA

COMPLETE SUA CARTELA!
Recorte o último selo e complete a sua coleção.

SELO 08

8 selos + R\$19,90 = 6 colheres

Caixa Grátis na 1ª semana

+ Diarinho
1, 2, 3, 4!!!
Espoleta Blues faz hoje show de lançamento do primeiro CD.

HOJE TEM!
249
OFERTAS DE EMPREGO

DIÁRIO DOS CONCURSOS
TIPA: PROVAS PARA AUXILIAR JUDICIÁRIO SERÃO REAPLICADAS

3.403
VAGAS NA AGENDA

PREÇO
SELO
SELO
SELO

DEAL ÚNICO
SELO
SELO
SELO

DOMINGO
SELO
SELO
SELO

EXEMPLARES ATRASADOS
DIAS ÚTEIS R\$ 2,50; DIAS DOMINGOS R\$ 3,00
EDIÇÃO DE MARÇO: JAC. PABLO E D. CARLOS

SAA - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(91) 4096.8000
ASSINATURAS E CLASSIFICAÇÃO (TÉRMI)

GERAL | 3084.0100 | 3084.0115 | 3084.0149
REDAÇÃO | COMERCIAL

ISSN 1608-2115

710114 8 3114 1017

Matéria nº 102

Diário do Pará



QUINTA-FEIRA Belém-PA, 18/09/2014 ANO XXXI Nº 11.022 FUNDADOR: LAÉRCIO WILSON BARBALHO • 1918 • 2004

R\$ 1,00



www.diariodopara.com.br



CASAL ASSALTA LANCHONETE NA PEDREIRA
Ação foi rápida: em dois minutos, o casal roubou clientes e a renda da noite.
+POLÍCIA 2



HORÁRIO ELEITORAL

PIONEIRO ABANDONA OBRAS POR MOTIVOS ELEITOREIROS

Candidato da Coligação "Todos pelo Pará", Helder mostrou, em seu programa eleitoral, que as obras do residencial Icuí Guajará, em Ananindeua, estavam em andamento quando deixou a prefeitura, mas foram paralisadas pelo prefeito Manoel Pioneiro, prejudicando milhares de pessoas. +A6

JUNTOS DE NOVO?
+B6 CAUÃ PASSA NOITE COM GRAZI

Cauã Raymond chegou ao condomínio onde vivia com Grazi, junto da atriz e da filha, e até as 2h não deixou o local.

MESA DOS SONHOS
TEAM MONTINA

Amanhã tem selo curinga! Fique esperto!

8 selos
+R\$19,90
+ 01 Concha de Felião e 01 Pegador para Massa Aço Inox Aurora

SELO 05

8 SELOS + R\$ 29,90
+ 1 RELOGIO CONDOR

GRUPOTECHNOS
1º SELO + CARTELA DIA 28/09
Diário do Pará



Acidente deixa 17 feridos

Ônibus que vinha de Mosqueiro para Belém sai da pista e tomba +POLÍCIA 6 e 7

IGARAPÉ-MIRI
Mais denúncias surgem contra o prefeito Pé de Boto

Prefeito preso é acusado de comprar açai por R\$ 4,5 milhões e de ter cometido outro assassinato. +A10

RAPOSA SEGUE LÍDER

Cruzeiro vence o Atlético-PR por 2x0 e se mantém líder com folga na tabela do Brasileiro.

+BOLA 6



3X1 São Paulo cai em Curitiba

+BOLA 5

AMISTOSOS Dunga faz nova convocação

+BOLA 13

REDEÇÃO
Hospital Regional não atende idosa

Delegados obrigaram Hospital Regional de Redenção a fazer o atendimento da idosa.

+A7

VENDA ONLINE
Só Estado de origem pode cobrar ICMS

Com a decisão do STF, Pará não pode mais recolher ICMS de produtos comprados em sites de fora. +B6

[ATORRES] AÉCIO SOBE 4 PONTINHOS



PREÇO
BELÉM
INTERIOR E MACAPÁ
OUTROS ESTADOS

DIAS ÚTEIS
R\$1,00
R\$1,40
R\$1,60

DOMINGO
R\$2,50
R\$1,50
R\$3,50

EXEMPLARES ATRASADOS
DIAS ÚTEIS R\$ 2,00 / DOMINGOS R\$ 3,00
EDIÇÃO DE HOJE: 70 PÁGINAS E 7 CADERNOS

SAA - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(91) 4606.8000
ASSINATURAS E CLASSIFICADOS (TEM)

3084.0100 GERAL

3084.0118 REDAÇÃO

3084.0149 COMERCIAL





O LIBERAL

BELÉM • PARÁ • BRASIL

PRESIDENTE: LUCIDEA MAIORANA

www.oliberal.com.br

PRESIDENTE EXECUTIVO: ROMULO MAIORANA JR.



Quatro Séculos em História
FALTAM 491 DIAS

ANO LXVIII • Nº 34.410

BELÉM, TERÇA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2014

DOMINGOS: R\$ 4,00 • DIAS ÚTEIS: R\$ 2,00

Jader é vinculado a lobista do caso de propina na Petrobras

Nome de Barbalho foi citado em matéria da revista "Época" sobre o homem-bomba Paulo Roberto Costa

Em sua edição nº 827, a revista, em reportagem de capa, afirma que Jorge Luz, lobista muito ligado a um genro do

ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, "construiu boas relações com chefes do PMDB e do PT. No PMDB, é

próximo do senador Jader Barbalho". CPI Mista da Petrobras pedirá para ter acesso às delações de Costa. **Poder, 1 e 2.**



Na ofensiva - Durante comício em Belém, o tucano Aécio Neves prometeu um "choque de infraestrutura na região amazônica"

Aécio anuncia nova política na área de segurança

EM CAMPANHA EM BELÉM, candidato do PSDB a presidente tomou aqui e defendeu melhores condições aos Estados para combaterem a violência. **Poder, 3.**

Uepa estende até amanhã inscrições a vestibulares

PRAZO PARA CANDIDATOS se habilitarem vai até as 23h. Inscrição também é obrigatória para os 14.179 contemplados com isenção parcial ou total. **Página 6.**

Papão vence fora com um golazo de Bruno Veiga

COM UM GOL DE BICICLETA, no primeiro tempo, o Paysandu ganhou do Botafogo-PB por 1 a 0, em João Pessoa, e volta a sonhar com o G4 na Série C. **Esporte, 3.**

Preço da carne sobe 3 vezes além da inflação

DE JANEIRO A AGOSTO, preço do produto no Pará teve um aumento de 12%, contra inflação de 4,1% no período, segundo levantamento do Dieese. **Página 8.**



Coletivo - Neymar (ao centro) e companheiros no último treino antes do jogo contra o Equador



Maicon - Até agora, razão do corte não está bem esclarecida

NOS ESTADOS UNIDOS

Brasil faz amistoso em meio a polêmica

CORTE DO LATERAL MAICON, por ter voltado à concentração 11 horas após o prazo marcado, teve repercussões acima do esperado. O volante Elias prometeu processar autores de boatos de que ele e o colega teriam mantido relações homossexuais. O jogo contra o Equador será às 22h de hoje, em Nova Jersey (EUA). **Esporte, 1.**



FASCÍCULO

Belém quase foi mudada de lugar

Fascículo sobre os 400 anos da cidade, encartado nesta edição, mostra que Portugal cogitou a mudança por razões estratégicas.

UNIVERSIDADES

UFPA está entre as 30 melhores do país

De 192 instituições avaliadas no Ranking Universitário Folha, a UFPA ficou em 29ª. **Página 7.**

CÍRIO

Banco da Amazônia vai coletar alimentos

Doações à Casa de Plácido estão entre ações do Baza durante a romaria, em outubro. **Página 5.**

TAILÂNDIA

Bando que explodiu carro-forte é preso

Cinco dos 11 membros da quadrilha estão na cadeia. Robo ocorreu no final de agosto. **Polícia, 1.**

NESTA EDIÇÃO

76 PÁGINAS EM 9 CADERNOS
Atualidades 12
Poder 12
Direito & Sociedade 12
Magazine 8
The New York Times 8
Esporte 6
Polícia 6

ORM NEWS



CLASSIFICADOS

12 PÁGINAS

1.101
OPORTUNIDADES



FALE COM O LIBERAL

REPORTAGEM
3216-1138
CLASSIFICADOS
3277-9200
ASSINETAS
3204-6000
COMERCIAL
3216-1163
3216-1011
3216-1176

SIGA-NOS

ORM News
ormnews.com.br
@OLiberal
www.facebook.com/jornaloliberal
jornaloliberal
@oliberal

ISSN 1678-9075



DOSSIÊ HELDER

OLIBERAL

Família tenta voltar ao poder com Helder

O clã Barbalho, que há 50 anos se instalou na política do Pará, deixando um rastro de corrupção

e desmandos, e enriqueceu no poder, busca com Helder voltar a um passado de triste memória

Na política, Jader Barbalho tenta estabelecer, em 2014, um pousado recorde nacional: eleger o filho Helder Barbalho governador do Pará, reeleger a ex-mulher Elcione Barbalho, e eleger a atual, Simone Morgado, para a Câmara dos Deputados. Também quer reeleger o primo José Priante – para a Câmara Federal, e o irmão João Barbalho para a Assembleia Legislativa.

A oligarquia Barbalho na política do Pará enfrenta nas urnas, este ano, o seu grande teste: Jader lançou o filho à disputa do governo do Estado, mesmo enfrentando o favoritismo do atual governador, o tucano Simão Jatene, na tentativa de perpetuar um velho modo de se fazer política, como se o Pará fosse uma Capitania Hereditária dos tempos do Brasil Colônia.

Jader Barbalho tenta repetir no Pará a experiência vitoriosa de dois políticos vizinhos: José Sarney (PMDB-AP), que elegeu a filha Roseana duas vezes governadora do Maranhão; e o senador João Alberto Capiberibe (PSB-AP), que elegeu o filho Camilo Capiberibe para o governo do Amapá.

A mala que Jader tenta colocar no Palácio dos Des-

pachos é, no entanto, por demais pesada. Helder Barbalho sempre viveu à sombra do pai: em seu currículo, um mandato como deputado estadual e dois mandatos com prefeito de Ananindeua, município da região metropolitana, apontado pelo Ministério das Cidades, em 2011, já no governo Dilma Rousseff, como o "pior município do Brasil em saneamento básico".

Os oito anos da administração de Helder Barbalho foram rechaçados nas urnas em 2012, quando o filho de Jader não conseguiu fazer seu sucessor, derrotado de forma acachapante pelo ex-prefeito do município, Manoel Pioneiro (PSDB).

Para tentar viabilizar a candidatura do filho, Jader Barbalho conseguiu convencer o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff a empurramos goela abaixo do PT paraense a candidatura de Helder Barbalho ao governo, com a promessa de apoio à candidatura ao Senado do ex-deputado Paulo Rocha, que teve que renunciar ao mandato para fugir a processo de cassação e teve sua candidatura impugnada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

A aliança do PMDB com o PT precisou ser submetida ao

Oligarquia Barbalho deixou na política paraense rastro de malfetos e escândalos

Diretório Regional do partido, pois houve fortes resistências à coligação por parte da ex-governadora Ana Júlia Carepa e do deputado federal Cláudio Puty – os dois da tendência petista Democracia Socialista – que não engolem Helder Barbalho.

Jader Barbalho joga com a candidatura do filho Helder sua última cartada na política paraense: Jader deve ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal da Sudam, que tem como relator o ministro Ricardo Lewandowski, onde foi denunciado pelo então procurador geral da República, Antonio Fernando Souza, como "chefe da quadrilha" que saqueou os cofres da autarquia. Corre o sério risco de ser preso.

HELDER BARBALHO

CANDIDATO AO GOVERNO

Aos 35 anos, Helder Barbalho segue os passos do pai, Jader, foi vereador em Ananindeua, deputado estadual e prefeito de Ananindeua por dois mandatos (2005-2008 e 2009-2012), onde teve uma gestão marcada por denúncias de desvios de verbas e obras megalomânicas – como um estádio para 25 mil pessoas e um mercado municipal – que hoje são edifícios brancos ou nem mesmo foram iniciadas. Responde a três ações por improbidade administrativa. Declarou à Justiça ter uma mansão de R\$ 1,33 milhão, que vale no mínimo R\$ 5 milhões. Como prefeito, restaurou o nepotismo em Ananindeua, nomeando a mulher Daniela como secretária, e mais a sogra Maria José do Valle e as cunhadas Renata e Isabela para trabalharem na prefeitura.

JADER FONTENELLE BARBALHO

SENADOR

Há 50 anos na política do Pará, foi vereador, deputado federal, governador do Pará em dois períodos (1983-1986 e 1991-1994), ministro da Reforma Agrária e da Previdência Social no governo José Sarney e senador da República. Em outubro de 1984, há 30 anos, portanto, como governador, Jader Barbalho protagonizou um dos maiores escândalos financeiros da história do Pará, ao transferir dinheiro dos cofres do Banco do Estado do Pará (Banpará) para uma conta pessoal, dele, Jader, no Rio de Janeiro. Entre outubro e dezembro de 1984, Jader teria desviado – segundo denúncias multilaterais do Banco Central do Brasil – algo em torno de R\$ 10 milhões dos cofres do Banpará para uma conta aberta na agência Jardim Botânico do Banco Itaú, no Rio de Janeiro.

Chegou a ser preso e algemado pela Polícia Federal, por ordem da Justiça Federal do Tocantins. Foi denunciado em 2005 pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, ao Supremo Tribunal Federal (STF), como "chefe da quadrilha" que saqueou os cofres da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Seu nome dispensa apresentações: virou sinônimo de corrupção no Brasil.

ELCIONE BARBALHO

CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL

Primeira mulher de Jader Barbalho, Elcione Barbalho é deputada federal pelo PMDB e tenta esta ano a reeleição. Foi candidata a prefeita de Belém em 1996 e acabou derrotada. É mãe de Helder Barbalho e de Jader Filho. Disputou o Senado em 2002 e foi novamente derrotada, abandonada pelo PT, que às vésperas da eleição defendeu o voto útil em Ana Júlia Carepa, que acabou eleita... Ainda no primeiro governo de seu então marido Jader Barbalho, em 1984, recebeu depósitos em sua conta de dinheiro supostamente desviado do Banco do Estado do Pará para uma conta aberta em nome de Jader Barbalho na agência Jardim Botânico do Banco Itaú, no Rio de Janeiro.

CLÁ BARBALHO TENTA EMPLACAR COM HELDER 50 ANOS DE PODER NO PARÁ



JOSÉ PRIANTE
DEPUTADO FEDERAL

Primo de Jader Barbalho, o deputado federal José Priante (PMDB) já disputou o governo do Estado em 2006, numa estratégia para viabilizar um 2o turno entre Ana Júlia (PT) e Almir Gabriel (PSDB). Disputou duas vezes a Prefeitura de Belém, colecionando duas derrotas. Como compensação pelo sacrifício de 2006, foi contemplado no governo de Ana Júlia com a Secretaria de Estado de Saúde.



JOÃO BARBALHO

Radicalista, é o irmão caçula de Jader Barbalho. Disputa uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado.



SIMONE MORGADO
DEPUTADA FEDERAL

Atual mulher do senador Jader Barbalho, é deputada estadual e concorre a uma vaga na Câmara dos Deputados, pelo PMDB. Simone Morgado foi denunciada pelo Promotor de Justiça Nelson Medrado, que ajudou ação civil pública, por improbidade administrativa, contra ela, à época em que era a 1ª secretária da Assembleia Legislativa.



IGOR NORMANDO

Ex-militante estudantil, vereador de Belém e líder do PHS na Câmara Municipal, é sobrinho da deputada Elcione Barbalho e candidato a deputado estadual.



ILUSTRAÇÃO: IBOVO

OPINIÃO

OLIBERAL

FILIADO À ASSOCIAÇÃO
INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIPANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE
JORNALISMOPresidente
Lucidéa Batista MaioranaPresidente Executivo
Romulo Maiorana Jr.Diretor Jurídico
Ronaldo Maiorana
(CAB-PA 8667)Diretora Administrativa
Rosângela Maiorana KzanDiretora Comercial
Rosemary MaioranaDiretor Industrial
João Pojucam de Moraes FilhoDiretor Corporativo de Jornalismo
Walmir Botelho D'OliveiraDiretor de Novos Negócios
Ribamar GomesDiretor de Marketing
Guarany JúniorDiretores
José Edson Salame
José Luiz Sá PereiraEditor-Chefe
Lázaro Moraes**O LIBERAL** é editado por
Delta Publicidade S/A
CNPJ (MF) 0429983/0001-17.
Inscrição Estadual: ISENTA.
Municipal: 032/630-5.Administração, Redação,
Centro Tecnológico Gráfico,
Publicidade

Av. Romulo Maiorana, 2473.

CEP: 66-093-000.

Telefone: 3216-1000.

Endereço Telegráfico: JornalLiberal.

Belém, Pará, Brasil.

As opiniões emitidas em textos assinados
são livre manifestação do pensamento de
seus autores e não representam a opinião
do jornal.Sucursal Centro/
Centro-OesteGerente Executiva
Silvana Scorsin► Brasília-DF
SRTVN Q.701 CONJ. C.
Ed. Centro Empresarial Norte,
Bloco B, sala 432. Cep. 70.719-000.
Fonofax: (61) 3328-9394/3328-9396.
E-mail: sanab0334@uol.com.brSucursal Sudeste/
Sul/NordesteDiretor:
Carlos Namur► São Paulo-SP
Edifício Iguaçu Office Building
Rua Iguaçu, 192
Cj. 111 / 11ª and - Itaim. Cep. 04541-010
Fonofax: (11) 3073-1450 / 1451 / 1453
e-mail: sucsuas0340@uol.com.br

Preço do exemplar

Zona I - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capimema, Capitão Poço, Castanhal, Córdua, Duas Ilhas, Igarapé-Miri, Itaituba, Itinga, Mãe do Rio, Migu, Mosquito, Nova Timbóia, Ourém, Paragominas, Quatro Irmãos, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.► Dias úteis R\$ 2,00
► Domingo R\$ 4,00**Zona II** - Almerim, Altamira, Paragipe, Brejo do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Pôrto de Moz, Redenção, Seara, Ourilândia do Norte, Tucuruí, Tio, Tucuruí, Nogueira, Juruá, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óndas.► Dias úteis R\$ 2,50
► Domingo R\$ 4,50**Zona III** - Brasília (DF), São Luís, Teresina, Recife, Jaboatão, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.► Dias úteis R\$ 3,00
► Domingo R\$ 6,00**Zona IV** - Demais Estados► Dias úteis R\$ 4,50
► Domingo R\$ 9,00**Zona V** - Macapá► Dias úteis R\$ 3,00
► Domingo R\$ 6,00

Telefones de O LIBERAL

Reportagem:
3216-1138
Assinaturas:
3204-6000
Atendimento ao Assinante:
3216-1011
Classificados:
3277-9200
Comercial:
3216-1163 e 3216-1176

ronaldomaiorana

Por que votar no Jatene - I

O tempo é um mestre. Não é à toa que a própria Bíblia diz que "tudo tem o seu tempo determinado e há tempo para todo o propósito debaixo do céu. Há tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de derrubar e tempo de edificar; O justo e o ímpio serão julgados, porque há um tempo para todo o propósito e para toda a obra". Ninguém discorda do escrito em Eclesiastes. Nem se discorda, também, que oito anos é tempo suficiente para se fazer algo de bom por algum lugar. Mas é tempo demais para não ter feito nada.

É com a incêrnia e má vontade dos mais administradores que danos se proliferam. Para estes, é sempre tempo de arrancar o que os outros plantaram, é sempre tempo de destruir, jamais tempo de curar. As condições precárias de saúde em Ananindeua são exemplo disso. Durante oito anos, nenhum hospital foi construído. Como um engodo, pequenas reformas em unidades básicas de atendimento, mas nada que efetivamente assistisse à população.

Se nada se fez por um município, é bom nem imaginar o caos que seria em termos de Estado. Ainda mais quando se vê que o Pará de hoje, em termos de saúde, parece ter encontrado um caminho a seguir. Sabe-se que ainda há muito a se fazer. Mas não se pode negar que o tempo de Jatene é o de construir. Enquanto o país sofreu uma redução de 13 mil leitos hospitalares do SUS, o Estado do Pará investiu mais de meio bilhão de reais na saúde, o que representa mais mil

leitos hospitalares.

Não é novidade que somos um Estado grande. Diante disso, a necessidade de construir e de ampliar hospitais em cidades que não têm se tornou fundamental para uma assistência mais igualitária aos parenses. A prioridade do governo tem sido hospitais de média e alta complexidade nas diversas regiões do Estado. Em Itaituba e Santarém, por exemplo, os hospitais da região não se limitam mais a assistências básicas. Os leitos de terapia intensiva permitiram procedimentos de alta complexidade, como cirurgias neurológicas, oncológicas e cardíacas. Em Paragominas, o Hospital Regional do Leste do Pará, inaugurado neste mês, é um dos exemplos da política de descentralização, com atendimentos complexos.

A nova política é a de evitar que o cidadão precise se deslocar de município ou do próprio Pará para ser bem atendido. Assim, a capacitação dos hospitais também inclui melhores condições a capital. Por uma questão cultural, a Santa Casa sempre foi referência. Nas décadas passadas, depois da cidade de Belém, a história do hospital faz parte da história da cidade. Mas não se pode pensar a Santa Casa de hoje como as confrarias de caridade que lhe originaram.

O investimento de 170 milhões do governo permitiu que Simão Jatene entregasse ao Pará uma Santa Casa de Misericórdia renovada. A Unidade Materno Infantil Dr. Almir Gabriel é referência em prestação de alto risco e neonatologia do país. Por prever aten-

dimento de pessoas de municípios próximos e até de estados vizinhos, é o único hospital público do Norte a ter um heliponto para suporte aos casos de emergência. A excelência do hospital lhe rendeu o certificado do Ministério da Saúde de melhor da Região Norte, além de ter sido considerado pelo Unicef como "Hospital Amigo da Criança", por atender 100% do SUS.

Se a história da SCM se confunde com a história da cidade, é fácil lembrar fatos recentes em que o local destinado ao nascimento por excelência foi alvo de matérias nacionais pelo número desastrado de bebês mortos. Em um tempo em que os desgostos com a administração pública são tão frequentes, é, no mínimo, honroso ver que uma administração conduzida por mãos certas pode fazer o certo.

Em mãos erradas, oito anos é tempo de nada. Em mãos certas, quatro anos é tempo suficiente para construir um bom legado. Tempo suficiente para resgatar a função pública e a imagem de um hospital. Tempo bastante para construir hospitais equipados para cidadãos que precisam de cuidados maiores. Ver um homem público aproveitar bem o seu tempo faz lembrar de novo Eclesiastes. Afinal, "não há coisa melhor do que se alegrar o homem nas suas obras, porque esta é a sua porção". A Jatene, portanto, faltam motivos para se envergonhar ou se entristecer.

► **Ronaldo Maiorana é advogado e jornalista.**

jtalvest1951@gmail.com

J.BOSCO

HORÁRIO POLÍTICO



linomarbahia

Tensões pré-eleitorais

Houve tempo em que não havia como antever decisão de juiz, sexo de bebês e resultado de eleição. Mas a modernidade científica e tecnológica parece ter deixado imune a previsões somente sentença judicial, enquanto a ultra-sonografia passou a antecipar se estava sendo gestado menino ou menina e as pesquisas rapidamente erram tendências eleitorais, geralmente reafirmadas nas bocas de urnas, a menos que fatores e acontecimentos supervenientes, como agora, as remetam a um universo da imprevisibilidade.

As vésperas do pleito, abundam incertezas e sobram palpites pelo misuse de tragédia impensável e consequências inimagináveis. Quando vítimas são personagens relevantes, costumam surgir as teorias da conspiração sobre "a quem interessa...". Especularam se Getúlio se suicidaria ou fora assassinado, considerando o choque de aviões que tirou o general Castelo Branco da cena revolucionária de 64, supostamente da morte de Tancredo a horas da posse presidencial e questionaram a batida do carro de JK na via Dutra.

Seria diferente, contudo, como só acontece no Brasil, com o desastre que tirou Eduardo Campos da corrida presidencial. Eventuais insinuações não encontraram o costumeiro campo fértil para conjecturas, sobretudo por não haverem razões para matá-lo. Pelo contrário, convinha a possíveis incomodados a sua permanência na disputa, pelo temor de vir a ser sucedido por Marina, em algum momento, pela maior viabilidade eleitoral que as pesquisas registravam, em índices superiores aos do próprio Eduardo.

Por isso, inquietos se restringi-

ram somente aos aspectos técnicos, restando à exploração política apenas o uso do avião. Nem foi preciso recorrer aos métodos científicos e deduções lógicas de "Sherlock Holmes", o legendário personagem de ficção, criado há 120 anos pelo médico e escritor Arthur Conan Doyle. Transformado em símbolo de detetive, impressionava o "caro Watson" ao classificar como "elementar" as conclusões para desvendar crimes que nem a "Scotland Yard" conseguia elucidar.

O mundo político e as campanhas presidenciais passaram a experimentar uma espécie de tensão pré-eleitoral, submetendo candidatos e comitês aos distúrbios psicológicos e disfunções fisiológicas típicas de outras tensões geradoras de nervosismos e complicações "frenéticas". A ascensão de Marina reencarnou a "terceira via", figura abominada pelos concorrentes pela capacidade histórica de atrair votos dos descontentes, rompendo polarizações repetidas nos vários Estados onde a maioria prefere não votar.

Migram para Marina os desejos das mudanças expressas nas manifestações de 2013, encorpando os que estão mudando da ideia de amicar o voto ou não votar, possibilidade que já animava petistas pelo fato de votos em ninguém favorecerem indiretamente o mais votado, que imaginavam vir se ser Dilma. A opção pelo novo resulta da frustração administrativa e moral do PT, também percebida na iminente derrota em estados decisivos.

Mudanças dos ventos eleitorais também contestam a legitimidade dos partidos como atores da democracia representativa que se imagina existir no país, chamando à reflexão

a função original de congregar partidários com ideias comuns e afinidades ideológicas e políticas, mas desvirtuada na opção preferencial pelos interesses privados, em detrimento das causas públicas. Surge, ainda, a novidade do mandato único de quatro anos para os executivos no país, contra o continuísmo e pela alternância do Poder.

Essa visão pragmática está pautando o discurso da nova candidata, convocando todos a não desistirem do Brasil" pela prática de nova forma de fazer política, rejeitando hábitos patriarcal e ações patrimonialistas. Lembrando que há gente do bem na política, Marina propõe um governo de união nacional com as melhores cabeças e visão estratégica, sem preconceitos partidários ou credos ideológicos. Alinhos, os adversários não sabem como reagir, temendo que ataques possam produzir efeito contrário ainda pior.

Estilhaços da queda do jato e a consequente reviravolta eleitoral ainda permitem dividas quanto ao efeito Marina ser um fenômeno passageiro ou uma onda de proporções "tsunâmicas", varrendo os demais candidatos e chegar ao segundo turno com reais chances de vitória. Analistas de humores sociais e temperaturas eleitorais começam a olhar mais além. Recorrem às circunstâncias que alçaram Sarney, Collor, Itamar e, até, FHC à Presidência, para preanunciar a eleição de Marina ainda no primeiro turno. É esperar para ver.

► **Linomar Bahia é jornalista, escritor e consultor em comunicação.**
E-mail: linomarbahia@oi.com.br

Agosto será mesmo aziago?

JOSÉ CARNEIRO

O mês de agosto termina hoje, com suas lendas pelo mundo. No Brasil, costumou-se usar a rima para enfatizar o que seria "agosto, um mês de desgosto". Não sei se sabem, mas essa frase integra uma superstição de caráter mundial, onde os exemplos sobram. Hiroshima e Nagasaki foram alvos de ataques atômicos nos dias 6 e 9 de agosto de 1945. As portugueses, de além-mar, há muito evitam casar neste mês, para fugir de azares. Na África, o dia 24 de agosto é conhecido como "o dia em que o diabo anda solto". E também como o mês do cachorro louco. E agosto, quase sem feriados e sucedendo ao julho de férias, apresenta um ar de segunda-feira.

Mas tem sido nos círculos da política brasileira, recheada de casos, a confirmação dessa lenda popular em torno de agosto, mês em que morreu Carmen Miranda, no fulgor do sucesso; foi em agosto que os pracinhas da FEB retornaram para o Brasil, deixando por lá inúmeros colegas proselitistas mortos. Todavia, os dois casos mais retumbantes provavelmente estão ligados as crises advindas do suicídio de Getúlio Vargas e da renúncia de Jânio Quadros. Ambos reforçaram a opinião popular de que, no Brasil, a bruxa da política desgarrava-se neste mês dito aziago.

O que desejo ressaltar, neste longo preâmbulo, é a figura emblemática e contraditória de Getúlio Vargas, que transistiu entre vários períodos da república, em meio a fases ditatoriais (de extremo autoritarismo) e adaptando-se à redemocratização que, a partir de 1945, marcou um pedaço da nossa História. Relembrando o personagem, Getúlio chegou ao poder federal no bojo da chamada Revolução de 30. Até 1935, enfrentou, com êxito, a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, e obteve a eleição indireta para a Presidência em 1935. Em 1937, tornou-se ditador, num golpe que ficou conhecido como Estado Novo, "apelido" dos novos tempos ditatoriais, que duraram oito anos, quando ele foi apeado do poder absoluto na chamada redemocratização de 1945. Ao longo desses 15 anos de poder, Getúlio Vargas conquistou quase na mesma proporção opositores e aliados políticos. Estes sustentaram o ritmo que o Brasil experimentou no seu desenvolvimento e aqueles contribuíram para a sua derrubada. Caído, mas não vencido, Getúlio foi eleito em 1947, ao mesmo tempo, senador e deputado federal por vários Estados, uma esdrúxula situação que a lei de então permitia. Em 1950, ele conquistou a Presidência da República em eleições diretas, pela primeira vez em sua vida. Mas os inimigos que o cercavam minavam sua ação tanto quanto sua idade, acima dos 70 anos. O País era outro, mas não o que ele aprendera a governar, trancamente. A democracia permitia expor as mazelas de uma gestão conturbada, evadida de corrupção, e o Congresso já não se submetia à sua liderança. O jornalista e deputado Carlos Lacerda, o maior tribuna de sua época, liderava a força da oposição e foi um dos principais responsáveis pelas denúncias da crise que chegou ao interior do Palácio do Catete, minando a autoridade do presidente. Diante da eminência de mais um golpe que lhe extrairia o poder, e cumprindo o que prometera aos seus conselheiros mais próximos de que ele sairia do Palácio morto, na madrugada do dia 24 de agosto Getúlio suicidou-se com um tiro no coração. A comoção nacional provocada pelo seu ato extremo marcou agosto de forma irreversível, com sequela políticas nos rumos do Brasil que ele, de fato, ajudou a crescer. Nestas relembranças, dou adeus ao mês de agosto de 2014.

► **José Carneiro é cientista político.**



O LIBERAL

BELÉM • PARÁ • BRASIL

PRESIDENTE: LUCIDEA MAIORANA

www.oliberal.com.br

PRESIDENTE EXECUTIVO: ROMULO MAIORANA JR.



FALTAM 486 DIAS

ANO LXVIII Nº 34.415

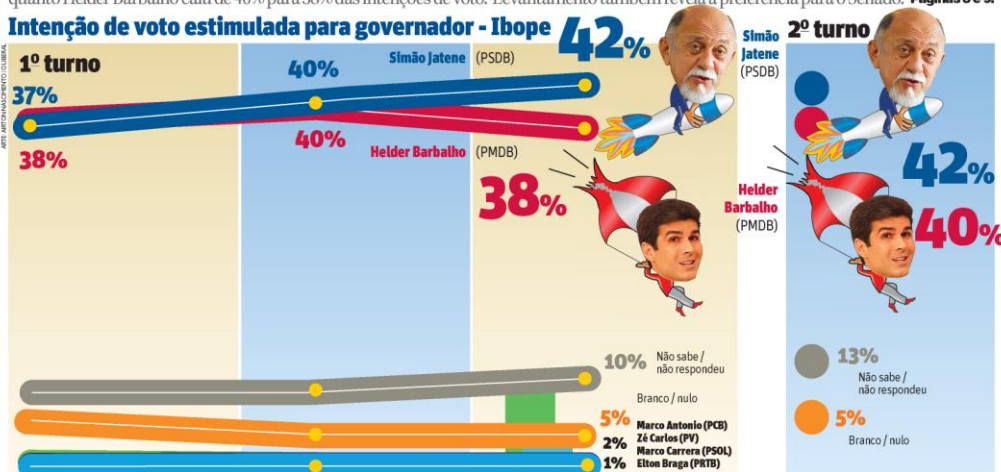
BELÉM, DOMINGO, 14 DE SETEMBRO DE 2014

DOMINGOS: R\$ 4,00

DIAS ÚTEIS: R\$ 2,00

Ibope: Jatene sobe para 42%. Helder Barbalho cai para 38%.

Instituto aponta ainda que o governador Simão Jatene venceria no 2º turno por 42% a 40%. Pesquisa estimulada feita entre os dias 8 e 11 de setembro revela que Simão Jatene subiu de 40% para 42% em relação à última pesquisa, enquanto Helder Barbalho caiu de 40% para 38% das intenções de voto. Levantamento também revela a preferência para o Senado. **Páginas 8 e 9.**



GESTOR EM CAUSA PRÓPRIA

Nepotismo e luxo é com Helder Barbalho

Quando foi prefeito de Ananindeua, o candidato do PMDB ao governo do Estado fez da mulher, Daniela, secretária de Assistência ao Trabalho e favoreceu com dinheiro público a sogra e duas cunhadas. O Helder Barbalho que se aconchega em mansão de R\$ 6 milhões é o mesmo que deixou obras "fantasmas" em Ananindeua.

Poder, 5 e 7.

Eleições no Estado vão custar mais de R\$ 37 mi

TRE DO PARÁ VAI APLICAR a maior parte dos recursos em transporte de urnas, tecnologia e logística. **Poder, 1 e 2.**

Círio semeia a devoção nazarena em Brasília

CÍRIO DO CERRADO REÚNE hoje, a partir das 18h, centenas de devotos de Nossa Senhora de Nazaré. **Página 15.**

Ação tenta derrubar o aumento de energia

O ADVOGADO MÁRIO DAVID Prado já ajuizou ação popular contra o reajuste de mais de 34% no Estado. **Página 7.**

NO PARÁ Aécio quer choque de investimento

Candidato do PSDB a presidente pretende, se for eleito em outubro, incentivar a indústria e incrementar o setor de infraestrutura no Pará. **Poder, 8 e 9.**



Complemento - Consumo de açaí, tradição no almoço do paraense, fica mais em conta

Preço do açaí começa a cair, mas ainda é alto

O LITRO DO TIPO MÉDIO custava em média R\$ 14,25 no ano passado. Neste ano, subiu para R\$ 15,21. **Página 5.**

ESTUDO DA CNT

Setor de transportes precisa de R\$ 54,4 bi

ESTUDO DA CONFEDERAÇÃO Nacional do Transporte estima que esse é o volume de investimentos necessários para melhorar a eficiência do setor de cargas e aperfeiçoar o de passageiros no Pará. O segmento que revela maior carência é o rodoviário. **Poder, 3.**

NESTA EDIÇÃO

218
PÁGINAS
EM 10 CADERNOS
E 4 REVISTAS

Atualidades	20	Tropo	40
Poder	12	Mulher	24
Esporte	12	Revista da TV 12	
Magazine	12	Liberalzinho	8
Mercado	6		

Shopping: Fecomércio - Pará

ORM NEWS



CLASSIFICADOS
72 PÁGINAS

7.863
OPORTUNIDADES



SIGA-NOS

ORM News
ormnews.com.br
@OLiberal
www.facebook.com/jornaloliberal
@oliberal



Pará perdeu rodovias na gestão PT-PMDB. Página 10.

CIDADES

Jatene está 7,4 pontos à frente de Helder

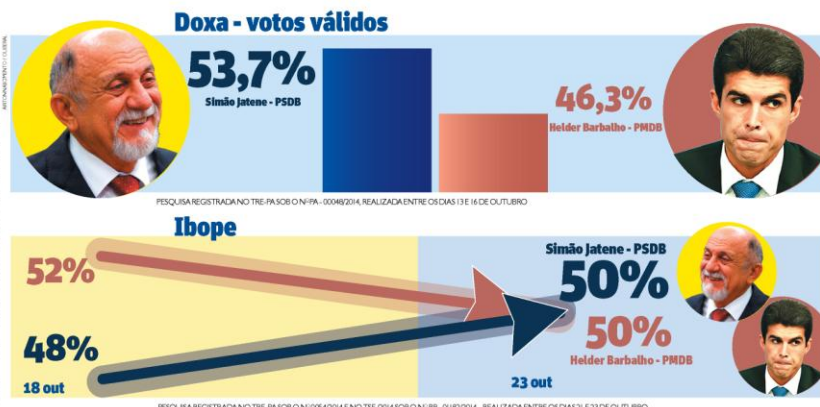
NA LIDERANÇA

Governador vence em pesquisa do Doxa. Pelo Ibope, há empate numérico.

O governador Simão Jatene, candidato à reeleição pelo PSDB, chega ao pleito de hoje na liderança em uma pesquisa e em ascensão em outra. Em levantamento do Instituto Doxa, registrado no TRE-PA sob o número PA-00048/2014, Jatene tem a preferência de 53,7% do eleitorado, contra 46,3% de Helder Barbalho (PMDB), em relação aos votos válidos - como a Justiça Eleitoral calcula os votos dos candidatos -, abrindo vantagem de 7,4 pontos percentuais. Em pesquisa do Ibope, com seu adversário Helder Barbalho (PMDB).

A segunda pesquisa de intenção de voto para o governo do Pará no segundo turno, realizada pelo Ibope, em parceria com a TV Liberal, aponta os candidatos Simão Jatene (PSDB) e Helder Barbalho (PMDB) numericamente empatados com 47% dos votos totais cada um. Na comparação com a primeira pesquisa realizada no Estado, divulgada no último dia 18, Jatene **oscilou positivamente** dois pontos percentuais, e Barbalho **caiu** um. O percentual de indecisos oscilou de 4% para 2% no intervalo dos dois levantamentos, enquanto o de eleitores com a intenção de votar em branco ou nulo passou de 3% para 4%.

Em relação aos votos vá-



lidos - que desconsidera os brancos e nulos, conforme o cálculo da Justiça Eleitoral para definir a votação dos candidatos -, Simão Jatene e Helder Barbalho aparecem empatados numericamente com 50% cada. O resultado mostra uma **evolução positiva** de dois pontos percentuais para o candidato tucano à reeleição e queda de dois pontos para o candidato do PMDB, no comparativo com a última sondagem.

A pesquisa também questionou os eleitores sobre a intenção de voto para presidente

da República. Dilma Rousseff (PT) surge em primeiro com 57% dos votos válidos e Aécio Neves (PSDB) aparece com 43%. Na avaliação da última semana, os percentuais eram 56% e 44%, respectivamente. A pesquisa foi realizada entre os dias 21 e 23 de outubro de 2014, com 812 eleitores em 42 municípios do Pará. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no TRE-PA sob o protocolo nº PA-00054/2014 e no TSE sob o

protocolo nº BR-01182/2014.

NA LIDERANÇA

Conforme a pesquisa de intenção de votos feita pelo Doxa nas seis mesorregiões do Estado (Metropolitana, Nordeste, Marajó, Baixo Amazonas, Sudoeste e Sudeste), o atual governador, na pesquisa espontânea, tem 47,3% da preferência do eleitorado, enquanto o ex-prefeito de Ananindeua aparece com seis pontos percentuais a menos: 41,3%. A proporção que respondeu votar em branco ou

Na reta final de campanha, números revelam o favoritismo do governador

anular o voto é de 4,5% e os que ainda não sabem em quem votar é de 6,9%. No levantamento estimulado, o governador tem 49% das intenções de voto contra 42,3% de Helder Barbalho, abrindo 6,7 pontos percentuais de vantagem. A margem dos que pretendem votar em branco ou nulo é de 5,3% e a

dos que se declaram indecisos é de 3,4%.



LINHAS DE CRÉDITO BANCO DA AMAZÔNIA.

O Banco da Amazônia acredita que todo mundo nasce pra ser bom em alguma coisa. A gente, por exemplo, nasceu pra investir em você. Por isso, sabemos que não importa o tamanho do seu negócio, com o investimento certo ele vai crescer. Ainda mais com as melhores taxas e prazos do mercado, com agilidade e sem dificuldade, como o Giro MPE. O crédito para micro e pequenos empreendedores que buscam estimular e ampliar seus negócios, com reformas, ampliações ou aquisição de bens móveis ou imóveis. Quer saber mais? Venha conversar conosco em uma de nossas agências, ou visite nosso site para conhecer os créditos que mais combinam com o seu segmento.

Há 72 anos, somos especialistas em crédito para micro e pequenas empresas.

www.bancoamazonia.com.br

BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. É a sua vida.

Matéria nº 109

Diário do Pará

WhatsApp
ZAppzApp
(91) 8407-7070

DOMINGO Belém-PA, 26/10/2014 ANO XXXII Nº 11.060 FUNDADOR: LAÉRCIO WILSON BARBALHO • 1918 +2004

R\$ 2,50

www.diariodopara.com.br

2º TURNO

PESQUISA APONTA VITÓRIA DE HELDER COM FOLGA

Pesquisa feita em 24 municípios paraenses pelo IVEIGA mostra que Helder tem 56,2% dos votos válidos, o que representa vantagem de quase 13 pontos sobre Jatene. Foram realizadas 2 mil entrevistas pelo Instituto. **+A3**

56,2%

HELDER (PMDB)

JATENE (PSDB)

43,7%

1 DÍZ O MP
Cheque Moradia foi usado para comprar votos
+A4

2 PRIORIDADE
Jatene gasta R\$ 170 milhões em propaganda
+A12

3 EM 4 ANOS
Indicadores envergonham o povo paraense
+A14/15

ENTREVISTA



SANDRO BORGES
Assessor do TRF/PA
"Que possamos viver a democracia, respeitando a opinião do outro e vice-versa, para que não tenhamos ânimos acirrados excessivamente." **+A6**

+ VOCÊ

Vingativa e poderosa

Leona, a eterna "Assassina Vingativa", prepara o retorno em grande estilo, para alegria de seus fãs.



tdb tudo de bom

Sexo é essencial

Adriana Birolli defende relações sexuais abertas e diz que namoraria um bissexual.



+ TODA

Gastronomia
Chef Ângela Sicília quer ensinar ao público paraense.



BETO E IZABELA ENROLADOS

+A8/9
MP e deputados vão investigar enriquecimento dos filhos de Simão Jatene.

FOGOS NO ADEUS À MARIA

+A16
Queima de fogos hoje e Recife amanhã encerram quadra nazarena.

COMPLETE SUA CARTELA!

APROVEITE O SELO CURINGA E GARANTA SEU RELÓGIO!



8 SELOS + R\$ 29,90
= 1 RELÓGIO CONDOR



DILMA DEVE SER REELEITA

+A7
Pesquisas indicam que presidente da República será reeleita com folga.

DIÁRIO DOS CONCURSOS

DATAPREV ABRE 4.016 CHANCES COM SALÁRIOS DE ATÉ R\$ 6,3 MIL.

7.215
VAGAS NA AGENDA

HOJE TEM!
295
OFERTAS DE EMPREGO

Garanta o selo de hoje!



Cartela + 02 selos + 39,90 =
01 Boneco



PREÇO
RELEV
INTERIOR E MACAPÁ
OUTROS ESTADOS

DIAS ÚTEIS
R\$ 1,00
R\$ 1,40
R\$ 1,60

DOMINGO
R\$ 2,30
R\$ 2,50
R\$ 3,30

EXEMPLARES ATRASADOS
DIAS ÚTEIS R\$ 2,00 ATÉ DOMINGOS R\$ 3,00
EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS EM 14 CADERNOS

SAA - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(91) 4004.8000
ASSINATURAS E CLASSIFICADOS (TEM)

3084.0100

3084.0118

3084.0149



CPB 1414 3 37 1 1877

000003

Diário do Pará
DOMINGO, Belém-PA, 26/10/2014

PESQUISA IVEIGA CONFIRMA:

Helder Barbalho deve ser eleito o novo governador do Pará

No último levantamento de votos, o candidato do PMDB disparou na preferência do eleitorado, com quase 13 pontos de vantagem sobre Simão Jatene

DA REDAÇÃO

O candidato do PMDB, Helder Barbalho, deve ser eleito hoje o governador do Pará, derrotando o governador tucano Simão Jatene que concorre à reeleição. É o que revela a terceira pesquisa do Instituto IVEIGA para este segundo turno.

Levando em conta apenas os votos válidos - descartando os brancos e nulos - Helder aparece com quase 13 pontos percentuais à frente do adversário. Segundo o IVEIGA, Helder tem 56,2% das intenções de votos contra 43,7% de Jatene. Os votos válidos é que são considerados pelo Tribunal Regional Eleitoral para definir o real percentual de votos de cada candidato após a totalização.

O IVEIGA é coordenado pelo Cientista Político Edir Veiga e foi o único a acertar os resultados das eleições no primeiro turno desde o início da campanha eleitoral deste ano. Mesmo levando em conta também votos brancos e nulos, Helder tem onze pontos de vantagem em relação a Jatene. Os dados mostram que o peemedebista tem 49,8% das intenções de voto, enquanto Jatene acumula 38,7%. Os votos brancos e nulos somam 6% e 5,6% não souberam ou não responderam. Esses números dizem respeito à pesquisa estimulada, quando os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados.

Na pesquisa espontânea - quando o eleitor precisa lembrar o nome dos candidatos - Helder também lidera. Nesse caso, tem 48,8% e Jatene 38,3%. Os brancos e nulos somaram 5,8% e os eleitores que não souberam ou não opinaram são 7,2%.

O IVEIGA procurou saber como estão as expectativas dos eleitores em relação aos resultados da eleição de hoje. A maioria dos entrevistados, 54,5%, acredita que Helder vencerá. Apenas 32,8% dos entrevistados disseram acreditar que Jatene será o vencedor.

Foram ouvidos 2 mil eleitores entre os dias 20 e 24 de outubro nos municípios de Santarém, Monte Alegre, Breves, Portel, Afuá, Muana, Belém, Ananindeua, Abetetuba, Cametá, Bragança, Capangema, Moju, Igarapé-Miri, Tomé-Açu, Acará, Viseu, Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Paragominas, Redenção, Itaituba, Altamira. A pesquisa está registrada no TRE sob número 00053/2014.

PRESIDÊNCIA

A candidata à reeleição Dilma Rousseff lidera a corrida eleitoral no Pará. Levando em conta apenas os votos válidos, Dilma aparece com 56,8% das intenções de voto. O adversário, o tucano Aécio Neves tem 43,3%. A pesquisa para Presidência foi registrada junto ao Tribunal Superior Eleitoral sob número 01177/2014.

HELDER

3ª Pesquisa IVEIGA para o Segundo Turno

Em quem você votaria para governador no segundo turno? Votos válidos



Em quem você votaria para governador no segundo turno? Pesquisa estimulada

6% | Branco/Nulo
5,6% | Não sabe/Não opinou

Em quem você votaria para governador no segundo turno? Espontânea

5,8% | Branco/Nulo
7,2% | Não sabe/Não opinou

Expectativa dos eleitores em relação ao resultado da eleição



12,8% Não sabe/Não opinou

DILMA

Em quem você votaria para presidente no segundo turno? Votos válidos

Registro no TSE - BR 01177/2014 - Presidência
Registro no TRE/PA - PA - 00053/2014 - Governador.
Os dados estão arredondados nas casas decimais

EDITORA DE ARTE: ANGELO VALENTE / DIÁRIO DO PARÁ

JATENE

POLÍTICA A3

RD REPÓRTER DIÁRIO

O DIÁRIO se associa à alegria democrática com que o povo paraense vai hoje às urnas para escolher o próximo governador do Estado. O repórter não é mero exercício de retórica. Nasce da certeza de que este jornal instrumentalizou o eleitor com a crítica política para que pudesse fazer o necessário contraponto às tentativas de manipulação que o candidato tucano e o Liberal, sócios de longa data, cometeram contra a ética ao reiteradamente burlar a Lei Eleitoral com pesquisas fraudulentas desmoralizadas nas urnas. O voto será democraticamente exercido hoje pelo poder soberano do dono do voto.

Sobrinho

Empurrados pelo desespero causado por pesquisas que preveem consagrada vitória do peemedebista Helder Barbalho para governar o Pará nos próximos quatro anos, como a pesquisa do próprio Ibope (contratado pela TV Liberal e renegado pelo jornal Liberal), os tucanos são o retrato da violência. Em Castanhal, Eduardo Sales e seus capangas estão aterrorizando a população com ameaças a quem sabem ser eleitor que não votará no candidato do PSDB, tio dele. Quebram carros e agredem adversários sabendo que estão numa terra sem lei.

Dominado

A Força Nacional, aliás, deveria ter sido convocada pela Justiça Eleitoral para tentar dar segurança aos desamparados eleitores de Castanhal, vítimas de tudo quanto é espécie de intimidação para alterar a vontade dos cidadãos diante das urnas neste domingo. Tudo lá está dominado: quiciss da Polícia Militar e delegacias de Polícia Civil de Castanhal são controlados pelo sobrinho do governador. Sem a proteção federal, a Justiça Eleitoral não mostra forças na cidade para garantir à sociedade uma eleição transparente e com lisura.

Painel

A insatisfação com a condução do governo tucano no comando da Polícia Militar levou ontem ao Ministério Público Militar a diretoria da Associação de Mulheres de Praças da PM, porta-voz dos militares proibidos de manifestações. Elas foram ao MPM se queixar das péssimas condições de trabalho e de escalas de serviço no Batalhão de Policiamento Penitenciário, noticiadas pelo DIÁRIO. O promotor Armando Brasil remeteu o caso ao comandante do batalhão para que se manifeste em 48 horas sobre as denúncias públicas.

Caça aos votos

Derrame de dinheiro nos comitês tucanos surpreende até antigos partidários do governador. Um deles acompanha um amigo que ia receber material de campanha, mas foi recebido por um assessor do PSDB com um bolo de dinheiro e a recomendação para ir "caçar voto de f." nas bairradas da cidade. Ao ouvir aquilo, o acompanhante se despediu e voltou para casa. Detalhe: seus pais moram na periferia da cidade. Em conversa no Facebook, confessou sua desilusão com Jatene e a decisão de mudar de voto, passando a apoiar Helder.

Confusão

Observador de esquina declara preocupação com o trânsito em Belém e diz que até hoje não entende o motivo da inversão da mão de direção, chamada "mão inglesa", nas vias marginais do Canal da 3 de Maio, entre Marquês de Herval e Antônio Barreto. Além de desproporcionada e mal sinalizada, a insólita mudança criou um caos nas horas de pico no cruzamento com a Antônio Barreto, ponto no qual o sentido do canal volta à sua direção convencional, também sem qualquer sinalização. Um simples semáforo, diz, resolveria.

LINHA DIRETA

Os promotores que vão trabalhar hoje nas zonas eleitorais da RMB têm tudo para fazer valer a lei com a ajuda da Polícia Federal e deixar os eleitores votarem livremente. Eles se reuniram para traçar estratégias de fiscalização contra a boca de urna e outros crimes.

Como o DIÁRIO já fartamente denunciou, as Polícias Militar e Civil se transformaram em polícias políticas nas eleições de 2014 no Pará, nos mesmos moldes dos anos 1950 de Getúlio Vargas, os presidentes-generais que se sucederam no poder após o golpe de 64.

Os flagrantistas contra as duas polícias estaduais se multiplicaram na sexta-feira, entrando pela noite. Todos os marginais apanhados em crimes eleitorais contra o candidato Helder Barbalho, seja rasgando cartazes ou pregando ofensas, eram liberados sem sequer um B.O.

Os policiais militares e civis foram orientados por seus chefes a conduzir os marginais amarelos para delegacias comuns, sem competência para atuar na lavratura de denúncia eleitoral. Os acusados deveriam ter sido apresentados à Polícia Federal, que não opera.

Diretoria da Abrasel, entidade que congrega bares e restaurantes, conseguiu junto à Justiça Eleitoral permissão para venda de bebidas alcoólicas até as 3h da madrugada de domingo. Em função da Lei Seca no período eleitoral, a proibição começaria à meia-noite.

A quantidade de adesões recebidas pela coligação "Todos pelo Pará" na última semana da campanha deste segundo turno confirma a trajetória de vitória prevista por pesquisas imunizadas contra a influência da máquina pública, como as do respeitado Instituto IVEIGA.

O juiz federal José Márcio da Silveira e Silva, que na sexta-feira condenou a prefeitura de Belém a melhorar a UTI do PSM da 14 no prazo de 60 dias, constatou que o caos na saúde é epidêmico no Pará. Atinge há muito tempo quase toda a rede pública, diz o juiz.

Em setembro, Belém foi o município que mais emplacou veículos no Pará. No setor de automóveis, a capital teve a grande participação de 44,8% nas vendas, seguida de Ananindeua, com 9,7%, e Marabá, com 7,1%. No segmento de caminhões, a capital atingiu 23,6% de participação.